

ANAIIS do

II Encontro Internacional Interdisciplinar em  
**PATRIMÔNIO CULTURAL – ENIPAC**  
e do III Workshop Catarinense de Indicação Geográfica

Data: 6 a 10/8/2014 – Local: Anfiteatro I – Univille – Joinville (SC)

**COORDENAÇÃO:**

Patrícia Oliveira Areas – Univille  
Suelen Carls – UFSC



**Reitora**

Sandra Aparecida Furlan

**Vice-Reitor**

Alexandre Cidral

**Pró-Reitora de Ensino**

Sirlei de Souza

**Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação**

Denise Abatti Kasper Silva

**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários**

Claiton Emilio do Amaral

**Pró-Reitor de Administração**

Cleiton Vaz

**ANAIS**

II Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

III Workshop Catarinense de Indicação Geográfica

**Coordenação**

Patrícia Oliveira Areas – Univille

Suelen Carls – UFSC

**Comissão organizadora**

Patrícia Oliveira Areas – Univille

Suelen Carls – UFSC

Elaine Cristina Borges Scalabrini – Univille

Mariana Duprat – Univille

Miguel Luciano da Silva

Íria Salete Vicznevski – FMDR25

Rosicler Meyer Dedekind – Ajorpeme

Izabel Altenburg Soppa – FGV

Gabriel Severo Venco Teixeira da Cunha – Furb

Valter Moura do Carmo – UFSC

Paulo Ivo Koehtopp – Univille

Siloá Haynosz Merkle – Univille

Alvir Schneider – Univille

Fernanda Dalonso

Gustavo Grein da Silva

Bruno S. Marques

**Comissão científica**

Artur Villares – Instituto Superior de Línguas e

Administração de Vila Nova, Gaia, Portugal

José Roberto Severino – UFBA

Roberta Barros Meira – Univille

Dione da Rocha Bandeira – Univille

Liliana Locatelli – UFSC e URI

Mariluci Neis Carelli – Univille

Taiza Mara Rauen Moraes – Univille

**Organizadora dos Anais**

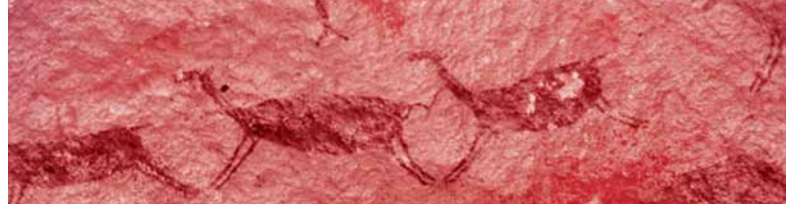
Mariluci Neis Carelli

ISBN 978-85-8209-043-5

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da Univille

E56a	Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural – ENIPAC (2. : 6-10 ago. : 2014 : Joinville, SC) Anais do II Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural ; III Workshop Catarinense de Indicação Geográfica / Coordenação: Patrícia Oliveira Areas e Suelen Carls – Joinville, SC : UNIVILLE, 2015.  266 p. : il. ; 30 cm  1. Patrimônio cultural. 2. Memória social. 3. Paisagem social. 4. Preservação - Patrimônio. 5. Indicação geográfica – Santa Catarina. I. Areas, Patrícia Oliveira (coord.). II. Carls, Suelen (coord.). III. Workshop Catarinense de Indicação Geográfica (3. : 6-10 ago. : 2014 : Joinville, SC).  CDD 363.69
------	--

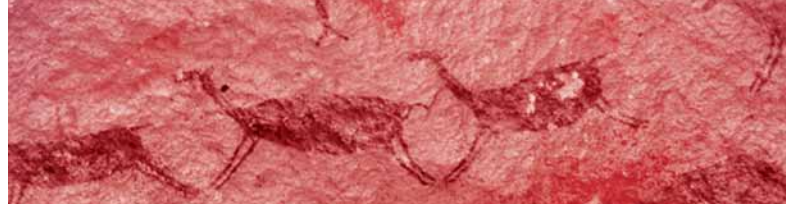
Todas as informações contidas nesta obra são de total responsabilidade dos autores.



## SUMÁRIO

Apresentação .....	5
<i>Aos santos agradecemos pela nossa prosperidade: os capitéis como patrimônio cultural étnico e religioso da Colônia Boa Esperança (Rolante, RS) .....</i>	6
ALINE NANDI / DANIEL LUCIANO GEVEHR	
Convergências entre cultura, cidade, segurança e sustentabilidade: análise das encostas em Joinville-SC e suas condições de preservação.....	16
ALVIR ANTONIO SCHNEIDER / PAULO IVO KOEHNTOPP	
Pichadores e pichações: um olhar para as apropriações urbanas .....	24
BRUNO S. MARQUES / ILANIL COELHO	
As histórias sobre a antiga fábrica Linhas Corrente (Joinville): um patrimônio registrado .....	33
CIBELE PIVA FERRARI / FERNANDA MARA BORBA	
Patrimônio e memória social: memória da poesia e suas manifestações poéticas como patrimônio cultural na cidade de Joinville (SC) nas décadas de 1980 e 1990 .....	46
CLAUDIA REGINA PEREIRA BELLI	
Patrimônio, memória e turismo: as apropriações do passado Mucker e a (re)invenção dos lugares da cidade. ....	59
DANIEL LUCIANO GEVEHR	
Era uma vez um bosque: uma análise dos valores culturais atribuídos ao “bosque Schmalz” à luz das políticas patrimoniais .....	69
DENIS FERNANDO RADUN / ILANIL COELHO	
Museus e identidades como gerador de economia local: um estudo no Museu dos Compatriotas Emigrantes no Brasil – República Tcheca .....	76
DOUGLAS NEANDER SAMBATI / SANDRA PASCHOAL LEITE DE CAMARGO GUEDES	
Práticas dos luteranos em Joinville na contemporaneidade: uma reflexão sobre a religiosidade como patrimônio cultural .....	86
FILIPE FERRARI / EULER RENATO WESTPHAL	
Memória, identidade e paisagem cultural .....	97
FERNANDA DALONSO / MARILUCI NEIS CARELLI	
A percepção ambiental dos moradores do bairro Espinheiros em relação à Baía da Babitonga ..	106
FRANCIELE GIRELLI / PAULO IVO KOEHNTOPP	
O patrimônio e a territorialização do rural em Joinville.....	117
GUSTAVO GREIN / ILANIL COELHO	
Entre o “olhar e o admirar” o arquivo: à luz das reflexões do patrimônio e da gestão arquivística ..	123
KÁTIA OLIARI DA MOTTA / LUANA DE CARVALHO SILVA GUSSO	
O abacaxi pérola da região sul do Espírito Santo: potencial indicação geográfica brasileira .....	131
LÚCIA FERNANDES / MARCELO CHIMENTO / MARCOS EDUARDO PIZETTA PALOMINO	
As praças, alameda e seus fantasmas: um olhar a partir de Certeau .....	138
ILANIL COELHO / LILIANE JACINTO ZERGER / MARA FALCÃO PALHARES BARBOSA	

Casarões de Joinville – os fantasmas revelados . . . . .	147
MARIA CRISTINA DIAS DOS REIS LIMA / SANDRA PASCHOAL LEITE DE CAMARGO GUEDES	
Guerra do Paraguai: diferentes olhares sobre o patrimônio no ensino de História . . . . .	157
MISLEINE KREICH / DANIELA PEREIRA / SANDRA PASCHOAL LEITE DE CAMARGO GUEDES	
Tensões urbanas: o “lado negro” da Fortaleza de São José de Macapá . . . . .	166
MÔNICA DO NASCIMENTO PESSOA / RAQUEL ALS VENERA	
O processo de preservação do acervo documental: Centro Cultural Deutsche Schule de Joinville . . . . .	178
PRISCILA DÉBORA TRIERWEILER	
Um olhar do patrimônio sob os Guarani pré-coloniais no norte catarinense . . . . .	188
PRISCILA GONÇALVES / DIONE DA ROCHA BANDEIRA	
Modernos do sul e a exposição de pintura contemporânea de Marques Rebelo . . . . .	192
RENILTON ROBERTO DA SILVA MATOS DE ASSIS	
Quando a palavra não cabe na escrita. . . . .	198
ROSILDA DA SILVA / TAIZA MARA RAUEN MORAES	
Um olhar memorialístico sobre o teatro joinvilense produzido no período 1900 a 1950 . . . . .	210
SANDRA PEREIRA / TAIZA MARA RAUEN MOAES	
A indicação geográfica como instrumento de proteção do conhecimento tradicional: uma tentativa de aproximação entre a Lei de Propriedade Industrial e a sustentabilidade do patrimônio cultural . . . . .	230
SILÓÁ HAYNOSZ MERKLE / PATRÍCIA DE OLIVEIRA AREAS	
Modulação 3D da variação do nível do mar na costa leste da Ilha de São Francisco do Sul – contribuição para interpretação do paleoambiente e comportamento de sambaquianos na pré-história. . . . .	240
THIAGO FOSSILE / DIONE DA ROCHA BANDEIRA / CELSO VIEIRA VOSS / TARCÍSIO POSSAMAI	
MODATECA: práticas museológicas aplicadas no acervo têxtil e preservação do vestuário . . . . .	244
VALDIRENE GRUBER / ADRIANE S. SANTOS / SANDRA P. L. C. GUEDES	
A memória ferroviária como patrimônio social . . . . .	255
VIVIANE REGINA CALISKEVSTZ	
Tradição reembalada como espetáculo: reinvenção do ritual do Pelznickel em Guabiruba-SC. . . . .	265
ÁLISSON SOUSA CASTRO / ILANIL COELHO	
Programação. . . . .	274



## APRESENTAÇÃO

Esta 2.<sup>a</sup> edição do Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural (Enipac) abrangeu dois temas com forte interligação para Santa Catarina: indicação geográfica e patrimônio cultural imaterial. Desde a primeira concessão de registro de indicação geográfica no Brasil, várias regiões têm investido em estudos e processos de implantação de indicações geográficas, com o intuito de valorizar e gerar emprego e renda por meio de produtos e serviços tradicionais vinculados a territórios. Portanto, essa ferramenta jurídica, mais que uma exclusividade de mercado sobre um nome geográfico, está vinculada a um patrimônio cultural territorial importante.

Por tal razão, o II Enipac foi realizado juntamente com o III Workshop Catarinense de Indicação Geográfica e a II Mostra de Produtos Tradicionais do Vale Europeu e Caminho dos Príncipes.

A união desses eventos possibilitou análises e debates envolvendo desde reflexões sobre o patrimônio cultural em toda a sua amplitude até sua intersecção com as indicações geográficas e os benefícios e desafios desta para o próprio desenvolvimento territorial sustentável e a preservação do patrimônio cultural. O objetivo dos debates foi identificar de que forma as indicações geográficas podem ser ferramentas para o desenvolvimento econômico regional e multifacetado, de modo a gerar:

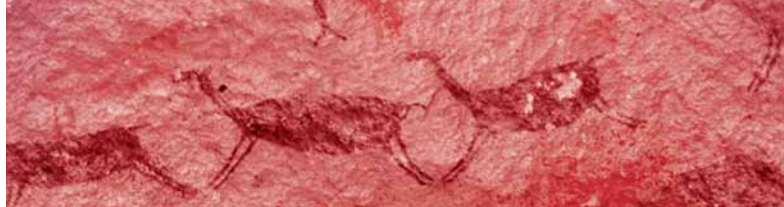
- a) Preservação do patrimônio cultural imaterial;
- b) Valorização de produtos tradicionais;
- c) Desenvolvimento regional multifacetado e sustentável;
- d) Inovação.

No ano de 2014 o II Enipac e o III Workshop ocorreram no Anfiteatro da Biblioteca da Universidade da Região de Joinville (Univille), entre os dias 7 e 8 de agosto. Já a II Mostra foi sediada no Joinville Garten Shopping, entre os dias 6 e 10 de agosto de 2014. Durante os eventos os participantes puderam contar com três diferentes tipos de atividades:

- a) Visitas técnicas a produtores locais;
- b) Apresentação de trabalhos;
- c) Ciclo conjunto de palestras.

Essa união foi fundamental para uma visão ampla, multi e interdisciplinar do uso da ferramenta da indicação geográfica e da preservação e valorização do patrimônio cultural. A troca de informações, experiências e ideias, nacionais e internacionais, em um ambiente multi e interdisciplinar como o que se propôs, possibilitou estreitar os debates em patrimônio cultural e indicação geográfica, seu diagnóstico, implantação e gestão. Tais eventos foram uma grande oportunidade de pensarmos e repensarmos ações e políticas públicas em Santa Catarina para preservar e valorizar um dos elementos mais importantes do estado: seu povo, sua cultura e seu patrimônio cultural, gerando emprego e renda para essa população que ainda preserva suas origens e identidade.

Profa. Dra. Patrícia Oliveira Areas – Univille



## **Aos santos agradecemos pela nossa prosperidade: os capitéis como patrimônio cultural étnico e religioso da Colônia Boa Esperança (Rolante, RS)**

ALINE NANDI<sup>1</sup>

DANIEL LUCIANO GEVEHR<sup>2</sup>

**RESUMO:** O trabalho discute o processo de construção e significação que envolve os capitéis (pequenos oratórios) construídos nas margens das estradas entre 1945 e 1960 por imigrantes italianos e seus descendentes na localidade de Boa Esperança, localizada no município de Rolante (RS). O objetivo central do estudo é fazer um levantamento dos capitéis e sua constituição, bem como discutir o contexto e as motivações que levaram a essas construções nessa comunidade ítalo-riograndense. A pesquisa concentrou-se, numa primeira fase, na coleta de dados e de registros orais a partir da memória de pessoas da própria comunidade. Com isso, fez-se uso de relatos orais e de um questionário semi-estruturado, para que a partir desses depoimentos iniciássemos as análises, buscando assim compreender os diferentes significados que esses capitéis têm para a comunidade. Analisamos também a relação desses capitéis com as noções de identidade, religiosidade e etnicidade, presentes no contexto da Colônia Boa Esperança, que atualmente desenvolve um projeto turístico conhecido como Caminho das Pipas. Dessa forma, a pesquisa busca compreender como esses capitéis constituem-se num conjunto patrimonial que dá sentido e materialidade à identidade étnica e religiosa da comunidade que a produziu.

**PALAVRAS-CHAVE:** Capitéis; Patrimônio Cultural; Imigração Italiana; Religiosidade.

### **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O objetivo da pesquisa é discutir o processo de construção e significação que envolve os capitéis (pequenos oratórios) construídos entre 1945 e 1960 nas margens das estradas da *Colônia Boa Esperança* – localizada no município de Rolante/RS. Buscaremos através deste estudo fazer um levantamento dos capitéis e compreender as relações que se estabelecem entre os moradores dessa comunidade- constituída inicialmente de imigrantes italianos e de seus descendentes- e os capitéis. Para tanto, nos propusemos em investigar o processo histórico que envolveu essas construções, sua função social na comunidade e os elementos de caráter religioso e identitário presentes nesses oratórios dispostos a margem das estradas que cortam a localidade.

Como forma de atingir os objetivos deste estudo, buscou-se a partir do mapa turístico do município visitar, fotografar e descrever as características de quatro capitéis construídos pela primeira geração dos imigrantes italianos que colonizaram a *Boa Esperança*, além de compreender através de

<sup>1</sup> Mestranda em Desenvolvimento Regional no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT) / Bolsista Capes, e-mail: alinen\_sintraf@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutor em História, professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), e-mail: danielgevehr@hotmail.com

relatos orais dos moradores da localidade as motivações que proporcionaram a construção destes monumentos.

A pesquisa justifica-se pela importância dos grupos colonizadores na preservação de elementos culturais pelas diferentes gerações como forma de evidenciar suas práticas e tradições, além da função social que estes espaços representam, apontamos a necessidade de difundir a história dos capitéis e de seus “construtores” para promoção do turismo, o cuidado com a manutenção destas construções, além da “sensação” de pertencimento de toda a comunidade rolantense a esse bem cultural.

Esta pesquisa fundamenta-se em registros fotográficos, análise bibliográfica, observação e entrevistas. Foi necessário percorrer o *Caminho das Pipas*, roteiro turístico na comunidade de Boa Esperança e identificar pessoas da comunidade que pudessem a partir da história oral apresentar relatos sobre a construção dos capitéis, suas representações, formas de manutenção e as práticas estabelecidas nestes espaços. Os lugares que percorremos nos fazem lembrar fatos ocorridos no passado e, assim, contribuem para a construção da memória coletiva. (HALBWACHS, 2004).

Com o intuito de promover alternativas de agregação de renda a produção agrícola da localidade de Boa Esperança e minimizar o êxodo rural, no ano de 1995 os agricultores da comunidade em parceria com a Prefeitura Municipal de Rolante, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Emater iniciaram a formulação do *Caminho das Pipas* como um roteiro turístico. Localizado no 4º Distrito de Rolante o trajeto é composto por nove cantinas de produção de vinho e suco colonial artesanal, além de uma casa de massas, um restaurante e uma pousada. O roteiro agrega ainda Cascata Três Quedas, espaços de comercialização de produtos coloniais em cada uma das cantinas e demais empreendimentos no *Caminho das Pipas*.

No município de Rolante foram construídos quatro capitéis na localidade de Boa Esperança, A construção dos capitéis teve início em 1945, com a primeira geração dos descendentes de imigrantes italianos indo aproximadamente até 1960. Esta primeira geração caracteriza-se por serem filhos dos primeiros imigrantes que fixaram residência primeiramente nas velhas colônias de imigração.

No período de construção dos capitéis, a comunidade já contava com uma igreja em honra a Nossa Senhora do Caravaggio, construída em madeira logo no início da colonização. A igreja em alvenaria veio a ser construída após a melhor estruturação financeira e organização social das famílias da localidade. A igreja foi transformada em paróquia, que completou 70 anos no mês de maio de 2014.

Para celebrar as festividades de aniversário da paróquia foi organizada uma intensa programação religiosa e festiva, com reza de terços, celebrações do tríduo e uma grande missa que contou com a presença e celebração do Bispo da Diocese de Novo Hamburgo, Dom Zeno Hastenteufel.

Em um ambiente de preparação para a festa local, no salão da comunidade com mais de 40 mulheres numa tarde de domingo, dividindo funções na produção dos agnoline - ingrediente de um dos principais pratos da culinária local- a sopa- e alguns homens que faziam uso do salão comunitário para o encontro tradicional do domingo com amigos e parentes da cidade, além dos jogos de carta e da companhia a suas esposas, realizamos a partir de um questionário semi-estruturado a busca de informações sobre a origem da construção dos capitéis, fatores que motivaram estas construções, usos destes espaços e suas representações.

A fabricação coletiva do *agnoline* é uma tradição na comunidade e tal responsabilidade é das mulheres. A tradição dos encontros e a forma de fabricação artesanal é passada de geração em geração, netas, mães e avós compartilham saberes, relembram fatos do passado e mantem viva à tradição da construção coletiva da festividade. Este fazer conjunto é realizado anualmente no mês de junho em preparação a festa da padroeira, filhas e netas que não moram na localidade costumam estar no final de semana que antecede a festa na casa de seus familiares na Boa Esperança, a fim de participar deste momento.

Antes de continuarmos com a caracterização dos capitéis da Boa Esperança, precisamos conhecer melhor o cenário em que esse Patrimônio Cultural da comunidade se insere. A dinâmica que envolve a colonização das terras e o processo de organização política e social dessa comunidade nos permite melhor compreender como os oratórios construídos na margem das estradas da colônia representam aspectos da identidade étnica de seus moradores, ao mesmo tempo em que procuram *manter viva uma memória dos antepassados*.

## A VINDA DOS IMIGRANTES E A FORMAÇÃO HISTÓRICA DE ROLANTE

Na segunda metade do século XIX deu-se início ao processo de ocupação de Rolante pelos imigrantes europeus. Parte da economia regional concentrava-se na leva de gados do Rio Grande do Sul até São Paulo, e foi dessa forma que moradores da região passaram a utilizar o caminho que tinha início em Viamão, passando por Rolante e seguindo até o território paulista. Os conhecidos tropeiros tinham Rolante em seu roteiro.

Mas foi, em 1882, que chegaram à Rolante os primeiros colonizadores, vindos das colônias velhas, fixaram moradia em Alto Rolante hoje distrito de Rolante. As terras foram cedidas por uma empresa colonizadora a imigrantes alemães. Os ítalo-brasileiros chegaram na primeira década do Séc. XX, procedentes de Caxias do Sul, Salvador do Sul, Farroupilha, Gramado, entre outras levas das primeiras colônias.

Em 19 de abril de 1909, por designação do Governo da Província, Rolante passou a ser distrito. Logo passaram a chegar à localidade famílias húngaras, seguidas pelas suecas, polonesas, italianas e alemãs. Em algumas localidades estas novas famílias passam a dividir suas rotinas com os chamados “caboclos” que já estavam estabelecidos em algumas localidades. Era a lembrança da ocupação indígena, lusa e africana na região. Rolante pertencente originalmente a Santo Antônio da Patrulha teve sua emancipação político administrativa, concedida em 28 de fevereiro de 1955. A cidade é conhecida como a “Capital Nacional da Cuca”, e também como a terra natal do cantor tradicionalista gaúcho Teixeira.

Atualmente Rolante faz parte do *Vale do Paranhana*, na Encosta Inferior da Serra Gaúcha, e desde 2010 integra a *Região Metropolitana de Porto Alegre*, estando ainda inserido na *Reserva da Biosfera de Mata Atlântica*. De acordo com o IBGE (2014), sua população total é de 19 493 habitantes. Tendo como principais atividades econômicas a indústria, os serviços e a agricultura, Rolante apresenta grande concentração de propriedades com atividades produtivas ligadas a agricultura familiar.

A Boa Esperança sendo o 4º Distrito de Rolante tem aproximadamente 80 famílias que residem ou possuem casas de “final de semana”, agregando assim uma economia promissora. Além das atividades agrícolas desenvolvidas na comunidade como forma de geração de renda para as famílias através da comercialização do milho, farinha, uva, vinho e demais insumos, a comunidade conta com diversas agroindústrias ligadas principalmente a produção de vinho e sucos.

## AS PROMESSAS AOS SANTOS E A CONSTRUÇÃO DOS CAPITÉIS NA COLÔNIA BOA ESPERANÇA

Realizando o roteiro do *Caminho das Pipas na Colônia de Boa Esperança* encontramos quatro capitéis, objeto central desta investigação. Os capitéis ou as *casinhas de santos a beira da estrada* foram construídos em terras particulares, nas vias que ligam a região colonial, próximos ao local de moradia da família que havia feito alguma promessa. Tendo sua “graça” alcançada, logo iniciavam a construção do espaço de oração, como forma de “pagamento” pela conquista do pedido.

Sobre os capitéis Costa (1976) aponta que se caracterizam pelo costume de construir pequenas ermidas ao longo dos caminhos, principalmente nas encruzilhadas, foi trazido da Itália. Estas ermidas, regionalmente chamadas de *capitéis*, às vezes belas, originais mesmo, porém outras vezes apresentam formas grotescas principalmente nas construídas recentemente. São de madeira, tijolos ou pedra, ora desenvolvem uma linguagem própria ou com mais frequência copiam simplificada a arquitetura religiosa de maior porte.

Nos capitéis eram colocadas as imagens do santo de devoção da família, ao qual era destinado o pedido – promessa. A devoção aos santos é fruto da tradição familiar passada para cada geração, tendo em vista, ainda, que as famílias italianas estabelecidas na localidade de Boa Esperança professavam a fé na Igreja Católica Apostólica Romana.<sup>3</sup> “A quase totalidade confessava-se católica, e a fé católica forneceu-lhes os subsídios indispensáveis para reiniciar, individual e coletivamente a existência.” (DE BONI, 1980, p.235).

<sup>3</sup> A relação existente entre as identidades religiosas e as fronteiras étnicas – como é o nosso caso – é analisada por Gisele Chagas, em seu estudo sobre a comunidade muçulmana no Rio de Janeiro.



Os descendentes dos imigrantes preservaram diferentes práticas e costumes religiosos trazidos da Itália e herdados de seus antepassados, agora repassados e (res)significados pelas novas gerações.

Assim seguindo Tedesco (2004 p. 232) “os idosos, sem haver deliberação, são encarregados de guardar as lembranças do passado dos grupos; [...] conservar objetos materiais importantes, promover cerimônias que representem os percursos vividos por eles e que sejam transmitidos aos “de hoje.”

A construção dos capitéis está revestida de um universo religioso, no qual a materialização desses oratórios representava alguma “graça alcançada”, sendo compreendida pelos seus criadores como a “ouvir dos santos as suas preces” e “uma forma de manifestação divina.” Vale lembrar que esses imigrantes vinham de um contexto no qual na Itália, cada vila tinha seu santo padroeiro, venerado não tanto como modelo cristão de virtudes, mas principalmente como *protetor mágico* que auxiliava nos momentos de necessidades ou nas adversidades. (FOCHESATTO, 1977).

A religiosidade era tida como uma forma de vencer a saudade da terra de origem, os novos costumes, o refazer de suas vidas em terras distantes. A contemplação da promessa de um mundo novo com mais dignidade e com terras para produzir o suficiente para fazer fortuna estavam alicerçados na força da fé.

De acordo com Cocco (2008), a capela era o centro e o ponto principal do núcleo colonial. Além disso, se perpetuam nas vilas e propriedades particulares, ao longo das estradas ou em encruzilhadas os *capitéis*, que testemunham a religiosidade e a frequência dos cultos familiares do italiano. Eram erigidos, muitas vezes, pelo fato de testemunho de uma graça alcançada ou dedicados para um santo da devoção.

Os capitéis construídos na *Colônia Boa Esperança* embora tenham suas histórias de construção relativamente semelhantes, apresentam particularidades, tendo em vista que cada um deles faz referência e devoção a um santo diferente e, principalmente, um *episódio* que motivou sua construção e justifica sua lembrança pelas gerações seguintes.

Percorrendo o Caminho das Pipas pretendemos aqui analisar o contexto de produção dos capitéis e seus significados.

## CAPITEL SANTO ANTÔNIO

Tradicionalmente conhecido como “santo casamenteiro”, a construção do capitel de Santo Antônio, nada tem haver com a fama que o santo adquiriu pelo mundo. Construído em 1945 pela família de Celeste Boniatti, nas margens da estrada que liga a localidade de Boa Esperança a São Francisco de Paula, teve sua arquitetura original em madeira.

De acordo com depoimentos o que motivou Celeste Boniatti a fazer o capitel, foi um forte temporal que destruiu a casa da família e outras casas da comunidade. Não havendo nenhum prejuízo a vida das pessoas de sua família e de outras pessoas da comunidade, o mesmo prometeu que após a reconstrução de sua casa, faria um capitel em devoção a Santo Antônio, para que o mesmo pudesse continuar protegendo a família.

No ato de sua inauguração ainda segundo moradores foi celebrada uma missa campal e festividades no local. Com o recurso das vendas e ofertas da festa, a comunidade comprou os bancos e as janelas da igreja da localidade. Anualmente no “dia de Santo Antônio”, em 13 de junho moradores se reúnem no local onde hoje há um capitel de alvenaria, para celebrar e rezar o terço em devoção ao santo.

Figura 1 - Capitel Santo Antônio I



Fonte: Acervo dos Autores

O capitel Santo Antônio possui características arquitetônicas diferenciadas dos demais capitéis que vamos apresentar. Seu espaço interno é reduzido, podendo desempenhar algum tipo de atividade ou ato religioso em seu interior apenas uma pessoa.

Ainda em seu interior se encontra um altar, no qual está a imagem de Santo Antônio, possivelmente a imagem original do primeiro capitel construído no mesmo local do atual conforme já descrito anteriormente. Neste altar também estão depositadas as imagens de Nossa Senhora Aparecida, Santo Expedito e outras três imagens.

A toalha que cobre o altar possui imagens relacionadas ao Sacramento da Comunhão, sendo o trigo a uva e a vela, pintados sobre o tecido. Tal adereço é substituído frequentemente pela família que esta responsável pelos cuidados aquele espaço. A porta é de ferro e possui vidros da parte superior que permite ver o interior do capitel. A porta fica aberta apenas em dias especiais ou quando solicitada a visita e permanência na parte interna do mesmo.

O capitel Santo Antônio está identificado por uma placa de sinalização turística contendo o nome do santo homenageado naquele lugar.

## CAPITEL SANTA BÁRBARA

Devotada pelos católicos como a Santa *protetora das tempestades*, Santa Bárbara foi homenageada com a construção de um capitel na *Colônia Boa Esperança*. Segundo moradores, após uma tempestade que destruiu lavouras e danificou casas na comunidade, as famílias de Atílio Tauffer e Ceverino Scalcon, juntaram-se para realizar a construção em busca de proteção.

De acordo com relatos, desde a construção do capitel, nenhuma forte tempestade atingiu a comunidade, causando prejuízos às lavouras e aos demais bens das famílias, que tem como principal fonte de renda o trabalho na produção agrícola.

Com o término da construção do capitel, por volta do ano de 1945 uma grande missa foi celebrada e durante alguns anos o rito se repetiu. Porém com o passar dos anos e com a morte dos seus construtores, a tradição “foi se perdendo”. Nos últimos anos, tem sido realizada somente a reza do terço com ofertas e não mais a missa. O local passa constantemente por manutenções, garantindo assim sua conservação.

O Capitel Santa Bárbara está localizado as margens da estrada que dá acesso à localidade de Morro Grande, próximo ao Morro da Asa Delta, um dos principais pontos turísticos do município.

No seu interior encontramos um altar no qual está a imagem de Santa Bárbara disposta sobre um altar móvel decorado com tecidos, que é geralmente usado para as procissões realizadas na comunidade, onde moradores fazem uma espécie de caminhada com a Santa pelas ruas da localidade, em especial nos dias de celebrações religiosas no capitel.

No altar fixo ainda estão depositados um crucifixo, a imagem de São José e algumas flores artificiais. Em dias de festividades ou rezas de terço com a comunidade são colocadas ainda sobre o altar flores naturais, cultivadas pelos próprios moradores em homenagem a Santa.

A porta é em ferro e possui vidros da parte superior que permite ver o interior do capitel. Como no capitel Santo Antônio a porta fica aberta apenas em dias especiais ou quando solicitada para os cuidadores do capitel que moram nas proximidades do mesmo, visita e permanência na parte interna do mesmo. Assim como nos demais, o capitel possui placa de sinalização turística em bom estado de conservação contendo o nome da santa homenageada.

Figura 2 - Capitel Santa Bárbara



Fonte: Acervo dos Autores

## CAPITEL SÃO ROQUE

O Santo *protetor dos animais* e de *algumas enfermidades* também tem um capitel em sua devoção. Sua primeira construção em madeira foi feita por Domingos Boniatti, segundo relato de sua filha Vitória Valandro, a construção foi finalizada por volta dos anos de 1950. Boniatti sofria há algum tempo, com feridas na perna que o impediam de realizar diversas atividades, foi então que ao recorrer a São Roque e tendo lhe “prometido” um espaço de encontro e oração em suas terras, suas feridas foram “curadas”.

Ao cumprir sua promessa Boniatti, familiares e a comunidade celebram ali uma missa. Por alguns anos, no dia 16 de agosto, data em que é celebrado pela Igreja Católica o dia de São Roque, missas foram realizadas em homenagem ao Santo. Nos dias atuais moradores da comunidade reúnem-se no final da tarde no dia de São Roque para a reza do terço e de forma particular alguns moradores têm como hábito ir até o capitel para a reza do terço ou “pagamento” e ou cumprimento de alguma promessa em outros momentos do ano.

Segundo Vitória Valandro, “ali sempre rezávamos a missa, o terço e fazíamos festa, com churrasco e tudo, mas a mais de 30 anos não fizemos mais a festa. Celebramos a data de forma diferente, muitas famílias não trabalham neste dia e é feita a reza do terço.”(Informação Oral).

O capitel São Roque possui seu espaço interno também reduzido, podendo desempenhar alguma atividade ou ato religioso em seu interior apenas uma pessoa. A pintura interna e externa está um pouco danificada e o acesso ao interior deste se dá por meio de uma escada. Este é o único dos quatro capitéis que possui uma cruz na estrutura externa superior, destacando assim sua função religiosa.

Em seu interior se encontra um altar, no qual está a imagem de São Roque. Neste altar também estão depositadas as imagens de outros santos de devoção dos visitantes e/ou religiosos frequentadores do local.

A porta de entrada da *casinha do santo* também é de ferro a exemplo dos demais capitéis já apresentados, possui vidros da parte superior que permite ver o interior do capitel e uma janelinha nas paredes esquerda e direita do capitel, porém em dias de muita umidade a visualização interior do capitel fica bastante prejudicada, tendo em vista que não há ventilação interna, a porta fica fechada sendo acessada apenas pela pessoa responsável pela conservação do mesmo.

Segundo moradores, a porta é aberta apenas em dias especiais ou quando solicitada a visita. No entorno do Capitel São Roque encontra-se vasta vegetação local- da qual se sobressai à imagem do capitel. O *oratório* também encontra-se identificado por uma placa de sinalização turística.

## CAPITEL SANTO ANTÔNIO II

Notamos que o capitel Santo Antônio é um dos que apresenta maior necessidade de preservação. Seu espaço interno também é reduzido. A pintura interna e externa está um pouco danificada, uma das paredes é revestida com piso, assim como o chão.

Localizado na estrada que liga a comunidade de Boa Esperança ao Morro da Asa Delta- ponto turístico da comunidade de Morro Grande- encontramos poucas informações referentes a este capitel. De acordo com relato dos moradores o capitel foi construído por José A. Cambruzzi.

Figura 3 - Capitel São Roque



Fonte: Acervo dos Autores

Segundo a memória dos moradores, a construção foi motivada pelo fato de que muitos moradores da comunidade foram “indo embora” e a capela de madeira que existia nas proximidades teve de ser desmanchada em função da ação do tempo. Então para marcar a presença da igreja naquele local o senhor Cambuzzi construiu o capitel. Não existe neste capitel nenhum tipo de celebração comunitária organizada anualmente, e segundo relatos dos moradores a comunidade desconhece quem realiza o cuidado desse monumento.

Em seu interior encontra-se também um altar, no qual está a imagem de Santo Antônio. Neste altar também estão depositados ainda dois pequenos vasos de flores artificiais.

A porta também é de ferro a exemplo dos demais capoteis já apresentados, possui vidros da parte superior. Não possui trancas e está sempre aberta e seus vidros estão quebrados assim como a fechadura.

O capitel não possui um cuidador e esta a margem da estrada de acesso a mais bela vista do município e o principal ponto turístico. Em seu entorno está a mata nativa e *pinus*.

Figura 4 - Capitel Santo Antônio



Fonte: Acervo dos Autores

## DISCURSOS E MEMÓRIAS: UMA GERAÇÃO QUE “GUARDA” HISTÓRIAS

A constituição da identidade local e social não está ligada somente à religião católica, mas também a outras práticas sociais, mas aos costumes, hábitos familiares, o fazer das tradições que são preservadas e passadas de geração em geração, com elementos positivos para construção destas identidades bem como das memórias. A preocupação da comunidade em manter viva a memória dos antepassados que colonizaram a *Boa Esperança* e que foram responsáveis pela construção dos capitéis, passa, obrigatoriamente por um processo de atualização da memória, na qual a herança deixada pelos antepassados é resignificada pelas atuais gerações.

Além da preservação dos monumentos através da organização comunitária a comunidade busca através de registros fotográficos preservar a história dos antepassados e dos fatos sociais representativos da comunidade. Uma exposição fotográfica está colocada no salão comunitário com fotos e identificação das primeiras famílias que se estabeleceram na *Colônia Boa Esperança*, além de fotos dos descendentes dos primeiros colonos que realizam algum tipo de evento festivo social como: Bodas de Prata e Ouro.

No que tange o patrimônio os ritos do passado são preservados, além disso são “atualizados” dentro do novo contexto social, no qual as tradições locais, como nesse caso a religiosidade trazida pelos imigrantes, são exaltadas pelo grupo, que procura reproduzir a cultura religiosa herdada, ainda que essa sofra constantemente as transformações do contexto atual.

Elementos esses intrinsecamente presentes nas falas dos atuais moradores da Boa Esperança, que manifestam preocupação com a preservação dos capitéis. Tomamos como exemplo as manifestações de dois filhos dos construtores das *casinhas dos santos*, onde Avelino Rossi afirma que “hoje, cuido deste local, para não deixar cair o que meu pai construiu.” (Informação verbal). Esta afirmação também é da filha de um dos idealizadores, Vitória Valandro: “A tradição a gente não perdeu. Meu pai quem fez. Eram pessoas de muita fé e me passaram muita fé e hoje ajudamos a cuidar deste local.” (Informação verbal).

Na memória dos usos sociais dos locais de oração a beira da estrada os moradores guardam ainda relatos sobre os atos realizados. Segundo Vitória Valandro os capitéis eram pontos de encontro da comunidade, anualmente em cada capitel, além da missa eram realizadas festas para arrecadar recursos para a igreja e outras obras da comunidade, os capitéis realizavam assim uma função social. “Fazíamos grandes festas, vinha toda a comunidade, tinha churrasco e muitas coisas, hoje não se faz mais isso.” (Informação verbal).

Ressalta-se que os capitéis são preservados por moradores da comunidade ou familiares dos “construtores” com o dinheiro arrecadado anualmente como oferta nas celebrações anuais realizadas em cada um dos quatro capitéis da comunidade, no dia em que se celebra na Igreja Católica o santo que dá nome a cada capitel. Um deles foi reconstruído em alvenaria recentemente, por ter sua construção original de madeira, não mais resistido às ações do tempo. De acordo com a entrevistada Vitória Valandro “a comunidade se reúne sempre no dia do santo de cada capitel para rezar um terço e fazer uma coleta para que possa ser mantido este espaço. Algumas pessoas ficam responsáveis por cuidar e recebem algo por isso, em outros são os familiares de quem construiu que cuidam. O do meu pai (Capitel São Roque) pagamos outra pessoa para cuidar.” (Informação verbal).

Os capitéis são considerados patrimônio cultural. O termo patrimônio reflete a apropriação ou detenção de um bem, herança de alguém o de algum povo. É um conjunto de bens materiais ou imateriais que resguardam memórias. Segundo Feitosa e Silva (2011), os bens materiais e imateriais, são todos aqueles relacionados à memória e identidades e heranças de um povo ou nação e o patrimônio cultural material é todo aquele que pode ser visto e tocado.

A manutenção do patrimônio está alicerçada na conservação e recuperação da memória, fator que permite as seres humanos e seus grupos a manutenção da identidade individual ou coletiva. Segundo AGUINAGA (2014 p. 05), “O patrimônio cultural imaterial diz respeito àquela porção intangível da produção cultural dos povos, encontradas nas tradições, nos saberes, no folclore, nas línguas, nas festas, e em outras tantas manifestações que são transmitidas de uma geração a outra.”

O “resguardo” de algum tipo de identidade ou de elementos simbólicos que estabeleça relações com esta identidade significa a manutenção de laços extemporâneos aos antepassados a um local, costumes e hábitos que demonstra quem são e de onde seus antepassados vieram e qual o legado deixado por estes.

Na *Colônia Boa Esperança*, no caso dos filhos e/ou familiares dos responsáveis pela construção dos capitéis, cuidar da conservação destes locais é manter viva a história e o desejo de entes que já partiram. Mas tiveram sua vida alicerçada na fé e na crença de que aqueles locais de oração traziam importantes benefícios para a vida das suas familiares e das demais famílias da comunidade.

Como traz o entrevistado Avelino Rossi, “Hoje, cuido deste local, para não deixar cair o que meu pai construiu[...] como Santa Barbará é protetora das tempestades, depois que foi construído o capitel para ela, nunca mais a gente teve grandes tempestades com prejuízos para nós.” (Informação verbal). Ainda a tradição é lembrada por Vitória Valandro “a tradição a gente não perdeu. Meu pai quem fez. Eram pessoas de muita fé e me passaram muita fé e hoje ajudamos a cuidar deste local.” (Informação verbal).

Tendo a religiosidade e alguns de seus elementos sendo repassados ao longo das gerações. A moradora Luiza Boneto relata sua experiência de fé a partir de promessas feitas a São Roque, “meu marido tinha uma doença muito grave e precisava ser operado, foi então que prometi a São Roque que iria rezar um terço em sua devoção e iria de “a pé” da minha casa até a capelinha, se meu marido fosse curado e não precisasse passar pela cirurgia, e deu certo[...]eu sempre tive fé.” (Informação verbal).

De acordo com relatos dos moradores entrevistado, muita gente da comunidade mantém o costume de visitar os capitéis e fazer suas orações, porém as pessoas que visitam a comunidade não estabelecem com estes espaços as mesmas relações. Assim Marlei Boneto Prezi aponta “sempre vou rezar o terço, principalmente quando é o dia de cada um dos santos. Quando estamos trabalhando e não dá tempo de ir naquele dia, vou no outro dia, mas não deixo de ir.” (Informação verbal). No entanto para muitos os monumentos e a tradição passam despercebidos, como traz Avelino Rossi, “alguns anos atrás as pessoas vinham visitar a comunidade, paravam nos capitéis, queriam saber sua história, hoje poucas pessoas fazem isso.” (Informação verbal).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção dos capitéis, embora apresentem em sua historicidade características particulares está cercada de elementos simbólicos coletivos, entre estes de tradições passadas para a primeira geração dos imigrantes italianos chegados na Boa Esperança, onde esta geração constrói monumentos que marcam de forma física sua religiosidade, crenças e sua etnicidade. Este estudo possibilitou identificar elementos religiosos e culturais que estabelecem ligações com a primeira leva de imigrantes italianos que se instalaram na *Colônia Boa Esperança*.

Embora sejam estabelecidas na atualidade ligações entre o espaço dos capitéis e os familiares de seus idealizadores como forma de manter presente a história e o legado de entes que já partiram, algumas peculiares são perdidas com o passar dos anos, inclusive a minuciosidade de detalhes, histórias e da própria tradição inicialmente envolta nestas construções. Não existem registros fotográficos ou escritos pelos familiares em materiais relacionados à história de Rolante e da própria colonização que traga dados detalhados sobre suas construções.

Os capitéis podem ser compreendidos como lugares potencializadores da difusão da história dos primeiros imigrantes italianos – numa região tipicamente colonizada por imigrantes alemães, como é o caso de Rolante e seus municípios vizinhos – e de suas tradições bem como daqueles que construíram e daqueles que preservam atualmente estes espaços. Através da preservação das “*casinhas dos santos*”, como popularmente são conhecidos os capitéis, se pode melhor conhecer os ritos e tradições ligados a estes monumentos, que expressam formas de ser e sentir da comunidade que os produziu.

## REFERÊNCIAS

AGUINAGA, Karyn Ferreira Souza. **A proteção do patrimônio cultural imaterial e os conhecimentos tradicionais**. Disponível em: < <http://www.conpedi.org>. Acesso em: 03 de julho de 2014.

BONETO, Luiza . **Entrevista concedida a Aline Nandi**. Rolante, 25 jun. 2014.

CHAGAS, Gisele Fonseca. **Identidades religiosas e fronteiras étnicas: um estudo do ritual da oração na comunidade muçulmana do rio de janeiro**. *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 152-176, 2009.

COCCO, Ricardo. **Questão da religião e a imigração italiana no Rio Grande Sul**. *Revista de Ciências Humanas*-. Frederico Westphalen- RS . v. 9, n. 13 p. 9-30, 2008.

COSTA, Rovílio. **Antropologia Visual da Imigração Italiana**. Porto Alegre. Vozes, 1976

DE BONI, Luis Alberto. **O Catolicismo da Imigração: Do Triunfo à Crise**. In: Dacanal, José Hildebrando (org.). *Rio Grande do Sul: imigração e colonização*. Mercado Aberto, 1980, p. 234-255

FEITOSA, Mônica Nascimento e; SILVA, Sandra Siqueira da. **Patrimônio Cultural imaterial e políticas públicas: os saberes da culinária regional como fator de desenvolvimento local**. Salvador.: UFBA, 2011. p. 193 - 12.

FOCHESATTO, Iloni. **Descrição do culto aos mortos entre descendentes italianos no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul:Escola Superior de Teologia-Universidade de Caxias do Sul, 1977.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2004. 197p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **IBGE**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>> Acesso de 09.05.2014 a 22/05.2014.

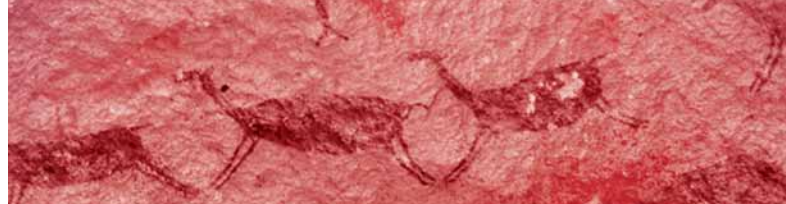
PREZI, Marlei Boneto. **Entrevista concedida a Aline Nandi**. Rolante, 25 jun. 2014

ROSSI , Avelino. **Entrevista concedida a Aline Nandi**. Rolante, 25 jun. 2014.

VALANDRO, Vitória . **Entrevista concedida a Aline Nandi**. Rolante, 25 jun. 2014.

ROSSI , Avelino. **Entrevista concedida a Aline Nandi**. Rolante, 25 jun. 2014.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória**: temporalidade, experiência e narração. Passo Fundo/Caxias do Sul: UPF/EDUCS, 2004.



## Convergências entre cultura, cidade, segurança e sustentabilidade: análise das encostas em Joinville-SC e suas condições de preservação

ALVIR ANTONIO SCHNEIDER<sup>1</sup>  
PAULO IVO KOEHNTOPP<sup>1</sup>

O que mais Joinville tem de bom, além do que todos já conhecem?

A cidade mais populosa, mais rica e mais industrializada do Estado, considerada em todo o Brasil entre as cidades com melhor qualidade de vida, além de muito conhecida por estes aspectos, o é também pelo maior Festival de Dança do mundo, pela “Cidade das Bicicletas”, pela Festa das Flores, por seus museus, pelas festas tradicionais, principalmente as de etnia alemã, etc.

Contudo, para além destas marcas, esta pesquisa tem o objetivo de destacar outro diferencial desta cidade, que malgrado a importância que evidencia, não tem recebido o devido destaque, tanto que muitas pessoas sequer se apercebem dele, mas que em nosso ver tem tanta ou mais relevância do que os fatores acima expostos.

Para quem trabalha nas áreas relacionadas à sustentabilidade, algumas coisas chamam bastante atenção num primeiro contato com a cidade de Joinville. Ao chegar ao centro da cidade e olhar para os morros, algo impressionante acontece: você os vê! Por incrível que possa parecer isto é uma exceção em relação às grandes cidades brasileiras, onde ao olhar para as encostas dos morros o que se vê é favelização generalizada.

Para quem conhece e trabalha segurança pública e sabe da dificuldade deste tipo de serviço em morros, percebe de imediato a facilidade que deve ser em Joinville, onde as áreas urbanas construídas estão em espaço praticamente plano. Na área de proteção (defesa) civil a questão é crucial, tanto que não há registro, no município, de vítima fatal por deslizamentos, desmoronamentos ou qualquer tipo de evento relacionado com risco geológico. Esse dado, por si só, já merece reverência, pois em vários municípios de Santa Catarina, só no ano de 2008, o número somado de vítimas fatais passou de uma centena. Outro evento mais recente e trágico, na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, contou mais de 1.000 (mil) mortos. Municípios próximos de Joinville, como Jaraguá do Sul e Blumenau, entre outros, tem uma ampla história de mortes por movimentos de massa (deslizamentos de terra) em encostas de morros.

Só na área específica da preservação ecológica o fenômeno merece um verdadeiro tratado a respeito, o que não faremos neste artigo em nome da concisão, necessária ao trabalho. Mas trata-se de um diferencial significativo que Joinville desenvolveu e merece ser reconhecido e divulgado.

O que se defende não é que a cidade não tenha problemas, seja de alguns riscos geológicos ou de favelização, mas sim que estes problemas são praticamente insignificantes se comparados com os mesmos entraves em outras cidades, quer sejam estas de porte semelhante, maior ou menor do que Joinville. É um gravíssimo problema recorrente em todo o Estado, no país e pelo mundo afora.

Importante destacar que o município de Joinville tem legislação própria defendendo a preservação acima do que se costumou chamar na cidade de “cota quarenta”.

Lei complementar 50/97, que define o uso e ocupação de solo da chamada “cota 40”. A determinação municipal data de abril de 1973. Previamente definida pela lei 1.262, ratificada depois de dois anos, prevê

<sup>1</sup> Universidade da Região de Joinville.



a proibição de ocupação de áreas de Joinville que passem dos 40 metros acima do nível do mar. Por 20 anos, a lei 1.262 não foi alterada, até duas leis complementares relativizarem a proibição. A última mudança é de dezembro de 1997, quando foram determinados setores especiais que poderiam ser ocupados, sob liberação de órgãos ambientais. (JORNAL A NOTÍCIA, 21 de outubro de 2007).

Mas ficou evidente no trabalho que não seria a existência pura e simples de uma legislação, em uma época onde não havia fiscalização tampouco preocupação com o meio ambiente, que por si só garantiria a preservação. Muitos outros valores, notadamente os culturais, são fundamentais neste contexto.

Conceito importante que vem ganhando destaque é o de Patrimônio Natural. Tal formulação é importantíssima por elevar a área natural à condição patrimonial por suas características “sui generis”, agregadas à consolidação das espécies ali existentes e à história natural consolidada do lugar. Preservar áreas como patrimônio natural significa uma proposta diferente de toda a devastação ecológica descomedida da história recente, significa contrapor o estilo hegemônico global que tanto assolou a natureza planetária. Significa, sobretudo, criar ilhas e bolhas de autênticos laboratórios orgânicos, onde a história natural e a biologia podem ser estudadas e admiradas pelas gerações atuais e futuras. O tema agiganta-se em relevância ainda maior quando em áreas centrais de grandes aglomerados urbanos. Por ser Joinville a maior cidade de Santa Catarina e a terceira maior da região sul, a existência de encostas preservadas em sua região central é fenômeno importante e diferenciado, digno de ampla análise e difusão, quiçá como futuro norteador do planejamento de outras metrópoles pelo país e pelo mundo.

A estética e a beleza cênica destes locais, notadamente aquelas em contraste com a urbanização metropolitana, como é o caso ora em análise, legitimadas pela idiosincrasia ingênita, podem justificar a tais redutos ascender ao status de patrimônio natural. As encostas dos morros em Joinville, em sua maioria verdadeiros valhacoutos de mata atlântica preservada, são detentoras de grande número de espécies da fauna e flora, o que as metamorfoseia como que parques naturais em ambiente urbano.

Há duas correntes básicas de defensores da proteção ambiental: os preservacionistas e os conservacionistas. Para os primeiros a natureza deve ser mantida “virgem”, ou seja, não deve ser maculada pela presença humana e, se o foi, essa presença deve ser sumariamente extirpada e a condição natural de inabitada deve ser restituída àquela área. Os conservacionistas admitem a presença humana, desde que a manutenção do meio ambiente e seus processos naturais sejam garantidos, bem como os demais apanágios permaneçam presentes. Pelo que se observa na quase totalidade das metrópoles brasileiras a corrente conservacionista tem levado larga vantagem, pois admite o uso, embora limitado, de partes de áreas naturais. É o que se pode constatar também em Joinville em qualquer passeio mais detalhado pelas encostas de morros da cidade. Embora haja algum uso destas áreas, a maioria significativa das encostas permanece preservada. Apenas pequenas elevações têm uso total, a maioria sem oferecer risco à proteção civil e sem inviabilizar o acesso motorizado.

A grande crítica que se observa à preservação patrimonial pelo modo conservacionista é de que esta conservação nada mais faz do que atender aos interesses capitalistas, meramente utilitaristas, quer dizer, apenas preserva como forma de uso por verdadeiros privilegiados que têm seu patrimônio valorizado imensamente em razão da demagógica preservação falsamente propalada, em detrimento da maioria da população, que não tem acesso a estes locais como moradia, em razão do estrondo de valorização imobiliária.

A corrente preservacionista também recebe severas críticas de seus opositores, sobretudo pelo radicalismo e pela exigência da retirada de populações sedimentadas nos locais objeto de preservação, muitas vezes ali consolidadas por várias gerações, o que implica sérios problemas jurídicos, orçamentários e/ou sociais.

Cultura e natureza deveriam ser integradas e reciprocamente complementares. Porém esse foi um princípio desvirtuado pelo capitalismo ocidental, que viu a natureza exclusivamente como fornecedora de recursos (insumos) para a produção e exploração pelo capital, estruturando uma visão utilitarista da natureza. Esse conceito vem se estruturando desde o princípio da modernidade, com a industrialização iniciada na Europa após o feudalismo.

A preservação do patrimônio natural propicia excelente exercício de integração entre os elementos físicos e biológicos da natureza, os sistemas que estabelecem entre si e com as ações humanas. Fornece chaves para a proteção sinérgica de sítios e formações naturais significativas, em conjunto e harmonia com comunidades de plantas, animais e seres humanos, sobretudo com a cultura que cada grupo estabelece em relação à natureza, aos significados religiosos, míticos, legendários, históricos, artísticos, simbólicos, afetivos e tantos outros que podem ser conferidos pelo homem ao mundo natural. (DELPHIN, 2004, p. 4).

O surgimento do conceito de sustentabilidade, surgido há algumas décadas, aparece como uma tentativa de agregar, harmonizar e ajustar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, bem como minimizar os estragos causados pela exploração desenfreada e irresponsável da economia capitalista sobre o planeta.

Duas posturas justificam as ações de preservação do patrimônio natural. A primeira, de cunho ético, fundamenta-se em um imprescindível valor humano, o respeito e a solidariedade que o homem, única criatura capaz de conhecer e compreender os fenômenos materiais e imateriais do universo, deve a todos os seres que o rodeiam, sobretudo às diferentes formas de vida com as quais compartilha o espaço e o tempo. A segunda, de cunho pragmático, origina-se do interesse e dependência do homem pelos recursos da natureza sem os quais não pode subsistir. A preservação dos recursos naturais assegura ao homem a possível fruição desses bens, mesmo que ainda não conheça suas possíveis formas de utilização. (DELPHIN, 2004, p. 3).

Combinando aspectos ambientais com particularidades materiais e imateriais do conceito de patrimônio cultural, a discussão sobre paisagem cultural tem se acirrado sobremaneira nos últimos tempos e propiciado uma infinidade de contingências. O conceito traz inúmeras possibilidades, visto que nele está embutida uma abundância de interações entre a sociedade humana e o meio ambiente natural.

A chancela da Paisagem Cultural é o mais novo instrumento de preservação do patrimônio cultural brasileiro, lançado em 2009 pelo Iphan. Conforme a Portaria Iphan nº 127/2009, que regulamenta essa chancela, Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores. (WEISSHEIMER, 2009, p.13).

Os significados atribuídos à palavra “paisagem” dependem basicamente da área (ciência) que a adota e do contexto onde está inserida. Alguns destes significados podem ser bastante distintos entre si. Este tema, por si só, seria merecedor de um estudo muito amplo, como de fato existem muitos a respeito. Por não ser o foco principal neste trabalho, o abordaremos com a concisão necessária apenas para o enfoque que se pretende, referente às encostas enquanto paisagem cultural. Ribeiro (2007, p.19), citando Sauer, afirma que:

O termo ‘paisagem’ é proposto para denotar o conceito unitário da geografia, para caracterizar a peculiar associação geográfica dos fatos”. (SAUER, 1996: 300). Landscape seria o equivalente ao alemão Landschaft, e pode ser definido como uma área construída por uma associação distinta de formas, tanto naturais como culturais (SAUER, 1996: 301). Ainda nesse mesmo trabalho de 1925, Sauer lançou a frase que ainda hoje é repetida à exaustão por aqueles filiados à Escola de Berkeley e que procura dar conta da relação entre o homem e a natureza: “a cultura é o agente, a área natural o meio e a paisagem cultural é o resultado”. (RIBEIRO, 2007, p.19).

O que nos interessa de fato é que a preservação das encostas pode sim ser um fator poderoso como paisagem cultural de uma cidade, pois além de embelezar esteticamente todo o visual urbano, contribui sobremaneira para a qualidade de vida das pessoas, influenciando não só visualmente, mas saudavelmente, visto que tem inequívoca influência na qualidade do ar que se respira. Quanto mais preservação menos poluição, seja visual ou atmosférica.

Há ainda um componente histórico muito acentuado em uma consagrada preservação das encostas, pois “narra” uma forma marcante de construção da cidade inserida na sustentabilidade ambiental. Observar os morros urbanos de uma cidade é uma forma relevante e memorável de se entender a história desta cidade e de seu povo. A manutenção das encostas em sua condição natural, com a cobertura vegetal original (ou mesmo da mata natural replantada), em muito valoriza a paisagem cultural e enobrece o recurso no sentido de melhor caracterizá-lo como patrimônio natural.

Obviamente nem tudo é um “mar de rosas”, como seria ingênuo pressupor. O trabalho também buscou pesquisar as eventuais circunstâncias “negativas” encontradas na cidade de Joinville-SC, relacionadas a fatores de sustentabilidade em encostas de morros e apresentá-las como inconvenientes “pequenos” em comparação com outras cidades do país e do mundo.

O viés pesquisado aqui busca perscrutar não apenas o que se considera recomendável, com atribuição de valor como “coisa boa”, de provar algo que se acredita existir de positivo. A intenção maior é a ação inversa, de mostrar as adversidades de forma nua e crua para que o leitor, que conhece os mesmos infortúnios em outros locais, possa comparar as condições e julgar se o diferencial é significativo ou não.

Dentro deste propósito acima exposto é que se teve o objetivo de desenvolver conjuntamente uma pesquisa documental e “in loco” sobre o que se consideram “mazelas” de qualquer grande cidade, para encontrar estas mesmas em Joinville e buscar analisá-las com isenção e coerência.

A falta de planejamento urbano, aliada ao desconhecimento geológico das áreas a ocupar são fatores que têm trazido sérias consequências às comunidades instaladas nestes locais. Há inúmeras situações que levam aos problemas e resultados catastróficos resultantes destes fatores, desta ocupação antrópica em áreas de risco geológico. Uma ocupação racional do solo resultante de estudo e consequente conhecimento técnico pode minorar ou até prevenir totalmente os riscos referentes.

Para divisão do tema e estudo das circunstâncias, com relação às áreas ocupadas e riscos associados, podemos pautar três grandes grupos de “cenários-adversidades” capazes de gerar ou acentuar os riscos geológicos.

O primeiro diz respeito às bacias hidrográficas. Embora não esteja diretamente relacionado ao tema deste trabalho, é importante uma breve noção das questões da cidade neste contexto. Joinville tem basicamente três bacias hidrográficas com ação e consequências importantes para a proteção civil, cada uma delas com uma hidrodinâmica totalmente diferente das demais. A bacia do Rio Cachoeira, embora pequena, é em torno da qual se concentra aproximadamente sessenta por cento da população. É uma bacia sem acidentes geográficos, relativamente plana e que sofre grande influência das marés. Passa na região central da cidade, onde está em boa parte coberta pelo desenvolvimento urbano. Sobre seus afluentes passam ruas, Shopping Center, praças, edifícios, casas, etc. Por estar praticamente no nível do mar, ela só transborda se houver uma coincidência de horários entre maré alta e precipitação pluviométrica acentuada. Mesmo assim este alagamento, embora já tenham sido registrados alguns que literalmente deixaram a cidade submersa, é efêmero, durando o tempo da maré alta, algo entre duas e quatro horas. Há casos de pequenas quantidades de água sobre o asfalto de duas ruas centrais mesmo em períodos sem chuva, exclusivamente pela maré, mas estes não causam maiores transtornos.

A segunda bacia em termos de ocupação antrópica no município é a do Rio Águas Vermelhas, localizada na zona oeste da cidade, banhando os bairros Vila Nova, São Marcos, Morro do Meio e Nova Brasília. Em verdade este rio é um afluente do Rio Piraí, que por sua vez é afluente do Itapocú. É uma bacia problemática para a população por sua alta sinuosidade e baixa declividade. As inundações nesta bacia, diversamente da anterior, demoram muito a baixar, podendo levar semanas para o problema se resolver mesmo com tempo estável.

A terceira bacia é a do Rio Cubatão. Localiza-se em região montanhosa, de muitos acidentes geográficos e que em períodos de cheia atinge muita velocidade de água, causando as chamadas enxurradas. Como está em região com pouca ocupação humana, os problemas dela advindo não são significativos.

Não se entrará em maiores detalhes sobre as bacias hidrográficas de Joinville justamente em razão de o tema do trabalho ser outro, contudo haver sempre alguma relação.

O segundo grande grupo de “cenários-adversidades” diz respeito a zonas costeiras. Embora a proximidade do Oceano Atlântico e ao fato da região central da cidade estar praticamente no nível do mar, Joinville é banhada pela Baía da Babitonga e não propriamente pelo oceano. Assim, este município sofre poucas influências deste grande grupo, exceto a ação das marés na Bacia do Rio Cachoeira, já relatada acima. Também nas regiões de mangue da cidade a influência das marés traz algumas alterações, que não pormenorizaremos aqui também em razão do tema deste trabalho (encostas). Pela já citada baixa altitude da cidade, eventuais problemas futuros como elevação do nível do mar, maremotos, ou eventos adversos como ciclones, tornados ou furacões poderiam sim levar o mar a agir

catastroficamente sobre Joinville, contudo ainda não se tem notícias de registros históricos neste sentido.

O terceiro grande grupo de “cenários-adversidades” se refere a zonas de vertente, que é de fato o que nos interessa diretamente, pois nosso tema central é as encostas dos morros da região urbana de Joinville. Justamente as encostas de acentuada declividade caracterizam as zonas de vertente, áreas sujeitas a diversos acidentes geológicos, notadamente de movimentação de massa, os chamados deslizamentos. Os fatores destas movimentações são basicamente de dois tipos, os condicionantes e os desencadeantes. As possibilidades são muitas, mas podemos citar como exemplo dos primeiros o elevado grau de inclinação da encosta, o tipo de solo, a permeabilidade de água no solo, o tipo de vegetação, a ação da gravidade, variações de temperatura, etc. Quanto aos desencadeantes podemos citar a ocupação humana irregular, o excesso de chuvas, a falta de drenagem apropriada, o desmatamento da cobertura vegetal, abalos geológicos, outras ações humanas, outros eventos climáticos, etc.

A melhor forma de prevenção é a não ocupação de áreas de risco. No caso de já ocupadas, o melhor caminho é viabilizar estudos técnicos complexos e profundos que permitam um conhecimento o mais detalhado possível das características geológicas e geomórficas do local para perfeita avaliação dos riscos, com consequentes levantamentos através de mapas, cartas e demais documentos técnicos. Esse conhecimento enseja uma segunda fase, que dependendo do apurado pode passar por orientação aos habitantes, estruturação de obras de contenção, drenagem e outras formas de prevenção de eventos adversos, explosão e retirada de grandes rochas ou outros materiais em iminência de movimentação, remoção de populações em risco, etc.

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, instituição oficial que efetua o Serviço Geológico do Brasil, através de um projeto nacional de prevenção a desastres naturais, denominado “Ação Emergencial para Reconhecimento de Áreas de Alto e Muito Alto Risco a Movimentos de Massas e Enchentes” realizou em outubro de 2012 o levantamento das áreas de risco de deslizamentos na cidade de Joinville-SC. O trabalho foi realizado conjuntamente com a Secretaria Municipal de Proteção Civil e Segurança Pública, que por ocorrências registradas em circunstâncias anteriores já tinha conhecimento e realiza o monitoramento de tais áreas. O resultado deste trabalho com técnicos especializados do serviço federal foi o mapeamento e análise de 24 (vinte e quatro) áreas em Joinville consideradas pela CPRM e pela Defesa Civil municipal como os pontos de risco geológico na cidade. Destaque-se que há outros inúmeros pontos de deslizamento registrados na cidade, de menor relevância, que não mereceram por entendimento técnico ser objeto de tal levantamento pormenorizado, porém já registraram ocorrências de algum tipo no tocante à Defesa Civil.

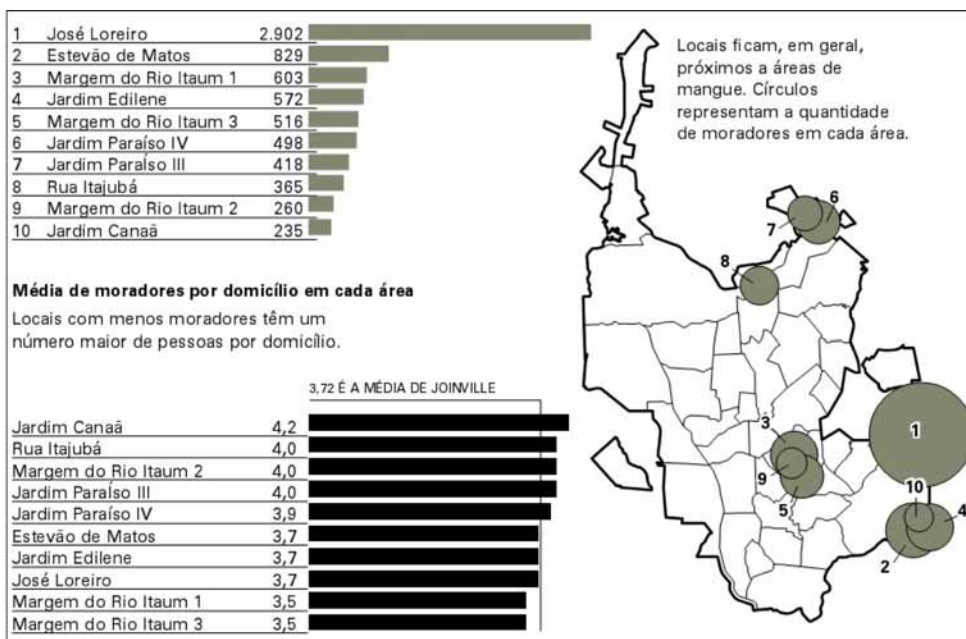
Na dissertação estaremos ilustrando um breve resumo deste estudo, como forma de enriquecer a pesquisa e apresentar estes problemas que Joinville também tem, porém constatamos que os maiores problemas de movimentação de massa na cidade são de importância menor e risco relativamente baixo se comparados com os mesmos tipos de fenômenos em outras cidades. Considerando o objetivo deste resumo, não temos como adentrar em detalhes deste estudo técnico, mas apenas mencioná-lo.

A quem interessar possa, a observação dos estudos técnicos e das fotos componentes poderá facilmente constatar que os riscos, se comparados aos de áreas problemáticas de ocupação em zonas de vertente em outras cidades têm significativas diferenças. A primeira delas refere-se ao ângulo de inclinação do solo, que no caso de Joinville é sempre menor. O outro aspecto significativo diz respeito à altitude destas elevações ocupadas, que em Joinville é de apenas poucos metros da base ao topo.

Uma das alegações sobre Joinville mais corriqueiras e aceitas era de que a cidade não possuía favelas. Determinados políticos usaram amplamente tal argumento em benefício próprio ao longo de décadas. O censo realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE veio, em parte, contrapor tal alegação.

Segundo o jornal diário catarinense, de 22 de dezembro de 2011, os dados do censo do IBGE de 2010 indicaram que em Joinville há dez áreas consideradas “aglomerados subnormais” com 7.198 pessoas. O infográfico abaixo, publicado também no jornal diário catarinense, indica onde estão estes aglomerados em Joinville-SC.

Figura 1 – Onde estão os 7.198 habitantes de favelas em Joinville-SC

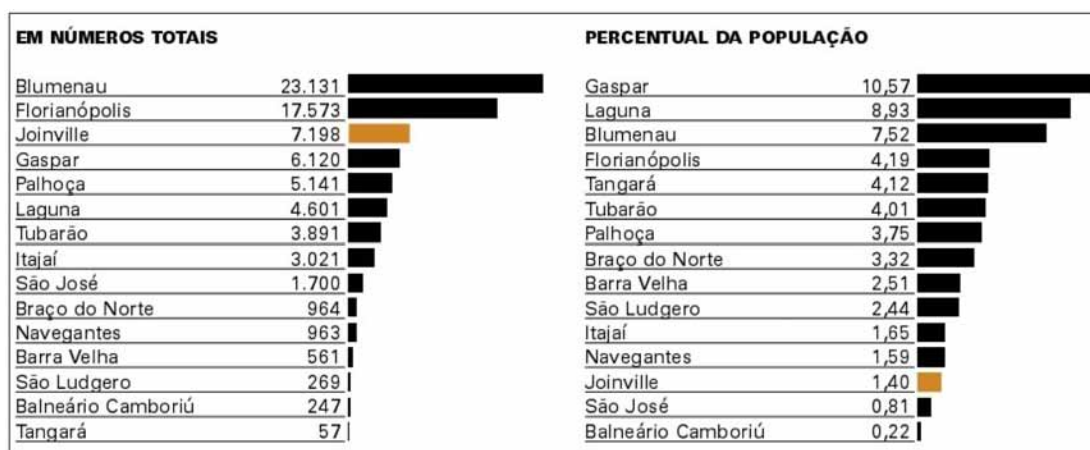


Fonte: <http://www.clicrbs.com.br/pdf/12727976.pdf> acessado em 16 de julho de 2014 às 22:00h

Em números absolutos a cidade, que por ser a mais populosa seria compreensível ser a com maior número de habitantes em áreas subnormais, aparece em terceiro lugar no Estado de Santa Catarina, atrás de cidades bem menores em população, como Blumenau e Florianópolis. Mas o dado que realmente interessa é aquele em relação ao percentual de habitantes, onde Joinville cai para décimo terceiro lugar no Estado, ou seja, uma posição realmente invejável. Além do que, como já discorreremos ao longo deste artigo, quase todas estas áreas estão em região plana e não em encostas, este último o padrão dominante em outras cidades de Santa Catarina. Um dado que merece destaque e confirma o que vimos afirmando neste trabalho é que a única área subnormal (favela) que não fica em local plano, ou seja, configura uma área caracterizada como encosta de morro, é justamente uma das menores dentre as favelas da cidade, na Rua Itajubá, Morro do Finder, com 92 casas e 365 pessoas, apresentando uma média de 04 (quatro) moradores por residência. Mesmo assim, esta área não chega a estar instalada em área de grande inclinação e não apresenta os problemas comuns às favelas em encostas no Estado e pelo restante do país.

A figura abaixo nos apresenta outros dados importantes.

Figura 2 – Posição das cidades de SC com maior número de favelas



Fonte: <http://www.clicrbs.com.br/pdf/12727976.pdf> acessado em 16 de julho de 2014 às 22:00h

Na sequência apresentamos fotos aéreas desta região citada como “favela” por muitos órgãos de imprensa, onde se pode analisar toda a estrutura geral daquela comunidade e visualizar todas as residências ali existentes. Estas fotos foram tiradas recentemente e qualquer pessoa que já tenha visto uma “favela” no Rio de Janeiro, São Paulo ou mesmo em Florianópolis pode facilmente comparar as diferenças e constatar se o termo “favela” se aplica ao local.

Sem querer interferir na capacidade de análise do leitor, mas nos parece um pouco de “exagero” chamar de “favela” a comunidade existente nesta área, o que não descaracteriza em nada a situação irregular ali existente, visto que se encontra localizada em área de encosta de morro acima da chamada “Cota 40”, portanto em situação ilegal. Ocorre, porém, que esta ocupação tem muitas décadas de existência, o que dificulta uma solução imediata do problema.

Figura 3 – Área Subnormal existente na Rua Itajubá, encosta do Morro do Finder



Foto: Alvir Antonio Schneider

A existência dessa comunidade em uma área de encosta e acima da cota quarenta, embora uma comunidade com muitas dificuldades e desprovida de recursos financeiros maiores, traz em si outro componente no qual se pensar: se esta ocupação se deu em desacordo com a lei isto é um testemunho de que a chamada “lei da cota quarenta” não era necessariamente cumprida e tampouco havia fiscalização, visto que a ocupação não foi impedida de se estabelecer e ali permanecer até os dias de hoje. Não seria isto uma prova de que não foi a existência da lei ou de uma possível fiscalização os impeditivos para que as encostas dos morros de Joinville fossem todos ocupados? O existir de uma ocupação acima da cota quarenta nos parece derrubar a argumentação de que a mera existência da lei impediu as ocupações. Ou seja, se uma se estabeleceu, outras não o fizeram por alguma outra razão de vontade.

A preservação de encostas de morros na área urbana de Joinville também é resultado dessa ação conjunta das relações sociais entre as diversas forças que construíram esta cidade nas últimas décadas. Prova que pode haver uma “diferente” manifestação cultural na cidade. Esta é uma metrópole dinâmica, pulsante, que cresce a passos gigantescos, ostentando o maior PIB do Estado, referência em qualidade de vida, em tecnologia, em criação de empregos. Mas, sobretudo, no tocante ao tema em pauta, esta cidade parece respeitar o meio ambiente, consegue crescer e enriquecer com qualidade de vida, preservando seu ambiente natural. Na atualidade, quando a questão ambiental se torna cada dia mais premente, quando os problemas referentes à proteção civil são cada vez mais manchetes nos principais jornais do mundo, ostentando vítimas fatais aos

milhares, resultado macabro e estarrecedor de uma questão ambiental, econômica, política, legal e cultural, torna-se relevante tal possibilidade de que Joinville, presumivelmente, esteja sabendo muito bem encaminhar esta questão e possivelmente vir a ser um modelo que merece ser explorado, compreendido e perfilhado.

## REFERÊNCIAS

CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. **Ação Emergencial para Reconhecimento de Áreas de Alto e Muito Alto Risco a Movimentos de Massas e Enchentes:** Joinville – Santa Catarina. Brasília: Governo Federal, Serviço Geológico do Brasil, 2012.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **O patrimônio natural no Brasil.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

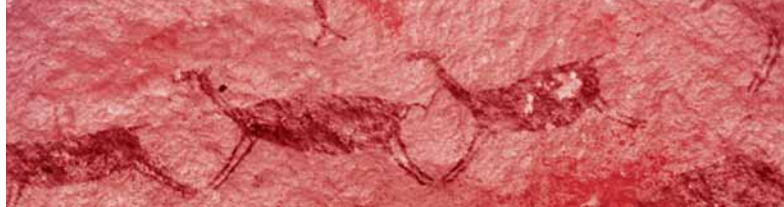
<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/noticia/2011/12/dados-do-censo-2010-apontam-que-7-2-mil-vivem-em-favelas-em-joinville-3605013.html>

<http://www.clicrbs.com.br/pdf/12727976.pdf>

<http://www.an.com.br/ancidade/2007/out/21/3ger.jsp>

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

WEISSHEIMER, Maria Regina. **Paisagem cultural.** Brasília-DF: Depam | IPHAN, 2009.



## Pichadores e pichações: um olhar para as apropriações urbanas

BRUNO S. MARQUES<sup>1</sup>  
ILANIL COELHO<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo possui como temática central a análise da historicidade de pichações como uma forma de uso dos espaços urbanos e interpelação aos discursos históricos e identitários sucitados nos e pelos patrimônios culturais de Joinville no tempo presente. Estendendo o olhar para os complexos urbanos, analisando suas produções discursivas que estão interligadas por um sistema comunicativo, percebemos que as cidades contemporâneas atravessam constantes alterações nos modos de apropriação e usos do espaço. Assim, as pichações se desdobram como um uso tático dos espaços urbanos, podendo alterar seus significados, projetar em formato de escrita interpelações aos lugares, subvertendo ou desrespeitando suas fronteiras simbólicas e tornando-os praticado. A investigação procura, pois, problematizar as profanações cotidianas realizadas pelos cidadãos e pensar a pichação para além do seu estigma de vandalismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio Cultural; Pichação; Joinville.

*Uma cidade é também, simultaneamente, a presença mutável de uma série de eventos onde participamos como atores ou como espectadores.*

Massimo Canevacci<sup>3</sup>

Caminhar pela cidade, transitar por suas ruas, cruzar seus bairros, conhecer seus espaços, podem ser atividades um tanto quanto enigmáticas para quem se propõe à imersão na vida urbana. A arquitetura “se comunica”, não apenas com o sujeito urbano, mas também com a própria cidade, seus muros produzem uma linguagem própria, seu barulho atordoante deflagra um organismo vivo fadado à insônia eterna que dialoga com essa cidade *polifônica*. Estamos imersos a essa teia comunicacional, como evidencia Canevacci: “como atores ou como espectadores” captamos e emitimos mensagens, decodificamos sinais e desta forma a cidade se produz a partir de sua estrutura dialógica.

As cidades se constroem numa relação de atribuição de representações, os espaços emitem mensagens que interpretadas pelos cidadãos geram sentidos ao meio urbano. Para o historiador Jacques Le Goff (1998), os muros durante a Idade Média estavam ligados diretamente a um sentimento de segurança, ou seja, além de serem de fato os mecanismos que separavam aqueles que poderiam estar dentro ou fora de um lugar também criavam toda uma ambientação e um sentimento de que a “cidade aspira à segurança” (1998, p.71). Bauman analisando a sociedade contemporânea reflete também sobre os sentimentos de insegurança vividos pelos cidadãos urbanos, partindo do ponto que:

<sup>1</sup> Aluno do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da UNIVILLE, Joinville, SC, bolsista CAPES, email: bpcontraparte@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em História Cultural, professora titular do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade e do Curso de História da UNIVILLE, Joinville, SC, email: ilanilcoelho@gmail.com.

<sup>3</sup> CANEVACCI, Massimo. *A Cidade Polifônica: Ensaio Sobre a Antropologia da Comunicação Urbana*. São Paulo: Studio Nobel, 2011.



A aguda e crônica experiência da insegurança é um efeito colateral da convicção de que, com as capacidades adequadas e os esforços necessários, é possível obter a segurança completa. Quando percebemos que não iremos alcançá-la, só conseguimos explicar o fracasso imaginando que ele se deve a um ato mau e premeditado, o que implica a existência de um delinquente.” (BAUMAN, 2009, p.15)

Se a busca pela segurança é algo familiar a quem vive nos complexos urbanos, Bauman percebe também a formação de uma representação de sujeito delinquente, pelo qual pode ser retrato de um ser concreto a se despejar todo o sentimento de insegurança.

Muros representam uma segurança, segmentam, separam o que pode estar dentro do que deve ficar de fora. Entretanto, a partir do momento em que é profanado passa a representar a presença ausente da delinquência. Estes muros podem conter histórias muito mais enigmáticas do que a projeção de um sentimento de segurança.

Propomos, neste artigo, refletir de que forma a pichação se apresenta como um elemento significativo da história local e pode ser vista como sintoma de práticas do espaço urbano<sup>4</sup>. Para tanto, na primeira parte buscamos interpretar interdisciplinarmente os sentidos da pichação no espaço urbano e como se constitui num elemento comunicacional utilizando as contribuições de vários autores da área das ciências humanas e sociais que tangenciam o tema da pichação. Na segunda parte do artigo, realizamos uma análise sobre algumas pichações da cidade, relacionando e interpretando os discursos históricos atravessados pela prática da pichação.

Em uma contextualização histórica, a pichação está presente como elemento reivindicatório em diferentes espaços temporais. Rama (1985, p.9-12) pontua três momentos da história americana em que transmutar o sentido das paredes teve uma relação com as manifestações escritas através da pichação. Em uma reivindicação dos capitães espanhóis, ao se sentirem enganados após a vitória sobre os astecas (1521), se apropriam dos muros do palácio onde ficava Cortés. De acordo com o relato do comandante Bernal Diaz del Castillo:

Como Cortés estaba em Coyoacán y posaba en unos de sus palacios que tenían blanqueadas y encaladas las paredes, donde buenamente se podía escribir en ellas con carbones y otras tintas, amanecían cada mañana escritos muchos motes, algunos en prosa y otros en metro, algo maliciosos (...) y aun decían palabras que no son para poner en esta relación.<sup>5</sup> (BERNAL apud RAMA, 1985, p.10)

Cortés ainda se inseria nesta trama dialógica e, algumas vezes, respondia as mensagens. Entretanto, ao escrever: “Parede branca, papel de néscios”<sup>6</sup>, finaliza atribuindo um sentido pejorativo ao ato de se apropriar das paredes. Restabelece uma hierarquia à escrita, definindo que um muro não é espaço para tal prática. Rama também retrata a percepção de Alonso Carrió de la Vandra, inspetor de correios, que mesmo dois séculos depois de Cortés, ainda mantém sua visão muito próxima a do último, atribuindo às pichações que cobriam as paredes da pousada do Alto Peru a “hombres de baja esfera”, tanto pelo teor das mensagens, quanto pelo trato com a escrita. Em ambos, a visão dada ao ato de pichar é depreciativa no momento em que o sujeito se apropria de espaços que não são diretamente criados com a intenção de possibilitar a expressão de ideias e pensamentos através da escrita.

Por fim, Rama localiza também no Século XX a presença maciça das apropriações de muros a fim de imprimir marcas. A invasão das pichações políticas nas principais cidades latino-americanas, principalmente contrárias às ondas ditatoriais repressivas que assolavam os países latinos naquele período, possuía uma característica clandestina. Estas marcas subversivas eram rapidamente

<sup>4</sup> CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, ed.20, 2013.

<sup>5</sup> Como Cortés estava em Coyoacán e ficava em um de seus palácios que tinham suas paredes branqueadas, onde se podia escrever nelas com carvão e outras tintas, amanheciam a cada dia escritos muitos motes, alguns em prosa outros em metro, alguns maliciosos, e alguns diziam palavras que não podem estar nesta relação. (Tradução dos autores)

<sup>6</sup> Paredes brancas, papel de tolos (tradução dos autores)

traçadas, constituindo um mecanismo comunicacional entre sujeito e cidade. Esta atitude provocou uma série de repressões pelo aparato da vigilância estatal, a exemplo do Uruguai: “en el año 1969, en la mitad de la agitación nacional, el gobierno del Uruguay dictó un decreto que prohibía la utilización, en cualquier escrito público, de siete palabras”<sup>7</sup> (RAMA, 1985, p.11). O que se tentou foi criar um dispositivo legal que apagasse as mensagens e coibisse toda e qualquer pessoa que viesse a tentar expor algum tipo de ideia num espaço não preparado para isso.

O historiador francês Michel Certeau, atento às manifestações de 1968, vê nos escritos dos muros uma fonte para interpretação de uma história recente altamente emblemática para os intelectuais do período, “en un París desierto, se han limpiado las calles, después los muros. Esta operacion de aseo alcanza tambien a la memória”<sup>8</sup>(CERTEAU, 1995). Tal qual o decreto uruguaio que visava o branqueamento das paredes, a limpeza dos muros de Paris em 1968 idealizava apagar memórias das mais variadas reivindicações e ansiava pelo esquecimento da revolta popular.

Entretanto será que os dispositivos de controle do Estado dão conta do controle de um sujeito? Da supressão de suas memórias? Agamben (2009) nos apresenta duas grandes classes: o seres viventes e os dispositivos, sendo que o sujeito nasce diretamente da relação entre ambos. Este filósofo nos mostra as intencionalidades dos dispositivos em estabelecerem relações de controle com o sujeito comum. O sujeito assujeitado, então, nasceria da inferência do dispositivo e não de suas próprias vontades. Entretanto, através do ele denomina de *profanação*, o ser atribui um novo sentido ao dispositivo.

Neste sentido, faremos referência à percepção de Certeau que realoca o olhar dirigido aos dispositivos de controle e denomina de “próprio” a “vitória do lugar sobre o tempo” (CERTEAU, 2013, p.46), pensando os dispositivos não com fim neles, mas a partir da forma que o sujeito reinventa o “próprio” em sua vida cotidiana. É no dia a dia que a resistência da mulher/homem é desempenhada. Para ele, o “cotidiano se inventa com mil maneiras de *caça não autorizada*” (CERTEAU, 2013, p.38) e será o uso tático que tornará o homem comum um inventor do espaço urbano, um recriador da cidade. Desta forma, o conceito de tática é fundamental para compreender de que forma as pichações despontam como um uso do espaço, como ela toma para si um discurso que já havia se naturalizado no “próprio” urbano, no patrimônio, como ela insere sujeitos comuns em meio à cidade e como ela altera o discurso patrimonial a partir do ato de apropriação. A tática não nasce em oposição ao controle, muito pelo contrário, o controle precisa se reformular, em formato de *estratégias* para tentar estabelecer as amarras ao sujeito. Entretanto, a *tática* é, apropriação dos lugares que os transformam em espaços no momento mesmo em que são praticados a partir de contingências e necessidades dos próprios praticantes. É o retorno do fraco ao centro da cidade e sua posse da cidade através de sua grafia nos muros. Assim, a pichação, como prática do tipo tático, subverte a ordem urbana e desterritorializa aquilo que deveria ter um uso único.

A pichação também pode ser concebida nos termos colocados por Canclini para explicar o grafite. Diz o autor:

O grafite é [...] uma escritura territorial da cidade, destinada a afirmar a presença e até mesmo a posse sobre um bairro. As lutas pelo controle do espaço se estabelecem através de marcas próprias e modificações dos grafites de outros. Suas referências sexuais, políticas ou estéticas são maneiras de enunciar o modo de vida e de pensamento de um grupo que não dispõe de circuitos comerciais, políticos ou dos *mass media* para expressar-se, mas que através do grafite afirma seu estilo. Seu traço manual, espontâneo, opõe-se estruturalmente às legendas políticas ou publicitárias ‘bem’ pintadas ou impressas e desafia essas linguagens institucionalizadas quando as altera. O grafite afirma o território, mas desestrutura as coleções de bens materiais e simbólicos (CANCLINI, 2013, p.336-337).

<sup>7</sup> No ano de 1969 no meio da agitação nacional, o governo do Uruguai cria um decreto que proíbe a utilização em qualquer escrito público, de sete palavras. (tradução dos autores)

<sup>8</sup> Em uma Paris deserta, limpam as ruas e depois os muros. Esta operação alcança também a memória (tradução dos autores)

Um muro quando erguido não é feito para receber uma intervenção, possui uma função de separar aquilo que está fora criando uma sensação de segurança. Ao grafar, o pichador *profana* o espaço, atribui um novo sentido a partir da intervenção e passa a comunicar novas e inusitadas mensagens.

Russi Duarte (2009, p.3) se propõe a “entender no ato da pichação a estética comunicativa que provoca um tecido infinito de operações”, compreendendo como a pichação se constitui em um elemento comunicativo com a cidade. O ato simples de marcar uma superfície se configura como complexo no momento em que é posto a mediação sócio-cultural, onde se produz uma interpretação entre uma mente intérprete e o objeto. Se for um ato dialógico conectado a um grupo que expressa ideias, sentimentos e relações com a cidade, os atos de pichação podem ser ferramentas para investigar sentidos, representações e memórias do espaço. Sendo assim o historiador tem a possibilidade de se debruçar sobre essas marcas para lançar interpretações sobre o passado, analisando as narrativas dos muros e compreendendo-as como parte do cotidiano urbano.

O antropólogo italiano Massimo Canevacci, em sua análise sobre a cidade inserida numa trama comunicacional, percebe os conflitos contemporâneos como uma “hiperinflação de signos e na sua multiplicação por unidades de sujeitos comunicativos: a comunicação é incorporada dentro das partes mais íntimas do conflito ‘pós-moderno’ (...)” (CANEVACCI, 2011, p.23). Neste limiar comunicacional, a pichação se apresenta como um elemento dialógico e que se contrapõe a outras práticas discursivas, no que diz respeito ao seu discurso explícito ou ao espaço no qual ela pode vir a ser projetada.

## PICHAÇÕES E SEUS SENTIDOS

No Brasil, a pichação sofrerá, principalmente a partir da década de 1990, uma tentativa de cerceamento. O art. 65 da lei 9.605/98<sup>9</sup> define a pichação como crime, sujeitando o seu praticante de três meses a um ano de detenção e multa. A partir de uma reformulação de 2011, com a lei 12.408/11<sup>10</sup>, cria-se uma diferenciação entre o grafite e a pichação, no qual o primeiro assume um caráter legal, desde que autorizado pelo proprietário do lugar grafitado e pelos órgãos públicos responsáveis. Já a pichação continua enquadrada restritivamente na categoria de crime ambiental, contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural. Desta forma, a tentativa de um controle sobre o que seria realizado nos muros da cidade avança em duas esferas: a primeira no campo legal, dando a possibilidade de pichadores responderem por crimes ambientais e a segunda, em uma divisão discursiva entre o que seria correto ou não realizar, criando diferenciações entre a prática da pichação e a prática do grafite.

De acordo com Pimentel (2012, p.56) “o Brasil é o primeiro país a promover dentro da subcultura do grafite a separação entre grafite e pichação e também o primeiro a ter uma lei que privilegia um em detrimento do outro”. Entretanto seria a lei o elemento fundante para delimitar as fronteiras que se estabelecem entre os dois campos? Se nos atentarmos a redação da mesma perceberemos que o que torna a apropriação legal é a autorização prévia dos responsáveis pelo espaço a ser pintado e não sua profusão estética. Desta forma, diferenciar o grafite da pichação pelo código penal é uma visão simplista que não cabe à profundidade teórica desta complexa apropriação urbana. De acordo com Elisabeth Prosser:

Apesar de muitos graffiti serem realizados com a concordância dos poderes públicos ou privados sobre muros de sua jurisdição ou propriedade, esta não é uma categoria de diferenciação, pois há muitas obras, inclusive as letras mais complexas com duas ou mais cores, representando três dimensões, executadas sobre muros não disponibilizados. (PROSSER, 2009 p.11)

<sup>9</sup> Capítulo V: DOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE, Seção IV: Dos Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural. “Art. 65. Pichar, grafitar, ou por outro meio conpuscar edificações ou monumento urbano”

<sup>10</sup> Nova redação: “§ 2º Não constitui crime a prática de grafite realizada com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário e, quando couber, pelo locatário ou arrendatário do bem privado e, no caso de bem público, com a autorização do órgão competente e a observância das posturas municipais e das normas editadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional.”

Assim, não nos cabe limitar a análise ao campo legal. Silveira irá trilhar outro caminho nesta distinção afirmando que: “basicamente, o grafite se caracteriza pela profusão de cores, pela predominância da imagem, pelas tonalidades (...)”, enquanto a pichação “emprega poucas cores, muito texto, privilegiando as formas e as experimentações caligráficas-criptográficas” (SILVEIRA, 2012 p.18-19). Sendo assim a diferenciação ocorre apenas no campo do método aplicado para o desenvolvimento da *performance*. Enquanto uma pichação se apresenta basicamente como uma mensagem curta e direta, em uma única cor, no grafite se utiliza de uma vastidão imagética e de combinações variadas de cores. Entretanto, o autor ressalta que enquanto o grafite se aplica ao campo artístico, a pichação deflagra afirmação e mensagem política. Tal análise não se adequa ao que de fato se encontra nas ruas das grandes cidades.

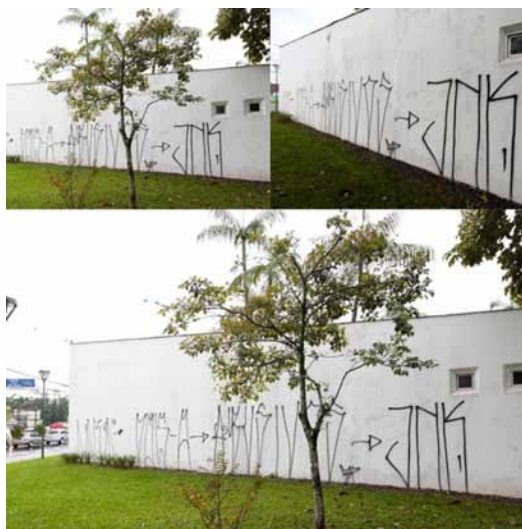
Ao analisar as Figuras 1 e 2, percebemos que o grafite também pode possuir um teor explícito de reivindicação política, enquanto a pichação pode estar destituída de conteúdo político. Em uma primeira análise, a Figura 2 mostra uma pichação que inscreve letras em um muro, sem uma mensagem explícita de sentidos. Entretanto, veremos que as “tags”, como são conhecidas as assinaturas de pichadores, possuem um valor simbólico nas suas inscrições nas cidades.

Figura 1 – Grafite “Pelo Fim da PM” realizado pelo coletivo Pinte e Lute



Fonte: página do Pinte e lute e acervo pessoal do autor.<sup>11</sup>

Figura 2 – Pichação no muro do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville – picho por: Lara, Dos-a, Abusivos, JNK



Fonte: acervo pessoal do autor

<sup>11</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/pintelute/photos/pb.542024409201275.-2207520000.1408980771./659384510798597/?type=3&theater>> Acessado em: 25/05/2014

A concepção entre grafite e pichação é algo que em um determinado momento estreita e separa relações e não deve ser enquadrada em conceitos que cristalizem elementos que se encontram em profundas transformações e que se relacionam de forma comunicacional. Portanto, partimos do potencial simbólico que as performances nos muros da cidade podem gerar na sociedade.

Em Joinville, a problemática da pichação se estabelece no contra discurso de suas presumidas tradições. Diego Finder Machado (2009), ao analisar as comemorações dos 150 anos da cidade, reflete acerca dos sentidos históricos que foram criados a partir de seus discursos e marcos patrimoniais. A visão de que Joinville teria iniciado de um “vazio demográfico”, e que, com o esforço dos imigrantes<sup>12</sup>, se constituiu como a grande cidade do Sul do Brasil, visão esta que já havia sido retratada pelo monumento “Os Pioneiros”, passa a ser reforçada quando da inauguração em 2001 do monumento “A Barca”, numa menção a histórica barca Colon que teria trazido os primeiros imigrantes a Joinville. Esta seleção temporal e étnica não se configura como mero acaso. De acordo com Pollak (1989:4), a sociedade se constitui em “verdadeiras batalhas da memória” onde grupos distintos disputam no discurso o protagonismo da história. Assim, o aviso nos dado por Machado (2009:35) evidencia uma seleção de marcos com a finalidade de constituir um discurso sobre o processo imigratório: “É preciso advertir aqui, tentando ao menos sinalizar alguns caminhos, que as histórias das terras de Joinville excedem, em amplitude e complexidade, o processo colonizador iniciado em meados do século XIX”. É importante frisar também que para Machado tais discursos e comemorações teriam um “desejo pedagógico aos ‘forasteiros’”. Estes, que teriam vindo fazer parte da cidade no decorrer de sua existência, seriam bem vindos, desde que assimilassem a história e se integrassem ao projeto de futuro da mesma.

Ocorre que em 29 de junho de 2014, 13 anos após a comemoração do sesquicentenário que, como vimos, pôs em prática ensinamentos sobre o passado, presente e futuro urbanos, 2001, o perfil de uma rede social da Prefeitura Municipal de Joinville alerta os joinvilenses a algo novo na cidade: o monumento “A Barca”, que ocupou protagonismo entre os patrimônios edificados entre as festividades, amanhecia pichado. A Prefeitura, no texto produzido em sua rede social, afirma que: “atitudes como essa denigrem não só a imagem da cidade como a história de Joinville”. Nenhuma das pichações possuía um discurso aberto, reivindicatório. Todas as três se configuravam como tags<sup>13</sup>. Se a profusão estética no urbano possibilita a análise da pichação como um elemento comunicativo e uma forma de praticar a cidade, as pichações realizadas agora passavam a fazer parte da própria composição do patrimônio, ainda que por período breve, até ser apagada por zeladores designados para a limpeza do lugar.

Figura 3 – Pichação no monumento “A Barca”



Fonte: Acervo pessoal do autor e página da Prefeitura Municipal de Joinville<sup>14</sup>

<sup>12</sup> Leia-se aqui imigrantes germânicos: alemães, suíços e dinamarqueses.

<sup>13</sup> Pichação em formato de assinatura de uma pessoa ou de um grupo.

<sup>14</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/prefeituradejoinville/photos/pb.144244992341238.-2207520000.1408981352./626190997479966/?type=3&theater>> Acessado em: 25/07/2014

Assim, podemos considerar que o pichador se apropria da cidade no momento em que grafa o seu nome ou apelido (tag) nos prédios, circula nos espaços centrais demarcando o seu território, e acima de tudo, tornando visível sua existência como usuário signatário da cidade. Denuncia aos cidadãos a existência de sujeitos que não compartilham aquele padrão de organização estética. Deste modo, sua mensagem é questionadora, não necessariamente pelo conteúdo, mas pela marcação de sua existência. No caso da pichação no monumento anteriormente citado, ao inscrever uma presença indesejada de sujeitos ordinários do meio urbano em uma barca na qual os símbolos que compõem a narrativa monumentalizada foram minuciosamente selecionados por aqueles que edificaram este “lugar próprio”, torna o conteúdo, a forma e a própria pichação, conforme a narrativa da PMJ, uma afronta à história da cidade, uma profanação descabida. Vale lembrar que a composição do monumento possui em seu “casco” imagens dos ícones supostamente tradicionais da cidade e, agora por conta da reapropriação deste espaço, a pichação insere os habitantes marginalizados no cenário que enaltece a presença ausente dos pioneiros da cidade. Neste caso, o ato de pichar torna-se uma reivindicação do espaço, brinca com a proposta do monumento, insere em seu contexto aquele que deveria ter se submetido à ordem de transmissão dos lugares de memória instituídos durante as festividades do sesquicentenário. A pichação se configura, pois, como uma transgressão. Ela é a marca e o sintoma da existência de não assujeitados pelos dispositivos de controle, sintoma este que denuncia as apropriações variadas da cidade, suas sociabilidades, imaginários, usos e territórios. Tirar a barca do seu território, das mãos dos “pioneiros”, senhores das flores e bicicletas, seria um fato extremamente condenável pois desestabiliza as memórias e poderes de um grupo específico da cidade. Entretanto, esse tipo de prática ocorre de forma cotidiana: quantos muros são tirados de seus estados de “branquidão”? quantas ruas cheiram tintas saídas de canetões, spray e rolinhos? Quantas memórias escritas nos muros da cidade?

Ainda nas pistas de perceber a pichação de Joinville como um uso do espaço urbano, e este como uma prática cotidiana, nos atentamos à pichação realizada em um dos viadutos de entrada da cidade. Esta, por sua vez diferente das marcas do monumento anteriormente visto, possui uma mensagem aberta e clara. O dizer “Nascer, trabalhar, morrer” em letras garrafais, grafado na principal entrada da cidade, implica em uma crítica às lógicas organizacionais de uma cidade supostamente voltada para o trabalho. Retomamos Diego FINDER MACHADO para afirmar que através do processo pedagógico das festividades do sesquicentenário o processo linear da história joinvillense levaria todos os seus moradores a um futuro grandioso. Desde os primeiros imigrantes que ergueram a cidade a partir do nada até a tentativa de “impelir as pessoas a tentar superar este passado de agruras na construção de um mundo melhor para se viver, que se imaginava em um pensamento bastante otimista, possível em tempos futuros” (MACHADO, 2009, p.95), buscou-se constituir uma narrativa de trabalho, onde a grandeza da cidade se daria pela entrega disciplinar ao trabalho duro.

Em sua profusão estética esta pichação no pórtico da cidade busca evidenciar uma memória não retratada nos patrimônios da cidade, suscitando a crítica diante de vivências, cuja única lógica entre o nascer e o morrer é a do trabalho. Assim, aquele turista ou morador da cidade que se propõe a entrar pelo pórtico principal, é convidado a integrar um passado de “práticas sócio-culturais inspiradas no ausente lugar de onde partiram os imigrantes do século XIX” (MACHADO, 2009, p.76)

Essa intencionalidade discursiva de práticas socioculturais europeias e a lógica do trabalho pode ser posta em cheque a partir do momento em que a intervenção urbana nos evidencia sujeitos que não foram assujeitados pela ideia de trabalho em Joinville. A pichação é novamente um sintoma de uma cidade praticada de outra forma, onde um viaduto não representa apenas um mecanismo para facilitar a fluidez do trânsito, mas espaço de divulgação de ideias e elemento comunicacional de memórias de pichadores.

Figura 4 – Nascer, trabalhar, morrer



Fonte: Acervo pessoal do autor

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atentar o olhar às marcas urbanas é estabelecer uma preocupação com o saber fazer do morador comum. É perceber como suas memórias se relacionam com as grandes narrativas oficiais. Até mesmo algo que poderia parecer uma demonstração de “desrespeito” a um patrimônio público pode ser analisado como passível de um sentido histórico. É necessário então estender o olhar, compreender uma pichação para além do seu conceito criminal, percebendo nela uma forma de territorialização na cidade. É a retomada do discurso, da palavra por intermédio da escrita nos muros. Escritas que podem nos instigar a perceber a intencionalidade do praticante do urbano e ver que o patrimônio cultural está inserido em uma rede de poder do tipo estratégico e tático dinâmico. Podemos concluir desta forma que o ato de pichar deve extrapolar o discurso do vandalismo e ser compreendido como um elemento comunicacional e de apropriação de lugares e objetos patrimoniais. O pichador, ao inscrever uma assinatura em um monumento ou construção, toma pra si aquele objeto, conferindo-lhe, a partir da marca de sua presença, um novo uso. Demonstra sensibilidades destoantes em relação ao valor estabelecido durante o processo de patrimonialização, definindo que aquele discurso e aquela marca de identificação patrimonializada não o pertence.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEM, Giorgio. O que é um dispositivo? *In*: \_\_\_\_\_. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e Medo na Cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CANCLINI, Néstor García. **CULTURAS HÍBRIDAS: ESTRATÉGIAS PARA ENTRAR E SAIR DA MODERNIDADE**. São Paulo: Edusp, 2013.

CANEVACCI, Massimo. **A Cidade Polifônica: Ensaio Sobre a Antropologia da Comunicação Urbana**. São Paulo: Studio Nobel, 2011.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br).

\_\_\_\_\_. **Lei Federal nº 12.408, de 25 de maio de 1998**. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br).

CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, ed.20, 2013.

\_\_\_\_\_. Una revolución simbólica. In: **La tomada de la palabra y otros escritos políticos**. Mexico: Universidad Iberoamericana, 1995.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

MACHADO, Diego Finder. **Redimidos pelo passado? Seduções Nostálgicas em uma Cidade Contemporânea. (Joinville, 1997-2008)**. Dissertação: - Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

PIMENTEL, Maria de Oliveira. **Curitiba em cores: a prática do grafite e da pichação frente ao marketing urbano da capital paranaense**. Dissertação – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2012.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2,n.3,1989.

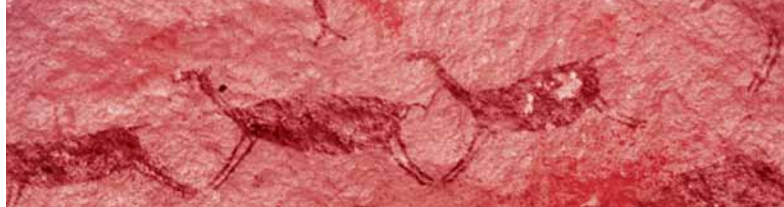
PROSSER, Elisabeth Seraphim. **Arte, Representações e Conflitos no Meio Ambiente Urbano: O Graffiti em Curitiba (2004 - 2009)**. Tese: Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

DUARTE, Pedro Russi. ESTÉTICA COMUNICATIVA DAS PICHACOES. In: **XVIII Encontro da Compós**, 18. 2009, Belo Horizonte. Artigo.

RAMA, A. La ciudad escrituraria. In: **La crítica de la cultura en América Latina**. Barcelona: Ayachucho, 1985.

SILVEIRA, Fabrício. **Grafite Expandido**. Porto Alegre: Modelo de Nuvem, 2012.





## As histórias sobre a antiga fábrica Linhas Corrente (Joinville): um patrimônio registrado

CIBELE PIVA FERRARI<sup>1</sup>  
FERNANDA MARA BORBA<sup>2</sup>

**RESUMO:** A presente comunicação é resultado de uma pesquisa de levantamento histórico da antiga Fábrica Linhas Corrente (Joinville) que atendeu a uma determinação da Comissão de Patrimônio da cidade. O registro do bem e de suas memórias relacionadas visou disponibilizar a comunidade os dados mínimos sobre o seu contexto, a história e as experiências vivenciadas na fábrica no decorrer do século XX. Para a realização da pesquisa foram contemplados as etapas: 1) revisão bibliográfica referente aos conceitos e teorias sobre patrimônio cultural, sobre a história de Joinville e a industrialização da cidade no século XX, especialmente a Fábrica Linhas Corrente e seu entorno; 2) a pesquisa documental nos acervos do Arquivo Histórico de Joinville e da *Coats* Corrente (atual denominação multinacional da Fábrica Linhas Corrente) e, 3) o levantamento de dados através de entrevistas orais. Por meio desses elementos, foi possível elaborar um contexto histórico de Joinville a partir de uma abordagem econômica, considerando os aspectos que contribuíram na formação e instalação da fábrica no Bairro Bucarein e sua relação com os demais. Ao traçar um pouco da história desse espaço, percebeu-se que a Fábrica Linhas Corrente teve um importante papel no seu antigo local de instalação e na cidade e que as experiências ou vivências ainda estão presentes nas imagens e memórias dos que viveram aquele espaço, desenrolados agora nesse trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio cultural; Fábrica Linhas Corrente; Joinville.

### A PRESERVAÇÃO DAS MEMÓRIAS POR MEIO DO REGISTRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A Constituição do Brasil (BRASIL, 1988) no Artigo 216 estabelece que o patrimônio cultural é composto pelos bens materiais e imateriais que se referem à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O patrimônio cultural é, portanto, um dos fatores identificadores e promotores de cidadania, permitindo a noção de origem e de pertencimento. Nesse sentido, a preservação do patrimônio cultural é uma questão relevante e fundamental para as cidades que percebem no seu patrimônio a riqueza da memória, valores e sentimentos que eles carregam.

Em consonância com as políticas públicas, a sociedade civil têm se mobilizado em prol do patrimônio cultural ao respeitar a legislação vigente e promover iniciativas relativas a sua valorização. Como uma forma de preservar o patrimônio cultural (mais que a permanência das estruturas arquitetônicas), o registro dos bens possibilita a conservação da memória, das representações e dos diferentes usos criados pela cidade. Esse mecanismo se constitui como um importante instrumento da cidadania e acesso a história do lugar, permitindo o (re)conhecimento do modo como este território interage com os demais, inclusive para contrapor e discutir o porquê das escolhas de memória. A preservação

<sup>1</sup> Doutoranda, Universidade do Estado de Santa Catarina, cibelpiva@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre, Universidade da Região de Joinville, fernanda.soet@gmail.com

da história de bens histórico-culturais, materiais ou imateriais, implica em garantir a todos o direito de se apropriar da sua significação e possibilitar uma (re)leitura própria, autônoma e crítica. Assim, a preservação das memórias dos espaços conduz ao reconhecimento por parte da sociedade dos significados que eles carregam e as suas vivências, fortalecendo o sentimento de pertencimento. Os espaços, registrados, possibilitam que sejam preservados e valorizados em suas histórias e nas memórias da cidade.

Dentro dessa discussão, o presente artigo se apresenta, como resultado de uma pesquisa realizada com o objetivo cumprir uma determinação da Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Joinville (Comphaan), relativa à necessidade de um levantamento histórico do imóvel que abrigou a Fábrica Linhas Corrente em Joinville como um dos requisitos para autorizar a demolição do mesmo. Criada em 1980 através da Lei nº 1.772, a Comphaan tem como função a gestão das políticas públicas municipais de preservação do patrimônio cultural da cidade, articuladas com a legislação municipal, estadual e federal em vigor. Analisando e deliberando sobre as questões que tangem o patrimônio cultural do município.<sup>3</sup> O imóvel em questão estava localizado na Rua Inácio Bastos, número 165/197 e Rua São Paulo, número 894, no bairro Bucarein. Na impossibilidade da preservação de todos os imóveis da cidade, o registro histórico visou disponibilizar à sociedade joinvilense os dados mínimos sobre as memórias relativas à da referida empresa no período relativo ao início do século XX, quando iniciou suas atividades nesta cidade até a atualidade.

Para a realização da pesquisa foram contemplados os seguintes passos: uma revisão bibliográfica referente ao patrimônio cultural, a história de Joinville e a industrialização da cidade no século XX, especialmente a Fábrica Linhas Corrente e seu entorno; uma pesquisa documental nos acervos do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) e da *Coats Corrente* (atual denominação multinacional da Fábrica Linhas Corrente); e, finalmente, o levantamento de dados através de entrevistas orais. Com relação aos depoimentos, foram realizadas duas entrevistas orais com o filho do antigo proprietário Adhemar Garcia, Adhemar Garcia Filho, e um ex-funcionário da Fábrica de Carretéis, Rubens Mateus de Braga. Estas entrevistas, que seguiram a metodologia da História Oral foram gravadas, transcritas e autorizadas pelos entrevistados e foram doadas ao AHJ. A seleção dos entrevistados se deu a partir da recomendação do antigo proprietário do imóvel, Roberto Jorge Keller, tendo em vista a estreita relação dos dois entrevistados com a Linhas Corrente. E por essa razão as entrevistas orais tiveram caráter de história de vida, dado que os depoentes estavam vinculados a fábrica desde muito cedo.

Os depoimentos foram de grande importância na construção do conhecimento sobre a fábrica, pois trouxeram elementos ausentes nos documentos escritos como as experiências vividas que marcaram essas memórias. Sendo a memória uma reconstrução atualizada do passado relacionada com o presente, as falas podem estar enraizadas em objetos, espaços e modos de vida. A partir disso, a análise desses depoimentos se deu de forma crítica considerando esta reconstrução passível de manipulação. As memórias aqui apresentadas partiram de uma experiência individual exprimindo a memória coletiva do grupo a qual pertenciam naquele momento – um à família proprietária da fábrica e sem relações cotidianas com a mesma, diferente do outro que vivenciou grande parte de sua vida ali. As vivências profissionais e pessoais dos envolvidos perpassaram este espaço e a construção de suas memórias sobre a fábrica revelaram fatos pessoais e percepções do passado.

A partir desses elementos, foi possível elaborar o contexto histórico de Joinville a partir de uma abordagem econômica, considerando os aspectos que contribuíram na formação e instalação da fábrica no bairro Bucarein (também discutido). Ao traçar um pouco da história da Fábrica Linhas Corrente, percebeu-se que a mesma teve um importante papel no bairro e na cidade e que as experiências ou vivências ainda estão presentes nas imagens e memórias dos que viveram aquele espaço, desenrolados agora nesse trabalho.

<sup>3</sup> Informações sobre a Comphaan foram obtidas no site da Fundação Cultural de Joinville ([http://www.joinvillecultural.sc.gov.br/site/index.php?option=com\\_content&view=article&id=64&Itemid=59](http://www.joinvillecultural.sc.gov.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=64&Itemid=59)).

## JOINVILLE E A IMPORTÂNCIA DA ECONOMIA PARA A CIDADE

Anterior à imigração europeia para Santa Catarina, a produção econômica desta Província se caracterizava principalmente pela “pequena produção mercantil diversificada, com ênfase nas remessas de farinha de mandioca para o Rio de Janeiro, Salvador, Recife, etc.” (CUNHA, 1982 *apud* ROCHA, 1997, p. 20). Com a formação dos núcleos coloniais europeus, a economia da Província foi incrementada com produtos agrícolas e artesanais. Posteriormente com o desenvolvimento industrial da região, favorecido pela situação econômica internacional, houve a substituição das importações pela maturidade dos núcleos e formação de mercado local e regional. Além dos agricultores, a cidade foi colonizada por artesãos, comerciantes, intelectuais que “desenvolveram atividades econômicas organizadas em grandes e pequenos empreendimentos coloniais e comerciais” (ROCHA, 1997, p. 33). As atividades eram diversas: engenhos de açúcar e mandioca, estabelecimentos comerciais, serrarias, olarias, ferrarias, marcenarias, cervejarias, com os quais a sociedade pôde acumular capital para o desenvolvimento industrial da cidade. E, “este é, sem dúvida, o marco primeiro que se pode distinguir nos primórdios da evolução industrial e econômica de Joinville” (TERNES, 1981, p. 202). Devido ao comércio de erva-mate que determinou um ciclo de transformações com circulação de dinheiro, houve o surgimento de empresas especializadas na comercialização e industrialização do produto, bem como o desenvolvimento de aspectos da política, da cultura e de urbanização na cidade e a consolidação do comércio local (TERNES, 1993, p. 104). Com isso, “numerosas famílias se tornaram ricas, constituindo a burguesia local, estas diversificaram seus negócios para rumos atraentes e promissores: a indústria” (TERNES, 1993, p. 104). Em 1951, ano em que foi comemorado o seu centenário, Joinville já era um “grande centro industrial, sendo considerado um dos maiores do Sul do Brasil. O seu parque industrial é composto mais ou menos por 400 fábricas, entres grandes, médias e pequenas” (SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE, 1951, p. 207).

Alguns empreendimentos foram fundamentais para o desenvolvimento da cidade. A Estrada Dona Francisca construída entre os anos de 1855 e 1880, a Estrada de Ferro entre Joinville e São Francisco, inaugurada em 1906 e a implantação da energia elétrica em 1907, influenciaram o processo de industrialização de Joinville. Ternes afirma que assim “estão fincados os instrumentos indispensáveis e essenciais para um novo e ainda mais significativo ciclo de desenvolvimento econômico em Joinville” (TERNES, 1986, p. 72). O desenvolvimento industrial em Joinville acompanhou o quadro nacional, apresentando aspectos singulares, destacados por Rocha (1997) como as fundições e oficinas mecânicas, criadas para atender à demanda das economias do mate e da madeira, que marcaram dois importantes ciclos de atividades econômicas desenvolvidas em Joinville. Santana (1998) identifica, cronologicamente, cinco ciclos econômicos: Colônia-venda, Erva-mate, Madeira, Têxtil e Metal-mecânica. A cidade desenvolveu, paralelamente, outros ramos industriais para substituição de importações, tais como alimentos, químico e plástico, entre outros. Alcançou assim o centro econômico nacional e conquistou o mercado de importados, concorrendo com produtos restritos ao pólo sudeste. O que atraiu investimentos e migrantes para atender às demandas de mão de obra. Entre os anos de 1920 e 1950, surgiram muitos empreendimentos econômicos que atualmente são de expressivo porte, mas que começaram pequenos e cresceram com o desenvolvimento do país e da cidade (TERNES, 1986, p. 129).

Heinzelmann e Souza (2009) destacam que a industrialização no Brasil foi tardia e lenta, somente após a crise de 1929 é que existiram incentivos à instalação de indústrias de base, procurando atender à necessidade de substituição de importações, mas esbarrando na falta de divisas para importar máquinas e equipamentos. É neste período que se consolidou a vocação industrial de Joinville “através de dois ramos específicos: o setor metalmeccânico e o têxtil” (TERNES, 1986, p. 164). Após a Segunda Guerra Mundial foi possível impulsionar a industrialização de forma mais consistente, dependendo, porém, do capital e de tecnologias estrangeiras. Neste momento Joinville desenvolveu suas indústrias, mas também acolheu outras, representando “o instrumento decisivo para que o município rapidamente atinja a liderança na produção econômica interna, com um parque fabril

bastante diversificado” (TERNES, 1986, p. 145). Paralelo ao desenvolvimento econômico, a cidade foi se expandindo e a urbanização acompanhou este crescimento.

Após o golpe de 1964, foi aberto um espaço ainda maior para a modernização do país, dependente dos interesses estrangeiros. Joinville não estava alheia a estes fatos, “a ‘revolução’ contou com a maciça adesão da população, que contribuiu em peso para a campanha ‘ouro para o bem do Brasil’ e também participou com entusiasmo do ciclo desenvolvimentista que, adiante, seria chamado de ‘milagre brasileiro’” (TERNES, 2002, p. 54). Este “milagre econômico” foi o vertiginoso crescimento pelo qual passou o país entre os anos de 1968 e 1973, que permitiu às empresas brasileiras a inserção no mercado internacional e a atração de investimentos externos. Por outro lado, o final da década de 1970 foi marcado pelo fantasma da recessão, por conta da crise internacional do petróleo e das altas taxas de juros dos Estados Unidos, o que exigiu do governo “medidas drásticas a fim de produzir excedentes para o pagamento da explosiva dívida externa” (HEINZELMANN e SOUZA, 2009, p. 116). A recessão, o aumento da dívida externa e a queda do PIB propiciaram um momento de estagnação econômica, elevação das taxas de juros e hiperinflação, revelando o preço do milagre econômico ocorrido anos antes. A crise, que também ocorreu em outros países da América Latina e do Terceiro Mundo, materializou-se pela diminuição drástica do desenvolvimento econômico e social, sendo que as parcelas mais pobres da população foram as mais atingidas (HEINZELMANN e SOUZA, 2009, p. 117). A “Manchester Catarinense”, a “Cidade do Trabalho” que havia despontado no cenário nacional do milagre econômico precisava agir:

O milagre acabara e Joinville passava a sentir, cada vez mais, as conseqüências da inflação. Greves dos operários, em escolas e hospitais. Problema da ocupação dos mangues, bem como o risco de doenças e a necessidade de infra-estrutura urbana de todos os tipos (GUEDES e FINDLAY, 2003, p. 90).

Enquanto que até as décadas de 1960 e 1970 as exportações eram complementares ao atendimento da demanda interna, com o cenário econômico nacional, as indústrias tiveram como opção redirecionar sua produção e atingir o mercado externo (ROCHA, 1997, p. 109). Outra questão marcante deste período é a chamada reestruturação produtiva, conseqüente do processo de globalização que promoveu mudanças profundas na organização das empresas, alterando as relações de produção e trabalho, bem como de competitividade das empresas (HEINZELMANN e SOUZA, 2009, p. 123). A integração dos mercados e dos meios de comunicação, o afrouxamento de fronteiras – característicos da globalização – abriu caminhos para um fenômeno estratégico dentro da reestruturação produtiva: a terceirização. Reduzindo custos e transferindo etapas da produção ou da organização da empresa, as indústrias se inseriram no contexto internacional. Bem como novos empreendimentos surgiram, alterações significativas no mundo do trabalho, destacando na década perdida um aspecto positivo: o desenvolvimento de pequenas e médias empresas, dinamizando a economia. “Em Joinville, nas décadas de 80 e 90, o setor produtivo acompanha as alternativas encontradas pelo cenário nacional, buscando dar continuidade ao desenvolvimento econômico regional” (HEINZELMANN e SOUZA, 2009, p. 129). Para Anderle (2001), na década de 1990 a mudança de perfil do processo produtivo na cidade incluiu ganho de produtividade e crescente participação no mercado interno e externo. Acompanhando então a conjuntura nacional, o desenvolvimento tecnológico dos meios de produção e as transformações sociais, as indústrias de Joinville se adaptaram e se modernizaram, se inseriram no mercado externo e se tornaram competitivas. Algumas, entretanto, fecharam suas portas e encerraram sua produção, não acompanhando mais as mudanças tecnológicas.

Na década de 1990, assim como a economia brasileira, Joinville também mudou, dentro de um contexto mundial da fase mais intensa e agressiva da globalização: “foi marcada politicamente pela retomada da democracia e economicamente muito influenciada pelas ideias liberais de mercados externos livres, moeda saudável e restrita presença do Estado na atividade econômica” (ANDERLE, 2001, p. 87). Porém:

[...] na metade da década de 90, a atividade industrial respondia por  $\frac{3}{4}$  do total das vendas das empresas de Joinville e que o impacto da abertura da economia brasileira foi muito mais forte exatamente no setor

industrial, é de se concluir que as transformações econômicas na cidade foram mais profundas do que no resto do país (ANDERLE, 2001, p. 87).

A terceirização e o crescimento do setor de serviços marcaram este momento da economia joinvilense, bem como as iniciativas tanto do poder público quanto da iniciativa privada de investimentos na economia. A indústria passou por um momento crítico de competição interna e externa, mas caracterizado também como um momento criativo e próspero de mudança (ANDERLE, 2001, p. 87). Este período foi um momento de mudança de ciclo econômico para a cidade, destacando-se o setor de serviços e educação nos anos de 1977 e 1997:

o mais importante pólo industrial catarinense – e o terceiro maior do Sul do país – perdeu o ritmo de crescimento do setor secundário da economia, de forte industrialização iniciada no pós-guerra de 1945, para dar lugar a ensaios de mudança, com a abertura de novas fronteiras nas áreas de comércio, dos serviços e da cultura (TERNES, 2002, p. 67).

Joinville se destacou no cenário industrial de Santa Catarina e até mesmo do país, mas chega ao século XXI, na era da globalização e da economia multissetorizada, despontando na área de serviços. A indústria continua detendo o maior poderio econômico do município e promovendo o desenvolvimento de outros setores, fazendo então da cidade um importante e completo pólo com uma economia diversificada e de destaque no setor de serviços.

## OS NEGÓCIOS NO BAIRRO BUCAREIN: O DESENVOLVIMENTO VEM PELO PORTO

O Bucarein, bairro que abrigou a Fábrica Linhas Corrente e outras importantes empresas, juntamente com o Itaum e o Boa Vista “constituem os mais antigos núcleos populacionais da cidade” (CORRÊA e ROSA, 1992, p. 28). De acordo com o Jornal A Notícia em 2006:

O bairro foi preferencialmente ocupado pela população luso-brasileira, que afluíu a Joinville a partir de 1870. [...] Os Gomes de Oliveira, Stamm, Maia, Moura, Braga, Cidral, Torrens, Batista, Mira, Garcia, Cardoso e muitos outros sobrenomes tradicionais se instalaram na região, que, desde o início, tanto foi de uso residencial quanto comercial e industrial (Jornal A Notícia, 27 ago. 2006, p. 10).

A denominação do bairro ocorreu em função do Rio Bucarein, dada também ao Porto Bucarein, que foi:

De importância fundamental para o desenvolvimento do município, [...] representou, até a inauguração da via férrea, o único meio de embarque e desembarque de mercadorias, que em terra firme, eram transportadas em carroças, puxadas por cavalos e bois (CORRÊA e ROSA, 1992, p. 44).

No Porto eram embarcados e desembarcados produtos tais como: madeira, peixes, trigo e milho, que iam para o Mercado Municipal e Moinho Santista. “O Bucarein acomodava um grande número de madeireiras que trabalhavam, segundo os moradores mais antigos, 24 horas por dia” (Jornal A Notícia, 27 ago. 2006, p. 10-11). A madeira vinha principalmente da região do Contestado e repousava no cais do porto para ser embalada e direcionada a compradores do Brasil e do mundo (Jornal A Notícia, 27 out. 1996, p. D1). A produção era realizada para o beneficiamento de madeiras para a

construção, móveis ou carretéis, usados no setor têxtil (Jornal A Notícia, 29 nov. 1998, p. H1). Até a inauguração da Linha Férrea, o Porto do Bucarein era o único meio de embarque e desembarque de mercadorias (Jornal A Notícia, 27 ago. 2006, p. 10-11). Além do papel fundamental do porto para esse transporte, o porto era local de embarque de passageiros para São Francisco do Sul e de lazer aos domingos.

O comércio local era rico, porém não muito diversificado por estarem bem próximos do Centro e “houve preocupação da comunidade em oferecer aos seus filhos, escola e lazer dentro do próprio bairro” (CORRÊA e ROSA, 1992, p. 45). A Creche Conde Modesto Leal e o Círculo Operário, o Lar Abdon Batista, o Salão Afonso Pena, Sociedade Cruzeiro, Salão Flamengo e as igrejas católica e luterana eram bases fortes para o bairro, bem como os diversos campos de futebol do local. Sobre a paisagem do bairro, Rubens Braga, antigo funcionário da Fábrica Linhas Corrente, comentou:

As ruas eram todas de chão batido, não tinha calçamento... Então era mais difícil. A rua onde está a Fábrica na Inácio Bastos, em tempo de chuva... Joinville chovia mais ainda naquela época [risos]. Não tinha ninguém que transitasse sem sujar o calçado [risos] por causa das carroças que trabalhavam para o Porto de Bucarein levando madeira. Aquilo então cortava a terra e ficava em lama, então para transitar a pé [risos] tinha que sujar os sapatos<sup>4</sup>.

O Bairro Bucarein foi residência de um importante político e empresário joinvilense, Adhemar Garcia, que ali instalou a Fábrica de Carretéis Santa Theresinha S/A e que posteriormente foi adquirida pela Linhas Corrente. Adhemar Garcia foi um dos líderes políticos de Joinville com atuação ao longo das décadas de 1940 a 1960, exercendo notável importância no desenvolvimento da cidade nestas três décadas. “Sua influência foi decisiva em diferentes momentos e situações, conseguindo melhorias e verbas para a cidade, inclusive na ampliação da rede de distribuição de água” (Jornal A Notícia, 16 abr. 2000, p. A17). Vereador e líder do Partido Social Democrático, também presidiu a FIESC na década de 1960 e a ACIJ de 1943 a 1961. Faleceu no início da década de 1980 e deixou profunda e relevante marca no cenário político e econômico de Joinville.

Fundada na década de 1930, a Fábrica de carretéis funcionou inicialmente na serraria que Adhemar Garcia mantinha no Bairro Bucarein, com a denominação de Adhemar Garcia e Cia (Figura 1). Ligada a serragem e beneficiamento da madeira, tinha também uma propriedade no Quiriri. A madeira era comprada de terceiros vindos de várias regiões do Estado, principalmente região de serra, devido às especificidades necessárias para a fabricação do carretel. Além da compra da madeira, a Fábrica contava com um grupo especial que fazia a derrubada na região próxima à Serra Dona Francisca. As toras eram retiradas do mato e transportadas em carroções puxados a cavalo. O tipo de madeira mais apropriado para a fabricação dos carretéis era a caxeta e cedrinho, por serem mais macias e leves, bem como possuíam a coloração adequada. Segundo Rubens Braga, o carretel poderia ser produzido com qualquer madeira, “mas uma era muito dura, outra era escura e aquele carretel era branco, a madeira branca”<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> BRAGA, Rubens Mateus de. Fábrica Linhas Corrente: depoimento [dez 2011]. Entrevistadoras: Cibele Piva Ferrari e Fernanda Mara Borba. Gravador Digital. Joinville: 2011.

<sup>5</sup> BRAGA, Rubens Mateus de. Fábrica Linhas Corrente: depoimento [dez 2011]. Entrevistadoras: Cibele Piva Ferrari e Fernanda Mara Borba. Gravador Digital. Joinville: 2011.

Figura 1 – Serraria de Adhemar Garcia no Bucarein, local em que iniciou a produção de carretéis



Acervo: Adhemar Garcia Filho

## A FÁBRICA LINHAS CORRENTE E ALGUMAS HISTÓRIAS

Os imóveis relacionados à Linhas Corrente incluía um prédio mais antigo construído por Peter Mayerle que, em 1910, fundou a Fábrica de Fósforos Mayerle e Cia., fechada em 1928. Além deste, novos galpões foram construídos conforme a necessidade, refeitório, enfermaria, entre outros prédios que compunham o imóvel em questão, que estavam localizados na Rua Inácio Bastos e a Rua São Paulo<sup>6</sup>. Após o fechamento da Fábrica de Fósforos Mayerle e Cia, Adhemar Garcia adquiriu parte desta propriedade para a instalação da fábrica de carretéis inicialmente denominada Adhemar Garcia e Cia. e, posteriormente, Fábrica de Carretéis Santa Theresinha S/A, fruto da sua forte ligação com o ramo madeireiro. A madeira foi um importante produto para a economia joinvilense, destacando-se como um dos ciclos econômicos de grande relevância na cidade, como descrito anteriormente.

Com a transferência da fabricação de carretéis de onde estava a Serraria para a Rua Inácio Bastos, a fábrica passou a ser denominada Fábrica de Carretéis Santa Theresinha S/A (Figura 2). O negócio era pequeno e, segundo o entrevistado, Rubens Braga, que trabalhou durante quarenta e três anos na Fábrica, se aposentando como chefe de escritório, na administração trabalhavam, inicialmente, apenas Adhemar Garcia, ele e outro funcionário. Com o crescimento da Fábrica, o número de funcionários também cresceu, necessitando de mais pessoas para a sua administração.

<sup>6</sup> O acervo do Arquivo Histórico de Joinville, além de outros documentos, abriga também diferentes plantas arquitetônicas de várias propriedades da cidade. A respeito da Fábrica Linhas Corrente, encontra-se um número significativo de plantas, possibilitando a percepção e análise das mudanças nas estruturas, mas também nas nomeações do imóvel. Cabe ressaltar que o Engenheiro Civil Mário Luiz Garcia, que assina algumas plantas, era filho de Adhemar Garcia que, entre os seis filhos, foi o único que, por certo tempo, acompanhou o pai na empresa.

A Fábrica foi se desenvolvendo com o tempo, iniciou pequena e se tornou referência nacional, destacando-se como a única no segmento no Sul do Brasil. O carretel era produzido em Joinville e enviado para a empresa Linhas Corrente em São Paulo, devido à abundância da matéria-prima (madeira) na região. No início a produção da Fábrica de carretéis atendia a Linhas Corrente e à outra empresa (não identificada pelos entrevistados), passando posteriormente a atender exclusivamente a demanda da Linhas Corrente, locada em São Paulo, produtora da linha.

Figura 2 – Fachada da Fábrica Santa Theresinha



Acervo: Adhemar Garcia Filho

Atualmente denominada como Grupo Coats Corrente, a empresa teve origem na Escócia no início do século XIX na fabricação de fios de algodão. Aproveitando as novas tecnologias advindas da Revolução Industrial têxtil europeia da época, se tornou empresa líder mundial de linhas para costura industrial e doméstica. Ela está presente em mais de 60 países e a unidade brasileira foi fundada em 1907, no bairro Ipiranga, em São Paulo.<sup>7</sup> Apesar das alterações na denominação da fábrica de carretéis, as estruturas de produção e da administração permaneceram, inclusive Adhemar Garcia foi seu diretor mesmo após a venda para a Linhas Corrente em 1976. A venda é considerada como uma transação comercial, consequência da exclusividade da produção. Em relação aos momentos das mudanças, Rubens Braga informou:

Quando entrei em julho de trinta e nove era Adhemar Garcia e Companhia. Em seis de janeiro de quarenta passou a Fábrica de Carretéis Santa Theresinha. Em dois de setembro de sessenta e oito passou para Linhas Corrente S/A – Divisão de Carretéis e depois em mil novecentos e setenta e seis, não sei precisar a data, Linhas Corrente Ltda. Isso eu tirei pela minha carteira profissional.<sup>8</sup>

A respeito da produção da Fábrica, a exclusividade com a empresa de São Paulo conferia facilidades administrativas e burocráticas. Apesar da forte ligação com a matriz, a fábrica joinvilense detinha certa autonomia e independência. Os carretéis eram produzidos e enviados uma vez por

<sup>7</sup> Informações sobre a Coats Corrente obtidas no site da empresa (<http://www.coats.com.br/scripts/empresa/home/home.asp>)

<sup>8</sup> BRAGA, Rubens Mateus de. Fábrica Linhas Corrente: depoimento [dez 2011]. Entrevistadoras: Cibele Piva Ferrari e Fernanda Mara Borba. Gravador Digital. Joinville: 2011.



semana para São Paulo, sendo um único comprador para toda a produção. Segundo o entrevistado, a quantidade era enorme, chegando a enviar, no auge da produção, trinta mil grosas por mês, sendo que uma grossa correspondia a cento e quarenta e quatro carretéis.

A produção do carretel envolvia diversos processos, necessitando de significativa mão de obra. As toras retiradas do mato eram beneficiadas e transformadas em tábuas na serraria. Os sarrafos eram secos ou no sol ou na estufa, para atingir a umidade adequada, deixando o pátio da serraria sempre cheio do gradeamento (Figura 3). Após a secagem, a madeira era torneada e cortada nos tamanhos apropriados para o carretel, entre quatro e cinco centímetros e iam para as máquinas de facas para modelar a madeira e transformá-la em carretel. Finalizando o processo, os produtos eram escolhidos e aqueles que não se encaixavam no padrão viravam lenha na caldeira juntamente com a serragem da fábrica ou eram dados aos funcionários. Antes de virar lenha, os resíduos ficavam no depósito que, conforme recorda Adhemar Garcia Filho, servia de diversão para as crianças que viam na serragem uma divertida brincadeira.<sup>9</sup> Outra curiosidade lembrada por Rubens Braga é que, apesar do forte da produção ser o carretel pequeno, eram produzidos alguns maiores para uma linha mais forte, também utilizada para soltar pandorga.<sup>10</sup>

Figura 3 – Gradeamento de sarrafos na serraria da Fábrica



Acervo: Adhemar Garcia Filho

Conforme o crescimento da Fábrica surgia também a necessidade de ampliar a estrutura predial. Novos galpões, muros de alinhamento, estufas, caixas d'água, a troca de silo de madeira por um de concreto e alteração da fachada, entre outras coisas, foram realizadas para melhorias e adaptações na produção. Rubens Braga mencionou a existência de uma chaminé alta ligada à caldeira e que hoje não existe mais. De acordo com informações orais e documentais, em 1944 ocorreu um incêndio na Fábrica, sendo necessária a reforma de vários lugares e a construção de tanques para o armazenamento da madeira:

[...] como o material que era utilizado naquela época era muito inflamável, serragem e era seco não é, a fábrica sofreu [...] dois grandes incêndios, um outro foi um incêndio muito grande e dali para frente então se adotaram procedimentos de segurança. [...] Foi adquirido um equipamento contra

<sup>9</sup> GARCIA FILHO, Adhemar. Fábrica Linhas Corrente: depoimento [dez 2011]. Entrevistadora: Cibele Piva Ferrari. Gravador Digital. Florianópolis: 2011.

<sup>10</sup> BRAGA, Rubens Mateus de. Fábrica Linhas Corrente: depoimento [dez 2011]. Entrevistadoras: Cibele Piva Ferrari e Fernanda Mara Borba. Gravador Digital. Joinville: 2011.

incêndio, era uma máquina, uma bomba, [...] mas era um equipamento na época muito moderno [...], eles [referindo-se a Joinville] tinham um pouco de dificuldade com água. E como medida de proteção contra um eventual incêndio, tinha que ter a água como instrumento de defesa da coisa, então se construíram dois grandes depósitos. Primeiro se construiu um pequeno. [...] Então eu sei que tem dois grandes depósitos.<sup>11</sup>

Sobre as relações de trabalho na Fábrica, Rubens Braga, que trabalhou ali de 1939 a 1982, mencionou a churrascada de final de ano e o fato de ser uma das primeiras fábricas a dar abono de Natal em Joinville. A Fábrica era conhecida na cidade somente por Carretel e era uma referência de um bom local de trabalho. Os trabalhadores vinham de vários lugares da cidade, mas a mão de obra mais forte era da zona Sul. E a equipe que trabalhava nas matas para derrubar a madeira era de Pirabeiraba e Quiriri (Figura 4). Na cidade tinha um ditado:

[...] o operário ele... A conversa entre eles, se um falou: - Eu saí da Carretel, não estava satisfeito. Então não servia para trabalhar em outro lugar. [risos]. Era o lugar melhor para trabalhar. Era a Carretel. É! Então entre eles tinha este ditado. Ah a se não servia na Carretel... [risos]<sup>12</sup>

Figura 4 – Trabalhadores da linha de produção Fábrica de carretéis



Acervo: Adhemar Garcia Filho

A Fábrica fechou em 1984 em razão da diminuição da exploração da madeira e da produção de carretéis de plástico:

Ela fechou em razão da madeira que foi escasseando, então foi ficando mais difícil e mais caro e em São Paulo lá na Linhas Corrente, eles começaram a fazer esses retrós... De plástico e aquilo era muito mais fácil de fazer. Foi mantido este de madeira porque era tradicional, isso é uma empresa que vende no Brasil todo, também interessava não terminar, mas depois com as dificuldades da madeira eles tiveram que passar para...

<sup>11</sup> GARCIA FILHO, Adhemar. Fábrica Linhas Corrente: depoimento [dez 2011]. Entrevistadora: Cibele Piva Ferrari. Gravador Digital. Florianópolis: 2011.

<sup>12</sup> BRAGA, Rubens Mateus de. Fábrica Linhas Corrente: depoimento [dez 2011]. Entrevistadoras: Cibele Piva Ferrari e Fernanda Mara Borba. Gravador Digital. Joinville: 2011.

Plástico! Aí só o plástico. Os últimos tempos já estavam fazendo cinco mil ou sete mil metros por mês, então já não tinha mais aquela saída. Mas em razão da madeira, que foi faltando. Tinha que se pegar mais longe... Essa madeira nossa, a mais apropriada tinha mais quantidade na serra, então foi dificultando e depois diminuiu também.<sup>13</sup>

Além dos depoimentos orais, o fechamento está presente nos jornais da cidade, como pode ser verificado na reportagem do Jornal A Notícia de 30 de Agosto de 1984 a seguir:

Figura 5 – Fechamento da Fábrica no Jornal A Notícia de 1984



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville – AHJ

Em 29 de abril de 1985, a Fauhy Investimentos Ltda. adquiriu o imóvel pertencente a Linhas Corrente sito à Rua Inácio Bastos número 165/197 e Rua São Paulo número 894. A compra foi realizada para investimentos imobiliários e locação dos galpões existentes. Desde então foram desenvolvidas atividades relacionadas a indústria têxtil, depósitos, escola, venda e assistência de motores elétricos, móveis usados, industrialização e comercialização de produtos de poliuretano, marcenaria, marmoraria, câmaras frigoríficas, serviços de decoração de festas bem como residências. Destaca-se entre os inquilinos, uma filial da malharia Marisol S/A, que ocupou o imóvel de 1985 a 1993.

No ano de 2013 as construções relacionadas ao imóvel foram demolidas, conforme autorização da Comphaan, para dar início ao processo de construção de um supermercado no local. Também foi demolido o imóvel que abrigava a Fábrica Mayerle Boonekamp, e o terreno foi anexado à propriedade do supermercado. Em julho de 2014 o mercado foi inaugurado e, apesar da demolição, a fábrica ainda está presente nas memórias daqueles que vivenciaram seu cotidiano e construíram suas vidas paralelamente à ela, envolvendo as linhas que traçaram o imóvel como uma referência patrimonial na história da cidade.<sup>14</sup>

<sup>13</sup> BRAGA, Rubens Mateus de. Fábrica Linhas Corrente: depoimento [dez 2011]. Entrevistadoras: Cibele Piva Ferrari e Fernanda Mara Borba. Gravador Digital. Joinville: 2011.

<sup>14</sup> O prédio da antiga Fábrica Linhas Corrente foi demolido em 2013 e recentemente cedeu espaço para a construção de uma unidade do Supermercado Giassi em Joinville.

## REFERÊNCIAS

ANDERLE, Wilmar. A economia de Joinville no final do século 20. In: TERNES, Apolinário (Org.). **Joinville: 150 anos**. Joinville: Letradágua, 2001.

CORRÊA, Roseana Maria; ROSA, Terezinha Fernandes da (Coordenador). **História dos bairros de Joinville**. Joinville: Gráfica Círculo, 1992.

GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (Org.) **Histórias de (I)Migrantes: o cotidiano de uma cidade**. 2ª ed. Joinville: Univille, 2005.

\_\_\_\_\_. ; FINDLAY, Eleide Abril Gordon. **Hospital público é assim mesmo!**: representações sociais sobre um hospital público no final do século XX. Joinville: Univille, 2003.

HEINZELMANN, Marta Regina; SOUZA, Sirlei de. **Associativismo: uma história de sucesso**. Joinville: Univille, 2009.

ROCHA, Isa de Oliveira. Industrialização de Joinville: da gênese às exportações. Florianópolis: UFSC, 1997.

SANTANA, Naum Alves de. **A produção do espaço urbano e os loteamentos na cidade de Joinville (SC) – 1949/1996**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Florianópolis: UFSC, 1998.

SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE. **Álbum histórico do centenário de Joinville: 1851 – 9 de março – 1951**. Joinville: Sociedade Amigos de Joinville, 1951.

TERNES, Apolinário. **A economia de Joinville no século 20**. Joinville: Letradágua, 2002.

\_\_\_\_\_. **Joinville, a construção da cidade**. São Bernardo do Campo: Bartira, 1993.

\_\_\_\_\_. **História de Joinville: uma abordagem crítica**. Joinville: Meyer, 1981.

\_\_\_\_\_. **História econômica de Joinville**. 2. ed. Joinville: Do autor, 1986.

## Jornais

JORNAL A NOTÍCIA. Joinville, 27 outubro 1996.

JORNAL A NOTÍCIA. Joinville, 29 novembro 1998.

JORNAL A NOTÍCIA. Joinville, 27 agosto 2006.

## Depoimentos orais

BRAGA, Rubens Mateus de. Fábrica Linhas Corrente: depoimento [dez 2011]. Entrevistadoras: Cibele Piva Ferrari e Fernanda Mara Borba. Gravador Digital. Joinville: 2011.

GARCIA FILHO, Adhemar. Fábrica Linhas Corrente: depoimento [dez 2011]. Entrevistadora: Cibele Piva Ferrari. Gravador Digital. Florianópolis: 2011.

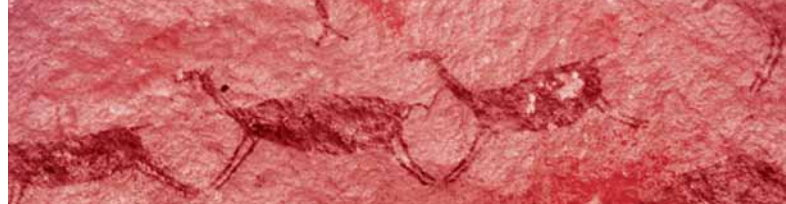
**Documentação jurídica**

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

**Sites consultados**

Empresa – Coats Correntes. Disponível em: <http://www.coats.com.br/scripts/empresa/home/home.asp>. Acesso em: 08 dez. 2011.

Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Joinville – COMPHAAN. Fundação Cultural de Joinville – FCJ. Disponível em: [http://www.joinvillecultural.sc.gov.br/site/index.php?option=com\\_content&view=article&id=64&Itemid=59](http://www.joinvillecultural.sc.gov.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=64&Itemid=59). Acesso em: 08 dez. 2011.



## Patrimônio e memória social: memória da poesia e suas manifestações poéticas como patrimônio cultural na cidade de Joinville (SC) nas décadas de 1980 e 1990

CLAUDIA REGINA PEREIRA BELLI<sup>1</sup>

**RESUMO:** O trabalho de pesquisa tem como objetivo retratar a memória da poesia e as suas manifestações poéticas como patrimônio cultural na cidade de Joinville (SC) nas décadas de 1980 e 1990. Além disso, pretende também demarcar as identidades sociopoéticas dos poetas Alcides Buss, Caco de Oliveira, Dúnia Anjos de Freitas, Mila Ramos e Rita de Cássia Alves. Para identificar a interação destes com a sociedade joinvilense, construiu-se um roteiro de entrevista semiestruturada, essas constituem um registro do processo de produção de cada poeta e de suas trajetórias em movimentos culturais. Os movimentos poéticos do período estudado – Varal Literário, Poesia Carimbada, Poesia em Trânsito e Pão com Poesia – foram investigados com o propósito de delinear as marcas desse legado cultural. A leitura da produção poética deste período permite perceber a relação do gênero com o contexto sociocultural, o registro da percepção poética e da produção local.

**PALAVRAS-CHAVE:** poesia; patrimônio; identidade; memória.

### INTRODUÇÃO

A palavra é capaz de elaborar visões de mundo, e o movimento poético, sob o aspecto de patrimônio cultural, possibilita mostrar como o homem percebe o mundo em momentos históricos diferentes. Conforme Lyra (1979, p. 50),

Nenhum bom poema deixa o leitor na mesma situação em que se encontrava antes da leitura: a modificação de seu modo de ser, se não foi intenção do poeta, é pelo menos um efeito do poema – e, deliberada ou espontânea, a persuasão se configura como uma categoria central da obra literária.

Todavia não se pode esquecer que o tempo não está totalmente constituído nem é uma relação do antes e depois. Ele se define com a interação da subjetividade e as interrupções que acontecem nos cantares da sociedade.

Na década de 1980 houve um movimento de mutação na poesia brasileira, em função de novas contingências, sócios culturais e políticas. Os recursos poéticos tradicionais se aproximaram da comunicação visual e a palavra passou a ser explorada em várias dimensões: verbal, vocal e visual.

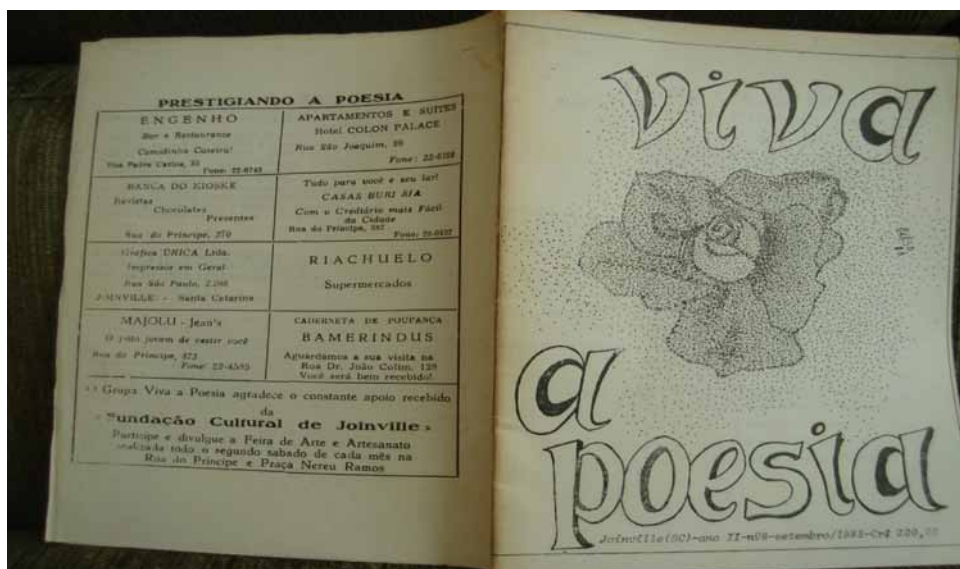
<sup>1</sup> Graduada em Letras, com mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Univille e professora da Faculdade de Tecnologia Senai Joinville (SC), cpereirabelli@gmail.com.

## DIFERENTES OLHARES DE SEMEADURA DA POESIA

No que se refere às questões culturais da cidade, o *Varal Literário* ganhou espaço e credibilidade, pois, com a determinação de expor a criação poética, por intermédio de mostras procurou ser dinâmico, constituindo alternativas marginais para a veiculação do poético. Ele foi organizado e difundido por um grupo de acadêmicos da Fundação Educacional da Região de Joinville (Furj), atualmente, Universidade da Região de Joinville (Univille), contou com a curadoria do professor e poeta Alcides Buss, cabeça pensante dessa manifestação moderna.

O movimento poético foi levado à Feira de Arte e Artesanato de Joinville (SC), e tornou possível a divulgação na revista *Viva a Poesia*, que tinha o objetivo de difundir a poesia. Articulou-se o grupo *Viva a Poesia* na década de 1980, cujo propósito era manter viva a chama poética, descobrindo e publicando novos poemas e escritores.

Figura 1 – Revista *Viva a Poesia*, setembro de 1983



Fonte: Arquivo do Proler, Joinville (2010)

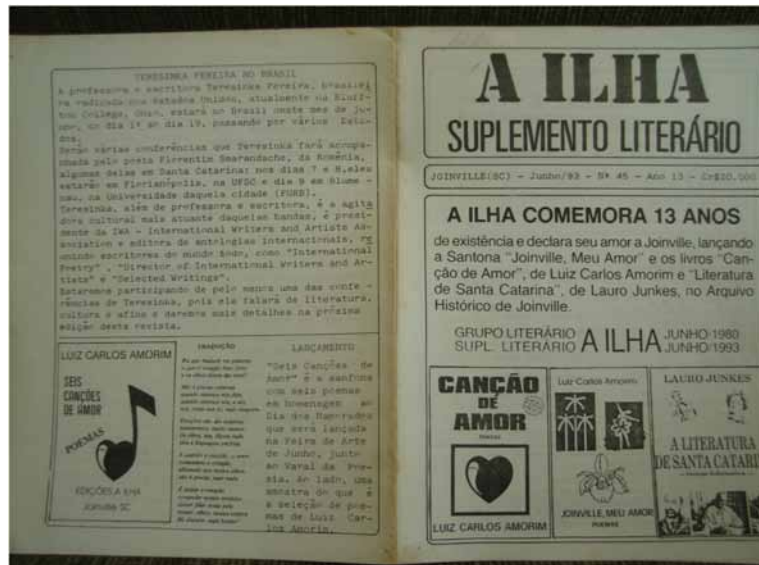
O grupo *Viva a Poesia* foi apoiado pelo Departamento de Assuntos Culturais da Furj e coordenado pelo poeta Eunaldo Verdi<sup>2</sup>.

Neste mesmo período, o poeta e escritor Luiz Carlos Amorim<sup>3</sup> foi responsável pelas edições da revista *A ILHA*, outro espaço para divulgação da poesia. A primeira edição do suplemento literário *A Ilha* foi publicada no mês de junho de 1980, no jornal local de São Francisco do Sul (SC), município próximo a Joinville.

<sup>2</sup> Nasceu em Pouso Redondo (SC) no dia 2 de dezembro de 1954 e faleceu em 10 de outubro de 1986 em Blumenau (SC). Residia em Joinville. Formado em Letras pela Univille, foi professor e jornalista, além de ter tido por toda a sua vida atuação dinâmica e ativa em eventos culturais.

<sup>3</sup> Nasceu em 16 de fevereiro de 1953 na cidade de Corupá (SC). É formado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Joinville. Foi o fundador e coordenador do grupo literário A Ilha.

Figura 2 – Suplemento literário *A Ilha*, Joinville (SC) - junho de 1993



Fonte: Arquivo do Proler, Joinville (2010)

O poeta Carlos Augusto Coelho de Oliveira, mais conhecido como Caco de Oliveira, enquanto participava de reuniões realizadas no Museu do Sambaqui, em Joinville, nas tardes de sábado, coordenadas pelo professor e poeta Eunaldo Verdi, foi instigado a apresentar algo inovador para disseminar a poesia em Joinville (SC). Na época trabalhava em um supermercado da cidade; sua atividade era dentro do escritório e ele ficava carimbando. Daí surgiu a ideia dos carimbos. Ele pensou em pegar os seus poemas curtos, *haicais*, e mandar fazer carimbos desses. Por isso o nome *Poesia Carimbada*.

Figura 3 – Poesia Carimbada



Fonte: Arquivo do poeta Caco de Oliveira, Joinville (2011)

Caco, sempre que necessário, vai à Gráfica Carimbosul solicitar novos carimbos e distribuir seus poemas em lugares públicos do município. Conforme entrevista cedida pelo poeta, ele relata: “A divulgação foi feita por meio de uma revistinha. A Carimbosul escreveu assim: ‘Mês que vem uma novidade, Poesia Carimbada, Caco de Oliveira, aguardem’” (OLIVEIRA, 2010).

Em 1985, quando estava em Curitiba (PR), Caco levou a *Poesia Carimbada*, nascida em Joinville, para lá e criou a Carimboteca, lugar em que cada poeta da cidade tinha seu próprio carimbo para a distribuição de seus poemas. Foi um projeto que o poeta começou em Joinville e levou para a capital



paranaense. Depois, retornou a cidade e trouxe alguns carimbos. De acordo com o poeta, “*as pessoas ficam com receio de usar o carimbo, pois pensam que vão imitar*” (OLIVEIRA, 2010).

A Poesia Carimbada é uma ideia de liberdade. Caco não precisava de editora para confeccionar esse trabalho, apenas solicitar a produção de alguns carimbos de seus poemas e entregá-los em escolas, bares, ou seja, esquecê-los de propósito em algum espaço da cidade ou distribuí-los nas caixinhas de correio. O poeta não se intimida diante do público nem cruza os braços; sua preocupação é levar adiante seu trabalho, plantar a semente literária a fim de deixar brotar os sabores da literatura local.

Na década de 1990 o grupo de poetas da Univille escolheu a palavra *Zaragata* como nome, denominação que propunha desordem poética. O grupo começou a procurar nomes no dicionário e selecionou o vocábulo Zaragata, que significa confusão, balbúrdia, euforia.

Inicialmente os encontros do grupo aconteciam na Univille e/ou nas casas dos poetas, mas estes passaram a se reunir, no fim da década de 1990, no Complexo Cidadela Cultural Antártica, espaço onde funcionava a antiga fábrica de cerveja Antártica. Após a desativação desta, o local foi ocupado por artistas joinvilenses, e distribuíram-se espaços para a prática de teatro, danças, artes plásticas e projeções de filme. Na gestão de Edson Busch Machado<sup>4</sup>, a Fundação Cultural de Joinville liberou para os escritores joinvilenses uma sala no galpão da Associação de Artistas Plásticos de Joinville (AAPLAJ). O grupo Zaragata assumiu o lugar, onde foram realizadas diversas reuniões.

Conforme Barthes (1999, p. 77),

O sonho permite, sustenta, mantém, coloca em plena luz uma extrema sutileza de sentimentos morais, por vezes mesmo metafísicos, o sentido mais sutil das relações humanas, das diferenças refinadas, um saber da mais alta civilização, em suma uma lógica consciente, articulada, com uma delicadeza inaudita, que só um trabalho de vigília intensa deveria estar capacitado a obter.

Zaragata acreditou no sonho e, em parceria com a Furj, hoje Univille, desenvolveu os projetos *Pão com Poesia* e *Poesia em Trânsito*, este último patrocinado pelas empresas de transporte coletivo urbano de Joinville GIDION, TRANSTUSA E TRANSCARTEL PUBLICIDADE, objetivando despertar o hábito da leitura poética, bem como incentivar a criação literária.

Porém, sem uma maior iniciativa de investimento público para a continuidade dos movimentos como programas à sociedade, os projetos idealizados relacionados à poesia se perderam com o passar do tempo.

Figuras 4 e 5 – Frente e verso da embalagem de pão, do projeto Pão com Poesia



Fonte: Arquivo do Proler, Joinville (2010)

<sup>4</sup> Joinvilense, Edson nasceu em 1952 e frequentou a Escola de Belas Artes do Paraná. É graduado em Comunicações Sociais pela UFPR e pós-graduado em Educação Fundamentada da Arte. Foi professor, presidente da Fundação Cultural de Joinville e primeiro diretor do Museu de Arte de Joinville (MAJ), além de curador de exposições e membro de júri de salões oficiais. É artista plástico e tem mais de 300 exposições no Brasil e no exterior.

Figura 6 – Poema de Caco de Oliveira para o projeto Poesia em Trânsito



Fonte: Arquivo do Proler, Joinville (2010)

Figura 7 – Poema de Dúnia de Freitas para o projeto Poesia em Trânsito



Fonte: Arquivo do Proler, Joinville (2010)

Figura 8 – Fôlders das edições de Poesia em Trânsito



Fonte: Arquivo do Proler, Joinville (2010)

Por mais que a poesia esteja presente em Joinville por meio de concursos literários, ela não tem alcance geral da sociedade. Guarinello (1994, p. 189) afirma:

A memória coletiva é, deste modo, um meio fundamental da vida social, uma das dimensões da ação coletiva e um veículo de poder. Poder, por exemplo, de transmitir ou perenizar uma memória de si, ou de propor ou impor uma dada memória à coletividade; poder de criar, refazer ou destruir identidades sociais, de dar sentido, corpo e eficácia aos atos coletivos. O ato da memória é um ato de poder e o campo da memória, o espaço onde atuam seus lugares, é um campo de conflitos.

Então, registrar os movimentos poéticos como patrimônio cultural criará possibilidades de conhecimento dessa produção e das representações sócio-históricas. Segundo Yunes e Agostini (1998, p. 18), “A necessidade de obter os recursos suficientes para a sobrevivência nos afasta cada vez mais do discurso poético, no momento em que ele é mais necessário”. O homem, por ser imediatista, parece estar mais preocupado em ter do que em ser, e a sociedade acaba por passar despercebida pela poesia. Os teóricos reafirmam que, “Quanto mais o homem aumenta a sua eficiência produtiva numa sociedade especializada na produção e no consumo de mercadorias, menor é a sua ‘eficiência’ humana” (YUNES; AGOSTINI, 1998, p. 26). Nesse caso, a cultura poética é relativizada e sobrepujada por culturas com maior apelo comercial.

As manifestações poéticas podem ser consideradas patrimônio cultural imaterial e transmitidas à sociedade por meio da memória individual e da memória coletiva. Mas, o que é patrimônio imaterial?

A Unesco define Patrimônio Cultural Imaterial “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”.

O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?jsessionid=9F315A5740CD84FB51E75DD51431005F?id=10852&retorno=paginalphan>>. Acesso em: 16 abr. 2010.

O patrimônio imaterial não apenas simboliza, representa ou comunica, mas constrói outros modos de percepção de mundo, incorporando a literatura/poesia como construção social, de maneira a ajudar a reforçar a identidade individual e coletiva de uma sociedade. A poesia é movida pelo desejo de mostrar, de revelar o existente e a utopia concretizada em palavras, que direta ou indiretamente expõe as contradições do mundo, indiciando “possíveis” realidades.

Os poetas Alcides Buss, Caco de Oliveira, Dúnia Anjos de Freitas, Mila Ramos e Rita de Cássia Alves nas décadas de 1980 a 90 estavam à procura de novos conceitos para a arte como movimento cultural em Joinville (SC). Como docentes, acadêmicos e leitores, consideravam que era possível fomentar a cultura e propagar gêneros marcados pela subjetividade. Investiram na poesia tal qual um espaço a ser conquistado, no sentido de materializar forças poéticas, com base no conceito de que sua linguagem incorpora os múltiplos fenômenos que constituem a realidade. Nesse período incentivaram e promoveram movimentos culturais significativos para a democratização da poesia na cidade, confirmando a visão de Paixão (1982, p. 31) sobre a força da poesia: “Através da poesia escutamos os dizeres ecoados de regiões profundas do ser humano, presenciamos sentimentos desconhecidos e gestos inesperados”.

O escritor Alcides Buss, poeta sensível à falta de circulação da arte em Joinville, projetou um movimento para levar a poesia às ruas mediante varais literários, uma ideia ramificada do movimento *Catequese Poética*, dos anos 1960, período de forte censura. Tonczak (1978, p. 20) explica o que foi:

Com o movimento de *Catequese Poética*, o que ocorreu pode ser analisado como um movimento não de contestação e/ou revolta mas de *denúncia*, um movimento de conscientização da crise de comunicação produtor-receptor.

O grupo que participava do movimento, liderado pelo poeta catarinense Lindolf Bell, possibilitou o acesso da arte a lugares inusitados. O intuito da *Catequese Poética* foi retomar a declamação poética em escolas, boates, igrejas, fábricas, denunciando questões sociopolíticas de um período em que não havia liberdade de expressão. Assim, em locais públicos, como praças e corredores da Furj, eram expostos os varais literários.

O Varal Literário, nos anos 1980, liderado pelo poeta Alcides Buss, levou a poesia às ruas e tornou-se um projeto referência, sinônimo de divulgação da literatura. Conforme o próprio poeta,

*O Varal Literário começou na época em que nós fazíamos em Joinville a Feira de Arte e Artesanato. A ideia da feira era realmente de levar para espaço aberto, da praça ou da rua, ter contato com o público mais amplo. É fácil, por exemplo, levar os quadros de um artista. Colocávamos em cima de um cavalete... No início os poemas eram colocados em uma cartolina em cima de um banco de uma praça, só que ficava desconfortável para ler, não funcionava tão bem... Então na praça da Biblioteca Municipal de Joinville tivemos a ideia de puxar fios de uma árvore para outra e pendurar, ao invés de colocar os trabalhos em cima do banco. Pendurávamos nos fios... Se assemelhavam aos varais domésticos, aos varais de roupa, por isso que surgiu o nome de Varal Literário. E foi assim que começou, dentro da Feira de Arte e Artesanato (BUSS, 2010).*

Já na década de 1990 a democratização da poesia saiu das praças e dos varais para o transporte coletivo com o Poesia em Trânsito. Os ônibus urbanos passaram a circular com poemas produzidos por poetas locais numa tentativa de aflorar o lúdico, em contraposição à realidade pragmática de uma sociedade industrializada. Além dele ainda havia os projetos Pão com poesia, alimentando a população com pão e palavras, e Poesia carimbada, que liberou os versos do suporte livro para suportes não convencionais, mostrando que a poesia pode circular em qualquer lugar e para todos independentemente da indústria editorial.

Caco de Oliveira, inventor da Poesia Carimbada, no ano de 1985 lançou o Envelope Poesia Carimbada e a Carimboteca na Feira do Poeta, que existe em Curitiba (PR) desde 1970 com o propósito de popularizar a poesia. O poeta utilizou estratégias alheias ao sistema de comercialização

do livro, fazendo circular a produção poética em carimbos-poemas, e idealizou projetos voltados à popularização da poesia numa cidade, tradicionalmente, marcada pelo desgaste humano gerado pelo ritmo intenso do trabalho industrial. Isso o identificou como o criador de novas (re)leituras de mundo pelas palavras.

A poesia carimbada sintetiza o conceito proposto por Fernando Paixão, em *O que é poesia?* (1982, p. 25):

A poesia se caracteriza essencialmente pelo uso criativo e inovador que se faz das palavras, expressando a subjetividade;  
Antigamente a própria linguagem como um todo apresentava um caráter poético, desfrutando coletivamente através dos rituais e cerimônias;  
A transformação social e econômica, dividindo os homens em escravos e senhores, ou em classes, forçou a poesia a se restringir ao domínio do poeta;  
Em consequência desses fatores, passou a predominar na sociedade a linguagem prática, enquanto o “preço” da linguagem poética foi-se desvalorizando;  
O poeta, descontente com o seu tempo e sensível às condições da vida humana, continua reafirmando em suas palavras o desejo de liberdade, o desejo de homens livres socialmente.

A compreensão da arte enquanto promotora de diálogo numa sociedade resistente ao simbólico faz de Caco de Oliveira um poeta sintonizado com os problemas do seu tempo. A Poesia Carimbada circula até hoje em espaços públicos, praças, escolas, ônibus e onde possa inquietar os leitores, permitindo sensações, momentos de prazer, indignação, percepção e uma mistura de paladares.

Outro movimento que repercutiu em Joinville foi o projeto *Poesia em Trânsito*, iniciado em 1995 sob a coordenação da professora e poeta Dúnia Anjos de Freitas, projetando a circulação da poesia no território urbano. E o projeto *Pão com Poesia*, iniciado em 1998, também com o objetivo de circular a poesia, por meio das embalagens dos pães, e valorizar a arte poética.

Segue matéria do jornal A Notícia – AN Cidade (1999), sobre o *Pão com Poesia*, na cidade de Joinville:

[...] centenas de pessoas que vão à panificadora Café com Mistura, na rua Dr. João Colin, no centro, em busca do "pão nosso de cada dia", passam pelo verso dos poetas do Zaragata, vezes com encanto, outras com indiferença. Mas nunca sem percebê-los, mesmo que horas depois<sup>6</sup>.

Dúnia recorreu às letras para desvendar e desnudar os mistérios da vida por meio do poema, de modo a descortinar pela palavra novas percepções da realidade. A poeta sempre foi impulsionada pelo desejo de difundir a poesia. Por isso, articulou projetos atenta a olhares inovadores, acompanhada pelo poder da palavra, utilizando-a como um ato ideológico.

De acordo com Bakhtin (1997, p. 36),

*A palavra é o fenômeno ideológico por excelência.* A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social.

Tal citação confirma a interação que a palavra tem com o outro, numa criação ideológica, emergente e consciente, na tentativa de devolver à linguagem sua virtude metafórica e social.

O *Poesia em Trânsito* foi criado com o intuito de democratizar a linguagem poética, de propiciar momentos de fruição aos passageiros de ônibus, além de estimular e divulgar a produção poética da cidade. O projeto foi aprovado pela coordenadoria de extensão/assuntos culturais da Univille em

<sup>6</sup> Informação retirada do Jornal A Notícia, seção AN Cidade, em 24 jan. 1999.

agosto de 1995, foi sustentado por três objetivos: Desenvolver nos usuários dos ônibus urbanos de Joinville o hábito da leitura poética, incentivando-os também à criação literária, oferecer novo espaço de divulgação dos trabalhos poéticos reforçando a identidade cultural de Joinville e proporcionar momentos de lazer durante o percurso de viagem dos passageiros. Tal iniciativa aconteceu após a professora Nadja de Carvalho Lamas<sup>7</sup> circular nos ônibus de Porto Alegre (RS) e se surpreender com o projeto local Poesia no Ônibus, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura. Dúnia, inspirada nessa ideia de democratização da poesia circulante, na época mobilizou o desejo de poetas locais para que escrevessem poemas a serem submetidos aos concursos Poesia em Trânsito, criando um espaço sensível para transeuntes do transporte coletivo joinvilense.

Outros poetas que também constituíram a rede de arte do município nas décadas de 1980 e 90, disseminando a literatura, especialmente a poesia, foram Mila Ramos e Rita de Cássia Alves.

Mila, poeta que se identifica com a natureza, dedicou-se às palavras e à leitura das forças simbólicas da própria natureza. Nos seus poemas enfoca Joinville como uma cidade identificada pelos jardins. Nos versos do poema “A Rosa”<sup>8</sup> relata a memória de um retrato joinvilense, na cidade das flores. A escritora mergulha na memória e nas cores da natureza e declara isso nos versos: “É a Rosa!/Quem não conhece a Rosa/na cidade das flores?” (RAMOS, 1989). Vivenciou esse período e relembra as sensações de uma época esquecida, consagrando emoções por meio do poema. Os versos “A Rosa,/a que sorri da vida,/da vida a fazer chiste,/a Rosa triste/da cidade das flores” (RAMOS, 1989) afirmam o real e reformulam o cotidiano, de maneira a demonstrar sensibilidade ao perceber aspectos da natureza que identificam Joinville com flores.

Rita de Cássia Alves integrou no projeto Poesia em Trânsito e também buscou outros caminhos como a participação em concursos, como o Concurso Nacional de Poesia Lindolf Bell em Timbó (SC), obtendo o quinto lugar. A poeta cria e (re)cria no seu poético metáforas que percorrem leituras construídas por ela, com o propósito de multiplicar-se em experiências. “Entre arte e vida: aí se equilibra a poesia brasileira dos últimos anos” (SUSSEKIND, 1985, p. 67).

A realidade pode ser *nada* ou *tudo*; depende de como é aos olhos de quem a vivencia, pois os poemas trazem para o seu tempo um novo estilo de denunciar algo, retratando significados, expressando movimentos e representando os eus de outrora. Conforme Conforme Tavares (1996, p. 41), “Todo artista, no fundo, é como o pai da tragédia grega, que dedicou as suas obras “ao Tempo”, ou seja, à imortalidade e à glória”. O poeta enxerga no seu entorno diversos objetos, tanto desejos inesperados como objetos do ridículo, e propicia aos leitores uma realidade construída pela palavra ressignificando-a pelo viés do subjetivo.

A subjetividade aparece no poema “Companheiro”<sup>9</sup>, de Rita de Cássia Alves. Ele transmite questões que envolvem o ser humano pela projeção de sentimentos: “Quero teus gestos loucos/(pensamentos roucos)/que habitam no que sou./E fazer distante/a atitude errante/que te afasta de mim” (ALVES, 1984). Os versos demonstram a consciência que ainda há espaço para amar.

O sentido da palavra, sobretudo da linguagem poética, determina-se por seu tempo e transcende possíveis reflexões mediante discursos significativos e contextos diversos de leituras, podendo revelar uma interação viva das relações sociais. Na obra *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde – 1960/1970*, de Heloisa Buarque de Hollanda (1981, p. 58), a linguagem poética é projetada pelas viagens e percepções sobre o tempo: “O tempo torna-se descontínuo, o mundo se desfaz em pedaços refletindo-se apenas como ausência ou enquanto coleção de fragmentos heterogêneos, onde o eu também se desagrega”. A produção brasileira das décadas de 1960 e 70 é analisada pelo paradoxo de que a força política da poesia está em sua autonomia, na rejeição ao didatismo e numa resistência silenciosa ao utilitarismo e às formas de mercadorias.

<sup>7</sup> Professora do curso superior de Artes Visuais e do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, ambos da Univille. Mestre em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 1996, e Doutora também em Artes Visuais pela UFRGS (2005). É pesquisadora na área de artes com ênfase em história, teoria e crítica da arte e atua principalmente nos seguintes temas: arte contemporânea, arte/cultura e ensino da arte.

<sup>8</sup> Poema extraído do livro *Terra nossa de cada dia*, publicado no ano de 1989 pela Edições Ipê, de Joinville.

<sup>9</sup> Poema extraído do livro *Espaços do coração*, publicado no ano de 1984 pela Editora do Autor.

É perceptível em Joinville nos anos 1980 e 90 a ocorrência de um processo semelhante, afinal os movimentos Varal Literário, Poesia Carimbada, Pão com Poesia e Poesia em Trânsito abriram espaços culturais a fim de demarcar rupturas significantes num município conservador, com marcas da cultura germânica, voltado para o trabalho. Os poemas passaram a circular nas ruas, nas praças, nas escolas, em bares, confirmando as observações de Hollanda (1981, p. 58): “A poesia moderna transforma-se, então, em procura do outro, em busca da *outridade*”. A preocupação de disseminar a linguagem poética por intermédio de movimentos culturais marcou uma época, uma sociedade antes indiferente com a arte que passou a ter acesso a uma produção poética local.

Bosi (1986, p. 13), no seu livro *Reflexões sobre a arte*, conceitua arte como construção, conhecimento e expressão:

A arte é um fazer. A arte é um conjunto de atos pelos quais se muda a forma, se *transforma* a matéria oferecida pela natureza e pela cultura. [...].

A arte é uma produção; logo, supõe trabalho. Movimento que arranca o ser do não ser, a forma do amorfo, o ato da potência, o cosmos do caos.

A arte poética compreendida tal qual reflexo da realidade oferece sensações pelas palavras geradoras de um materialismo semântico. “Na arte abstrata, na arte rigorosamente estilizada de qualquer época, a mimesis é o desenho da estrutura (ou ideal) da natureza e dos homens” (BOSI, 1986, p. 32). São nítidos a diversidade e o poder que a poesia tem como arte, pois consegue relatar histórias numa relação de euforia e expressão com e pelo mundo, propiciando observações para outras atmosferas, além do texto.

A declamação e a exposição de poemas constituem um fenômeno que ultrapassa o presente, projetando-se na memória de outrem, num ato simbólico e discursivo, atribuindo gradações sutis do imaginário associados ao simbólico.

Conforme Bosi (1986, p. 51),

Para a expressão afetiva, para a “atmosfera” de um texto, concorrem tanto os elementos mínimos como as unidades maiores de significação, as palavras, as frases, as figuras e os seus modos de combinação.

O fenômeno expressivo comporta uma análise diferencial que me parece indispensável empreender para ultrapassar certas posições puramente intimistas que fazem derivar a forma poética *diretamente* dos sentimentos do poeta.

A linguagem poética perpassa períodos, e a palavra relata fatos históricos. Por meio dessas conseguimos ler o mundo, partilhar questões discutíveis, uma vez que o poético se caracteriza pela identidade dos poetas, permitindo dialogar em contextos diferentes e registrar acontecimentos implícitos e simbólicos. Como disse Alcides Buss (2010),

Não sou eu que escrevo, é a vida que me escreve. Realmente, porque sempre foi para mim uma coisa muito importante escrever. Quando eu decidi, que eu comecei a ler, escrever veio automaticamente. Eu não formulei a imagem do escritor.

A poesia retoma questões sociais, faz um inventário memorial mediante escritores preocupados com a democratização da arte e projeta aspectos metafóricos numa sociedade marcada por diversos retratos e relatos.

De acordo com Canclini (2008, p. 88),

Como proteger a propriedade intelectual e, ao mesmo tempo, o acesso aos patrimônios tangíveis e intangíveis, gerir as relações interculturais com um sentido democrático, dar espaços e telas para a diversidade? A questão cultural é, em síntese, trabalhar com aquilo que, na globalização, não é literatura policial.

A relação do poeta com os acontecimentos do seu tempo, bem como o distanciamento e o engajamento com a realidade, possibilita ao leitor interagir com as letras e com o poema, de maneira sensível e questionadora, e também com os movimentos poéticos como patrimônio cultural da cidade de Joinville, pois pela preservação destes, nossa memória e experiências são contextualizadas. Assim, faz-se importante reforçar o conceito de patrimônio cultural.

Peres e Silva (2008, p. 331) destacam:

Percebe-se a existência de uma forte relação da memória social com as questões da preservação do patrimônio cultural, tendo em vista que, através dela, buscamos nosso passado e, com isso, temos interesse por aquilo que faz parte de nossas experiências, ou seja, pelo patrimônio que, de alguma forma, fez parte de nossas vivências.

A poesia é um patrimônio cultural intangível. Ela consegue ler o cotidiano, compondo a matéria e o fazer poético por meio de escritores concernentes com a democratização da arte e das indiferenças não só sociais, mas da alma, transpondo barreiras do dia a dia.

Portanto, a linguagem poética é uma força que mobiliza desejos, um ato de comunicação imediata e um objeto de partilhamento à memória coletiva e individual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A subjetividade da poesia e dos movimentos poéticos pesquisados por meio de poetas joinvilenses pretenderam expor a integração cultural de elementos sobre a memória individual e coletiva de poetas que produziram poemas em Joinville nos anos de 1980 e 90.

Foi possível levantar dados a respeito da circulação da poesia na cidade no período estudado por intermédio das vozes dos poetas Alcides Buss, Dúnia Anjos de Freitas, Caco de Oliveira, Mila Ramos e Rita de Cássia Alves e dos movimentos poéticos articulados, sinalizando que a arte poética transforma as percepções de mundo. Os movimentos poéticos ocorridos nessas décadas em Joinville – Varal Literário, Poesia Carimbada, Poesia em Trânsito e Pão com Poesia – contribuíram de maneira intrínseca com o patrimônio cultural de uma sociedade antes silenciosa à arte e à cultura, de modo a fazer com que sua população não respirasse só a fuligem das chaminés de suas indústrias, mas também odores, cores e emoções sinesteticamente harmonizados nas palavras poéticas.

O olhar quanto à questão poética enseja uma reflexão entre a palavra e os movimentos que ela opera no social, necessária para a construção de identidades humanas.

Faz-se preciso continuar regando a sociedade com as palavras, com o arado da linguagem. Tais movimentos articularam o patrimônio cultural do município de Joinville. Portanto, a preservação da memória, do passado, das vivências e das experiências atualiza e renova olhares no tocante à história cultural urbana.

Os poetas movidos pelo desejo de popularizar a arte e a cultura promoveram novas relações culturais em Joinville, pois na ânsia de ler seus poemas, de participar dos varais literários e de interferir na literatura local criaram espaços para outras facetas da cidade aflorarem, libertando esta do estigma do pragmatismo de uma cidade industrial. Todos os movimentos tiveram significados importantes e abrangentes pela perspectiva sociocultural, de forma que a palavra entoasse cânticos livres, não mais impostos pela opressão de um sistema político ditador.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Rita de Cássia. **Rita de Cássia Alves:** entrevista [02 fev. 2010]. Entrevistadora: Claudia Regina Pereira Belli. Joinville.

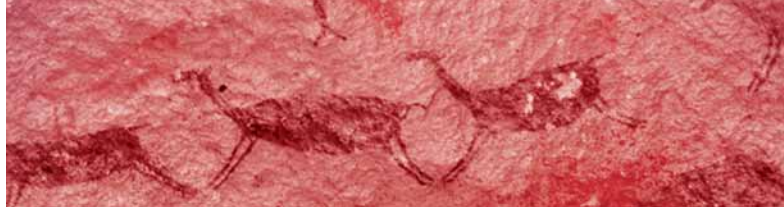
BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem.** 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.



- BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- BOSI, Alfredo. **O ser e o tempo da poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Reflexões sobre a arte**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986.
- BUSS, Alcides. **Antologia do Varal Literário**: textos escolhidos pelo público. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Alcides Buss**: entrevista [22 fev. 2010]. Entrevistadora: Cláudia Regina Pereira Belli. Florianópolis.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- FREITAS, Dúnia Anjos de. **Dúnia Anjos de Freitas**: entrevista [26 maio 2010]. Entrevistadora: Cláudia Regina Pereira Belli. Joinville.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. **Memória coletiva e história científica**. Revista Brasileira de História, São Paulo, n. 28, p. 181, 1994.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Impressões de viagem**: CPC, vanguarda e desbunde – 1960/1970. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LYRA, Pedro. **Literatura e ideologia**: ensaios de sociologia da arte. Petrópolis: Vozes, 1979.
- OLIVEIRA, Caco. **Caco de Oliveira**: entrevista [26 jan. 2010]. Entrevistadora: Cláudia Regina Pereira Belli. Joinville.
- PAIXÃO, Fernando. **O que é poesia?** São Paulo: Brasiliense, 1982.
- PAZ, Octavio. **Convergências**: ensaios sobre arte e literatura. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- \_\_\_\_\_. **O arco e a lira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- PERES, Ivana Morales; SILVA, Gabriela de Mello. Cidadania e memória social: efeitos na preservação patrimonial. In: MICHELON, Francisca Ferreira; TAVARES, Francine Silveira (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios sobre a diversidade cultural. Pelotas: Editora da Ufpel, 2008. p. 325-331.
- RAMOS, Mila. **Mila Ramos**: entrevista [28 jan. 2010]. Entrevistadora: Cláudia Regina Pereira Belli. Joinville.
- RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: EXO experimental/34, 2005.
- SUSSEKIND, Flora. **Literatura e vida literária**: polêmicas, diários e retratos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- TAVARES, Hênio. **Teoria literária**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1996.
- TONCZAK, Maria Joanna. **Lindolff Bell e a Catequese Poética**. Florianópolis: Ioesc, 1978.
- YUNES, Márcio Jabur; AGOSTINI, João Carlos. **Técnica ou poética, eis a questão!** Criatividade *versus* racionalismo. São Paulo: Moderna, 1998.

### Endereço eletrônico consultado

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio cultural**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=9F315A5740CD84FB51E75DD51431005F?id=10852&retorno=paginalphan>>. Acesso em: 16 abr. 2010.



## Patrimônio, memória e turismo: as apropriações do passado Mucker e a (re)invenção dos lugares da cidade

DANIEL LUCIANO GEVEHR<sup>1</sup>

**RESUMO:** O trabalho analisa as representações simbólicas construídas sobre o conflito Mucker (Colônia Alemã de São Leopoldo, 1868-1874) e como essas se manifestam materialmente nos diferentes espaços que procuram lembrar dos fatos e personagens que marcaram a história do conflito após seu desfecho. Detemo-nos, aqui, na análise do processo que envolve a produção e a difusão de representações sobre o episódio e que acabaram se materializando na construção de diferentes lugares de memória, localizados em diferentes espacialidades do atual município onde ocorreu o conflito, que é Sapiranga (RS). Pretendemos discutir os diferentes condicionantes e propósitos que estiveram presentes nesse processo de patrimonialização dos lugares que lembram dos Mucker e como esses foram alvo de (re)interpretações em diferentes épocas. Discute-se, ainda a relação da produção desses lugares de memória, que lembram dos Mucker, com o propósito de desenvolver o Turismo, a partir da criação dos Caminhos de Jacobina, que apresenta aos visitantes os lugares que buscam perpetuar a(s) memória(s) construídas – e muitas vezes impostas - sobre os Mucker.

**PALAVRAS-CHAVE:** Conflito Mucker; Lugares de Memória; Turismo histórico-cultural; Patrimônio Cultural.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O trabalho analisa as representações construídas sobre o conflito Mucker e a produção dos seus lugares de memória, no período compreendido entre o desfecho do conflito, em 1874, e os dias atuais. O conflito Mucker (1868-1874) marcou de forma definitiva a história do atual município de Sapiranga (RS) no qual ocorreu o conflito e que no século XIX correspondia a parte da Antiga Colônia Alemã de São Leopoldo, fundada em 1824 por D. Pedro I. O conflito, de caráter messiânico, ocorreu em um ambiente de muitas transformações econômicas e sociais associadas ao processo de imigração alemã que ocorria no século XIX no sul do Brasil.

Tendo esta questão como ponto de partida, investigamos como em diferentes épocas e contextos se produziram imagens e idealizações sobre Jacobina, bem como a construção e manipulação dos imaginários sociais construídos sobre ela. Detemo-nos especialmente, na análise das imagens construídas e difundidas sobre Jacobina Maurer, a líder dos Mucker, através da fotografia, do cinema, da pintura, - e especialmente - da monumentalidade e da construção de lugares de memória, vinculando-as ao seu contexto de produção e aos interesses dos diferentes grupos sociais que as forjaram.

Atentamos, ainda, para o processo de ressignificação dessas imagens e representações, identificando as transformações significativas de que foram alvo ao longo do período que compreende o final do século XIX até os dias atuais. Destacamos, sobretudo, o processo de manipulação da

<sup>1</sup> Doutor em História, professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT) e da graduação no Instituto Superior de Educação Ivoti (ISEI), e-mail: danielgevehr@hotmail.com

memória e dos sentimentos coletivos da comunidade em que o episódio ocorreu, evidenciado na eleição dos símbolos e dos lugares de memória da cidade de Sapiranga, através dos quais se deu a materialização dessas imagens e dos sentimentos coletivos em relação aos Mucker (termo alemão que pode significar santarrão, beato, fanático religioso).

Inicialmente, a difusão de determinadas representações sobre os Mucker e sobre sua líder Jacobina, se deu através da publicação da obra *Os Mucker* (1906), por Ambrósio Schupp, um jesuíta alemão que chegou no Brasil em 1874, mesmo ano do desfecho do conflito. Deve-se, principalmente ao conteúdo de sua obra a construção de um imaginário essencialmente negativo em relação ao grupo liderado por Jacobina e que acabou se difundindo entre a população. Mesmo com estudos posteriores, como o de Leopoldo Petry (1957) e de estudos acadêmicos como os de Janaína Amado (1976), João Guilherme Biehl (1991) e Maria Amélia Dickie (1996), que procuraram dar outras versões sobre o conflito, os Mucker continuaram sendo conhecidos pela comunidade sapiranguense como um grupo de fanáticos religiosos até o início do século XXI.

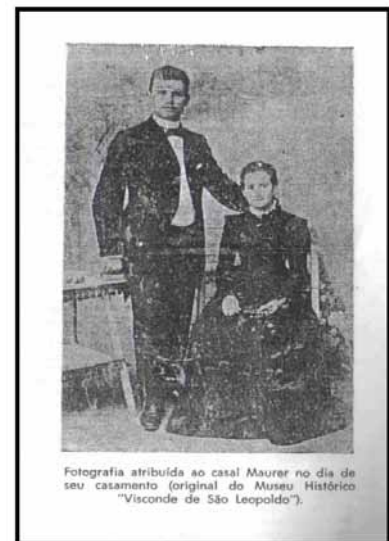
## AS REPRESENTAÇÕES SOBRE OS MUCKER E SUA (RE)PRODUÇÃO

A ausência de fontes documentais produzidas pelo próprio grupo fez com que durante muito tempo a única versão dos fatos fosse a presente nos autos dos processos judiciais e nas fontes orais do lado daqueles que derrotaram os Mucker. Daí ser possível falar de uma ausência de “voz” por parte dos vencidos, que não tiveram a oportunidade de “contar” a sua própria versão dos fatos. Outro fator, que em nossa análise julgamos essencial, é a ausência de imagens que materializem os personagens ou até mesmo o cenário na época do conflito, o que torna o grupo – e de forma especial sua líder Jacobina - mais enigmático.

A única forma de registro que encontramos sobre a líder dos Mucker é uma fotografia, cuja veracidade é fortemente questionada, que apresenta Jacobina junto ao seu marido João Jorge Maurer, conhecido como o curandeiro e que realizava milagres de cura no Morro Ferrabraz, lugar de moradia do casal e onde se realizavam as atividades do casal. A fotografia é apresentada na obra *A Nova Face dos Mucker*, produzida por Moacyr Domingues, após exaustiva pesquisa documental (DOMINGUES, 1977, p. 7). Entretanto sobre a origem da fotografia se apresentam várias dúvidas, principalmente sobre sua origem.

Além da produção historiografia existente sobre o conflito e da veiculação de determinadas imagens e representações sobre sua líder, precisamos observar o processo que envolveu a ressignificação do episódio ao longo das décadas que se sucederam ao seu desfecho. A própria imprensa foi, nesse sentido, um importante veículo de difusão de imagens e representação sobre os Mucker, que acabou reforçando o imaginário fanatizado e unilateral sobre os fatos ocorridos no morro Ferrabraz. Exemplo concreto dessas manifestações, que acabaram reforçando o imaginário negativo em relação aos Mucker foi a própria imprensa sapiranguense, que nas décadas de 1950 e 1960 publicou uma série de reportagens sobre o episódio. Nela, os Mucker foram sempre apresentados como culpados.

No sentido contrário da visão que apresenta o conflito como resultado do fanatismo religioso observamos, na década de 1990, o início de um novo período das representações e idealizações construídas sobre os Mucker. Merece destaque nesse novo contexto a obra literária *Videiras de Cristal*, de Antônio Luiz de Assis Brasil. O romance histórico em questão abriu espaço, em nível estadual e nacional, para a discussão sobre o tema, algo que de certa forma ainda se mostrava bastante velado na região em que ocorreu o massacre. Observa-se, de fato, que as pessoas ainda tinham receio em falar sobre o tema na região. É precisamente a partir dessa fase que podemos falar



Fotografia atribuída ao casal Maurer no dia de seu casamento (original do Museu Histórico "Visconde de São Leopoldo").

Fonte: Domingues, 1977, p. 7

em um amplo processo de ressignificação e difusão de novas imagens e representações sobre os Mucker e especialmente sobre sua líder Jacobina.

O novo contexto do final do século XX e as novas perspectivas de desenvolvimento da região foram condicionantes significativos que nos permitem compreender como os Mucker foram alvo de ressignificações, que os colocaram não mais apenas na condição de culpados, mas num processo que nos permite identificar a heroização de sua líder e, conseqüentemente, do grupo por ela liderado. Esse processo, de significativa transformação no âmbito da criação e difusão de imagens sobre os Mucker, se tornou mais evidente se observarmos o processo que envolveu a criação daquilo que Pierre Nora chama de *lugares de memória*. Esses lugares, que procuram marcar no tempo e no espaço os lugares dos Mucker foram alvo de manipulação e ressignificação, na medida em que os interesses presentes especialmente no início do século XXI se associavam a ideia de projeção de Sapiiranga no cenário nacional, especialmente através do filme *A Paixão de Jacobina*, produzido pela família Barreto em 2002.

Com o propósito de compreender o processo que envolveu a construção dos lugares de memória e a difusão de imagens e representações sobre os Mucker e sobre a líder Jacobina, atentamos para aquilo que Halbwachs (2004, p. 150) nos diz sobre os lugares de memória. Para ele, os lugares que percorremos nos fazem lembrar de fatos ocorridos no passado e, assim, contribuem para a construção da memória coletiva. A construção de monumentos, a denominação de lugares e a preocupação com a valorização de personagens do passado estão diretamente associadas a uma memória coletiva. Dessa forma, quando uma comunidade elege seus lugares de memória e também seus símbolos e heróis – que passam a representá-la – pode-se perceber os condicionantes que estiveram envolvidos nesse processo de construção das representações.

As várias interpretações sobre os Mucker acabaram difundindo diferentes versões e, especialmente, definindo os “heróis” e os “culpados” do conflito. Em seu estudo sobre a difusão de imagens construídas sobre as mulheres do sul do Brasil, Joana Pedro (2004, p. 283) mostra-nos como é praticamente impossível mensurarmos a apropriação de representações sociais. Para ela, pode-se tentar compreender e avaliar o impacto que as ideias difundidas causaram no meio social, embora seja impossível mensurar o grau de aceitação e da conseqüente internalização das ideias difundidas.

Outra questão importante em nossa pesquisa é a compreensão da construção dos símbolos associados aos fatos e personagens que marcaram a história de um grupo. Sobre essa questão, José Murilo de Carvalho (1990, p. 13) refere-se à associação existente entre construção dos imaginários sociais e a criação de diferentes símbolos para reforçar uma determinada visão sobre o passado. Para ele, a manipulação dos símbolos, das alegorias e até mesmo dos mitos criados sobre os personagens históricos nos ajuda a compreender a dinâmica que envolve a construção dos imaginários sociais.

Já com relação à dinâmica que envolve a análise das representações sociais e à construção dos lugares de memória dos Mucker em Sapiiranga, resgatamos aquilo que a historiadora Sandra Pesavento chama de *ressemantização do tempo e do espaço* (2002, p. 162). Para ela, é preciso considerar as transformações de caráter econômico, político, social e cultural, para que se torne possível a realização de uma leitura das representações sociais construídas num determinado contexto.

Assim, nossa análise parte do entendimento de que a constituição dos lugares de memória dos Mucker ocorreu – num primeiro momento – como manifestação do sentimento de condenação e de rejeição aos Mucker. Exemplo dos efeitos dessa condenação foi a celebração de Genuíno Sampaio, comandante das tropas oficiais contrárias aos Mucker, como herói do conflito. Cabe ressaltar que, nesse processo de construção das representações sobre os Mucker, foram *evocados sentidos, vivências e valores* (PESAVENTO, 2002, p. 16) que deveriam ter significado para a comunidade. Nesse sentido, especialmente Jacobina foi apresentada como uma “mancha do passado”, que devia ser lembrada como contraponto às aspirações da nova sociedade que se reorganizava após o desfecho do conflito e que tinha essa mulher como exemplo a não ser seguido.

A eleição desses dois personagens – como representantes dos dois lados do conflito – remete-nos à análise feita por Carvalho, para quem o processo de “heroificação” inclui necessariamente “a transmutação da figura real, a fim de torná-la arquétipo de valores ou aspirações coletivas” (1990,

p. 14) o que ocorreu com Jacobina e Genuíno. Além do papel desempenhado pelos testemunhos na construção de representações sobre os Mucker, deve-se ressaltar a importância – atribuída por Halbwachs – da constituição dos lugares de memória e sua significação. Tomando essas considerações como referência para nossa investigação, passamos a analisar os condicionantes envolvidos na construção dos lugares de memória dos Mucker em Sapiranga.

## PERCORRENDO OS LUGARES DOS MUCKER

Fundamental para a análise do processo de construção dos lugares de memória é considerarmos o significado que esses diferentes lugares apresentam. É nesse sentido que destacamos a criação dos diferentes lugares de memória (monumentos, praças, instituições, etc.) dos Mucker em Sapiranga, município onde ocorreu o episódio no final do século XIX, seguindo a interpretação proposta por Françoise Choay (2001, p. 17), para quem os monumentos servem para advertir ou lembrar, tocando nas emoções.

Demonstração dessa tentativa – *a de criar lugares de memória* – através da monumentalização, temos o túmulo localizado no Cemitério do Bairro Amaral Ribeiro, que tem o morro Ferrabraz ao fundo.

A *sepultura* construída em 1874 foi a primeira representação monumental construída pela comunidade da Colônia Alemã para homenagear aqueles que haviam dado sua vida no combate aos Mucker. Esse monumento localizado no cemitério do Amaral Ribeiro, em Sapiranga, procurou enaltecer a ação dos colonos mortos em combate, ao mesmo tempo em que apontou os Mucker como seus assassinos. Na lápide da sepultura, encontramos uma homenagem prestada aos homens que morreram em virtude dos supostos ataques dos Mucker e assinada pelos moradores da colônia. Como contraponto disso, temos o fato de Jacobina, juntamente com dezenas de Mucker assassinados, terem sido enterrados em uma vala comum nas proximidades do local onde ficava a residência de Jacobina e onde seria, décadas mais tarde, erguido o monumento em homenagem ao coronel Genuíno.

Além da sepultura, que é o primeiro lugar de memória construído sobre os Mucker, temos o *Monumento alusivo ao Coronel Genuíno Sampaio* e a *Cruz de Jacobina*, ambos localizados ao pé do morro Ferrabraz. A materialização do primeiro tinha como finalidade homenagear o Coronel Genuíno Sampaio, líder das tropas contrárias aos Mucker e que havia tombado em combate em 21 de julho de 1874. O monumento, construído em 1931 e inaugurado no ano seguinte, resultou da iniciativa de um morador de Sapiranga, Reinaldo Scherer, um jovem morador do morro Ferrabraz, que, através do seu gesto, transformaria Genuíno num herói para a comunidade sapiranguense. Naquele momento a ideia do jovem morador da colônia era entendida pela comunidade como uma forma de tradução dos sentimentos coletivos, que assim se materializavam no projeto elaborado por Scherer.

Concomitantemente ao ato de inauguração do monumento, que contou com várias autoridades, registramos a entrega a alguém, cujo nome não é mencionado, mas que acreditamos se tratar de um vereador da Câmara de Vereadores de São Leopoldo, da *Bíblia* que supostamente Jacobina utilizava em suas pregações religiosas. Destacamos o simbolismo que reveste esse ato, que confiava às autoridades a guarda de um dos símbolos das crenças praticadas por Jacobina, impedindo, dessa forma, que o fanatismo fosse retomado.

Já a colocação de uma *cruz* no local em que Jacobina foi assassinada não ocorreu da mesma forma. Ao que tudo indica, a colocação de uma cruz de madeira no local onde Jacobina e mais 16 adeptos foram mortos no dia 02 de agosto de 1874 deu-se apenas na década de 1910. A execução dessa obra, no entanto, não foi registrada



Fonte: Acervo do autor



Fonte: Acervo do autor

através de fotografia, nem em documento escrito ou de qualquer ato oficial de inauguração, o que revela o aspecto não oficial e que procurava não despertar a atenção da comunidade em relação ao feito, uma vez que Jacobina não deveria ser evocada novamente nos sentimentos – e na memória - da comunidade.

Tomados como *símbolos espaciais* (OLIVEIRA, 2003, p. 09), tanto a cruz de Jacobina quanto o monumento alusivo ao Coronel Genuíno Sampaio foram erguidos pela comunidade local no cenário onde havia ocorrido o conflito, possuindo nítidos significados antagônicos. Essas visões polarizadas, entre “o bem e o mal”, foram responsáveis, em grande medida, pela construção do imaginário social sobre os Mucker.

Seria somente no início do século XXI que Jacobina teria um monumento construído em sua homenagem. O monumento erguido na praça (conhecida popularmente como “Praça da Jacobina”), localizada logo no acesso ao centro da cidade, foi construído em 2006, por iniciativa do vice-prefeito municipal Fernando da Cunha, para homenagear Jacobina. Percebe-se que naquele novo contexto, a líder dos Mucker revestia-se de um novo significado para a cidade, na medida em que ela foi a responsável pela projeção de Sapiranga em nível nacional, através do lançamento da obra cinematográfica *A Paixão de Jacobina*, que baseou-se na obra *Videiras de Cristal* de Assis Brasil. A partir desse contexto, Jacobina encontrava-se como heroína, cujos princípios acabaram sendo transformados em motivo de celebração. Observando-se o monumento encontramos, na sua base, uma inscrição com um breve perfil biográfico de Jacobina, de autoria de Daniel Gevehr, e que apresenta uma breve biografia de Jacobina.

O imaginário, vale lembrar, tem como um de seus pontos de referência – e de lembrança – os *lugares de memória*, na expressão de Pierre Nora, para quem “a memória pendura-se em lugares assim como a história em acontecimentos” (1993, p. 25). Acreditamos que a sepultura do Cemitério do Amaral Ribeiro, a cruz e os monumentos de Genuíno e de Jacobina, desempenham, enquanto lugares de memória, papel fundamental no processo de construção do imaginário sobre os Mucker.

Além desses lugares, que nos remetem a lembrança dos Mucker, encontramos outros vários lugares – de memória - em Sapiranga que nos fazem lembrar do conflito, num exercício cotidiano de relembrar os Mucker e os fatos e personagens associados a eles. Exemplos concretos dessas iniciativas da comunidade, no sentido de manter viva a memória do tempo dos Mucker tivemos em 1901, a fundação do Clube 19 de Julho. Chamamos a atenção para a data de sua fundação, 19 de julho, dia e mês em que a casa de Jacobina foi destruída pelas forças imperiais no Ferrabraz. Cremos existir aí bem mais que uma simples coincidência, já que esta data era bastante significativa para a comunidade, por representar a data em que a “fortaleza do Ferrabraz” foi destruída. Embora não tenhamos fontes documentais ou testemunhos orais para corroborar nossa hipótese, impõe-se a possibilidade de vincularmos as duas datas do dia 19 de julho, a de 1874 e a de 1901.

Em 1937 se deu a criação e a inauguração do atual Instituto Estadual Coronel Genuíno Sampaio, localizado na zona central da cidade e, portanto, lugar de passagem e circulação da comunidade. A denominação da principal escola pública de Sapiranga foi realizada através do Decreto nº 6702 de 27 de agosto de 1937. Assim o herói da luta contra os Mucker tinha seu nome materializado em uma das mais importantes instituições da localidade e cuja lembrança se mantinha viva na memória de seus moradores cotidianamente. Também o CTG Pedro Serrano, fundado em 24 de junho de 1952 merece destaque nessa perspectiva de análise. Sua denominação aparece a partir na documentação pesquisada desde 1961, fazendo com que todos relembassem a atuação de Pedro Schmidt (conhecido pelos moradores da região à época do conflito como Pedro Serrano), como líder local das tropas de Genuíno no episódio do Ferrabraz, ao lado do Coronel, tendo Jacobina como rival. O principal aliado de Genuíno teve, dessa forma, seu nome registrado na memória da comunidade, sendo materializado em uma das instituições mais importantes do âmbito da vida cultural de seus moradores.

Nesse contexto de mudanças, a municipalidade (criada através da emancipação de São Leopoldo em 1955) daria início a um processo – significativo - de construção de símbolos e nomeações de



Fonte: Acervo do autor



Fonte: Acervo do autor

espaços da cidade, que inevitavelmente remeteram a história dos Mucker. Nomes de ruas, praças e avenidas que identificavam, num primeiro momento apenas aqueles que lutaram contra os Mucker apareceram de forma evidente. Somente no final do século XX e principalmente a partir de 2002, com o lançamento do filme, a municipalidade tratou de promover a nomeação de diferentes espaços da cidade de *Jacobina* ou outras denominações que se associavam a fatos ou personagens ligados diretamente ao lado dos Mucker. Era um novo tempo, em que a possibilidade de associar o nome de Jacobina com o desenvolvimento do turismo local se apresentava como uma grande possibilidade.

De acordo com José de Meneses (2004, p. 21) a História e o Turismo Cultural, em seus limites interpretativos, *monumentalizam eventos e musealizam existências*. É nessa perspectiva que entendemos que os Mucker e Jacobina foram alvo de um amplo processo de ressignificação, em decorrência do projeto de desenvolvimento do turismo local, desencadeado no final do século XX e início do século XXI.

Conhecidos em função da literatura e do cinema, os Mucker e sua líder Jacobina passaram a assumir uma nova representação, uma vez que poderiam servir aos interesses econômicos e políticos do município, na medida em que poderiam projetar a cidade no roteiro turístico nacional. Isso ocorreu de fato, através da criação dos *Caminhos de Jacobina* em 2001. Esse projeto resultou da parceria entre o Departamento de Turismo de Sapiroanga e o SEBRAE e contemplou diferentes lugares de memória dos Mucker. Através dele a comunidade percebeu a possibilidade de se valer da história, antes até mesmo negada ou negligenciada por muitos, para promover o desenvolvimento do município.

Exemplo dessa nova perspectiva temos no folder produzido para promover o turismo da região do Vale dos Sinos e intitulado *Caminhos do Vale: Rota turística* e está organizado de forma que cada um dos municípios envolvidos no projeto mostre sua história e os principais pontos turísticos. Na parte intitulada *Conheça Sapiroanga*, encontramos, na introdução, o subtítulo *Caminhos de Jacobina*, em que é apresentada uma breve síntese da sua história e o significado desse roteiro turístico que permitia aos visitantes conhecer parte da história do município de Sapiroanga, cujas origens se associava aos Mucker.

Outro aspecto que nos chama a atenção nesse processo de construção do projeto de desenvolvimento do turismo da cidade é o logotipo criado para identificar os *Caminhos de Jacobina*. Este tem como imagem o busto de Jacobina vista de perfil, ao qual é justaposto o título *Caminhos de Jacobina*. Chama-nos a atenção a evidência dada à líder dos Mucker. Sua imagem estilizada é empregada simbolicamente para fomentar o turismo da região, e seu nome é transformado em ícone para atrair a atenção dos visitantes.

A representação da mulher guerreira e sagaz é trazida como justificativa para esse enaltecimento construído e materializado pelo projeto em questão. Curiosamente, enquanto Jacobina é enaltecida pelos moradores de Sapiroanga, Genuíno é – a partir de então – gradativamente condenado a uma participação coadjuvante. Cabe observar, no entanto, que mesmo após essa valorização de Jacobina, e que deu origem ao roteiro turístico, ela continuou sendo apresentada como alguém que liderou um *grupo de fanáticos religiosos* e que teria se autodenominado *reencarnação de Cristo*, conforme podemos verificar no texto impresso no folder *Conheça Sapiroanga*.

Como podemos observar, as placas indicativas colocadas pela prefeitura nos diferentes lugares que constituem os *Caminhos de Jacobina* serviram de guia para os visitantes. No exemplo abaixo observamos a placa que aponta para a cruz de Jacobina, no morro Ferrabraz.

Ao lado da cruz de Jacobina, também encontramos uma placa que apresenta aos visitantes um breve resumo sobre o conflito e enfatiza o papel assumido por Jacobina na história do conflito.



Fonte: Acervo do autor



Fonte: Acervo do autor



O texto apresentado não teve a participação de nenhum historiador em sua elaboração. Ele chama a atenção por reconstituir um cenário marcado por armas de guerra, fogo e gritos, recriando o ambiente no qual Jacobina foi assassinada. Ao descrever Jacobina, ele a apresenta, mais uma vez, como líder de um *grupo de fanáticos religiosos* e como *reencarnação de Cristo*. Já os Mucker são apresentados como *uma pequena comunidade de fanáticos religiosos que se formou ao pé do morro Ferrabrás*. O ambiente de mistério que envolvia o morro Ferrabraz é recriado através de expressões como *gritos terríveis, triste episódio, profundo espírito religioso e fanáticos religiosos*, reforçando, ainda, a associação entre mistério e fanatismo.

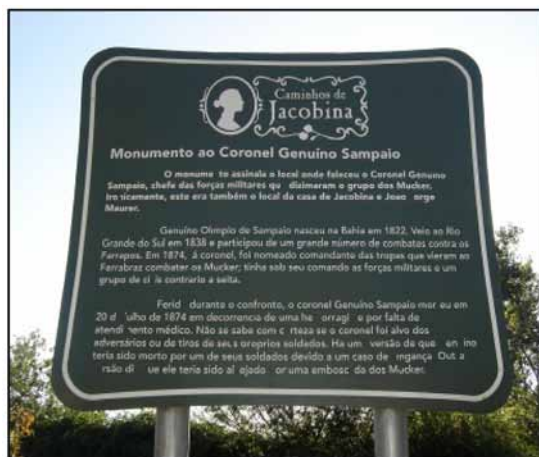
No monumento inaugurado em 1932 para homenagear Genuíno encontramos uma placa que apresenta uma breve biografia do personagem. Genuíno é descrito como o chefe das operações militares que dizimaram os Mucker. Chama-nos a atenção a justificativa dada para o fato de este monumento se encontrar no mesmo lugar em que anteriormente se localizava a casa dos Maurer. Afinal, aquele era o lugar, segundo a interpretação apresentada, onde Jacobina e seu marido realizavam suas práticas religiosas e de cura, motivo que teria deflagrado o conflito no século XIX.

Temos ainda, como parte importante dos *Caminhos de Jacobina* o lugar conhecido como *Colônia de Jacobina*, sendo esse um dos pontos turísticos mais explorados do roteiro. O lugar, que serviu de cenário para as filmagens do filme *Paixão de Jacobina*, está situado no alto do morro Ferrabraz, na localidade de Picada Schneider, zona rural de Sapiranga e apresenta aos visitantes o cenário construído pela equipe de filmagens para a produção de *A Paixão de Jacobina*.

Entre os diferentes lugares de memória construídos sobre os Mucker, encontramos ainda a *Pedra Branca de Jacobina*. Ela destaca-se na paisagem, atraindo um bom número de turistas e a atenção dos que sobem o morro para a prática do vôo livre.

Na placa que identifica a *Escadaria na Pedra Branca de Jacobina* encontramos duas inscrições bastante significativas e que procuram explicar aos visitantes o significado do lugar. É informado na placa que o lugar teria abrigado Jacobina e seus adeptos após o ataque sofrido em 19 de julho e do qual resultou o incêndio de sua casa. É preciso, contudo, esclarecer que essa informação não procede, já que o local escolhido pelos Mucker para se esconderem das forças imperiais foi aquele onde encontramos a cruz de Jacobina, e não a caverna como menciona a placa.

A caverna existente no morro Ferrabraz é, também, constantemente associada pelos moradores de Sapiranga ao lugar em que os Mucker, a mando de Jacobina, guardavam armas, mantimentos e escondiam-se em situações de ataque. Percebe-se nessas placas, a veiculação de informações sobre a história e também sobre os lugares associados a ela, que nem sempre se mostram fiéis àquilo que a historiografia ou até mesmo a documentação existentes nos permitem afirmar como reais.



Fonte: Acervo do autor



Fonte: Acervo do autor

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente, ao identificarmos os lugares de memória dos Mucker, chegamos a algumas constatações importantes e que apontam para as razões de sua criação em diferentes momentos da história. Jacobina Maurer e Genuíno Sampaio foram os personagens eleitos pela comunidade para representarem, respectivamente, os Mucker e seus combatentes. Se, num primeiro momento, Jacobina é representada como a líder dos Mucker e associada a condutas condenáveis, Genuíno é representado como herói, ao ter dado sua vida ao combatê-los. Já num segundo momento, especialmente a partir da década de 1990, Jacobina passa a ser apresentada como uma heroína, com características morais que a enalteciam, ao mesmo tempo em que Genuíno tem sua atuação reavaliada, sendo colocado como personagem coadjuvante.

A partir das últimas décadas do século XX se percebe um novo olhar sobre a questão. Marcos significativos dessas novas abordagens são, sem dúvida, o apelo comercial e turístico de que foram alvo esses lugares de memória e a produção literária e cinematográfica que muito contribuíram para que Jacobina fosse alçada à condição de protagonista e líder social e, especialmente, desempenhasse a função de guia turística pelos *Caminhos de Jacobina*.

Se, no passado, a líder dos Mucker era associada pela comunidade a uma mancha que *borrava* sua imagem, a partir de então, ela será compreendida como a mulher que motiva o seu *orgulho*. É nessa dinâmica das representações e da construção de imagens que *Genuíno*, tido como herói no passado por ter apaziguado a colônia, terá sua imagem confrontada com a de Jacobina, transformando-se em um personagem secundário. Diante disso, é possível afirmar que, no início do século XXI, Jacobina saiu vitoriosa na luta pelas representações, sendo celebrada pelos e nos *Caminhos de Jacobina*.

A construção da imagem da líder dos Mucker, entretanto, continua promovendo intensos debates, na medida em que Jacobina não tem um corpo, um rosto ou até mesmo vestígios deixados por ela que nos permitem afirmar como era, de fato, a líder dos Mucker. Essa questão pode ser percebida nos dois exemplos criados pela artista sapiranguense, que tentou recriar Jacobina através da pintura, ainda que sem muitas referências concretas de como era fisicamente a líder dos Mucker. A associação de Jacobina ao ambiente religioso e a também a flor símbolo de Saporanga, a rosa, são registrados pelo pincel da artista.



JACOBINA  
(óleo sobre tela com textura  
acrílica – 50x70cm)



ROSAS PARA JACOBINA  
(óleo sobre tela - 50x70cm)

Os diferentes elementos que constituem a dinâmica de construção das imagens e das representações sobre os Mucker – e de forma mais expressiva – sobre Jacobina, nos permitem compreender como esse episódio, ocorrido no final do século XIX na Antiga Colônia Alemã de São

Leopoldo (RS), provocou e, ainda continua provocando, intenso debate sobre as diferentes “faces” um dos capítulos mais significativos da história da imigração alemã no sul do Brasil.

A materialidade, apresentada através do patrimônio cultural “da cidade dos Mucker” demonstra a complexidade que envolve a produção desses lugares de memória, que em diferentes épocas, mostrou a história dos Mucker sob diferentes ângulos e perspectivas.

## REFERÊNCIAS

- AMADO, Janaína. **Conflito social no Brasil: a revolta dos Mucker**. São Paulo: Símbolo, 1978.
- ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. **Videiras de cristal: o romance dos Muckers**. 5. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.
- BACZKO, Bronislaw. **Los imaginários sociales: memórias e esperanzas colectivas**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1984.
- BIEHL, João Guilherme. **Jammerthal, o vale da lamentação: crítica à construção do messianismo Mucker**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Filosofia) - Curso de Pós Graduação em Filosofia, Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Santa Maria, 1991.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru: EDUSC, 2004.
- BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: UNICAMP, 2004.
- CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo, Contexto, 2012.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- CATROGA, Fernando. **Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história**. 2 ed. Coimbra: Almedina, 2011.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- DICKIE, Maria Amélia Schmidt. **Afetos e circunstâncias: um estudo sobre os Mucker e seu tempo**. Tese de Doutorado (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1996.
- DOMINGUES, Moacyr. **A Nova Face dos Muckers**. São Leopoldo: Rotermond, 1977.
- FEITOSA, Mônica Nascimento; SILVA, Sandra Siqueira da. **Patrimônio Cultural imaterial e políticas públicas: os saberes da culinária regional como fator de desenvolvimento local**. Salvador: UFB, p. 193-208, 2011.
- GEVEHR, Daniel Luciano. **Pelos Caminhos de Jacobina: memórias e sentimentos (res)significados**. Tese de Doutorado (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História, Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2007.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 103-133.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

LINS, Hoyêdo Nunes. Interações, aprendizagem e desenvolvimento: Ensaio sobre o turismo em Florianópolis. **Revista Turismo-visão e Ação**. Florianópolis, v. 9. n° 1, p. 107-120, jan/abr. 2007.

MENESES, José Newton Coelho. **História e Turismo Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: Revista do Programa de Pós-graduação em História e do Departamento de História PUCSP, n° 10, p. 07-28, dez. 1993.

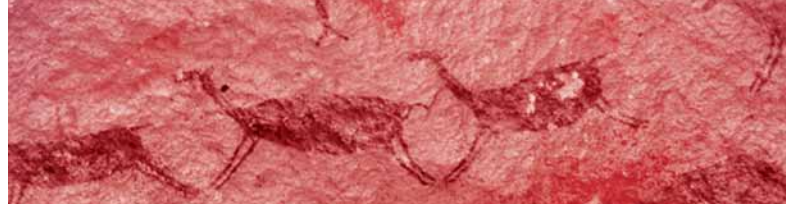
OLIVEIRA, Luiz Antônio de. O teatro da memória e da história: Alguns problemas de alteridade nas representações do passado presentes no culto aos mártires de Canhaú – RN. **Revista de Humanidades**. Caicó: Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v. 4. n. 8, p. 80-110, abr/set. 2003.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do sul. In: DEL PRIORI, Mary (org). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**. Visões literárias do urbano. Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

RONNING, Anne Holden. Some Reflections on Myth, History and Memory. **As Determinants of Narrative**. **Coolabah**, Observatório: Centro de Estudos Australianos, Universidade de Barcelona, Barcelona, Vol.3, p.143-151, 2009.

SUTTON, John. "Memory". **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Edição do Inverno de 2012. <<http://plato.stanford.edu/archives/win2012/entries/memory/>> Acesso em: 10 mai. 2014.



## Era uma vez um bosque: uma análise dos valores culturais atribuídos ao “bosque Schmalz” à luz das políticas patrimoniais

DENIS FERNANDO RADUN<sup>1</sup>  
ILANIL COELHO<sup>2</sup>

*Há quem passe pelo bosque e apenas veja lenha para a fogueira.*

**Leon Tolstói**

*Os restos de passados que se foram abrem, nas ruas, escapadelas para um outro mundo.*

**Michel de Certeau**

Um bosque é o cenário próprio para se ambientar uma história encantada. Há sol, brisa suave, um caminho delineado por flores no meio das árvores, quiçá uma pequena fonte e uma ponte sobre um riacho que satisfaz a sede daqueles que lá buscam refúgio. No bosque um sapo recebe um beijo e vira príncipe, um príncipe encontra uma dama adormecida que desperta para viver ao seu lado feliz para sempre, irmãos aparentemente perdidos encontram uma casa encantada, ou a enteada maltratada pela madrasta é acolhida no bosque por uma família de sete anões.

Para além das histórias infantis, no cenário “concreto” de uma cidade contemporânea, a existência de um boque em sua área central é associada a planejamento urbano, preservação ambiental e qualidade de vida.

Na Rua Marechal Deodoro - área central de Joinville-SC - é possível encontrar um bosque cuja existência é *ilegível* à maioria daqueles que transitam pelos seus arredores. Talvez pelo alto muro de tijolos que o aparta do espaço público da rua e pela inexistência de qualquer passagem que permita o deleite de seus encantos, neste bosque atualmente habitam apenas os fantasmas de outros tempos, histórias e memórias de uma outra cidade, que passou. Sua trajetória não é narrada com a fluidez e a clareza de uma história infantil. Como diria Michel de Certeau (1996, p. 194) “se os grandes deuses antigos estão mortos, os ‘pequenos’ – os das florestas e das casas – sobreviveram aos sismos da história; eles pululam, transformando nossas ruas em florestas e nossas construções em casas assombradas”. Nossas cidades do presente estão repletas de fantasmas do passado, uma “população dos fantasmas que fervilham na cidade e que formam a estranha imensa vitalidade silenciosa de uma simbólica urbana”.

O “Bosque Schmalz” é um imóvel tombado pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, inscrito sob número 37 no “Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico”, na forma do Decreto-Lei nº 25/1937, por anuência de seu proprietário, Sr. Adalberto Schmalz, conhecido orquidófilo da cidade<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-graduação de Patrimônio Cultural e Sociedade da UNIVILLE, bolsista CAPES, vinculado ao grupo de pesquisa Cidade, Cultura e Diferença (registrado no CNPq) (denisradun@gmail.com).

<sup>2</sup> Possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1986), Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (1993) e Doutorado em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010). Atualmente é Professora da Universidade da Região de Joinville ocupando as funções de Coordenação do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade e de docente no Curso de História e no Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade. Coordena o grupo Cidade, Cultura e Diferença (registrado no diretório de grupos de pesquisa do CNPq), buscando possibilidades de interlocução da história cultural com estudos dos campos do patrimônio cultural, da educação e da antropologia e da sociologia urbanas. É presidente do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Joinville (ilanilcoelho@gmail.com).

<sup>3</sup> Fl. 165, do processo administrativo de tombamento nº 0756-T-65.

Em 13 de fevereiro de 1965, o então prefeito de Joinville, Sr. Helmuth Fallgatter, encaminhou uma correspondência ao presidente do DPHAN (Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN), Sr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, consultando-o acerca da possibilidade de tomar a propriedade do Sr. Adalberto Schmalz. O caso é apresentado como “um assunto que reputamos de elevado valor histórico para o nosso Município” e o prefeito afirma ser a única área existente no município com mata-virgem. Informa que a propriedade é bem cuidada pelo Sr. Adalberto, diz que “seu proprietário a conserva como verdadeira relíquia histórica como recanto exclusivo que lembra Joinville do tempo dos primeiros colonizadores”. Contudo, prossegue o prefeito, “estando já idoso e com a saúde abalada, uma preocupação grande nos assalta como também à êle: como mantê-la após o seu falecimento? Seus sucessores não nutrem qualquer interesse em conservá-la. Pelo contrário, procurarão explorá-la economicamente o quanto antes”. Por fim, o prefeito requer a análise do tombamento do bem com urgência em virtude do estado de saúde do proprietário<sup>4</sup>.

Em 23 de março de 1965 é determinada a notificação ao Sr. Adalberto Schmalz, para informar que o tombamento por anuência seria concretizado<sup>5</sup>. Na sequência do processo de tombamento, após a determinação da notificação há um parecer técnico emitido pelo DPHAN de autoria de Lúcio Costa<sup>6</sup>, onde se lê:

Pode-se considerar de interesse nacional a preservação desta pequena área urbana de Joinville - a única, tal como [argumenta] o prefeito municipal, Senhor Helmut E. Fallgatter, que ainda se apresenta no estado primitivo, [ilegível] homenagear a dedicação e o empenho dos antigos colonizadores que tanto contribuíram para o desenvolvimento e a civilização do sul do país<sup>7</sup>.

No dia seguinte é emitida a notificação de tombamento<sup>8</sup>, tendo ela sido recebida pelo Sr. Adalberto Schmalz em abril de 1965<sup>9</sup>. No ano de 1970, o Sr. Adalberto falece deixando o bosque ao cuidado de suas herdeiras Carmen Schmalz Borges e Gertudes Hartwig.

Em 18 de abril 1977, as herdeiras solicitam o desmembramento de uma área anexa ao bosque que, segundo elas, “possivelmente por um lapso, foi incluída a casa de residência que é de todo separada e independente do mesmo e não possui qualquer valor artístico ou histórico” e finalizam o pleito questionando o interesse do IPHAN em adquirir a área.

O pedido foi indeferido em 27 de julho de 1977 sob o argumento de que o desmembramento mutilaria o bem tombado, o que infringiria o art. 17, do Decreto-Lei nº 25/1937 e caracterizaria o crime previsto no art. 165 do Código Penal. No parecer que antecede ao indeferimento, o IPHAN retoma os argumentos do pedido de tombamento, sublinhando a parte da carta do prefeito Fallgatter que informa que “os sucessores não nutrem qualquer interesse em conservá-la. Pelo contrário, procurarão explorá-la economicamente o quanto antes” e argumenta que o bem deve ser vendido integralmente, compreendendo casa e o parque:

Nem de outro modo se pode cogitar. O parque é vivo, deve ser cuidado permanentemente. Especialmente o parque em referência, não somente pelas razões alegadas pelo Senhor Prefeito em sua inicial, mas por se tratar de ampla área verde em meio de residências onde a sua presença será uma lição permanente às gerações vindouras do que foi, ainda é e o que deve ser preservado de área verde na zona urbana de Joinville<sup>10</sup>.

<sup>4</sup> Fl. 116/117, do processo administrativo de tombamento nº 0756-T-65.

<sup>5</sup> Fl. 119, do processo administrativo de tombamento nº 0756-T-65.

<sup>6</sup> À época, Lúcio Costa era responsável pela Divisão de Estudos de Tombamento. Foi também autor do Parecer favorável ao tombamento do Cemitério do Imigrante em 1962.

<sup>7</sup> Fl. 120, do processo administrativo de tombamento nº 0756-T-65.

<sup>8</sup> Fl. 121, do processo administrativo de tombamento nº 0756-T-65.

<sup>9</sup> Fl. 127, do processo administrativo de tombamento nº 0756-T-65.

<sup>10</sup> Fls. 137/137, do processo administrativo de tombamento nº 0756-T-65.

Em 1983, há novo pedido de revisão do tombamento da parte em que se situa a residência anexa ao bosque e o requerimento de destombamento daquela área. O diretor da 10ª Delegacia Regional do então SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN) recomenda o acolhimento do pedido das proprietárias, pois a exclusão do tombamento da área em que se situa a residência não coloca em risco a área considerada principal e, na mesma correspondência, é recomendado o contato com a Prefeitura de Joinville para que compre a área, pois tal aquisição “retiraria do proprietário o ônus que representa a impossibilidade de qualquer utilização rentável do imóvel, corrigindo, uma injustiça, talvez, ingenuamente perpetrada”<sup>11</sup>.

No ano de 1985 houve ação judicial com o objetivo de cancelar o tombamento do imóvel, conforme notícia veiculada no jornal “O Estado” de 02 de novembro de 1985. Em 1994 as proprietárias apelaram ao presidente da república, Sr. Itamar Franco, para resolver o imbróglio. Todavia, a Presidência afirmou que o assunto não era de sua competência e a solução deveria ser dada pelo município<sup>12</sup>.

A atenção à solicitação de revisão de tombamento de 1983 se dá apenas no ano de 2007, com o parecer técnico 113/03 (com 18 laudas) de lavra da Arquiteta Cintia Costa Chamas que, após vistoria no imóvel registra seu parecer favorável ao desmembramento da parte do imóvel em que se situa a residência e sugere a criação de um parque municipal aberto ao público.

Neste ínterim a propriedade foi tributada de modo progressivo em virtude de suposta “especulação imobiliária” com a negativa de isenção de impostos ou permuta por outro imóvel do município, sendo o erro posteriormente corrigido pela municipalidade. Também as proprietárias remeteram diversas correspondências à Fundação Cultural de Joinville, Fundação Municipal do Meio Ambiente, Prefeitura e IPHAN para que o caso fosse solucionado. Consta no processo, recomendação da Defesa Civil para corte de árvores e também a notícia de que uma das árvores caiu na propriedade vizinha ao bosque, onde funcionava um jardim de infância.

Em 2009, a Procuradoria Geral-Federal atuante junto ao IPHAN emitiu parecer jurídico sobre o destombamento da totalidade do bem, com base no Decreto-Lei nº 3.866/1941 e informou que tal ato só seria possível se atendesse “a motivos de interesse públicos” e, segundo o parecerista, “dificilmente seria possível o destombamento do “Bosque Schmalz” administrativamente ou por via judicial. Isto porque falta amparo legal à pretensão das atuais herdeiras”<sup>13</sup>.

Os instrumentos jurídicos destinados à preservação do patrimônio cultural (Decreto-Lei nº 25/1937 e Decreto-Lei nº 3.866/1941) não encontram dificuldades de serem aplicados no caso do Bosque Schmalz. No âmbito da arquitetura, tanto pelo parecer inaugural do processo, quanto pelo último parecer de 2007, o tombamento da área do bosque deve ser mantido. No âmbito jurídico, seu destombamento não deve ocorrer, pois não há motivo de interesse público.

Um bosque reconhecido como patrimônio cultural e requerendo medidas de proteção sem limite de temporalidade, demonstra a responsabilidade que uma sociedade tem com o seu próprio tempo, preservando o passado e zelando pelo seu futuro e, sendo o tombamento realizado por anuência do proprietário, o ato é revestido de nobreza e abdicação dele para com a sua comunidade. Um ato inofensivo. A disputa parece estar limitada entre o interesse privado de exploração econômica do imóvel por parte dos herdeiros do proprietário e o interesse público em se preservar um patrimônio nacional.

Entretanto, ao ensaiar um afastamento da sacralidade investida no ato *patrimonializador* e do seu caráter “essencialista”, é possível questionar: De que modo o processo patrimonializador se insere em uma rede de discursos de poder? Quem possui o discurso autorizado para instituir um patrimônio cultural? De que modo a Constituição de 1988, pode contribuir para o debate de políticas patrimoniais?

<sup>11</sup> Fl. 151, do processo administrativo de tombamento nº 0756-T-65.

<sup>12</sup> Fl. 154 e 195 do processo administrativo de tombamento do Bosque Schmalz, arquivado junto à Fundação Cultural de Joinville – Coordenação do Patrimônio Cultural.

<sup>13</sup> Fl. 290 do processo administrativo de tombamento do Bosque Schmalz, arquivado junto à Fundação Cultural de Joinville – Coordenação do Patrimônio Cultural. Em 2011 foi inaugurada uma ação civil pública em trâmite junto à Justiça Federal de Santa Catarina (Autos 5000866-16.2011.404.7201) em que foi determinado ao IPHAN e à FUNDEMA – Fundação Municipal do Meio Ambiente para a elaboração e execução de projeto para conservação do bosque, não havendo notícia no processo do cumprimento desta determinação. Também foi identificada a existência de um inquérito policial que tramita junto à delegacia de polícia federal em Joinville que objetiva investigar a prática de crime contra o patrimônio cultural (IPL 0441/2013-4DPF/JVE/SC).

A formulação dos questionamentos parece projetar o observador do fenômeno à escuridão, instigando-o a dialogar com o não dito e materialmente existente, deslocar-se de seu tempo e nele permanecer de modo intempestivo, buscar exercer um olhar contemporâneo sobre a realidade que se apresenta à sua volta. Para Giorgio Agamben, a contemporaneidade é uma singular relação com o próprio tempo aderindo-se a ele e simultaneamente dele tomando distância, “o contemporâneo é aquele que percebe o escuro do seu tempo como algo que lhe concerne e não cessa de interpelá-lo, algo que, mais do que toda luz, dirige-se direta e singularmente a ele” (2009, p. 64).

Assim, uma análise intempestiva do ato patrimonializador pode ser iniciada pela reflexão de como o próprio campo patrimonial no presente é construído e movido por intenções e atos de poder que em diferentes temporalidades jogam sobre ele sombras que suscitam interpelações. É com Agamben que também podemos toma-lo como um dispositivo. O autor (Agamben, 2014, p. 25) aborda o conceito de dispositivo, no modo cunhado por Michel Foucault, sob três aspectos:

- a.** É um conjunto heterogêneo, linguístico e não-linguístico, que inclui virtualmente qualquer coisa no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas, etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece esses elementos. **b.** O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre numa relação de poder. **c.** Como tal, resulta do cruzamento de relações de poder e de relações de saber<sup>14</sup>.

De acordo com o primeiro aspecto, o patrimônio cultural pode ser identificado num conjunto heterogêneo, pois reúne sob o mesmo título bens históricos, artísticos, naturais, saberes associados a práticas, modos de criar, fazer e viver. É um conjunto de elementos linguísticos e não-linguísticos, como as manifestações artístico-culturais, que se tornam rede, portanto dispositivo, a partir de proposições filosóficas e outros discursos que perquirem as dimensões de passado e futuro, significantes e significados e ações de polícia: fiscalização e criminalização.

No que tange ao segundo aspecto, constata-se que o patrimônio cultural é um dispositivo destinado a uma função estratégica concreta nas relações de poder, especialmente entre o Estado e seus cidadãos, podendo ser símbolo de unidade e estabilidade do próprio Estado e de uma suposta identidade coletiva<sup>15</sup>, e como conhecimento capitaneado pelos intelectuais e especialistas, titulares do direito de proferir o discurso patrimonial uns para com os outros e com a sociedade.

Por fim, o terceiro aspecto do conceito de dispositivo pode ser aplicado ao patrimônio cultural, pois as relações do “saber patrimonial” atribuído aos detentores do discurso autorizado e também o saber daqueles que não possuem a autorização da fala se entrecruzam com as relações de poder político e econômico, pois suas ações podem ser totalmente desqualificadas caso o Estado entenda haver “interesse público”, despatrimonializando determinado bem. “Interesse público” é um conceito aberto hermeneuticamente que pode ser preenchido com interesses políticos e econômicos.

No dispositivo do patrimônio cultural que sustenta a existência de uma “ordem patrimonial”, o poder do discurso empregado no estabelecimento de políticas públicas destinadas à proteção/preservação do patrimônio cultural e na seleção dos intelectuais e técnicos que detêm o saber de patrimonialização chama a atenção.

Michel Foucault (2013, p. 08/09) supõe que em toda sociedade “a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. A grade complexa do discurso patrimonial, sempre em mutação, é sustentada pelos três tipos de *interdições* fundamentais para o estabelecimento de uma ordem do discurso: o tabu do objeto (sacralização do passado), o ritual da circunstância (momento econômico, político ou oportunidade da patrimonialização) e o direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala (atualmente nas mãos das agências do Estado e dos intelectuais e técnicos).

<sup>14</sup> Sem grifos no original.

<sup>15</sup> No Brasil, especialmente, este quadro é visto com clareza quando do surgimento das políticas de preservação do patrimônio cultural no contexto do Estado Novo e da campanha de nacionalização empreendida por Getúlio Vargas. CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.



Neste ensaio, se dará lume ao último interdito, o direito privilegiado do sujeito que fala. Para Maria Cecília Londres Fonseca (2009, p.21), as políticas de preservação do patrimônio cultural se propõem a atuar no nível simbólico com o objetivo de reforçar uma identidade coletiva, sendo este um discurso de justificativa para a construção destas: “a produção de um universo simbólico é, nesse caso, o objeto mesmo da ação política, daí a importância do papel que exercem os intelectuais na construção dos patrimônios culturais” (2009, p. 22).

Arquitetos, historiadores, antropólogos, arqueólogos, juristas, entre outros, são investidos da autorização institucional para proferirem o discurso patrimonial e estabelecerem sua ordem. Possuem, portanto, um direito privilegiado de dizer o que é o patrimônio e o que não é. Materialmente, o discurso patrimonial é empregado por meio de laudos, pareceres, pedidos de providências, entrevistas, consultas, etc. Além da autorização institucional, o discurso dos intelectuais é legitimado pelo seu campo científico de atuação. Esta ordem do discurso patrimonial, envolta pela complexidade do dispositivo patrimonial se revela impenetrável, seja para o cidadão que tem algum bem patrimonializado ou pela sociedade em geral.

Não são as palavras empregadas “em si mesmas” pelo intelectual em seu discurso patrimonial que patrimonializa o bem. Tal fato pode ser interpretado sob o prisma do que Pierre Bourdieu denomina de “linguagem autorizada”. Para Pierre Bourdieu (2008, p. 87), “o poder das palavras é apenas o poder delegado do porta-voz cujas palavras (quer dizer, de maneira indissociável a matéria de seu discurso e de sua maneira de falar) constituem no máximo um testemunho, um testemunho entre outros da garantia de delegação de que ele está investido”.

Ainda segundo Pierre Bourdieu (2008, p. 89), o discurso de autoridade não reside no fato de ele ser *compreendido*. É necessário que ele seja *reconhecido* enquanto tal para que possa exercer seu efeito. Explica o autor, que o discurso de autoridade pode até mesmo não ser compreendido e nem por isso perder seu poder. Todavia, alerta Bourdieu (2008, p. 95), que “a eficácia simbólica das palavras se exerce apenas na medida em que a pessoa-alvo reconhece quem a exerce como podendo exercê-la de direito”.

Diante desta provocação, cabe perquirir se o poder do discurso patrimonial, inserido em um complexo dispositivo pode ter sua eficácia simbólica comprometida a partir de um instrumento jurídico, qual seja, a Constituição da República de 1988.

O art. 216 da Constituição de 1988 amplia a qualidade de bens patrimonializáveis e, ao contrário da Constituição de 1937, não atribui a responsabilidade pelo patrimônio cultural apenas à “Nação, aos Estados e aos Municípios” atraindo a “colaboração da comunidade” para sua promoção e proteção. Esta aparentemente pequena inserção da participação da comunidade ganha maior luminosidade com a aprovação da Emenda Constitucional nº 71/2012 que cria o Sistema Nacional de Cultura, introduzindo o art. 216-A na CR/88.

O Sistema Nacional de Cultura se relaciona com as políticas de proteção do patrimônio cultural, pois objetiva promover políticas públicas de cultura e, futuramente, abarcará sistemas setoriais, tal como o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural<sup>16</sup> (art. 216-A, §2º, IX, da CR/88<sup>17</sup>). Uma característica que chama a atenção no texto do art. 216-A, da CR/88, é a ênfase dada à *descentralização* e *participação* na organização do Sistema, promoção *democrática* de políticas públicas de cultura, pactuadas entre o Estado e a *sociedade*, *democratização* dos processos decisórios com *participação* e *controle social*.

A descentralização, participação, promoção democrática, democratização dos processos decisórios e controle social abrem possibilidades de disputas pela fala autorizada entre os intelectuais, as agências do Estado e os conselhos, formados por representantes da sociedade civil, na ordem do discurso patrimonial.

<sup>16</sup> A discussão e a construção do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural é fomentado pelo IPHAN, conforme informações constantes em seu sítio virtual. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/montarPaginaSecao.do?id=14330&retorno=paginalphan>. Acesso em 23.07.2014.

<sup>17</sup> Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. (...) § 2º Constitui a estrutura do Sistema Nacional de Cultura, nas respectivas esferas da Federação (...) IX - sistemas setoriais de cultura.

Todavia não se pode perder de vista que o processo de democratização da fala patrimonial, por estar previsto em uma norma jurídica, não deixa de compor o próprio dispositivo patrimonial.

Abrir a possibilidade de autorização de fala pela participação social parece blindar a própria eficácia simbólica do discurso da ordem patrimonial, garantindo a permanência de seu poder. Contudo, a autorização de fala de novos agentes nos processos de patrimonialização desestabilizam o encadeamento do jogo do discurso patrimonial. Novas necessidades relacionadas à mobilidade urbana, direito ao esquecimento, intervenções contemporâneas na urbe e aceleração da dinâmica da vida na cidade podem provocar a dilatação da argumentação dos intelectuais e das agências patrimoniais, promovendo novas modulações do discurso patrimonial e em seu dispositivo.

No caso do Bosque Schmalz, há no processo de tombamento uma pista para a modulação do dispositivo e da ordem do discurso patrimonial. O Ministério Público Federal recomendou às agências estatais (Fundação Cultural de Joinville, Fundação Catarinense de Cultura e IPHAN), no ano de 2008, que fosse elaborado e executado um plano de intervenção sobre a área tombada, nos limites de competência de cada agência, desde que “garantida a participação popular”<sup>18</sup>, o que ainda não ocorreu.

A construção do Estado Democrático de Direito no Brasil não deve estar alheia à discussão das políticas públicas de proteção/preservação do patrimônio cultural. Não se deve crer que a inclusão da participação popular em seu dispositivo e autorização de sua fala na ordem do discurso, a partir de 2012, solucione a administração do tema, mas certamente protagoniza a desestabilização da ordem do discurso então existente, abrindo a possibilidade de um tratamento contemporâneo à complexidade do campo do patrimônio cultural.

A cena da participação popular no dispositivo patrimonial, por meio da autorização de sua fala na ordem do discurso, pode causar um incêndio no encantamento do bosque diante da possibilidade de provocação da revisão dos valores patrimoniais ou, quiçá, sua modulação abra uma escapadela para um outro mundo ainda habitado apenas por fantasmas.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O amigo & O que é um dispositivo?** Chapecó: Editora da Unochapecó, 2014.

\_\_\_\_\_. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios.** Chapecó: Editora da Unochapecó, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: O que falar quer dizer.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

\_\_\_\_\_. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937.** Disponível em <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em 15.jul.2014.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 3.688, de 29 de novembro de 1941. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em 15.jul.2014.

\_\_\_\_\_. Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em 15.jul.2014.

CERTEAU, Michel de. **Os fantasmas da cidade.** In: CERTEAU, Michel de et all. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar.* vol. 2. Petrópolis: Vozes, 1996.

<sup>18</sup> Fl. 133/138 do processo administrativo de tombamento do Bosque Schmalz, arquivado junto à Fundação Cultural de Joinville – Coordenação do Patrimônio Cultural.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

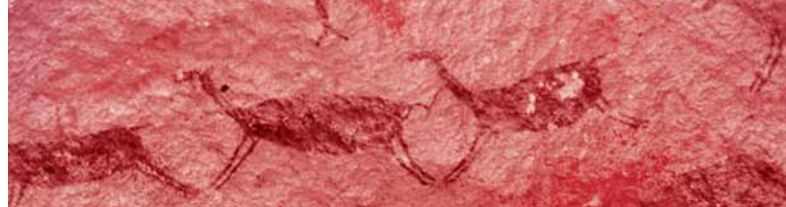
COORDENAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE. Cópia do processo administrativo de tombamento nº 0756-T-65.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetórias da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cópia do processo administrativo de tombamento nº 0756-T-65.

\_\_\_\_\_. Sistema Nacional do Patrimônio Cultural. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/montarPaginaSecao.do?id=14330&retorno=paginalphan>. Acesso em 23.07.2014.



## Museus e identidades como gerador de economia local: um estudo no Museu dos Compatriotas Emigrantes no Brasil – República Tcheca

DOUGLAS NEANDER SAMBATI<sup>1</sup>

SANDRA PASCHOAL LEITE DE CAMARGO GUEDES<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo discute como o Museu dos Compatriotas Emigrantes no Brasil, localizado no vilarejo de Náhlov – norte da República Tcheca –, se posiciona como uma nova possibilidade de renda para a região onde se encontra, que apresenta os maiores índices de desemprego do país. A pesquisa foi baseada em uma revisão de literatura sobre a história local, apoiada, principalmente, em Hobsbawm (1995), Gerlach (2007) e London (2009) e na reflexão sobre o campo da museologia em Chagas (2009). Como base para as discussões entre economia e patrimônio utilizou-se Fromm (1987), Yúdice (2004) e Yázigi (2001). Percebeu-se que o Museu propaga representações de um Brasil edênico e natural, um espaço de comunhão entre diferentes povos; um país que prioriza valores como a família, o casamento e a alegria. Busca-se, com o auxílio dessas representações, a criação de uma aura turística para a localidade, oportunizando aos turistas – através de festas e outros eventos – um espaço de lazer, informação, recreação e identificação, enquanto aos moradores locais, a grande maioria povos Roma, possibilita-se prazer e educação.

**PALAVRAS-CHAVE:** patrimônio cultural, museus, turismo cultural, representações.

O Museu dos Compatriotas Emigrantes no Brasil (MCEB) está situado no vilarejo de Náhlov (Figura 1), que não tem mais do que duzentos habitantes, na cidade de Ralsko, norte da República Tcheca, próximo às fronteiras com a Alemanha e com a Polônia. Trata-se de uma instituição museológica que procura representar a história da migração para o Brasil a partir da Boêmia – inclusive de vilarejos como Náhlov –, utilizando-se para tanto de imagens e textos sobre o cotidiano daqueles migrantes e, também, de seus descendentes que ainda vivem em território brasileiro. Ainda como objetivo do Museu está a melhoria da qualidade de vida da região, utilizando como um dos caminhos o turismo cultural.

A partir de pesquisa etnográfica realizada em julho de 2013, de revisão bibliográfica e de entrevistas com o proprietário do Museu, Petr Polakovič<sup>3</sup>, pode-se levantar interpretações sobre a relação entre o MCEB e aquele vilarejo. Nesse artigo será analisado o papel do MCEB como fomentador de turismo cultural, a partir do olhar de Fromm (1987), Yúdice (2004) e Yázigi (2001); levando em consideração a história local e a utilização do simbolismo da nomenclatura “museu” como chamariz turístico.

<sup>1</sup> Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Univille e doutorando em Sociologia Histórica pela Faculdade de Humanas da Universidade Carolina em Praga/República Tcheca.

<sup>2</sup> Professora do Curso de História da Univille e do Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade/Univille.

<sup>3</sup> Petr Polakovič é economista e doutorando no programa de Filosofia da Universidade Carolina. No ano de 2010, foi convidado a participar de um grupo que desenvolveu uma exposição governamental que salientava as conexões entre o Brasil e a República Tcheca. Dessa exposição surgiram os painéis que hoje são grande parte da exposição do MCEB.

Figura 1 – Vilarejo de Náhlov



Fonte: Museu dos Compatriotas Emigrantes no Brasil, 2014

A República Tcheca é um país formado a partir da divisão, em 1993, da Tchecoslováquia. Este país, por sua vez, foi criado em 1918 a partir da vontade dos países vencedores da Primeira Guerra Mundial, com receio de uma união entre os diferentes povos alemães que viviam na região (HOBBSAWM, 1995). Depois da Segunda Guerra Mundial, os tchecos e eslovacos viram um crescimento do Partido Comunista que os levou a adoção do socialismo, nos moldes soviéticos, a partir de 1948. Porém, as dificuldades econômicas pelas quais passou a União Soviética, em fins dos anos 1980, refletiram na Tchecoslováquia, cuja população passou a sofrer severas restrições de todas as ordens, levando ao fim do socialismo em 1989 (LONDON, 2009; GERLACH 2007). Em seguida foi iniciado um processo de privatização, não apenas de fábricas e fazendas como também das pequenas propriedades que estavam sob o controle estatal. Se em Praga esse processo foi relativamente rápido, em algumas áreas de fronteira – caso de Náhlov – essa transição foi lenta e difícil (MERTLÍK, 1996). Dentro desse contexto, a casa onde se encontra o Museu (Figura 2) foi adquirida e houve a possibilidade de se pensar em novos negócios que pudessem gerar lucro para a região e para o proprietário do imóvel: um museu foi o projeto adotado (POLAKOVIČ, 2013).

Figura 2 – Casa onde se encontra o Museu dos Compatriotas Emigrantes no Brasil (MCEB)



Fonte: Museu dos Compatriotas Emigrantes no Brasil, 2014

O Museu dos Compatriotas Emigrantes no Brasil apresenta uma estrutura um tanto quanto peculiar se pensarmos em uma instituição museológica tradicional que, usualmente, possui uma ou mais salas de exposição e locais para o tratamento e guarda do acervo, dentre outros equipamentos de apoio e infraestrutura. Ao contrário, o MCEB não possui um acervo tridimensional, mas apenas painéis com textos bilíngues – em tcheco e em inglês, que contam passagens da história da migração daquela região para o Brasil e são ilustrados com imagens que apresentam, na sua maioria, reproduções de fotografias anônimas – aparentemente do século XIX e século XX<sup>4</sup> – de casamentos, noivos, ou grupos de pessoas em frente a empresas que, em alguns casos, foram construídas pelos migrantes boêmios ou seus descendentes. Há ainda fotos em formato de pôster de autoria do fotógrafo tcheco Jindřich Štreit<sup>5</sup>. Esta sala, onde estão os painéis e que fica no andar térreo do edifício do Museu, comporta, também, o Café Brasil, um pequeno bar que serve de atrativo para visitantes e chega a se confundir com a exposição (Figura 3). Ainda no andar térreo encontra-se o Apartamento Bahia<sup>6</sup> que serve como local de hospedagem a pessoas que se interessem por visitar Náhlov e o Museu. No sótão existem três ambientes, duas grandes salas – ainda vazias – e um pequeno escritório da direção do Museu.

Figura 3 – Vista interna do MCEB e do Café Brasil durante evento



Fonte: Patriots Museum of Brazilian Emigration, 2014

Com suas fotos e textos, a exposição do MCEB representa o Brasil como um país agrário, aproximado da história tcheca e, também, ligado ao entretenimento e as festividades (SAMBATI, 2014). Fazendo das suas representações uma ferramenta e, principalmente, através do seu braço lúdico que é o Café Brasil, eventos são realizados no espaço do MCEB para que pessoas venham conhecer e usufruir de Náhlov. Como exemplo é possível citar a Festa Brasileira, a Celebração pelo Aniversário de Maria Leopoldina, a Festa das Vilas Altas<sup>7</sup> e outras realizações, como palestras e reuniões da comunidade. A Festa Brasileira (Figura 4), cuja primeira edição ocorreu em setembro de 2013 – e programada para ser anual –, trouxe à Náhlov palestras sobre o Brasil, apresentações culturais, e também turistas. Na ocasião, um ônibus deixou a capital Praga em direção ao MCEB levando estudantes universitários e de cursos de pós-graduação, músicos e ouvintes para conhecer aquele vilarejo.

<sup>4</sup> Grande parte das imagens não estão datadas e, nem mesmo, indicadas com o local onde foram feitas. A datação delas pode ser aproximada avaliando os elementos que aparecem nas imagens, como carros e vestimentas.

<sup>5</sup> Jindřich Štreit é um fotógrafo tcheco nascido em 1946. É, desde 2000, professor sênior do Departamento de Fotografia da Faculdade de Cinema e Televisão da Academia de Música e Drama, Praga. No ano de 2009 esse fotógrafo passou um mês no Brasil capturando imagens de migrantes tchecos e seus descendentes. Mais informações sobre o fotógrafo em <<http://www.jindrichstreit.cz/>>.

<sup>6</sup> Mais informações sobre o Apartamento Bahia no site <<http://www.ubytovani-ralsko.cz/>>.

<sup>7</sup> *Horních Vsi*. Tradução livre do autor.

Figura 4 – Festa Brasileira



Fonte: Museu dos Compatriotas Emigrantes no Brasil, 2014

No final de janeiro de 2014 foi realizada outra festividade com temática brasileira, com intenção torná-la anual: a I Celebração do Aniversário de Dona Leopoldina<sup>8</sup> (Figura 5). Esta, apesar de ter nascido na Áustria, ficou conhecida como uma amante das terras da Boêmia, principal região onde hoje está configurada a República Tcheca. Além da comemoração do aniversário, palestras e falas foram realizadas a respeito da proximidade da cultura tcheca com a brasileira, por meio dos migrantes.

Figura 5 – Bolo da Iª Celebração do Aniversário de Dona Leopoldina nas dependências do MCEB



Fonte: Patriots Museum of Brazilian Emigration, 2014

A Festa Das Vilas Altas (Figura 6), por sua vez, acontece durante um domingo em agosto. Pessoas de cidades vizinhas, principalmente de Mimoň, Liberec e Ralsko<sup>9</sup>, aparecem para acompanhar a missa matinal, celebrada na Igreja de São Floriano<sup>10</sup> e, depois, reunidas nas dependências do MCEB, passam o dia entregues a conversas, discussões sobre a história local e outras atividades paralelas.

<sup>8</sup> Carolina Josefa Leopoldina de Habsburgo-Lorena foi arquiduquesa da Áustria e imperatriz-consorte do Brasil.

<sup>9</sup> Todas essas localidades estão a menos de quarenta minutos de automóvel de Náhlov.

<sup>10</sup> *Svatého Floriána*. Tradução livre do autor.

Todos esses eventos – e outros, como uma palestra sobre cultura Rom<sup>11</sup> e uma discussão sobre o meio ambiente da região –, que contam com uma média de pública de 35 pessoas, buscam trazer fundos para a localidade e discutir a realidade local, situada numa região de maior desemprego em relação ao restante da República Tcheca: Enquanto a taxa de desemprego do país era de aproximadamente 7,9% em maio de 2014, na região de fronteira, especialmente a região de Liberec, essa taxa girava em torno de 8,4% (REGIONAL OFFICE LIBEREC, 2014). O MCEB pulsa além de sua exposição.

Figura 6 – Festa das Vilas Altas e a Igreja de São Floriano em Náhlov (Agosto/2013)



Fonte: Historie Mimone, 2013

Para aqueles que pensam o museu como um local que possui um acervo, um grupo especializado de trabalho e não apresenta fins lucrativos, talvez o MCEB possa ser considerado mais um bar com um Museu do que um Museu com um bar. Contudo, a simbiose entre esses dois ambientes começa a ficar mais clara quando se percebe que as questões sociais parecem conviver com a necessidade de preservação ou exposição da memória da população local. O grande número de desempregados, principalmente entre a população Rom<sup>12</sup>, é evidente em Náhlov, assim como também o preconceito histórico que estes vem sofrendo há décadas (RODRIGUEZ, 2009).

O MCEB vem, assim, acompanhando uma corrente de pensamento que ganha corpo desde a década de 1970/1980: o museu passa a ser um espaço que pode diminuir as desigualdades sociais através do turismo e das atividades culturais abertas ao público, como as palestras, as festas e, até mesmo, simplesmente através do Café Brasil. Durante a parte da tarde, o movimento de pessoas é tranquilo, mas contínuo. Moradores e turistas entram e saem do MCEB todo o tempo e, principalmente os turistas, param para ler os painéis e observar os quadros enquanto consomem os alimentos e as bebidas do Café Brasil. No final da tarde o movimento começa a ficar mais intenso: as crianças brincam no gramado em frente ao prédio com seus cachorros enquanto os adultos conversam sobre os mais variados assuntos.

Uma grande parte dessas pessoas que chega à Náhlov, turistas, vem de bicicleta. Este fato se deve a uma política nacional voltada à melhoria da saúde da população, que envolve um programa que estimula o desenvolvimento do Ciclismo Nacional. Este programa, iniciado em 2005, surtiu bastante efeito entre a população e colaborou com o afluxo de turistas ao MCEB, já que a região onde está

<sup>11</sup> O grupo étnico conhecido popularmente como “cigano” será denominado rom (plural roma) nesse trabalho, pois, segundo Queiroz (2004, p. 11): “Na Europa, o termo ‘cigano’ é considerado pejorativo. Os diversos grupos étnicos que formam o povo cigano preferem outras designações étnicas, como Rom, Sinti e Calon.” Essa decisão é reforçada pelo recente artigo de Bilefsky, publicado na Folha de São Paulo de 29 de outubro de 2013, onde o jornalista pontua que roma é “plural de ‘rom’, forma pela qual muitos ciganos identificam seu próprio grupo étnico”.

<sup>12</sup> A porcentagem de população Rom desempregada na República Tcheca é de 41%, segundo Rodriguez (2009). Cvikolová (2011) afirma ainda que em locais mais isolados, como é o caso de Náhlov, essa taxa é, em média, de 70%.



o museu é bastante utilizada para o turismo ciclístico, em suas rodovias pouco movimentadas e/ou, pelas estradas construídas exclusivamente para o tráfego de bicicletas. Sá (2002), afirma que os turistas viajam com o objetivo de recriar estruturas que foram destruídas pela modernização da vida atual e, Náhlov, com sua estrada em meio à floresta e seus campos de feno, pode aparecer como um espaço que ficou deixado pela modernidade.

O Museu ainda atrai a atenção quando requalifica as representações de nacionalidade e identidade de parte da população local. Em sua exposição, os migrantes que deixaram aquela região no século XIX em busca de uma vida melhor no Brasil são classificados como tchecos. Contudo, um levantamento bibliográfico com Gerlach (2007) e London (2009) mostra que a maioria da população que vivia naquela região de fronteira era mais próxima da cultura alemã, inclusive usando a língua alemã como língua materna, do que próxima da cultura tcheca.

Indicia-se, nesse sentido, a criação de representações – práticas geradas quando o ser humano procura dar significado as suas crenças (CHARTIER, 1990) – que procuram naturalizar aquele espaço de terra como tcheco, procurando circunscrever uma região tcheca, legitimando a construção daquele Estado e suas fronteiras (SAMBATI, 2014). Tal legitimação é fundada sobre representações étnicas e territoriais do país que se deseja que adquiram o *status* de realidade e, desse modo, o país ganha sua força sobre a crença de que essas representações tem legitimidade.

Ninguém poderia hoje sustentar que existem critérios capazes de fundamentar classificações “naturais” em regiões “naturais”, separadas por fronteiras “naturais”. A fronteira nunca é mais do que o produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na “realidade” segundo os elementos que ela reúne, tenham entre si semelhanças mais ou menos numerosas e mais ou menos fortes (BOURDIEU, 1989, p. 114).

A exposição do MCEB naturaliza a região como tcheca, usando um discurso onde a realidade fundamenta-se nela mesma: os migrantes que dali saíram e vieram para o Brasil eram tchecos pois saíram da região da República Tcheca e, da mesma forma, ali é República Tcheca pois os que ali vivem e viveram eram tchecos. Torna-se uma situação de afirmação do território nacional e, ao mesmo tempo, uma afirmação da identidade nacional. Assim, o MCEB através dos seus eventos e festividades convida os turistas a virem a Náhlov para, assim, ter um momento de lazer em meio a um encontro com a sua história (SAMBATI, 2014).

Pode-se dizer que o Museu resolveu buscar uma nova oportunidade para os moradores: enquanto instituição museológica ele consegue agregar um novo *status* cultural para a localidade requalificando o ambiente (CHAGAS, 2009). Ter voz é exercer poder e, ter um museu é ter uma voz com legitimação científica: “Os museus representam depósitos de valores que acabam servindo de referência [...]” (POULOT, 2013, p. 22). Supostamente um museu guarda e preserva aquilo que é importante, que é verdade e deve ser valorizado por uma sociedade – ao menos sob o ponto de vista de um grupo. Assim a existência de um museu em Náhlov legitima e ressignifica a memória local, gerando algo que pode ser vendido aos visitantes.

A utilização da nomenclatura “Museu” e de todo esse simbolismo que carrega para a obtenção de recursos econômicos não passou despercebida pelo economista Petr Polakovič. A partir da segunda metade do século XX as manifestações culturais, passam a ser vistas como um recurso passível de ser comercializado, que pode ajudar uma comunidade ou grupo a conseguir um crescimento do capital. Assim, as manifestações culturais passam a ser utilizadas como um recurso econômico, tal como qualquer outra mercadoria que é vendida no comércio tradicional (YÚDICE, 2004; BAUMAN, 2010).

Esse consumo não é determinado, constante ou imutável. O consumidor cultural necessita reconstruir sua identificação a todo momento. A atração cultural – a atividade cultural que o consumidor adquire – não é em si um objeto concreto, mas um momento que ele consome e, a partir desse ponto, passa a fazer parte de outro grupo de pessoas: aqueles que *têm/conhecem* aquela manifestação cultural. Quando o “proprietário” da nova manifestação cultural consegue consumir esse momento, ele satisfaz seu ego a partir do momento em que ele muda de *status* social, de pessoa que não *tinha/conhecia*, ele passa a fazer parte de um grupo menor, de pessoas que já estiveram em determinado

local, que já visitaram determinado museu, que já conheceram determinado festival – como, por exemplo, o MCEB, suas festas e outros eventos (FROMM, 1987).

Yúdice (2004) vê esse processo, também, como resultado da falência da premissa neoliberal que afirma que a autorregulamentação do mercado seria suficiente para criar um ambiente com menos pobreza e desigualdade. O desemprego em Náhlov teve início após a privatização das fazendas e casas da região, que inseriram aquele espaço dentro do mercado sem que, depois de anos de socialismo, ele estivesse socialmente preparado para tanto. A cultura está hoje, então, sendo convocada para resolver problemas que antes eram domínio dos nichos econômicos e políticos. O campo de luta que era formado por classes políticas e sociais passa a ser definido por questões culturais: as mais variadas culturas passam a lutar entre si por sua legitimidade e, também, pela possibilidade de ser comercializada. Se, em meados do século XX, se entendia a ligação da cultura e do mercado através da Indústria Cultural, quando livros, música, cinema e outros exemplos, eram utilizados como objetos de comércio; o fim do século XX e início do século XXI sentiu essa relação tornar-se mais intrínseca, ao ponto de que, atualmente, a cultura é do consumo. O ato de consumir é o objeto consumido por grande parte da população mundial, principalmente no chamado Mundo Ocidental, pois não existe mais crença em um futuro melhor (LIPOVETSKY; SERROY, 2010).

Os processos culturais assim estão livres para serem utilizados no mercado, livres para se transformarem em produtos. Ainda:

Podemos encontrar essa estratégia em muitos diferentes setores da vida contemporânea: o uso da alta cultura (por exemplo, os museus, as zonas de desenvolvimento cultural, as cidades convertidas em parques temáticos etc.) para o desenvolvimento urbano; para a promoção de culturas nativas e patrimônios nacionais destinados ao consumo turístico; [...] (YÚDICE, 2004, p. 454).

O MCEB é uma dessas estratégias do uso da “alta cultura”, como citado, que surgiu com o intuito de, através do turismo, trazer um desenvolvimento cultural e econômico para o município de Ralsko, principalmente para a localidade de Náhlov. Polakovič está mirando os turistas como consumidores em potencial do MCEB e do Café Brasil. Do ponto de vista comercial, o objetivo desses dois estabelecimentos é possibilitar o consumo de uma nova experiência durante o passeio ciclístico, durante uma das festas e eventos: conhecer uma parte da história boêmia e brasileira. Se o consumo de experiências é uma das faces da transformação da cultura em recurso econômico, ter a possibilidade de entrar em um pequeno pedaço do Brasil situado no norte da República Tcheca, em uma história um tanto quanto desconhecida para a região (POLAKOVIČ, 2013), surge como uma oportunidade de trazer uma movimentação financeira para Náhlov. Segundo Benhamou (2007), a exploração do turismo pode promover o aumento de empregos, em situação semelhante ao que foi registrado na Europa em geral no final do século XX: entre 1980 e 1991 os empregos relacionados a trabalhos culturais aumentaram 37%.

Para levar o turismo a Náhlov não basta a presença do patrimônio material local: a Igreja, as casas centenárias e o próprio prédio onde está o museu. É necessário que um grupo social valora esse ambiente. Para Tarasido (2002), é preciso ativar as memórias do lugar, valorizá-lo como patrimônio cultural, transformá-lo em um recurso econômico patrimonial. As representações positivas sobre o Brasil foi um dos caminhos encontrados para incentivar o turismo e implementar a economia local. O MCEB pode surgir como o local que materializa a alma do lugar. Segundo Yázigi (2001, p. 41), “quando um cidadão vive seu lugar ou quando um viajante se detém para considerar aquilo que gostaria de ‘levar consigo’, aí então se capta uma essência”, sendo assim, a experiência de conhecer a exposição, de uma tarde agradável no Café Brasil, de participar das festas, pode se tornar aquilo que o turista quer levar dali, guardar consigo, obter a alma desse lugar para si, somando mais uma experiência a sua história.

O turismo, segundo Yázigi (2001, p. 289) “[...] é uma nova frente de trabalho que tende a absorver sangrias causadas pelo avanço tecnológico [...]”, e não se deve negar a possibilidade de trazer recursos a um local através de seu uso, e o problema da autenticidade do espetáculo perde a importância frente a necessidade da sobrevivência. Ainda, mesmo uma encenação para uma festa pode servir como caminho para a criação de espaços que discutam e defendam a cidadania e a identidade.

Mas ora, o desenvolvimento do capitalismo tal qual se vê hoje em dia, colando marcas registradas sobre sinais exteriores de beleza ou mesmo criando-as para a sedução exclusiva das vendas, denigre o sentido primeiro das coisas. É a forma pela forma. É o agrado só para vender e não por deferência ao outro. No conjunto, não é o espetáculo, propriamente, que estaria errado, mas a profanação de seu uso. Uso dos quais são cúmplices todos os que, contraditoriamente, deixam-se embebedar. Mas uma coisa parece fora de dúvida: quase toda a graça do que nos sobrou do passado transborda fantasia por todos os poros (YÁZIGI, 2001, p. 266).

Este pensamento de Yázigi caminha junto com o conceito de responsabilidade social presente na missão da Organização Mundial do Turismo<sup>13</sup>:

Como a principal organização internacional no campo das viagens e do turismo, a Organização Mundial do Turismo (OMT) recebe pelas mãos das Nações Unidas um papel central e decisivo na promoção do desenvolvimento do turismo responsável, sustentável e universalmente acessível, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico, o entendimento internacional, a paz, a prosperidade e o respeito universal e efetivo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. (BENEDIKTSSON, 2004, p. 15, tradução nossa).

O turismo é visto por Benediktsson (2004), a partir da definição, como algo mais do que uma transação comercial, mas algo que deva contribuir para a melhoria da vida de todos. Ainda, o turismo cultural, tem como característica usual gerar o encontro de duas culturas diferentes, oportunizando aos visitantes um melhor conhecimento de si e compreensão do mundo e aos visitados uma oportunidade de ampliar os horizontes de conhecimento. E, por mais que os objetivos de museu e turismo devam, para Benediktsson (2004), estar bastante claros em suas diferenças, podem encontrar sucesso se conseguirem encontrar o equilíbrio entre suas funções para o benefício da comunidade.

Desse modo, percebe-se a elaboração do MCEB como ponto turístico, como epicentro a partir de onde a essência de Náhlov deve irradiar e atingir os turistas, fazendo com que eles aproveitem o espaço e possam, no futuro, retornar. As representações sobre a identidade tcheca e sobre a história do Brasil são, assim, as ferramentas principais para tal objetivo. Também o Café Brasil como espaço lúdico e físico – onde festas, palestras e reuniões podem ocorrer - cumpre seu papel na tentativa de tornar o Museu um ponto de referência turística na região.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário**. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BENEDIKTSSON, Guðbrandur. Museums and tourism: Stakeholders, resource and sustainable development. 2004. 65f. Dissertação (International Museums Studies) - Museion/Göteborg University. Gothenburg 2004. [online]. Disponível em <[http://gu.se/digitalAssets/1176/1176849\\_Dissertation\\_Gudbrandur\\_Benediktsson.pdf](http://gu.se/digitalAssets/1176/1176849_Dissertation_Gudbrandur_Benediktsson.pdf)>. Acesso em 11 out. 2013.

BENHAMOU, Françoise. **A economia da cultura**. Trad. Geraldo Gerson de Souza. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.

BILEFSKY, Dan. Análise: Ciganos são primitivos ou apenas pobres? **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 29 out. 2013. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/10/1363169-analise-ciganos-sao-primitivos-ou-apenas-pobres.shtml>>. Acesso em 29 nov. 2013.

<sup>13</sup> World Tourism Organization. Tradução livre do autor.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

CHAGAS, Mário. Memória e Poder: dois movimentos. **Cadenos de Sociomuseologia Centro de Estudos de Sociomuseologia**, América do Norte, 19, Jun. 2009. Disponível em <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367/276>>. Acesso 10 out. 2013.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CVIKLOVÁ, Lucie. Social closure and discriminatory practices related to the Roma minority in the Czech Republic through the perspective of national and European institutions. **Journal of comparative research in Anthropology and Sociology**. Vol 2, n 1, 2011. Disponível em <<http://doctorat.sas.unibuc.ro/wp-content/uploads/2011/07/Compaso2011-21-Cviklova.pdf>>. Acesso em 01 dez. 2013.

FROMM, Erich. **Ter ou ser?**. Trad. Nathanael C. Caixeiro. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

GERLACH, David Wester. **For Nation and Gain: Economy, ethnicity and politics in the Czech borderlands, 1945 - 1948**. Pittsburgh: University of Pittsburgh, 2007. 349 p. Tese – Faculty of Arts and Sciences, University of Pittsburgh, Pittsburgh, 2007.

HISTORIE MIMONE. **Horních Vsi**. Disponível em <[http://historiemimone.rajce.idnes.cz/Oslavy\\_Hornich\\_vsi\\_17.\\_srpna\\_2013#Horni\\_Vsi\\_13\\_22.jpg](http://historiemimone.rajce.idnes.cz/Oslavy_Hornich_vsi_17._srpna_2013#Horni_Vsi_13_22.jpg)> Acesso em 18 set. 2013.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada**. Lisboa: Edições 70, 2010.

LONDON, Lisa M. Pohlman. **Attitudes toward membership in the european union in the Czech Republic and Slovakia**. Pittsburgh: University of Pittsburgh, 2009. 239 p. Dissertação – Faculty of Arts and Sciences, University of Pittsburgh, Pittsburgh, 2009.

MERTLIK, Pavel. Privatização tcheca: de propriedade pública a propriedade pública em cinco anos?. **Estud. av.**, São Paulo, v. 10, n. 28, dez. 1996. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141996000300006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000300006&lng=pt&nrm=iso)>. acessos 09 set. 2013.

MUSEU DOS COMPATRIOTAS EMIGRANTES NO BRASIL. Disponível em <<http://emigrationmuseum.cz/>>. Acesso: 01 ago. 2014.

PATRIOTS MUSEUM OF BRASILIAN EMIGRATION. Perfil no Facebook. Disponível em <<https://www.facebook.com/emigrationmuseum/timeline>>. Acesso em 24 jul. 2014.

POLAKOVIČ, Petr. Entrevista cedida a Douglas Neander Sambati. 20 jul. 2013.

POULOT, Dominique. **Museu e museologia**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

QUEIROZ, Antônio Carlos. **Politicamente correto e direitos humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

REGIONAL OFFICE LIBEREC. **Liberec Region**. Liberec, 2014. Disponível em <<http://www.czechinvest.org/data/files/liberec-2014-4331.pdf>>. Acesso em 06 ago. 2014.

RODRIGUEZ, Nuria Serrano. **Health and the Roma community, analysis of the situation in Europe:** Bulgaria, Czech Republic, Greece, Portugal, Romaa, Slovakia, Spain. [online]. Madrid: A.D.I., 2009. Disponível em <[http://ec.europa.eu/justice/discrimination/files/Roma\\_health\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/justice/discrimination/files/Roma_health_en.pdf)>. Acesso em 30 nov. 2013.

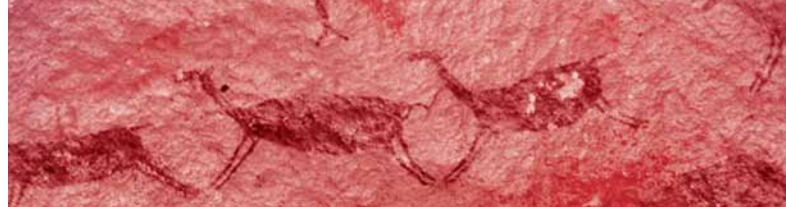
SÁ, Rosana Bignami Viana de. **A imagem do Brasil no turismo:** construção, desafios e vantagem competitiva. São Paulo: Aleph, 2002.

SAMBATI, Douglas Neander. **As representações do Brasil e dos brasileiros no Museu dos Compatriotas Emigrantes no Brasil – República Tcheca.** 2014. 133f. Dissertação (Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2014.

TARASIDO, Gonzalo López. **Activación turística del patrimonio:** dos ejemplos de Suecia. In: SCHLÜTER, Regina G.; NORRILD, Juana A. **Turismo y patrimonio en el siglo XXI.** Buenos Aires: Ciento de Investigaciones y Estudios Turísticos, 2002. p. 27 – 32.

YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar:** turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas. São Paulo: Contexto, 2001.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura:** usos da cultura na era global. Trad. Marie-Anne Kremer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.



## Práticas dos luteranos em Joinville na contemporaneidade: uma reflexão sobre a religiosidade como patrimônio cultural

FILIPE FERRARI<sup>1</sup>  
EULER RENATO WESTPHAL<sup>2</sup>

**RESUMO:** A presente proposta de comunicação é um recorte de pesquisa de mestrado em andamento e tem por objetivo discutir a articulação da religiosidade luterana como patrimônio cultural. Para isso foi desenvolvida uma reflexão interdisciplinar sobre as práticas dos luteranos em Joinville na contemporaneidade com aporte da História, da Sociologia e da Teologia. Tal estudo foi desenvolvido por meio da discussão de conceitos como luteranismo, política, patrimônio cultural, memória e identificações, e também da análise das práticas dos luteranos em Joinville frente às manifestações oficiais da IECLB a partir de fontes escritas. Percebeu-se que a religiosidade constitui-se como um patrimônio tendo em vista que fundamenta a coesão de um grupo com base em processos de identificação a partir de bens materiais e também da imaterialidade. A análise de periódicos luteranos de produção local, regional e nacional distribuídos aos membros da igreja luterana em Joinville possibilitou identificar diferentes posicionamentos dos luteranos frente às manifestações oficiais, seja pela sua discussão, discordância ou mesmo ausências de discussões em determinados periódicos conforme cada linha editorial. Os jornais apresentam, além de atividades e comunicados relacionados ao cotidiano da Igreja, editoriais e artigos sobre temas políticos tais como: gênero, homoafetividade, questão agrária e eleições. É possível afirmar que essas informações fundamentam a prática dos luteranos em Joinville.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio Cultural, Luteranismo, Política, Religiosidade.

### RELIGIOSIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL

O presente artigo constitui um recorte de pesquisa de mestrado em andamento, que possui enquanto objetivo abarcar a compreensão que existe na relação da religiosidade luterana enquanto patrimônio cultural. Para o desenvolvimento da pesquisa, uma reflexão interdisciplinar sobre as práticas dos luteranos em Joinville na contemporaneidade com aporte da História, da Sociologia e da Teologia foi desenvolvida. O estudo desdobrou-se por meio da discussão de diversos conceitos como luteranismo, política, patrimônio cultural, memória e identificações, assim como a análise das práticas dos luteranos em Joinville frente às manifestações oficiais da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB. Nota-se que a religiosidade, e o entendimento desta tanto individual quanto coletivamente, constitui-se enquanto patrimônio, pois fundamenta a coesão de um grupo baseado em processos identitários a partir da imaterialidade, assim como de bens materiais.

No caso específico deste trabalho, a intenção é o estudo dos posicionamentos políticos dos luteranos de Joinville frente à política, entendida em seus mais diversos âmbitos. Para melhor conduzir essa discussão, dentro da proposta interdisciplinar, cabe entender a correlação que existe entre a teologia e as expressões culturais e/ou sociais. E para isso, deve-se considerar religião e cultura enquanto duas faces da mesma moeda (TILLICH, 2009). Para o filósofo e teólogo protestante alemão Paul Tillich, ambos os elementos são correlacionam-se, onde “a religião, considerada preocupação

<sup>1</sup> Mestrando, Universidade da Região de Joinville, filipe.ferrari@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor, Universidade da Região de Joinville, eulerrw@brturbo.com.br

suprema, é a substância que dá sentido à cultura, e a cultura, por sua vez, é a totalidade das formas que expressam as preocupações básicas da religião” (TILLICH, 2009, p. 83). Para resumir sua ideia, pode-se usar sua célebre citação: “the substance of culture is religion, and the form of religion is culture”<sup>3</sup> (TILLICH, 1936, p. 235). Para exemplificar tal união, Tillich versa sobre a vida espiritual e a linguagem, já que sendo essa uma criação cultural, ela não possui uma origem metafísica. Entretanto, “não existe criação cultural que não expresse a preocupação suprema... Sua expressão imediata é o estilo da cultura” (TILLICH, 2009, p. 83-84). Tillich desenvolve ainda mais essa tese em sua obra *Teologia da Cultura* (2009), onde ele afirma que:

A religião, considerada preocupação suprema, é a substância que dá sentido à cultura, e a cultura, por sua vez, é a totalidade das formas que expressam as preocupações básicas da religião. Em resumo: religião é a substância da cultura e a cultura é a forma da religião. Com isso evita-se o dualismo entre religião e cultura. Cada ato religioso, não apenas da religião organizada, mas também dos mais íntimos movimentos da alma, é formado culturalmente. (p. 83)

E nesse meio de criação cultural, nota-se igreja e sociedade em uma dinâmica de correlação, existindo além e contrariamente uma a outra (TILLICH, 1936), mesmo que essa relação incentive diversas tentativas para alcançar uma união pura dessas duas esferas. Dentro do entendimento de que ambas, a religião e a sociedade fundamentam-se na religião em seu sentido mais amplo, ou seja, naquilo que preocupa o ser de maneira suprema, e ao se dar conta disso, os conflitos entre as duas esferas desaparecem. Aí, a religião por fim redescobre seu lugar na espiritualidade humana, em sua profundidade “a partir da qual concede substância, significado último, julgamento e coragem criadora para todas as funções do espírito humano”. (TILLICH, 2009, p. 46)

Essa discussão das relações entre a política e os governos ajuda num vislumbre de compreensão do problema aqui levantado, quando pensada à luz da teologia luterana. Entre muitas, o monge alemão Martinho Lutero desenvolveu a chamada “Doutrina dos Dois Reinos”, na qual ele propõe dividir as pessoas em dois reinos, ou duas esferas: o Reino de Deus, composto por todos os verdadeiros crentes, e o reino do mundo, composto pelas demais pessoas (STAHLHOEFER, 2009, p. 244). Nas palavras do reformador:

Aqui temos que dividir os filhos de Adão e todas as pessoas em dois grupos: uns pertencem ao reino de Deus, os outros, ao reino do mundo. Os que pertencem ao reino de Deus são todos os que, como verdadeiramente crentes, estão em Cristo e sob Cristo. Pois Cristo é o Rei e Senhor do reino de Deus, como afirma o Salmo 2.6 e toda a Escritura; e foi exatamente para isso que ele veio: para dar início ao reino de Deus e erigi-lo no mundo. Por essa razão diz diante de Pilatos: “Meu reino não é do mundo, mas quem é da verdade, este ouve minha voz”. (...) Ora, essas pessoas não precisam de espada ou direito secular. E se todas as pessoas fossem cristãos autênticos, isto é, verdadeiros crentes, não seriam necessários nem de proveito príncipe, rei ou senhor, nem espada nem lei. Pois para que lhes serviriam? Eles têm no coração o Espírito Santo que os ensina e efetua que não façam mal a ninguém, que amem a todos e que sofram, de bom grado e alegremente, injustiças, sim, inclusive a morte da parte de qualquer pessoa. (LUTERO, 1996, p.84-85)

Esses dois Reinos, ainda que sejam cuidadosamente distintos, conviveriam simultânea e paralelamente, pois de maneira exclusiva nenhum dos dois basta ao mundo.

<sup>3</sup> “A substância da cultura é religião, e a forma da religião é cultura” (tradução nossa).

Deus instituiu os dois domínios: o espiritual que cria cristãos e pessoas justas através do Espírito Santo, e o temporal que combate os acristãos e maus, para que mantenham paz externa e tenham que ser cordatos contra sua vontade. E nesse sentido que S. Paulo interpreta a espada secular em Rm 13.3, ao afirmar que ela não se destina para temer pelas boas obras, mas pelas más. (...)

Se agora alguém quisesse governar o mundo segundo o Evangelho e eliminar toda a lei e a espada secular, argumentando que todos foram batizados e são cristãos, entre os quais o Evangelho não quer que haja nem lei nem espada, e também não há necessidade — meu caro, adivinha o que esse mesmo estaria fazendo? Soltaria as cadeias e correntes dos animais selvagens e maus para dilacerarem e morderem, e argumentaria que se trata de maravilhosos animaizinhos mansos e dóceis. Eu, porém, o sentiria muito bem em minhas feridas. (LUTERO, 1996, p.86)

Para Lutero, em uma sociedade desprovida do regime espiritual ninguém pode ser justificado exclusivamente por meio do regime secular, mesmo que façam boas obras de acordo com a Lei do Evangelho, pois não há a presença do Espírito Santo, que é o que torna o homem justo perante Deus. Por conta disso, onde reina só o regime secular há hipocrisia, ao mesmo tempo que o regime secular faz-se necessário para controlar e administrar aqueles que não são cristãos, para manter a paz externa, e mesmo tempo, realizar a manutenção da fé cristã. Essa doutrina foi a base da justificativa para as posições teológicas de Lutero frente às Revoltas Camponesas (1524-1526), que constituíram “a transposição de um abismo ontológico inultrapassável” (MARQUES, 1999, p. 15), onde o Reino de Deus foi “forçado” por mãos humanas.

Nesse contexto de correlação entre Estado e Igreja, é importante a compreensão de que forma a religiosidade luterana exerce influência nos posicionamentos do grupo na urbe e na política. Porém, se a religiosidade define posicionamentos, principalmente por meio de processos identitários, constitui-se em fator de aglutinação, sendo entendida enquanto patrimônio cultural do grupo. Para Terry Eagleton (2005, p. 184) a cultura

é, em grande medida, aquilo para o que vivemos. Afeto, relacionamento, memória, parentesco, lugar, comunidade, satisfação emocional, prazer intelectual, um sentido de significado último: tudo isso está mais próximo, para a maioria de nós, do que cartas de direitos humanos ou tratados de comércio.

Trabalhando então com a noção da religiosidade enquanto patrimônio cultural, deve-se entender que essa está enquadrada na categoria de patrimônio imaterial, a qual estuda “aspectos da vida social e cultural não abrangidos pelas concepções tradicionais” e sua “ênfase recai mais nos aspectos ideais e valorativos”, e o registro do mesmo é a forma encontrada para estudar as “práticas e representações e acompanhar para verificar a permanência e as transformações” (GONÇALVES, 2009, p. 113). Dentro desta concepção, entra o conceito de identificação. Quem são os luteranos de Joinville? Qual a relação desta identidade com os luteranos a nível nacional? Como esses se relacionam com as manifestações da IECLB que tentam propor maneiras de ser luterano?

Na tentativa de responder a essas e outras perguntas, foram buscadas fontes que se encaixassem dentro da proposta aqui trabalhada. Num primeiro momento, foram estudadas as percepções políticas da IECLB no âmbito nacional, no qual pode ser percebido a existência de “um grupo de vanguarda, uma ‘esquerda’ da igreja, que exigia uma participação ativa da IECLB” (SINNER, 2005, p. 58) em questões ligadas à articulação entre fé e política, assim como percebe-se também que há uma tendência mais “conservadora” (SINNER, 2005). Entretanto, não há um levantamento histórico acerca dos posicionamentos dos luteranos em Joinville e suas lideranças frente às demais manifestações de cunho político social. Para ajudar a compreensão do teor destes manifestos, observar tabela abaixo:



Tabela 1 – Manifestações oficiais da IECLB

<b>Data</b>	<b>Título da Manifestação</b>
24/10/1970	Manifesto de Curitiba
22/10/1978	Nossa Responsabilidade Social
19/10/1987	Povo Luterano
22/10/1988	Defesa da Amazônia
03/05/1988	Discriminação
16/08/1988	Igreja e Política
24/08/1989	Eleições 1989
09/01/1991	Crise interna
15/08/1991	A pena de morte
02/12/1991	Reforma agrária
04/09/1992	Eleições 1992
09/12/1992	Deus não é racista
18/03/1993	Plebiscito 1993
23/11/1993	Direito e poder
15/07/1994	Eleições 1994
13/02/1995	Oração a favor das metas do Programa de Governo
15/09/1997	Aborto
14/03/1999	IECLB às portas do novo milênio
19/05/1999	Homossexualidade
15/03/2000	500 anos de Brasil
17/08/2000	Eleições 2000
22/10/2000	Manifesto Chapada dos Guimarães
11/08/2001	Ministério e Homossexualidade
23/09/2001	Contra a corrupção
22/03/2002	Violência no país
26/08/2002	Eleições 2002
11/08/2004	Eleições 2004
16/10/2004	180 anos das comunidades
07/07/2006	Eleições 2006
30/04/2007	Sobre áreas indígenas
30/04/2008	Bioética
18/07/2008	Eleições 2008
06/02/2009	Referente ao acordo Brasil - Vaticano
11/03/2009	Discernimento ético
19/08/2010	Eleições 2010
14/10/2010	Guerra santa nas eleições
24/06/2011	Homoafetividade
28/06/2013	Protestos nas ruas

Percebe-se que a maioria deles tem um forte vigor político, buscando a discussão ou ao menos suscitar questionamentos dentro do âmbito da Igreja. Para buscar a compreensão e as percepções das tensões provenientes dessas micro disputas, entre a coordenação teológica da IECLB, e os membros das paróquias em Joinville, além das publicações oficiais da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, foram escolhidos ainda os jornais da Igreja que circulam na cidade de Joinville, que são basicamente três: o Joinville Luterano (abrangência municipal, editado pela Comunidade Evangélica de Joinville), O Caminho (abrangência regional/sinodal, editado pelo Sínodo Norte Catarinense) e o Jornal Evangélico (abrangência nacional, editado pela IECLB). Esses jornais, por meio de suas reportagens, publicações e cartas dos leitores, são uma rica fonte para algumas discussões pertinentes. Ainda, foram entrevistados membros e pastores de comunidades luteranas de Joinville, segundo a metodologia da História Oral. Os entrevistados têm enquanto critério de escolha, o papel desses junto às suas paróquias ou à Comunidade Evangélica de Joinville. Foram pensadas pessoas preferencialmente em posições de liderança, contando com leigos e/ou pastores, que atuam nos mais variados âmbitos da Igreja. Cabe ressaltar a importância que as entrevistas orais possuem, já que as mesmas denotam representações sobre o objeto pesquisado, acerca das memórias, que “carregam marcas, trajetórias de vida, revelam singularidades e subjetividades, refazem, reconstróem e repensam com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado” (BOSI, 2001, p. 55). A História Oral proporciona a compreensão do passado como algo carregado de continuidade atualmente, no qual o processo histórico não está finalizado (MEIHY, 1996). Obviamente o uso dessa é enquanto metodologia, já que ela por si só não responde às hipóteses, mas fornece os caminhos possíveis para a interpretação dos fatos a partir dos depoimentos orais (FERREIRA; AMADO, 1998).

## LUTERANOS E POLÍTICA

No caso do contexto político nacional, principalmente no período pós-1968, os posicionamentos políticos dos luteranos demonstram-se muito relevantes se percebidos principalmente por meio do estudo interdisciplinar do patrimônio cultural, e a partir da teologia e da cultura. O luterano, ao menos por meio da direção nacional da Igreja, tem sua trajetória marcada por participações realizadas por meio posicionamento político, que torna importante contextualizar o período pós formação da IECLB em sua estrutura atual, no ano de 1968, quando a Igreja resolve se entender enquanto Igreja “no” Brasil. No caso referente à IECLB, em 1970 estava programado o Concílio Mundial desta na cidade de Porto Alegre. Receando mostrar-se conivente com as denúncias que pairavam no Brasil sobre as notícias acerca das torturas e cerceamentos das liberdades civis que ocorriam no país, a Igreja Luterana Mundial transferiu o Concílio para Evian, na França. Diante disso, a IECLB se encarrega da tarefa de rever seu posicionamento perante o contexto político do país, esforço que acaba culminando no “Manifesto de Curitiba” (WEINGÄRTNER, 2001). Esse, “um dos mais corajosos documentos já publicados pela IECLB” (LINDNER, 2010), foi entregue ao então presidente, o general Médici pelo presidente da Igreja no Brasil. Segundo a própria Igreja Luterana, o Manifesto a colocava no “seleto grupo das instituições não coniventes com a ditadura instalada no Brasil em 1964 e com a tortura e o desprezo aos direitos humanos” (LINDNER, 2010).

Por meio deste e demais documentos oficiais da Igreja<sup>4</sup>, nota-se uma postura crítica frente ao governo brasileiro no período dos Anos de Chumbo, e mesmo em questões contemporâneas. Por meio das manifestações oficiais da IECLB<sup>5</sup>, nota-se a preocupação da instituição em buscar um posicionamento crítico na sociedade (SINNER, 2005), lançando bases para a discussão dos mais variados assuntos em diversos âmbitos de vivência dos luteranos, já que a religião é aquilo que toma o ser em sua preocupação última (TILLICH 2005). E, sendo Joinville “o maior polo luterano

<sup>4</sup> Como por exemplo, o documento chamado “Nossa Responsabilidade Social”, aprovado no XI Concílio Geral da IECLB, ocorrido em Joinville, de 19 a 22/10/1978. Nesse documento, não é trabalhado tão especificamente a questão política em relação ao governo, mas mesmo assim chama a atenção dos luteranos para problemas referentes à economia, educação e saúde do Brasil no período, sugerindo a compreensão que os membros da Igreja deveriam obter mediante às desigualdades que assolavam a sociedade brasileira. Ainda que não seja altamente politizado (no sentido de questionamento ao governo ditatorial), é um documento altamente crítico.

<sup>5</sup> <http://www.luteranos.com.br/conteudo/manifestacoes-da-igreja>

do continente” (A NOTICIA, 2001), era esperado que estes documentos se sobressaíssem ou que gerassem diferentes reações. Nacionalmente, percebe-se a existência de “um grupo de vanguarda, uma ‘esquerda’ da igreja, que exigia uma participação ativa da IECLB” (SINNER, 2005, p. 58) em questões voltadas à correlação entre religião e política, assim como percebe-se também que existe uma tendência mais conservadora (SINNER, 2005). Entretanto, não há ainda um levantamento historiográfico acerca dos posicionamentos dos luteranos em Joinville e suas lideranças frente às demais manifestações de cunho político social.

A fim de base para análise, buscou-se entender a religiosidade enquanto um elemento fundamental para o estudo dos posicionamentos sociais de políticas, e que essa atua de maneira incisiva na formação histórico-social da cidade e do cidadão luterano. Para tal, buscou-se um diálogo entre a teologia, a sociologia, a filosofia e a história, buscando pautar o presente artigo numa construção interdisciplinar. Para entender essa suscetibilidade que acontece no dia a dia, nas vivências além das paredes dos templos, serão utilizadas as noções de táticas e estratégias de Michel de Certeau (1998). A “estratégia” o historiador francês descreve como:

o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e os objetos da pesquisa, etc.) (1998, p. 99)

Já as táticas podem ser entendidas enquanto:

A ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. (1998, p. 100)

Nessas definições, os posicionamentos de membros e igreja deixam-se perceber muito bem. A IECLB, por meio das estratégias, produz seus lugares de poder e querer próprio, onde os membros desenvolvem táticas para resistir e/ou assimilar, não sendo apenas agentes passivos frente a isso, para interpretar e criar suas maneiras de fazer (CERTEAU, 1998) seu entendimento religioso. É um conflito, uma tensão, da instituição, frente à autonomia do indivíduo. Entretanto, não é esse o cerne da Reforma? A autonomia, o protesto do ser frente ao que postula ser transcendente?

Para estudar as tensões provenientes dessas micro disputas, foram analisadas determinadas publicações oficiais da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, desde manifestações da presidência, por meio de suas cartas oficiais, até mesmo os jornais da Igreja que circulam na cidade de Joinville, que são basicamente três: o Joinville Luterano (abrangência municipal, editado pela Comunidade Evangélica de Joinville), O Caminho (abrangência regional/sinodal, editado pelo Sínodo Norte Catarinense) e o Jornal Evangélico (abrangência nacional, editado pela IECLB). Esses jornais, por meio de suas reportagens, publicações e cartas dos leitores, tornam-se uma rica fonte para algumas discussões pertinentes.

Nessas dinâmicas acima apresentadas, e pela Tabela 01, podemos perceber que a cada eleição desde a reabertura democrática brasileira, a IECLB publica cartas com os mais diversos temas de referência político-social. A maioria dessas cartas são publicadas no Jornal Evangélico, de edição da diretoria da Igreja, e de circulação nacional. Podemos observar algumas reportagens conforme as imagens abaixo:

Fig. 1 – Jornal Evangélico / setembro 1995

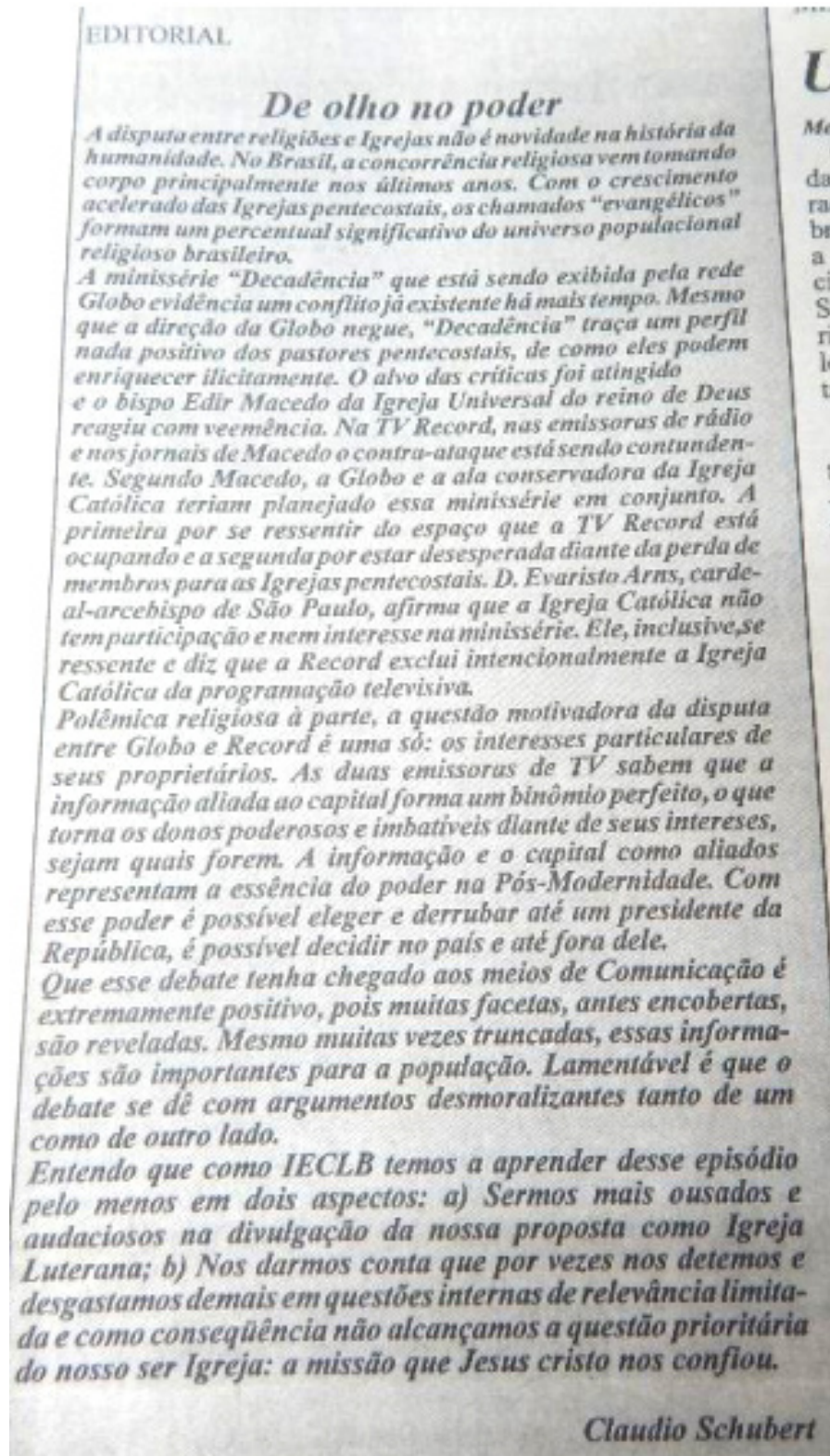


Fig. 2 – Jornal Evangélico / Maio 1996



Fonte: Comunidade Evangélica de Joinville. Foto: Do Autor

Fig. 3 – Jornal Evangélico / Maio 1996



Fonte: Comunidade Evangélica de Joinville. Foto: Do Autor

Fig. 4 – Jornal Evangélico / Maio 1996

## Massacre aos sem-terra faz perguntar: “onde está a nossa culpa?”

Sexta-feira, 19 de abril, início da manhã. Os participantes do 2º Encontro Nacional já estavam reunidos, já haviam participado de uma celebração sobre o texto de Marcos 5,25-34. Todos estavam prontos para recomeçar os trabalhos em torno do tema “Desejo e culpa”.

Então foi dada a trágica notícia. Trabalhadores sem-terra em Eldorado do Carajás (PA) foram covardemente massacrados por policiais militares do Pará. Pelo menos 19 pessoas morreram e 50 ficaram feridas. O silêncio foi total. Tristeza, revolta, sentimento de impotência tomaram conta de todos. Decidiu-se então escrever uma carta de repúdio ao presidente da República.

Sexta-feira à noite. O pastor Wonihaldo Rutzen, de Vitória, e Ana Carine Maurer, de Independência, foram à frente. Silêncio. Eles estavam amordaçados. Tiraram, então, a mordanga um do outro e Wonihaldo explicou que aquela mordanga preta foi usada na Páscoa durante uma manifestação de sem-terras no Espírito Santo. Na ocasião, todos os agricultores enfiaram a boca para simbolizar a sociedade calada. Neste contexto, eles têm a carta à imprensa e ao presidente da República. Seguem, abaixo, os trechos mais importantes:

*Nós, 120 participantes do Encontro Nacional da Pastoral Popular Literária (PPL), integrantes da IECLB, vindos dos mais diversos estados do país, estamos (...) abordando o tema: “desejo e culpa”.*

*A mordanga representa a sociedade calada no questão da terra*

*Nestes dias de encontro compartilhamos muitos de nossos desejos, alguns dos quais são também desejos da grande parte dos brasileiros, em especial dos excluídos. Neste contexto estão o desejo de vivermos num país que respeite os direitos das pessoas, garantindo a sua dignidade e resgatando a sua cidadania. No campo, isso se traduz na promoção de uma reforma agrária ampla e integral. (...)*

*No dia de hoje, tomamos conhecimento do hediondo massacre de trabalhadores e trabalhadores rurais sem-terra ocorrido em Eldorado do Carajás (PA) (...). Este bárbaro crime cometido pela polícia militar do Estado do Pará nos deixa estupefatos e profundamente indignados. (...) Entendemos que nada justifica a ação violenta da polícia contra pessoas indefesas e a repetição de sucessivas chacinas e massacres de trabalhadores rurais em nosso país.*

*Não podemos ficar calados. (...) Responsabilizamos diretamente o governador do Estado do Pará, Aluir Gabriel, e o Comandante da Polícia Militar pelos crimes cometidos em Eldorado do Carajás. Igualmente responsabilizamos o governo federal, pois mesmo tendo conhecimento da realidade dos sem-terra no país, alimenta expectativas e adia indefinidamente a implantação de uma política agrária que, de fato, contemple as demandas existentes nesta questão.*

*Exigimos que este crime seja esclarecido e que os responsáveis sejam devidamente punidos. Além disto, queremos que sejam tomadas todas as medidas para que tais massacres não se repitam. (...) Estamos convencidos de que uma solução para a questão agrária no Brasil passa necessariamente por um amplo processo de reforma agrária, que urgentemente precisa ser implementado.*

*O massacre aos sem-terra calou fundo na alma de todos os participantes. E ficou a pergunta, com muitas e ao mesmo tempo nenhuma resposta: “Onde está nossa culpa?”*

Fonte: Comunidade Evangélica de Joinville. Foto: Do Autor

As manifestações da IECLB encontram ecos nas publicações de âmbito nacional. Já nas publicações que circulam no âmbito municipal ou mesmo regional, pode-se notar um descompasso desta prática. No Jornal O Caminho, do Sínodo Norte Catarinense, muito pouco dessas manifestações são enxergadas. Já no jornal Joinville Luterano percebe-se a ausência das publicações, ou mesmo de comentários acerca das mesmas. É possível encontrar temas que são trabalhados nas cartas, como eleições, por exemplo mas que não referenciam às mesmas, dando ênfase nas programações das paróquias, e em aspectos teológicos, e um esvaziamento de conteúdos politizados.

## CONSIDERAÇÕES

Já no Brasil, as igrejas podem ter um papel importante para fomentar a cidadania, de acordo com alguns fatores. Primeiro, dentro de uma perspectiva teológica, as igrejas têm uma longa tradição de distinguir entre esse mundo e o vindouro, esse mundo pecaminoso e aquele que será redimido por Cristo, que trará o Reino de Deus. Embora essa visão possa levar a uma dicotomia perigosa que leve a distinção perigosa entre o respeito às autoridades políticas e a Deus, uma reserva escatológica pode e deve manter uma tensão necessária entre o agora e o que há por vir, o que é e o que deveria ser. (SINNER, 2012) Para muitos, mesmo não cristãos, há “algo” nas igrejas que demonstra as patologias sociais, assim como a falência dos planos individuais de vida. A igreja traz uma demonstração do mundo que está por vir ao mundo atual. A missão da igreja de proclamar o Evangelho, adorar a Deus, servir aos pobres e testemunhar a salvação de Deus a impele a espaços públicos, não pode ficar fechada em si. “Christianity is by definition public”<sup>6</sup> (SINNER, 2012, p. 7). Mesmo que tenha uma presença local e contextual, o cristianismo é também mundial e ecumênico, criando assim uma tensão entre a igreja e o Estado. Por conta disso, a igreja deve participar dos debates públicos, contribuindo para a melhoria da sociedade, mediante atitudes construtivas, cooperando com o estado e com a sociedade civil (SINNER, 2012).

É dentro desse viés teológico e político que a IECLB pontua sua participação na sociedade, embora que, muitas vezes, sem um respaldo ou mesmo reconhecimento da maioria de seus membros. Por meio dessas análises, identificou-se alguns conflitos entre estratégias e táticas frente à teologia do grupo luterano, e essas tensões acontecem, em muitos âmbitos, mas inclusive por meio da escrita, nos documentos. Entretanto, um dos elementos de identificação do luterano é visível dentro da ideia de contestação de discursos homogeneizantes, inclusive aquele que se queira vir da própria Igreja, ou do Estado. Cabe lembrar que a História, o ser humano e as instituições são palco do conflito entre a justiça e a injustiça, a “velha” e a “nova” realidade. Importante frisar que ninguém, nem mesmo a Igreja, pode alegar ser o “novo”, no mesmo passo que ninguém precisa se conformar com o “velho”. Por conta disso, a relação Estado-Igreja deve ser colocada no paradigma maior da vontade de Deus e da realidade em conflito. Por isso, a discussão não cabe somente na relação desses dois âmbitos, mas sim como estes refletem a “nova” ou a “velha” realidade, se buscam a justiça ou a injustiça, e como fiéis e instituições comportam-se dentro desta dinâmica.

## REFERÊNCIAS

A NOTÍCIA. **Cidade é o maior polo luterano do continente**. Joinville, 2001. Disponível em: < <http://www1.an.com.br/jville2001/pg03.htm>>. Acesso em: 30/06/2012.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1**. Artes de fazer. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Org.). **Usos & Abusos da História Oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

GONÇALVES, José R. S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

<sup>6</sup> “O cristianismo é por definição público” (tradução nossa).

LINDNER, Clovis H. **Manifesto de Curitiba completa 40 anos**. Blumenau, 2010. Disponível em <<http://www.jornalocaminho.com.br/noticia.php?edicaoId=89&cadernoId=7&noticialId=3990>> Acessado em 15/06/2012.

LUTERO, Martinho. **Obras Selecionadas**. Vol. 6. São Leopoldo: Sinodal / Porto Alegre: Concórdia, 1996.

MARQUES, Viriato S. A Reforma Luterana no horizonte da filosofia política. **Martinho Lutero: Diálogo e Modernidade**. Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 1999.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

SINNER, R. von; MAJEWSKI, R. G. **A contribuição da IECLB para a cidadania no Brasil**. Estudos Teológicos 1/2005 - Faculdades EST - São Leopoldo/RS.

\_\_\_\_\_. **The Churches and Democracy in Brazil: Towards a Public Theology Focused on Citizenship**. Eugene/OR: Wipf & Stock, 2012.

STAHLHOEFER, Alexander De Bona. **“Política” em Lutero: uma análise a partir da doutrina dos dois regimentos**. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano II, n. 5, Set. 2009. p. 241-258

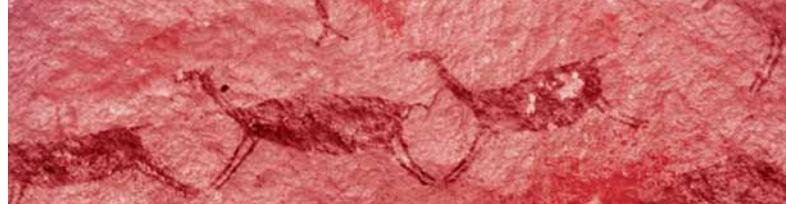
TILLICH, Paul. **Teologia da Cultura**. São Paulo: Fonte Editorial, 2009.

\_\_\_\_\_. **Teologia Sistemática**. Caxias do Sul, RS: Editora Sinodal, 2005.

\_\_\_\_\_. **The Interpretation of History**. New York: Charles Scribner's sons, 1936.

WEINGÄRTNER, Lindolfo. **A responsabilidade pública dos cristãos: exemplificada no Manifesto de Curitiba**. Blumenau: Otto Kuhr, 2001.





## Memória, identidade e paisagem cultural

FERNANDA DALONSO<sup>1</sup>  
MARILUCI NEIS CARELLI<sup>2</sup>

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é apresentar resultados parciais da pesquisa sobre paisagens culturais em uma Área de Proteção Ambiental (APA). No referencial teórico são apresentadas discussões no campo do patrimônio ambiental, da paisagem cultural, memória e identidade. Com a ampliação da concepção de patrimônio no século XX, atribuiu-se ao sítio urbano ou rural a possibilidade de também ser um fornecedor do testemunho de uma civilização, desta forma provocar e comunicar memórias. Há uma crescente evidência de ligações entre a paisagem cultural e as Áreas de Proteção Ambiental. A Estrada Dona Francisca foi estabelecida como APA pelo Decreto Municipal nº 8.055 de 1997, dentre seus objetivos de proteção dos recursos naturais, está também a melhoria da qualidade de vida das populações residentes e a preservação de culturas e tradições locais. O domínio particular das terras permanece, porém, os usos do solo e dos recursos naturais estão sujeitos a restrições apresentadas no plano de manejo da unidade, que foi aprovado pelo Decreto nº 20.451, de 17 de abril de 2013. A investigação abrangeu um estudo do tipo exploratório sobre a paisagem cultural e para alcançar os objetivos propostos se apoiou em pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e levantamento fotográfico, a fim de compreender interfaces entre a paisagem cultural da Serra Dona Francisca, memória e identidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** APA Serra Dona Francisca; Paisagem Cultural; Patrimônio Ambiental; Memória; Identidade.

### INTRODUÇÃO

Quando em 1992 a UNESCO adotou o conceito de paisagem cultural a discussão patrimonial abriu-se para diversos contextos, seja urbano, rural, florestas e outros que apresentam uma diversidade de relações/interações do homem com a natureza.

A Carta de Veneza de 1964 apresenta-se como um dos marcos relevante para a ampliação da concepção de patrimônio no século XX. Ao considerar o sítio urbano ou rural como fornecedor do testemunho de uma civilização atribui não só aos bens de “pedra e cal” (FONSECA, 2009) a possibilidade de provocar e comunicar memórias. Enquanto patrimônio ambiental faz-se um recorte temporal na década de 1960 até o momento presente, destacando também como marco referencial em 1972 a I Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, assim como a convenção europeia da paisagem em 1994, sendo aprovada em 2000 (RIBEIRO, 2007). Importante mencionar que em 2009, a chancela da paisagem cultural brasileira tem sua regulamentação pela Portaria nº 127, de 30 de abril. Tais eventos destacados na

<sup>1</sup> Mestranda do curso de Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), bolsista CAPES. Especialização em Neuropsicologia pela Faculdade Metropolitana de Curitiba - PR (2007), graduação em Psicologia pela Associação Catarinense de Ensino – Joinville. E-mail: fernandadalonso@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina, Mestre em Sociologia Política, graduada em Serviço Social. Professora titular na Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) leciona na graduação e no Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade. E-mail: mariluci.carelli@gmail.com

temporalidade aqui mencionada permitem a observação de que as discussões acerca do conceito de paisagem como patrimônio cultural são recentes.

No município de Joinville (Santa Catarina - Brasil), a Estrada Dona Francisca foi estabelecida como Área de Proteção Ambiental (APA) pelo Decreto Municipal nº 8.055 de 1997, dentre seus objetivos de proteção dos recursos naturais, está também a melhoria da qualidade de vida das populações residentes e preservação de culturas e tradições locais. O domínio particular das terras permanece, porém, os usos do solo e dos recursos naturais estão sujeitos a restrições que são definidas no plano de manejo da unidade.

Em seu plano de manejo encontram-se programas e subprogramas, de gestão e implantação nesta unidade de conservação, envolvidos com o patrimônio arqueológico, histórico e paisagístico da APA Dona Francisca,

O objetivo deste trabalho é apresentar resultados parciais da pesquisa sobre paisagens culturais em uma Área de Proteção Ambiental (APA). Trata-se de um recorte de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida no Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade de Região de Joinville, cujo projeto intitulado “Gestão da Paisagem Cultural da Serra Dona Francisca: possibilidades e limites”, objetiva analisar limites e possibilidades da gestão da paisagem cultural em uma área de proteção ambiental na região rural de Joinville, a partir do marco legal instituído em 2013 que é o Plano de Manejo da Serra Dona Francisca.

A pesquisa propõe-se a questionar e discutir a gestão da paisagem cultural, estranhar e problematizar a gestão da unidade de conservação da APA em suas instâncias patrimoniais, suas representações enquanto patrimônio cultural, suas considerações enquanto lugar.

Destaca-se que este projeto está vinculado ao grupo de pesquisa Estudos Interdisciplinares em Cultura e Sustentabilidade, grupo que abriga pesquisadores que buscam a compreensão e análise dos processos de constituição do patrimônio cultural ambiental. Dentre os temas priorizados na investigação, encontra-se a preocupação pelos temas que articulam discursos da sustentabilidade e poder, dentre eles a percepção e representação social da paisagem cultural.

A investigação abrangeu um estudo do tipo exploratório sobre a paisagem cultural e para alcançar os objetivos propostos se apoiou em pesquisa bibliográfica, pesquisa documental (leis, projetos, decretos) e levantamento fotográfico, a fim de compreender interfaces entre a paisagem cultural da Serra Dona Francisca, memória e identidade.

## MEMÓRIA, IDENTIDADE E PAISAGEM CULTURAL

Aí dorme um passado, como nos gestos cotidianos de caminhar, comer, deitar-se, onde dormitam revoluções antigas. A lembrança é somente um príncipe encantado de passagem, que desperta, um momento, a Bela-Adormecida-no-Bosque de nossas histórias sem palavras. “*Aqui, aqui era uma padaria*”; “*ali morava a mere Dupuis*”. O que impressiona mais, aqui, é o fato de os lugares vividos serem como presenças de ausências. O que se mostra designa aquilo que não é mais: “*aqui vocês vêem, aqui havia...*”, mas isto não se vê mais (CERTEAU, 1998, p.189).

Extraídas do livro “A Invenção do Cotidiano”, de autoria do historiador francês Michel de Certeau, estas palavras iniciais podem ser o ponto de partida para a reflexão sobre memória, identidade e paisagem cultural. O lugar vivido como aquilo que não é mais, anula uma “habitabilidade”, faz dormir um passado visto em gestos cotidianos como o caminhar. O conceito de paisagem cultural tem sido debatido por diversas áreas, principalmente pela geografia e arquitetura, mas como objeto de proteção sua análise ainda é recente. Quando em 1992 a UNESCO adotou o conceito de paisagem cultural a discussão patrimonial abriu-se para diversos contextos, seja urbano, rural, florestas e outros que apresentam uma diversidade de relações/interações do homem com a natureza. A patrimonialização da paisagem cultural não pretende fazer o passado dormir e deixá-lo à espera de um príncipe para

despertá-lo, nem tampouco anular a “habitabilidade” de uma princesa viva chamada “maneiras de fazer”, ela vem problematizar a relação do sujeito com o lugar, como ele opera este espaço, o espaço que por muitas vezes é de uma maioria silenciosa - da “marginalidade de massa”.

Um cenário integrador, em que se unem objetos do passado e do presente, mas que em seu espaço sempre presente é testemunha dos processos que nela são produzidos, é também relatora de suas memórias em suas formas materiais e imateriais, a paisagem cultural retrata o que se apresenta do natural ao cultural em cada espaço que se faz.

Permite-se neste momento dialogar com Keith Thomas (1989) e estabelecer uma relação mais avançada no tempo, o autor discorre sobre a mudança de atitudes em relação às plantas e menciona que desde os tempos mesolíticos:

[...] o progresso humano dependeu de arrancar e destruir as árvores com que a maior parte da Terra estava coberta [...] O processo acelerou-se na era neolítica, quando a invenção do machado de pedra permitiu destruir as matas não apenas através de queimadas ou da pastagem animal, mas também derrubando-as” (THOMAS, 1989, p.230).

Desta forma conclui o autor com demais dados de geógrafos da contemporaneidade que a mata selvagem da Inglaterra já se encontrava com grandes proporções de desmatamento antes da chegada dos romanos. Com a necessidade da matéria escassa para construção, o plantio de árvores abre o comércio de madeiras, onde já no começo do século XIII “A derrubada ilegal de árvores sofria penalidades [...] Quando se permitia o corte nas florestas reais, fazia-se um cercamento temporário, para proteger o crescimento das árvores replantadas” (THOMAS, 1989, p.236).

Atribuíram-se também outros sentidos para a natureza além do econômico e da subsistência, os não utilitários promovidos pela satisfação estética e pelo destaque social da identidade do proprietário. De uma forma ou outra, todas estão submetidas aos caprichos da humanidade, o que para o autor não é surpreendente que busquemos em tempos atuais a satisfação emocional na própria natureza selvagem. Vemos que de ameaçadora, selvagem e perigosa a natureza passa a ter outro sentido, completamente oposto, mas que ainda é determinado pelo egoísmo humano de ser ou estar como o homem se satisfaz.

Herdeiras de um paradigma cartesiano, da divisão entre espírito e matéria, encontram-se concepções ecológicas imbricadas por este viés. Assim, observa-se o homem como detentor da defesa e sobrevivência da natureza, cabe a ele esta responsabilidade para com um “Outro”, a natureza. Mas que, no entanto, este “Outro” é ele, desta forma, integrar o conceito de natureza ao homem proporciona a quebra do paradigma dicotômico, aspecto fundamental para o entendimento de paisagem cultural.

A concepção de paisagem cultural permite o entendimento de um cenário integrador, que é capaz de comunicar, provocar memórias e processos de identificação. É um lugar palimpsesto, onde o ser que nele habita exerce práticas do espaço. Cabe continuar em Certeau (1998) e situar esta fala narrativa sobre lugares e espaços. Espaço está para lugar, assim como a palavra quando é falada, “o espaço é um lugar praticado” (CERTEAU, 1998, p.202). Desta maneira, um pedestre que caminha em um lugar o transforma em espaço pelo uso do mesmo.

Hartog (2006) ao discorrer sobre memória e patrimônio dentro de um novo regime de historicidade, os coloca como testemunhas de uma crise do tempo da qual nomeia como presentismo. E deste lugar de fala, que se continua o diálogo com o autor, quando o próprio comenta sobre a patrimonialização do meio ambiente e cita a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural de 1972 em que “O texto parece não deixar nada fora de sua perspectiva: o patrimônio mundial, ele é cultural e natural. Por que uma Convenção internacional? Porque, o preâmbulo parte desta constatação, o patrimônio universal é cada vez mais ameaçado de destruição” (HARTOG, 2006, p.271).

Permite-se fazer uma pausa na discussão e destacar que nesta convenção ainda se mantinha a classificação separada de patrimônio cultural e natural, no entanto, em 1992 na 16ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, realizada no Novo México, nos EUA, a nova categoria de paisagem cultural passa a ter seu primeiro instrumento legal internacional que vai reconhecer interação entre natureza, cultura e maneira tradicionais de viver (CASTRIOTA, 2009).

Constata-se pela convenção promovida pela UNESCO, citada por Hartog (2006), uma nova noção, a de que a proteção envolve um coletivo internacional de preservação do futuro e proteção do presente. Sendo a memória um sintoma e testemunha do presentismo, é nesta nova noção provocada pela patrimonialização do meio ambiente que podemos enxergar que o futuro pode ser uma ameaça.

Uma ameaça da qual nós fomos os iniciadores e da qual nós devemos nos reconhecer, hoje, na falta já de ontem, como os responsáveis. Assim interrogar o patrimônio e seus regimes de temporalidades nos conduziu, de maneira inesperada, do passado ao futuro, mas um futuro que não é mais a conquistar ou realizar sem hesitar e, se preciso for, violentando o presente. (HARTOG, 2006, p.273)

Esta ameaça futura mostra-se como uma alerta de que não é possível continuar o crescimento econômico sem limites, e que decisões de preservação abrangem um coletivo internacional.

O Parque Nacional Tongariro, situado na Nova Zelândia, foi o primeiro bem inscrito na lista do Patrimônio Mundial como paisagem cultural, em 1993. Hoje já foram inscritos oficialmente diversas paisagens, de diversas configurações que variam desde remanescentes arqueológicos, jardins botânicos e terraços de arroz (CASTRIOTA, 2009). Em 2012 a cidade do Rio de Janeiro é incluída na lista da UNESCO, sendo a primeira cidade a ser inscrita como paisagem cultural do Patrimônio Mundial. Configurando assim preservações do futuro em um coletivo internacional de preservação e proteção do presente.

Nas últimas décadas, com a ampliação do conceito de patrimônio, a discussão sobre paisagem cultural também tem sido cenário de idéias inovadoras, pelo seu caráter integrador de aspectos que anteriormente eram separados e pela valorização deste fator.

O entendimento da paisagem enquanto ciência iniciou com a geografia, estudada por diferentes disciplinas, foi nela que seu conceito teve maior atenção no campo científico. Primeiramente, seu estudo ganha destaque com o trabalho de Alexander von Humboldt, no século XIX. Mesmo não considerado um geógrafo, é compreendido como sendo um fundador da tradição paisagística da disciplina.

Sauer em 1925 publicou um clássico da geografia *The morphology of Landscape*, um estudo que apresentou claramente a ruptura com o determinismo ambiental dominante. Influenciado pela geografia alemã de Schlüter e Passarge entendia o conceito natural como sendo a paisagem sem transformações humana, e cultural como sendo a paisagem transformada pelo homem.

Mesmo admitindo a existência das dimensões estéticas e subjetivas da paisagem, Sauer tomou a concepção de que seu estudo se restringia apenas ao que era visto. Sua concepção é contextualizada em um período de dominância do pensamento positivista na ciência, em que o estabelecimento de leis limitava as pesquisas em apenas ao que era material e mensurável, as comprovações científicas positivistas continham Sauer e tantos outros cientistas da época “as dimensões estética e subjetiva da paisagem existem, são reconhecidas, mas não fazem parte do interesse científico, na medida em que não podem ser classificadas e mensuradas.” (RIBEIRO, 2007, p.20).

Com posicionamento que difere da geografia cultural norte-americana, também entendida como geografia cultural tradicional, uma vertente humanista identifica como fundamental justamente aquilo que estava fora do objetivo da ciência positivista, valorizando o simbólico e subjetivo. É na ruptura com o positivismo, em 1960, que emerge a relação da geografia com as filosofias ligadas ao humanismo, surgindo esta nova corrente. A partir desta abordagem “a paisagem é introjetada no sistema de valores humanos, definindo relacionamentos complexos entre as atitudes e a percepção sobre o meio.” (RIBEIRO, 2007, p.24). Nesta perspectiva pode-se destacar a contribuição do geógrafo David Lowenthal como um precursor da geografia humanista, nascido em 1923, se graduou em Harvard e fez seu mestrado em História na Universidade de Berkely, foi orientado por Carl Sauer em sua tese de doutoramento.

Na década de 1980, um novo grupo resgatou os conceitos da geografia cultural, também influenciado pela geografia humanista, criou o que por eles foi intitulado com nova geografia cultural.

De acordo com Ribeiro (2007) Sauer, sua escola, e tantos outros pesquisadores da geografia cultural tradicional, tiveram uma grande importância quando conseguiram transformar paisagem em um conceito científico, a nova geografia cultural apresentou para a ciência seus aspectos intangíveis e subjetivos. Ambas vertentes contribuem na atualidade para uma reflexão sobre identificação e preservação patrimonial.

A geografia humanística, um dos caminhos da renovação da nova geografia cultural, incorporou a subjetividade humana em suas discussões e contribuiu para a simbologia da paisagem. Diante de autores que discutem a memória e identidade, opta-se por compartilhar no artigo a contribuição do geógrafo David Lowenthal, considerado como um precursor da geografia humanista, fez seu mestrado na Universidade de Berkely e foi orientado por Carl Sauer em sua tese de doutorado.

O artigo “Como conhecemos o passado”, de Lowenthal, foi publicado em 1985 e fazia parte do livro “*The Past is a Foreign Country*”. Neste capítulo o autor propõe o estudo de três fontes de conhecimento do passado, a memória, história e fragmentos. Não há a intenção de aprofundar o conhecimento dos conceitos abordados, porém cabe aqui conhecer de forma sucinta a descrição do próprio autor, que vem ampliar o conceito no decorrer da obra:

Memória e história são processos de introspecção (insight); uma envolve componentes da outra, e suas fronteiras são tênues. Ainda assim, memória e história são normalmente, e justificadamente, diferenciadas: a memória é inevitável e indubitável *prima-facie*: a história é contingente e empiricamente verificável. Ao contrário de memória e história, fragmentos não são processos mas resíduos de processos. Fragmentos feitos pelo homem são chamados artefatos; os naturais carecem de um nome específico. Ambos atestam o passado biologicamente, por envelhecimento e desgaste e, historicamente, por formas e estruturas anacrônicas. (LOWENTHAL, 1998, p.66)

Para o autor temos a necessidade de se deparar constantemente com a memória e com os esquecimentos, selecionar o passado vivido, seja por distorção ou seleção e acomodar as lembranças a esta necessidade presente. Memória e identidade estão relacionadas entre si de forma indissociável, entende que relembrar é fundamental para a identidade “saber o que fomos confirma o que somos. Nossa continuidade depende inteiramente da memória; recordar experiências passadas nos liga a nossos *selves* anteriores, por mais diferente que tenhamos nos tornado.” (LOWENTHAL, 1998, p.83).

Pensar que por mais diferente que se tenha tornado, recordar nos liga a *selves* anteriores, vem abrir um diálogo com o campo dos estudos culturais de Hall (2006) que apresenta a concepção de identidades na pós-modernidade, para ele o sujeito detém não uma única identidade, mas várias, e que esta não é fixa ou permanente. Para o autor “As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós (HALL, 1995 *apud* HALL, 2000, p.112).

## A SERRA DONA FRANCISCA, UM ESPAÇO DE MEMÓRIA E IDENTIDADE

O município de Joinville tem sua ocupação em maior escala por sua colonização, originada de um dote recebido pelo príncipe François Ferdinand Philippe de Orleães (filho do rei da França) quando se casou com a princesa Francisca Carolina (filha de D.Pedro I, Imperador do Brasil) em meados do século XIX.

Entretanto importante destacar que o município já havia sido ocupado, além dos povos pré-coloniais há mais de 6 000 anos, também no início do século XIX por luso-brasileiros e afro-brasileiros que passaram a receber terras pelo regime de sesmarias (MARTINS; PIMENTA, 2013).

Com o objetivo maior de firmar a colonização do Brasil em direção ao interior, a Estrada Dona Francisca, juntamente com a Estrada União Indústria (GOULARTI FILHO; MORAES, 2010) inauguraram um novo regime de construção das estradas no segundo Império, substituindo o trabalho rudimentar e aventureiro da abertura de caminhos estradas pela administração e financiamento pelo Estado.

Fundamental para a consolidação da colonização, ligando o litoral com o planalto, a estrada permitia escoar a produção de erva-mate pelo porto de São Francisco do Sul, permitindo também novos núcleos coloniais acima da serra.

Segundo Ficker (1965), o traçado para a futura estrada protagonizou um jogo de interesses políticos, em que de um lado havia os interesses da direção da Colônia Dona Francisca, e de outro, os interesses da administração de bens do Príncipe de Joinville, representada por Léonce Aubé.

Durante o período do século XIX e o início do século XX a Serra Dona Francisca pode ser entendida como uma estrada que ligava o comércio do norte de Santa Catarina, influenciando no desenvolvimento econômico, político e cultural da cidade.

Grein (2012) afirma que a Serra é reconhecida como um patrimônio histórico não apenas pelos interesses governamentais, mas também por uma “trajetória histórica de romantismos criados em torno das práticas desenvolvidas em relação à estrada” (p.55), resultante de uma percepção principal dos escritores locais que relacionavam a construção da estrada aos usos que fizeram posteriormente, ao início da descendência de imigrantes deste local.

Observa-se que há representações de novos usos de acepção ao patrimônio, um dos exemplos é a transformação da Casa Wally Krüger<sup>3</sup> (figura 1) em portal turístico rural “que é tomado como vitrine cultural do que se imagina como meio rural de Joinville” (COELHO, GREIN 2013, p.8). Na imagem, a placa aérea ao longo da rodovia sinaliza que a casa é um portal turístico rural, também indica que a Serra Dona Francisca faz parte do roteiro Caminhos dos Príncipes<sup>4</sup>.

Figura 1 – Casa Wally Krüger, portal turístico rural



Fonte: Fotografia de Fernanda Dalonso, Joinville, 14 mar. 2014

A Serra Dona Francisca recebe um número grande de visitantes, sendo pessoas que buscam especificamente uma atividade turística, ou por pessoas que estão de passagem entre o planalto e o litoral. Favorece o comércio local, estimula a venda de produtos fabricados na região, a gastronomia, enfim, atributos do turismo sustentável que é amplamente divulgado pela imprensa, o turismo rural.

<sup>3</sup> O projeto Roteiros Nacionais da Imigração, criado em 2007, oficializou o tombamento de diversos bens, dentre eles a Casa Wally Krüger. O projeto tem como objetivo preservar o patrimônio das regiões de Santa Catarina de colonização especialmente alemã, italiana, polonesa e ucraniana.

<sup>4</sup> Projeto que tem como objetivo o desenvolvimento do turismo sustentável.

Sendo uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, a Área de Proteção Ambiental (APA) Serra Dona Francisca foi criada pelo Decreto Municipal nº 8.055 de 1997, dentre seus objetivos de proteção dos recursos naturais, está também a melhoria da qualidade de vida das populações residentes e preservação de culturas e tradições locais.

Seu Plano de Manejo foi aprovado pelo Decreto nº 20.451, de 17 de abril de 2013, em que estabelece como órgão gestor executor da unidade a Fundação Municipal do Meio Ambiente (FUNDEMA), juntamente com o seu conselho gestor composto por 32 entidades, sendo 16 governamentais e 16 da sociedade civil. A função do conselho gestor é auxiliar o órgão ambiental municipal na gestão da APA, implantação do plano de manejo, fiscalização e captação de recursos.

O Plano de Manejo em seu programa de gestão apresenta um conjunto de atividades a serem desenvolvidas enquanto gestão e implantação nesta unidade de conservação, tais atividades foram agrupadas em programas e subprogramas. Dentre os subprogramas envolvidos com o Patrimônio Arqueológico, Histórico e Paisagístico da APA Dona Francisca, estão: Subprojeto de Proteção, Fiscalização e Controle; Subprojeto de Pesquisa e Monitoramento e Subprojeto de Integração com o Uso Público e a Sustentabilidade da APA Serra Dona Francisca.

A preservação da paisagem cultural, a partir de sua chancela, se propõe a uma forma de gestão híbrida, envolvendo associações de bairros, práticas da gestão pública, empresas privadas, entre outros agentes. Conforme propõe o estudo comparativo de Finke (2013) em que identifica as semelhanças dos sistemas de gestão das categorias das áreas protegidas e a paisagem cultural do Patrimônio Mundial, é possível observar que na formulação do Plano de Manejo da APA Serra Dona Francisca uma gestão compartilhada, também proposta pelas diretrizes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

A gestão da Paisagem Cultural e Unidade de Conservação de uso sustentável se sobrepõem quando apresentam a preocupação em dar condições ao envolvimento da população, lidam com a mesma questão cultural: a representação dos processos da interação das pessoas com a natureza, seus usos dos lugares transformados em espaços, que ao longo do tempo tornou-se uma área peculiar e com características significativas.

Em paisagem cultural, falamos de história, de fatos guardados na memória, de vestígios ou fragmentos que palpitam formas de usos deste lugar, de identidades fantasmas postas para serem exorcizadas ou não, de modos de viver dos que lá estavam e dos que hoje estão. A Serra Dona Francisca é uma paisagem que une, faz a inter-relação do que a concepção dicotômica separou, em um contexto de heterotopia, composta de muitas camadas de significados, é um espaço de alteridades.

A paisagem convive com a pátria e o exílio, com o racional e o sensitivo, com o próximo e o distante. A totalidade com as partes. A representação do mundo e parcelas dele e das relações que são nele estabelecidas, como memória a ser legada ou como mito a ser perseguido ou libertado. [...] Como sua existência depende do indivíduo que a apreende, espera-se que este não teime, com seu método de análise, em separar o indivisível (GOMES, 2001, p.69-70).

Quando se “patrimonializa” um lugar na categoria de paisagem cultural do Patrimônio Mundial, como por exemplo, uma cidade, é possível enxergar o quanto indivisível é o método de análise deste lugar. Não se pode considerá-la em partes ou matéria, não se pode fragmentar, pois é no todo que processos de identificação surgem pelo pertencimento deste lugar, que é peculiar.

A Serra Dona Francisca é fornecedora de testemunhos de uma civilização, e memórias que ali estão, são representações de identidades, sendo elas de civilizações pré-coloniais até ao homem dos tempos atuais. Abrange o patrimônio material e imaterial em um só, fala-se de mente e corpo, ou melhor, de mentes e corpos em uma totalidade.

Considerando que o interesse pelos estudos em paisagem tem sido reativado mundialmente na área da preservação patrimonial, principalmente após a adoção do conceito de paisagem cultural pela UNESCO em 1992, o artigo procurou refletir sobre o seu reconhecimento, significados, sua ciência e suas passagens por diferentes concepções; problematizar sobre memória e identidade

em paisagem, entendendo paisagem cultural como um conceito recentemente compreendido e valorizado. A pesquisa pretende avançar para o estudo sobre a gestão da paisagem cultural em uma área de proteção ambiental, um desafio ainda em construção.

## REFERÊNCIAS

BRASÍLIA. **Decreto-Lei nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.** Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. 2002. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 03 de jul. 2014.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009.** Estabelece a chancela da paisagem cultural brasileira. Brasília: Presidência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2009. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 02 de fev. 2014.

CARELLI, Mariluci Neis e MENEGASSO, Maria Ester. Patrimônio ambiental: discussão de pressupostos sob a ótica da ecologia política. *In*: LAMAS, Nadja de Carvalho e MORAES, Taiza Mara Rauen. **(Pro) Posições Culturais**. Joinville: Univille, 2010. p. 139-164.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1998.

COELHO, Ilanil; GREIN, Gustavo. Patrimônio e identificações culturais: consumos contemporâneos. **II CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades**. Belo Horizonte, 08 a 11 de outubro de 2013. Disponível em: <[www.2coninter.com.br/artigos/pdf/450.pdf](http://www.2coninter.com.br/artigos/pdf/450.pdf) > Acesso em: 15 fev. 2014.

FIKER, Carlos. **História de Joinville: crônica da Colônia Dona Francisca**. 2 ed. Joinville: Imprensa Ipiranga, 1965.

FINKE, G. **Linking Landscapes**. Exploring the relationships between World Heritage cultural landscapes and IUCN protected areas. Gland, Switzerland: IUCN, 2013.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GOMES, Edvânia Tôres Aguiar. Natureza e cultura – representações na paisagem. *In*: ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato. **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 49-70.

GOULARTI FILHO, Alcides; MORAES, Fábio Farias. A construção dos caminhos da erva-mate em Santa Catarina: combinação e sobreposição de transportes. **Anais do V Encontro de Pós-graduação em História Econômica**. Brasília, 2010.

GREIN, Gustavo. **Olhares contemporâneos sobre a Serra Dona Francisca**. Joinville: Editora Univille, 2012.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e Diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.



HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul/dez, 2006. [cópia digital].

HOLZER, Werther. A Geografia Cultural e a História: uma leitura a partir da obra de David Lowenthal. **Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro, n. 19-20, p. 23-32, 2012.

JOINVILLE. **Decreto-Lei nº 8055, de 15 de março de 1997**. Dispõe sobre a criação de proteção ambiental Serra Dona Francisca, no município de Joinville e dá outras providências. Joinville: Prefeitura Municipal, 1997. Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/a/sc/j/joinville/decreto/1997/805/8055/decreto-n-8055-1997-dispoe-sobre-a-criacao-da-area-de-protecao-ambiental-serra-dona-francisca-no-municipio-de-joinville-e-da-outras-providencias-2013-04-17.html>>. Acesso em: 07 de mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 20.451, de 17 de abril de 2013**. Aprova o plano de manejo da área de proteção ambiental Serra Dona Francisca. Joinville: Prefeitura Municipal, 2013. Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/legislacao-municipal-da-prefeitura-e-camara/4620/leis-de-joinville.html>>. Acesso em: 07 de mar. 2014.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Revista Projeto História**, SP, n. 17, 1998.

MARTINS, Rosana B.; PIMENTA, Margareth C. A. Turismo e preservação da paisagem rural em Joinville. **14º Reencuentro de saberes territoriales latinoamericanos**. Lima, 08 a 12 de abril de 2013. Disponível em: <[http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra\\_Rosana-Margareth.pdf](http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_Rosana-Margareth.pdf)>. Acesso em: 17 fev. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE; SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO; UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJETO; PROJETO DE REVITALIZAÇÃO AMBIENTAL E QUALIFICAÇÃO URBANA EM ÁREAS DAS BACIAS ELEMENTARES DOS RIOS CACHOEIRA, CUBATÃO E PIRAI - VIVA CIDADE. 2012. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Serra Dona Francisca**, Joinville, 78p.

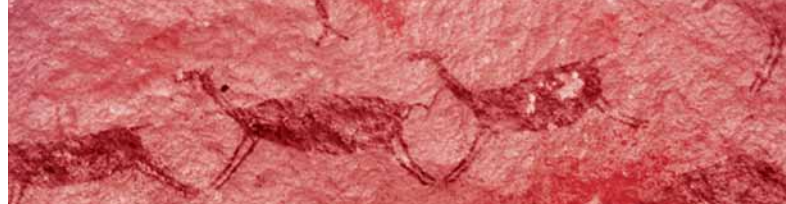
RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

THOMAS, Keith. "Árvores e Flores" in **O homem e o mundo natural: Mudanças de atitude em relação às plantas e os animais (1500-1800)**. São Paulo: Schwarcs, 1989.

#### Sites consultados

<[www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)>. Acesso em: 09 de mai. 2014.

<<http://whc.unesco.org/en/culturallandscape/>>. Acesso em: 9 de mai. 2014.



## A percepção ambiental dos moradores do bairro Espinheiros em relação à Baía da Babitonga

FRANCIELE GIRELLI<sup>1</sup>  
PAULO IVO KOEHNTOPP<sup>2</sup>

**RESUMO:** Os ecossistemas marinhos são um dos principais berçários de vida no planeta Terra. Atualmente, mesmo com o desenvolvimento das atividades econômicas, o ser humano continua utilizando os recursos naturais sem restrições. Esta pesquisa teve como objetivo analisar a percepção ambiental dos indivíduos quanto à ação antrópica do município de Joinville/SC com resultante negativo para a Baía da Babitonga. Para os moradores do bairro Espinheiros que diariamente convivem com seu meio ambiente, a percepção ambiental resgata o que cada indivíduo pensa e/ou reage com seu meio, neste caso, com a Baía da Babitonga. A pesquisa realizada por meio de entrevistas apresentou uma diversidade de resultados. Analisando-se as respostas, estas demonstraram que os moradores relacionam significados para o objeto de estudo conforme as atividades econômicas que são desenvolvidas no bairro; também os entrevistados apresentam-se favoráveis à preservação ambiental da Baía da Babitonga, sendo que alguns não conseguiam justificar o porquê. Já quanto aos problemas ambientais que degradam a Baía da Babitonga, os efluentes domésticos e industriais foram muito citados e o saneamento é a proposta para a mudança desta realidade para os entrevistados, os quais contribuem com um pequeno gesto, como reciclar e jogar o “lixo no lixo” no quesito auxílio na preservação da Baía da Babitonga. A conscientização por meio da educação ambiental é apontada por muitos moradores como uma solução para a melhoria do estado atual e de longo prazo da Baía da Babitonga.

**PALAVRAS-CHAVE:** Baía da Babitonga; percepção ambiental; educação ambiental.

**ABSTRACT:** Marine ecosystems are providers of life on planet Earth. Even with the development of economic activities, the human being continues to benefit from natural resources without restrictions. This research aimed to analyze the individuals environmental perception about human action in the city of Joinville / SC as negative resulting for the Babitonga Bay. For residents of the Espinheiros neighborhood, who live daily with the local nature, environmental awareness rescues what each individual thinks and / or react to their environment, in this case with Babitonga Bay. The research conducted through interviews, presented a variety of results. Analyzing the answers, they showed that residents associate meanings to the object of study according to economic activities that are developed around. Also, interviewed people revealed that they agree with Babitonga preservation, even some of them could not explain why. However, about the environmental problems that degrade Babitonga Bay, domestic and industrial effluents were constantly cited and sanitation is a proposal to change this reality, according to the opinion of those who contribute doing little gestures like recycling and throwing the “garbage in garbage”, on the question helping to preserve Babitonga. The awareness through environmental education is pointed out by many people as short and long term solution.

**KEYWORDS:** Babitonga Bay; environmental awareness; environmental education.

<sup>1</sup> Mestranda em Patrimônio Cultural e Sociedade-Univille.

<sup>2</sup> Docente do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade-Univille.

## INTRODUÇÃO

Entre todos os animais que habitam este planeta, um deles diferenciou-se dos demais – o Ser Humano. Esta diferença pode ser mensurada pelo uso de instrumentos e tecnologias muito comum entre os humanos porém inexistente entre os demais, que propiciou um desenvolvimento aliado a um processo de industrialização do planeta. Este ser humano fez uso de seu ambiente de forma que sua percepção ambiental é de exclusiva “utilidade” para sua sobrevivência em detrimento aos outros animais. Neste contexto, o crescimento industrial do município de Joinville/SC, conseqüentemente de seu espaço urbano, ocasionou a atração de milhares de pessoas que constituíram a mão de obra para as fábricas; logo, o surgimento de diversos loteamentos catalizadores de problemas ambientais no município. Na porção leste da região de estudo, encontra-se a Baía da Babitonga que constitui-se em um ecossistema de manguezal frágil, composto de aspectos físicos que apresentam sinais de degradação ambiental, muito provavelmente resultante deste crescimento urbano e industrial do município de Joinville/SC.

Reconhecer esta lógica consiste em interpretar a relação homem-natureza por meio da percepção ambiental que se pode entender “como um processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que se dá por meio de mecanismos perceptivos propriamente ditos e, principalmente, cognitivos”, segundo o autor Vicente Del Rio, que trabalha a percepção ambiental nas cidades juntamente com projetos revitalizadores.

Neste trabalho, resgata-se a preocupação com os ecossistemas marinhos, uma vez que o bairro Espinheiros localiza-se numa ilha que fica “no início” da baía, logo, influencia e sofre influência direta deste ecossistema. Pretende-se construir uma problemática acerca do que se espera futuramente da região, pois é a população que se beneficia de maneira direta ou indireta da Baía da Babitonga, sendo que as pequenas ações do presente podem impactar de forma negativa ou positiva no futuro, restando a estes indivíduos tomarem a iniciativa da participação popular em decisões que os envolvam. É pensando desta maneira que surgiu esta proposta de pesquisa, sobre o que o ser humano fez e faz em seu entorno, de forma que esta análise busque sensibilizar e angariar adeptos da sociedade, instituições e organizações para que haja uma proliferação desta consciência de cidadania completa: contribuir, reconhecer problemas e saber como solucioná-los.

A fim de se obter a análise de percepção ambiental nos indivíduos, foi necessário elaborar um questionário de seis (06) perguntas subjetivas sobre a Baía da Babitonga, para que as respostas fornecidas não fossem induzidas, como ocorre em questionários objetivos, além de se obter fidedignidade à percepção ambiental dos indivíduos e à pesquisa realizada. Realizaram-se diversas entrevistas orais mescladas com conversas informais em toda a região do bairro Espinheiros, de forma a adquirir um público heterogêneo para discussão dos resultados ao final da pesquisa.

## DESENVOLVIMENTO

### A expansão urbana do município de Joinville

O espaço é um conceito muito discutido no meio científico, como objeto de estudo da Geografia. Segundo o geógrafo Milton Santos (1980, p.119), “O espaço geográfico é a natureza modificada pelo homem através do seu trabalho”. Sendo este espaço um produto da modificação exercida pelo ser humano e para entender o espaço urbano é necessário analisá-lo, isto é, estudar onde ocorrem as atividades econômicas e sociais. O espaço urbano de Joinville, conforme Santana (1998, p.49), foi condicionado à expansão industrial “o crescimento da cidade de Joinville, em termos espaciais, está diretamente vinculado à expansão da base econômica – industrial, que trouxe consigo o crescimento populacional”.

Entre os anos de 1945 a 1964, iniciou-se, de fato, a industrialização brasileira com desenvolvimento da indústria de base. Segundo Arruda e Piletti (1995, p.319), “ o Brasil passou a produzir chapa de ferro, folha-de-flandres e chapa de aço, necessárias para o funcionamento de outras indústrias (...) “e juntamente o Brasil teve uma crescente expansão urbana em diversos municípios brasileiros devido ao crescimento industrial como ainda afirma Arruda e Piletti (1995, p.320):

O progresso industrial que se seguiu ao fim da Segunda Guerra Mundial limitou-se ao sudeste, nas outras regiões continuavam predominando as atividades econômicas tradicionais. A consequência foi o aumento das correntes migratórias, principalmente do nordeste para o sudeste e do campo para a cidade.

Neste período sua população praticamente duplicou. Empresas como a Tupy, Consul e Hansen se consolidaram em nível nacional e, conseqüentemente, atraíram milhares de pessoas em busca de emprego. Essas pessoas que aqui chegaram, muitas vezes se instalavam em loteamentos populares ou em locais impróprios, como os manguezais e morros, causando impactos ambientais e sociais.

A Fundação Tupy que se empreendeu no local onde hoje é o Shopping Mueller, no centro da cidade, mudou-se, em 1945, para uma vasta área de manguezal nas margens da Lagoa do Saguçu no bairro Boa Vista. Devido a essa expansão e, conseqüentemente, ao seu crescimento industrial, a Tupy foi uma das empresas responsáveis pela expansão urbana da região leste do município de Joinville, o que propiciou o surgimento de vários bairros, entre eles o bairro Espinheiros.

### *O bairro Espinheiros*

O Bairro Espinheiros é conhecido também como “a ilha dos Espinheiros” (figura 01) devido a sua condição natural: cercada pela Lagoa do Saguçu, Lagoa do Varador, Baía da Babbitonga e pelo canal por onde escoa o rio Guaxanduva e Comprido. Anteriormente, este bairro era uma região pertencente ao bairro Boa Vista, e que a partir de 1997 passou a ser constituído como bairro (Data de Criação: Lei Complementar nº 54 de 18/12/97). De acordo com IPPUJ (2013), o bairro Espinheiros possui uma população estimada de 8.851 habitantes, os quais se distribuem numa área de 2,74 km<sup>2</sup>.

Figura 1: Bairro Espinheiros envolto por manguezais



Fonte: Imagem do Google, 2014

A ocupação territorial do bairro efetivou-se a partir da industrialização da cidade, até o final da década de 1990, pois muitas famílias que moravam no interior do estado de Santa Catarina e do Paraná foram atraídas principalmente pela Fundação Tupy, que se localiza muito próximo do bairro. Os primeiros lotes foram criados sem que as autoridades municipais tivessem percebido a transferência das terras da União para particulares. Estes lotes foram projetos populares chamados de loteamentos que, na verdade, não passavam de um simples lote banhado em área de risco, isto

é, terras alagadas sem infraestrutura necessária para moradia. Alguns moradores que não tinham condições financeiras para adquirir um lote invadiam o manguezal construindo suas palafitas. Mais agravante que a falta de infraestrutura é o problema que a urbanização dos manguezais causaram ao próprio ambiente, como o desmatamento e o aterro da área, (sufocando a fauna que ali habita e diminuindo a área para procriação das espécies). Não bastando a ocupação, os moradores não instruídos jogavam e ainda jogam seus resíduos domésticos nas áreas remanescentes de manguezais, sendo lá encontrados plásticos, restos de construções, sofás, fogões, pneus, ferro, garrafas de vidro, roupas, animais mortos, etc., perturbando a proliferação da fauna e flora estuarina. Aliada a estes resíduos visíveis, há também os efluentes domésticos que, devido à falta de tratamento sanitário na cidade de Joinville, chegam à Baía da Babitonga por meio da bacia hidrográfica do rio Cachoeira. Por outro lado, os efluentes do bairro, pelo fato de a instalação da ETE- Espinheiros ainda não apresentar pleno funcionamento, deságuam na Lagoa do Saguaçu, contribuindo para a degradação dos manguezais da região e comprometendo o ecossistema desta baía. Atualmente o bairro está em plena expansão, pois surgiram novos loteamentos como o Moinho dos Ventos II e o Mar Azul, que utilizaram como marketing a beleza da Baía da Babitonga e o Barco Príncipe de Joinville como atrativos turísticos e de qualidade de vida.

### *A Baía da Babitonga*

A Baía da Babitonga localiza-se no sul do Brasil, na região nordeste do estado de Santa Catarina, onde os municípios de Joinville, São Francisco do Sul, Araquari, Barra do Sul, Itapoá e Garuva estão inseridos no seu entorno. Com uma abrangência de 153,7 km<sup>2</sup> possui águas calmas cuja característica principal é a de sistema estuarino. Conforme FATMA (2002, p.113), “estuário é um corpo de água restrito onde ocorrem complexos processos de mistura de água doce proveniente da drenagem continental e a água marinha”. É um sistema que permite a formação de vastas áreas de manguezais ricos em sedimentos orgânicos e minerais provenientes das bacias hidrográficas da região, que contribuem para a diversificação de espécies marinhas na Baía da Babitonga e arredores. O complexo hídrico da Baía da Babitonga recebe águas continentais de maneira mais expressiva por meio dos rios das bacias hidrográficas: Cubatão, Cachoeira, Palmital e Parati (município de Araquari). O maior destaque entre as bacias é a do Rio Cachoeira, que se apresenta inteiramente urbana com suas nascentes localizadas aproximadamente no bairro Costa e Silva e com sua foz na Lagoa do Saguaçu, no bairro Boa Vista/Espinheiros. Vale ressaltar que, além destes afluentes, outros rios que compõem as pequenas bacias do Leste, como o Rio Comprido e Guaxanduva, possuem suas nascentes nos Morros do Iririú e Boa Vista, que também deságuam na Lagoa do Saguaçu. O problema agrava quando se constata presença elevada de resíduos fecais e industriais nos rios que deságuam na Baía da Babitonga. Segundo PMJ/DT Consultores(1991, p.179), “a matéria orgânica, os nutrientes e bactérias fecais são os de maior relevância em relação a deterioração das condições sanitárias das águas do complexo do Rio Cachoeira/Lagoa Saguaçu”. O estudo descreve ainda que “as evidências de descargas, por algumas indústrias, de metais pesados sejam significativas não foram registradas concentrações excessivas na água em geral, provavelmente em decorrência de processos de sedimentação acelerada” que ocasiona preocupação na qualidade ambiental deste recurso natural.

### *Percepção ambiental*

Com o desenvolvimento do pensamento geográfico, a Geografia teve diversas correntes que mudaram os pensamentos acerca de sua epistemologia. Dentre estas, na geografia humanística inseriu-se o conceito de percepção ambiental, o qual teve contribuições da psicologia e da psicologia social, como afirma Santos (1990). As pesquisas pioneiras com estudos realizados na década de 1960, abordavam as ocupações humanas em ambientes sujeitos a riscos naturais, especialmente as inundações, realizando portanto, pesquisas com as populações destes locais de acordo com Vieira (1999). Se analisarmos superficialmente a palavra percepção, no dicionário Aurélio (1993, p.416), consta como “ato, efeito ou faculdade de perceber”. Já a palavra ambiental remete-nos a Meio Ambiente; logo,

pode-se atribuir o significado simplório de perceber o meio ambiente. De maneira mais conceitual, percepção ambiental é, segundo Del Rio (1999, p.04), “como um processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que se dá através de mecanismos perceptivos propriamente ditos e, principalmente, cognitivos”, isto é, todo o conhecimento agregado de um indivíduo – adquirido por meio de sensações, valores afetivos e culturais – sobre um ambiente.

Estes valores afetivos com o meio ambiente também são conhecidos sob o termo Topofilia que, segundo Tuan (1980, p.05), “é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”, ou seja, é um conjunto de sentimentos ligado à paisagem, ao lugar. Mas o que ocorre é que cada indivíduo possui uma percepção ambiental que difere dos demais, como afirma Santos (1990, p.67), “(...) cada indivíduo tem uma maneira específica de apreender o espaço, mas também de o avaliar”, afinal cada pessoa tem uma “preferência ambiental” que pode ser discordante das demais. Mesmo assim, embora essas percepções sejam subjetivas para cada indivíduo, admite-se que existam recorrências comuns, seja em relação às percepções e imagens, seja em relação às condutas possíveis” segundo Del Rio (1999, p.04). Nessas recorrências comuns, geralmente podem-se assimilar as informações obtidas por meio de meios de comunicação, conversas informais sobre o assunto ou até mesmo a convivência com tal.

Já a “preferência ambiental” seria algo ligado à cultura pessoal. Tuan (1980, p.68) afirma que “para compreender a preferência ambiental de uma pessoa, necessitaríamos examinar sua herança biológica, criação, educação, trabalho e arredores físicos”. De certa forma, a “preferência ambiental” pode resultar em influências positivas ou negativas nos ambientes. Muitos dos aspectos positivos podem resultar num trabalho de educação ambiental realizado pelas escolas, comunidades e governo, juntamente com a trilogia: ver, julgar e agir. Já os aspectos negativos geralmente resultam em ações destrutivas ao meio ambiente ou até mesmo em ações despercebidas pelos indivíduos, como afirma Heimstra (1978, p.153), “as características do ambiente, percebidas por uma pessoa como desejáveis ou indesejáveis, dependerão em grau considerável, portanto, do impacto do ambiente geográfico sobre suas atividades e meio de vida”. Esta afirmação faz-nos refletir acerca da situação socioeconômica do indivíduo, o agente transformador do espaço.

Devido a este fator, de indivíduo agente transformador do espaço, é que os estudos de percepção ambiental servem como um instrumento para análise espacial, uma vez que os resultados obtidos refletem o conhecimento, a ação, o sentimento atribuído pelos indivíduos perante um objeto de estudo. Desta forma, direcionam-se os estudos de análise espacial para cogitar a participação popular, ou seja, respeitando as opiniões e o conhecimento empírico dos indivíduos que residem no local de estudo.

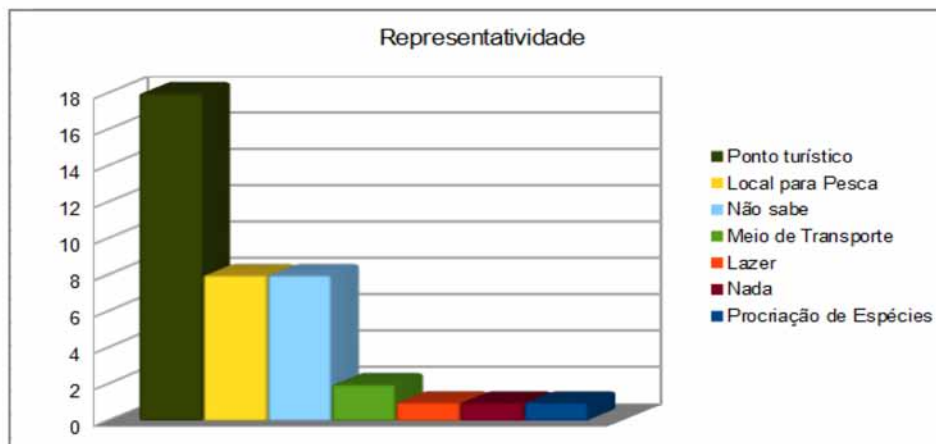
## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa de percepção ambiental é de fundamental importância para o meio ambiente, uma vez que para realizá-la é necessária a participação da população inserida no contexto a ser estudado. Existem diversas formas de se buscar resultados, e uma destas é a entrevista direta. Nesta pesquisa, 30 (trinta) pessoas moradoras do bairro Espinheiros foram entrevistadas.

### A Representação da Baía da Babitonga para Joinville

A pergunta sobre representação é no sentido de buscar um significado que os entrevistados atribuem para a Baía da Babitonga. Na pesquisa realizada, demonstra-se que os entrevistados concederam um valor econômico, pois 44% considerou a Baía da Babitonga um ponto turístico para Joinville, enquanto que 19% consideram um local para pesca (Gráfico 1). Nota-se também que 20% responderam que não sabem, ou não entenderam a pergunta. No caso do não entendimento da pergunta, a proponente reelaborou-a para que houvesse entendimento. Apenas 3% consideraram a beleza da Babitonga associando à conceituação de meio ambiente - “É uma coisa boa, uma beleza”. Outra resposta obtida, de 3%, foi que a Babitonga não representa nada - “Nada porque não se dá valor à Baía” sendo que o entrevistado demonstrou indignação com o poder público pelo abandono do local onde ocorria a entrevista (ponto de saída do Barco Príncipe de Joinville) e para com a Baía da Babitonga.

Gráfico 1: O que representa a Baía da Babitonga para Joinville

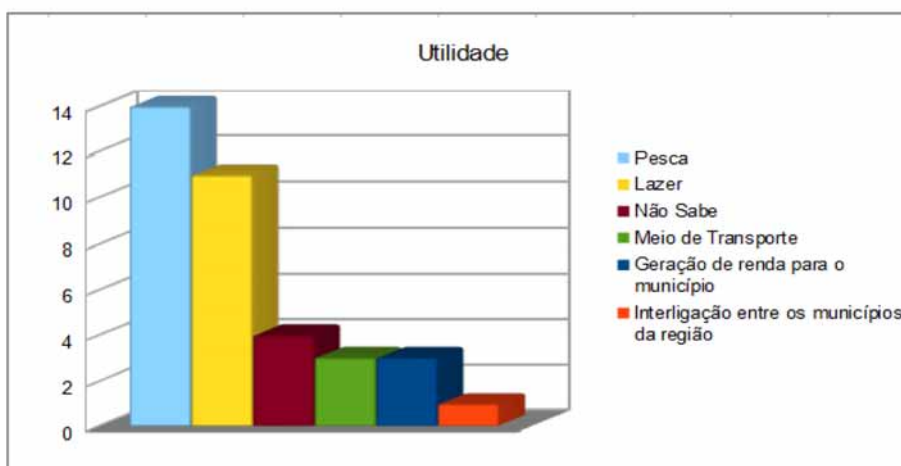


Elaborado pela autora (2014)

### Utilidade da Baía da Babitonga

Utilidade remete-se ao pensamento de: para que serve? Especialmente porque a palavra útil é estreitamente ligada a proporcionar vantagem a algo; neste caso, considerando a vantagem econômica e também ambiental. Entre os entrevistados, 34% consideraram a Baía da Babitonga um local para a pesca, sendo comentada a importância da sobrevivência econômica para os pescadores da região (Gráfico 2). Outra resposta, correspondente a 10% e citada juntamente com a anterior, foi sobre que a Baía é um local de procriação de espécies. O Meio de transporte representou apenas 8%, e a utilidade como interligação entre os municípios representou 3%, sendo que o proprietário do Barco Príncipe foi quem enfatizou a importância de Joinville possuir seu porto marítimo para desenvolver o turismo náutico. O lazer foi muito citado por 27% dos entrevistados, principalmente pelos moradores que demonstraram “curtir” a paisagem marítima existente no bairro. A pesca, atividade constante no estuário da Babitonga, local de procriação de espécies, a navegação e o lazer relacionados pelos entrevistados apresentam-se como atividades ligadas à conservação ambiental da Baía da Babitonga. Mesmo que os moradores não tenham demonstrado essa “preocupação”, deve-se considerar a conservação ambiental da Baía, pois a degradação desta acarretará o esgotamento destes recursos e, conseqüentemente, a Baía da Babitonga não apresentará sua “utilidade ambiental” referida pelos moradores.

Gráfico 2: Qual utilidade da Baía da Babitonga

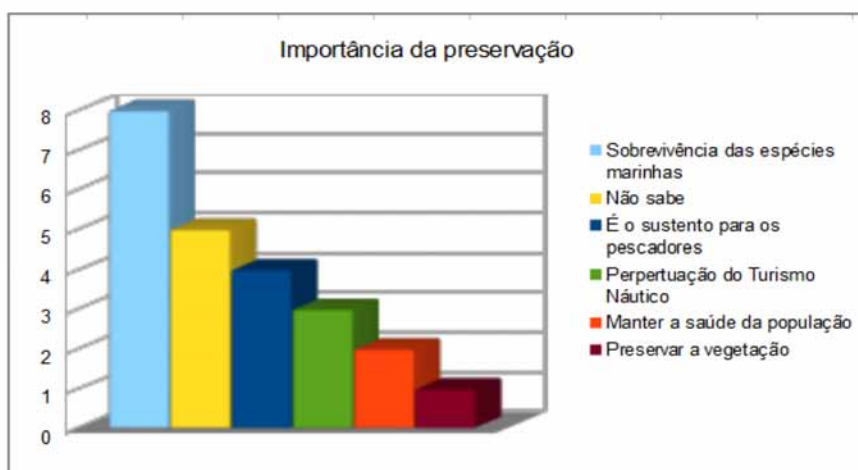


Elaborado pela autora (2014)

### Importância de Preservar a Baía da Babitonga

Esta pergunta foi idealizada para se obter o grau de indução que a palavra preservar causa nos entrevistados, como também saber o motivo que os indivíduos indicam para preservar a baía. Quando perguntado sobre a *importância de preservar*, os entrevistados respondiam de imediato que sim, claro, com certeza, afirmando sua posição favorável à preservação ambiental. Mas quando perguntado *Por que é importante*, 16% não conseguiam responder (Gráfico 3). Outros entrevistados, que correspondem a 25%, principalmente os pescadores, enfatizavam a sobrevivência das espécies marinhas, pois é o meio de sobrevivência para atividade pesqueira. Dos entrevistados, 13% alegaram que é importante preservar a Baía para que a população tenha saúde, por exemplo, ao consumir frutos do mar. Outros entrevistados, representando 28%, justificaram que se deve preservar porque é meio ambiente, ou seja, não conseguiram buscar um motivo para esta resposta. Nota-se como a palavra meio ambiente exerce influência, de certa forma, positiva, mas o significado de meio ambiente está “vazio”, isto é, entende-se que para estes entrevistados o meio ambiente é só o “verde” e eles não se sentem parte deste meio ambiente. Segundo Musa (2005, p.03), “(...) há uma tendência em coincidir ambiente com o que é natural ou verde”.

Gráfico 3: Por que é importante preservar a Baía da Babitonga



Elaborada pela autora (2014)

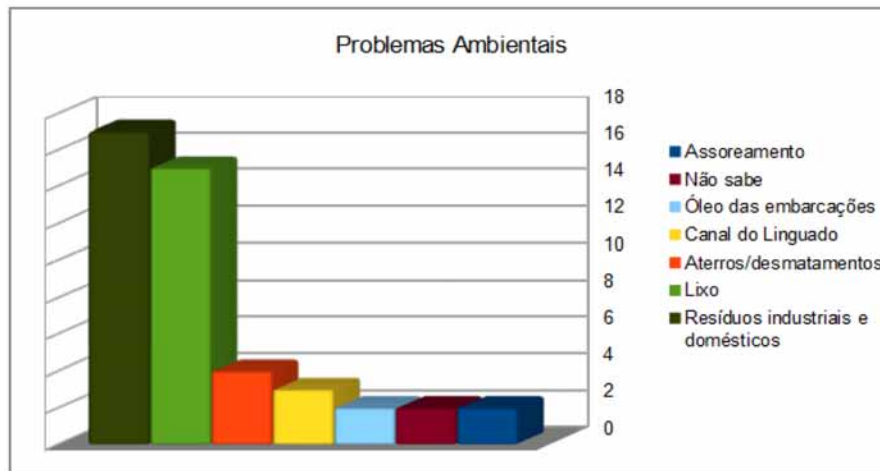
### Problemas ambientais que degradam a Baía da Babitonga

Os moradores conhecem seu entorno? Seu município? Com base nesta reflexão, é que se elaborou esta pergunta sobre os problemas ambientais na Baía da Babitonga, para analisar o nível de conhecimento que os moradores têm sobre a mesma.

Analisando o gráfico 04, percebe-se que 37% dos entrevistados responderam que os resíduos domésticos e industriais são o grande problema para a Baía, sendo que logo em seguida, com 33% das respostas, vem o problema dos resíduos domésticos (lixo), que foi muito criticado pelos entrevistados quanto à ação de moradores do bairro: “não custa colocar o lixo para o caminhão pegar?”. Ainda se encontram (apesar de o caminhão de coleta passar três vezes por semana) resíduos jogados na vegetação de manguezal ou em terrenos baldios. Outro importante fator que contribui para a degradação da Babitonga é o fechamento do Canal do Linguado –citado por 7% , principalmente por pescadores, que se mostraram indignados com a “evolução desastrosa” para a baía da Babitonga se o canal não for imediatamente aberto.



Gráfico 4: Problemas ambientais que degradam a Baía da Babitonga



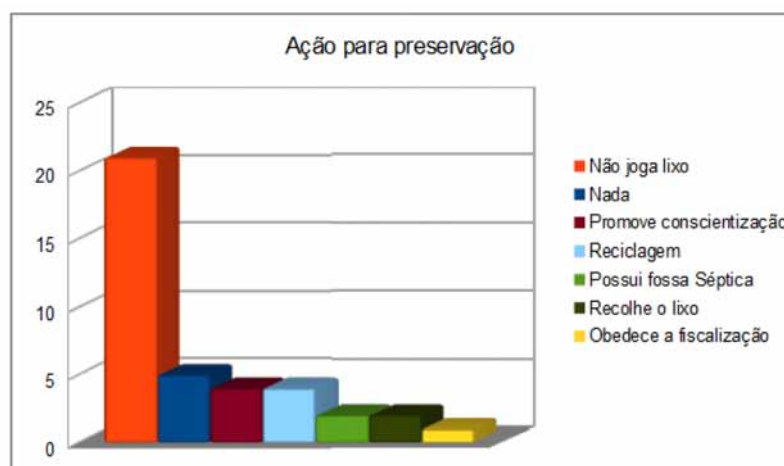
Elaborado pela autora (2014)

### O que você faz para preservar a Baía da Babitonga

Nesta pergunta que finaliza o questionário, faz-se uma referência à ação do entrevistado perante o seu meio ambiente. Entre os entrevistados, 52% responderam que “não jogam lixo no chão e nem no mato”, mas apenas 10% realizam a separação dos resíduos domésticos (Gráfico 5). Convém lembrar que “jogar lixo no lixo” é um ato de cidadania já enraizada na sociedade. Das entrevistas realizadas, 12% responderam que nada fazem para preservar a Babitonga, pois relacionaram a ação direta no ambiente e não de forma indireta como as respostas obtidas anteriormente. Das respostas, 5% afirmam que recolhem o lixo, isto é, são pescadores que encontram lixo nas redes e o trazem quando possível. “É tanto lixo que não dá pra trazer no barco”, diz seu João-pescador há mais de 50 anos-, como também afirma já ter recolhido em sua rede um fogão de cozinha!

Analisando as respostas, de modo geral, estas foram positivas. Mas o que preocupa é se aquelas fornecidas pelos entrevistados informam realmente seu agir ou como acham que deve ser correto agir perante o pesquisador (de certa forma para “agradá-lo”), demonstrando sua postura cidadão perante ao meio ambiente. Como afirma Vieira (2004) “os questionários identificam os que as pessoas pensam e não necessariamente o que fazem” e é o que será sempre uma dúvida para pesquisadores que trabalham com temas ambientais.

Gráfico 5: O que você faz para preservar a Baía da Babitonga



Elaborado pela autora (2014)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A humanidade, por meio de seu desenvolvimento, está em constante transformação, ora beneficiando uns ora agredindo outros. Nesse contexto, pode-se refletir acerca da expansão urbana das cidades: cresce-se para atender necessidades do capital, o que muitas vezes acaba por afetar negativamente o meio ambiente local e, conseqüentemente, a vida do ser humano que nele vive.

O município de Joinville/SC também experimentou a fase de evolução urbana entre as décadas de 1970 a 1990. Diante disso, houve grandes mudanças, ocasionadas pelas indústrias de atuação nacional e até internacional, o que atraiu milhares de pessoas em busca do emprego na ‘cidade’. Na região leste do município, tem-se a formação de bairros que surgiram devido a este fato, mas que, em consequência da falta de infraestrutura para receber a demanda populacional, o município apresentou diversos agravantes ambientais, reflexo desta expansão urbana. A região do bairro Espinheiros apresenta o ecossistema de manguezal, encontrando-se uma ligação com Baía da Babitonga através da Lagoa do Saguauçu, que apresenta sinais de degradação ambiental devido ao maior crescimento da cidade e de seu entorno.

Para os moradores do bairro Espinheiros que diariamente convivem com seu meio ambiente, a percepção ambiental resgata justamente o que cada indivíduo pensa e/ou reage com seu meio ambiente, neste caso, com a Baía da Babitonga. A pesquisa realizada por meio de entrevistas diretas, analisando-se as respostas obtidas durante a mesma, demonstraram que os moradores relacionavam significados para a Baía da Babitonga conforme as atividades econômicas que se desenvolvem no bairro, como a pesca, turismo e o lazer, ou seja, atividades cotidianas e vivenciadas pelos moradores. Obtiveram-se também respostas que relacionamos como verdadeiro significado ambiental, a exemplo, a Baía da Babitonga sendo um local de procriação de espécies marinhas e um local de grande beleza. Assim, é possível afirmar que estes indivíduos que responderam desta maneira possuem uma percepção ambiental “mais aguçada” que os demais, pois perceberam-na como um todo, e não somente como Lagoa do Saguauçu, caso que ocorreu com alguns entrevistados, que apresentaram dificuldades de “percepção espacial”, isto é, localização do objeto de estudo.

Destaca-se também, que os entrevistados respondiam de maneira imediata e de forma positiva quanto à preservação da Baía da Babitonga, notando-se que a palavra preservação causava concordância na pergunta elaborada e induzia-os a respostas afirmativas. Mas quando perguntado por que é importante a preservação, poucos entrevistados justificaram a resposta, enquanto que outros comentaram que é importante “porque a Babitonga é meio ambiente”, ou seja, desde que seja “verde” é importante preservar. Nota-se que estes entrevistados responderam desta maneira porque não se sentem inseridos no meio ambiente ou ainda não compreendem seu real significado, portanto, a educação ambiental ainda não foi plena para estes entrevistados. A análise para se verificar o conhecimento dos entrevistados acerca dos problemas ambientais que degradam a Baía da Babitonga apresentou-se de forma satisfatória, pois as respostas condizem com a realidade existente, como a falta de tratamento adequado de resíduos domésticos e industriais que sempre levam à tona questões de saúde pública e também causam vergonha nacional quando divulgados que o estado de Santa Catarina está num *ranking* dos piores em saneamento básico, ou ainda, que a maior cidade deste estado, Joinville, possui apenas 15% das residências ligadas às estações de tratamento de efluentes. Quanto à ação dos entrevistados para com seu meio ambiente na pergunta *o que você faz para preservar a Baía da Babitonga*, conforme as respostas, os entrevistados relacionaram-na com seu meio social, isto é, com seu ambiente, por meio de “pequenas ações” cotidianas, como “jogar o lixo no lixo”, mas que num conjunto faz toda a diferença, compreendendo-se que estes indivíduos se sentem inseridos no seu meio ambiente.

Se a intenção do governo municipal é de revitalização da região leste deste município, onde o bairro Espinheiros será a “Porta do Mar” da Baía da Babitonga, espera-se, como cidadãos conscientes do papel da educação ambiental e de pesquisas de percepção ambiental, que estes projetos sejam sim realizados, pois trarão benefícios às populações ali residentes. Mais ainda: esperam-se medidas simples como cumprimento da lei e estabelecimento de medidas preventivas de conservação ambiental da Baía da Babitonga, pois de nada valerá um projeto ambiental e turístico que não

considere caminhos “preventivos” como a educação ambiental, rigor nas fiscalizações, saneamento ambiental e entre outros, que evitarão a contínua degradação ambiental, pois se esta continuar a prevalecer, correremos o risco de ter um ambiente que, além de não trazer benefícios às populações locais, desperdiçará uma bela paisagem natural.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, José Jobson; PILETTI, Nelson. *Toda a história : história geral e história do Brasil*. São Paulo :Ática,1997.

ASSOCIAÇÃO DE PRESERVAÇÃO E EQUILÍBRIO DO MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA – APREMA. **Relatório de Impactos Ambientais no Ecossistema Estuarino do Canal do Linguado**. Joinville,1986.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo:Ática, 2002.

CORREA, Roseana Maria; ROSA, Terezinha Fernandes da. **História dos Bairros de Joinville**. Joinville: Arquivo Histórico de Joinville, 1992.DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Lívia de. **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

FICKER, Carlos. **História de Joinville: crônicas da colônia Dona Francisca** Joinville: Ipiranga, 1965.

FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA; **Atlas ambiental da região de Joinville: complexo hídrico da Baía da Babitonga**./ Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina; coordenação de Joachim L.W. Knie. Florianópolis: FATMA/GTZ, 2002.

HEIMSTRA, Norman Wesley. **Psicologia Ambiental**.São Paulo : EPU 1978

IPPUJ- Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville. **Joinville Cidade em Dados**. Prefeitura Municipal de Joinville,2013.

MUSA, Cristiane Inês. **Percepção Ambiental na comunidade Araranguá-Blumenau-SC**.Dissertação de Mestrado. FURB. Blumenau, 2005.

NIEHUES,Valdete Daufemback. **A institucionalização da ocupação das área de mangue em Joinville**. Monografia. (Especialização em História) Univalli. Itajaí, 1993.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE/DT CONSULTORES. **EIA/ RIMA das Obras de dragagem do complexo estuarino do rio Cachoeira e Lagoa Saguacu**. Joinville, 1991.

ROCHA, Isa de Oliveira. **Industrialização de Joinville-SC: da gênese às Exportações**. Florianópolis: UFSC,1997.

RODRIGUES, Ana Maria Torres. **Diagnostico Sócio-Econômico e a Percepção Ambiental das Comunidades Pesqueiras Artesanais do entorno da Baía da Babitonga(SC): Um Subsídio ao Gerenciamento Costeiro**. Dissertação de Mestrado. UFSC. Florianópolis,2000.

RODRIGUES,Sérgio de Almeida. **Destruição e equilíbrio: o homem e o meio ambiente no espaço e no tempo**. São Paulo: Atual,1989.

SANTANA, Naum Alves de. **A produção do espaço urbano e os loteamentos na cidade de Joinville (SC) – 1949/1996**. Dissertação de mestrado. UFSC. Florianópolis, 1998.

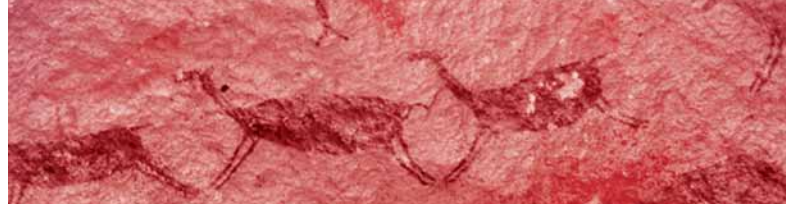
SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1980.

TERNES, Apolinário. **A economia de Joinville no século 20**. Joinville: Editora Letradaagua, 2002.

\_\_\_\_\_. **Joinville: 150 anos**. Joinville: Letradágua, 2001.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

VIEIRA, Rafaela. **Um olhar sobre a paisagem e o lugar como expressão do comportamento frente ao risco do deslizamento**. Tese (Doutorado em Geografia)- Centro de Filosofia e Ciências Humanas. UFSC. Florianópolis, 2004.



## O patrimônio e a territorialização do rural em Joinville

GUSTAVO GREIN<sup>1</sup>

ILANIL COELHO<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este texto tem como objetivo discutir como o fenômeno do patrimônio contribui para a construção de territorialidades rurais no município de Joinville (SC), considerando a valorização dos bens naturais e culturais como um movimento crescente no final do século XX, a construção de imaginários sobre o rural a partir de referências culturais construídas historicamente a partir de narrativas veiculadas pela historiografia, bem como a atuação de setores públicos e privados, que apoiados nos discursos que circulam sobre o rural, promovem comercialmente determinados bens culturais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio; memória; Joinville.

### INTRODUÇÃO

Atualmente revela-se uma difusão de práticas pouco conhecidas no meio rural de Joinville até alguns anos atrás: a transformação de pequenas propriedades agrícolas em atrativos voltados ao lazer nos finais de semana, a turistificação de bens naturais e a comercialização de produtos artesanais como bens culturais. Atividades que traduzem novas dinâmicas de apropriação do campo, mobilizadas tanto por produtores, comerciantes e demais residentes, assim como por cidadãos em seus eventuais deslocamentos ao meio rural.

Essas práticas aparecem apoiadas em um padrão de referência em que o sujeito é o imigrante, o tempo é o da segunda metade do século XIX, do início da colonização, e o espaço é o rural, da terra enquanto propriedade familiar e signo do trabalho. Um discurso ancorado em uma construção histórica que remete especialmente a década de 1980, quando narrativas veiculadas através de obras historiográficas, memorialísticas e pela imprensa parecem ter contribuído para a emergência de um olhar comum sobre o rural.

A fim de discutir como o fenômeno do patrimônio contribui para uma territorialização do rural no município de Joinville (SC), tomamos como referência três questões-chave: a primeira diz respeito aos processos que conduziram a uma valorização do ambiente rural e dos elementos históricos, arquitetônicos e paisagísticos a ele relacionados; a segunda com relação as imagens e imaginários construídos sobre o rural a partir de narrativas outrora ventiladas pela historiografia e imprensa; e a terceira remete ao mercado indústria cultural que apoiados nesses discursos que circulam sobre rural, promovem comercialmente objetos, lugares e pessoas.

A reflexão que estamos propondo neste artigo se desdobra de uma questão maior que está sendo desenvolvida no âmbito do projeto de mestrado “Patrimônio e Roteiros Turísticos: um estudo sobre as contemporâneas estratégias de patrimonialização do meio rural de Joinville (1990-2012)”,

<sup>1</sup> Graduado em História e mestrando em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville (Univille). E-mail: gustavo.grein@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e docente do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille). E-mail: ilanilcoelho@gmail.com

junto ao Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville – Univille. Entre as fontes, serão abordadas obras historiográficas e legislações que permitem contextualizar historicamente esse processo que estamos entendendo como uma territorialização do rural em Joinville.

## **SOBRE O RURAL EM JOINVILLE**

As primeiras referências ao rural em Joinville remetem ao século XIX, ainda que antes já fossem conhecidas propriedades rurais de famílias residentes nas adjacências de São Francisco. As referências ao rural de Joinville na historiografia referem-se ao momento de fundação da Colônia Agrícola Dona Francisca, em 1851, quando se tem a organização de um núcleo urbano, constituído por residências, comércios, sede administrativa e uma área distribuída aos imigrantes que se dedicavam a práticas agrícolas.

As atividades agrícolas foram nesse período a principal forma de ocupação da maior parte das famílias, as quais se dedicaram especialmente ao cultivo da cana de açúcar, cereais, tubérculos e à pecuária em pequena escala. A produção de açúcar, farinha, cachaças e cervejas nos engenhos, alambiques e pequenas fábricas instaladas por toda região, também fizeram parte do seu cotidiano já nos primeiros anos, como se pode perceber nos escritos de viajantes europeus como Theodor Rodowicz-Oswiecimsky (1992).

Os produtos advindos da agricultura, bem como os que eram obtidos através de seu beneficiamento nos engenhos, alambiques e pequenas fábricas, eram comercializados entre os próprios moradores como também eram remetidos a outras localidades. Especialmente na região de Pirabeiraba, esse comércio se consolidou com o fluxo de pessoas e carroças que trafegavam entre o litoral e o planalto norte catarinense após a construção da Estrada Dona Francisca durante a segunda metade do século XIX, momento em que o comércio da erva-mate se tornou uma força econômica, favorecendo a instalação de pontos de serviços e comércios ao longo do caminho, tais como oficinas de carroças, serrarias, ferrarias, curtumes, entre outros (S. THIAGO, 1988).

Ternes (1993, p.149) analisa que no início do século XX, ainda que o censo realizado em 1926 indicasse o número de 10.320 habitantes na área urbana, enquanto na área rural viviam 12.989, Joinville já se distanciava dos aspectos da vida colonial que marcara o século anterior, pois a preocupação institucional dos administradores da cidade era a de “disciplinar e organizar a vida urbana”, através da leitura deste autor, se percebe que o rural não partilhava da imagem positiva e progressista que a cidade detinha. Pelo contrário, era vislumbrado como um espaço não urbanizado e símbolo do passado joinvilense.

Nos anos iniciais do século XX, Joinville experimentou um primeiro momento de industrialização e de urbanização, em decorrência da acumulação de capital gerada pelo comércio da erva-mate que favoreceu as atividades comerciais, momento em que a população esteve voltada para o planalto, vislumbrando no trânsito comercial deste produto, ganhos econômicos. No entanto, com o declínio comercial da erva-mate nos anos seguintes e o surgimento de indústrias do setor têxtil e metal mecânico, a população se volta para a cidade, especialmente os jovens que a partir desse momento começam a sair do campo para ocupar postos de trabalho na indústria.

Após a década de 1960 se percebe uma reconfiguração do urbano e do rural, desencadeada por alguns fatores como a industrialização, quando empresas locais tendo alcançado projeção nacional e internacional ampliam sua área de produção, modernizam seus processos, criando uma demanda maior por mão de obra que vai contribuir com outro movimento: crescimento populacional expressivo decorrente da migração de pessoas oriundas de outros municípios brasileiros. Sobre essa questão, os censos demográficos realizados trazem números que ajudam a compreender o impacto desse processo sobre o território, pois se em 1960 a população de Joinville era de 70.687 habitantes, 20 anos depois, em 1980, tinha passado para 223.706 (IPPUJ, 2011, p.44).

No campo, essa reorganização é ainda permeada por outros fatores como a modernização dos processos agrícolas e especulação imobiliária, acentuando o desequilíbrio entre a população urbana e rural. O que se percebe diante desse crescimento populacional e do seu impacto sobre o território

são algumas propostas do poder público a fim de regular essa ocupação, a exemplo do Plano Diretor de 1973 que a fim de conter as ocupações irregulares trouxe uma proposta de ordenamento territorial do município, dispondo sobre as atividades que deveriam caracterizar a ocupação do solo na zona rural e em outras zonas, sinalizadas como de uso estritamente residencial, predominantemente residencial, misto, industrial, especiais e de preservação permanente.

Dentro da zona de preservação permanente foi delimitada uma área como sendo o “Cinturão Verde” de Joinville, que conforme o Art. 35. “[...] tem por finalidade conter a expansão urbana no sentido oeste bem como ser o setor de abastecimento primário do município. Neste setor serão incentivadas atividades hortigranjeiras”. Por essa proposta evidencia-se uma tentativa de conter o crescimento urbano sobre a parte oeste do município e que pode estar relacionado com o fato de ser uma região de encosta de serra, com uma cobertura de mata atlântica e onde se localiza a bacia hidrográfica do Rio Cubatão, responsável pelo abastecimento de água da cidade.

Esse zoneamento não limitou as transformações no meio rural, pois se por um lado o poder público com o Plano Diretor em 1973 assegurou a proteção das áreas agrícolas produtivas, por outro não impediu que os jovens abandonassem essa atividade e fossem para a cidade, seja em busca de opções de trabalho, estudo ou outras aspirações pessoais. Essa evasão do campo, que ocorreu no mesmo momento em que um grande número de migrantes chegava a Joinville, provocou uma disparidade no crescimento entre a população rural e urbana, de modo que o poder público passou a incentivar a manutenção dos jovens no campo pela proposição de algumas fontes alternativas de renda para as famílias.

Uma dessas atividades propostas foi o turismo, o qual teve início na década de 1990 quando algumas famílias residentes na Estrada Bonita (área rural do Distrito de Pirabeiraba) passaram a comercializar produtos agrícolas e artesanais (pães, cucas, geleias) diretamente em suas propriedades. Essa iniciativa, decorrente de uma parceria entre as famílias, a Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), tinha como objetivo ser uma fonte de renda secundária para as famílias, as quais continuariam com suas práticas agrícolas.

Após a experiência na Estrada Bonita, o turismo foi implantando nos anos seguintes em outras áreas rurais do município: Piraí, Dona Francisca, Quiriri e Estrada da Ilha. Todos esses locais passaram a integrar itinerários turísticos divulgados inicialmente pelo órgão gestor do turismo no município, a Fundação Turística de Joinville, por meio de folders e outros materiais que traziam, os produtos artesanais produzidos pelas famílias, as práticas agrícolas, os aspectos paisagísticos das propriedades que poderiam ser visitadas, incluindo a arquitetura das casas, engenhos, alambiques, além das cachoeiras, morros, vales e demais formações geográficas que compunham o meio rural de Joinville.

Essa mudança de perspectiva com relação aos espaços rurais, que alimenta atividade turística, também atrai novos residentes para o campo, de modo que as pequenas propriedades agrícolas dão lugar a chácaras e casas de campo de famílias urbanas que as adquirem e as transformam em espaços de residência ou lazer. Nessa perspectiva, as diferentes modalidades de lazer e turismo e a edificação de segundas residências podem ser entendidas como sinais de uma nova sensibilidade sobre o rural, com sua valorização associada à qualidade de vida e aspirações relativas a natureza.

Diante dessa valorização do ambiente rural e dos elementos a ele relacionados, a segunda questão que se coloca é a da construção de imagens e imaginários (GASTAL, 2005) sobre esse espaço, a partir de narrativas da historiografia e da imprensa que atribuíram ao meio rural determinadas práticas e representações como importantes para o passado de Joinville, podendo ser mencionados: momentos históricos (construção da Estrada Dona Francisca); personagens (o carroceiro, o comerciante, o colono); arquiteturas (pontes, engenhos, alambiques, casas) e elementos da geografia (morros, cachoeiras, vales).

A construção de imagens e imaginários sobre o rural no contexto joinvilense é ainda permeada por outra questão importante, trata-se das etnicidades enquanto legendas culturais atribuídas a produtos, lugares e grupos sociais. Um exemplo dessa construção de imagens sobre o rural se observa nas festividades (Festa do colono, Festa da colheita, Festa do Pato, Festa da Polenta) onde são promovidos pratos culinários alusivos a grupos de imigrantes germânicos e italianos (*Schwarzsauer*, *Kassler*, *Eisbein*, *bockwurst*, polenta, fortaia).

A materialidade dos produtos gastronômicos denota um saber-fazer que está ligado à trajetória de imigrantes na região, assim como os elementos geográficos que costumam ser retratados nos materiais de divulgação da região, parecem ser a tentativa de constituição de um cenário cultural “típico” de Joinville. Nesses locais, em que estruturas industriais e modelos arquitetônicos urbanos estão ausentes, é possível vislumbrar elementos históricos, significativos do que foi Joinville antes da industrialização do século XX e das transformações espaciais decorrentes deste processo sobre o meio rural e o urbano.

Buscando uma melhor compreensão dessas dinâmicas sobre o rural, consideramos o conceito de “multifuncionalidade do território” (CARNEIRO, 2002, p.237), uma vez que sugere que para um entendimento do rural o foco da análise deve ser deslocado para os atores sociais desse processo e no modo como se inserem no território. Nesse sentido, tomando como exemplo o turismo, se os espaços rurais Joinville se tornam territorialidades bem definidas pela veiculação de elementos ancorados em identidades étnicas, as fronteiras simbólicas que o demarcavam são redefinidas ao serem inseridas em um circuito comercial.

Em outros momentos, se o rural em Joinville consistiu em uma categoria espacial que existira somente por oposição ao que não era considerado rural, circunscreveu a esse espaço determinados usos e valores que o diferenciaram do urbano. Na atualidade, a atividade turística, a agricultura familiar, as residências de campo, consistem em práticas de espaço que fazem parte da construção de um rural por indivíduos e grupos que, nas suas permanências e deslocamentos entre o campo e a cidade, constroem suas próprias representações sobre este “território multifuncional”.

As preocupações ambientais e éticas que contribuíram para a valorização dos bens naturais permitiram novos olhares sobre o meio rural no Brasil, mas não somente como espaço onde estão localizados bens naturais a ser protegidos, mas como local que preserva arquiteturas, culinárias, inscrições, monumentos e outros elementos considerados de valor histórico, artístico ou científico. A valorização desses bens foi ao encontro de uma ampliação da noção de patrimônio, percebida em marcos legais importantes como a definição dos conceitos de patrimônio cultural e patrimônio natural durante a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, em 1972.

No Brasil, o conceito de patrimônio histórico vigente desde a década de 1930, quando se propôs o tombamento de bens considerados relevantes para a preservação do que era próprio de uma identidade brasileira, foi ampliado na década de 1970, passando a englobar os bens culturais de natureza material ou imaterial. Tratou-se de uma forma de reconhecimento da diversidade de contextos culturais, de modo a não restringir a proteção aos bens relacionados a uma História Oficial e permitindo tanto a participação do Estado, quanto dos intelectuais e da sociedade civil na decisão dos bens que deveriam ser preservados (FONSECA, 2000, p.115).

Ainda que esses marcadores tenham sido relevantes para o reconhecimento dos bens culturais localizados no meio rural, Peixoto (2002) traz uma abordagem que nos permite uma compreensão sobre a descoberta do patrimônio nos meios rurais. Para o autor, esse processo ocorre em três etapas: primeiro, a produção de um bem como um gesto técnico a fim de responder a demandas cotidianas de determinado momento; segundo, a resignificação desse bem por outros usos além do utilitário para o qual foi inicialmente pensado; e terceiro, a atribuição de uma identidade patrimonial (PEIXOTO, 2002, p.2).

Dentro desse esquema pode-se pensar o meio rural de Joinville através de exemplos como os alambiques, os quais foram construídos a partir do século XIX para a produção de cachaças voltadas ao consumo local e posteriormente de outras vilas. Porém, tanto a edificação (o alambique), como o produto (a cachaça) e o seu modo de produção (artesanal), foram significados como bens culturais. Esse valor cultural atribuído contribui para a transformação do alambique em ponto turístico, da cachaça e do seu processo de fabricação em bens valorizados comercialmente por uma indústria cultural. Mas também adquirem uma identidade patrimonial ao serem relacionados à história de Joinville e da colonização.

Além de edificações, produtos ou técnicas, conforme Peixoto (2002, p.8), a noção de patrimônio permite pensar o território como símbolo identitário de um grupo, onde alambiques, morros, vales, estradas, plantações, casas e outros elementos são resultantes de uma construção social sobre



esse território. Tendo em vista os elementos culturais sinalizados em obras historiográficas como importantes para a história de Joinville, é que podemos pensar, na perspectiva de Peixoto (2002, p.14), na patrimonialização dos territórios rurais como referência a práticas culturais, como símbolo de identidades para grupos e de transmissão patrimonial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final do século XX, os movimentos em torno do rural revelaram uma nova sensibilidade sobre a relação homem e ambiente que incidiu nos debates sobre preservação e conservação do meio ambiente, que ganharam força nas políticas públicas e no meio acadêmico. A preocupação com a qualidade de vida e com o futuro das cidades levou a uma valorização dos bens naturais e culturais que pode ser percebida também com a emergência de novas categorias no campo patrimonial.

Os discursos que circulam sobre rural contribuem para a produção de imagens e imaginários sobre produtos, lugares e modos de fazer, os quais são apropriados por uma indústria cultural que os veicula em rótulos e roteiros. Um exemplo desse processo são os roteiros turísticos produzidos a partir da década de 1990, através dos quais todos os elementos mencionados (geográficos, arquitetônicos, culinários) são circunscritos em uma dada cartografia como um retrato do meio rural de Joinville.

Tendo em vista esses processos, pode-se dizer que um dos problemas das novas territorializações rurais é que elas são sustentadas por ligações pouco nítidas com o rural, pois se dão por meio do estabelecimento de residências de campo e usos turísticos que pouco se comunicam com as dinâmicas locais e são mediadas por imaginários e imagens produzidas sobre esses espaços com base em novas sensibilidades que não mais significam o rural como local arcaico e pouco desejado.

Através da veiculação dos roteiros turísticos pode-se observar discursos sobre os territórios mediados por imagens e imaginários que por vezes não correspondem à realidade local e, dessa perspectiva, não tratando tanto da necessidade de preservação da atividade agrícola, mas de um cenário agrícola que é acionado por uma história rural de Joinville aprazível e supostamente distante. Uma das hipóteses para essa busca por símbolos identitários nos meios rurais por parte dos cidadãos, é que esse movimento ocorreu diante das transformações provocadas pela urbanização em Joinville.

Considerando que propostas como o turismo podem resultar numa alternativa de renda importante para famílias locais, entendemos que o desafio para propostas como a roteirização é superar as generalizações que elas produzem ao instituir territórios idealizados por meio da realocação de práticas e de grupos tidos como essencialmente rurais. Um dos caminhos vislumbrados é a participação dos moradores nesse processo, não como atores sociais, mas como promotores de suas próprias práticas e representações sobre o meio rural.

## REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Maria José. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, Roberto José; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho (Orgs.). **Mundo Rural e Cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio in: IPHAN, **Inventário Nacional de Referências Culturais**: Manual de Aplicação. Brasília: IPHAN/ Minc/ DID. 2000.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE JOINVILLE – IPPUJ (Org.). **Joinville - Cidade em Dados 2010/2011**. Joinville: Prefeitura Municipal, 2011.

GASTAL, Susana. **Turismo, imagens e imaginários**. São Paulo: Aleph, 2005.

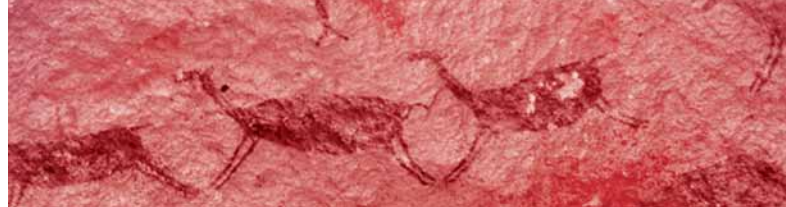
PEIXOTO, Paulo. Os meios rurais e a descoberta do património. **Oficina do Centro de Estudos Sociais**. N.º. 175, Coimbra, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Plano Diretor de Joinville - Lei nº 1262, de 1973**. Joinville, 1973.

RODOWICZ-OSWIECIMSKY, Theodor. **A Colônia Dona Francisca no sul do Brasil**. 1853. Tradução de Júlio Chella. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1992.

S. THIAGO, Raquel. **Coronelismo urbano em Joinville**: o caso de Abdon Batista. Florianópolis: IOESC, 1988.

TERNES, Apolinário. **Joinville**: a construção da cidade. São Bernardo do Campo: Bartira, 1993.



## Entre o “olhar e o admirar” o arquivo: à luz das reflexões do patrimônio e da gestão arquivística

KÁTIA OLIARI DA MOTTA<sup>1</sup>  
LUANA DE CARVALHO SILVA GUSSO<sup>2</sup>

**RESUMO:** Um arquivo, seja ele público ou privado, precisa de uma gestão arquivística que proponha técnicas e metodologias, responsáveis pela preservação e organização da informação. Porém, a partir de uma gestão arquivística sensível e hermeneuta, o arquivista, poderá preservar o saber, para instruir seus olhos à um olhar criterioso e sensível. Percebe-se que as atividades de uma Instituição de Ensino Superior – IES refletem-se nos documentos que ela produz e acumula. E o profissional da informação deve investigar nos registros documentais, a história, a estrutura organizacional e as funções administrativas. Um dos pontos importantes antes de iniciar um trabalho no arquivo, deve-se conhecer a IES objeto de estudo e os documentos produzidos e acumulados, com o conhecimento histórico e sociológico torna-se possível analisar a situação do acervo e identificar o ciclo da informação dos documentos. O objetivo deste trabalho é refletir a partir do cotidiano do trabalho do arquivista, sob um olhar hermeneuta, que viabiliza sua sensibilidade para a preservação dos documentos, administrativos, jurídicos ou de pesquisa. Esse artigo utilizará levantamento bibliográfico e legislação pertinente sobre o assunto que se propõe escrever. O resultado do estudo é promover a reflexão acerca da necessidade, desse profissional arquivista, que busca a eficácia administrativa e a preservação da Memória, unindo a teoria à prática, sob um olhar arquivista hermeneuta e sensível.

**PALAVRAS-CHAVE:** arquivista; preservação; informação.

### INTRODUÇÃO

Os arquivos podem ajudar com a construção da memória, na medida em que os documentos sejam organizados para instrumentalizar essa ou outras possibilidades de uma pesquisa. Um arquivo, seja ele público ou privado, pode ser pensando segundo a episteme clássica, “Foucaultiana”, precisa de uma gestão arquivística que a partir das contribuições de Foucault, em especial suas reflexões sobre as epistemes que compõem as relações possíveis em as “Palavras e as Coisas”. Segundo Foucault, a episteme clássica pode contribuir com uma gestão arquivística mediante a proposição e metodologias, responsáveis pela preservação e organização da informação, proporcionando uma estreita relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão universitária. Todavia, para além de uma episteme clássica a gestão arquivística pode fazer uso de uma modalidade de gestão, cujo sujeito se assemelhe a um arquivista hermeneuta que poderá admirar e preservar o saber segundo uma forma criteriosa e sensível. Nesse sentido, colaboram as explanações de Farge:

<sup>1</sup> Licenciatura Pedagogia – Ensino Fundamental (UDESC), Especialista em Supervisão e Orientação Escolar (SOCIESC), especialista em Gestão em Arquivos (UFSM), Mestranda do curso Patrimônio Cultural e Sociedade (UNIVILLE).

<sup>2</sup> Bacharel em Psicologia (UFPR), Bacharel em Direito (PUC), Especialização em Direito Penal e Criminologia (UFPR), Mestre em Direito do Estado (UFPR), Doutora em Direito do Estado (UFPR).

[...] Talvez o arquivo não diga a verdade, mas ele diz da verdade, tal como o entendia Michel Foucault, isto é, dessa maneira única que ele tem de expor e falar do outro, premido entre relações de poder e ele mesmo, relações às quais ele se submete, mas que também concretiza em verbaliza-las (FARGE, 2009. p. 34/35)

Este artigo é parte de uma dissertação de mestrado, em construção, pautada no trabalho e no olhar sensível e admirativo de um arquivista hermenêutico e de sua necessidade de busca constante pelo aperfeiçoamento. Seu foco principal é desvelar os desafios do arquivista e de seu olhar contemplativo no ambiente arquivístico universitário. A importância de uma política eficaz de tratamento dos documentos, nos arquivos universitários, está contemplada nas palavras de Belotto:

A partir do quadro histórico da organização das universidades até a cristalização no século XX, de suas funções primordiais: universidade-ensino, universidade-pesquisa, universidade-divulgação e a universidade-serviços, da discussão sobre a importância da autonomia universitária e a demonstração de suas atividades-fim através de documentos: e do quadro histórico do aparecimento do arquivo e da Arquivologia reflete sobre o ponto de convergência entre universidade e arquivo e a necessidade uma política eficaz de tratamento de documentos (BELOTTO, 1989, p. 15).

Nesse sentido, é fundamental o uso de um discurso para gestão arquivística como um aporte para a preservação do patrimônio arquivístico, como forma de conhecer a memória institucional, a partir de uma compreensão da alteridade, acerca do olhar/ admirar o arquivo. Segundo Foucault (2005 p.147) o arquivo deve ser visto levando em conta sua alteridade, permitindo sua interferência ou não, formando e transformando, conteúdos concretos no espaço e no tempo, através de um olhar reflexivo/contemplativo.

Em sentido contrário ao habitual, o perfil do profissional aqui requerido é um sujeito no processo de tratamento dos arquivos que se assemelha a um hermenêutico, ou em outras palavras: “(...) um interprete do conteúdo informacional existente. Este perfil foi desenhado por oposição ao do arquivista mimético, isto é, um simples repetidor e reproduzidor de ordens, normas e procedimentos preestabelecidos (LOPES, 2009, p. 27)”.

Assim pretende-se com o auxílio de teóricos como Foucault, Deleuzi, Gatarri, Elias, Farge, Lopes, Belotto entre outros, tentar demonstrar que o “arquivista” necessário é aquele capaz de tratar o patrimônio arquivístico, dentro de umas práxis responsável e comprometida, procurando dar conta de todas as interfaces e formatos de documentos que estão no arquivo, e nesse caso especialmente, para preservar a memória universitária.

## APORTE TEÓRICO PARA UMA GESTÃO SENSÍVEL E HERMENÊUTICA

A Gestão de documentos é responsável pela avaliação, classificação, descrição, organização, aplicação de métodos e técnicas, destinadas e acessibilidade da informação, seja ela para tomada de decisão, na preservação da Memória ou para a pesquisa no momento que se fizer necessário.

A Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, define gestão de documentos como: “conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária visando a sua eliminação ou recolhimento para a guarda permanente”. Nessa definição, percebe-se a episteme clássica “Foucaultiana”, uma função metódica, classificatória e técnica. Não há a pretensão de investigar se esta definição está certa ou errada, o que se deseja, é refletir acerca da necessidade de um profissional que vá além do tradicional, ou como nos aponta Foucault, um sujeito de episteme clássica.

As atividades de uma IES, de modo geral, podem ser percebidas ou refletidas nos documentos que ela produz e acumula. E o profissional da “informação”, ou seja, o arquivista pode investigar nos registros documentais, a história, a memória, a estrutura organizacional e as funções administrativas. Essa situação é explicada por Paes:

Se arquivo é o conjunto de documentos recebidos e produzidos por uma entidade, seja ela pública ou privada, no decorrer de suas atividades, claro está que, sem o conhecimento dessa entidade – sua estrutura e alterações, seus objetivos e funcionamento – seria bastante difícil compreender e avaliar o verdadeiro significado de sua documentação (PAES, 2004, p. 35)

No “passado”, ou em um modo de pensar “clássico”, o arquivista era mero classificador e descritor da informação, hoje ele passa a ser um intermediador, ele participa, interage, troca experiências aprendendo a aprender para gerar habilidades e competências que permitam a adaptação e atualização exigidas pela competitividade desta era da informação e conhecimento.

Se o arquivo reflete diretamente na função do arquivista, então, depende de sua práxis esta organização e disponibilização. Sua intenção está ali, no arquivo, dando pistas de como o profissional o construiu. Segundo Lopes, a função do arquivo e do arquivista pode ser sintetizada da seguinte forma:

- os arquivos de qualquer idade contêm informações relacionáveis a tipos de conhecimento que podem ser estabelecidos a partir do confronto entre eles;
- os arquivistas podem estabelecer estas relações entre as informações registradas e os conhecimentos gerais e específicos, dando a seu trabalho mais do que uma visão fragmentária do saber;
- o trabalho do arquivista pode ser mais profundo se ele se propuser a organizar o conhecimento e/ou conhecimentos produzidos e recebidos por uma organização ou pessoa, no sentido de suas especificidades e generalidades;
- o significado do trabalho do arquivista é também em si mesmo, o da produção de conhecimentos, porque quando se organizam arquivos, está-se atribuindo um olhar sobre a fonte geradora e acumuladora de informações. A produção e a execução de planos de classificação, avaliação e descrição são exemplos claros da produção de conhecimento;
- a existência de um arquivista como produtor de conhecimento valoriza a profissão, pois a coloca no centro das decisões da organização, seja ela arquivística ou não;
- esse profissional, assumindo-se como organizador de conhecimentos especializados, torna-se fundamental para o processo global da organização do trabalho no setor terciário da economia (serviços), por isto torna-se mais valorizado e visível social e economicamente (LOPES, 2009, p. 59).

O início deste processo de classificação, de avaliação, de descrição e de organização dos documentos arquivísticos é traumático, devido a grande desorganização que costuma se seguir nos arquivos. A partir da necessidade da informação ou de pesquisa que se busca uma espécie de modo a enlaçar essa “história” a ser contada, que será possível quando acontecer, como nos diria Norbert Elias, o “Processo Civilizatório”, se é que cabe tal comparação, mas nesse caso específico se traduz pela organização do arquivo.

Como arquivista (acho mais apropriado me denominar assim), faço parte desse processo e da produção deste discurso, envolvidos de modo que me permita, diante de uma práxis comprometida, realizar a organização de um arquivo, como o tal “Processo Civilizatório”, que nos fala Elias:

(...) que o processo civilizador constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica... Na verdade nada na história indica que essa mudança tenha sido realizada “racionalmente”, através de qualquer educação intencional de pessoas isoladas ou de grupos. A coisa aconteceu, de maneira geral, sem planejamento algum, mas nem por isso sem um tipo específico de controle (ELIAS, p. 193).

Assim como Elias, e diante das inquietações sobre o “Processo Civilizatório”, as angústias profissionais podem ser traduzidas por certa compreensão de uma “incivilização” do arquivo, especialmente quanto às informações que estão nesse espaço, se encontram perdidas, desorganizadas, lacunares, de modo que no princípio dessa profissão vivencia-se a ordem do arquivo ou sua condição de “civilização”.

A contemporaneidade emerge um tempo em que disponibilizar a informação, de ser de forma rápida, precisa e acessível para um maior número de pessoas, entretanto, ainda hoje muitas pessoas, principalmente os gestores, “olham” o arquivo como um depósito de papéis, pessoas com problemas de saúde, e ou pessoas sem a menor noção do que é um arquivo. Nos dizeres de Lopes:

No Brasil, e possivelmente nos demais países da América Latina, não é difícil constatar que o arquivo, no sentido de conjunto de informações e documentos orgânicos e originais, ainda é visto, paradoxalmente, como patrimônio material, próximo da condição dos móveis, máquinas e ferramentas de uma organização. Não raro, disputam o mesmo espaço, dos almoxarifados, garagens, depósitos, porões, salas sem serventia. Aliás, os profissionais são procurados, quase sempre, quando se constata que:

- não há mais espaço disponível para a guarda de documentos;
- o espaço físico ocupado pelos arquivos poderia ter outra destinação rentável;
- não se encontra o que se procura no meio das massas documentais acumuladas de modo aleatório.

O patrimonialismo arquivístico, bastante difundido no país, implica que, comumente, os arquivistas e administradores entendem o investimento físico – instalações, mobiliário, embalagens – como principal e único tratamento a ser dado aos arquivos (LOPES, 2009 p.31).

Que fique claro que a posição aqui tomada pensa o arquivo como um organismo vivo, que reflete a organização e constituição de uma IES, seja ela pública ou privada, e não se pode permitir o uso da expressão pejorativa “arquivo morto”, o que desvalorizaria o ambiente, seus documentos e, principalmente, o profissional que trabalha em arquivo.

Com o arquivo organizado o acesso à informação se faz no momento em que é necessário o que contribui para a tomada de decisões, bem como, garante a preservação da memória institucional que servirá de referência, de informação, de prova ou de fonte de pesquisa.

No mesmo sentido, advoga Bellotto que pensa nas principais funções dos Arquivos Universitários, que são:

- Reunir, processar, divulgar e conservar todos os documentos relativos à administração, história e ao funcionamento /desenvolvimento da universidade;
- Avaliar e descrever estes documentos tornando possível seu acesso, segundo as políticas e procedimentos elaborados especificamente para estes fins;
- Supervisionar a eliminação, ter o controle da aplicação das tabelas de temporalidade, a fim de que nenhum documento de valor permanente seja destruído. [...] fornecer aos administradores as informações requeridas no menor tempo possível; ser a informação para a própria universidade como um todo (BELLOTTO 1989, p. 20-23).

Segundo as reflexões propostas, na maior parte do tempo, os gestores preocupam-se com a organização dos documentos, quando passam por uma auditoria, ou quando a massa documental sem tratamento impossibilita encontrar a informação, para tomada de decisão, para fins administrativos, burocráticos, jurídicos ou de pesquisa. Além disso, pensa-se no arquivo como algo distante alheia as necessidades, demonstrando a falta de alteridade, colocando em risco o patrimônio arquivístico que constrói a tradição, a memória e a história. Nesse sentido, Pillotto fala da tarefa do gestor, que vai além das atividades técnicas:

A tarefa do gestor é, portanto, muito mais do que apenas uma atividade técnica, pois suas funções e responsabilidades são, a um só tempo, sociais, econômicas, culturais e até mesmo políticas. Nesse aspecto, o conhecimento sensível pode ser um aliado, pois pode ampliar o olhar cuidadoso, a intuição, o pensamento imagético, elementos cruciais no desempenho dos processos decisórios do gestor. Um olhar mais perceptivo e sensível sobre as pessoas, os objetos, as situações e o ambiente que o cerca pode interferir direta ou indiretamente nas suas ações. O gestor que desenvolve *a intuição, a percepção, a imaginação, a criação e a emoção* poderão estar mais preparados para conviver harmoniosamente com muitas situações e com muitas pessoas, pois saberá decidir na hora certa, encontrará alternativas viáveis em tempo hábil para lidar com os problemas surgidos durante os conflitos e, conseqüentemente, seu desempenho será significativo para a organização (PILLOTTO, 2006 p. 27).

Neste território arquivístico, questiona-se, sobre o porquê de se guardar papéis que se sabem desnecessários, o que ocasiona muitos “mitos” como: “sempre foi feito assim”, e se “um dia eu precisar”, ou ainda, “como vou provar que entreguei para o fulano ou beltrano”, e, com isso, percebe-se a falta de critério na guarda dos documentos. Ainda, apoiado em Lopes, e falando sobre esse grande acúmulo de papéis sem importância:

Infelizmente, cristalizou-se no Brasil a mania de considerar os exemplares dos diários oficiais documentos de arquivo. Coleções normalmente incompletas, de jornais e revistas, também infestam os arquivos das organizações públicas e privadas. Na maioria dos casos, trata-se de lixo. Documentos nunca ou quase nunca utilizados. Volumosos, eles ocupam espaços impressionantes dos nossos depósitos e escritórios têm um péssimo aspecto, quase sempre em deterioração, parecendo cadáveres putrefatos da incúria, administrativa e do irracionalismo na gestão documental e informacional (LOPES, 2009 p. 50)

A aplicação de técnicas arquivísticas traz melhorias para todos os setores, aos funcionários e aos gestores, podendo assim concluir que este olhar arquivístico deve fazer parte do dia-a-dia administrativo. E os resultados valem a pena.

Não basta, portanto, separar os documentos de arquivo por fundos, de acordo com os acumuladores. Necessita-se estudá-los, produzindo conhecimentos substantivos que irão permitir dar a qualquer solução de tratamento algo mais do que uma decisão burocrática (LOPES 2009, p 179).

O trabalho em arquivo deve contemplar todos os documentos, em todos os formatos, além de fotografias e outras mídias, afinal, ali estão os documentos que contam a trajetória, o passado, o presente e as perspectivas de futuro e por isso, não podem ser deixadas de lado. Esse é o trabalho sensível e hermeneuta do arquivista contemporâneo, um gestor que deve ampliar seu campo perceptivo. Essas são as palavras de Pillotto, acerca do conhecimento sensível:

A relação entre o que é observado e selecionado pelo gestor e o que ele percebe pode desenvolver a sua peculiaridade em interpretar situações implícitas, desenvolvendo e ampliando o seu campo de sensibilidade... (...) Assim é possível que o conhecimento sensível desenvolva um campo perceptivo que impulse um olhar mais apurado sobre o processo de gestão numa organização (PILLOTTO, 2006 p. 23).

Foi nas reflexões em Foucault no texto “As palavras e as Coisas” que busquei subsídios para responder a algumas inquietações que surgiram mediante minhas práxis. Na preocupação de Foucault, ao ler “uma certa enciclopédia chinesa” de Borges retiro uma solidariedade presente em

suas palavras que divaga sobre o assunto e diz: “Sabe-se o que há de desconcertante na proximidade dos extremos ou, muito simplesmente na vizinhança súbita das coisas sem relação”. Com essa proximidade ou falta de relação, e ainda com Foucault, que continua: “Por todo o dia de hoje estarão a salvo da minha saliva. Áspides, Anfisbenas, Anerudutos, Alcarates, Arges, Aranhas, Ascálabos...”. E refletindo sobre as interfaces da gestão de documentos, na enciclopédia chinesa, encontrei algumas definições para minha profissão, que poderiam quem sabe ser incluídas nessa tal “enciclopédia”, que poderiam misturar, a profissão com a práxis que a permeia, com a formação da graduação e da especialização, que ficaria mais ou menos assim: arquisensineuta”, “pedavista”, “gesdocarquigoga” ou “arquigoga” ou, nada disso, e ainda com Foucault, sou chamada à um outro detalhe da profissão; como classificar e descrever fazem parte metodológicas da função, que é o princípio da ordem na delimitação dos saber, dentro de várias possibilidades, como sujeito, sou clássica de episteme clássica, mas dentro da “enciclopédia chinesa” me encontro no modernismo, encontro ai a junção de uma arquivista clássica, gestora de documentos, sensível e hermeneuta. Parece que eclodi como um “Platô”.

Com esse “Platô, eis que surge, Deleuze e Gatarri, com seus “Mil Platôs”, e o modelo epistemológico “Rizoma”, que tem por definição parecer-se como um tubérculo com muitas raízes que não se sabe onde inicia e onde termina, mas o que importa é o “meio”. Percebi que, assim como um Rizoma, eu não sei onde começa a arquivista clássica, que se preocupa com métodos e metodologias de trabalho, classificação e ordenação e termina a arquivista contemporânea, aquela com o olhar sensível e hermeneuta ou ainda, pensando no formato do arquivo, percebe-se que foi distribuído como um mapa, que pode ser lido de trás para frente, de frente para trás, de um lado para o outro, perseguindo o Rizoma. Nesse entorno, não há uma função definida, mas várias possibilidades e métodos; além do fato de ser moderna e clássica, pela interpretação “Foucaultiana” e acumulo também o “status” contemporaneidade com Deleuze e Gatarri, porém, não existe tempo para esses escritores, apenas espaço.

Entre as possibilidades de Foucault ou de Deleuze e Gatarri, também posso refletir sobre a importância, do conhecimento sensível, apoiada em Pillotto:

Nessa perspectiva, vale considerar que o conhecimento sensível, em essência, não fragmenta o pensamento e o sentimento. Pensamos sobre algo que sentimos e sentimos porque pensamos ou vivenciamos algo. A experiência humana envolve o racional e o emocional e esses não estão dissociados (PILLOTTO, 2006 p. 23).

Volto à razão ou logos, segundo Platão, percebe-se a importância do arquivista sensível, hermeneuta, clássico, moderno e contemporâneo, que tenha múltiplos olhares, internos e externos, comprometido com uma sociedade que anseia por informações e conhecimento, nesse sentido, também precisa utilizar os aportes teóricos de Lopes, que fala sobre o arquivista pesquisador o hermeneuta:

Seguindo esse raciocínio, pode-se falar da oposição entre o arquivista-pesquisador e o arquivista com fortes tendências burocráticas, que entende o seu trabalho de modo pueril. O primeiro seria um modelo a ser alcançado e, como em todo modelo, a prática melhorará a teoria. O segundo por razões diversas que quase sempre escapam ao controle dos indivíduos, não é capaz de tratar os arquivos como objetos de estudo e propor soluções que fujam ao senso comum (LOPES, 2009 p.27).

Há quem diga que os arquivos convencionais serão substituídos por máquinas e arquivos digitais, “tudo bem isso até pode acontecer”, mas fica o seguinte questionamento, quem irá programar e supervisionar, manter organizado e disponibilizar as informações?

Esse questionamento é necessário para instruir à um olhar reflexivo, acerca da tecnologia e do homem, para perceber que o responsável por uma gestão arquivística sensível, hermeneuta e comprometida com o contexto independe do suporte, seja ele, papel ou informatizado. O compromisso, também, permeia a constante atualização profissional e pessoal.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo tentou demonstrar a importância das informações contidas em um arquivo universitário e que essas informações devem ser filtradas pelo olhar sensível e hermeneuta de um arquivista. Isso posto, o grande desafio para a gestão de uma “instituição” seja ela pública ou privada, a necessidade de ter consciência da importância desse patrimônio arquivístico, para pesquisa e memória institucional

Foram feitos estudos relacionados a aspectos que norteiam o processo arquivístico no ambiente acadêmico. Nesse sentido, Lopes chama a atenção para a importância dos documentos:

Procurou-se chamar a atenção para o fato de os arquivos não serem apenas papéis com textos, não serem apenas públicos mas também privados; não consistirem somente de documentos do passado, mas também de informações do e sobre o presente. Portanto, eles seriam:

- acervos compostos por informações orgânicas originais, contidas em documentos registrados em suporte convencional ou em suportes que permitam a gravação eletrônica, mensurável pela sua ordem binária (bits);
- documentos produzidos ou recebidos por pessoa física ou jurídica, decorrentes do desenvolvimento de suas atividades, sejam elas de caráter administrativo, técnico, artístico ou científico, independentemente de suas idades e valores intrínsecos (LOPES, 2009, p. 40).

Documentos e arquivos, muitas vezes se confundem, e a importância ou não a eles atribuída depende única e exclusivamente da necessidade e recuperação dessa informação, seja para processos de negócios, prova ou como fonte de pesquisa. Sendo assim, para que a informação arquivística seja válida e cumpra sua função, precisa ser classificada, tratada e organizada segundo critérios da arquivologia e de uma gestão sensível e hermeneuta, uma situação não desobriga a outra, elas coabitam e coexistem servindo a vários propósitos, trata-se de falar sobre algo ou alguém, através de fragmentos como nos diz Farge:

Talvez o arquivo não diga a verdade, mas ele diz da verdade, tal como o entendia Michel Foucault, isto é, dessa maneira única que ele tem de expor e falar do outro, premido entre relações de poder e ele mesmo, relações às quais ele se submete, mas que também concretiza em verbaliza-las (FARGE, 2009. p. 34/35).

Os princípios teóricos da arquivologia compreendem normas e procedimentos técnicos e administrativos para disciplinar as atividades relativas ao fazer arquivístico. A implantação dessas políticas arquivísticas, possibilitam a recuperação das informações no momento necessário para tomada de decisão, além da racionalização da produção documental e a preservação da memória. O olhar contemplativo acerca do arquivo justifica essa gestão sensível e hermeneuta, comprometida com a preservação do patrimônio arquivístico e conseqüentemente da memória institucional. Muito apropriadamente Farge, fala do arquivo e de como ele age, essa “poesia” traduz a essencialidade do arquivo:

O arquivo age como um desnudamento; encolhidos em algumas linhas, aparecem não apenas o inacessível como também o vivo. Fragmentados de verdade até então retidos saltam à vista: ofuscantes de nitidez e de credibilidade. Sem dúvida, a descoberta do arquivo é um maná que se oferece, justificando plenamente seu nome: fonte (FARGE, 2009, p. 15).

Compreende-se que as ações aqui propostas, não passam de etapas de um processo maior, da necessidade de modernizar suportes, preservar e disponibilizar a informação para atender as urgências da contemporaneidade, em meio à globalização e à competitividade. Levando em conta, os critérios, os métodos, a alteridade e o olhar contemplativo e admirativo, comprometido, com a preservação do patrimônio arquivístico e da memória institucional.

## REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Universidade e arquivos: perfil, história e convergência**. Transinformação, Campinas, 1989.

\_\_\_\_\_, **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. São Paulo: Editora 34, 1997.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, v. II.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

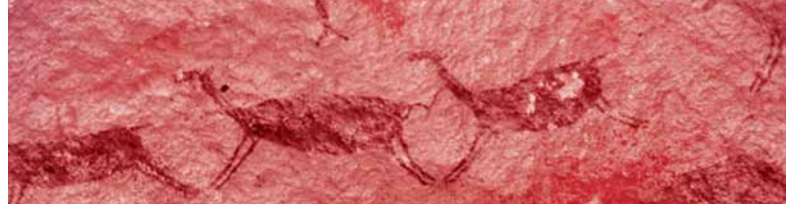
FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

\_\_\_\_\_, **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LOPES, Luís Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa**. Brasília, 2009.

PAES, M. L. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PILLOTTO, Silvia Sell Duarte. **Gestão e Conhecimento Sensível na contemporaneidade**. Joinville, SC: ed. Univille; Florianópolis: ed. UFSC, 2006.



## O abacaxi pérola da região sul do Espírito Santo: potencial indicação geográfica brasileira

LÚCIA FERNANDES<sup>1</sup>

MARCELO CHIMENTO<sup>2</sup>

MARCOS EDUARDO PIZETTA PALOMINO<sup>3</sup>

**RESUMO:** A Indicação Geográfica (IG) é usada internacionalmente para proteger e valorizar produtos cuja reputação e/ou qualidade estão essencialmente relacionadas ao meio. Até o fim de 2013, havia apenas 38 IGs brasileiras, pouco para um país tão cheio de tradições e forte na agricultura. O uso da IG apresenta um grande potencial, como no caso do abacaxi pérola do Espírito Santo (ES). O abacaxi da região tornou-se ainda mais famoso por sua qualidade e pela forma peculiar de comercialização, com caminhões carregados de abacaxi partindo do interior rumo às grandes cidades, o que contribuiu para a visibilidade do produto. Nesse momento, o desafio que se impõe ao ES é refinar seu projeto para a cadeia produtiva do abacaxi. Sem prejuízo de outras estratégias a serem adotadas, a IG poderia desenvolver os locais de produção e impulsionar formas de comercialização mais modernas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Indicação Geográfica; Abacaxi; Desenvolvimento; Marataízes; Espírito Santo.

**ABSTRACT:** The Geographical Indication (GI) is used internationally to protect and enhance products whose reputation and/or quality are essentially related to the environment. By the end of 2013, there were only 38 Brazilian GIs, what is little for a country with many traditions and strong in agriculture. The use of GI has great potential, as in the case of the "pérola" pineapple of Espírito Santo (ES), Brazil. The pineapple region became even more famous for its quality and the peculiar form of marketing, with truckloads of pineapple leaving the interior towards the big cities, which contributed to the visibility of the product. At that moment, the challenge is to refine the project for the production chain of pineapple. Independent of other strategies to be adopted, the GI could develop local production and boost more modern forms of marketing.

**KEYWORDS:** Geographical Indication; Pineapple; Development; Marataízes; Espírito Santo.

### INTRODUÇÃO

A Indicação Geográfica (IG) é um ativo de propriedade industrial cada vez mais importante para a valorização de produtos cuja reputação e/ou qualidade estão intimamente relacionados ao meio. Ela busca promover benefícios baseados na proteção da tradição, na valorização dos produtos, no desenvolvimento rural e na promoção das atividades exportadoras, gerando efeitos tanto para produtores quanto para consumidores (KAKUTA et al., 2006).

<sup>1</sup> Coordenadora-Geral de Indicações Geográficas e Registros do INPI e Professora da Academia de Propriedade Intelectual e Inovação do INPI.

<sup>2</sup> Chefe da Divisão de Comunicação Integrada do INPI e aluno do Doutorado em Propriedade Intelectual e Inovação do INPI.

<sup>3</sup> Analista Jurídico do Instituto de Inovação Tecnológica da UFES e aluno especial do Mestrado em Propriedade Intelectual e Inovação do INPI.

De acordo com a legislação brasileira, a Indicação Geográfica é reconhecida nas seguintes modalidades: Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO). Para se obter a DO é preciso comprovar que as características do produto “se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos”<sup>4</sup>.

Já no caso da IP, o requisito é mostrar que a região se tornou conhecida “como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço”<sup>5</sup>.

Na Europa, a cultura da IG encontra-se consolidada, o que tem atraído crescente atenção dos produtores brasileiros. Apesar disso, até o final de 2013, havia apenas 38 IGs brasileiras concedidas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), pouco para um país tão rico em tradições e forte na agricultura como o Brasil.

Assim, o uso crescente e estratégico deste ativo se revela desafiador e urgente, visto que a economia globalizada impõe a necessidade de se aumentar a competitividade por meio da diferenciação, sem que isso exclua outras formas de proteção intelectual.

A abordagem desse trabalho é sintomática da realidade descrita. O abacaxi pérola<sup>6</sup>, variedade de abacaxi mais conhecida em todo o Brasil e cultivado no Espírito Santo, predominantemente, na Região Sul, tornou-se famoso nas grandes metrópoles brasileiras por sua qualidade e forma peculiar de comercialização em alguns casos.

Os caminhões carregados de abacaxi, partindo do interior do Estado rumo às grandes cidades, transportando mão de obra predominantemente jovem, são uma das faces mais visíveis da trajetória do produto no ES.

Com potencial para converter realidades como essa em imagens positivas para o consumidor a nível global, a IG apresenta-se como uma alternativa para proteger o produto, desenvolver os locais de produção e impulsionar formas de comercialização mais modernas.

## A IMPORTÂNCIA DO ABACAXI PARA O ESPÍRITO SANTO

O Espírito Santo, mesmo sendo um dos menores Estados do país, ocupa a 10ª posição entre os Estados produtores de abacaxi, com mais de 48 milhões desses frutos produzidos somente no ano de 2012 (EMBRAPA, 2012) e com previsão de produção de mais de 60 milhões de exemplares até o fim de 2013, de acordo com a Associação dos Produtores de Abacaxi de Marataízes<sup>7</sup>. A cultura tem um valor de produção estimado em mais de R\$ 50 milhões (IBGE, 2012c), com impacto destacado no sul do Estado, onde se localizam os principais municípios produtores de abacaxi: Marataízes, Presidente Kennedy e Itapemirim.

Em relação à quantidade produzida, Marataízes representa mais de 64% da produção no Estado. Somando a produção de Presidente Kennedy e Itapemirim, chega-se a 94%. A dependência de Marataízes era maior ainda em 2004, quando a cidade representava 76% da produção do Estado em quantidade de frutos produzidos. Somando-se os dois outros municípios, atinge-se o percentual de 97% (IBGE, 2012a).

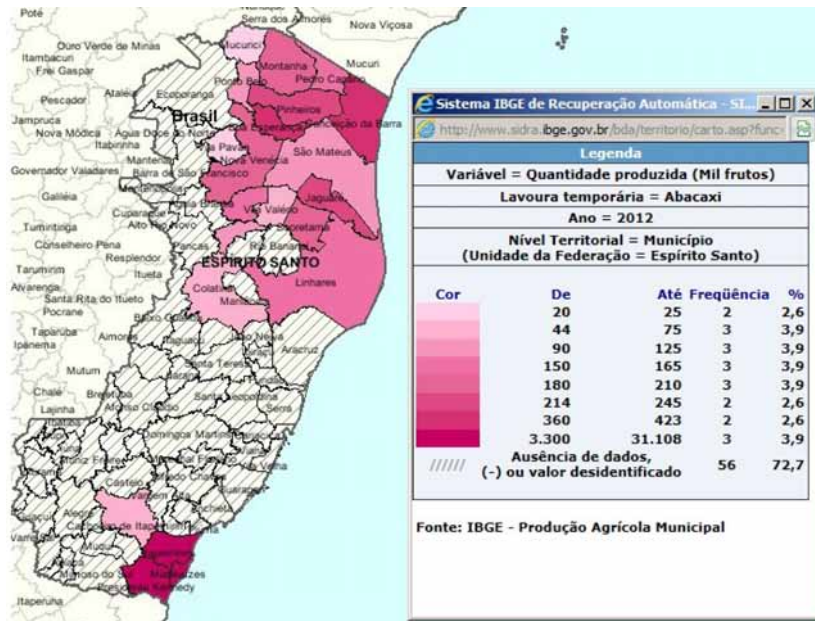
<sup>4</sup> Art. 178 da Lei de Propriedade Industrial (BRASIL, 1996).

<sup>5</sup> Art. 177 da Lei de Propriedade Industrial (BRASIL, 1996).

<sup>6</sup> O abacaxi pérola possui forma cônica, coroa no ápice, espinhos nas folhas e casca rugosa, além de apresentar uma polpa creme ou amarelo-pálido, quase branca, que dá nome ao fruto. Quando maduro, possui sabor levemente ácido, na maioria das vezes adocicado, e uma grande quantidade de água e fibra. Seu consumo se dá *in natura*, sendo grande sua procura por parte da indústria de polpa e de suco. É ideal para se fazer doces, sorvetes, balas, tortas, bolos, etc. (BREMENKAMP, 2011).

<sup>7</sup> A reportagem completa do “Jornal do Campo” (TV Gazeta), sobre a safra de abacaxi de Marataízes no ano de 2013, pode ser conferida no seguinte site: <https://www.youtube.com/watch?v=OnzjTsPzL3w>. Acesso em 28 de agosto de 2014.

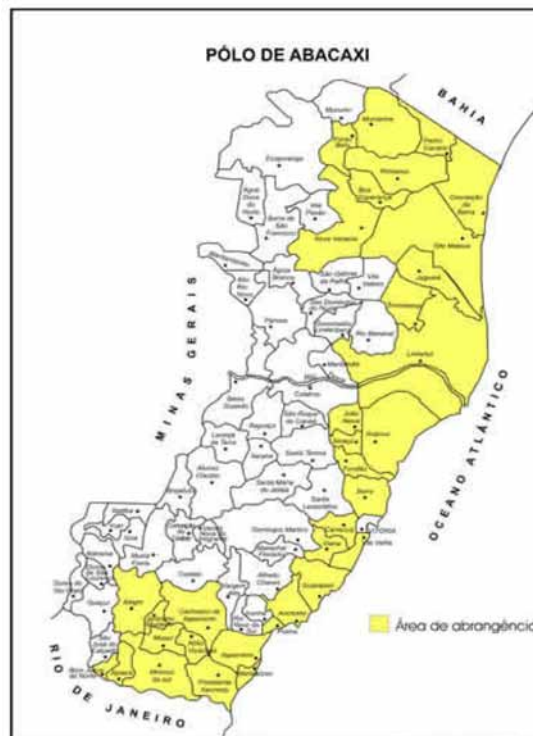
Figura 1 – Mapa da produção de abacaxi no Espírito Santo por município (IBGE, 2012d)



Cumprir dizer que o trabalho de disseminação da cultura no Estado começa a apresentar resultados, embora ainda tímidos. Aos poucos, a produção se expande para cidades do norte como Linhares, São Mateus, Pinheiros e Boa Esperança, associada à base familiar, o que amplia seu potencial de impacto no desenvolvimento regional e no combate ao êxodo rural (COSTA et al., 2009).

A produção do abacaxi, prioridade do Governo Estadual, permitiu a criação de um Polo reunindo as regiões tradicionais do sul às novas áreas do norte, incluindo São Mateus, Linhares e Conceição da Barra, além de Serra, localizada na Grande Vitória. Observa-se que o território segue, basicamente, o litoral do Espírito Santo.

Figura 2 - Polo de Abacaxi do estado, unindo norte e sul (INCAPER, 2010)



Como se percebe, além dos municípios tradicionais no sul do ES, o mapa já considera a área de expansão para o norte, já que as condições edafoclimáticas (clima e solo) para a cultura do abacaxi existem em todo o litoral do Estado (COSTA et al., 2009). Com o desenvolvimento de novas tecnologias e a qualificação da cadeia produtiva, o projeto do Estado contempla, inclusive, o potencial de expansão para o interior da região norte.

Além disso, a inovação introduzida pela cultivar Vitória<sup>8</sup>, principalmente na região norte, foi importante, mas é preciso mais do que isso tanto para ampliar o acesso ao mercado quanto para obter a Indicação Geográfica.

Algumas questões importantes já são tratadas nos planos do Incaper (COSTA et al., 2009), que incluem a produção em escala, a potencialização das atividades de pesquisa e assistência técnica, o crédito rural e a qualificação do produto, entre outros fatores. Outras ainda precisam ser trabalhadas, como a delimitação da área e a comprovação da relação entre o produto e o meio geográfico, no caso de uma DO. Outro aspecto a ser priorizado, e não citado nos documentos oficiais, é a organização dos produtores no plano estadual. Uma associação representativa dos agricultores locais é requisito fundamental para qualquer processo de IG, seja IP ou DO.

## A FAMA DE MARATAÍZES

A economia do município de Marataízes é dependente basicamente da agricultura e da pesca artesanal, que absorvem grande parte da mão de obra efetivamente ativa no município. Em seu território predominam pequenas propriedades de base familiar, em média três hectares (ROSAS, 2007), onde os trabalhos produtivos são realizados pela própria família ou no regime de parcerias agrícolas.

Os aspectos edafoclimáticos e ambientais são ideais (INCAPER, 2011) para o cultivo do abacaxi<sup>9</sup>. Não por acaso, Marataízes é o maior produtor de abacaxi do ES e o 4º maior do País, destacando-se na produção do fruto há quase quatro décadas, produzindo de 1 a 2 safras por ano. É também a origem de boa parte dos caminhões que levam o abacaxi para diversas capitais, já que a cultura é baseada em pequenos produtores que buscam essa tática como alternativa para fazer seu produto chegar aos grandes mercados brasileiros<sup>10</sup>.

Nesse contexto, há um movimento de jovens que vão para as grandes capitais vender os abacaxis, mas sempre regressam, mantendo os laços sociais em seus locais de origem. A cultura, que vai de agosto a janeiro, permite a inserção desses jovens em outras atividades, como a construção civil – no local de origem – e o comércio de outras frutas, como melancia e a tangerina poncã – na cidade grande (ROSAS, 2007).

O abacaxi é comercializado em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e Vitória. Durante a viagem, os jovens passam por situações precárias e chegam a dormir nos caminhões, mas o resultado é a conquista de *status* e respeito em suas comunidades (ROSAS, 2007). Esse sistema de venda direta pelos produtores nas grandes cidades ampliou a visibilidade do abacaxi do Espírito Santo, mais especificamente de Marataízes. Tanto que a cidade se orgulha da fama de “terra do abacaxi” construída nas últimas décadas.

<sup>8</sup> O Abacaxi Vitória, cultivar desenvolvida pelo Incaper, com apoio de pesquisas da Embrapa, é resistente à Fusariose, não apresenta espinhos nas folhas, possui coroa pequena, polpa branca e um elevado teor de açúcares. É cultivado principalmente na Região Norte do ES e na Bahia (BREMENKAMP, 2011)

<sup>9</sup> Os solos para o plantio de abacaxi devem ser de textura média ou arenosa, bem drenados, de preferência planos ou com pouca declividade, pH na faixa de 4,5 a 5,5 e não serem sujeitos ao encharcamento. Solos argilosos também podem ser utilizados, desde que apresentem boa aeração e drenagem. Há a necessidade de uma precipitação pluviométrica entre 1.000mm e 1.500mm de chuva ao ano. A insolação (luminosidade por radiação solar) aceitável é de 1.200 a 1.500 horas/ano, sendo ótima se for entre 2.500 a 3.000 horas/ano. A umidade relativa do ar requerida é em torno de 75%. Por sua vez, ventos fortes e secos podem danificar a planta (ressecamento) e provocar seu tombamento. A temperatura média anual mais adequada situa-se em torno de 24°C, tendo por limites a temperatura mínima de 21°C e a máxima 32°C. (BREMENKAMP, 2011).

<sup>10</sup> Na Internet, pode-se encontrar, inclusive, um *jingle* usado pelos caminhões do abacaxi de Marataízes. A partir do *jingle* seria possível até pensar numa marca sonora, mas a legislação brasileira ainda não permite tal tipo de marca. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=ViiIbFpHC0Y>. Acesso em 20 ago. 2014.

A Lei Municipal 1.614, de 09 de setembro de 2013<sup>11</sup>, considerou o município a “Capital Nacional do Abacaxi Pérola”. Além disso, periodicamente, acontece na região a Festa do Abacaxi<sup>12</sup>, com o apoio da Prefeitura.

Requisito fundamental para se alcançar uma Indicação Geográfica é a existência de uma associação que represente a coletividade no território delimitado. Outra exigência é a comprovação de reconhecimento da região, já demonstrada anteriormente.

Para entrar com o pedido no INPI, os produtores precisariam seguir mais alguns passos técnicos, como delimitação geográfica formal, que poderia incluir os municípios vizinhos de Presidente Kennedy e Itapemirim, criação do regulamento de uso e da identidade visual (se for o caso), apresentação dos documentos relativos ao estatuto da associação, pagamento de taxas, entre outros.

Apesar disso, não parece ser este o caminho indicado pelas políticas públicas estaduais, já que a meta do Governo Estadual é ampliar a produção para outras regiões, principalmente para o norte do Estado, e qualificá-la com uma nova cultivar.

## CONCLUSÃO

As políticas de desenvolvimento regional com parceiros públicos e privados envolvem escolhas de modo a beneficiar o maior número de pessoas por meio de objetivos realistas. O desafio que se impõe ao ES é refinar seu projeto para a cadeia produtiva do abacaxi, considerando o potencial de agregar valor por meio da IG, com uma área a ser determinada. Tais aspectos são fundamentais para que o resultado apareça no ponto final desta cadeia, ou seja, no consumo.

Independente das questões que já estão nos planos do Incaper, também é preciso discutir como realizar o *marketing* e a comercialização da fruta em âmbito nacional e internacional, para que o aumento da renda possa concretizar o objetivo de inclusão social numa cadeia produtiva baseada em estruturas familiares.

Tal estratégia poderia contribuir até para superar o modelo de venda nos caminhões, com idas e vindas de jovens que enfrentam situações quase desumanas. Uma prova de que as cidades do sul do Estado mencionadas precisam de novos planos para o desenvolvimento está no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Enquanto o IDH de Marataízes, Presidente Kennedy e Itapemirim são, respectivamente, 0,696, 0,657 e 0,654, o da capital Vitória é de 0,845 (IBGE, 2012b).

Justamente por isso é que se deve considerar a IG, que possui o potencial de fomentar o desenvolvimento regional, visto que relaciona o produto ao local e garante exclusividade no uso comercial daquela procedência.

Diante da importância da IG, a questão do realismo deve ser considerada em relação à área que se pretende proteger. Por mais que haja potencial de expansão para quase todo o Estado, a busca pela IG deve focar uma região bem específica e delimitada onde haja de fato produção de abacaxi-pérola. Por isso, a definição da área é uma tarefa urgente, bem como a criação do regulamento de uso e a organização dos produtores em uma associação a ser detentora da IG.

Dessa forma, a primeira e mais imediata opção para o Estado seria uma IP, demonstrando o reconhecimento do produto originário da Região Sul, especialmente dos municípios de Marataízes, Presidente Kennedy e Itapemirim. O nome da IG poderia ser, no caso, “Marataízes”, município mais relevante em termos de produção e com uma reputação mais consolidada.

Neste contexto, a interlocução do INPI com produtores e agentes públicos envolvidos neste ramo da fruticultura, como a Embrapa, o Incaper e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), é fundamental para conscientizar os envolvidos sobre o potencial estratégico da IG. Para isso, o INPI já integra o Fórum Capixaba de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas, que precisa incluir o abacaxi em suas discussões.

<sup>11</sup> O extrato da Lei Municipal pode ser conferido no Diário Oficial do Município de Marataízes. Disponível em: [http://www.marataizes.es.gov.br/Arquivo/Documents/DIA/DIA\\_Di%C3%A1rio%20Oficial%20n%C2%BA%201354\\_9\\_9\\_2013.pdf](http://www.marataizes.es.gov.br/Arquivo/Documents/DIA/DIA_Di%C3%A1rio%20Oficial%20n%C2%BA%201354_9_9_2013.pdf). Acesso em 25 ago. 2014.

<sup>12</sup> Para saber mais sobre a festa de 2014, clique em <http://www.marataizes.es.gov.br/noticia.aspx?id=499>. Acesso em 20 de ago. 2014.

A cultura do abacaxi é um exemplo de produção tradicional que poderia gerar diversos arranjos<sup>13</sup>. Ressalte-se que “Marataízes” teria condições de se tornar uma IP num cenário mais próximo, mas não é a única alternativa para o Espírito Santo. Fato é que o INPI, os agentes públicos envolvidos e os produtores precisam dialogar para empregar o potencial deste ativo tão importante numa economia que preza pela diferenciação e na qual os consumidores valorizam a origem como forma de escolha. As opções existem; o que não se deve é perder a oportunidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula obrigações e direitos relativos à propriedade industrial. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 15 de maio, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9279.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9279.htm). Acesso em 01 ago. 2014.

BREMENKAMP, C. A. Produtividade do Abacaxizeiro “JUPI” e Qualidade do Abacaxi Produzido na Região Litorânea Sul Capixaba. Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Espírito Santo. Alegre, Espírito Santo. 2011. Disponível em: [http://www.bdtd.ufes.br/tesdesimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=1586](http://www.bdtd.ufes.br/tesdesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1586). Acesso em 05 ago. 2014.

COSTA, A. F. S.; et al. **Polo de Abacaxi da Região Norte do Espírito Santo**. Vitória: Incaper, Dez./2009. Documentos nº 178. Disponível em: [http://www.incaper.es.gov.br/servicos/images/Folder\\_Polo\\_Abacaxi.pdf](http://www.incaper.es.gov.br/servicos/images/Folder_Polo_Abacaxi.pdf). Acesso em 10 ago. 2014.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Produção brasileira de abacaxi em 2012. Disponível em: [https://www.embrapa.br/documents/1355135/1903246/b1\\_abacaxi.pdf/0ee2757c-5d92-4ced-863f-3e2e585acac0](https://www.embrapa.br/documents/1355135/1903246/b1_abacaxi.pdf/0ee2757c-5d92-4ced-863f-3e2e585acac0). Acesso em 08 ago. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Comparação da produção de abacaxi entre os municípios do Espírito Santo, em 2004 e em 2012**. Tabelas geradas no Portal do IBGE. 2012a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa da produção de abacaxi no Espírito Santo**. Gerado no Portal do IBGE. 2012d.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Página sobre o IDH nas cidades do Espírito Santo**. 2012b. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&coduf=32&idtema=118&codv=v01&search=espírito-santolmarataizesÍndice-de-desenvolvimento-humano-municipal-idhm->. Acesso em 22 ago. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Quantidade produzida, valor de produção, área plantada e colhida da lavoura temporária no Espírito Santo em 2012**. 2012c. Tabela gerada no Portal do IBGE.

INSTITUTO DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – PROATER 2011 – 2013. **Planejamento e Programação de Ações**. Marataízes. 2011. Disponível em: <http://www.incaper.es.gov.br/proater/municipios/Caparao/Marataizes.pdf>. Acesso em 12 ago. 2014.

<sup>13</sup> Regiões como o sul da Bahia e o norte do Rio de Janeiro, também devem ser incluídas na discussão sobre a IG, já que apresentam grandes áreas de plantio, assim como os principais produtores de abacaxi, como Pará, Paraíba e Minas Gerais. E mais do que isso, a fruticultura como um todo deve ser alvo na discussão para se ampliar o uso da IG. Com o fim de trabalhar melhor o objeto de estudo do presente artigo, nos limitamos aos possíveis arranjos de IG para a Região Sul do Estado do ES, mais especificamente Marataízes.

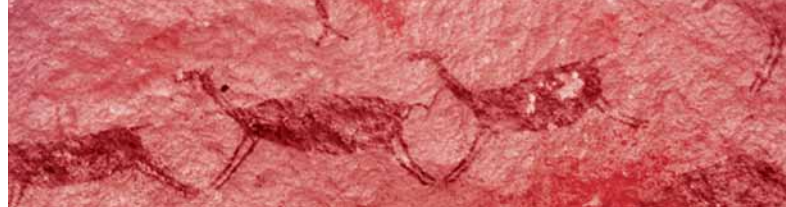


INSTITUTO DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO. **Norte do estado ganha mais 50 mil mudas de abacaxi 'Vitória'**. Portal do Incaper, 19 abr. 2010. Disponível em [http://www.incaper.es.gov.br/?a=noticias/2010/abril/noticias\\_19\\_04\\_2010](http://www.incaper.es.gov.br/?a=noticias/2010/abril/noticias_19_04_2010). Acesso em 10 ago. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Lista de IGs nacionais e estrangeiras protegidas no Brasil**. 2013. 20 p. Disponível em: [http://www.inpi.gov.br/images/docs/lista\\_com\\_as\\_indicacoes\\_geograficas\\_concedidas\\_-\\_31-12-2013.pdf](http://www.inpi.gov.br/images/docs/lista_com_as_indicacoes_geograficas_concedidas_-_31-12-2013.pdf). Acesso em 10 ago. 2014.

KAKUTA, S. M.; et al. **Indicações Geográficas: Guia de Respostas**. Porto Alegre: Sebrae/RS, 2006. 38 p. Disponível em [http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/7B4FAF1836BF6DBE832575CF0072CEC7/\\$File/NT00040FE2.pdf](http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/7B4FAF1836BF6DBE832575CF0072CEC7/$File/NT00040FE2.pdf). Acesso em 05 ago. 2014.

ROSAS, E. N. L. Do campo para a cidade: saindo para ficar. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 183 – 196.



## As praças, alameda e seus fantasmas: um olhar a partir de Certeau

ILANIL COELHO<sup>1</sup>

LILIANE JACINTO ZERGER<sup>2</sup>

MARA FALCÃO PALHARES BARBOSA<sup>3</sup>

Ambientes múltiplos em funcionalidade, as praças públicas são lugares de memórias, onde transitam experiências diversas sobre a cidade. Sendo espaço coletivo, as praças oportunizam variadas vivências que vivificam e dinamizam a cidade. Esses espaços, de acordo como o período do dia, são utilizados de maneiras diversas: trânsito, apresentações culturais, lazeres, relações humanas – namoro, diálogos, negociações, moradias, etc. – são algumas das formas de apropriação destes espaços. No olhar de Certeau (1994 p. 195):

A maneira das praças públicas para onde afluem diferentes ruas, as construções restauradas constituem, de forma histórica e não mais geográfica permutadores entre memórias estranhas. Esses shifters asseguram uma circulação de experiências coletivas ou individuais. Desempenham um papel importante na polifonia urbana (CERTEAU 1994 p. 195):

O presente trabalho objetivou compreender, a partir de nosso olhar, a percepção que os cidadãos têm a respeito da história de alguns lugares de Joinville, bem como o reconhecimento de objetos patrimonializados inseridos em seu contexto. Para o seu desenvolvimento, quatro lugares de Joinville foram alvo de pesquisa a partir de exercício de observação e de investigação em fontes documentais. Os lugares pesquisados foram: Rua das Palmeiras, Praça Nereu Ramos, Praça da Bandeira e Praça dos Suíços. O referencial teórico norteador da proposta dar-se-á a partir de Michel de Certeau: Os fantasmas da cidade e Andando na cidade; Joel Candau: Memória e identidade e Pierre Nora: Lugares de memória.

### PRAÇA NEREU RAMOS

Em homenagem ao interventor federal da ditadura Vargas em Santa Catarina, a praça Carlos Gomes, destaque ao compositor brasileiro, passa a ser chamada, em 1930, de Praça Nereu Ramos.

Havia na comunidade joinvilense, entre os anos de 1938 a 1945, período da "campanha de nacionalização", grande temor em relação aos poderes discricionários de Nereu Ramos e este nome

<sup>1</sup> Docente do Programa do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade - UNIVILLE, Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Mestrado em Ciências Sociais pela Fundação Universidade Federal de São Carlos e Graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP. Email: ilanil.coelho@univille.br.

<sup>2</sup> Mestranda em Patrimônio Cultural e Sociedade - Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE - especialista em Gestão Ambiental - Associação Catarinense de Ensino - ACE; graduada em Ciências Biológicas. - UNIVILLE. Email: lilian.zerger@ig.com.br.

<sup>3</sup> Mestranda em Patrimônio Cultural e Sociedade - Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE, graduada em Letras - Universidade de São Paulo - USP. Email: marafpbarbosa@gmail.com.

foi uma maneira que as elites da cidade encontraram para "acalmar" o espírito nacionalista de Nereu Ramos (AN, 2001).

Da Praça Nereu Ramos (figura 1), é possível a visualização do mais antigo prédio construído em Joinville. Na esquina da rua oposta, situa-se o primeiro prédio da cidade com projeto de restauração construído em estilo neoclássico (figura 2), cuja execução de restauro não ocorreu pelo alto valor da técnica.

Ao observar este lugar, percebem-se seus usos diversos. Ali é possível observar relações várias. É comum encontrarmos pessoas - geralmente da terceira idade - em atividades de lazer, como jogos. Este uso em particular perdura no decorrer do dia inteiro. Pela sua localização, é bastante movimentada. Apresentações culturais em datas especiais também marcam presença neste espaço. Cercada por segmentos do terceiro setor, a arquitetura antiga se mistura com a recente, e vão dando vida e forma ao local. À noite, o cenário se transforma. O público jovem "toma" o espaço e outras relações podem ser observadas.

Figura 1: Praça Nereu Ramos



Fonte: Acervo pessoal de Mara Falcão Palhares Barbosa (Joinville, 2014)

Essas nuances urbanas regem o teatro da cidade. É um prédio antigo, a bicicleta, uma rua, uma fachada, um monumento, as árvores... Para Certeau (1994 p. 192), "esses objetos inanimados adquirem autonomia. São atores, heróis de lenda. Organizam em torno de si o romance da cidade". Ainda, segundo o autor, esses objetos, ali, longe dos livros, dos museus, contam sua história, narrativa destituída da formalidade pedagógica. "Eles têm papéis de atores na cidade (...) porque sua estranheza é muda e sua existência subtraída da atualidade".

Em trabalho realizado sobre alguns lugares de Joinville, publicado no Jornal A notícia, encontra-se a seguinte informação sobre a Praça:

A praça Carlos Gomes e depois Nereu Ramos sempre foi um dos lugares mais nobres da cidade. Desde o início do século 20 abrigava a Prefeitura, a Câmara, o Fórum e a agência dos Correios, que antes do prédio de 1930 funcionava em outro lado, mas no mesmo terreno. No lugar do quiosque atual havia um coreto de concreto, onde se apresentava, nos finais de tarde de domingos e feriados, a banda do então 13º Batalhão de Caçadores, atual 62º Batalhão de Infantaria. Por ali acontecia o footing, tradicional passeio de final de tarde. Muitos e célebres casamentos começaram dos namoros nos bancos de concreto da praça, como era costume ao longo das décadas de 1930 a 1960 (AN, 2001, s/p.).

A praça, nesse sentido, como nas palavras de Candau (2005), funcionaria como um *sociotransmissor*. Estes são “quadros sociais e objetos de transmissão [...] quer dizer, todas as coisas que compõem o mundo que permitem estabelecer uma cadeia causal cognitiva [...] indispensáveis à transmissão memorial” (CANDAU, 2005, p. 50).

Figura 2: Primeiro prédio com projeto de restauração



Fonte: Acervo pessoal de Mara Falcão Palhares Barbosa (Joinville, 2014)

## PRAÇA DOS SUÍÇOS

A Praça dos Suíços (figuras 3 e 4) foi criada com objetivo de desmitificar a história da colonização de Joinville, repensar a classificação étnica a que se propõe para a colonização da cidade e promover outras culturas.

Figura 3: Praça dos Suíços



Fonte: Acervo pessoal (2014)

Figura 4: Praça dos Suíços



Fonte: Acervo pessoal (2014)

Por sua localização, esta praça é a menos movimentada, se comparada aos demais lugares abordados neste trabalho. Nesse lugar, seu uso é diverso, e muda consideravelmente no transcorrer do dia.

Dependendo do horário do dia em que se vá a essa praça, percebem-se diferenças no tocante ao uso feito pelos seus frequentadores. Durante o dia, famílias, instituições vão ao local fotografar para ocasiões específicas, a saber: casamento, formaturas etc. Pessoas sentadas, conversando, contemplando a paisagem também é possível observar. Já, no cair da tarde, observa-se um fluxo considerável, principalmente jovens, fazendo uso de substâncias ilícitas. Comum também, ouvirem música ou tocarem com instrumento de cordas e percussão.

O lugar abraça-nos com sua paisagem bucólica. Um deleite para nossos olhos. Porém, leva-nos a uma reflexão sobre o que se contrapõe à sua existência: o uso que o cidadão, ora, faz dele. São traços da contemporaneidade (CERTEAU, 1994).

Próximo à Praça dos Suíços, encontra-se o Museu de Arte de Joinville - MAJ (Figura 5). O prédio de funcionamento do museu é datado do ano 1954. A casa foi construída por Ottokar Doerffel – primeiro superintendente da Colônia Dona Francisca.

Figura 5: Museu de Arte de Joinville



Fonte: Acervo pessoal de Mara Falcão Palhares Barbosa. Joinville, 2014

Apelidada carinhosamente de “castelinho”, a casa conserva estilo colonial com arcos e colunas trabalhadas em cerâmica. Além da casa, o museu comporta outro espaço: a Cidadela Cultural Antártica. Neste lugar, funcionou, até a década de 90, a fábrica de cerveja Antartica. Hoje a AJOTE - Associação Joinvilense de Teatro, complexo cultural - ocupando duas salas situadas na antiga fábrica da Antártica, costuma receber exposições contemporâneas e conta com um teatro com capacidade para 200 pessoas, uma sala de cinema e espaço para realização de eventos.

### PRAÇA DA BANDEIRA

Na praça da Bandeira (figura 6), encontra-se o Monumento ao Imigrante, de autoria do escultor Fritz Alt. Praça e obra foram inauguradas por ocasião dos festejos do primeiro centenário da cidade, em março de 1951 (JOINVILLE, 2014).

Figura 6: Praça da Bandeira



Fonte: Acervo pessoal (Joinville, 2014)

Essa praça, por sua localização central e ao lado do terminal central de transporte público, é bastante movimentada. Fluxo intenso, muitos apressados, apenas de passagem. Pessoas sentadas nos bancos dispostos ao longo da praça. Olhares vagos, contemplativos. Um fitar no monumento central, outro relógio, horário da lotação?. Neste lugar, observa-se um grande número de moradores de rua, compondo a paisagem. Na noite, recolhem-se nos arredores, no abrigo, principalmente na Igreja Universal – antigo Cine Palácio.

## RUA DAS PALMEIRAS

A Rua das Palmeiras – que recebia outrora o nome Alameda Brustlein - (figura 7), não possui tráfego de veículo, apenas uma calçada inaugurada em 2012 – traduz-se como um cartão postal da cidade, arrancando olhares admirados daqueles que por ali passam, impressionados pela altura e beleza de suas árvores. O monumento central. Ele representa a história da cidade, é uma homenagem à história dos fundadores de Joinville.

Figura 7: Rua das Palmeiras



Fonte: Acervo pessoal de Mara Falcão Palhares Barbosa, (Joinville, 2014)

A Alameda, que outrora integrava o jardim, era uma extensão do Palácio dos Príncipes. Pois em todo bom projeto de palácio, deveria haver um jardim. Essa prática remete-nos ao período moderno, com a ideia de cidade-jardim. Plantações de árvores dispostas geometricamente para além dos jardins, integrando as casas às cercanias. Extensas alamedas que irradiavam de um centro único enfatizavam o poderio daquela mansão. E aqui, neste espaço, assim se fez.

As enormes palmeiras trazidas, em 1873, do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, expostas em linhas regulares à margem da Alameda, parecendo soldados protegendo a casa, ainda podem ser visualizadas e contempladas (TOMAZ, 1989).

‘Elas, as árvores, que são “verdadeiros monumentos” (CERTEAU, 1994, p.199). Era comum o plantio de árvores em casas monumentais. Pois constituía uma espécie de monumento de família, um convite à imortalidade pessoal, numa época em que as lápides e memoriais semelhantes estavam amplamente confinados aos socialmente privilegiados (TOMAZ, 1989, p. 260).

Compondo a paisagem da Rua das Palmeiras, a presença do Busto de Dona Francisca (figura 8), restaurado pelas restauradoras da Fundação Cultural de Joinville, de onde removeram a cobertura em verniz que a danificou, deixando criar uma pátina natural sobre o monumento.

Nesse contexto, são oportunas as palavras de Certeau (1994):

As “velhas pedras” renovadas se tornam lugares de trânsito entre os fantasmas do passado e os imperativos do presente. São passagens sobre múltiplas fronteiras que separam as épocas, os grupos e as práticas. A maneira das praças públicas para onde afluem diferentes ruas, as construções restauradas constituem, de forma história e não mais geográfica, permutadores entre memórias estranhas (CERTEAU, 1994, pp. 194, 195).

O monumento foi criado pelo artista joinvilense Fritz Alt, em comemoração aos 75 anos da cidade de Joinville. Na época em que foi criado, gerou polêmica, pois a feição simples, de camponesa, não remetia à grandiosidade da princesa. O monumento ocupou vários lugares: primeiramente foi instalado no Jardim, passou um tempo dentro da Biblioteca Pública e, na década de 70, transferido para a Rua das Palmeiras, junto ao processo de revitalização encabeçado por Juarez Machado.

Figura 8: Busto da Dona Francisca localizado na Rua das Palmeiras



Fonte: Acervo pessoal de Mara Falcão Palhares Barbosa, (Joinville, 2014)

A disposição do busto foi razão de conflitos. Deveria ou não ser enterrado em concreto, como quando disposto no jardim, escondendo a pedra fundamental? O motivo possível do enterramento seria - inferência - alcançar a visibilidade na altura dos olhos daqueles que a contemplavam. O Busto da Dona Francisca pode ser considerado um objeto enobrecido. No que tange aos objetos enobrecidos, Certeau (1994), ressalta:

Os objetos assim enobrecidos se veem então reconhecidos e conquistam um lugar e uma espécie de segurança de vida; mas, como todo agregado, por meio de uma conformação à lei da restauração. "as velhas pedras" renovadas se tornam lugares de trânsito entre os fantasmas do passado e os imperativos do presente (CERTEAU,1994 p. 194).

Algo interessante nesse espaço pode ser observado: o uso diverso que se faz do lugar. O muro que margeia a Rua está pichado (figura 9), registrando o trânsito das madrugadas por aqueles que têm a prática como arte restrita, retratando seu modo de expressão, no olhar de alguns; e depredação do patrimônio, no de outros. Ainda que o muro em si não faça parte do patrimônio, participa de seu contexto.

Figura 9 : Intervenção urbana no muro que margeia a Rua das Palmeiras



Fonte: Acervo pessoal de Mara Falcão Palhares Barbosa. (Joinville, 2014)



Essas apropriações individuais, com suas respectivas intervenções urbanas, não são consideradas nem valorizadas positivamente no âmbito das políticas patrimoniais. Como observa Certeau (1994), na contemporaneidade, questões que norteiam o modo de administração coletivo e reapropriação individual estão marcadas por contradições. Questões estas não menos importantes se consideradas as práticas espaciais, como também determinantes na estruturação da vida social.

## CONSIDERAÇÕES

Com o passar do tempo, a cidade se transforma. Abriga simultaneamente edificações da época da colonização e contemporâneas. Passado e presente coexistem em um mesmo espaço, a visão convencional de cidade desestabiliza-se. Vestígios do passado e construções modernas relacionam-se no tempo presente. Observa-se o tempo nessas edificações, não só na Arquitetura, como também na arte e nas configurações sociais assumidas nas diversas relações. Nas palavras de Certeau (1994):

Transformam-se numa texturologia em que os extremos coincidem, os extremos da ambição e da degradação, oposições brutais de raças e estilos, contrastes entre os edifícios de ontem, já transformados em latas de lixo, e as irrupções urbanas de hoje que bloqueiam seu espaço (CERTAU, p. 21, 1994):

Os lugares visitados são considerados, de acordo com Nora (1993), lugares de memória, pois o sentimento de continuidade torna-se residual a esses locais. Há necessidade de conservar esses espaços para remontar no presente um passado, não só pelas edificações, como também pela memória e história daqueles que habitam e ou transitam na cidade. De acordo com Nora (1981, p. 15), “à medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios [...] como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história” (NORA, 1981, p.15).

No olhar de Candau (2010),

Em uma época marcada pelo individualismo, haveria de se multiplicar os dispositivos memoriais visando manter o sentimento de compartilhamento, sentimento de um laço social possível [...] A memória dá sua dimensão ao tempo e assegura não apenas o sentimento de continuidade pessoal, mas também aquele de uma continuidade social (CANDAU 2010, p. 45/47).

Com base no exposto, Nora aborda, “Tudo o que é chamado hoje na memória não é, portanto, memória, mas já história. Tudo o que é chamado de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade da memória é uma necessidade da história”(NORA, 1993, p. 13).

Os lugares visitados apresentam diversos elementos que caracterizam o espaço na perspectiva do patrimônio. Passam despercebidos pelos transeuntes., São verdadeiros “fantasmas” da cidade. Mas que marcam presença. Ilustram e testemunham a história dessas praças e de Joinville, constituindo-se como segmentos da paisagem do lugar. Uma presença marcada pelo desconhecimento.

## REFERÊNCIAS

CANDAU, Joël. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 1, n. 1, dez. 2009/mar. 2010.

CERTEAU, Michel. Andando na cidade. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 23, 1994.

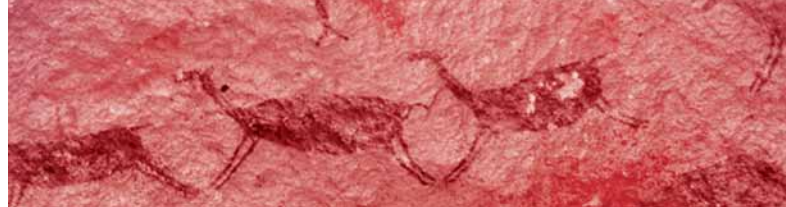
\_\_\_\_\_. Os fantasmas da cidade. In: **A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

PRAÇA DA BANDEIRA. Disponível em: <<http://www.nossajoinville.com.br/160anos>> Acesso em: Julho de 2014.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Houry. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. [cópia digital].

THOMAS, Keith. "Árvores e Flores" in **O homem e o mundo natural**: Mudanças de atitude em relação às plantas e os animais (1500-1800). São Paulo: Schwarcs, 1989.

PRAÇA NEREU RAMOS. Disponível em: <http://www1.an.com.br/jville2001/pg09.htm>. Acesso em: Julho de 2014.



## Casarões de Joinville – os fantasmas revelados

MARIA CRISTINA DIAS DOS REIS LIMA<sup>1</sup>  
SANDRA PASCHOAL LEITE DE CAMARGO GUEDES<sup>2</sup>

**RESUMO:** Em 2010, uma série de reportagens publicada em um jornal diário de Joinville se propôs a mostrar parte da história de 10 casarões antigos da cidade, por meio do relato de quem viveu neles, ou de familiares, e de pesquisa em documentos e periódicos. A justificativa era que, com o tempo, estas informações se perdem e o imóvel deixa de ser uma referência para a cidade e passa a ser um entrave ao “progresso”, às novas construções – assim tornar pública estas histórias seria uma forma de contribuir para a sua preservação. A série deu origem ao livro “Se essas paredes falassem...”, da jornalista Maria Cristina Dias, e evidenciou o que o historiador Michel de Certeau definiu como “os fantasmas da cidade”, marcas de um passado invisível porque, neste caso, é desconhecido. O livro foi utilizado na rede municipal de ensino, em três turmas de sétimo e oitavo ano, na disciplina de Língua Portuguesa, com o objetivo de despertar o olhar sobre a cidade e estimular o respeito ao idoso. As crianças criaram suas próprias histórias baseadas na capa do livro. Depois leram os textos e realizaram tarefas lúdicas, como visitas, maquetes, esquetes e entrevistas aos avós para conhecer as suas próprias histórias. Este artigo pretende analisar como o livro contribuiu para revelar estes fantasmas, dentro do universo do trabalho realizado com os estudantes, tomando como base os estudos de Certeau sobre o tema.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio Cultural; Imprensa; Joinville.

### CASARÕES DE JOINVILLE – OS FANTASMAS REVELADOS

“Os restos de passados que se foram abrem, nas ruas, escapadelas para um outro mundo” (CERTEAU, 1994, p. 191).

Em 2011, o lançamento do livro “Se Essas paredes falassem – Um breve olhar sobre antigas casas que marcaram a construção de Joinville”, trouxe à luz histórias de 14 edificações antigas de Joinville, por meio do relato de quem viveu nelas ou da lembrança de seus familiares, e de pesquisa em documentos, jornais, revistas e livros antigos. A justificativa era que, com o passar do tempo, estas informações vão se perdendo e o imóvel deixa de ser uma referência para a memória da cidade e passa a ser um entrave ao progresso, às novas construções. Assim, descobrir esta história e torná-la pública seria uma forma de contribuir para a sua preservação. Para despertar o interesse do leitor o texto foi escrito de forma leve e fluente, compondo retratos informais da vida na cidade no passado recente.

As casas abordadas foram as seguintes:

Farmácia Leão – 1900

Maison de Joinville (Museu da Imigração) – 1870

<sup>1</sup> Jornalista, acadêmica do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille – mariacristinadiaz1@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em História pela USP, professora do curso de História e do mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille. sandraplcguedes@gmail.com

Palacete Schlemm – 1930  
Café Schwochow – 1920  
Casa dos Wetzel – fim do século 19  
Loja Richlin – 1906  
Casa da Família Schlemm – início do século 20  
Farmácia Delitsch – 1910  
Vila Amazilda – Anos 20  
Casa de Ottokar Doerffel – 1864  
Clube Joinville – 1913  
Casa de Procópio Gomes de Oliveira – 1913  
Escola Alemã – 1866  
Casarão dos Hagemann – 1919 (publicada em março de 2010, e que funcionou como um piloto do projeto)

O livro fazia parte de um projeto que começou a se tornar visível um ano antes, em 2010, com a publicação de reportagens semanais no jornal “Notícias do Dia”/Joinville, e em 2011 teve sua edição em livro viabilizada pelo Simdec (Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura), da Fundação Cultural de Joinville. Como contrapartida social, foi proposta inicialmente a doação de 20% dos 800 livros impressos (160 exemplares) para a Fundação Cultural de Joinville, para a distribuição nas escolas públicas municipais de Joinville e a realização de cinco palestras didáticas sobre o processo de pesquisa e reportagem das histórias contidas no livro, destinadas a alunos da rede municipal de ensino. A contrapartida social, porém, foi além disso, devido à demanda espontânea das escolas. Foram realizadas 13 palestras para 453 crianças de três escolas municipais (E.M. Avelino Marcante, E.M. Pastor Hans Müller e E.M. Edgard Castanheira).

Além disso, o jornal “Notícias do Dia” decidiu reeditar a série de reportagens, reunindo-as em um caderno especial, o que deu ainda mais visibilidade ao projeto e ao livro. A imprensa local deu ampla cobertura à iniciativa, disponibilizando 14 inserções em mídia impressa (536,65 centímetros de informação em jornais, especialmente no “Notícias do Dia”, mas com registro também no concorrente “A Notícia”), 15 minutos em rádio (“Mais FM”, “Udesc” e “Jovem Pan” AM e FM) e 1 hora em TV (“RIC/Record”, “TV Brasil Esperança” e “TV da Cidade”) – sem contar os registros nas redes sociais (Facebook e Twitter), difíceis de serem mensurados, mas com grande impacto junto aos formadores de opinião. Em 2012, o projeto teve um novo desdobramento, com a publicação de uma segunda série de reportagens sobre o tema no “Notícias do Dia”, enfocando outros 10 casarões antigos. Ao final, o material foi reunido em um caderno especial e encartado na edição especial de aniversário da cidade, em 9 de março de 2013.

O projeto continuou repercutindo em duas escolas municipais em 2012, após seu encerramento oficial. No primeiro semestre daquele ano, a professora de português da rede municipal de ensino Mariza Schiochet usou o livro “Se essas paredes falassem...” em sala de aula, nas atividades para desenvolver a expressão oral, a redação e, ao mesmo tempo, descobrir um pouco das histórias da Joinville. O objetivo era despertar o olhar sobre a cidade e estimular o respeito ao idoso. Ela trabalhou durante três meses com as turmas de sétimo ano do Escola Municipal Caic Professor Mariano Costa, no Adhemar Garcia, e do oitavo ano da Escola Municipal Anna Maria Harger, no Guanabara – cerca de 90 alunos no total.

Essas crianças foram estimuladas a criar suas próprias histórias baseadas na capa do livro. Depois leram os textos do livro e foram divididas em grupos que realizaram tarefas lúdicas diversas – todas envolvendo os casarões. Alguns visitaram os locais com os amigos e os pais. Outros montaram esquetes contando as histórias sobre os imóveis e apresentaram para os colegas. Outros ainda fizeram maquetes das casas e expuseram para os demais grupos. Para finalizar, os estudantes fizeram uma pesquisa com os avós, compondo uma narrativa sobre a vida deles e a sua própria história. Posteriormente, as turmas convidaram a autora para um bate-papo sobre o processo de elaboração do livro e tiraram as dúvidas sobre como encontrar as fontes, como foi desenvolvida a série de reportagens e a importância de olhar em volta e conhecer a própria história e a do local onde se vive. Nesta etapa, a autora também participou da finalização dos trabalhos, que era a apresentação para a turma.

Ao término das atividades, a professora encaminhou para a autora produções textuais feitas pelos alunos e imagens feitas no decorrer das atividades. É sobre estes textos e imagens que este texto se baseia para tentar desvelar como o livro, ao expor as histórias daqueles casarões e das pessoas que neles viveram, contribuiu para revelar o que o historiador Michel de Certeau (1994) chamaria de “os fantasmas” da cidade.

## A PRODUÇÃO EM SALA DE AULA – HISTÓRIAS DE FANTASMAS E ASSOMBRAÇÃO

A capa do livro “Se essas paredes falassem” mostra a imagem de uma fechadura antiga, em tons ocre e fundo preto, desenhada em traços rápidos, rabiscados. Foi concebida para ser um convite a entrar, abrir as páginas e conhecer o conteúdo guardado ali. Olhar a capa e imaginar o que tinha ali dentro foi o primeiro exercício feito a partir do livro. Que histórias e lugares estariam contidos ali? Que personagens passeariam por aquelas páginas?

A professora Mariza convidou os alunos a soltar a imaginação a partir desta capa, desta imagem, deste convite a entrar. E o retorno foi surpreendente. Histórias de amor, de vida e morte, de fantasmas, de casarões assombrados começaram a brotar nos textos dos estudantes. A imagem os remeteu a um tempo passado, que chegou ao presente permeado por espectros. Em 34 pequenas redações, 11 apresentavam fantasmas, assombrações, histórias de mortos ou alguma tragédia que de uma só vez acabou com a história (um incêndio, um acidente). Outros nove textos mesclavam elementos de histórias de amor com mistério e terror. Algumas tentavam situar o livro em relatos ouvidos anteriormente (um casarão de São Francisco que pegou fogo, por exemplo), mas criando outras histórias em cima destes relatos. Os demais falavam de temas diversos ou do próprio livro, o que indica que as crianças já haviam ouvido falar sobre ele.

Palavras ou expressões como “morte”, “assombração”, “espíritos”, “casa mal assombrada”, “coisas paranormais”, “ruídos”, “criaturas estranhas” se repetem no vocabulário destes 20 textos citados. São palavras e expressões que indicam o que não se consegue explicar, o sobrenatural, o que existe sem existir. E, ao lado delas, figuravam outros elementos que permeiam as histórias de horror: “mistérios”, “sofrimentos”, “bruxos”, “maldições”, “terror”, “casa abandonada”.

Eu acho que esse livro fala sobre uma história de terror, que havia uma família que morava numa grande mansão e que um dia essa mansão pegou fogo e a família morre tudo isso a muitos anos atrás... Essa mansão não tinha herdeiro então ela foi reformada e leiloada e um casal comprou essa casa e o casal já morando na mansão os espíritos dos familiares começaram a assombrar o casal em um corredor largo e cumprido. A família assombrava o casal porque queria a casa de volta (MBS- 8ºAno E).

Eu acho que duas amigas moravam lá e tinha espíritos de antigos moradores na casa, e no final elas morreriam (EC-8ºAno E).

Acho que conta a história de uma antiga casa que vivia um família muito rica e esnobe. Um certo dia alguém misteriosamente matou o pai da família. Sua família foi embora de lá após o trauma. Anos e anos depois um garoto de 20 anos foi morar na casa e todas as noites na mesma hora, ele ouvia um barulho, e certa noite ele resolve investigar e descobre coisas paranormais acontecendo lá (MFT- 8ºAno E).

O aluno abaixo misturou romance e mistério em seu texto.

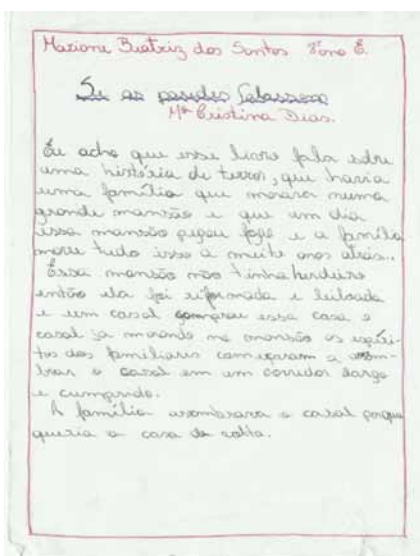
Eu acho que é uma história de terror. Que se trata de uma menina que namorava com um cara muito mais velho do que ela, ela tinha 14 anos e o cara 20 anos. Um dia ela quis se separar dele e ele não aceitou o fim e assassinou ela na casa dela. No dia seguinte a mãe chegou em casa e encontrou a filha morta (M- 7ºAnoC).

Dos 34 trabalhos lidos, quatro situaram a capa do livro no contexto da cidade, talvez por já terem ouvido falar dele em outro momento, com os amigos ou na mídia. Esses relatos apareceram na turma de sétimo ano.

Eu acho que o livro 'Se essas paredes falassem' conta várias histórias de casas e casarões que foram ou são muito importantes para a cidade de Joinville (LGS- 8ºAnoE).

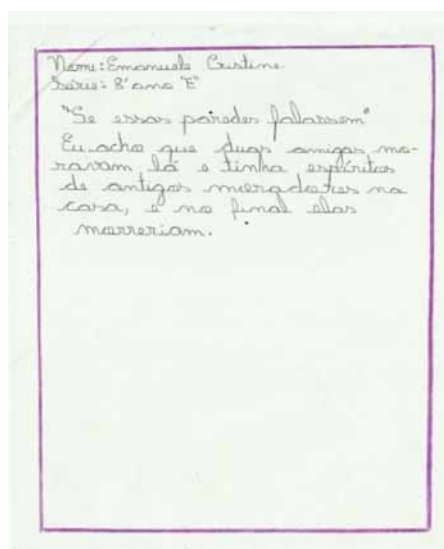
Eu acho que se fala sobre a história dos antigos casarões que marcaram a construção de Joinville (SMM- 7ºAnoC).

Figura 1



Redações produzidas em sala de aula  
Crédito: divulgação

Figura 2



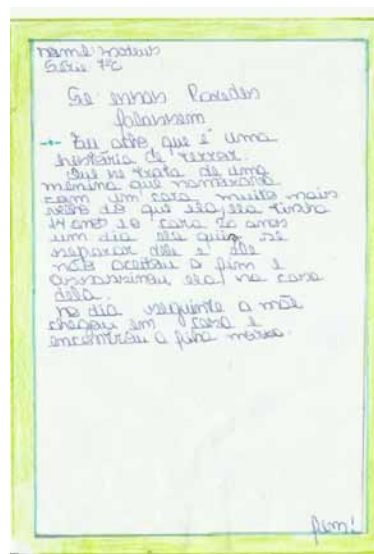
Redações produzidas em sala de aula  
Crédito: divulgação

Figura 3



Redações produzidas em sala de aula  
Crédito: divulgação

Figura 4



Redações produzidas em sala de aula  
Crédito: divulgação

Os textos foram apresentados e ficaram expostos em sala de aula. Somente após esse momento as crianças foram apresentadas ao conteúdo escrito do livro. Puderam abrir a maçaneta desenhada na capa e entrar naquele universo. Em grupo, leram as histórias, discutiram os temas e escolheram formas de apresentá-las aos colegas.

Alguns grupos visitaram os casarões (com os pais ou com colegas do mesmo grupo), fotografaram e os apresentaram em sala em um segundo momento. Eles foram aos locais, em alguns casos entraram e conheceram por dentro (um exemplo é o museu da imigração). Algumas crianças tiraram fotos nas fachadas destes locais, como turistas em sua própria cidade. Outras ainda brincaram com as próprias imagens e a dos casarões, fazendo pose e os mostrando para os colegas (um exemplo é a imagem de duas alunas, de uniforme, na porta fechada da Casa Richlin). Andaram pela cidade, tocaram e olharam para estes “fantasmas” que se misturavam ao novo. Conhecendo um pouco da história contida neles.

Alguns dos casarões já eram conhecidos. O Museu da Imigração é um símbolo da cidade e as escolas costumam fazer excursões com as crianças para visitá-los. A casa do ex-prefeito Procópio Gomes de Oliveira, situada na avenida que leva o seu nome e que é uma das principais ligações da zona Sul (onde ficam as escolas destes estudantes e onde eles moram) fazia parte do caminho dos alunos, que passam por ela para chegar ao centro.

Mesmo com a leitura da história dos casarões, a visualização deles no livro e o conhecimento do endereço, alguns alunos, ao chegar nas ruas, trocaram os nomes destas casas. Contemplaram um imóvel achando que estavam olhando outro. Um caso foi o de uma aluna do 8º Ano E, que posou em frente ao casarão do antigo Banco do Brasil, na praça Nereu Ramos, mas o identificou como “Farmácia Leão”, que fica na rua 9 de Março, na esquina da praça Lauro Müller, a “praça da Biblioteca”. O mesmo aconteceu com um aluno que envolveu a família no trabalho, fez uma maquete caprichada com a ajuda do pai, mas usou a imagem do prédio do Banco do Brasil para contar a história da farmácia. Apesar de viverem na cidade, já terem visto esses imóveis, passado em frente deles e lido suas histórias no livro, o conhecimento destas edificações ainda não estava claro.

Os estudantes também realizaram esquetes divertidas em sala de aula, representando histórias escolhidas do livro para chamar a atenção para um casarão ou um personagem de Joinville. Isso ocorreu, por exemplo, com a figura do ex-prefeito Procópio Gomes de Oliveira. Um dos grupos encenou um chá com o político, onde ele, como personagem, contou a sua história e a do casarão que ergueu para morar com a família, na rua que hoje leva o seu nome. Esta foi uma das esquetes apresentadas à turma e a autora do livro, no encerramento das atividades.

Figura 5



Estudante diante do casarão dos Hagemann - rua do Príncipe  
Crédito: divulgação

Figura 6

Estudante diante do casarão de Procópio Gomes de Oliveira – av. Procópio G de Oliveira  
Crédito: divulgação

Figura 7

Estudantes diante da Casa Richlin -rua do Príncipe  
Crédito: divulgação



Figura 8

Estudante diante do Museu da Imigração-rua Rio Branco  
Crédito: divulgação

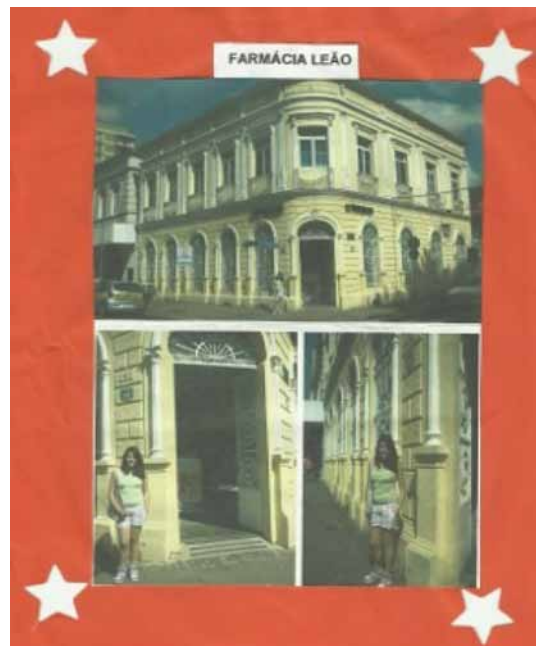
Figura 9

Trabalho representando casarão Delitsch-rua do Príncipe  
Crédito: divulgação

Figura 10

Trabalho representando Casa Richlin-rua do Príncipe  
Crédito: divulgação

Figura 11



Estudante diante do casarão do Banco do Brasil,  
identificado como o da Farmácia Leão – rua do Príncipe  
Crédito: divulgação

Figura 12



Maquete o casarão do Banco do Brasil,  
identificado como o da Farmácia Leão – rua do Príncipe  
Crédito: divulgação

## FANTASMAS DA CIDADE

Em seu livro **A Invenção do Cotidiano**, o historiador francês Michel de Certeau (1994) dedica o capítulo “Os Fantasmas da Cidade” a analisar como antigas construções em Paris se mantêm de pé em meio ao novo, ao moderno, lembrando um passado que ficou para trás, mas que ao mesmo tempo está presente. Em sua crítica, ele afirma que eles formam “ruínas de uma cidade desconhecida, estranha” (CERTÉAU, 1994, p. 190), como um espectro (para usar um termo dele) que permeia a nova cidade e faz com que estas construções antigas muitas vezes envelheçam depois das mais novas. “Este fantasma é esconjurado sob o nome de patrimônio” (CERTÉAU, 1994, p. 190). Mas ele prossegue

lembrando que há algo mais ali – e que é importante. Algo que permite às pessoas “imaginar a cidade”, o que é importante para vivê-la. A cidade é muito mais que edificações e ruas novas, as suas formas utilitárias. Ela vai além disso e inclui este passado também - e é isso que a torna o que é.

Para Certeau, estas construções, estes “fantasmas” têm uma certa autonomia e “subtraem-se” ao presente: “Historicamente, de fato, eles têm uma função que consiste em abrir uma profundidade no presente, mas não tem mais o conteúdo que provê de sentido a estranheza do passado” (CERTEAU, 1994, p. 190).

Em uma nova configuração estética urbana, mais democrática, Certeau afirma que duas “redes” merecem destaque: os gestos e os relatos. Nas palavras dele: “Os gestos são verdadeiros arquivos da cidade, se entendermos por 'arquivos' o passado selecionado e reempregado em função de usos presentes. [...] As histórias sem palavras do andar, do vestir-se, de morar ou do cozinhar trabalham os bairros com ausências” (CERTEAU, 1994, p. 200).

Já os relatos incluem as histórias desses lugares, de suas pessoas. Incluem não só as glórias do passado e as lendas das ruas, mas as histórias das pessoas comuns, que são contadas em casa ou nos cafés. E ele vai além, clamando que a restauração coloque esses relatos em seus lugares. “Já o faz registrando e difundindo as memórias que se contam no padeiro, no café ou em casa. Mas isto é feito arrancando-as de seus lugares” (1994, p. 201).

Andar pelas ruas de Joinville é se deparar com esses “fantasmas” a que se refere Certeau e os estudantes em seus textos. A cidade conserva um patrimônio arquitetônico em sua área central, em grande parte tombado, que ao longo do tempo se mesclou a edificações mais novas – um espaço urbano, dinâmico, que não para de crescer e se modificar.

Escondido atrás de letreiros do comércio popular ou imprensados entre construções mais recentes, casarões antigos (alguns centenários) muitas vezes escapam ao olhar dos passantes. Mas estão ali. São “fantasmas” em uma cidade que já não conhece seus significados, sua relação com o espaço ou porque permanecem preservados. Estão presentes e ao mesmo tempo ausentes, já que desconectados do seu modo de fazer, daquilo que os tornou patrimônio. Mas continuam a fazer parte dessa “ambivalência de suas estranhezas” que, para Certeau torna a cidade habitável.

Ao olhar a capa do livro com a imagem de uma fechadura antiga mostrada pela professora, o grupo de estudantes começou a lançar um olhar para esses “fantasmas” e tentou explicá-los usando a imaginação. Afinal, o que tinha ali dentro? Elas certamente não leram Certeau, mas a analogia com o espectro, o morto que permanece vivo, e a assombração permeou os textos mesmo assim. Sem saber o que esperar, incentivados a criar sobre elementos que remetiam às construções (o próprio título do livro, “Se essas paredes falassem” e a fechadura antiga), eles lançaram mão da figura do espectro, do ser destituído de vida, mas que permanece presente entre os vivos. Também se valeram de temas de mistério e até terror - o que não conhecemos não tem significado para nós e é, ao mesmo tempo, assustador.

Mas em um segundo momento os estudantes abriram o livro e leram as histórias contadas pelas pessoas que mantiveram alguma relação com aqueles imóveis. De certa forma, os “fantasmas” ganharam voz, ganharam uma face, ganharam um sentido.

E eles partiram para tecer as suas próprias relações com esses espectros que estavam se revelando. Ao percorrer as ruas, parar em frente aos casarões, entrar, fazer fotos da fachada, eles foram além da leitura, além do conhecimento abstrato, do “ouvir dizer” e estabeleceram o contato físico. Tocaram os prédios, brincaram nas suas portas ou nos seus jardins, fizeram pose para a foto. Do seu jeito, se apropriaram destas edificações que, agora, já tinham algum sentido para eles.

Nesse sentido, podemos afirmar que, tal qual a fechadura que abriu as portas da imaginação, a leitura, interpretação, criação e as vivências desencadeadas pelo livro possibilitaram um olhar destes jovens aos casarões que antes jaziam inertes, invisíveis, na cidade porque eram destituídos de sentido. Uma leitura que contribuiu para levantar a ponta do “lençol branco” que cobria aqueles espectros da cidade.

## REFERÊNCIAS

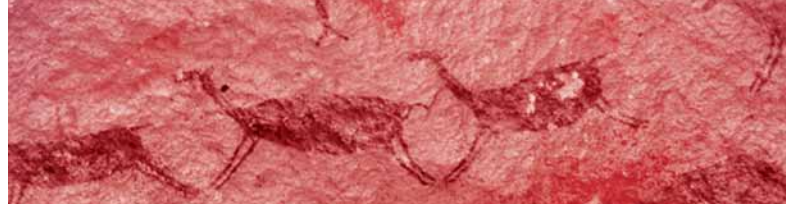
CERTEAU, Michel. Os fantasmas da cidade. In: **A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel. Andando na cidade. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 23, 1994.

DIAS, Maria Cristina. **Se essas paredes falassem**. Joinville: Nova Letra, 2011

## Fontes

Imagens e trinta e quatro redações produzidas em 2012 pelos alunos do sétimo ano da Escola Municipal Caic Professor Mariano Costa, no Adhemar Garcia, e do oitavo ano da Escola Municipal Anna Maria Harger, no Guanabara.



## Guerra do Paraguai: diferentes olhares sobre o patrimônio no ensino de História

MISLEINE KREICH<sup>1</sup>

DANIELA PEREIRA<sup>2</sup>

SANDRA PASCHOAL LEITE DE CAMARGO GUEDES<sup>3</sup>

**RESUMO:** Mais de 140 anos se passaram desde o início do mais sangrento conflito bélico da América do Sul, a Guerra do Paraguai (1864-1870), porém continua instigando muitas análises e narrativas de pesquisadores dos diferentes países envolvidos. Também conhecido como Guerra da Tríplice Aliança, esse conflito envolveu Brasil, Argentina e Uruguai (como aliados) contra o Paraguai, em uma disputa pelo controle dos Rios Paraná, Paraguai, Uruguai e Rio da Prata; e pelo poder da região platina. O objeto de análise dessa comunicação são as apropriações contemporâneas dessa guerra pelos paraguaios expressas por meio das exposições de dois espaços de memória, o Panteão Nacional dos Heróis e Instituto Histórico e Museu Militar ambos localizados em Assunção no Paraguai. Para tanto, foram desenvolvidas análises e pesquisa bibliográfica, sobre memória, representações e ensino de história, além de pesquisa de campo nas duas exposições. As representações encontradas podem ajudar o professor de história a propiciar uma discussão mais ampla acerca da guerra do Paraguai. Vale destacar que estes espaços de memória não são produto de escolhas ingênuas, mas locais utilizados para simbolizar e retratar a história de um grupo, e é nesse sentido que visamos contextualizar e discutir essas representações, com diferentes olhares do professor no momento em que percebe diferentes olhares para um mesmo objeto de estudo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio Cultural; Museus; Guerra do Paraguai; Ensino de História.

### INTRODUÇÃO

As últimas décadas vem se caracterizando por reflexões, estudos e interpretações sobre o papel da memória na construção de identificações nacionais, pois a afirmação de uma memória nacional busca interagir com o sentimento de pertencimento dos sujeitos e, por isso, se materializa através de meios como símbolos e monumentos.

Discursos museais, a construção de uma identidade nacional e representações são eixos norteadores nessa investigação, contribuindo para a reflexão sobre os modos de construção dos significantes “nós” e “outros”. É importante ressaltar que o processo de patrimonialização, por meio de uma exposição museal, opera-se no sentido de retirar fragmentos de seu contexto original e as novas atribuições de sentido que lhe são instituídas são previamente selecionadas para enfatizar determinadas significações. Essas práticas museológicas, que trabalham com apropriações de realidades, implicam na produção de identificações culturais de imagens e referenciais de memórias, que podem resultar tanto em formas de rememoração quanto de esquecimentos. A sociedade por meio dos espaços de memória utiliza-se destes discursos e, para tanto, é preciso que o professor esteja preparado para problematizar a historicidade dos mesmos, os seus usos e desusos. Nesse sentido buscamos exemplificar, através do estudo de caso do Panteão

<sup>1</sup> Acadêmica do 4º ano do curso de licenciatura em História da Universidade da Região de Joinville.

<sup>2</sup> Mestranda em Patrimônio Cultural e Sociedade na Universidade da Região de Joinville.

<sup>3</sup> Doutora em História, professora do curso de História e do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade- Univille.

Nacional dos heróis e do Museu Militar, localizados em Assunção, no Paraguai, como existem diferentes discursos sobre um mesmo objeto, neste caso a história da guerra do Paraguai. Para tanto foram feitas visitas a campo com análises das exposições desses dois espaços de memória e cujo principal objetivo é retratar essa guerra. Também foram analisados referenciais teóricos sobre a história da guerra e sobre representações, dialogando com o patrimônio cultural. Assim esse artigo é dividido em três partes, a primeira contextualizando a Guerra do Paraguai, e seus desdobramentos, a segunda analisando os espaços de memória e o que se propõe e a terceira refletindo sobre as apropriações que esses espaços podem contribuir ou tender nas utilizações no campo prático para o profissional da história.

## CONTEXTO DA GUERRA DO PARAGUAI

O Paraguai conquistou sua independência em 1811, com José Gaspar García Rodríguez de Francia no poder, também conhecido como "Dr.<sup>4</sup> Francia", ou "O Supremo", que governou o país até sua morte, em 1840. A partir deste momento a política interna se tornou isolacionista, buscando assim um crescimento estrutural, sem relações comerciais com outros países. Após 1840, quem assume o poder é Carlos Antonio López, que amplia as relações internacionais do Paraguai com outros países e quando, em meados daquela década, o Brasil reconhece a independência paraguaia.

Na década de 1850 o país cria barreiras à livre navegação do rio Paraguai para os brasileiros, com delimitação das fronteiras no rio Branco. Neste momento a navegação era de primordial importância para o Império brasileiro, cuja dificuldade de acesso às vias fluviais, impossibilitava o acesso ao Mato Grosso e a várias outras localidades para o transporte e comércio de mercadorias. Nesse sentido o Brasil, ameaçou o Paraguai com uma guerra, caso não fosse novamente livre a navegação, que foi retrocedida pelo Tratado de 1856, que garantia a livre navegação. Mesmo assim, ao longo dos anos posteriores, o Paraguai por meio de regulamentos e taxações acabou barrando e dificultando o acesso fluvial.

A partir de 1862, um contexto significativo que traz mudanças e acentua conflitos começa a acontecer no cenário da América do Sul, pois, de acordo com Doratioto:

No Paraguai, Francisco Solan López ascendeu ao poder; na Argentina, houve uma reunificação nacional sob a liderança de Buenos Aires e, no Brasil, o Partido Liberal substituiu o Conservador ao governo. Nesse ano, também teve fim a moratória para a definição dos limites, estabelecida pelo Paraguai com o Império e a Confederação Argentina na década anterior. (2002, p.41)

Nesse contexto, é possível verificar a grande instabilidade que a região vivia naquele momento que precedia a guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. A Argentina vivia dividida entre Confederação Argentina e Buenos Aires<sup>5</sup> e o Uruguai vivia uma extrema disputa entre Colorados e Blancos<sup>6</sup>. O Brasil também tinha interesses, além das outras regiões, no Uruguai, e nesse momento tentava manter sua influência, diante da ameaça do rompimento de relações internacionais pelo presidente Atanasio Cruz Aguirre, do Partido Blanco, que pretendia anular o Tratado de Limites de 1852<sup>7</sup>, diante do envolvimento em um conflito armado com esse país, desgaste que já vinha ocorrendo perante a chamada Guerra do Uruguai (1864)<sup>8</sup>.

<sup>4</sup> Era chamado de Doutor, mas ele foi advogado, teólogo e também partidário político.

<sup>5</sup> De acordo com Doratioto, a partir de 1852, treze províncias se juntaram no Congresso de Santa Fé e criaram a constituição, com modificações descentralizadoras, sendo assim Buenos Aires não compactuou com a proposta e criou sua constituição em 1854, nesse sentido começaram a coexistir duas unidades políticas. (DORATIOTO, 2002).

<sup>6</sup> Os colorados apoiados pelo Império Brasileiro que tinham visão unitária enquanto que os Blancos eram federalistas e acabaram sendo apoiados pelo Paraguai. (DORATIOTO, 2002).

<sup>7</sup> Tratado de limites, assinado em Montevidéu, que estabelecia os limites entre Brasil e Uruguai. (DORATIOTO, 2002).

<sup>8</sup> A Guerra do Uruguai aconteceu na medida em que o Império Brasileiro decidiu interferir na política uruguaia, pois os estancieiros brasileiros que se localizavam na fronteira do Rio Grande do Sul, passando a ter propriedades invadidas e gados. Sendo assim, o império tentou intervir diplomaticamente através de Aguirre, mas sem sucesso. Nesse sentido o Império interviu militarmente. (DORATIOTO, 2002).

Esse conflito havia organizado tropas, invadido e deposto o governo uruguaio do ditador Aguirre, que era líder do Partido Blanco e aliado de Solano López do Paraguai. Em contrapartida, em meio ao cumprimento de ameaças anteriores do Paraguai para com o Brasil, é declarada guerra, e um vapor brasileiro é apreendido. Em um segundo momento, no dia 28 de dezembro de 1864, os paraguaios invadem a região de Mato Grosso e o Império brasileiro toma a frente do conflito que durou até 1870, ocasionando consequências trágicas a todos os países envolvidos, mas, principalmente ao Paraguai que teve aproximadamente 300 mil mortos e perdeu cerca de 40% de seu território para o Brasil e Argentina, além de várias limitações econômicas.

## ESPAÇOS CONTEMPORÂNEOS DE MEMÓRIA DA GUERRA DO PARAGUAI

O projeto do Panteão foi feito pelo arquiteto italiano Alejandro Ravizza, em 1863 quando iniciam a sua construção sob o governo de Solano López, para ser o Oratório da Virgem de Nossa Senhora Santa Maria de Assunção, mas com o início da guerra do Paraguai, os recursos foram destinados ao conflito e a obra passa a ter sua construção interrompida.

Em 1929, após 70 anos do término do conflito, foi retomada a construção. Momento de crise mundial, em que a América Latina passava por uma grande instabilidade e por grandes mudanças políticas que ocasionaram diversos golpes de Estado ao longo da década de 1930, especificamente no Paraguai, quando nos anos de 1932 a 1935 ocorreu a Guerra do Chaco<sup>9</sup>, no qual sai vitorioso e com a posse do território. Nesse sentido, é possível perceber que ao longo do século XIX e XX, o Paraguai visava à consolidação de uma identidade nacional e sua soberania perante a América. O espaço do Oratório passa a ser retomado como denominação de um Panteão<sup>10</sup>, finalizado e inaugurado em 1936, cujos restos mortais do Marechal López foram levados em urnas para compor a inauguração do Panteão. A inauguração foi acompanhada por muitas pessoas, que fecharam as ruas no seu entorno e comemoraram a construção de um bem que pudesse “lembrar os heróis nacionais”.

Neste momento quem está no poder é o Coronel Rafael Franco, e é através de seu governo que é dada ênfase ao culto dos heróis, dando base à legitimação de poderes vigentes através de espaços de memória pela contemplação e identificação de símbolos que remontassem à identidade nacional, como a figura de Solano López, fomentando uma história teleológica para legitimação do poder vigente.

Atualmente o Panteão Nacional dos Heróis é símbolo da República e da administração de Solano Lopes, considerada como patrimônio histórico paraguaio, representa a história desse país, como também abriga os restos mortais de figuras representativas das principais guerras que envolveram a construção da soberania desse país.

O Instituto Histórico e Museu Militar, por sua vez, foi criado a partir do decreto número 17.730 de 6 de outubro de 1939, firmado pelo Presidente da República, o General José Félix Estigarribia. Neste decreto fora exposto que o museu tinha por finalidade a guarda e conservação de troféus conquistados por guerra. Em 1958 a sede muda e continua até hoje no prédio do Ministério da Defesa Nacional. Este museu conta atualmente com diversos objetos da guerra do Paraguai (1864-1870) e guerra do Chaco (1932-1935). Através de uma visita ao museu é possível perceber o caráter narrativo e contemplativo em que seu discurso é construído, utilizando símbolos de heróis nacionais por meio de pinturas que representam a guerra, roupas dos soldados e armas militares utilizadas naquele momento demonstrando a eficácia bélica. Analisando Suano (1986, p.12):

Estudiosos do colecionismo creem que recolher aqui e ali objetos e coisas seja como recolher pedaços de um mundo que se quer compreender e

<sup>9</sup> A guerra do Chaco envolveu o Paraguai e a Bolívia em uma disputa geopolítica pela região do Chaco Boreal.

<sup>10</sup> De acordo com o dicionário remete a Antiguidade Clássica que deriva de *pan* (todo) e *théos* (Deus), cujo significado designa templo de todos os deuses. Esses templos eram atribuídos para a adoração dos deuses mitológicos de cada região. Com o tempo esses templos chamados de Panteão passaram a designar locais onde se depositavam os restos mortais de pessoas “ilustres e notáveis” que prestaram serviços a sua nação. Com ampliação do monoteísmo no Ocidente, esses espaços passaram a ser dedicados aos personagens de destaque pelos seus feitos à pátria e para proporcionar reconhecimento aos “heróis” nacionais.

do qual se quer fazer parte ou então dominar. Por isso é que a coleção retrata, ao mesmo tempo, a realidade e a história de uma parte do mundo, onde foi formada, e, também, a daquele homem ou sociedade que a coletou e transformou em “coleção”.

É possível perceber que a história é permeada por simbolismos e pautada em escolhas e nessas escolhas são excluídas outras narrativas históricas. Hoje estudos sobre o espaço museológico retratam a importância de entender este contexto que é permeado de significações. Estes espaços têm muitos desafios no contexto atual, pois os objetos não devem ser apenas contemplativos, e principalmente não devem representar uma “verdade absoluta”. Ao contrário disso precisam ser problematizados e pesquisados para se entender mais profundamente sua história.

No Museu Militar é instituída uma identidade nacional que é passada e perpetuada pelo país no sentido de uma legitimação do poder vigente e também de uma acomodação por parte das pessoas, pois mostra os heróis nacionais e vitimiza-sua participação na guerra.

## REPRESENTAÇÕES DOS ESPAÇOS DE MEMÓRIA DO MUSEU NACIONAL E PANTEÃO NACIONAL DOS HERÓIS

Para identificar um objeto partimos de uma relação de simbolização que permite conferir significados, ter uma representação. Construímos nossa representação para tornar determinados objetos e ou coisas familiares ou reconhecíveis identificando seus signos ou seus significantes. Fazemos uma construção mental do objeto ou das coisas associando-o a um signo. Assim a representação é o que liga o signo ao objeto proporcionando cognição social (adaptação do sujeito ao seu meio) através de domínio e trocas de informações, envolvendo percepções, escolhas, julgamentos e comportamentos no meio social.

A representação é um elemento ativo na vida social e na construção dos sujeitos, pois estabelece e relaciona questões ideológicas, normativas, crenças, valores, imagens, ou seja, interpretações da realidade. Assim a mesma realidade pode ser interpretada de diferentes maneiras, apropriadas e vivenciadas também de várias formas e a constância de algumas formas seria um elemento comum, denominado de senso comum entre os indivíduos, quando são maioria. (CHARTIER, 1990, p.17)

Nesse sentido, é que o patrimônio cultural se mostra presente, pois é através de espaços de memória que a comunidade pode se sentir representada ou não dependendo do discurso em que este espaço é construído. A necessidade de ser lembrado surge quando há ameaça do esquecimento, assim, memória e esquecimento estão indissolúvelmente vinculadas, pois uma dá sentido à outra, ao mesmo tempo em que são díspares. A memória esta carregada de emoções e atribuições de sentidos, cuja função consciente ou inconsciente projeta sentimentos de pertencimento, que se tornaram um fenômeno cultural e político, pela emergência da memória, como uma das preocupações culturais e políticas centrais da nossa sociedade. Muitos desses discursos de memória podem ser inclusive, legitimadores de memória, de uma memória “verdadeira”, reforçada pelo poder de uma instituição. (SPINK, 1993, p.305)

A significação da memória acontece de modo individual, como uma faculdade individual e quando apropriada em um discurso para esfera social, essa memória esta condicionada a uma representação de memória, a um discurso político, que também significa, apropria, mas não consegue dar conta da totalidade das memórias que pretende envolver. O museu é um espaço de memórias, pois materialmente ou imaterialmente há uma ligação com memória desses objetos ou saberes, como afirma Le Goff (1992, p.476) “[...] a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”. Há essa necessidade de compreensão do espaço museal como reflexo das complexas relações culturais, políticas e sociais que o englobam, pois através de seu acervo as histórias individuais e coletivas que serão representadas. Como é o caso dos discursos de identidade nacional por quais os dois espaços de memória representam, nos quais simbolismos são apropriados, porém desviantes em algumas das características que se pretendem,



mas instigadores ao sentimento de pertencimento. As representações que cada um faz da sua própria memória, o conhecimento que há dela e a narrativa que exerce sobre essa memória, não são neutras. Ela acontece de modo individual, mas atravessada pelos vários fluxos, fala sempre de um lugar e representa a construção de sua identidade, se tornando reivindicada quando convir ao jogo em que esta inserida (CANDAU, 2011).

Os espaços de memória aqui explicitados se inserem nesse jogo, como instituições a serviço da preservação da memória, com a preocupação de guardar, preservar, e até cristalizar o tempo, no jogo de ausência e presença. Ausência referindo-se a uma perspectiva que não apresenta os discursos dos opositores na guerra como o Brasil, Argentina e Uruguai e que não reflita o conflito enquanto jogos de poder naquele momento e os desdobramentos de ambos os lados. De presença, quando o foco pauta-se em uma narrativa vitimizada da guerra, de modo a tendenciar a culpabilidade das questões econômicas e sociais para a esfera ausente, no caso os países opositores do Paraguai envolvidos nessa guerra, pois o que é cristalizado marca o tempo, e quando marcado e apropriado será lembrado.

O ato de “Musealizar” se caracteriza pela retirada de algo de uso cotidiano a uma nova atribuição de sentido, um novo simbolismo, pois perde a sua função primária, valorizando a sua nova função secundária, em constante retorno àquilo que foi, que já desempenhou. No caso desses espaços, os restos mortais de pessoas que assumem papéis sociais agora de heróis, como lutadores e salvadores de uma pátria, de um orgulho, demonstram os novos usos da história personificada para os fins de identificação à nação. Esse ato de musealizar passa então a trazer para o campo do patrimônio, algo que os sujeitos atribuem sentidos e o significam através da memória, atribuindo valor.

A noção de pertencimento realiza-se através do exercício da ação de possuir, de instituir, de deflagar ou não dispositivos, tanto para a preservação, quanto para acionar mecanismos de transferência de posse e saberes (CHAGAS, 2009, p.34). As identificações culturais<sup>11</sup> são construídas através do pertencimento, da apropriação (ou não) de ideias, valores e conceitos contidos nas exposições museológicas. Assim, materialmente ou imaterialmente há uma ligação com a memória desses objetos, relacionado ao pertencimento na construção identitária, como afirma Le Goff:

[...] a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja a busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. (1992, p.476).

Há a necessidade de compreensão desses espaços como reflexo das complexas relações culturais, políticas e sociais que o englobam, pois através de seu acervo as histórias individuais e sociais serão representadas.

Pode-se pensar essas ações de musealização ou patrimonialização exacerbada através de ideia de Huyssen (2000), ou ainda um mnemotropismo, denominado por Joel Candau (2011) do patrimônio em direção à memória, ou a própria memória em direção ao patrimônio, se nutrindo dos excessos de patrimônio, memória e identidade. O jogo com o patrimônio, entre as memórias, lembranças e esquecimentos, nos remete a vivência do patrimônio como um sintoma, com o medo de se perder na história, perder suas memórias e ser esquecido. Mas esse sintoma nem sempre é apropriado por todos. Há interesses específicos de cada sujeito ou grupo. Os excessos, onde tudo que condiz é um espaço musealizado suscita o que Joel Candau (2011) chama de compulsão memorial, um impulso de memória desmedido, fomenta sentidos e conflitos.

Esse processo denomina-se Tropismo Patrimonial<sup>12</sup>, um movimento em direção a memória, pelo desejo do que não pertence mais ao presente e envolve todo processo de patrimonialização. Esse

<sup>11</sup> O conceito aqui utilizado surge pela perspectiva teórica de Stuart Hall, pois o termo ‘identidade’ sugere algo estático e permanente, entretanto as relações sociais são dinâmicas e promovem constante mutação, como também os sujeitos se constroem com várias identidades, e não apenas uma. Portanto, a partir dessa perspectiva é pertinente falarmos em identificações e não identidade. As identificações são construídas a partir das diferenças: diferença é vista como múltiplos saberes, dizeres, percepções, entendimentos, valores, religiões, etnias, enfim culturas. (HALL, 2006. p. 83).

<sup>12</sup> Tropismo se caracteriza e opera através de vetores, são eles a metamemória e os sociotransmissores. Ver CANDAU (2009).

exagerado gosto pelo passado, ou bulimia patrimonial que busca uma emergência de memórias, pelo medo do vazio de sentidos, constrói os essencialismos das identidades culturais, essencialismos inclusive na concepção de nação. A memória e a identidade vivem nesse jogo narrativo, recorrendo ao discurso patrimonial, que pode ser percebido pelos espaços de memória citados seus usos e usufrutos. O patrimônio é o responsável, segundo Candau, pela unificação entre o fenômeno da essência de identidades e a tradição.

Para ele, assim se configura as retóricas holísticas, ou seja, a representação do grupo de pertencimento essencializado por todos, cujas circunstâncias, fatos ou objetos que transmitem essa ideia de memória, que fazem essa ligação são os sóciotransmissores (CANDAU, 2011). O museu e espaços de memória são pois, sóciotransmissores que promovem experiências memoriais, atribuindo uma materialidade às experiências e memórias ditas coletivas, trazendo elementos que fomentem essencialismos como as culturas nacionais. Essas apropriações por meio do fomento a identidade nacional

[...] se equilibra entre a tentação por retornar a glórias passadas e o impulso por avançar ainda mais em direção à modernidade. As culturas nacionais são tentadas, algumas vezes, a se voltar para o passado, a recuar defensivamente para aquele "tempo perdido", quando a nação era "grande"; são tentadas a restaurar as identidades passadas. Este constitui o elemento regressivo, anacrônico, da estória da cultura nacional. Mas freqüentemente esse mesmo retorno ao passado oculta uma luta para mobilizar as "pessoas" para que purifiquem suas fileiras, para que expulsem os "outros" que ameaçam sua identidade e para que se preparem para uma nova marcha para a frente (HALL, 2006, p.50)

Uma das principais fontes de identidade cultural, segundo Stuart Hall, são as culturas nacionais. A definição do que somos perpassa a nacionalidade, como se estivesse inscrita em nossa essência, “na verdade, as identidades nacionais não são coisas com as quais nos nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação” (HALL, 2006, p.47). Processos que exercem a determinação contínua de papéis sociais, entre os “vencedores” e “vencidos”, entre grupos que impedem o progresso nacional e outros que ajudam, perpassa de um discurso maniqueísta, previamente selecionado de modo a vitimizar uma das esferas, voltado a manutenção dos poderes, saberes e memórias políticas. Existir enquanto cidadão nacional, no campo dos jogos de poder, implica em identificar-se nos referenciais homogeneizadores de valores e identidades, esses impulsionados pelo discurso vitimizante, a ponto que novas perspectivas, a divergência e diversidade de ideias, representem uma ameaça às imagens idealizadas por esses espaços, e conseqüentemente a lugares instituídos. Para compreender essas redes que se entrelaçam sobre as identificações é preciso compreender que

[...] a nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos *um sistema de representação cultural*. As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da *idéia* da nação tal como representada em sua cultura nacional. Uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu "poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade" (SCHWARZ,1986,p.106 *apud* HALL, 2006,p.47).

A identidade nacional é também uma comunidade imaginada (ANDERSON, 1983), compostas por instituições, símbolos e representações, permeadas em um discurso que constrói sentidos, que se identificados podem produzir nossas identidades. Esses sentidos são produzidos por meio de histórias, memórias que conectam o presente e o passado, por meio de narrativas que simbolizam e representam experiências partilhadas, dando significado a sua existência, com ênfase nas origens, na continuidade, tradição e intemporalidade, como verdadeira e por último seu mito fundacional que torna histórias desastrosas em triunfos (HALL, 2006, p.49).

## USOS E (DES)USOS DO MUSEU PELO PROFESSOR DA HISTÓRIA: O PROFESSOR

A escola faz parte da sociedade e, portanto, possui normas e valores sendo importante veículo de construção dos mesmos. É também um importante meio de comunicação entre os indivíduos e, através desse meio, existe a apreensão e difusão de conhecimentos para compreender melhor o mundo em que vive e sua própria formação enquanto ser social. Neste sentido, faz parte da educação e do ensinar história entender um dos mecanismos que fazem valer este ensino, nesse caso os espaços de memória.

A História representa a transformação humana. Somos todos sujeitos históricos, permeados por um contexto histórico. Com a história a sociedade pode entender a si mesma; não existe uma verdade absoluta, mas sim narrativas de verdades. Assim a História busca compreender mudanças e permanências. Neste sentido pode-se sugerir que o ensino de História se faz importantíssimo, pois pressupõe que os alunos conheçam o mundo em que vivem e a partir disso, tomem consciência de seu caráter político e também de seus direitos e deveres, mas que, principalmente, questionem e reflitam sobre a atualidade para se tornarem cidadãos críticos. Assim:

O professor de história ajuda o aluno a adquirir ferramentas de trabalho necessárias para aprender a pensar historicamente, o saber-fazer, o saber-fazer-bem, lançando os germes do histórico. Ele é responsável por ensinar o aluno como captar e valorizar a diversidade das fontes e dos pontos de vistas históricos, levando-o a reconstruir, por adução, o percurso da narrativa histórica. (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p.34)

Sendo assim, é a partir deste sentido que os discursos permeados em museus e espaços de memória são importantes na construção do ensinar e fazer-se da história. O momento atual pede um olhar ainda mais cuidadoso no que tange ao ensino da história, pois cada vez mais, pessoas de outras áreas do conhecimento decidem escrever sobre história, e muitas vezes não levam em conta a teoria, as metodologias, por consequência terminam por fazer análises indevidas.

Mas afinal de contas o que seria a história? Em resposta muitos debateriam que a história é feita de uma narração de fatos, trabalhando assim, por meio de escolhas feitas pelo historiador que busca através de metodologia alcançar não uma verdade absoluta, mas o mais próximo do real. Historiadores escolhem, e são permeados por atos políticos, pois busca-se a aproximação com o real, influenciado pelo contexto em que se insere, a forma como foi abordado, o discurso exposto. Entende-se então que a pesquisa, o conhecimento adquirido e repassado foi feito através da construção da pesquisa que foi feita pelo especialista. Como a história é um ato político Nikitiuk (2004) afirma que os espaços de memória, os museus utilizam-se de discursos para representar sua história, mas vale destacar que essa história não é a verdade absoluta, mas sim, que faz parte de um discurso escolhido por alguém, que muitas vezes expõe uma vontade de um grupo.

Os museus e espaços de memória além do fomento da memória são também participantes ativos da comunidade, pois estão a serviço da sociedade e como tais precisam vincular seu trabalho a esta comunidade. Nesse sentido as escolas são parte essencial do público que deve ser atingido para apreender sobre o patrimônio, sobre discursos históricos e também sobre o ensinar da história para além de quadro, sala e giz.

Por fim é preciso desvincular o pensamento de que museu é para uma simples contemplação, mas que na verdade ele está carregado de disputas políticas, de ideais, e que precisam ser problematizados pelos professores, pelos alunos para uma melhor visibilidade do seu caráter social. Desconstruir em sala de aula essas questões, utilizando os discursos museais como objetos de análise, discursos que demonstrem as narrativas do vencedor e dos vencidos, faz com que os alunos possam eles mesmos construir seus referenciais e senso crítico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dois espaços de memória, representam naquele país, uma emergência de patrimonialização pelo medo do esquecimento, na tentativa de preservar estruturas do passado, que remetam à

valorização da memória e patrimônio, cuja função principal acaba se tornando os usos desses bens para a construção de identidades e da nação. Tentar reproduzir estruturas do passado, reivindicando a função de lembrar com sentido utilitário, faz com que as intencionalidades por trás dos discursos sejam evidenciadas para além dos objetos e monumentos, mas aos sujeitos beneficiários (CERTEAU, 1996) de determinado bem. O patrimônio assume também, nesse caso, a esfera do campo político dentro dos jogos de memória materializados nas exposições, monumentos, prédios e seus discursos.

Nesse sentido, ambos os espaços, podem ser considerados, segundo a concepção de Pierre Nora (1993), como espaços de memória, pois supõem o fomento, apropriação e uso de memórias, no intuito de estimular a representação das identidades individuais e coletivas. Também lhes pode ser atribuída à função de espaço de representação social e mental conforme as reflexões expostas por Roger Chartier (1990) e Pierre Bourdieu (1989), sendo essas representações, apropriadas e reapropriadas pelos sujeitos, tanto do espaço material quanto simbólico. Essas duas esferas trazem a incitação desse espaço de memória, enquanto espaço simbólico, de uma construção e identificação do sentimento nacional, pois fornecem discursos, imagens, símbolos e eventos nacionais que significam e representam experiências partilhadas, com perdas e triunfos que conferem sentido a nação. Essas atribuições significam existências nacionais, conectando sujeitos aos lugares destinados às memórias, na projeção da idéia de nação e de cultura nacional por meio de um mito de origem fomentado pela da narrativa expressa nesse espaço.

Desconstruir essas narrativas por meio das análises de discursos proferidos nesses espaços é essencial para o ensino de História que seja comprometido com a construção do senso crítico reflexivo. Repensar a história enquanto objeto maniqueísta de vencedores e vencidos faz com que os sujeitos inseridos no processo de ensino e aprendizagem possam se compreender enquanto sujeitos da história dentro do campo dos jogos de poder.

## REFERÊNCIAS

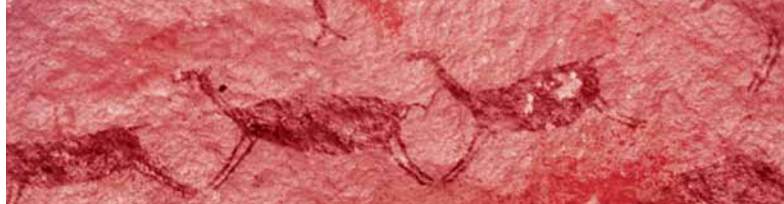
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre o poder simbólico**. In: \_\_\_\_\_. O poder simbólico. Lisboa, Difel, 1989.
- CANAU, J. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. (Col. Memória e sociedade).
- CHAGAS, M. de Souza. **Imaginação Museal. Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: MINC/IBRAM, 2009. (col. Museu, Memória e Cidadania).
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- LE GOFF, J. Documento Monumento. In: \_\_\_\_\_ **História e Memória**. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- NORA, P. (1993), Entre memória e história. A problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Houry, **Projeto História**, São Paulo, n.10, p.7-28.

NIKITIUK, Sônia L. (org) **Repensando o Ensino de História**. 5° ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SCHIMIDT Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

SUANO, Marlene. **O que é museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SPINK, M. J. P. The Concept of Social Representations in Social Psychology. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, 9 (3): 300-308, jul/sep, 1993.



## Tensões urbanas: o “lado negro” da Fortaleza de São José de Macapá

MÔNICA DO NASCIMENTO PESSOA<sup>1</sup>  
RAQUEL ALS VENERA<sup>2</sup>

**RESUMO:** Esse artigo faz parte de uma pesquisa em andamento intitulada “Discursos e tensões sobre o enobrecimento e apropriações dos negros na Fortaleza de São José de Macapá”. Pretende-se fazer as abordagens iniciais da pesquisa destacando a História Oral e alguns documentos históricos, de modo a perceber as memórias dos afrodescendentes que foram excluídos das políticas de modernização do entorno de um monumento construído por negros africanos no século XVIII e suas impressões diante de seu remanejamento para lugares distantes do centro, dando espaço ao cartão postal da cidade hoje chamado de “lugar bonito”. Desse modo discutiremos temas como multiculturalismo, diferença e racismo para entender o olhar dado ao negro hoje no Amapá e no Brasil, pensando a partir disso em suas novas apropriações à Fortaleza de São José de Macapá, entendendo que os sentidos de negritude mudam no tempo e dão lugares a algumas contradições: Que lugar é esse que antes era ocupado por remanescentes negros e hoje é conhecido como “lugar bonito”?

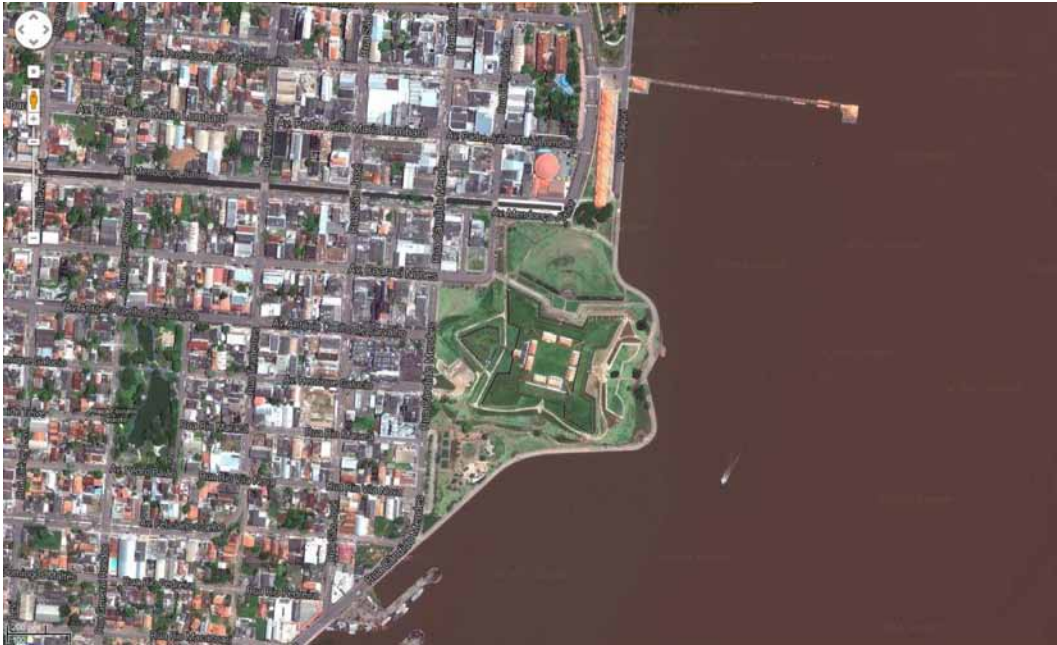
**PALAVRAS-CHAVE:** história oral; patrimônio; negritude e diferença.

Iniciamos o presente artigo trilhando os caminhos de algumas populações africanas, para então refletir sobre seu lugar no tempo presente. Como as populações africanas surgem no contexto amazônico? Como sobrevivem com a escravidão na construção desta Fortaleza de São José de Macapá? De que maneira a presença do negro vai constituir elementos da identidade amapaense? Para tanto, é preciso perceber a Amazônia no contexto das navegações ultramarinas. É a partir desse momento que o Brasil, com a colonização portuguesa, começa a desenhar novos limites.

Essa Fortaleza fica situada na cidade de Macapá no estado do Amapá, à beira do Rio Amazonas, sua localização se dá como uma estratégia da maioria das construções militares portuguesas. Na imagem podemos perceber a proximidade com o rio e com a cidade.

<sup>1</sup> Graduada em Licenciatura plena em História pela Universidade Vale do Acaraú, Pós-Graduada em Ensino de História e da cultura Afro-brasileira na UNINTER, Mestranda em Patrimônio Cultural e Sociedade na UNIVILLE- Universidade da Região de Joinville. O presente artigo é parte da Dissertação de Mestrado, vinculado ao Projeto de Pesquisa “Abordagens discursivas de juventude no tempo presente: questões metodológicas nas análises de textos curriculares” em parceria com a UFRJ e UERJ, financiada pelo CNPq, no qual também é bolsista pela CAPES. E-mail: menina-lilas@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professora do Mestrado em Educação, MEDUC, e Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, MPCs, ambos da UNIVILLE, SC. É coordenadora do Núcleo Univille envolvido na Pesquisa “Abordagens discursivas de juventude no tempo presente: questões metodológicas nas análises de textos curriculares” e vice-líder do Grupo de Pesquisa Políticas e Práticas Educativas. Endereço eletrônico: raquel.venera@univille.br



A Fortaleza de Macapá e o Rio Amazonas. Fonte Google MASP. Acesso: 23/6/2014

Apesar de se integrar no contexto da cidade, as fortificações se transformavam em um objeto fundamental na demarcação de territórios coloniais. Existia um forte interesse nas riquezas amazônicas. Nesse sentido, o colonialismo português se assegurava em três aspectos para seu fortalecimento; “população, agricultura e comércio” e para isso precisavam “preservar os limites territoriais e fronteiriços do império” (CAMILO, 2009, p.31).

Dessa forma, a Fortaleza de São José de Macapá inaugurada em 1782, foi pensada para delimitar territórios portugueses contra possíveis inimigos; Ingleses, Franceses, Holandeses e Espanhóis. Um projeto do Francês Sebastien Le Prestre de Vauban, Engenheiro Militar de fortificações de Luis XIV, no século XVII, época da hegemonia cultural européia, aperfeiçoado em técnicas de ataque e defesa em guerras a serviço dos Portugueses. Utilizou-se para esse empreendimento a mão de obra negra e indígena, como mostra Albuquerque, assim como explicita também os objetivos das fortificações no período colonial.

[...] a edificação do forte, foi um projeto gestado a partir da preocupação do Governo Português em preservar seus domínios, garantindo a exploração e o comércio dos produtos da região amazônica. As práticas de pirataria e as constantes invasões dos estrangeiros construindo fortificações, escravizando índios, praticando escambo e explorando riquezas, constituía em prejuízo para a metrópole (ALBUQUERQUE, 2001, p.33)

No Amapá, Mendonça Furtado, governador do Grão Pará<sup>3</sup>, já mencionava o ávido desejo pelas terras amapaenses, organizou uma missão de reconhecimento das terras em 1752, pois era preciso a povoação da vila de São José de Macapá. Abismado com a riqueza, e também preocupado com os perigos causados pela proximidade da Guiana Francesa, o governador se adiantou: “Não me pareceu que nada estava primeiro do que povoar o Macapá, porque temos por ali maus vizinhos, e com boas terras (...) e se Deus me der saúde vou logo fundar a nova povoação de São José (...) Que façamos ali uma povoação que livre a esse estado da lamentável miséria em que se acha...(Carta escrita por Mendonça Furtado em 4 de Dezembro de 1751, Marcos Carneiro Mendonça apud Camilo, 2009, p.97)

<sup>3</sup> A partir de 1751, a organização administrativa do Vale Amazônico, área que correspondia aos territórios das capitanias do Grão-Pará.

O tráfico de escravos favorecia um mercado em expansão. Existia a presença de indígenas, que inicialmente foram utilizados como mão de obra, porém segundo Salles (1971, p.5) a companhia de Jesus via o trabalho indígena comum a pecado, justificando que “a raça nativa era fraca e só pela segregação poderia servir, como a experiência havia demonstrado”. O negro era escravo em todos os tempos e já o era entre os seus. A ideia de que o negro já vivia sob o regime escravo na África funcionara para justificar a continuação da escravidão, sob uma nova ótica, não como era na África, por guerras tribais, mas agora sob interesses mercantis coloniais.

As diásporas para Schaan (2010, p.17) são “migrações forçadas em que sucessivas levas de povos são obrigadas a deixar sua terra natal por fuga ou coerção”, se reportando a diáspora africana, quando da intensa presença das populações negras vindas de África para a Amazônia. Registros confirmam que escravos que aportavam no Pará, depois seguiam para vários cantos da Amazônia, para trabalharem tanto como escravos urbanos quanto rurais, inclusive para o Amapá.

Em Migrantes de Cativoiro, é possível ver uma história real, do cotidiano de muitos negros oriundos da África, e dos maus tratos nas novas terras que passaram a habitar. Neto (2010, p.41) inicia, como em um Conto, o destino incerto e cruel de africanos na Amazônia:

Foi há muito tempo, em janeiro de 1876, quando Dom Pedro II ainda era imperador do Brasil, que na cidade de Belém, capital da província – hoje se diz estado – do Pará, a escrava africana Albina Maria da Conceição, com a idade de 30 anos mais ou menos, com a ajuda de algumas pessoas livres, foi à justiça em busca de sua liberdade. Albina contou ao juiz a sua história. Albina era uma criança de tão tenra idade que mal conhecia a sua mãe, quando brincando um dia no terreiro da pobre casa de sua mãe, um dia que lhe seria fatal, foi ela apanhada por um desconhecido que a levou “para bordo de um navio, onde já se achavam outras muitas [pessoas] de minha condição e de diversos tamanhos”, e dali a poucos dias “fez-se o navio de vela para o alto mar, quando sentimos barulho e gritaria ouvindo logo dizer que tínhamos sido tomadas, e conduzidas ao Rio de Janeiro aonde fomos livres”, sendo que os “homens e mulheres [africanos] foram logo gozar de sua liberdade e as crianças como eu [Albina] foram divididas por famílias para que acabando de nos criar fossemos recebendo alguma educação doméstica”.

Numa riqueza de detalhes, o autor narra a história de Albina, uma negra de 30 anos, que possuía uma marca feita a ferro no peito, um sinal de nascimento em Luanda, na Angola. Ela é raptada pelo tráfico negreiro ainda criança, quando brincava perto de sua casa. Quando Albina chega ao Brasil as leis já haviam mudado, o tráfico de negros já era considerado crime, pelo Brasil e também pela Marinha Inglesa. Mesmo assim, ela foi vendida e revendida na esperança de encontrar sua liberdade, mas vagava em um caminho sombrio, da violência e de turbulentos dias de escravidão doméstica, como em cativoiros. Longe de ser um caso isolado, essa história é um espelho de milhares de africanos arrancados de suas realidades para as terras brasileiras (NETO, 2010, p.41).

Os primeiros negros que cruzam o Rio Amazonas foram os da Guiné Portuguesa. A historiadora amapaense Albuquerque (2007, p.77) no estudo sobre o quilombo do Curiaú<sup>4</sup> revela a trajetória dos negros no Amapá, afirmando que

os negros chegaram ao Amapá no início da ocupação da região, no ano de 1751, como escravos de famílias provenientes do Rio de Janeiro, de Pernambuco, da Bahia e do Maranhão. Outros vieram da Guiné Portuguesa e trabalhavam na cultura do arroz. No entanto, o maior contingente veio a partir de 1765 para a construção da Fortaleza de São José de Macapá, durante o governo do Grão-Pará. Muitos desses negros escravos morreram de doenças como sarampo e malária, ou ainda em decorrência de acidentes de trabalho.

<sup>4</sup> Comunidade negra rural, localizada a 8km de Macapá. A comunidade é composta por remanescentes de negros escravizados que vieram para a construção da Fortaleza de São José de Macapá.



Há registros também no Arquivo do Pará do local de origem de escravos vindos para o Grão-Pará no período de 1753 a 1801, entre eles Benguela, Luanda e Moçambique. Com o tráfico, a maioria era fornecido do Rio de Janeiro, Recife e São Luís (CAMILO, 2003, p.125).

Salles (1971, p.76), tomando informações sobre as províncias do Pará informa que a população escrava da Província Grão-Pará (Belém, Cametá, Santarém, Macapá, Bragança e Rio Negro) em 1849, segundo o publicador paraense de Belém, chegava a 34.216 escravos. Em Macapá mais especificamente havia nesse período 2.934 escravos. As posições eram claramente demarcadas no processo produtivo da sociedade, em que o negro mão de obra era “construtor da economia agrária”, o índio “dono dos rios” era responsável pelas atividades extrativistas e o branco se posicionava como “desbravador e moralizador” das sociedades conquistadas.

Para a organização de escravos no norte da colônia, a responsabilidade ficava nas mãos da Companhia de Comércio do Grão Pará. No caso do Amapá, muitos negros aportavam para a construção da Fortaleza, pois segundo eles somente os negros poderiam sobreviver ao dia-a-dia do trabalho pesado em carregar pedras e baluartes, visto que os indígenas, para Companhia de Jesus, precisavam ser catequizados e não escravizados. Camilo (2003, p.130) relata a utilização de escravos no norte.

Esse contingente de negros desembarcados no Pará foi direcionado a vários serviços e, no que nos interessa, no caso da Fortaleza de São José de Macapá, serviu como mão de obra no cultivo da terra e, também, no serviços das construções urbanas e militares. No que diz respeito a sua utilização na construção da fortificação dessa praça, são muitos os documentos como o de 3 a de abril de 1765, onde se informa que os escravos negros trabalhavam nas pedreiras que serviam de apoio à construção do Forte (...) sendo investidos no local 131 trabalhadores efetivos, dos quais 119 eram negros.

Segundo dados do IBGE, 66,9% da população amapaense se declara parda, 6,6 preta e 26,2% branca<sup>5</sup>. Considerando a ausência de positividade nas histórias de negros no Brasil, as histórias de violências e tensões sociais, grande parte daqueles que se declaram “pardos” entenderam as regras e os sentidos negativos de negritude nesse contexto social e se diferem na sociedade. Feita essa consideração, essa análise prefere considerar uma maioria de cerca de 70% da população negra amapaense. A composição dessa sociedade se deu historicamente com a presença de escravos originados da África para a construção da Fortaleza de SJM meados do século XVIII. Parte desses afrodescendentes construíram territorialidades principalmente com a fundação da Vila de São José de Macapá em 1758 (MORAES, 2013, p.26), ocupando os espaços próximos a FSJM com “habitabilidades” que caminharam para uma apropriação do lugar principalmente até década de 1940, no Governo de Getúlio Vargas.

A década de 1940 marca a retirada de afrodescendentes que viviam no centro de Macapá, próximo da Fortaleza de São José de Macapá. Tal política fazia parte da agenda de modernização no governo de Getúlio Vargas (1937-1945), em um momento de grande turbulência política, que ficou conhecida como Estado Novo ou “ditadura Vargas”, em que os a imposição do Estado nacional se fortaleceu. Grande parte da imprensa expressava o mesmo discurso do Estado, objetivando “centralizar, coordenar e superintender a propaganda nacional”, assim os direitos civis eram cerceados para a garantia de um poder absoluto. A característica desse governo era a “personalização do poder”, ou seja, a figura do ditador, mas sob a máscara de um populismo, pois trazia as massas para sua legitimação, em que a velha cara do governo como “pai dos pobres” fazia criar a impressão de que os direitos adquiridos eram dados por um governo “popular, paternalista e provedor” e não como fruto das lutas populares do período (VICENTE, 2006, p.05).

<sup>5</sup> Síntese dos Indicadores sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira, 2010.



Rua da Praia, 1910 - Vila de São José de Macapá. Fonte: Museu da Imagem e do Som – MIS

As imagens guardam multiplicidades de sentidos que não são neutras, soltas, deslocadas de um contexto, pelo contrário, narram práticas culturais. E se de fato fazem isso, é preciso mergulhar nessas narrativas produzidas por esta imagem (BRITO apud CUNHA, 2013, p.10).

É possível perceber um modo de vida bastante modesto, com casas de madeira, de palha e também em alvenaria formando uma pequena vila. Essa imagem específica mostra aproximadamente seis casas. Vemos uma casa maior, pelos telhados percebemos que as pessoas ali tinham um poder aquisitivo diferente das outras, pois a segunda casa possui telhados de palhas, expressando uma população díspare socialmente. A posição diagonal das casas levam nosso olhar a Fortaleza de São José, com um ar de abandono, em que embora pareça vizinha tem-se a sensação de distanciamento, apesar de aparentar uma continuação da vila. A rua estreita e de terra revela uma ocupação espontânea. Pessoas conversando na frente das casas, andando em grupo, expressando o cotidiano de uma vila que não possuía nenhum conforto do nosso tempo moderno, como televisão, luz elétrica, meios de comunicação e transporte. Ao lado vemos montes de mato como se o espaço tivesse acabado de ser ocupado ou mesmo um mato crescido pelo descaso e ausência de cuidados do poder público. Esse monumento estava ali tão próximo se entrelaçando ao dia-a-dia das pessoas como uma vizinha silenciosa e com histórias do passado.

A imagem nos leva a revisitar algumas memórias que nos fazem compreender um cotidiano existente antes do “remanejamento” dos negros do entorno da Fortaleza de São José de Macapá. Através desse cotidiano, como supõe Certeau (2014, p.163), pensamos que “os jogos dos passos moldam os espaços”, para ele são os passos do pedestre que significam sua existência na cidade. Então é nesse processo do “caminhar” que nos “reportamos em mapas urbanos de maneira a transcrever-lhes os traços”.

Dona Josefa, 97 anos, de cor negra, era uma moradora dos arredores da Fortaleza de São José de Macapá. Nascida em 1916, guarda consigo histórias do seu cotidiano. Apesar da idade, ela se mostra forte e sóbria, disposta a relembrar do seu passado e com saudades do tempo em que vivia lá.

Morava ali nos arredor [...] daqui da Avenida Getúlio Vargas, pra lá que nós morava [...] Sou filha legítima daqui de Macapá, nascida e criada aqui e minha família também, nós morávamos lá pregado da Igreja de São José, a cidade era pequena, era dali da Igreja, a primeira Igreja de São José pra lá pra Fortaleza, pra cá não tinha nada, tudo era mata.<sup>6</sup>

<sup>6</sup> SILVA, Josefa Lima da. Entrevista concedida a Mônica Pessoa. Macapá – AP, 23 de jan. de 2014.

Com certo saudosismo D. Josefa conta sobre o início do crescimento da cidade de Macapá, e logo afirma o “progresso” que chega com o Governo Janary Nunes.

Tudo era mata, mata, mata, não tinha governador, não tinha luz elétrica, esse negócio de supermercado que hoje tem tudo. Não tinha emprego chiques que ganhasse do governo depois que começou vim governo pra cá [...] daí foi abrindo Macapá, depois que o Janary veio ele pediu que era pra nós sair e vir pra cá pro laguinho porque queria aumentar a cidade, né? Fazer uma coisa bonita, ai nossas casas era assim tudo de barro[...] Não é como hoje tudo de prédio[...]<sup>7</sup>

A entrevistada atribui ao fato das mudanças de suas casas a uma justificativa de progresso. Quando relata que “nossas casas eram de barro” e que o governador gostaria de fazer “uma coisa bonita” ela abre, segundo Certeau (2014, p.173) “a possibilidade de oferecer ricos silêncios, desfiando histórias sem palavras”, estamos falando de um lugar de “habitalidades” que superam as “legendas”, ou seja, os interesses são claros. Está presente nesse discurso jogos de interesses, de um lado o governo com seu direito de “estado legítimo” de provocar mudanças na cidade, sem pensar nos atores sociais, e de outro, as pessoas que viviam ali com sociabilidade e identidades.

Esse progresso, citado mesmo que de forma inocente pela D. Josefa, era exaltado também nos jornais da época. O Jornal Amapá, um órgão do território de Amapá na década de 1940, revela essa vontade de transformar o Amapá em um lugar próspero, como relata o jornal.

É empolgante o aspecto de Macapá, após um biênio do Governo Janary Nunes. E como Revolução é uma evolução abreviada, Macapá está passando por uma verdadeira revolução. Revolução pacífica de beneficiamento ao povo, prodigalizando-lhe habitações higiênicas, magnífico hotel, escolas com métodos didáticos modernos, saúde pública modelar, cinema sonoro com aparelhagem, rádio emissora, luz elétrica, água encanada enfim, tudo que a civilização tem trazido para as grandes capitais, Macapá vem obtendo, sem alarde, como o fim único de integrar ao território nacional, um povo alfabetizado, vigoroso e cheio de saúde. (Jornal Amapá, 23 de Fev. 1946. Ano 2)

Sem se dar conta ela revela a política dos governos da época, que exaltavam as palavras “modernização e progresso”, na ânsia de construir um país novo. Getúlio Vargas, então Presidente da República a partir dos anos de 1930, criara os territórios federais para possuir uma maior centralização do poder. O jornal Amapá já explicava, com um comentário do próprio Getúlio Vargas e insistia na propagação de que a transformação do Amapá em território seria uma saída possível para combater invasões e proteger suas riquezas naturais.

O escasso povoamento de algumas regiões fronteiriças representa de longo tempo, motivo de preocupação para os brasileiros. Daí a idéia de transformá-las em territórios nacionais, sob a direta administração do Governo Federal. Era uma antiga aspiração política de evidente alcance patriótico, principalmente dos militares que possuíam aguda sensibilidade em relação aos assuntos capazes de afetar a integridade da pátria e o sentido mais objetivo dos problemas atinentes à defesa nacional. (Jornal Amapá, 27 de Abr. 1946. Ano 2)

Algumas sociabilidades e apropriações do espaço ao redor da Fortaleza de São José são reveladas em fotografias e mostram a estética que foi significado como feio.

D. Joaquina recorda sobre o modo de vida de sua família:

<sup>7</sup> SILVA, Josefa Lima da. Entrevista concedida a Mônica Pessoa. Macapá – AP, 23 de jan. de 2014.

Nós vivia de roça fia, era roça, roçava, plantava maniva<sup>8</sup>, tirava mandioca, botava, fazia casa de forno, tirava mandioca umas que ia pra água e outras pra ralar que era pra misturar com a mole né, botava no tipiti, coava pra botar no forno, pra fazer a farinha pra vender aquele pouquinho, Tinha três comércio aqui quando eu me entendi, era a união Zagury, o Abrão Peres e Vicente ventura, era o que tinha de loja, não tinha coisas grande [...]<sup>9</sup>

Sobre o dia-a-dia do trabalho doméstico ela lembra como era sustentar os filhos lavando roupa pra fora e como a cidade melhorou em relação ao passado.

Pra ter gasto em casa, no negócio de água, tinha o poço do mato [...] ai vinha buscar água aqui no poço do mato, de lá da Getúlio Vargas, e nós vinha pra lavar roupa, depois as mais velhas minha mãe, as outras, a velha Joaquina, fizeram um poço aqui que chamavam Laguinho, era onde elas vinham lavar, fizeram um poço na beira do lago pra poder lavar uma roupa assim avortada<sup>10</sup> que não tinha água, agora é água encanada, é televisão, que eu digo todo dia, pros meus filhos, é uma coisa de admirar, no meu tempo, a gente até pasmava de ver [...] Criei meus filhos no berço numa bacia, era tudo escadinha mas não dei nenhum, queriam meus filhos, mas não dei nenhum, não tenho coragem de dar meus filhos.<sup>11</sup>

D. Josefa faz referência há um tempo onde as pessoas a sua volta eram desprovidas de educação, trabalhos bem remunerados e moradias, ela vê nas transformações da vida diária um avanço significativo, pois foi a vida que seus filhos e netos puderam gozar, com água, luz, moradia digna, emprego e um espaço na sociedade, embora restrito, o que antes ela não pode ter. Suas memórias vão ao sentido de perceber a mudança na sua vida e numa possível ascensão, pois hoje mora numa casa grande, de alvenaria, totalmente diferente do passado e mais próximo com as significações dela sobre progresso. Diante de suas experiências, quando perguntada sobre o governo Janary Nunes ela responde:

Acho que ele era a fim de crescer a cidade e a gente ter conhecimento pra alguma coisa né, porque nós tava ali naquele bolozinho e depois que ele veio abriu [...] Ele não chegou a dar casa pra ninguém, só deu terreno, agora a despesa quando nos viemos de lá, nós é que tiremos daqui [...] Ele chegou lá ai teve que desocupar, uns vieram pra cá pro Laguinho, outros pra favela [...] Não foi a forçado, foi uma coisa amigada, na amizade né, por que uma que ele era o governador fia, como é que a gente ia se revolta contra ele, não era pior pra gente? <sup>12</sup>

D. Josefa revela o poder instituído do governador como força maior, em que os moradores não tiveram escolha, somente a opção de sair da frente da cidade pra que se transformasse em um “lugar bonito”. Segue então cantando o marabaixo, e ao entoar a música ela expressa o sentimento das pessoas que viveram o momento com a saída de onde mais tarde seria a Avenida Getúlio Vargas.

Ai então entremos em acordo, viemos pra cá pro laguinho, ai saiu até o ladrão do marabaixo que a gente chama ladrão né (começou a cantar) Aonde tu vai rapaz por esses caminhos sozinho? Eu vou fazer a minha morada lá nos campos do laguinho, eu encontrei o amigo Bruno que andava falando só, será possível óh meu Deus que de mim não tenha dó. Me pego com São José, que é Padroeiro de Macapá, que o Janary e o Icoracy não saisse do Amapá. A gente aceitou ele bem né.(ai sorriu)<sup>13</sup>

<sup>8</sup> Caule do pé da mandioca, para produzir a farinha.

<sup>9</sup> SILVA, Josefa Lima da. Entrevista concedida a Mônica Pessoa. Macapá – AP, 23 de jan. de 2014.

<sup>10</sup> Na linguagem popular “avortada” quer dizer em grande quantidade.

<sup>11</sup> SILVA, Josefa Lima da. Entrevista concedida a Mônica pessoa. Macapá – AP, 23 de jan. de 2014.

<sup>12</sup> SILVA, Josefa Lima da. Entrevista concedida a Mônica Pessoa. Macapá – AP, 23 de jan. de 2014.

<sup>13</sup> Ibidem

Abaixo a música que marcou a História do remanejamento dos negros da vila próximo a Fortaleza, sob a autoria de Mestre Julião Ramos, tocador do Marabaixo.

Aonde tu vai rapaz

Aonde tu vai rapaz  
Por esses caminhos sozinho  
Eu vou fazer minha morada,  
Lá nos campos do Laguinho

Dia primeiro de Junho  
Eu não respeito o senhor  
Eu saio Gritando “viva”  
Ao nosso governador

Destelhei a minha casa  
Com a intenção de retelhar  
Se a Santa Ingrácia não fica  
Como a minha há de faltar

Estava na minha casa  
Conversando com o companheiro  
Não tenho pena da terra  
Só tenho do meu coqueiro

O largo de São José  
Já não tem nome de Santo  
Hoje ele é reconhecido  
Por Barão do Rio Branco

Não sei o que anda o Bruno  
Que anda falando só  
Será possível meu Deus  
Que de mim não tenha dó

A Avenida Getúlio Vargas  
Ta ficando que é um primor  
As casas que foram feitas  
Foi só pra morar doutor

Estava na minha casa  
Sentada não tava em pé  
Meu amigo chegou  
Cafuza faz um café

Me peguei com São José  
Padroeiro de Macapá  
Pra Janary e Icoaracy  
Não saírem do Amapá

Eu cheguei na tua casa  
Perguntei como passou  
Rapaz eu não tenho casa  
Tu me dá um armador

A música reflete uma religiosidade misturada a dança, característica marcante das populações africanas que fazem parte da dança do marabaixo. Na música “Aonde tu vai rapaz” ao clamar a São José, padroeiro de Macapá, o autor entoava uma problemática social que é o desejo e luta pela moradia e por dignidade, uma questão de pertencimento. Um misto de saudosismo, de indignação, mas de aceitação a um status quo, se retirando de seu lugar.

Ao iniciar a Música expressando o “caminhar sozinho” o autor reafirma que o processo de mudança de onde vivia foi doloroso, onde permaneceram com uma sensação de impotência com a desagregação do grupo. Essa solidão nos remete ao sentido de grupo, do coletivo, que é o avesso a solidão. Parece-nos que ao dispersar as pessoas para um determinado lugar, o grupo se esfacela e junto com isso as memórias e as histórias também se dispersam.

Bachelard (1979, p.200) fala que “a casa é nosso canto do mundo, ela é, como se diz frequentemente, nosso primeiro universo”, um espaço habitado, com paredes, sótão, telhados, muralhas, guardam memórias, sonhos, e causam bem-estar e um estar bem. A casa que o autor menciona funciona como “abrigo”, que evocam lembranças fazendo com que o homem tenha sentimentos de continuidades, pois assim não seria um ser disperso. Na música, essa dispersão fica explícita, quando o autor menciona o “retelhar”, uma expressão que mostra o desejo começar de novo, na busca de algo que lhe foi tirado que logo irá construir novamente. Para Bachelard (1979, p.209) a casa tem formato vertical, “o telhado revela imediatamente sua razão de ser, cobre o homem que tem medo”, pois o telhado é a segurança da morada, contra o sol, as chuvas e todas as intempéries. Aqui está expresso o medo do homem na possibilidade de não ter mais uma casa, de ficar ao relento, sem abrigo.

Ao falar da terra: “não tenho medo da terra, só tenho do meu coqueiro”, o autor revela os signos de pertencimento que estão em jogo no processo de saída da vila, onde existiam vivências, uma relação com a terra que fazia parte de seu sustento.

Ao final da música encontramos uma contradição, os moradores pedindo que o Governo não saia de Macapá, ao mesmo tempo em que se coloca uma indignação com o remanejamento de suas casas, isso se deve ao discurso ferrenho e manipulador que invocava patriotismo e modernização. Acreditava-se que por meio das transformações na cidade também poderia se ter igualdade, talvez por isso as comunidades da época não se mobilizaram contra as políticas de Janary Nunes.

Quando o compositor expressa que “a avenida Getúlio Vargas tá ficando que é um primor, as casas que foram feitas foi só pra morar doutor” se configura em uma crítica a segregação social e racial existente no Estado do Amapá, relegando principalmente pessoas negras com a expulsão de suas casas e também exclusão da sociedade, dos espaços públicos e do mercado de trabalho, onde assumiam cargos com baixos salários, mantendo uma desigualdade entre brancos e negros. Levamos a pensar sobre o lugar do negro na sociedade, por que esse novo lugar não era lugar de negros? Por que só os “doutor”? O que leva o autor, sendo afrodescendente, a pensar que aquele espaço não serve para ele?

Essa segregação passa por uma relação de classes, capital e trabalho, interesses que surgem dadas as novas demandas do capitalismo, visando um enobrecimento urbano a todo custo, seja desterritorializando pessoas, mudando paisagens que antes significavam construções identitárias ou excluindo sujeitos.

No caso do remanejamento dos moradores da vila de São José para o Bairro do Laginho e Favela, ainda que seja a expressão de apropriação de espaços que vão se configurando como nobre em uma cidade, também desvelou os arranjos e novas apropriações de um grupo social, unido pela sua condição étnica- racial, e que desenvolveu um novo lugar, formando uma comunidade de afrodescendentes que ligados a uma “cultura comum” se fortaleceram construindo alguns espaços de cultura conhecido em toda a cidade, por exemplo, como o Bairro dos negros, do marabaixo, da escola de samba famosa, sempre com / história com marcas de resistência negra.

Dona Josefa tem 90 anos, é afrodescendente, moradora da antiga vila de São José percebe as transformações na “essência” da dança, para ela a juventude não valoriza o marabaixo, pois eles gostam de coisas modernas, ela diz

(...) Era a noite inteirinha dançando o marabaixo, e quando era de manhã tinha a levantação do mastro tinha a rosquia<sup>14</sup> pra dar na hora que tavala naquela manifestação, ai davam a rosquia pro pessoal, agora não tem mais isso. E eram tudo leigo, como a gente diz, tudo bruto, e hoje tem tanta sabedoria que já se perde, até se perde. Como eu digo, eu não sei ler nem escrever (começa a cantar) “Eu não sei ler nem escrever, eu tbm toco viola, eu desejo aprender com as meninas da vossa escola” ai vai pra frente... mas agora é so juventude fia, só novos, no nosso tempo era marabaixo na caixa, batuque era um pau assim, ai bate o panseiro. Música baile como a gente chamava era clarinete, hoje é essa zuadeira desses som, estronda a modo até dentro da minha barriga (rsrs) Eu fico longe, essa gente eu acho graça.

Na fala de Dona Josefa percebemos um “laço vivo das gerações” que agora são colocados em cheque, ela expressa que antes apesar de serem leigos deu origem a um marabaixo sólido, se reporta a uma “genealogia simbolizada” que para Candau é o relato do fundador. As genealogias se definem pela busca identitária onde as pessoas “experimentam o sentimento de se distanciarem de suas raízes”. (CANDAU, 2012, p.137), ela percebe ai que há um distanciamento da juventude em relação as tradições, e fica saudosa às mudanças no marabaixo e das festas de São José.

D. Josefa quando fala sutilmente que “eram tudo leigo”, está falando de uma geração que amava o marabaixo, e mesmo sendo analfabeta conhecia a letra do “ladrão”, o toque, o som e tom dos instrumentos. Ela conta que quando tinha um acontecimento importante eles tiravam o “ladrão”<sup>15</sup>, um cantar o momento, era uma forma de escrever na música uma história, com espontaneidade e criatividade, roubando do momento uma cena que ficasse na música, como ficaram várias, sendo uma parte da história oral contada e cantada para que os filhos e netos ouvissem e percebessem o tempo passado.

Benedita Ramos, 89 anos, nascida dia 10 de fevereiro de 1925, se emociona quando perguntada sobre as mudanças, responde que

Pelo uma parte mudou pra melhor, mas por outras mudou pra pior, festa dançante não tem mais, a bebida o gim era no aguidá, porque era só o que tinha era o vinho e a cachaça, era no aguidá, tinha a vasilha de tirar e o copo de tomar. Vinha gente do interior pra cantar e dançar, um momento que todo mundo se encontrava, muito animado, muito bom. O toque é o mesmo, agora o cantar mudou muito, o ladrão mudou muito, mudou porque é um ladrão que nem tudo sabe, é mais rápido.

#### A emoção toma conta quando fala do significado da dança em sua vida;

O marabaixo significa uma festa antiga, e religiosa, e muito querida, e muito mesmo. Não pode deixar acabar, não pode deixar acabar, tem que renovar, pra não acabar, eu quando for fica a Daniela (sua filha), um bocado delas, pra não deixar acabar. Meu pai significa muito pra mim, quando ele tava no hospital doente ele disse que quem ia morrer era ele não era as coroa (do divino espirito santo) não era pra se parar de fazer a festa das coroas, que é do espirito santo e da trindade. (emoção), por isso que ninguém quer deixar parar, quer deixar acabar, foi os pedidos dele, e são os meus. Não deixe acabar uma festa muito antiga muito boa, louvada...<sup>16</sup>

A juventude também se emociona e acredita no marabaixo de hoje. Fábio José dança e toca marabaixo, ao falar transmite emoção quando pensa no significado dessa tradição, falando que

<sup>14</sup> Alimentação servida para os que participam da Festa de São José

<sup>15</sup> Letras das músicas do marabaixo que contam a vivência e costumes dos negros.

<sup>16</sup> RAMOS, Guilhermina. Entrevista concedida a Mônica Pessoa. Macapá – AP, 23 de jan. de 2014.

o marabaixo pra mim é toda a identidade do povo do Amapá, porque o marabaixo ele é aquela paixão que a gente sente, em fazer e continuar fazendo, que já passou por tantas coisas que já deveria acabado, então se ele já chegou até hoje, é porque a fé das pessoas não permitiu que ele acabasse, marabaixo pra gente é fé é amor é alegria, é sempre foi uma festa do povo que não tinha muita coisa e se alegrava em fazer o marabaixo, então a gente tem que preservar isso, então pra mim é amor, é dançar o marabaixo cantando e lembrando das pessoas que tanto lutaram para que isso não acabasse.<sup>17</sup>

Para José Raimundo, tocador do marabaixo, pai de Fábio José do Espírito Santo essa dança lembra os antepassados.

É a própria essência da nossa história, a gente leva nosso pensamento para aquela época, a gente fica imaginando aquele tempo o barracão, a única diversão era o ciclo do marabaixo, durante o ano todo, então, tudo o que acontece no marabaixo a gente tá lá participando e assistindo, remete aquele tempo da escravidão quando os negros e o pouco tempo de folga que eles tinham eles aproveitavam pra se divertir e pra falar dos santos, mesmo naquela situação eles faziam o agradecimento, e a gente fica imaginando as pessoas dançando ali acorrentados, todo mundo tinha que dançar no mesmo passo arrastando o pé, então todo esse significado vem na cabeça da gente e ficamos imaginando nossos antepassados, e acabamos percebendo que ele é a própria história da cidade de Macapá.<sup>18</sup>

O ato de comemorar, para Candau (2012, p.148), “máquina de remontar o tempo, se dá para compartilhar um espírito histórico criando um sentimento de continuidade, as pessoas aderem a uma tradição com o objetivo de permanência, gerando sentimento de que se tem uma cultura comum. Porém o que vemos na fala de D. Josefa é um saudosismo de algo que não existe mais, pois segundo ela os jovens são difusores dessa cultura estão em ritmos totalmente diferentes. Eles estão em outro tempo, seus interesses são diferentes, nesse tempo global, em que a mídia difunde uma imensidão de desejos e gostos que se chocam com as tradições, já não possuindo forças para sobreviver a essa nova geração. A juventude faz parte de um mercado, como afirma Venera (2009, p.51), que “coloca à disposição as possibilidades de consumos que podem ser escolhidos, mas antes de serem consumidos foram significados para serem desejados” Inventam assim, novos sistemas de interpretação e comportamentos, que incluem as músicas e danças que estão na mídia, como uma cultura capitalística, sendo o sujeito um consumidor “atravessado por novas linguagens e novas ideologias” (VENERA, 2009, p.51)

O que está por trás desse novo interesse da juventude às tradições? Seriam eles responsáveis por sua continuidade? Seria possível exigir deles tal responsabilidade? O que o Marabaixo perpetua? Essas perguntas não estão resolvidas e balizam a pesquisa em andamento quando apontam para a problematização dos processos de patrimonialização e as tensões geracionais de participação social desses processos.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Marcos. **Revista da Cultura**. Arqueologia da Fortaleza de São José de Macapá. Ano VIII, n.14.

BACHELARD, Gaston. **A filosofia do não; O novo espírito científico; A poética do espaço**. São Paulo. Abril Cultural, 1979.

<sup>17</sup> SOUZA, José. Entrevista concedida a Mônica Pessoa. Macapá – AP, 26 de jul. de 2014.

<sup>18</sup> RAIMUNDO, José. Entrevista concedida a Mônica Pessoa. Macapá – AP, 26 de jul. de 2014.



BRITO, Carla. **Visualidades da Fortaleza de São José de São José de Macapá em interação com uma escola pública da cidade de Macapá**, João Pessoa, 2013. 215f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais). UFPE.

CAMILO, Janaina. **Homens e Pedras no Desenho das Fronteiras: A construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764-1782)**. UNICAMP, 2003.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CERTEAU, Michel. **A invenção do Cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis, Vozes, 1994.

VENERA, Raquel Alvarenga Sena. **Discursos Educacionais na Construção das Subjetividades Cidadãs e Implicações no Ensino de História: Um Jazz possível**. 2009. 320f Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação. UNICAMP, 2009.

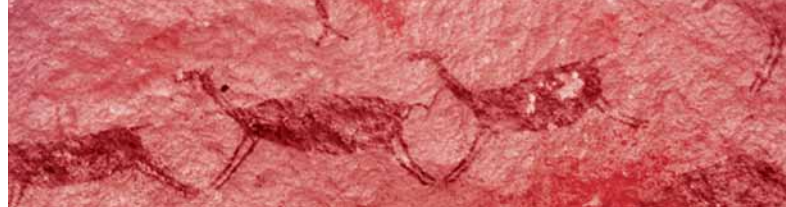
IBGE. **Síntese dos Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira**, N. 27, 2010.

MORAES, Paulo. **História do Amapá: O passado é o espelho do presente**. Bahia: JM, 2013.

NETO, José. **Migrantes do Cativoiro. O tráfico entre províncias e os escravos ingressos do Pará, Século XIX**. Migrações na Amazônia. Belém: Açai/ Centro de Memória da Amazônia/PPGA, 2010.

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará sob o Regime da Escravidão**. Rio de Janeiro. Coleção amazônica. UFPA, 1971.

VICENTE, Eduardo. **A música popular sob o Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo, março de 2006. Projeto de iniciação científica, UNICAMP.



## O processo de preservação do acervo documental: Centro Cultural Deutsche Schule de Joinville

PRISCILA DÉBORA TRIERWEILER<sup>1</sup>

**RESUMO:** O objeto de estudo deste artigo é o acervo do Centro Cultural Deutsche Schule de Joinville e as práticas de preservação documental presentes no espaço, assim como a relação da escola alemã, que existiu no prédio, com a constituição do Centro Cultural Deutsche Schule. Para a realização desta discussão faz-se necessário o conhecimento das duas publicações feitas a respeito da trajetória do Colégio Bom Jesus, que tem início com a escola alemã, realizadas por Ternes (1986) e Borges (2007), estudos referentes ao conceito de memória sendo utilizadas como principais referências Le Goff (1990), Halbwachs (1990) e Nora (1993), relatos da experiência vivenciada no período de constituição do acervo e aplicação de fichas para o diagnóstico do atual estado de conservação, baseados em Cadernos Técnicos do Arquivo Nacional (1997), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (1988) e publicação da Fundação Catarinense de Cultura (2012). Neste estudo ficou perceptível a necessidade da existência da adoção de políticas de planejamento desenvolvidas por parte de equipes multidisciplinares, que contemplem desde o acesso ao acervo, assim como supervisões, manutenção periódica e difusão em espaços de cultura.

**PALAVRAS-CHAVE:** patrimônio cultural, preservação, acervo, centro cultural Deutsche Schule

O cuidado com a preservação documental de acervos de instituições como escolas e empresas é algo relativamente novo no Brasil. Ainda tem-se a ideia de que se deve apenas guardar documentos resultantes de atos oficiais, como os que contêm assinatura e carimbo de pessoas em altos cargos. Porém para o estudo nas mais diversas vertentes, sabe-se que um rascunho, uma caderneta de anotações ou uma fotografia de uma atividade cotidiana da instituição também são objetos que merecem atenção e dependendo do enfoque ou temática pesquisada, estes documentos “não oficiais” incitam novos olhares.

Para o acervo institucional antigo, o descuido com a conservação é maior ainda, pois para a guarda é, geralmente, destinado o porão, o sótão, o espaço em baixo de uma escada, a sala mais insalubre, aquela que ninguém quer utilizar e, nestes locais o arquivo está fadado a decompor-se devido às ações do tempo.

O objeto de estudo deste trabalho, os documentos do Centro Cultural Deutsche Schule que remontam o início do século XX, antes de compor um acervo propriamente, passaram por diversas condições desfavoráveis, o que causou nitidamente grandes danos.

A escolha por esta temática de pesquisa se deu por conta da relação que estabeleci com este acervo e também com o espaço que hoje é o Centro Cultural Deutsche Schule. Trabalho com esta documentação desde o momento que os setores da Associação Educacional Luterana Bom Jesus/ IELUSC começaram a destinar seus arquivos mais antigos para a guarda no Centro Cultural. Portanto, grande parte deste trabalho são relatos da experiência vivenciada.

Desta maneira os estudos bibliográficos compuseram parte da metodologia deste trabalho onde foram utilizados conceitos de memória encontrados em Le Goff (1990), Halbwachs (1990) e Nora

<sup>1</sup> Especialista em Patrimônio, Memória e Gestão Documental pela Faculdade Tuiuti do Paraná. Gestora de Documentos da Associação Educacional Luterana BOM JESUS/IELUSC.

(1993). Para a história institucional, destacaram-se dois autores joinvilenses, Ternes (1986) e Borges (2007), que descrevem de maneira cronológica a história do Colégio Bom Jesus e tiveram como ponto de partida a Deutsche Schule. De acordo com a proposta de discussão sobre a conservação do acervo institucional, os cadernos técnicos elaborados pelo Arquivo Nacional (1997) e o trabalho de conservação e restauração elaborado pelo SENAC (1988) deram subsídios básicos para a elaboração de fichas de diagnóstico sobre o estado de conservação do acervo, o estudo e o uso destas fichas permitiram levantar dados e discutir o atual estado de preservação.

A pedra fundamental do Centro Cultural Deutsche Schule foi lançada no ano 2001 e tinha como intenção a preservação do prédio da antiga Escola Alemã fundada em 1866, assim como, utilizar os espaços deste prédio para práticas culturais como aulas de canto, teatro e dança; e também preservar a memória escolar através da instalação de um acervo documental. O tombamento do prédio aconteceu pelo Decreto nº 3.461 de 23 de novembro de 2001 do estado de Santa Catarina, após este processo uma equipe multidisciplinar, composta por historiadores, arquitetos e professores do Bom Jesus/IELUSC iniciou os estudos para a elaboração do projeto histórico e arquitetônico que foi encaminhado ao Ministério da Cultura no ano de 2005. A aprovação da captação de recursos através da Lei Rouanet - nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991 para o restauro aconteceu no ano de 2006, mas somente em 2008 que as obras efetivamente iniciaram.

O acervo do CCDS atualmente é composto por 600 livros, documentos diversos que remontam à trajetória da escola e que datam de 1914 a 2009, cerca de 2000 fotografias, alguns exemplares de jornais com notícias de destaque do Colégio Bom Jesus, animais taxidermizados que compunham o antigo laboratório de história natural, tubos de ensaio, recipientes para experiências e antigas balanças de precisão do laboratório de química.

Tanto a documentação que compõe o acervo, como os objetos, foram coletados em diversos setores da instituição sem nenhum critério para a seleção e recebimento. Desta maneira, os setores encaminharam ao acervo tudo aquilo que julgavam ser importante: há desde rascunhos de projetos, fotografias de pessoas que não tem nenhuma ligação com a escola a folders de outras instituições. A documentação encaminhada ao acervo não constituía nenhum tipo de coleção ou fundo privado, eram documentos aleatórios, que estavam sob a guarda dos setores da instituição.

No momento do recebimento destes materiais – tanto os documentos em suporte de papel como os artigos museológicos – estavam em local inadequado, em uma pequena sala, bastante úmida e sem nenhum tipo de cuidado com o acondicionamento. A partir de 2009, formou-se uma equipe técnica, quando ficou estabelecido que o primeiro passo, com base em estudos de Teixeira e Ghizoni (2012) e Ogden (1997), fosse à higienização mecânica, com o uso de trinchas macias.

Figura 1 – Higienização Mecânica



Fonte: Priscila Débora Trierweiler, 2009. Arquivo pessoal da autora

De acordo com a Teixeira e Ghizoni (2012) na publicação *Conservação Preventiva de Acervos*, temperatura ideal em reservas técnicas deve ficar entre 18°C e 22°C, não oscilando mais que 2°C para mais ou para menos e que a umidade relativa do ar deve ser mantida entre 50% e 60% não devendo

ultrapassar variações diárias maiores que 10%. Notava-se nitidamente que as más condições de temperatura e umidade relativa do ar estavam interferindo na integridade da documentação. Muitos livros já estavam com as folhas úmidas, outros por estarem próximos às janelas e expostos ao sol já estavam com as páginas ácidas e quebradiças, portanto, a intervenção deveria ser imediata.

No momento da higienização mecânica, foram encontrados ainda, alguns livros que continham fungos, outros estavam tomados por insetos xilófagos, que se alojavam principalmente nas capas e lombadas dos livros. Para estes documentos contaminados por insetos a medida foi isolá-los dos demais para que não houvesse uma infestação e, posteriormente, a equipe técnica – junto da Coordenadora do projeto – decidiram descartar estes documentos contaminados tendo em vista que a infestação por insetos xilófagos é altamente transmissível e de difícil contenção.

Existem duas metodologias conhecidas atualmente para a desinfestação de documentos contaminados por estes insetos, segundo o texto de Carrasco e Silva (2007), publicado na **Revista do Arquivo Histórico de Joinville**. A primeira consiste em tratamentos químicos, aplicando inseticidas ou fungicidas diretamente nos documentos, porém este método está caindo em desuso, tendo em vista que os insetos podem sofrer mutações e passar a conviver sem maiores problemas com os produtos químicos. Outra hipótese são os tratamentos não químicos provenientes da modificação da atmosfera do documento contaminado, ou seja, tratamentos com calor ou congelamento controlado. Ambas alternativas não seriam possíveis de serem realizadas neste espaço, pois os recursos para realização do projeto eram escassos, desta forma, a eliminação destes exemplares para evitar a contaminação de todo o acervo foi a solução acordada para aquele momento.

No caso das fotografias, estas foram higienizadas com pincel soprador na superfície que contem a pigmentação e no verso com trincha macia e acondicionadas individualmente em embalagens de papel neutro.

Todo o acervo foi higienizado e acondicionado em ambiente provisório com melhor estrutura, sem incidência de luz, com temperatura e umidade melhores se comparado a que estavam anteriormente. Estes documentos necessitaram ficar neste espaço até que as obras de restauração do CCDS terminassem e a sala de guarda do acervo estivesse pronta para receber a documentação, o que se deu no ano de 2010.

Figura 2 – Local de Guarda Provisória dos Documentos



Fonte: Priscila Débora Trierweiler, 2009. Arquivo pessoal da autora

A próxima etapa no processo de preservação do acervo do CCDS se deu em 2013, quando teve início estudo realizado para conhecer o seu estado de conservação. Para este diagnóstico foram aplicados doze formulários em vinte e seis fotografias aleatórias e doze formulários em livros escolhidos também de maneira aleatória que estão acondicionados em estantes de aço.

Notou-se logo de início que a documentação guardada naquele espaço está vulnerável, pois as mudanças bruscas na temperatura e umidade do ar são constantes, uma vez que não há uma pessoa que possa dedicar-se aos cuidados com o acervo.

Figura 3 – Estantes de aço onde estão acondicionados alguns livros e documentos do acervo do CCDS.



Fonte: Priscila Débora Trierweiler, 2014. Arquivo pessoal da autora

Quando realizado o diagnóstico nas fotografias (18/12/2013) a temperatura dentro da sala de guarda do acervo estava em 20,6°C e a umidade relativa do ar em 55%. Levando em consideração que a cidade de Joinville possui em sua característica climática altos índices de umidade relativa do ar variando segundo a Epagri entre 84% e 86%, pode-se considerar bom o índice encontrado dentro da sala de guarda, pois estavam dentro do padrão recomendado.

Dentre as fotografias estudadas, vinte são em preto e branco de tamanhos que variam entre 5,5x5,5cm, 9x11,5cm, 6x6cm, 12x18cm, dezenove estão coladas em cartões de papel, sendo que alguns cartões chegam a ter cinco fotos, nenhuma destas fotografias possuía datação. As fotografias coloridas somam o total de seis, acondicionadas individualmente, os tamanhos variam de 9x12,5cm a 20x30cm, e apenas uma das fotos não possuía nenhuma referência à temporalidade. Com relação ao teor das fotografias observadas dezesseis são fotos do interior do prédio da Deutsche Schule, três referem-se a provas de atletismo desenvolvidas pelos, uma mostra embarcações em frente ao Mercado Público de Joinville, duas são referentes a desfiles do Colégio Bom Jesus, uma é de encontros de ex-alunos e uma de encontro de professores das escolas evangélicas, uma referente a 20ª Olimpíada Interna e uma de apresentação de grupo folclórico do Colégio Bom Jesus. Logo, a maioria (16) pode ser classificada como fotografias referentes à arquitetura ou espaço escolar e em segundo lugar (09) as fotografias relativas a eventos que envolvem os sujeitos escolares.

Com relação ao estado de conservação das fotografias, notou-se que muitas encontram-se coladas em cartões ou folhas de formato A4, as que aparentemente são mais antigas estão coladas tanto na frente quanto no verso do cartão ou folha, o que dificultará a retirada das imagens para acondicionamento adequado. Manchas amarelas, arranhões e inscrições a caneta em cima da pigmentação também são recorrentes.

Durante a observação do acervo fotográfico, foi possível notar também que há um grande número de fotografias coloridas que estão coladas umas nas outras, devido ao derretimento da emulsão que forma a camada pictórica, formando um bloco de fotografias compactadas, outras estão embaladas individualmente, mas também estão em processo de derretimento da emulsão. Notou-se ainda que algumas imagens possuem perfurações causadas por insetos. Todos estes danos identificados são

decorrentes da falta de cuidados no acondicionamento deste tipo de suporte no período anterior a criação do acervo do CCDS.

Figura 4 – Fotografias em processo de derretimento da emulsão



Fonte: Acervo do CCDS, 2013

As fotografias são suportes especiais que necessitam de diversos cuidados específicos para a manipulação e acondicionamento, como por exemplo: a temperatura que não deve ultrapassar 20°C e a umidade relativa do ar deve variar de 35% a 40%, tendo em vista suas especificidades é evidente que as fotografias necessitam de um espaço reservado no acervo para sua guarda.

Mesmo tendo passado por um processo de higienização as fotografias que compõe o acervo do CCDS encontram-se acondicionadas de maneira incorreta, dentro de caixas de isopor, sobrepostas umas as outras e separadas por folhas de papel com ph neutro. Com relação ao acondicionamento, de acordo com Teixeira e Ghizoni (2014, p.44):

Quanto ao mobiliário existem os gaveteiros ou de outros formatos especiais, com portas, em metal com pintura polimerizada. Ambos têm a função de não permitir a entrada de pó ou insetos. Ressalta-se que o seu fechamento não pode ser hermético para que haja circulação de ar, expulsando gases que ocasionalmente possam estar acumulados. O mobiliário precisa estar separado do piso em 20 cm e na base ter rodas que suportam o peso dos objetos acondicionados.

Figura 5 – Atual Acondicionamento de Fotografias



Fonte: Priscila Débora Trierweiler, 2014. Arquivo pessoal da autora

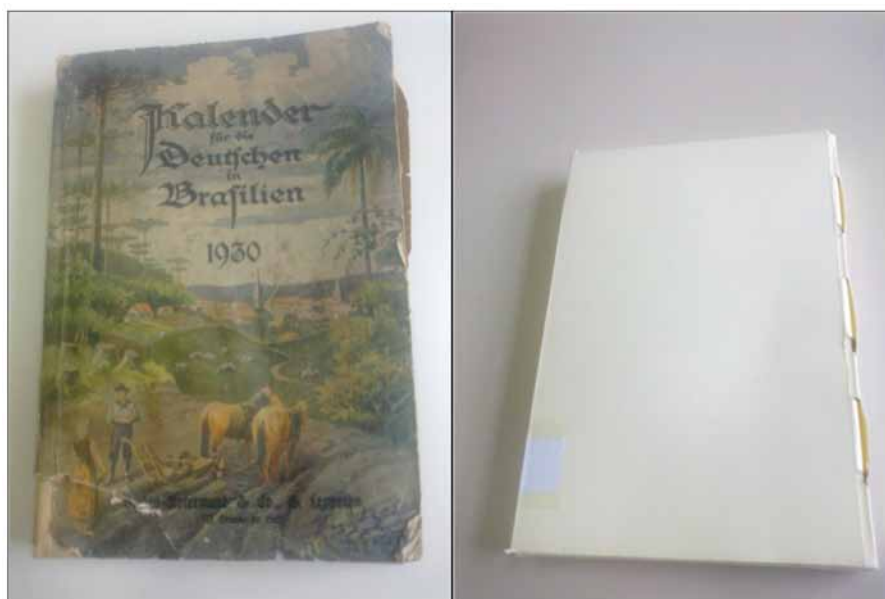
Com relação aos livros, foram observados doze exemplares de maneira aleatória. A etapa de observação dos livros aconteceu em dois momentos diferentes, uma no dia 19/11/2013 e a outra no dia 14/04/2014.

Na primeira etapa foram vistos seis exemplares, todos de literatura alemã e com contagem de páginas maior que 200. Três estão sem identificação da data e os outros três datam de 1910, 1938, 1984. Neste dia a temperatura dentro da sala de guarda estava em 21°C e a umidade relativa do ar em 64%, destaco que no dia anterior no momento em que observei as fotografias à temperatura estava em 20.6°C e a umidade 55%, podendo-se observar o aumento significativo da umidade relativa do ar. Para os documentos de maneira geral e principalmente os de suporte de papel que absorvem grande parte da umidade existente no ambiente este tipo de alteração causa o efeito de contração e alongamento, causando danos à estrutura física do documento, além de favorecer a proliferação de fungos, bactérias e insetos.

No dia 14/04/2014, foram observados outros seis livros, sendo que três são em língua portuguesa e os demais em língua alemã. Destes apenas um estava sem datação, os demais compreendiam as seguintes datas: 1926, 1930, 1939, 1945 e 1955, todos com mais de 140 páginas. Neste dia a temperatura dentro da sala do acervo estava em 31°C e a umidade relativa do ar em 50%, destaco que o aparelho de ar condicionado encontrava-se desligado, por conta da queda do disjuntor. Novamente percebe-se a grande mudança de temperatura e umidade e a falta de monitoramento no espaço do acervo torna-se evidente.

O estado de conservação dos livros é bom, sendo que os que estão com as folhas soltas, lombada ou costura rasgada, folhas ácidas e quebradiças estão em embalagens confeccionadas com papel com PH alcalino.

Figura 6 – Livro Danificado e Embalagem de Papel Alcalino



Fonte: Priscila Débora Trierweiler, 2014. Arquivo pessoal da autora

O Centro Cultural Deutsche Schule possui estrutura para que este acervo esteja disponível para pesquisa, porém necessita de planejamento e de políticas de preservação. Estas políticas devem ser pensadas conjuntamente com o corpo técnico-administrativo da instituição, levando em consideração a opinião e conhecimento de profissionais de diversas áreas, como arquivistas, museólogos, historiadores, restauradores, químicos, técnicos em edificações, etc. É preciso ainda estabelecer normas no que diz respeito à manutenção do prédio, definindo programas de monitoramento de

calhas e telhados evitando inundações, detectando possíveis rachaduras, planejando ações com relação a incêndios e outros eventuais sinistros que possam ocorrer na parte física e estrutural, assim como ações que envolvam diretamente o acervo. Segundo Beck (1999, p.7):

Os materiais constituintes de arquivos, como papéis, acetatos e ocasionalmente nitratos (filmes de acetato e nitrato de celulose) podem rapidamente perecer diante de fogo, água, insetos ou vandalismo. Em quase todas as situações de desastres, as causas estiveram ligadas a deficiências nas instalações, por falta de prevenção contra sinistros.

Sendo assim, a publicação da Casa de Oswaldo Cruz (2013, p.9), destaca que:

As ações de preservação deverão ser monitoradas e documentadas para avaliar a efetividade, eficiência e eficácia das soluções adotadas e fornecer subsídios para o planejamento das ações futuras bem como para a comunicação, divulgação, pesquisa e educação.

No acervo encontram-se documentos em diversos gêneros como iconográfico, textual, audiovisual e cartográfico, assim como diversas espécies, tais como: atas, relatórios, cartas, ofícios, diplomas, fotografias, plantas, memorando, boletins, cartazes e *banners*, jornais, regimentos e estatutos, dentre outros. Destacam-se também os tipos documentais como selos comemorativos e cartões festivos: de natal, páscoa, dia da criança, dia das mães e pais, convocações de reuniões tanto para o corpo administrativo da instituição, como reuniões com os pais, convites de formaturas, diários de classe, balanços financeiros, livros de inspeção escolar, carteirinha de clube escolar, livros em português e alemão, diários com poesias em língua alemã, rascunhos de provas e trabalhos dos alunos, entre muitos outros. Pode-se praticamente acompanhar as mudanças na educação e a trajetória do Colégio Bom Jesus através destes exemplares.

As instituições escolares constituem independentemente de suas origens ou natureza, uma amostra significativa do que realmente acontece no contexto educacional de um determinado país. Justamente com seus atores, as instituições escolares produzem diversos tipos de documentos e registros de caráter administrativo, pedagógico e histórico, exigidos pela administração e pelo cotidiano burocrático, que perpassam inclusive seu âmbito pedagógico. Desse modo, as escolas apresentam-se como espaços portadores de fontes de informações fundamentais para a formulação de pesquisas, interpretações e análises sobre elas próprias, as quais permitem a compreensão do processo de ensino, da cultura escolar e, conseqüentemente, da História da Educação. (FURTADO, 2005, p.150)

Centros de documentação, de maneira geral, não revelam apenas memórias ligadas aquele espaço, mas também ao contexto social aos quais os documentos foram produzidos, muitas vezes revelam muito mais do que aquilo que os idealizadores projetaram inicialmente. Segundo Le Goff (1990, p. 545):

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

Mogarro (2005, p.90) afirma que:

Nesse sentido, a pesquisa histórica não se centra apenas na materialidade dos factos, mas também nas comunidades discursivas que os interpretam e os inscrevem num tempo e num espaço determinados. A atenção dos



cientistas incide na experiência e nas formas como esta se constitui em práticas discursivas dos actores educativos (diretores, professores, alunos), que interpretam e reinterpretem o seu mundo, conferindo sentido às suas experiências escolares e profissionais e registrando as suas idéias nos documentos que chegam até nós, guardados nos arquivos. Os textos, os documentos, são acontecimentos e produtos históricos, relacionando-se de forma complexa com os seus vários contextos de produção e de recepção, ao mesmo tempo em que constituem elementos essenciais para a reconstrução dos contextos em que foram elaborados, difundidos, (re) apropriados e utilizados.

Para os estudos em história – com destaque a história da educação –, assim como nas mais diversas áreas, este acervo pode ser bastante utilizado, pois remete ao desenvolvimento do Colégio Bom Jesus. O interesse institucional em preservar o prédio da Escola Alemã se deu por conta da forte relação da escola com o desenvolvimento da cidade de Joinville. Logo após inauguração a Deutsche Schule já contava com amplos laboratórios, professores gabaritados, suas técnicas e métodos de ensino eram referência em Joinville e região, segundo Ternes (1986) “a história da escola alemã está estreitamente ligada ao desenvolvimento da cidade de Joinville. É quase impossível pensar numa sem a outra”. Através destes documentos podemos estudar as diferenças entre as metodologias aplicadas em sala de aula em diferentes épocas, os conteúdos e materiais didáticos utilizados, o perfil dos sujeitos escolares, a cultura material escolar, dentre tantas outras questões. A documentação encontrada no acervo do CCDS relativa à Campanha de Nacionalização<sup>2</sup> é um exemplo, de como este acervo está relacionado com a cidade de Joinville, pois encontram-se registros em jornais referentes as denúncias antes do fechamento da escola em 1938, relatórios de inspetoria escolar, contrato de locação do imóvel a Anna Maria Harger em 1939 para a instalação do Instituto Bom Jesus, manchetes de jornal local denunciando o Instituto Bom Jesus como foco nazista, carta redigida pela própria Anna Maria Harger para o Presidente Getúlio Vargas desmentindo as acusações. Sendo assim, constitui um bem patrimonial que se preservado poderá ser útil para diversos estudos e pesquisas. Segundo Nora (1993, p.9):

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.

Desta maneira os locais de memória servem como ícones para nos remeter às lembranças que podem surgir ao olhar uma fotografia de olimpíada escolar, a carteirinha da biblioteca, ou a imagem do antigo brasão escolar. As memórias revividas ao olhar algum objeto significativo em nossa vida são inúmeras e têm reflexos diferentes para cada pessoa.

Os centros de documentação não devem ser meros depósitos de documentos, mas sim estabelecer compromisso com a produção de pesquisa, a conservação do acervo, a disponibilização e educação patrimonial. Pensar neste acervo como um depósito do que já se passou ou no arquivo morto da instituição é errôneo, pois dentro deste arquivo existem pontos que remetem a memórias, principalmente de seus ex-alunos e funcionários.

Sendo assim, atualmente o acervo do CCDS encontra-se conservado, porém está despreparado no caso de sinistros: não há nenhuma comissão que estude e planeje técnicas contra incêndios, inundações ou até mesmo ataque por insetos xilófagos. Estas comissões devem, antes de qualquer coisa, pensar em todos os fatores que aceleram a degradação do acervo, tendo em vista que cada acervo conta com particularidades, fatores que podem estar relacionados à região em que se localiza

<sup>2</sup> A Campanha de Nacionalização foi um conjunto de medidas do governo de Getúlio Vargas, que iniciou no ano de 1939 e tinha como principal objetivo a promoção da identidade nacional. Neste período foi proibido o uso de língua estrangeira, manifestações culturais, assim como posse de materiais que remetesse ao país de origem. Sobre a Campanha de Nacionalização na cidade de Joinville ver Coelho (1994) e Guedes (2000).

ou até mesmo à história da documentação até chegar ao depósito de guarda em questão, e juntos criar uma política de preservação que atenda às necessidades do espaço ocupado pelo acervo.

Além disso, o acondicionamento correto garante a preservação do material, e isto se aplica a todo tipo de suporte, dentro desta perspectiva, o profissional que trabalha com acervos deve entender as necessidades e especificidades de cada suporte, para poder dar o destino correto, e evitar acidentes, ou até mesmo a deterioração do documento. Observar as oscilações de temperatura e umidade relativa do ar dentro das salas de depósitos documentais também é de grande importância para a preservação da documentação existente, pois as diferenças climáticas podem causar a ruptura das fibras do papel, tornando-o quebradiço e diminuindo assim seu tempo de vida útil.

Para que isto aconteça é fundamental que as políticas de preservação estejam bem planejadas e fundamentadas, para isto, nada melhor do que um processo de preservação elaborado através de técnicas estudadas e pré-estabelecidas, disseminadas por todos que trabalham nestes espaços para que estas representações de memória existam e resistam às ações do tempo. É importante destacar que o homem caracteriza-se também como um agente de degradação dos acervos, pois risca, arranca páginas, utiliza materiais metálicos como cliques de papel, deixam os volumes expostos a luz, utiliza fitas adesivas nos documentos, dobra e amassa, a falta de conhecimento das regras básicas de manuseio pode causar danos irreparáveis a documentação. Sendo assim, a conservação preventiva dos acervos visa preservar, acondicionar e orientar corretamente o manuseio para prevenir possíveis acidentes e evitar a intervenção nos documentos através da restauração.

As políticas de preservação devem levar em consideração também formas diferenciadas de acesso, aos pesquisadores, como por exemplo, a digitalização. Além disso, deve orientar e acompanhar o manuseio dos consulentes. Técnicas de difusão do acervo também é algo que deve ser contemplado, pois não há sentido em preservar um acervo que não é pesquisado.

Através deste estudo percebeu-se que o acervo do Centro Cultural Deutsche Schule não possui atualmente nenhum grupo de estudos/ comissão que planejem políticas voltadas à sua preservação, ou mesmo trabalhos que garantam a manutenção do espaço da guarda e do acervo existente. A falta de funcionários que trabalhem diretamente neste espaço, a ausência de consultas fará com que este espaço caia no esquecimento, e em pouco tempo todo o investimento e trabalho despendido neste local irá se perder.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Acesso em 10/12/2013. Disponível em <http://www.arquivista.org/arquivologia-online/dicionario-brasileiro-de-terminologia-arquivistica>

BECK, Ingrid. **Infra-estrutura e políticas de preservação para os arquivos brasileiros**. Disponível em: [http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/mesa/infraestrutura\\_e\\_polticas\\_de\\_preservao.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/mesa/infraestrutura_e_polticas_de_preservao.pdf). Acesso em: 07/12/2013.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os Arquivos Escolares como Fonte para a História da Educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 10, p. 193-220, jul./dez. 2005.

BORGES, Silvio Arlindo. **80 anos de valiosas histórias pra contar: a muitas vozes**. Joinville: Bom Jesus/Ielusc, 2007.

CARRASCO, Gessonia Leite de Andrade. SILVA, Elizangela da. **A presença de inseticidas organoclorados em suporte de papel e o controle de infestações biológicas no acervo do Arquivo Histórico de Joinville**. In: Revista do Arquivo Histórico de Joinville. Ano. 1, V. 1, n. 1, 2007. ISSN 1982-4769.

CASA de Oswaldo Cruz. **Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde**. 2013. Disponível em: [http://www.coc.fiocruz.br/patrimonio/images/stories/PDFs/politica\\_preservacao\\_gestao\\_acervos\\_coc.pdf](http://www.coc.fiocruz.br/patrimonio/images/stories/PDFs/politica_preservacao_gestao_acervos_coc.pdf). Acesso em: 08/12/2013.

COELHO, Ilanil. **Joinville e a Campanha de Nacionalização**. 1994. 139f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Carlos, São Carlos.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. História da educação e história cultural. In: **História e historiografia da educação no Brasil**. FONSECA, Thais Nívia de Lima e, VEIGA, Cyntia Greive (org.). Belo Horizonte: Autentica, 2003.

FURTADO, Alessandra Cristina. Os Arquivos escolares e sua Documentação: possibilidades e limites para a pesquisa em História da Educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 10, p. 145-159, jul./dez. 2005.

GUEDES, Sandra P.L. de Camargo (org.). **História de (I)Migrantes: o cotidiano de uma cidade**. Joinville: Univille, 2000.

HALBWACHS, M. **A memória Coletiva**. São Paulo: Vertice, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão [et al]. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e Educação; a construção da memória educativa. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 10, p. 75-99, jul./dez. 2005.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. In: Projeto História. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. (27.402)

OGDEN, Sherelyn. **Caderno Técnico: procedimentos de conservação**. Rio de Janeiro: Arquivo, 1997.

OGDEN, Sherelyn. **Caderno Técnico: meio ambiente**. Rio de Janeiro: Arquivo, 1997.

OGDEN, Sherelyn; GARLICK, Karen. **Caderno Técnico: planejamento e prioridades**. Rio de Janeiro: Arquivo, 1997.

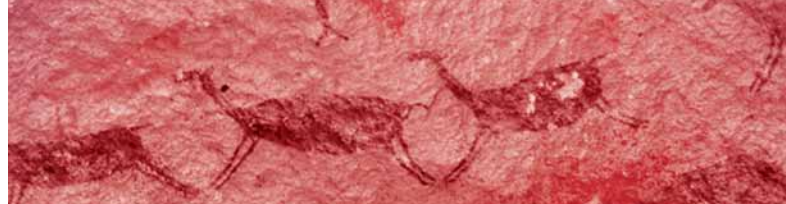
SECRETARIA DE ESTADO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL JOINVILLE. **Caracterização Regional**. Disponível em: <http://cepa.epagri.sc.gov.br/Publicacoes/diagnostico/JOINVILLE.pdf>. Acesso em: 15/04/2014.

SENAC. **Restauração e conservação de documentos**. Rio de Janeiro: SENAC, 1988.

TEIXEIRA, Lia Canola; GHIZONI, Vanilde Rohling. **Conservação preventiva de acervos**. Florianópolis: FCC, 2012.

TERNES, Apolinário. **Colégio Bom Jesus 60 anos de ensino**. Gráfica Meyer, 1986.

TOLEDO, Franciza Lima. **Controle Ambiental e Preservação de Acervos Documentais nos Trópicos Úmidos**. In: Acervo, Rio de Janeiro, v. 23, nº 2, p. 71-76, jul./dez 2010.



## Um olhar do patrimônio sob os Guarani pré-coloniais no norte catarinense

PRISCILA GONÇALVES<sup>1</sup>  
DIONE DA ROCHA BANDEIRA<sup>1</sup>

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio; Arqueologia; Guarani Pré-Colonial.

Um conhecimento sobre a história de um grupo, seus costumes e sua forma de viver se torna viável diante de uma boa revisão nos documentos escritos, no entanto, quanto mais distante o período, mais escassos se tornam esses documentos.

Além disso, sabemos que a escrita é tendenciosa e elege seus protagonistas, sendo necessária a utilização de um campo interdisciplinar que embora seja indispensável, durante muito tempo, ficou limitado a representar apenas civilizações arcaicas e a curiosidades, a cultura material.

A arqueologia, ciência que trabalha diretamente com esses vestígios, proporciona um campo vasto de possibilidades, perguntas e questionamentos, muitas vezes não possíveis em se tratando de documentação escrita. Para Leroi-Gorhan (1945 *apud* BUCAILLE, PESEZ, 1989), a arqueologia não conhece limites de documentação no espaço e no tempo, só ela pode fornecer informações bastante precisas, numerosas e bem repartidas topográfica e cronologicamente.

A construção de um conhecimento arqueológico a partir dos remanescentes dos Guarani no Brasil é de grande relevância, seu estudo pode nos dizer muito acerca da vida, ocupação, tecnologias, usos e costumes destes povos. Os Guarani são povos indígenas que viviam na maior parte do litoral sul brasileiro quando da invasão europeia no século XV. Dada à complexidade que envolve a pesquisa relacionada a grupos humanos pré-coloniais, a cultura material se faz imprescindível.

O estudo atento dos objetos da cultura material possível pela Arqueologia permite “decifrar” aspectos de grande importância para a compreensão, por exemplo, das relações sociais estabelecidas entre as pessoas e quais eram os usos e sentidos atribuídos às cerâmicas por elas produzidas. Segundo Pollak (1989 p.09)

Memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes.

Difícil falar de patrimônio arqueológico sem relacionar com memória, afinal todos os vestígios materiais de diferentes grupos, inclusive os pré-coloniais, trazem consigo uma bagagem de memória seja intencional ou não. Para Nora (1993), para ser considerado lugar de memória, deve possuir uma vontade de memória, deve ter na sua origem uma intenção memorialista, que garanta sua identidade.

Nesse sentido, pensando no caso da cerâmica Guarani, somos levados a questionar se os vestígios encontrados em pesquisas arqueológicas seriam fruto de atividades cotidianas apenas, ou alguns teriam em si uma intenção de memória, como as urnas funerárias encontradas em sítios desta tradição arqueológica. Por outro lado, estes vestígios também constituem memórias dos povos contemporâneos.

<sup>1</sup> Universidade da Região de Joinville.

O patrimônio está presente de diversas formas e em vários campos da sociedade em que vivemos, apresenta-se de diferentes formas devido à multiplicidade cultural de diferentes lugares e tempos, sendo vista como uma categoria de pensamento para alguns autores. Para Gonçalves (2003, p. 22)

Muitos são os estudos que afirmam constituir-se essa categoria em fins do século XVIII, juntamente com os processos de formação dos estados nacionais, o que é correto. Omite-se, no entanto o seu caráter milenar. Ela não é simplesmente uma invenção moderna. Está presente no mundo clássico e na Idade Média, sendo que a modernidade ocidental apenas impõe os contornos semânticos específicos que, assumidos por ela podemos dizer que a categoria “patrimônio” também se faz presente nas sociedades tribais.

O patrimônio já se fazia presente em sociedades tribais, essa noção pode ser observada nos enterramentos de indivíduos do período pré-colonial, onde em alguns casos, os pertences do indivíduo eram colocados juntamente do corpo do morto. Nesse sentido, podemos interpretar esse ato como uma valoração daqueles objetos, visto como uma extensão moral do indivíduo.

Nesse jogo do patrimônio, onde poucos são contemplados, muitas memórias acabam em segundo plano ou mesmo sendo esquecidas por representar grupos excluídos da História, como aqueles que viveram aqui antes da colonização. Segundo Hartog (2006 p. 269)

O patrimônio é constituído de testemunhos, grandes ou pequenos. Como em relação a todo testemunho, nossa responsabilidade é de saber reconhecê-los em sua autenticidade, mas, além disso, nossa responsabilidade se encontra engajada em relação às gerações futuras.

Ao pesquisar, e trazer à tona a cultura material de um povo antigo, pouco reconhecido pelas sociedades atuais, estamos dando voz a ele e trazendo à atualidade questionamentos que podem contribuir com o estudo do patrimônio seja ela material ou imaterial.

Recuperar, conhecer e salvaguardar a memória de um grupo pouco reconhecido pela sociedade como patrimônio cultural pode implicar em um trabalho difícil, ainda mais quando se pretende fazê-lo a partir de seus vestígios materiais. Suas memórias devem estar constituídas e enquadradas dentro do que lhes interessa lembrar e dentro do seu contexto de vida.

A região da Baía da Babitonga é conhecida por abrigar 150 sítios arqueológicos do tipo sambaqui. De grande importância também são os vestígios de outros povos que viveram nessa região como os vinculados às tradições arqueológicas Itararé e Guarani que são muito conhecidos pela cerâmica que produziam. A cerâmica indígena, parte da cultura material destes grupos, tem grande relevância, não só por seu valor estético e funcional, mas também por ser, em muitos casos, um dos únicos registros existentes da cultura destes povos.

De acordo com Bandeira (2004), as sociedades ceramistas pré-coloniais da Baía da Babitonga que viveram nessa região e produziram as cerâmicas das tradições arqueológicas Itararé e Guarani estão vinculadas aos povos indígenas das famílias linguísticas Gê e Guarani, que ocupam o sul brasileiro.

No litoral norte de Santa Catarina, embora existam muitas menções a indígenas desde o início da colonização, os dados arqueológicos existentes referem-se a dois sítios Guarani, um na localidade de Iperoba em São Francisco do Sul e outro às margens do Rio Poço Grande, entre os municípios de Joinville e Guaramirim. Considerando essas informações, Bandeira (2004) realizou escavações neste sítio onde foram encontrados poucos fragmentos de cerâmica, pequenos e desgastados por conta da ação do arado utilizado desde o início da colonização.

Através da cultura material, hoje é possível chegar muito próximo do cotidiano e modo de viver de diferentes povos. Leroi-Gourhan (1976, p. 91) aponta que a vida concreta do homem atual sempre preocupou o pré-historiador, a genealogia das dinastias de sílex ou de cerâmica é tão indispensável para o conhecimento quanto a das famílias reinantes no tempo da escrita. Nesse sentido, os documentos que constituem um sítio arqueológico pré-colonial, merecem atenção e uma atenta leitura buscando uma interpretação que de alguma forma responda aos questionamentos levantados.

Entender o comportamento e determinadas atitudes de grupos não detentores da escrita por meio da cultura material possibilita transitar por aquilo que não seria documentado. Bucaille & Peséz (1989) questionam o que haveria de mais familiar, conhecido e cotidiano do que a cultura material relacionada aos objetos, aos gestos e aos hábitos de todos os dias? Quem escreve não se prende ao óbvio, não descreve aquilo que está naturalizado, diante dos olhos o tempo todo.

As informações existentes acerca de diferentes grupos que habitaram Joinville e região antes da colonização<sup>2</sup> incitam pesquisas que digam à sociedade que somos apenas mais uma ocupação, que vivemos sobre um solo rico em vestígios que podem nos dizer muito, contribuindo de forma significativa para a evolução de estudos sobre o patrimônio arqueológico e cultural nosso e de outros povos antes de nós.

Pensando por esse viés, Barros (2004) aponta que pelas escavações arqueológicas são evidenciadas as diferentes ocupações de determinado lugar, sendo possível analisar os aspectos materiais de grupos que viveram em diferentes períodos no mesmo espaço. “Os restos e fragmentos de cerâmica, ou mesmo os restos de comida trazidos à tona em escavações arqueológicas, também podem contar, por exemplo, a história de processos de aculturação – para pensar mais especificamente no caso das culturas indígenas” (BARROS, 2004 p. 12). Sendo assim, de acordo com o autor, a partir de uma leitura do objeto, podem ficar evidentes processos sociais e, no caso de nossa região, podem ser evidenciadas diferenças, permanências e imbricamentos entre os grupos que aqui viveram no período pré-colonial.

A cerâmica é o principal marcador do registro arqueológico Guarani (NOELLI, 2014), e nesse sentido, pretendemos nos valer desses vestígios para contribuir com a expansão do quadro de informações existentes sobre este grupo no período pré-colonial do litoral norte catarinense.

Ao lado dessa dimensão material, é preciso assinalar a dimensão fisiológica, ou mais precisamente, o uso de técnicas corporais. Objetos sempre proporcionam o estudo da vida e comportamento das pessoas, pois eles são sempre manipulados, passam despercebidos e é por isso que trazem consigo informações de grande valia para compreender as dinâmicas sociais de grupos humanos.

Acredita-se que exista muito material Guarani para ser estudado nessa região, há indicações bibliográficas que apontam a necessidade de um aprofundamento sobre os vestígios Guarani. O Museu Arqueológico de Sambaqui possui cerâmica Guarani da coleção de Guilherme Tiburtius que ainda não foi estudada. Há dúvida quanta a procedência deste material que está identificado como do sítio Enseada I em São Francisco do Sul. No entanto, pesquisas realizadas por Beck, Tiburtius e Bandeira neste sítio identificaram somente ocupação sambaquiana e Itararé. Há dúvidas se realmente houve um sítio Guarani na Enseada ou se o material que existe no museu é do sítio Poço Grande cuja identificação foi trocada. Nesse sentido essas ideias não se encerram nesse trabalho, elas continuam no sentido de tentar descobrir um pouco mais sobre a vida desses grupos e contribuir para a compreensão da ocupação do Guarani pré-colonial no sul do Brasil a partir do estudo da cerâmica do sítio Poço Grande existente no acervo do MASJ – Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville.

## REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Dione Rocha. **Ceramistas pré-coloniais da Baía da Babitonga, SC**. Arqueologia e Etnicidade. Campinas: SP, 2004.

BARROS, José D’Assunção. **O Campo da História – especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie *Cultura Material* /n: **Enciclopédia Einaudi** Homo — Domesticação — Cultura Material, Lisboa: Einaudi, p.11-47. 1989.

<sup>2</sup> Joinville tem como data que marca o início de sua colonização 09/03/1851.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios / José Reginaldo Santos Gonçalves. Rio de Janeiro, 2007.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, jul/dez, p. 261-273, 2006.

LE GOFF, Jacques & Nora, Pierre. *História: Novos problemas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1976.

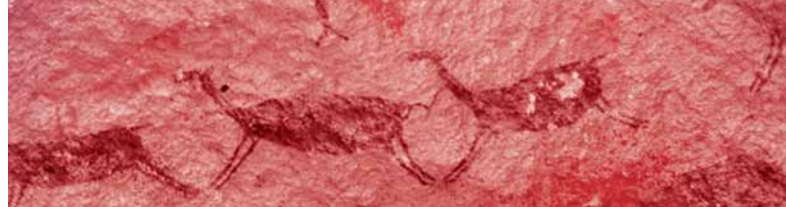
LONDRES FONSECA, M. C. Para além da pedra e cal: Por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP & A, p. 56-75, 2003.

NOELLI, Francisco Silva. **Repensando os rótulos e a história dos Jê no sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar**. Revista do Museu de Antropologia e Etnologia, São Paulo: Suplemento 3, p. 285-302, 1999.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História**. São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 03, p. 3-15.1989.

SCHMIDT, Adriana Dias *et al.* O discurso dos fragmentos. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 5-34, jul./dez. 2008.



## Modernos do sul e a exposição de pintura contemporânea de Marques Rebelo

RENILTON ROBERTO DA SILVA MATOS DE ASSIS<sup>1</sup>

**RESUMO:** Neste texto procuro apresentar a resultados preliminares sobre a minha pesquisa a respeito da criação do Museu de Arte Moderna de Florianópolis que está inserido no campo do Patrimônio Cultural (tangível e intangível), de modo que se apresenta na interface de múltiplas áreas de estudo. Partindo do contexto do Modernismo em Santa Catarina, como destaque para a exposição de 1948 que ocorreu no Grupo Escolar Dias Velho com a participação de Marques Rebelo e de modernistas de Florianópolis, como fator preponderante para a posterior criação de um Museu de Arte Moderna em Florianópolis.

**PALAVRAS-CHAVE:** Modernismo; identidade; Museu de Arte Moderna de Florianópolis.

### MODERNOS DO SUL

O momento em que o chamado Círculo de Arte Moderna (CAM), surge no cenário das artes em Florianópolis apresenta um contexto político e cultural bem intenso no país e no mundo, destacando-se em nível nacional as influências das propostas da Semana de Arte Moderna, o fim do Estado Novo e internacionalmente o pós-Segunda Guerra Mundial pode ser considerado como ponto crucial em vários setores sociais na metade do século XX.

Nesse contexto segundo Bortolin (2002, p. 26) “foi criado o Círculo de Arte Moderna (CAM) em 1947, mais conhecido como Grupo Sul, em razão do título da *Revista Sul*, publicada por dez anos (jan. 1948 – dez. 1957)”.

O grupo que funda o CAM, composto por escritores e artistas preocupados com a acomodação e falta de mudanças significativas no modo de se pensar e produzir arte em Santa Catarina, foi o grande incentivador da criação de um museu que apresentasse a arte no estado com uma abordagem mais crítica e moderna.

Existia um questionamento direto ao modelo vigente, ainda pautado nos princípios clássicos. A semana de 1922<sup>2</sup> tinha ocorrido, mas seus reflexos ainda não haviam penetrado suficientemente em nível local ao ponto de produzir grandes mudanças.

O CAM era formado de escritores e artistas jovens, preocupados em sacudir a província, acomodada aos velhos padrões, com manifestações modernas de teatro, literatura, poesia, cinema e artes plásticas. Fundado por Anibal Nunes Pires, Ody Fraga e Silva, Eglê Malheiros, Salim Miguel e Antônio Paladino. (BORTOLIN, 2002, p. 26).

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille na linha de pesquisa Patrimônio e Memória Social.

<sup>2</sup> A Semana de Arte Moderna, também chamada de Semana de 22, ocorreu em São Paulo no ano de 1922, entre os dias 13 a 18 de fevereiro, sendo realizada capital paulista. Representou para o campo da arte uma verdadeira renovação de linguagem, na busca de experimentação, na liberdade criadora da ruptura com o passado.



Esse grupo passa a obter rapidamente novas adesões, e com a produção da *Revista Sul* e a participação em encontros e debates sobre o panorama local, inicia-se um movimento de mudança gradativa nesse cenário o qual os artistas tanto criticavam.

A busca por uma identidade e as memórias sobre outros movimentos artísticos de épocas os quais os ditos modernos do sul que se sentiam mais afiliados ou mais distantes, fica evidente no texto editorial de Anibal Nunes Pires, diretor da *Revista Sul*, já em seu primeiro número.

Destaco no trecho citado a seguir, sobretudo a preocupação do Círculo de Arte Moderna em passar uma mensagem sem se comprometer com forças políticas atuante naquela época, seria uma estratégia ou a negação de que as artes são instrumentos políticos?

O Sul (do Círculo de Arte Moderna), que hoje apresentamos, em Florianópolis, se propõe, na medida das coisas possíveis, revelar os valores novos e acompanhar as idéias do mundo atual no campo da filosofia, da ciência, da cultura e, principalmente, no campo das letras e das artes. Por questão de princípios, o sul não cogita, terminantemente, de questões político partidárias e de religião. (PIRES, 1948, p. 01).

Qual identidade esse grupo busca para sua atuação no campo cultural? Ao se intitularem Círculo de Arte Moderna, fica-nos uma pista mais evidente da sua pretensa filiação no que concerne ao discurso de mundo por meio das artes, os modernos dos anos 20 e 30. Resta-me investigar em qual medida existem rupturas, manutenções de linguagens e discursos nos ditos Modernos do Sul, novíssimos ou novos.

Da identidade, se observa um relativo consenso entre os pesquisadores (antropólogos, sociólogos, filósofos) em admitir que ela, a identidade, é uma construção sócia, de certa maneira sempre acontecendo no quadro de uma relação dialógica com o Outro. (CANDAUI, 2010, p. 45).

E pensar identidade é pensar prioritariamente em uma relação de diálogo com o outro, no caso específico dos Modernos do Sul, esses outros são em grande medida os Modernos de 1922 e o seu legado é a base de sustentação para se lançarem na árdua missão de rediscutir novos caminhos para o campo cultural em Santa Catarina, com ênfase, sobretudo na atuação desses modernistas na capital.

Evidentemente que outras influências na estrutura de pensamento cultural do Grupo Sul são presentes, tais como Neorrealismo italiano<sup>3</sup> e do Expressionismo alemão<sup>4</sup>, ambas as influências marcantes dentro do cenário cinematográfico, o qual os Modernos do Sul vão experimentar na produção do *Preço da Ilusão* em 1958.

Sobre esse grupo de artistas e pensadores do campo cultural dos anos 1940 e 1950 fica-nos estranho o seu pretensão distanciamento em relação às atividades político partidárias, sobretudo, quando percebemos o apoio dos poderes públicos para o desenvolvimento de atividades realizadas pelo CAM (Círculo de Arte Moderna), com destaque para Jorge Lacerda, então Deputado Federal por Santa Catarina, que apresenta ao grupo vários expoentes do cenário cultural do País.

Essa filiação com os modernos de 1922 que os novos do Círculo de Arte Moderna procuravam, era uma tentativa, tanto de se firmarem como “herdeiros” de um conceito renovador no campo das artes, quanto como se sentirem legitimados dentro do cenário artístico local, tendo em consideração o pouco apreço que naquele momento Florianópolis devotava para expressões artísticas fora dos padrões acadêmicos.

<sup>3</sup> O **Neorrealismo italiano** foi um movimento cultural surgido na Itália ao final da segunda guerra mundial, cujas maiores expressões ocorreram no cinema. Seus maiores expoentes foram Roberto Rossellini, Vittorio De Sica e Luchino Visconti, todos fortemente influenciados pelos filmes da escola do realismo poético francês. Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Neorrealismo\\_italiano](http://pt.wikipedia.org/wiki/Neorrealismo_italiano). Acessado em 11.05.2014 às 11h15min.

<sup>4</sup> O expressionismo alemão foi um estilo cinematográfico cujo auge se deu na década de 1920, que caracterizou-se pela distorção de cenários e personagens, através da maquiagem, dos recursos de fotografia e de outros mecanismos, com o objetivo de expressar a maneira como os realizadores viam o mundo. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Expressionismo\\_alem%C3%A3o](http://pt.wikipedia.org/wiki/Expressionismo_alem%C3%A3o). Acessado em 11.05.2014 às 11h19min.

Para Pierre Nora (1993, p 12), suportes exteriores e de referências tangíveis, tais como arquivos, museus, bibliotecas, centro de documentações e os próprios documentos e objetos acondicionados e preservados nesses locais são considerados como lugares de memórias, para o autor os lugares de memória são antes de tudo restos. E esse grupo de artistas ansiava pelos seus suportes de memória ao alcance de seus olhos.

Portanto, para os modernos do Círculo de Arte Moderna de Florianópolis, obras dos modernos dos anos 20 e 30, têm a mesma relação apontada por Nora como suportes de memórias que influenciavam e inspiravam a sua geração na produção artística que buscava colocar para sua época as suas próprias perspectivas e ideias dentro do campo do patrimônio cultural.

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória. (NORA, 1993, p.7).

Os Modernos de Santa Catarina aspiravam pelo contato direto com esses elementos de memória que os inspiravam, desejavam a presença de peças produzidas pelos seus "ídolos" cujo contato direto, para a maioria dos membros do Grupo Sul, ocorria apenas por meio de reproduções. Apenas em 1948 com a Exposição de Arte "Contemporânea" de Marques Rebelo o desejo dos novos finalmente é realizado na capital catarinense.

Durante um período Florianópolis é "assolada" pelas ideias desse grupo de novos modernistas. Entre 1948 com a Exposição de Arte "Contemporâneo", organizada por Marques Rebelo, e 1958 com a produção de O Preço da Ilusão, produzido pelos modernos do Círculo de Arte Moderna de Santa Catarina, Florianópolis viveu uma espécie de época dourada no campo da produção cultural, os Modernos do Sul, experimentaram quase todas as expressões artísticas, desde artes plásticas, literatura na poesia e prosa, teatro e cinema.

Foi um período que os chamados novos ousaram, se lançaram de cabeça na experimentação artística, sem esquecer o discurso de ruptura com o tradicional, com o formalismo "opressor" da academia que ditava as regras até então. Inspirados nos modernos de 1922, esses paladinos das artes ampliavam o repertório de suas intervenções no cenário cultural da capital dos catarinenses.

Logo, foi nesse cenário de rupturas, mudanças e inovações que foi fundando o Museu de Arte Moderna de Florianópolis (MAMF), museu proveniente da Exposição de "Pintura Contemporânea" trazida um ano antes pelo escritor Marques Rebelo, e dos incansáveis novos que desejam em sua terra um local para liberdade do exercício da plasticidade contemporânea.

## A EXPOSIÇÃO DE PINTURA CONTEMPORÂNEA DE MARQUES REBELO

A exposição intitulada "Exposição de Pintura Contemporânea (SUL, 6, p. 09), foi inaugurada sábado, 25 de setembro de 1948 às 15horas no Grupo Escolar Dias Velho tendo as presenças do Oton Gama D'êça então secretário da Segurança Pública representando o Governador do Estado, assim como também representava Armando Simone Pereira, Secretário da Justiça, Educação e Saúde, ambos em viagem a cidade de São Bento do Sul, também estiveram presentes intelectuais locais e o "curador" e escritor Marques Rebelo.<sup>5</sup> Não deixa de ser interessante a presença de um dos mais ardorosos defensores dos valores acadêmicas na abertura de uma exposição que propunha na maioria das obras uma linguagem estética modernista.

A exposição apresentou 79 pinturas, tendo como destaque local os pintores Eduardo Dias e Martinho de Haro, ressaltando que ambos não foram participantes do movimento modernista, a exposição

<sup>5</sup> Jornal O Estado de 26 de setembro de 1948, p. 8.

ainda teve nomes nacional e internacionalmente conhecidos, e tendo como um dos resultados a posterior incorporação de algumas dessas obras ao acervo museológico do Museu de Arte Moderna fundando oficialmente em 1949, preservadas em grande parte até o presente momento, obras que compõe o chamado núcleo inicial do acervo permanente do Museu.

Eram 79 obras, entre pinturas, desenhos, gravuras, aquarelas e guaches, assinadas por artistas estrangeiros como Leskoeschek, Lurçat, Léger, Dufy, Vlaminck, Arpad Szenes, Zadkine, Jan Zach, e brasileiros do porte de Iberê Camargo, Pancetti, Burle Marx, Bruno Giorgi, Milton Dacosta, Djanira, Di Cavalcanti, Teruz, Segall, Portinari, entre outros. Como se vê, uma mostra mais importante até os dias de hoje. (BORTOLIN, 2002, p. 26).

O que considero intrigante é o título da exposição “Exposição de Pintura Contemporânea”. Exposição de “Pintura Contemporânea” com pinturas modernistas, fato no mínimo curioso, dado a temporalidade no qual a chamada expressão artística contemporânea surge no cenário nacional quase duas décadas mais tarde. Para Hobsbawm (2013, p. 280-281), as novas expressões plásticas da segunda metade do século XX que rompem com um dos pares clássicos da produção das artes visuais - a pintura de cavalete e a escultura - partindo-se, portanto, para novas experiências estéticas, fomentando-se o que entendemos na atualidade como período da arte contemporânea.

No entanto houve emprego equivocado do termo contemporâneo pelo curador Marques Rebelo? Ou desejo de apresentar elementos de uma nova abordagem nas artes visuais tendo-a como arte de vanguarda? Aproprio-me como ponto de partida, portanto, esse aparente equívoco no emprego dos termos contemporâneo no lugar de moderno pare iniciar a discussão sobre arte moderna e contemporânea.

Interessante também destacar que em 1949, ano seguinte a essa grande exposição, vem a Florianópolis o escultor Bruno Giorgi. Ele traz consigo a escultura, intitulada *A Mascara e o Rosto*, exposta atualmente na exposição de longa duração do Museu, essa peça foi à primeira escultura adquirida para o acervo museológico do MASC.

Em relação ao panorama artístico e intelectual na década de 1940, ainda existia em Santa Catarina certo distanciamento em relação às novidades que ocorria nos principais centros do país, e no campo das artes visuais esse cenário era ainda mais acentuado.

Ruptura e tradição, vanguarda e retaguarda, centro e periferia, modelo e imitação não são termos auto-explicativos peçados de valor em si. O conceito de centro é dependente do conceito de periferia, o de vanguarda do de retaguarda, o de ruptura do de tradição, o de modelo do de imitação. Além disso, é admissível a hipótese que considera a ruptura como tradição, a vanguarda como retaguarda, o centro como periferia e o modelo como imitação. (CHAGAS, 2006, p. 119).

Portanto o mesmo Círculo de Arte Moderna que se apresentava como “herdeiros” dos modernistas de 1922, em determinadas ocasiões apresentavam um discurso de ruptura, e buscavam por sua própria linguagem e interpretação do cenário artístico de seu tempo. Ainda sobre ruptura e mudanças, Michel Pollak chama a atenção para as estabilidades que grupos sociais e instituições podem apresentar.

Mas nenhum grupo social, nenhuma instituição, por mais estáveis e sólidos que possam parecer, têm sua perenidade assegurada. Sua memória, contudo, pode sobreviver a seu desaparecimento, assumindo em geral a forma de um mito que, por não poder se ancorar na realidade política do momento alimenta-se de referências culturais, literárias ou religiosas. O passado longínquo pode então se tornar promessa de futuro e, às vezes, desafio lançado à ordem estabelecida. (POLLAK, 1989, p. 11).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim outro ponto polêmico que destaco, é o nome atribuído ao Museu de Arte quando da sua criação pelo Decreto Estadual nº 433 de 29 de março de 1949. Para os modernos do sul, o museu deveria ser de arte contemporânea e não de arte moderna como ficou no ato legal de criação, para Salim Miguel e seus companheiros de modernismo nestas paragens, o termo contemporâneo naquele momento era mais bem aceito do que moderno termo que já tinha muita rejeição pela crítica de arte e pelo público.

O plano era a fundação de um “Museu de Arte Contemporânea”. No Decreto, talvez por esquecimento, talvez por imperícia ou desconhecimento de causa, saiu Museu de Arte Moderna. Pura questão de terminologia, bem sabemos. Assim ficou. Expliquemos, contudo. Sabendo-se a ojeriza que o público mal informado vota a Arte Moderna, sabendo-se o quanto o termo, dadas certas condições, em aparência, limita, limita, justo mesmo seria a denominação Contemporâneo, mais elástica, mais ampla, que não causa tanta repulsa. (SUL, 1951, p. 42).

Seria uma tentativa de distanciamento dos modernos do sul, dos seus precursores de 1922? Havia nesse grupo a necessidade de se lançarem em uma nova empreitada pavimentando seu próprio caminho em busca de novos horizontes conceituais entorno do campo das artes e da cultura de um modo geral?

São questões que necessitam de respostas, precisa-se, contudo aprofundar mais as pesquisas e buscar descortinar alguns desses pontos de interrogação sobre esse grupo de intelectuais do campo cultural local daquele período.

Os Modernos do Sul tinham alguns objetivos, dentre eles buscavam o rompimento com o modelo acadêmico e a apatia cultural na cidade de Florianópolis, No entanto legados foram deixados por esses modernos, e um deles continua sua trajetória no tempo presente, o Museu de Arte de Santa Catarina, o MASC.

## REFERÊNCIAS

BORTOLIN, Nancy Therezinha. **Biografia de um museu**. Itajaí, SC: UNIVALI; Florianópolis: FCC, 2002.

CANDAU, Joël. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 1, n. 1, dez. 2009/mar. 2010.

CHAGAS, Mário. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. Chapecó, Argos, 2006.

HOBSBAWM, Eric. **Tempos fraturados: Cultura e Sociedade no século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Houry. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989.

SABINO, Lina Leal. **Grupo Sul: o modernismo em Santa Catarina**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

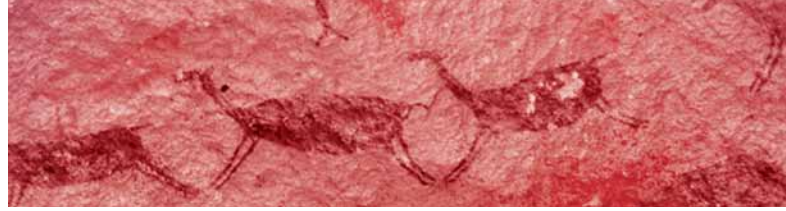
**Fontes**

O ESTADO, Florianópolis, 1948. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Periódicos Catarinenses – Obras Raras.

PIRES, Anibal Nunes. In: Sul Revista do Círculo de Arte Moderna, Florianópolis, nº 1, Jan, 1948. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Periódicos Catarinenses – Obras Raras, caixa 08.

SUL REVISTA DO CÍRCULO DE ARTE MODERNA, Florianópolis, nº 06, Dez, 1948. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Periódicos Catarinenses – Obras Raras, caixa 08.

SUL REVISTA DO CÍRCULO DE ARTE MODERNA, Florianópolis, nº 13, Abril, 1951. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Periódicos Catarinenses – Obras Raras, caixa 08.



## Quando a palavra não cabe na escrita

ROSILDA DA SILVA<sup>1</sup>  
TAIZA MARA RAUEN MORAES<sup>2</sup>

**RESUMO:** Artigo vinculado à linha de pesquisa Patrimônio Cultural e Memória Social e ao grupo de pesquisa *Imbricamentos de Linguagens*, reflete as múltiplas representações sociais através da escrita e resulta de várias leituras, seleções e análises da escrita de cartas íntimas e perfis no site de relacionamentos Par Perfeito. Discorre acerca dos deslocamentos projetados pela escrita nestes suportes e busca identificar as diferenças de exposição em meios diferentes de representação dos relacionamentos amorosos. Apresenta as marcas textuais e a hibridização do gênero carta como mostra de práticas amorosas associadas ao fluxo da cultura; dos interesses, das necessidades e dos valores que movem essa escrita. Os usuários do ciberespaço se apropriam dos recursos disponíveis na virtualidade para imbricar linguagens, reinventar o gênero carta e recuperar um hábito tido como obsoleto depois que a tecnologia informatizou o que outrora as esferas da escrita íntima na atividade humana, por mais variadas que fossem, davam conta. A riqueza e variedade estilística de uma época, hoje comportadas por recursos que alteram a relação homem-máquina serão apresentadas por letras de músicas, cartas íntimas apropriadas pelo literário e perfis no site de relacionamentos Par Perfeito, para retratar uma relação de troca e incursões por diferentes dimensões de funcionamento do gênero carta íntima.

**PALAVRAS-CHAVE:** carta íntima; e-mail, movimentos da escrita; memória cultural.

**ABSTRACT:** This article was developed under the research line “Cultural Heritage and Social Memory” and it is also linked to the “Languages Imbrications” research group. It discusses the multiple social representations through writing that resulted from several readings, text selections and writing analysis made in intimate letters, e-mails and profiles in “Perfect Match” relationship website. It talks about the displacements operated through writing in these communication ways and aims to point out the changes occurred in the way people introduce themselves to others considering these different forms used for representing romantic relationships. This article displays the textual markers and the hybridization of the letter genre as a way to enlighten loving practices associated with the flow of culture; interests, needs and values that drive this writing. Cyberspace users appropriate themselves from the resources available in virtual environment to imbricate languages, to reinvent the letter genre and retrieve a habit considered obsolete after the computerized technology embraced some things which in the days of yore the intimate writing spheres in human activities, as much assorted as they used to be, could perfectly accomplish with. The stylistic richness and variety of a past time nowadays behaved by resources that change the man-machine interface will be presented literacy letters, profiles, to portray a relationship of exchange and incursions in the different functioning dimensions of the genre here named as “intimate letter”.

**KEYWORDS:** intimate letter; e-mail, writing movements; cultural memory.

<sup>1</sup> Mestranda em Patrimônio Cultural e Sociedade UNIVILE – Universidade da Região de Joinville; membro do grupo de pesquisa Imbricamentos de Linguagem. E-mail: rosildasilva@univille.br

<sup>2</sup> Doutora em Teoria da Literatura pela UFSC, profa Letras e Mestrado Patrimônio Cultural e Sociedade, Coord. grupo de pesquisa Imbricamentos de Linguagens- UNIVILLE. E-mail: moraes.taiza@gmail.com

*Escrevo-te  
estas mal traçadas linhas,  
meu amor  
porque veio a saudade  
visitar meu coração.  
Espero que desculpes  
os meus erros por favor,  
nas frases desta carta  
que é uma prova de afeição...*

Benil Santos e Raul Sampaio

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo apresenta a análises dos discursos íntimos em músicas, cartas amorosas e perfis no site de relacionamentos Par Perfeito; traz conceitos de Artières e Foucault para embasar a escrita como arquivo e à luz de Hall aborda cultura e identidade.

Cartas íntimas são acervos pessoais, coleções de narrativas que retratam no papel sentimentos declarados e rompidos, satisfeitos ou sucumbidos; muitas vezes as folhas já estão amareladas pelo tempo, mas ainda são portadoras de mensagens amorosas alimentadoras de sentimentos, que desfolham amores ou dissabores. Uma complexidade de memórias e de significados, porque as palavras por si só não têm poder, são as pessoas que lhes atribuem ou que determinam, sua força está nos efeitos produzidos naquele e por aquele que as lê.

O gênero textual carta íntima, de caráter dialógico, interativo e interlocutivo; instaurado pelas idas e vindas e troca de correspondências entre as pessoas, apresenta em seu funcionamento uma produção de linguagem capaz de situar socialmente aquele que a escreve e, por isso, circula em diversos ambientes e suportes, passando entre eles pela música e pelo romance.

## LETRAS E CANÇÕES COMO REGISTROS DE AMORES

O tema da composição de Benil Santos e Raul Sampaio, carta amorosa, datada de 1966, interpretada por Erasmo Carlos no álbum “Você me acende” e posteriormente regravada no final da década de 1990 por Renato Russo no álbum duplo “Renato Russo – Série Bis”, reafirma a força da palavra construtora de uma visão de amor partilhado, escrito em carta; carta esta com rasuras, algumas supressões ou deslocamentos, mas ainda assim é por meio da carta que um emaranhado de sentimentos é expresso imortalizando vivências.

Quem também cantou sobre amores e cartas foi Maria Bethânia, em seu disco de 1997, “Imitação da Vida”; um samba-canção, composição de Aldo Cabral e Cícero Nunes datada de 1946 e interpretada inicialmente por Isaura Garcia no seu LP “Paixão e Romance”. A música apresenta o retrato e a forma de organização da sociedade e o quanto uma carta de amor ou desamor era esperada.

### Mensagem

Quando o carteiro chegou  
E o meu nome gritou  
Com uma carta na mão  
Ante surpresa tão rude  
Nem sei como pude chegar ao portão

Lendo o envelope bonito  
No seu sobrescrito eu reconheci  
A mesma caligrafia  
Que me disse um dia  
Estou farto de ti

Porém não tive a coragem  
De abrir a mensagem  
Porque na incerteza  
Eu meditava e dizia

Será de alegria  
Ou será de tristeza?  
Quanta verdade tristonha  
Ou mentira risonha  
Uma carta nos traz?  
E assim pensando rasguei  
Tua carta e queimei  
Para não sofrer mais

À composição Maria Bethânia acrescentou um texto de Álvaro de Campos, um dos heterônimos mais conhecidos de Fernando Pessoa, para demonstrar o quanto mudam as escritas epistolares quando se tratam de cartas de amor. Nelas o sentimento transpassa a vontade, a saudade, a inquietação e também dá mostras de negatividade, angústia e lacunas de insegurança; espectro do que um dia já encantou ao coração.

#### **Todas as cartas de amor são ridículas**

Todas as cartas de amor são  
Ridículas.  
Não seriam cartas de amor se não fossem  
Ridículas.  
Também escrevi em meu tempo cartas de amor,  
Como as outras,  
Ridículas.  
As cartas de amor, se há amor,  
Têm de ser  
Ridículas.  
Mas, afinal,  
Só as criaturas que nunca escreveram  
Cartas de amor  
É que são  
Ridículas.  
Quem me dera no tempo em que escrevia  
Sem dar por isso  
Cartas de amor  
Ridículas.  
A verdade é que hoje  
As minhas memórias  
Dessas cartas de amor  
É que são  
Ridículas.  
(Todas as palavras esdrúxulas,  
Como os sentimentos esdrúxulos,  
São naturalmente  
Ridículas).

As cartas íntimas imortalizaram vivências e sentimentos de casais apaixonados, como Dom Pedro I e a Marquesa de Santos, Fernando Pessoa e Ofélia, Machado de Assis e Carolina, Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir, além de tantos outros; aproximaram os apaixonados pela escrita, encurtaram distâncias, ofereceram-se muitas vezes como alicerces a futuros relacionamentos, por



vezes tão sonhados, em muitos casos duradouros, e em outros tantos, com significações muitas vezes incompreendidas por aqueles que desconhecem a representação do sentimento que perpassou a escrita no momento em que ela aconteceu. As cartas íntimas são vestígios de um passado que a história ressuscita, revitaliza e desloca contextos para apreendê-los num presente por vezes contraditório.

Pierre Nora (1993, p.02), afirma em *Les Lieux de Mémoire*, traduzido para a cátedra Seminário de História Argentina pelo professor Fernando Jumar, que

La memoria es la vida... en evolucion permanente, abierta a la dialéctica del recuerdo y la amnesia inconsciente de sus deformaciones sucesivas, vulnerable a todas las utilizaciones y manipulaciones, susceptible a largas latencias y repentinas revitalizaciones. La historia es la reconstrucción, siempre problemática e incompleta, de lo que ya no es. La memoria es un fenómeno siempre actual, un lazo vivido en presente eterno; la historia, una representación; ella se alimenta de recuerdos vagos, globales... particulares o simbólicos...<sup>3</sup>

Cartas, até mesmo as de amor, são documentos escritos, lugares de memória, vestígios de um acontecido e que merecem um olhar atento porque fornecem registros identificadores de uma cultura; porque reconstróem uma necessidade de memória, de tempo e de história. O sentimento pode até ser ilusório, ou efêmero, ou provisório, mas as palavras escritas, trocadas entre o casal podem, se isto teve algum valor para pelo menos uma das partes, tornarem-se permanentes, porque, acredita-se que, quem ama preserva aquilo que ama, pois os lugares de memória se oferecem como percurso de uma história. Mas, para o pensador alemão Walter Benjamin (1995, p.84) “algumas vezes o choque de resgatar o passado seria tão destrutivo, que no exato momento, forçosamente deixaríamos de compreender nossa saudade”; e, portanto, é possível dizer, assim como Nietzsche (2007), que se pode viver quase sem lembrança e viver feliz, mas é impossível viver sem esquecimento. E, é por isso, talvez, que tantas pessoas ao terminarem seus relacionamentos destruam ou se desfaçam de suas correspondências, dificultando dessa forma aos pesquisadores, um resgate do que se prefere deixar no esquecimento.

Em *Memória e Poder: dois movimentos*, Mário de Souza Chagas (2002, p.32) expõe o que pensa acerca deste tema,

[...] trata-se freqüentemente de justificar a preservação pela iminência da perda e a memória pela ameaça do esquecimento, com isso, deixa-se de considerar que o jogo e as regras do jogo entre esquecimento e memória não são alimentados por eles mesmos e que a preservação e a destruição não se opõem num duelo mortal, complementam-se e sempre estão a serviço de sujeitos que se constroem e são construídos através de práticas sociais.

Aqui, vale ressaltar que as cartas que sobrevivem ao tempo e aos jogos de poder entre preservação e destruição, perdem seus significados e outra função entra em jogo. A escrita é refuncionalizada para atender a outras intenções e objetivos, tornando-se assim objeto de estudo, provocando o interesse de quem pesquisa e a curiosidade de quem se interessa pelo tema.

Na escrita íntima, intensa de sentimentos ou ressentimentos e repleta de sensibilidade, as palavras são a ligadura que dão vida aos sentimentos, ao imaginário, e suscitam em seus usuários um adentrar no poético. Em cartas, as narrativas sentimentais aparecem como instrumento para cimentar marcadores conversacionais, escolhas e posicionamentos, o que também pode ser observado nas missivas que circulam na literatura, demarcando a força do texto epistolar e representando as conversas de coração para coração.

<sup>3</sup> Em livre tradução: A memória é a vida... em permanente evolução, aberta à dialética de recordações e à amnésia de suas sucessivas deformações inconscientes, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível a longas latências e súbitas revitalizações. A história é a reconstrução, sempre problemática e incompleta, do já não existe. A memória é um fenômeno sempre atual, um laço vivido num presente eterno, a história, uma representação; ela se alimenta de lembranças vagas, globais... particulares ou simbólicas...

## CARTAS COMO VEÍCULOS DE MEMÓRIAS AFETIVAS APROPRIADAS PELO LITERÁRIO

Não é de hoje que a força do texto ultrapassa seu suporte e suas representações. A partir da segunda metade do século XVIII o Romantismo avulta-se como corrente estética e literária alimentando-se de tensões e polaridades. A ideologia romântica rompe com o sonho, o espaço e o tempo. Os românticos, desgostosos da realidade representaram pela literatura seus demônios e influenciaram toda uma geração; trabalharam essa realidade a ponto de mudá-la e transformá-la, captando a atmosfera de uma época na qual o amor era absoluto. O Romantismo representou um período de desequilíbrio emocional, de agitação e de caos; devassou a interioridade humana e a serenidade; sua representação pela literatura repercutia para além da literatura, a ponto de as pessoas lerem o texto ficcional e perceberem-se nele; perceberem que aquele escrito ressignificava a própria vida, levando-os a assumirem o gesto do personagem.

Johann Wolfgang von Goethe, representante do Romantismo Alemão, apresentou a força da palavra ficcional por meio de cartas literárias. Nelas, o amor romântico era mantido e sustentado pelas palavras; o amor era imbatível, próximo da perfeição; absoluto por não admitir trocas.

O Romantismo, assim como uma obra de arte que requer o afastamento necessário para uma melhor visualização do todo, também pôde a partir do distanciamento pelo tempo ser estudado. Para Aguiar e Silva (1973, p.488) “O romantismo... impôs uma concepção histórica do homem e das suas actividades, transferindo-os do espaço abstracto e permanente em que a Ordem clássica os situava, para um espaço e um tempo concretos e mutáveis.”

O romance “Os Sofrimentos do Jovem Werther”, de Goethe, publicado originalmente em 1774 e caracterizado por seu teor epistolar, marco do Romantismo Alemão, movimento literário guiado pela idealização do amor e pela subjetividade, exemplifica como a força amorosa pode ser determinante na vida. De temática monofônica<sup>4</sup>, é um convite para adentrarmos nas emoções e nos sofrimentos de Werther, que traduz seu amor pela jovem Carlota, em cartas escritas ao amigo Wilhelm. Nelas são relatadas as desordens afetivas pelas quais passou o personagem, suas inseguranças e fragilidades, bem como a evolução de suas reflexões acerca do conhecimento e da incapacidade de lidar com o sentimento que embotava sua razão.

Junho, 16

A razão por que eu não lhe tenha escrito? [...] Em duas palavras, conheci alguém que tocou o meu coração [...]

É um anjo!... Bolas! Já sei que todos dizem isso da sua amada, não é verdade? Entretanto, é-me impossível dizer a você o quanto ela é perfeita. Só isto basta: ela tomou conta de todo o meu ser. (1971, p.26)

O romance é linear, sequenciado pela datação das cartas, retrata os sentimentos paradoxais, oscilantes entre a ética e os costumes da época e o turbilhão emocional regido pelo acaso que arrasta os personagens de forma antagônica ora revelando, ora ocultando sentidos, significados e sentimentos, amalgamando almas e inibindo as ações. A heroína Carlota ilustra o ideal de mulher apresentado pela alta sociedade alemã e lhe era inconcebível agir de forma que maculasse sua dignidade, a moral ou os costumes vigentes e oscilava entre o amor de Werther e o respeito ao padrão convencional permitido socialmente a uma moça comprometida pelo noivado.

<sup>4</sup> Segundo Bakhtin em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, o discurso pode ser monofônico quando as vozes discursivas se ocultam sob uma única voz, aqui sob a de Werther; que narra um único tema, suas angústias afetivas apresentadas em cartas ao amigo Wilhelm.

Junho, 19

[...] Todos os companheiros tinham adormecido. Carlota perguntou-me se eu não queria fazer o mesmo, dizendo-me que não me constrangesse por causa dela. [...] Assim, viajamos em excelentes disposições até a sua porta. A criada veio abri-la muito cautelosamente e respondeu a todas as perguntas de Carlota, informando que seu pai e as crianças estavam bem e dormiam ainda. Deixei-a, então, pedindo que me permitisse ir vê-la naquele mesmo dia. Ela consentiu e eu voltei lá. [...] (1971, p.36)

Werther, ao descobrir que amava Carlota, tornou-se inquieto e lançou sobre sua própria alma a escuridão, tendo em vista que a moça era noiva e mesmo percebendo a reciprocidade de seus sentimentos, nada poderia fazer para dominar seus impulsos amorosos. Esta condição de cativo de um amor idealizado é o que segmenta a escrita das cartas. Nelas é possível acompanhar desde o nascimento deste amor, os obstáculos enfrentados pelo herói, as angústias por ele sofridas, a tentativa de fuga deste sentimento, até seu final trágico. O medo de expor esse amor ofuscava seus sentidos e o lançava à escuridão, pois não lhe era suficiente a apreciação estética, tanto é que escrevia para Wilhelm por possivelmente não querer se sentir só em meio aos desejos de amor que era incapaz de viver.

Werther deixava transparecer uma confusão interior que refletia imaturidade e insegurança nos traços de sua identidade, a partir da leitura de Norton que entende identidade como a forma como a pessoa entende sua relação com o mundo, como essa relação é construída ao longo do tempo e do espaço, e como a pessoa entende as possibilidades para o futuro (NORTON, 2000, p. 5).

Julho, 8

Como somos crianças! Como somos ávidos de um olhar! [...] Perdoe-me, se estou louco, mas queria que você visse aqueles olhos! [...] Eu buscava os olhos de Carlota, mas, ai de mim, eles iam de um lado para o outro, sem pousar em mim, que ali estava sem outro pensamento que não fosse para ela! [...] O carro partiu e uma lágrima rolou nos meus olhos. [...] vi a cabeleira de Carlota precipitar-se para fora da portinhola, vi que ela se voltava para olhar... Seria para mim? [...] Talvez ela se tenha voltado para me olhar! Talvez!... [...] (1971, p.46-47)

Agosto, 15

A coisa mais certa deste mundo é que o afeto, somente, torna o homem necessário. Sinto que Carlota ficaria triste se me perdesse e as crianças sequer chegariam a admitir que eu deixe de ir lá todos os dias... [...] Ensino-lhes assim uma porção de coisas e fico admirado da impressão que tudo isso provoca nelas. Como é preciso inventar sempre alguma circunstância acessória, esquecendo-a de que, antes, contei de outro modo. Assim, sou forçado a manter um ritmo invariável, sem trocar coisa alguma, como se estivesse desfiando um rosário. Isso me convence de que um autor estraga a sua obra, revendo-a e corrigindo-a para uma segunda edição, pois ela nada ganha quanto ao conteúdo poético. [...] (1971, p.63-64)

Agosto, 18

Por que é que aquilo que faz a felicidade do homem acaba sendo, igualmente, a fonte de suas desgraças? O intenso sentimento do meu coração pela natureza em seu esplendor, sentimento que tanto me deliciava, transformando em paraíso o mundo que me cerca, tornou-se para mim um tormento intolerável, um fantasma que tortura e persegue por toda parte. [...] (1971, p.64)

Agosto, 22

Sou muitíssimo desgraçado, Wilhelm! Minhas faculdades perderam o equilíbrio, dando lugar a um misto de indolência e agitação. Não posso ficar desocupado e, no entanto, nada posso fazer. Não tenho mais imaginação, nem sentimento da natureza, e os livros só me inspiram tédio. Tudo nos falta quando estamos em falta conosco mesmos! [...] (1971, p.67)

Agosto, 30

[...] Ó Wilhelm, a permanência numa célula solitária, o cilício e cingulo de pontas de ferro são o consolo a que minha alma aspira!... Adeus! Só vejo um fim a esses tormentos: o túmulo.

As cartas, conforme os excertos acima, norteiam o vazio que sucumbiu a existência do protagonista e arquivam suas narrativas, bem como suas perspectivas e, refletem ainda nos dias atuais vários aspectos, como a necessidade social de se comunicar; exemplos de comportamentos diante às regras imputadas por uma determinada sociedade; experiências de vida que se legitimaram pela escrita e que ainda possibilitam compreender o quanto pode ser oportuno ler as narrativas que apresentam as emoções, reflexões acerca da vida, do tempo, da morte, do mundo e tantas outras, que podem também ser aplicáveis e/ou comparadas ao nosso tempo, pois por vezes nos é difícil definir situações ou expressar sentimentos que nos parecem confusos, como também, entender as tantas fugas existenciais, a complexidade do ser humano em relação ao outro, suas dúvidas, seus anseios e a busca de um sentido para a vida; porque o ser humano é em muitas vezes um desconhecido para si mesmo.

Portanto, durante a leitura de cartas, sejam elas literárias ou não, é possível muitas vezes pensá-las como fontes documentais de memória, hábitos e costumes; linguajar; ideologias, hierarquias sociais. As cartas pessoais registram pedaços de vida, de histórias, de tempos, de comportamentos. Entretanto, nem todo conjunto de cartas pode ser considerado um bem ou patrimônio cultural, ainda que a leitura desse material permita, sob um olhar mais cauteloso, a percepção do impacto que dúvidas em relação à transformação social pode suscitar; os chamados 'serás'. Será que assim como descritos eram os comportamentos? Será que o sujeito da carta não era uma exceção à regra em relação à sociedade em que vivia? Qual teria sido o tom de voz, a intensidade do olhar ou a expressão facial caso a mensagem ao invés de escrita tivesse sido oralizada? Teriam sido as cartas pessoais um conglomerado de intenções, interações, um conjunto de ideias, informações, de distâncias físicas e afetivas? Será que no uso de cartas pessoais como fonte documental a nostalgia de um passado distante pode ser mais forte do que as imagens construídas a partir da reposição memorialística?

Sobre isto, Philippe Artiéres (1998, p.03) diz

...arquivar a própria vida é se por no espelho, é contrapor à imagem social uma imagem íntima de si próprio e, neste sentido, o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência.

Poucos são os acontecimentos que não deixam um registro escrito, um vestígio de história e, escrever cartas para arquivar momentos, acontecimentos e vivências já foi uma prática bastante usual outrora; prática esta valorizada e disseminada pela alta sociedade e pelos costumes vigentes nos séculos passados. A costura feita pela escrita arquiva tendências de épocas, impulsos amorosos, pedaços de histórias e acarreta a legitimação de uma exigência do arquivamento de si, que para Artiéres (1998, p. 06)

não tem somente uma função ocasional... O indivíduo deve manter seus arquivos pessoais para ver sua identidade reconhecida... controlar nossas vidas. Nada pode ser deixado ao acaso, devemos manter arquivos para recordar e tirar lições do passado, para preparar o futuro, mas, sobretudo, para existir no cotidiano.

Cabe salientar, então, que as cartas emergem como fontes de arquivamento e, além disso, a escrita epistolar em alguns/muitos casos se mostra como uma mescla de arte e técnica. Nela é possível encontrarmos o que encanta, mas também agride; o que ilude, mas também revela. Por vezes uma prática deletéria; em outras, verdadeiras mostras de pusilanimidade que agudizam os sentimentos e desmazelam a razão. Talvez, aqui caiba lembrar o poeta João Cabral de Melo Neto, quando diz que “um galo sozinho não tece uma manhã<sup>5</sup>”, pois para que as cartas pessoais cumpram com sua função social é necessário haver troca. São as trocas entre o que se lê e o que se escreve; entre o que se sente e o que se consegue expressar que constroem o tecido que estrutura o entendimento entre os pares ou as rupturas que fissuram esse componente chave entre eles.

Eis, pois, a carta vista como um arquivo, segundo conceito de Michel Foucault em *Arqueologia do Saber* (2004, p.238)

Tantas palavras acumuladas, tantas marcas depositadas em tantas folhas de papel [...] conservá-las e inscrevê-las na memória dos homens [...] O discurso na sua determinação mais profunda não seria o rastro?

As cartas, que arquivam tantas narrativas, ultrapassam o tempo e desinvisibilizam seus missivistas frente à impossibilidade física de retorno ao passado, oferecem por meio de seus escritos uma forma de recuperar o que o tempo relegou; são vozes que reconstituem um passado distante, nas quais, na grande maioria das vezes, as palavras não cabem na escrita, mas apresentam possibilidades de recuperar imagens que o tempo apagou. E, a escrita epistolar se mostra como rastro, como o fio que costura passado e presente, ligando-os ao mesmo pedaço de vida e de história, reconstruindo a grande colcha que juntos formam.

## POSTAGENS NO CIBERESPAÇO: FRAGMENTOS DO "ESTAR JUNTOS"

Outrora, os sujeitos escreviam cartas, agora se dedicam a postar mensagens amorosas em suportes digitais, no entanto esses escritos são fragmentos de histórias. Todavia, a complexidade de uma costura bem feita, com acabamentos bem elaborados deu lugar às praticidades apresentadas pelos alinhavos que a virtualidade concedeu. Escrita inacabada e interrompida como reflexo de seres possivelmente fragmentados e que precisam manter suas narrativas em pontos largos para facilmente serem reiniciadas ilustrando assim o dinamismo dos relacionamentos contemporâneos.

A escrita íntima, tanto em cartas quanto em e-mails, é fonte de arquivamento e muitas vezes uma mostra de arte e técnica; nela é possível detectar os movimentos amorosos e uma tessitura de valores que ultrapassam o individual. São expressões que oscilam entre a ilusão e o desejo, entre vontades e verdades, entre o privado e o público, entre o que se quis dizer e o que se disse. Entrelaçar tudo isso com os fios da narrativa e promover novas reflexões e olhares sobre os processos de representações dos sujeitos, identificando como se processam as relações do homem com o tempo, o espaço e a realidade virtual, ainda que repensadas sob as diferenças culturais, contribui para a compreensão da transcendência social que a virtualidade adquiriu.

Marcuschi (2001) vê essas novas formas textuais como a distribuição da inteligência e a diminuição de fronteiras entre leitor e escritor. E, sabendo-se que ler implica produzir sentidos para o que se

<sup>5</sup> Poema “Tecendo a manhã”, de João Cabral de Melo Neto, no livro *Poesias Completas* de 1968.

lê, a escrita afetiva que por vezes se serve de memórias recuperadas e em outras de memórias fantasiadas, como aparatos para a construção de seus enunciados e arranjos estabelece assim uma atividade coletiva e colaborativa, dialógica, por assim dizer.

No ciberespaço, essa atividade é facilitada na escrita afetiva pela criação de avatares, que são figuras construídas pelos dispositivos tecnológicos para representar a própria identidade na internet, incorporando o real no virtual e produzindo uma imagem idealizada da vida que esses usuários gostariam de ter. Sendo assim, ao se corresponderem, não são as identidades reais que o fazem, mas seus avatares, a identidade virtual construída para isso, no mundo paralelo, que abandona temporalmente sua real existência para viver, namorar, se corresponder, com outros avatares, que assim como eles reconsideram o espaço-tempo para agregar vida ao mundo e aos personagens que constroem na virtualidade.

Por meio das conexões estabelecidas no meio virtual, forma-se no ciberespaço uma rede de sentidos e significações capaz de estabelecer novo valor à escrita íntima para atender as necessidades atuais. Uma delas é a tentativa de burlar a solidão e, por isso, é essencial buscar alguém com quem conversar. O que é muito diferente de falar. Quando se conversa há inter-relação de discursos e trocas, passando da transitoriedade cotidiana para algo mais profundo, capaz suprir as necessidades de escuta. E, por isso, é tão importante dar voz aos avatares pela escrita, porque um avatar mudo não muda a necessidade que se pretende suprir. A escrita em sites de relacionamentos é o fio que cose o desejo de comunicação com o outro, a necessidade de escuta e de se abrir para o outro. Contudo, apresenta, por vezes, vieses complexos adquirindo efeitos contrários ao que se pretendia inicialmente, pois para que as trocas aconteçam no ciberespaço é necessário representar pela palavra uma diversidade de reflexões sobre fatos, aspectos, pontos de vistas, sentimentos, afetividades, desabafos; recriando-se no espaço virtual as práticas discursivas das instâncias fora dele.

Refletir sobre avatares ou uma segunda identidade torna-se mais fácil quando se apropria da questão enfatizada por Hall (1992, p.38) ao dizer que “a identidade é formada ao longo do tempo, por processos inconscientes” e dessa forma é possível pensar sobre aqueles que criam seu avatar, ou sua identidade virtual para a “second life” que pretendem e não têm como hábito a escrita, pois, acabam percebendo-se com dificuldades para se relacionar, porque o processo de identificação com a palavra grafada requer mais tempo e empenho do que a velocidade acelerada oferecida no ciberespaço. Contudo, Hall (1992) salienta ainda que o desejo de desacelerar é provocado pela rapidez de tudo que se desenrola a nossa volta e, por conseguinte, a escrita íntima entre os usuários de sites de relacionamentos que em épocas passadas já tinham como hábito a escrita de cartas, é facilitada pelo retorno à memória das missivas e se destaca como um dos pilares que norteiam o relacionamento pautado na palavra. E isto vem ao encontro do pensamento de Canclini (2008) que destaca o hibridismo cultural como o entrelaçamento do tradicional com o moderno, que aqui pode ser percebido como a escrita de cartas íntimas reacendendo a fogueira dos sentimentos no ciberespaço pelo troca efetuada nos sites de relacionamentos.

Alguns exemplos destes hibridismos podem ser notados no perfil coletado no site de relacionamentos Par Perfeito

Figura 1: Parte integrante de um perfil público no site de relacionamentos Par Perfeito

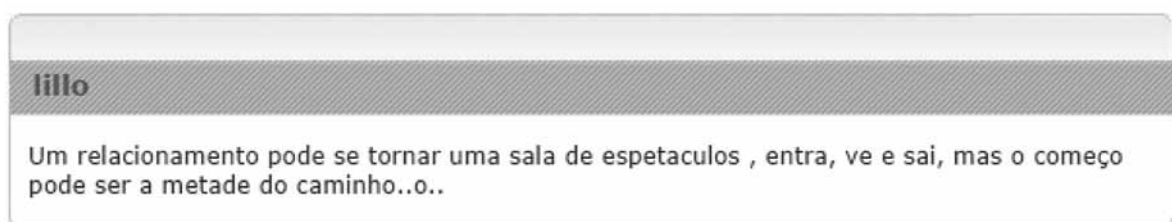


Figura 2: Parte integrante de um perfil público no site de relacionamentos Par Perfeito

**Apresentação pessoal**

Posso ter defeitos, viver ansioso e ficar irritado algumas vezes, mas não esqueço que minha vida é a maior empresa do mundo e que posso evitar que ela vá à falência. Ser feliz é reconhecer que vale a pena viver, apesar de todos os desafios, incompreensões e períodos de crise. Ser feliz é deixar de ser vítima dos problemas e se tornar um autor da própria história. É atravessar desertos fora de si, mas ser capaz de encontrar um oásis no recôndito da alma. É agradecer a Deus a cada manhã pelo milagre da vida. Ser feliz é não ter medo dos próprios sentimentos. É saber falar de si mesmo ter coragem para ouvir um não. É ter segurança para receber uma crítica, mesmo que injusta. Pedras no caminho? Guardo todas, um dia vou construir um castelo. Você pode empurrar-me que ainda irei dizer-lhe: E daí? Nunca disse que espero acertar sempre. Eu não sou diferente, os outros é que são iguais muitas das poucas vezes dou chance para o coração. Nem pensem em tentar fazer de mim o que não sou, porque sinceramente, sou diferente não sei amar pela metade, não sei viver de mentiras, não sei voar com os pés no chão, sou e serei sempre eu mesmo! Não tenho culpa se meu dia tem nascidos completamente coloridos e alguns cismam em quererem borrá-los. Não tenho culpa se o meu sorriso é sincero e até acontece por motivos bobos, mas, bem especiais, não tenho culpa se embora não perfeito meus passos sejam bem se firme tropeço e caio de vez em quando, aliás, eu caio até muito mesmo, mas, possuo uma extrema habilidade divina para reerguer missou forte sim! Nasci para ser! E essa é a minha maior competência e para aqueles que sempre querem abater-me, dou-lhes o meu total êxito nas vitórias! Eu luto, eu insisto eu venço qualquer guerra, atualmente trabalho em compras e licitações na administração da cidade onde moro, gosto muito de cozinhar e mais prazeroso.

Figura 3: Parte integrante de um perfil público no site de relacionamentos Par Perfeito

**O que mais gosto de fazer**

Sou de personalidade forte, muito sincero, gosto de uma roda de amigos, piadas, gosto de diferentes estilos musicais, pelo fato de ter vivido 11 anos na Europa então ela me encanta gosto muito de lá, mas adoro uma praia e um sítio, gosto muito de ir a pesque pague, sou atleticano, tenho um filhinho de 10 anos que mora com a mãe dele em BH. Adoro cozinha, e meu lugar predileto da casa, pois cozinho muito bem, gosto de um bom vinho, não sei dançar, mas gostaria muito de aprender, um dia ainda eu entro em uma classe de dança, me considero um pouco tímido, mas meus amigos diz que não sou, pois sou muito brincalhão, pois sempre tenho a atenção voltada pra mim, sou solteiro, mas chega de viver a vida como uma folha que vai pra onde o vento levar, já viveu muitas coisas e passei por muitas, caio, mas Deus me deu o dom de erguerem. Eu sou um porto amigo. Eu sou apenas o que sou Eu sou um moço velho Que já viveu muito, Que já sofreu tudo e não morreu. Sou um velho moço Que viveu cedo Que sofreu muito Mas não morreu Eu sou alguém livre Não sou escravo e nunca fui senhor Eu simplesmente sou um homem, sincero, alegre e quer viver e encontrar alguém, assim como eu que quer amar e ser amado. Tenho um filho, mas nunca me casei.

Nas figuras 1, 2 e 3, o avatar masculino “lillo”, cadastrado no site de relacionamentos Par Perfeito, expõe seu ponto de vista acerca dos relacionamentos e discorre sobre si próprio apresentando-se sem a linguagem fragmentada, característica da pós-modernidade. Elabora seu pensamento indo ao encontro do desaceleramento proposto por Hall (1992), pois sua escrita obedece ao fluxo de seus pensamentos sem dar mostras de registros descompromissados. Ele adensa seu discurso entrando em espaços de devaneios, permitindo-se aprimorar sua escrita pela liberdade discursiva e proximidade com a palavra; inscreve num espaço muito mais amplo do que o que seria promovido

pelas cartas; tem a possibilidade de converter a distância na fascinante e sutil proximidade do outro, evocando a presença que testemunha sua existência a partir da escritura. A escrita de seu cadastro promove uma relação de cumplicidade com o desconhecido, gerando na esfera pública um espaço muito mais próximo do real, pois, alimenta com questões privadas as estratégias discursivas que tecem o imbricamento entre o tradicional e o moderno, oportunizando assim a magia de se estar perto mesmo quando se está longe.

A partir do exposto, evidencia-se o pensamento de Hall (1992) ao elencar três conceitos importantes e constituintes de cultura: as memórias do passado, o desejo de viver em conjunto e a perpetuação como herança, pois ao se apropriar da prática discursiva mais extensa em uma ferramenta que se supõe de linguagem rápida e fragmentada, “lillo” faz uso do que caracteriza a carta pessoal, estabelecendo em seu discurso vínculos com a conversação, a oralidade e a linguagem intimista, que procura envolver seu interlocutor e estabelecer espaços de trocas, tornando-se presente apesar da distância; o que segundo Foucault (1992, p. 149-150), é basicamente “presente não pelas informações que lhe dá acerca da sua vida, das suas atividades, dos seus sucessos e fracassos, das suas venturas ou infortúnios; presente de uma espécie de presença imediata e quase física”; como no caso dos missivistas de cartas pessoais, que evocam a presença do outro e subvertem o espaço-tempo a seu bel prazer, trazendo o outro para si pela palavra e, perpetuando-se pela escrita, inscrevendo seus “rastros” no tempo e na história.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que o corpus deste trabalho são as letras e canções como registros de amores, as cartas como veículos de memórias afetivas apropriadas pelo literário e postagens no ciberespaço como fragmentos do “estar juntos”, é possível perceber que por conta do caráter social da língua o ser humano sente vontade de se comunicar e, faz isso das mais variadas formas.

Diante desse cenário, as cartas quando escritas, são endereçadas a alguém, e ao fazê-lo, quem escreve já se torna presente, possibilitando ao destinatário uma interação, um compartilhamento, um estar perto mesmo estando longe. E, por isso, talvez, é que circule em vários suportes e sempre com a mesma força, pois tem papel definido na interação social e documenta mudanças significativas ao longo dos tempos que ficam registradas através da escrita.

E, como a tecnologia de redes é irreversível, visitar as cartas amorosas e valer-se de modelos e enunciados, que, adaptados às necessidades da situação dos perfis cadastrados no ciberespaço, servem de interação discursiva, guiam o percurso e dão forma ao dizer; a proximidade com o interlocutor e a sensação de “estar juntos”, ainda que distantes, contribui para manter acesa a chama que mantém viva as cartas de amor mesmo que com características culturais e identitárias de épocas distintas.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR e SILVA, Vítor Manuel de. **Teoria da Literatura**. 3. ed. Coimbra: Almedina, 1973.
- ARTIÉRES, P. 1998. Arquivar a própria vida. In: Arquivos Pessoais, **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas (CPDO/FGV), 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061/1200> Acesso em: 20 mar. 2014.
- BENJAMIN, W. Obras **Escolhidas I: Magia e técnica, arte e política**. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- CANCLINI, N. G. C. Estratégias para entrar e sair da Modernidade. In **Culturas Híbridas**. Tradução: Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa, 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.



CHAGAS, M. S. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia** no 19, v.19, jun. 2002.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b.

GOETHE, J W. **Os sofrimentos do jovem Werther**. Tradução Galeão Coutinho. São Paulo: Martins Editora, 1971.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

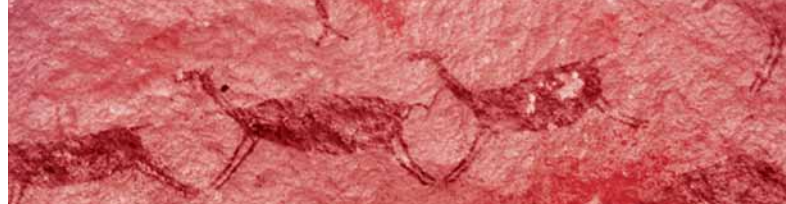
MARCUSCHI, L.A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In; **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucena, 2003.

MELO NETO, João Cabral de. **Poesias completas: 1940 – 1965**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

NIETZSCHE, F. **Assim falava Zaratustra**. – um livro para todos e para ninguém. 2ª ed. Tradução e notas explicativas da simbólica nietzschiana de Mário Ferreira dos Santos. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993.

NORTON, B. **Identity and language learning: gender, ethnicity and educational change**. London: Pearson Education, 2000.



## Um olhar memorialístico sobre o teatro joinvilense produzido no período 1900 a 1950

SANDRA PEREIRA<sup>1</sup>  
TAIZA MARA RAUEN MOAES<sup>1</sup>

**RESUMO:** O artigo aborda a produção teatral amadora joinvilense no período 1900 a 1950 (re)visitada no intuito de analisar como a mesma foi articulada a partir dos movimentos culturais urbanos; de compreender uma lacuna produtiva observada dentro do mesmo período e de efetuar uma comparação entre dois teatros quanto ao modo como produziam e disponibilizam ao público seus cardápios culturais. O presente artigo é suportado por conceitos de cultura SODRÉ (1972), memória LE GOFF (1992), identidade BAUMANN (2005), pela estética do olhar de Duboi (1993) e representa uma faceta da pesquisa, ainda em desenvolvimento junto ao AHJ-Arquivo Histórico de Joinville

**PALAVRAS-CHAVE:** Joinville; memória; patrimônio; teatro.

**ABSTRACT:** This article discusses the amateur theatrical production in Joinville from 1900 to 1950 and (re)visits it to analyze how it was articulated by the urban cultural movements in order to understand a productive gap observed within the above mentioned period and make a comparison between two theaters as how they produced and made their cultural products available to the public. This article is supported by SODRÉ (1972) in the concept of culture (1972), in memory by LE GOFF (1992), in identity by BAUMANN (2005), in the aesthetic look of Duboi (1993) and represents a facet of the research, still in development in the AHJ- Historical Archive of Joinville, SC.

**KEYWORDS:** Joinville; memory; patrimony; theater.

A produção teatral amadora joinvilense no período 1900 a 1950 é (re)visitada no intuito de analisar como foi articulada a partir dos movimentos culturais urbanos e compreender uma lacuna produtiva observada dentro do mesmo período, bem como, efetuar uma comparação entre dois teatros, *Sociedade Harmonia Lyra* e *Theatro Nicodemus*, quanto ao modo como produziam e disponibilizavam seu cardápio cultural ao público. As investigações serão dirigidas para a cultura Sodré (1972), memória Le Goff (1992), identidade Baumann (2005) e pela estética do olhar de Dubois (1993).

A pesquisa iconográfica desenvolvida no Arquivo Histórico de Joinville – AHJ, enquanto ferramenta metodológica adotada é validada pelo pensamento de Kossoy (2001, p. 56) segundo o qual fotos “são preciosas fontes para o estudo do uso dirigido da imagem enquanto mensagem político-ideológica” por possibilitarem uma abordagem interdisciplinar, pois dialogam com contextos sócio-políticos particulares, representativos do momento em que foram geradas, possibilitando um resgate memorialístico acerca da produção que se tinha na cidade de Joinville.

Dubois (2003, p.14) enuncia que “é preciso compreender o que essa imagem sugere; além do mais, é preciso construir algo novo com isso”. Portanto, o discurso sobre as imagens, resultante da análise, caracterizará o construto de algo novo.

Havendo uma co-autoria por parte do espectador quando opera a leitura de uma imagem, isso o aproxima do autor, torna-o partícipe do processo criativo subjacente ao primeiro ato fotográfico. Portanto a análise resultante, sempre será de algum modo permeada também por impressões subjetivas. À moda do artista que pinta seu autorretrato e fica momentaneamente retido num

<sup>1</sup> Universidade da Região de Joinville

interstício entre presente e passado (LAMAS, 2010, p. 215) ao reativar as memórias de sua própria história e (re)contá-las, o espectador se torna co-autor pois construirá sua narrativa à medida que aceitar deslocar-se momentaneamente do tempo presente para o tempo da imagem.

Como o que se pretende é abrir um espaço para discussões que propiciem a (re)visão de um discurso que teve lugar num passado registrado fotograficamente, não existe a pretensão de esgotar o tema. Por isso, para a troca de ideias que se propõe, toma-se emprestado o palco como campo que se presta também ao ensaio, pois é isso que o presente discurso pretende ser.

## SOCIEDADE HARMONIA LYRA – DE UM TEATRO SOMENTE PARA UNS

Joinville é conhecida por ser uma cidade que desde muito cedo revelou sua vocação industrial e concentra, predominantemente, o seu ramo econômico na indústria metal-mecânica além de outros segmentos industriais. Considerando o segmento cultural, o fazer teatral em Joinville remonta ao final do século XIX e início do século XX com a articulação de grupos musicais, de canto-coral, orquestrais e ligados ao fazer dramático.

Para melhor contribuir para a manutenção da memória relativa ao acervo de fotografias nas quais transparecem peças teatrais produzidas em Joinville no período 1900-1950, a compreensão do conceito de memória é necessária uma vez que nela “cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro.” (LE GOFF: 2003)

Os perfis dos homens e mulheres daqueles tempos e um entendimento do que seja a identidade de um povo, tornam-se mais perceptíveis se suportados, novamente, pelo conceito da memória pois a mesma constitui-se “como um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história” e isto se faz necessário posto que a memória “é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva (...)” (LE GOFF: 2003).

Para abordar as questões que envolvem as discussões sobre identidade/identificação cultural foi adotado Hall (1999), que focaliza particularmente as identidades culturais referenciadas às culturas nacionais. Para ele, a nação é além de uma entidade política – o Estado; ela é um **sistema de representação cultural** (grifos do autor). Noutros termos, a nação é composta de representações e símbolos que fundamentam a constituição de uma dada identidade nacional. Segundo o pensador, as culturas nacionais produzem sentidos com os quais podemos nos **identificar** (grifo do autor) e constroem, assim, suas identidades. Esses sentidos estão contidos em histórias, memórias e imagens que servem de referências, de nexos para a constituição da singularidade da nação. Assim sendo, toda a produção cultural joinvilense, produzida tanto em alemão quanto em português, seriam representações da transplantação cultural europeia além de representarem um construto próprio de uma nova cultura, desenvolvida num novo espaço e impregnada por contribuições vindas de outras culturas que já se faziam presentes em Joinville no período que delimitou-se estudar.

Para entender o motivo de a produção cultural ter sido feita no idioma alemão em Joinville, a despeito dos imigrantes não serem o maior número (COELHO: 1998) é fundamental considerar a crise de pertencimento advinda do sentimento de “desterritorialização” por terem que deixar sua pátria em face da escassez de terras agricultáveis, ou por terem sido perseguidos politicamente. Assim, o sentimento de “deslocamento” de que fala Baumann (2005) ilustra a difícil adequação inicial ao novo ambiente e explica, em parte, o emprego do idioma alemão nas relações humanas e, por conseguinte, na produção artística da época.

As manifestações teatrais, cujas iniciativas couberam aos imigrantes europeus vindos da Alemanha, Suíça, Noruega, Polônia, em sua maioria Protestantes Luteranos, ainda que produzidas de modo amador, os elevam à condição de precursores ao criarem várias associações de canto coral e outras.

As artes, entre elas o teatro, desempenhavam o papel de articulador cultural e, além disso, garantiriam a vitalidade dos grupos enquanto mantenedores e guardiães de valores de uma transplantação cultural. Herkenhoff (1987, p. 92) salienta que desde muito cedo a colônia alemã estabelecida em Joinville, já por volta de 1865, na zona urbana e na área rural, por meio da igreja Luterana ou de associações de ginastas ou culturais, valorizava a música, principalmente o canto coral. Portanto, se considerada a transplantação cultural de que fala Sodré (1972, p. 15) a arte teatral, impregnada pela cultura transplantada pelos imigrantes abriu-se às contribuições de elementos da

cultura portuguesa em algum momento daquele período, seja assídua ou apenas pontualmente. Isso denota que as articulações sociais e culturais estão na base da produção teatral amadora daquele período pois Herkenhoff (1989) situa a existência de um meio artístico na cidade em 1900, descrevendo o 4.º centenário do descobrimento do Brasil, comemorado durante dois dias na cidade e afirma que

nos dias 3 e 4 de maio de 1900 a comemoração aconteceu com extensa programação cultural. Três peças de teatro foram apresentadas naqueles dias, duas peças no idioma alemão e *uma em português*, as três seguidas de bailes. Em 1901, nos festejos de 50 anos de fundação da cidade de Joinville, aconteceu a estreia de três grupos teatrais, com considerável público. (HERKENHOFF, 1989, p. 15)

Ainda sobre o crescimento de grupos teatrais e sociedades culturais naquele início de século, Herkenhoff (1989) ressalta o grupo da Sociedade 25 de Abril, que em 1900 apresentou uma peça teatral em português. A prática cultural no início do século XX era exercida de modo interdisciplinar, como é o caso exemplar de João Graxa Gonçalves, um dos músicos que se destacaram na cidade e que *também atuou nos bastidores do teatro joinvilense* (grifo nosso). Herkenhoff (1989, p. 16) o situa como maestro e diretor teatral. Além de ter sido “grande incentivador do teatro falado em português”, compôs textos musicais. Outro nome citado é o de Inácio Bastos, chefe da estação telegráfica de Joinville, poeta e autor de várias peças teatrais<sup>2</sup>.

O grande número de associações culturais denota diferentes formas de pensamento assim é que o nome da peça teatral encenada em 1906, “Nur fer Uns” (Somente para nós) é um indício de que as trocas culturais poderiam não ser recorrentes entre todos os grupos e que nem todos estavam abertos a receber as contribuições dos músicos de outras etnias, diferentemente do que sugere Herkenhoff (1989).

Figura 1 – Peça teatral “Nur fer uns” (Somente para nós)



Fonte: AHJ (1991)

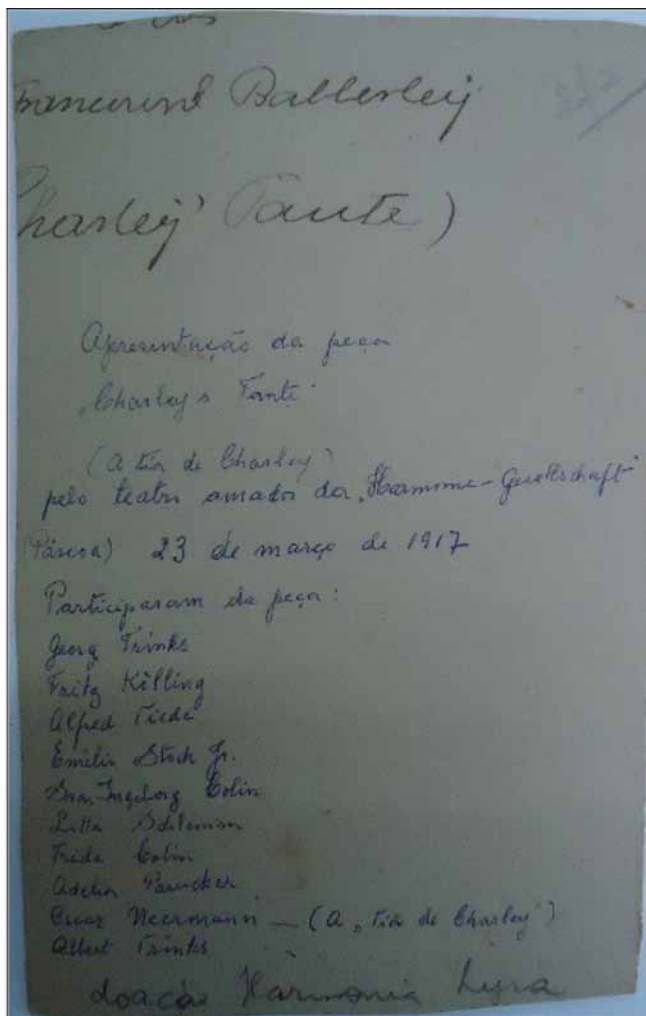
<sup>2</sup> LLERENA, Rosinete M.E. A memória do patrimônio musical de Joinville: uma abordagem sócio-histórica e cultural das composições de 1900 a 1950. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade)–Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2012, p. 66.

O livro “História de Joinville”, de Ficker (2008), traz muitos relatos sobre a vida e o desenvolvimento da cidade por volta de 1904 e 1906 que contribuem para referendar as produções teatrais compostas e encenadas. Representativas das décadas 1910 e 1920, seguem as figuras 2A, 2B, que comprovam a produção teatral daquelas épocas. “A Tia de Charley”, foi protagonizada pelo ator amador Oscar Neermann, encenada em 1917 pelo grupo de teatro da sociedade Harmonie-Gesellschaft.

Figura 2A – Charley’ Tanti



Figura 2B Verso da Figura 2A



Fonte: AHJ

O teatro produzido em Joinville não era ventilado pelos ares modernistas cujos sopros já se faziam sentir em São Paulo, com as experiências teatrais de vanguarda dos pioneiros Flávio de Carvalho, Renato Vianna e Álvaro Moreyra e com a criação do Teatro do Estudante, no Rio de Janeiro, nos anos de 1920 e 1930 mesmo porque tais intentos foram sufocados pela censura policial Getulista havida nos anos 30. Somente nas décadas de 1940 e 1950 o teatro brasileiro iria recuar à Semana de Arte Moderna e, de fato, transformar-se num teatro moderno e contemporâneo.

É curioso observar que, durante os cerca de quarenta anos que se seguiram à Semana de Arte Moderna, o teatro brasileiro ainda ligado ao século XIX (na composição da companhia dramática, no papel do “ensaiador”, na formação do elenco, no chamado *emploi*, em que atores eram contratados como “galãs”, “centro dramático” etc.) conviveu com as inquietações modernistas nos anos 1920 e 1930 e com a própria modernização do teatro, nas décadas de 1940 e 1950. (FARIA, 2013, p. 5)

Portanto, o teatro joinvilense seguia um modelo que privilegiava encenações, em sua maioria, de textos dramaturgicos, com cenários bem produzidos que remetem ao “palco italiano” sem, no entanto, apresentar uma estética de ruptura.

Não que isso deva ser visto como demérito, pois o mesmo acontecia no restante do Brasil. Era um fazer teatral que “funcionou por quase cem anos em todo o país. Esse chamado “velho teatro”, apesar de ser um modelo esgotado, acabou fornecendo a base, o alicerce para que se desse continuidade às atividades teatrais” (FARIA, 2013, p. 5) e possibilitou que o teatro brasileiro sobrevivesse apesar do momento político repressor que vivia o país e é dentro desse cenário que se insere o fazer teatral joinvilense.

Em 1918, o fotógrafo Alberto Diegel, que aparece como autor em várias fotos, registra a apresentação da peça teatral “Alt Heidelberg” (O velho Heidelberg), alusão ao monte que dá nome a essa cidade independente, considerada como um distrito e situada no vale do rio Neckar, a noroeste de Baden-Württemberg, na Alemanha. Trata-se de um drama romântico escrito por Wilhelm Meyer-Förster, a partir do poema de mesmo nome, de autoria de Joseph Victor von Scheffel. Ao poema que fala das belezas de Heidelberg, Förster acrescenta um romance. Essa peça foi escrita em 1898. Estreou em 1901 com grande sucesso, sendo a mais encenada na Alemanha até a primeira metade do século XX.

Figura 3 – Peça “Alt Heidelberg” (O velho Heidelberg)



Fonte: AHJ (1991)

Os registros da produção teatral amadora encenada na Sociedade Harmonia Lyra são constituídos de fotos no verso das quais constam registros de nomes e sobrenomes dos atores, de famílias associadas ao clube o que, por si só, constitui um traço sinalizador de que não tinham como preocupação principal trazer artistas profissionais pois sentiam-se capacitados para produzir a arte, para criar e decidir sobre repertórios e para garantir a circulação desse bem cultural entre os membros que a compunham. Eram espetáculos bem produzidos, com uma cenografia que exigia o emprego de vários recursos, madeira e tecidos em abundância, conforme é possível observar pelas fotos.

Se o crescente desenvolvimento da cidade nas duas primeiras décadas do século XX (Ficker, 2008) constituía um cenário favorável à produção cultural de Joinville, por outro lado, a Primeira Guerra Mundial teria fomentado a hostilidade nas relações sociais a ponto de um efeito repressor inibir as manifestações culturais Herkenhoff (1987).

No entanto o clube Harmonia Lyra produzia e encenava peças teatrais produzidas em Joinville, além de peças já consagradas. Cabe reconhecer que a vida cultural na cidade foi impulsionada por iniciativa da maçonaria. Esta por ter “estado, sempre, na vanguarda do pensamento social” (EHLKE, 1990, p. 13) contribuiu para a fundação e manutenção de vários grupos e associações culturais

(...) como as de: Canto, Teatro, Sociais-Recreativas, de Tiro (a Sociedade dos Atiradores de Joinville foi uma das mais antigas senão a primeira, em seu gênero, no Brasil-Sul); Culturais de um modo geral; participações no Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville (...) entre eles: a Sociedade Cultural

Lírica (Liederkrantz), a Sociedade Ginástica de Joinville, pois vários de seus membros constam do quadro de sócios fundadores e mantenedores em praticamente todas as associações e instituições, inclusive, no corpo de bombeiros voluntários de Joinville. (EHLKE, 1990, p. 12)

A presença da maçonaria em Joinville é marcada pela fundação de sua Loja Maçônica em 29/12/1855, como sendo a primeira formalmente constituída em Santa Catarina. Seus fundadores, três maçons que haviam pertencido a tradicionais Lojas da Alemanha, arregimentaram outros mais que aqui já estavam. O historiador Cyro Ehlke, salienta que em 1862, a Loja possuía 46 membros oriundos das mais diversas atividades, tais como: Mestres marceneiros; Agricultores; Mestre-alfaiate; Farmacêutico e Negociante, entre outras (EHLKE, 1990, p. 40) e que tais profissões, atualmente inerentes à função operária, devem ser compreendidas à luz daqueles tempos de pouca tecnologia, porém de intenso desenvolvimento que ocorria no continente europeu e eram

todavia de significativa importância, e qualificavam sobretudo os seus detentores, eis que, tanto aqui como em centros adiantados da Europa, exigiam-se um certo aprendizado de cada ofício ou profissão, até chegar-se à condição de Mestre em alguma atividade. Sabe-se, inclusive, que pagava-se pelo aprendizado inicial até atingir-se a qualificação necessária que se impunha a quem exercesse determinado ofício categorizado. (EHLKE, 1990, p. 40)

o que pode explicar a habilidade perceptível na construção cenográfica dos espetáculos que criavam e o fato de vários sobrenomes constantes nos versos de algumas figuras remeterem aos mesmos sobrenomes fundadores da Loja Maçônica.

Até 1929, alguns espetáculos de bailado foram apresentados por outros grupos, entre eles o das alunas da Escola Alemã (Deutsche Schulle). Nas figuras 4, 5A e 5B não estão identificados os nomes dos grupos.

Figura 4 – Bailado infanto-juvenil de 1922

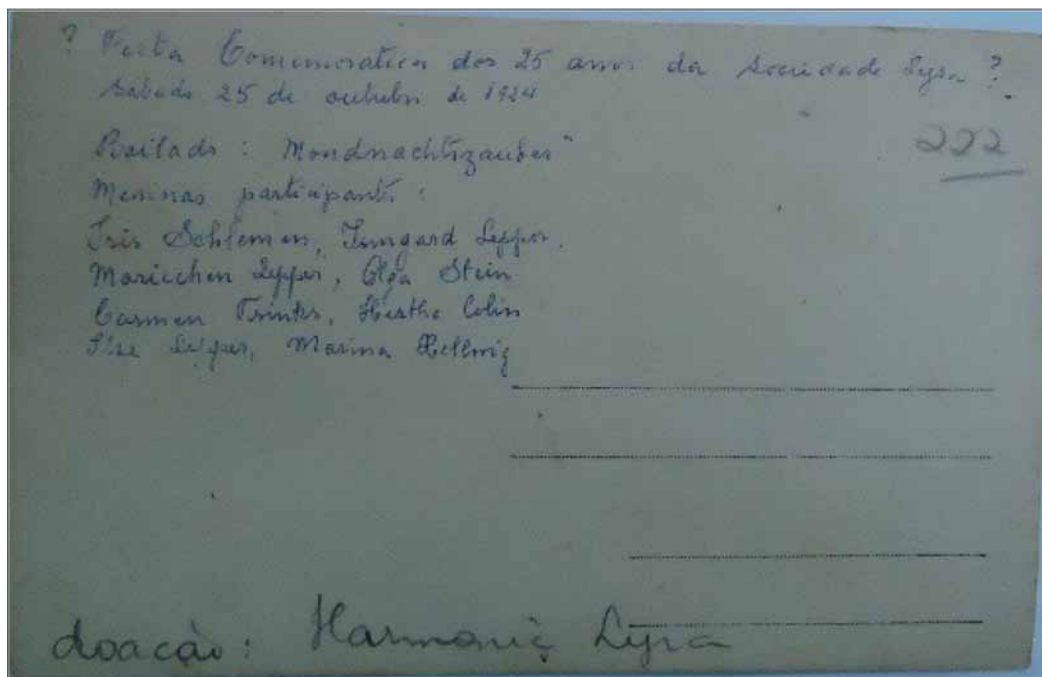


Figura 5A – Bailado “Feitiço das Noites de Luar”



Fonte: AHJ

Figura 5B – Verso da Foto 5A



Fonte: AHJ (1982)

Em 1926, outro registro fotográfico de um espetáculo com cenário que reproduz alguns prédios da cidade de Joinville, sem, no entanto, registrar o nome da peça.

A comparação entre as Figuras 6A e 6B, localiza a cena numa servidão, extensão da Rua dos Ginásticos ao fazer esquina com a Rua Doutor João Colin.



Figura 6A



Fonte: AHJ

Figura 6B – Servidão (extensão da Rua dos Ginásticos) em 28.8.2014



Fonte: acervo particular de Sandra Pereira

A apresentação ocorreu na Sociedade Harmonia Lyra e a análise comparativa entre as figuras, indicia que a peça teatral tinha como tema a cidade de Joinville, na qual prevalece o arranjo sofisticado do cenário que reproduzia a existência de um “Kasino do Meier” à direita da foto, onde, atualmente, funciona o restaurante “Itália”.

Entre as peças encenadas na década de trinta destaca-se “A apoteose de Goethe”, montada em 22.03.1932, registrada na sequência de figuras 7A e 7B, que teve lugar na Sociedade Harmonia

Lyra. A peça remete ao autor Johann Wolfgang von Goethe e seu personagem “Doutor Fausto”, médico, alquimista que faz um pacto com o diabo para obter o conhecimento de tudo, fama, fortuna, mulheres, viagens e passa a vida terrena apenas usufruindo desta para, somente ao final dela, voltar-se às questões humanistas.

A trama perpassa a mitologia grega, revê batalhas e situa seu autor como um dramaturgo e literato romântico. Goethe influenciou a literatura romântica ocidental e sua obra é composta por poemas, novelas, romances, prosa autobiográfica e escritos científicos.

Figura 7A – A Apoteose de Goethe



Fonte: AHJ

Figura 7B – A apoteose de Goethe



O espetáculo “Die Uhr” (As horas), encenado em 15/05/1932, também na Sociedade Harmonia Lyra, apresenta a montagem de um cenário típico do romantismo. No verso das fotos, há registros que membros da família Lepper, empresários do ramo têxtil, aparecem como atores.

Figura 8A – “Die Uhr” (O Relógio)



Fonte: AHJ

Figura 8B – “Die Uhr” (O Relógio)



Fonte: AHJ

## HIATO PRODUTIVO

Segundo Coelho (2005), os imigrantes alemães estariam longe de constituírem maioria numérica, porém, pela construção e preservação de sua identidade étnica, se destacaram no processo de colonização e integração ao meio nacional. No fim da década de 1930, no entanto, uma mescla de valores nacionalistas e autoritários movia o Estado Novo sob ordem do Presidente da República do

Brasil. Getúlio Vargas iniciou, no ano de 1938, a chamada “grande obra de nacionalização”, que tinha como função principal suprimir qualquer atividade política de estrangeiros imigrantes no Brasil.

Coelho (2005) enfatiza ainda que no estado de Santa Catarina a nacionalização adquiriu formas diferenciadas, dirigidas principalmente aos imigrantes descendentes de origem alemã, o que culminou numa combinação de esforços por parte do governo, de ações militares, com a firme intenção de “abrasileirar os brasileiros”.

Até 1930 o idioma alemão era o cotidiano na cidade de Joinville, em todos os modos de relações, e segundo Ternes (1984), tal fato decorria da falta de oferta por parte dos governos, até então, de escolas e outras formas de auxílio aos imigrantes que viviam conforme a bagagem de conhecimentos que trouxeram da Europa, bem como, as medidas da nacionalização forçaram o fechamento de todas as escolas que ensinavam em idioma alemão, o que acabou por provocar falta de vagas em escolas públicas aos alunos egressos das escolas particulares.

Considerando que quanto mais cedo um cidadão for exposto à fruição de um bem cultural e/ou ao ensino de uma arte mais chances terá de ser uma pessoa completa, tem-se a escola como espaço essencial à formação artística e oportunidade de assimilações estéticas variadas. Assim sendo, a forte pressão imposta pelos ideais nacionalistas e o conseqüente fechamento das escolas implicaram numa visão reducionista acerca da fruição de bens culturais até então circulantes, entre os quais, o teatro.

O último registro encontrado no acervo, não tem data definida, porém, infere-se que seja do período compreendido entre 1930 e 1940. Daí por diante, cessam os registros fotográficos acerca dos espetáculos teatrais encenados na Sociedade Harmonia Lyra dentro do período recortado pela pesquisa.

Figura 9A



Figura 9B



Fonte: AHJ

## THEATRO NICODEMUS - DE UM TEATRO PARA TODOS

Inicialmente denominado Theatro Municipal, foi construído pelo mestre de obras e empresário Francisco Nicodemus e fundado em 23.12.1917 com o nome de Teatro Nicodemus. Porém, já em 1925, o proprietário enfrenta uma falência, e o teatro foi vendido a Maurice Van Biene e transformado em cinema em 1943, quando passou a ser denominado como Cine Palácio. O local foi o marco da vida cultural de Joinville, pois não se limitava a exibir filmes. Recebia diversos espetáculos de teatro e outras expressões artísticas.

Figura 10 – Theatro Nicodemus



Fonte: Livro “Cine Palácio: Fragmentos da história do cinema em Joinville”

No período de sua inauguração, apesar de se constituir como iniciativa privada, tanto quanto a Sociedade Harmonia Lyra, a visão empresarial era bem distinta: seu proprietário procurou diversificar a oferta de produtos culturais trazendo profissionais das artes erudita e popular, além de dar oportunidade aos músicos locais. O simples fato de apostar na profissionalização demonstra respeito com as artes e consideração com o ofício dos artistas. A julgar pelo preço do ingresso (Figura 12) havia a intenção de proporcionar cultura para todos (não somente para alguns) como se pode verificar no convite expresso no cartaz de inauguração: “Todos ao teatro Nicodemus!”.

Na inauguração, feita pela tarde, o espaço foi aberto gratuitamente a todos e na mesma noite ocorreu um evento cultural, cujo ingresso era vendido ao preço de 1.000 réis. Para se ter uma ideia da capacidade de compra auferida por aquela moeda, é interessante levar em consideração as memórias de uma cidadã de 78 (setenta e oito anos).

Em seu registro de memórias consta uma crônica que relata:<sup>3</sup> “Depois tinha o 500 réis e o 1000 réis, moedas de cobre que já compravam um quilo de feijão ou similares e o 2000 réis, moeda de prata que, não sei bem por que a gente tinha dó de gastar.”

<sup>3</sup> PEREIRA, Maria T. M. Nossa Moeda In PEREIRA, Maria Tereza Moreira. **A bisavó blogueira**. São Paulo (S), 24 out. 2004. Disponível em: [http://www.bisavo.blogspot.com.br/2004\\_10\\_01\\_archive.html](http://www.bisavo.blogspot.com.br/2004_10_01_archive.html). Acesso em: 18 aug. 2014.

Figura 11 – Cartaz convidando à inauguração do Theatro Nicodemus



Fonte: AHJ

Após a inauguração do Theatro Nicodemus, foram planejadas contínuas atividades culturais para atrair o público da cidade e com ingressos a preço popular.

A forma adotada pelo proprietário para democratizar o acesso à cultura foi montar uma programação que agradasse a população, inclusive aos que ainda não tinham intimidade com a arte erudita. Corrobora para tal juízo o fato de as programações das audições musicais serem seguidas de um baile. Portanto, o baile funcionava como um chamariz e o preço acessível do ingresso de teatro, se constituiu como uma estratégia de democratização e formação de público. Além do quê, o baile também possibilitaria uma renda extra a ser reinvestida na contratação de novos espetáculos.

A inexistência de patrocínios e mecenatos demarcam a falta de apoio financeiro ou logístico por parte do empresariado joinvilense tanto para contratar músicos de outras cidades, como para valorizar os músicos locais. Diferentemente do teatro Nicodemus, aberto ao público em geral, o empresariado local preferia hermetizar-se em associações como a Sociedade Harmonia Lyra e produzir seus próprios espetáculos de excelente cenário, porém, de questionável competência artística quanto ao desempenho dos atores.

Figura 12 – Cartaz do Teatro Nicodemus

*Kelias* **Theatro Nicodemus** *C-3-9*

HOJE **HOJE**  
Sabbado, 16 de Julho, ás 8<sup>h</sup> 4 horas da noite

**CONCERTO**  
Ewaldo Müller  
com o concurso do maestro  
**Leo Kessler**  
director do Conservatorio  
de Musica do Paraná.



**PROGRAMMA**

**I. PARTE**

- 1.) T. NACHEZ — D. na zígana | Violino
- 2.) F. DURLA — Souvenir | Sr. Ewaldo Müller
- 3.) GLUCK-KREISLER-MELODIA | Sr. Leo Kessler.
- 4.) F. CHOPIN — Ballade en la bémol — para piano: Sr. Leo Kessler.
- 5.) WIENIAWSKI — Souvenir de Moscou.

Violino: Sr. Ewaldo Müller  
Piano: Maestro Léo Kessler.

**II. PARTE**

- 6.) MAX BRUCH — grande concerto para violino — a) Preludio, b) Adagio, c) Final — violino Sr. Ewaldo Müller.
- 7.) F. CHOPIN — Nocturno em E♭ — para piano: Sr. Leo Kessler.
- 8.) F. DOLA — Danca hungara | Violino
- 9.) E. ELGAR — Capriccioso | Sr. Ewaldo Müller.
- 10.) F. SCHUBERT — Ave Mari
- 11.) P. SARASATE — Arias singarescas

Violino: Sr. Ewaldo Müller.  
Piano: Maestro Léo Kessler.

**PREÇO POPULAR 1.000 rs.**  
Depois do concerto: Baile.



Fonte: AHJ

Figura 13 – Cartaz do Teatro Nicodemus

**CONCERTO E. MÜLLER**

PRIMEIRO PREMIO DO CONSERVATORIO DO PARANÁ  
1907

**THEATRO NICODEMUS**

com o concurso da  
Sociedade musical  
**„LYRA“**  
Barytono lyrico  
Theodoro Schneider,



Senhorita Hedwig Schleruni  
do Conservatorio Scharwenka  
de Berlin, e do maestro  
Paulino Martins,  
Ewaldo Müller.

ENTRADA 1.000 rs. — 500 rs. — 250 rs. — 100 rs. — 50 rs. — 25 rs. — 10 rs. — 5 rs. — 2 rs. — 1 rs.

DEPOIS DO CONCERTO: BAILE!

Fonte: AHJ

Nas programações do Theatro Nicodemus verificou-se a participação constante do Maestro Leo Kessler, diretor do Conservatório de Música do Paraná que vinha reger concertos em Joinville, bem como, a participação de músicos do exterior como Hedwig Schlemm, do Conservatório Scharwencka, de Berlim (Alemanha) o que atesta o nível excepcional dos espetáculos.

Outro ponto a ser considerado na Figura 14 diz respeito aos horários dos espetáculos. Para democratizar os concertos musicais, bailes e peças teatrais, os horários eram programados de modo a facilitar o retorno dos espectadores aos seus lares e eram casados com ingressos acessíveis (500 réis).

Figura 14 – Anúncio na Gazeta do Comércio 16.02.1918

**THEATRO NICODEMUS**

*Amanhã!* *Amanhã!*

**Domingo, 17 de Fevereiro**  
á tarde ás 3 horas em ponto

**Grande Concerto**  
Entrada: *Senhores 300 rs.*  
*Senhoras 200 rs.*

A's 8<sup>1</sup>/<sub>4</sub> horas em ponto

**Um Successo Grandioso!**  
PROGRAMMA:

**A Ponte Mysterosa**  
ou  
**O Conductor do Monte Cenisio**

Espectaculosa peça extrahida do romance de Buchardy, em 10 actos e 2500 mtrs., luxuosamente montado e interpretados pelos festejados artistas italianos: Cav. Achille Majeroni, Snra. Brune de Negri e Line Millefleur.

**ENTRADA 500 Rs.**

Fonte: <http://hemerotecadigital.bn.br>

Outra estratégia adotada pelo Theatro Nicodemus foi oferecer um curso de danças destinado também aos jovens -uma maneira de atrair essa parcela de público para os eventos que planejava oferecer (Figuras 15 e 17).

Nesse sentido, na Figura 15, convém observar no anúncio assinado pelo professor de danças que o mesmo não parece estar preocupado apenas em atrair boa quantidade de alunos adultos mas, além disso, ao apelar aos pais que recebam a proposta de maneira construtiva, tal marca discursiva transmite confiança aos mesmos e deixa implícito nas entrelinhas que o curso, também extensivo aos jovens, iria acontecer dentro de um clima de transparência, além de imprimir um caráter respeitoso à proposta.



Figura 15 – O Município de Jlle 16.7.1919



Fonte: <http://hemerotecadigital.bn.br>

Outro ponto interessante que se observa na figura 16 é o quanto o curso de danças movimentou e impactou positivamente a cidade. Como possibilidade de articulação social, poderia constituir um espaço de interação entre os jovens e nesse sentido, despertava-lhes a curiosidade a tal ponto de alguns, por vezes, terem sido pegos burlando o serviço para poderem participar das aulas de dança.

Figura 16 –O Mun.de Jlle 20.09.1919



Figura 17 –Gazeta do Com. 01.06.1918



Fonte: <http://hemerotecadigital.bn.br>

Com as aulas de dança, o Theatro passou a investir na melhoria de seu palco aumentou a oferta de eventos para o público jovem, segundo as Figuras 17 e 18.

Figura 18 – Bailado



Fonte: AHJ

Havia, igualmente, programações que eram direcionadas a adultos e crianças em plena terça-feira pela noite (Figura 19) seguidas de baile.

Figura 19 – O Município de Joinville de 12.6.1920



Fonte: <http://hemerotecadigital.bn.br>

A diversidade de eventos continuava profusa tanto em dias úteis quanto aos finais de semana (Figuras 20 e 21).

Figura 20- Gazeta 5.6.1918

**THEATRO NICODEMUS**  
Quinta-Feira, 6 de Junho  
A's 8<sup>1</sup>/<sub>2</sub> horas em ponto  
**GRANDE CONCERTO e KINO**  
Extraordinario Programma Musical  
executado pelos afamados artistas  
**Snr. Antonio Vilchez**  
eximio violinista, e sua exma. esposa  
**D. Adelina Casanova Vilchez**  
extraordinaria pianista.  
PROGRAMMA :  
1. *Pathé N. 33*, interessante film natur.  
2. *Corte de Faravou*, fantasia, Cleo.  
3. *Tango Argentino Amanecer*, Fispo.  
4. *Guarany*, opera, solo de piano  
Carlos Gomes.  
Intervallo.  
5. *Perdão do Presidente*  
Grandioso drama de aventuras em  
5 longos actos da celebre fabrica  
Americain.  
Intervallo.  
6. *Babeiro de Sevilla*, Rossini.  
7. *Lohengrin*, fantasia, Richard Wagner.  
8. *Variações Hymno Brasileiro*, solo do  
piano, Gottschalk.  
**Entrada 500 Rs.**

Figura 21 – Gazeta 2.2.1918

**THEATRO NICODEMUS**  
*Amanhã!* *Amanhã!*  
**Domingo, 3 de Fevereiro**  
A's 8<sup>1</sup>/<sub>2</sub> horas em ponto  
**Grande Soirée d'Or Nordisk.**  
**Programma Luxuoso.**  
**1-2. Um Entremez**  
Bella e chistosa comedia Nordisk  
em 2 partes.  
**3-5. Uma Vida**  
Drama theatral em 3 longas partes  
Nordisk.  
INTERVALLO.  
**6-8. Jogo Arriscado**  
Drama militar em 3 partes Nordisk.  
6-10. Como extra será exhibida a hi-  
larante comedia:  
**Homem de Faca**  
**ENTRADA 500 Rs.**

Fonte: <http://hemerotecadigital.bn.br>

Além de oferecer eventos culturais, o Theatro Nicodemus também abriu suas portas às festividades pela visita do General Lauro Müller oferecendo-lhe um banquete. Evento registrado no jornal Gazeta do Comércio.

Figura 22 – Excerto Gazeta 9.2.1918

Landaulet ao **Theatro Nicodemus** onde grande massa popular esperava a chegada do eminente estadista. No salão, enfeitado com palmeiras e flores, achavam-se artisticamente ornamentadas as mezas para o banquete.

As 10<sup>3</sup>/<sub>4</sub> horas tomavam assento os illustres hospedes e as pessoas que contribuiram para o banquete.

Ao champagne o snr. dr. Heraclito Ribeiro, Juiz de Direito da Comarca saudou s. excia. em nome do Municipio enaltecendo as qualidades, do soldado, parlamentar politico e litterato dr. Lauro Müller.

O dr. Lauro Müller respondeu com um discurso muito bem pensado que no nosso proximo numero mencionaremos detalhadamente quando nos é possivel fazer pela memoria.

Era uma e meia hora da madrugada quando s. excia se retirava para o palacete do snr. Cipriano de la Peña, que foi posto pelo snr. José Navarro Lius a disposição do illustre hospede. As ruas S. Catharina e Principe acham-se brilhantemente illuminadas com focos electricas de 100 velas. O edificio da Municipalidade parecia um mar de Luz com sua ornamentação electrica.

As casas embandeiradas davam um aspecto festivo a nossa cidade, que se ufana de ter honra da visita do eminente chefe.

Fonte: <http://hemerotecadigital.bn.br>

Figura 23 – Anúncio

Por falta de musica o **Theatro Nicodemus** deixará de dar amanhã a tarde o annunciado Concerto.

Fonte: Jornal O Município de Joinville de 12.7.1919 (bisemanal)

Em 1925, apenas oito anos após sua inauguração, em função de dificuldades que iam surgindo e diante da falta de apoio dos empresários locais, patrocínio, inexistência de mecenato ou qualquer política de apoio às artes (Figura 23) o proprietário vê-se obrigado a vendê-lo.

Em 1943, o Theatro Nicodemus passou a denominar-se Cine Palácio (GUEDES, 2003, p. 28) e a oferta cultural ficaria mais restrita à exibição de filmes ou “fitas” como se designava à época.

O que é possível concluir ao comparar-se os modos como os dois teatros operavam seu cardápio cultural no período 1900-1950 é que, apesar do esforço organizacional empreendido e das muitas realizações alcançadas, a divulgação dos espetáculos teatrais feita pelo Teatro Nicodemus foi mais eficiente no sentido de que, por ser via jornal, teve um alcance maior e, conseqüentemente, conseguiu atingir vários segmentos da sociedade joinvilense. O teatro da Sociedade Harmonia Lyra, pelo seu próprio caráter constitutivo enquanto sociedade suportada por um grupo de sócios, não abria suas portas com tanta frequência à população joinvilense como um todo.

A sociedade joinvilense, representada pelo empresariado local juntou forças para patrocinar seu próprio teatro amador enquanto grupo mantenedor da Sociedade Harmonia Lyra. Apesar da apologia à cultura que se locupletava na prática teatral que fazia questão de sustentar dentro do seu círculo de sócios, não foi capaz de ampliar sua visão no sentido de investir e nem mesmo de socorrer o Theatro Nicodemus impedindo que sua oferta cultural ficasse restrita ao cinema e eventos. Em se tratando do teatro da Sociedade Harmonia Lyra, seus artistas amadores, seus investidores e até seus intelectuais não conseguiram trabalhar a formação de público tão efetivamente quanto um único empresário o fez. Por essas razões, o grupo de teatro da Sociedade Harmonia Lyra perdeu a oportunidade de estar “ao lado do povo” (HOLLANDA apud ADORNO, 1981, p. 19), de emocioná-lo e de educá-lo para a fruição das artes.

Por terem sido mais bem sucedidos nesses intentos, é que o Theatro Nicodemus e seu proprietário constituem ícones de referência dentro do cenário cultural da cidade. A história que construíram, baseada no esforço que fizeram em prol da disseminação da arte direcionada a todos os tipos de público fica patente no cardápio cultural variado que ofereciam, na divulgação massiva em jornais e cartazes, nos vários pontos de venda de ingressos disponíveis nos diversos comércios da cidade (Figura 17), esforços que por si só validam tais iniciativas como tentativas de abrir as portas do teatro a toda a cidade e incluir entre seus apreciadores os cidadãos joinvilenses de todas as extratos sociais, concedendo-lhes a oportunidade de fruírem bons espetáculos a preços razoáveis.

No entanto, todas as associações, incluindo a Sociedade Harmonia Lyra e o Teatro Nicodemus, teriam suas atividades descontinuadas pois “Com a nacionalização acabou a vida cultural de Joinville” (HAGEMANN apud COELHO, 2005, p. 190) um paradoxo ao desenvolvimento econômico liderado pela cidade.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

COELHO, Ilanil. É proibido ser alemão: é tempo de abraçar-se. In: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (Org.). **Histórias de (i)migrantes: o cotidiano de uma cidade**. 2. ed. rev. e atual. Joinville: Editora Univille, 2005.

\_\_\_\_\_. **Pelas tramas de uma cidade migrante**. Joinville: Editora Univille, 2011.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas: Papirus, 1993.

EHLKE, Cyro. **A antiga loja maçônica “Deutsche Freundschaft Zum Südlichen Kreuze” (“Amizade Alemã ao Cruzeiro do Sul”), depois “Amizade ao Cruzeiro do Sul”**. Joinville, SC: Prefeitura Municipal de Joinville, 1990.

FARIA, J. R. **A história do teatro brasileiro revisitada por inúmeros olhares**. (abr/jun, 2013). Florianópolis: Suplemento cultural de Santa Catarina. Entrevista concedida a Mauro Vasques e Rubens da Cunha.

FICKER, Carlos. **História de Joinville**. Crônica da Colônia Dona Francisca. 3. ed. Joinville: Letradágua, 2008.

GAZETA DO COMÉRCIO SC. In: Hemeroteca On-line. Disponível em:

<<http://hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em 18 de ago. 2014.

GUEDES, Sandra P. L. de Camargo. **Cine Palácio**: fragmentos da história do cinema em Joinville. Joinville: UNIVILLE, 2003.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

HERKENHOFF, Elly. **Era uma vez um simples caminho...** Fragmentos da história de Joinville. Joinville: Fundação Cultural, 1987.

\_\_\_\_\_. **Joinville nosso teatro amador (1858-1938)**. Joinville: AHJ, 1989.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Impressões de viagem**: CPC, vanguarda e desbunde. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2. ed. Rev. São Paulo: Ateliê editorial, 2001.

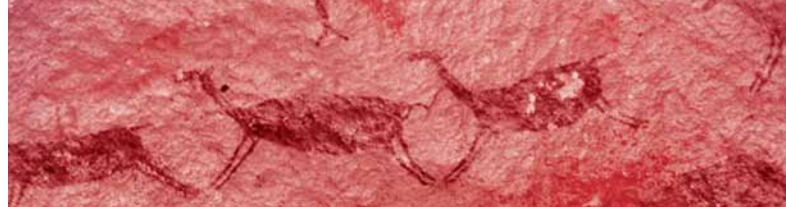
LAMAS, Nadja de C. Autorretrato: uma poética entre dois mundos. In LAMAS, Nadja de C. e MORAES, Taiza M. R. (Org.). **(pro)Posições Culturais**. Joinville, SC: UNIVILLE, 2010

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2. ed. São Paulo: UNICAMP, 1992.

PEREIRA, Maria T. M. Nossa Moeda. In PEREIRA, Maria Tereza Moreira. **A bisavó blogueira**. São Paulo (SP), 20 out. 2004. Acesso em: 18/08/2014. Disponível em: <[http://www.bisavo.blogspot.com.br/2004\\_10\\_01\\_archive.html](http://www.bisavo.blogspot.com.br/2004_10_01_archive.html)>

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese da história da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira: 1972.

TERNES. Apolinário. **Tempos modernos**: a presença dos italianos em Joinville – 1973-2008. Joinville: Editora Univille, 2010.



## **A indicação geográfica como instrumento de proteção do conhecimento tradicional: uma tentativa de aproximação entre a Lei de Propriedade Industrial e a sustentabilidade do patrimônio cultural**

SILOÁ HAYNOSZ MERKLE<sup>1</sup>  
PATRÍCIA DE OLIVEIRA AREAS<sup>1</sup>

### **A IDENTIFICAÇÃO GEOGRÁFICA COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO DO CONHECIMENTO TRADICIONAL - UMA TENTATIVA DE APROXIMAÇÃO ENTRE A LEI DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL E O PATRIMÔNIO CULTURAL**

A partir do contexto sugerido pelo título, parte-se da premissa de que o conhecimento tradicional necessita de proteção e que esta deve estar estabelecida em um ordenamento jurídico próprio, onde o conhecimento tradicional possa ser facilmente identificado e resguardado como Patrimônio Cultural da região em que está inserido.

Toma-se a premissa de que o conhecimento tradicional pode ser um bem passível de proteção. Quanto ao alcance do âmbito a ser tutelado, cabe primeiramente esclarecer que o enfoque não será somente o jurídico, pois somente a normatização não dá conta da complexidade da salvaguarda dos conhecimentos tradicionais. Dessa forma, o conhecimento tradicional terá também um olhar a partir de suas dimensões econômicas, sociais e ambientais, ou seja, pretende-se verificar as condições da sustentabilidade das populações que detém um ativo econômico que é reconhecido como conhecimento tradicional

Assim, apesar de causar a impressão em um primeiro momento de que se verificaria todo um ordenamento jurídico próprio, na verdade este estudo pretende fazer uma abordagem multi e interdisciplinar da proteção do conhecimento tradicional por meio do instrumento jurídico da Identificação Geográfica (IG).

O presente estudo notabiliza um importante marco brasileiro em matéria de progresso econômico ao abordar o Vale dos Vinhedos, região reconhecida como primeira ID brasileira, localizada na serra gaúcha e já consagrada pelas suas paisagens e pela produção vitivinícola da comunidade local.

### **DIREITO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL - O LOCAL ONDE A NORMATIZAÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO GEOGRÁFICA BRASILEIRA ESTÁ INSERIDA**

Convém primeiramente esclarecer que a doutrina jurídica brasileira faz uma certa divisão acerca do Direito de Propriedade Intelectual, dessa divisão decorrem três modalidades: os Direitos Autorais, Proteção *Sui Generis* e Propriedade Industrial.

Nos Direitos Autorais estão inclusos os direitos de autor e conexos - Lei 9.610/98, e programas de computador - Lei 9.609/98; na modalidade *Sui Generis* estão incluídos os novos institutos da proteção cultivares - Lei 9.456/97, para as variedades vegetais e a proteção das topografias de circuitos integrados - Lei 11.484/07, e a proteção do patrimônio genético e de conhecimentos tradicionais - Dec 5.459/05. Na modalidade Propriedade Industrial - Lei 9.279/96, estão inclusas a concessão

<sup>1</sup> Universidade da Região de Joinville

de patentes de invenção e de modelo de utilidade, a concessão de registro de desenho industrial, a concessão de registro de marca, a repressão às falsas indicações geográficas e a repressão à concorrência desleal. No campo internacional, o assunto é atualmente regido pelo Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio – conhecido pela sigla em inglês TRIPS (Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights) vinculado a Organização Mundial do Comércio - OMC.

Para fins deste estudo, o caminho a ser percorrido será a modalidade da Propriedade Industrial, regulamentado pela Lei da Propriedade Industrial (LPI), Lei 9.279 de 14.05.96, que já em suas disposições preliminares propõe que a proteção dos direitos relativos à propriedade industrial levará em consideração o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País. E que essa proteção dar-se-á mediante a concessão de patentes de invenção e de modelo de utilidade, o registro de desenho industrial e de marca, a repressão às falsas indicações geográficas e a repressão à concorrência desleal.

A LPI define em seu artigo 5º que os direitos de propriedade industrial são considerados bens móveis. Portanto, como as IG's foram introduzidas no Brasil por meio da legislação de propriedade industrial, também são consideradas bens móveis, ou seja, um bem passível de apropriação.

A indicação de procedência e a denominação de origem são definidas pela legislação como indicação geográfica, sendo a indicação de procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço, enquanto que a denominação de origem é o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.<sup>2</sup>

O uso da indicação geográfica é restrito aos produtores e prestadores de serviço estabelecidos no local, quando trata-se de denominação de origem ainda são exigidos o atendimento de requisitos de qualidade - artigo 182 da LPI.

O Parágrafo único do artigo 182 da LPI estabelece que o órgão responsável pelas condições de registro das IG's é o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

O INPI foi criado como uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio, a Lei que o instituiu foi sancionada pelo presidente Médici em 1970 - Lei n. 5648/70, ainda em vigor com algumas alterações. A principal finalidade do INPI é definida no artigo 2º da Lei 5648/70, que é executar, no âmbito nacional, as normas que regulam a propriedade industrial, tendo em vista a sua função social, econômica, jurídica e técnica, bem como pronunciar-se quanto à conveniência de assinatura, ratificação e denúncia de convenções, tratados, convênios e acordos sobre propriedade industrial.

Entretanto o próprio INPI declara de forma expressa que assume atualmente uma missão mais sofisticada e complexa daquela da década de setenta, vinculado ao atual Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), ele é responsável pelo aperfeiçoamento, disseminação e gestão do sistema brasileiro de concessão e garantia de direitos de propriedade intelectual para a indústria. Entre os atuais serviços do INPI, estão os registros de marcas, desenhos industriais, indicações geográficas, programas de computador e topografias de circuitos, as concessões de patentes e as averbações de contratos de franquia e das distintas modalidades de transferência de tecnologia.<sup>3</sup>

Portanto, o INPI assume uma postura de disseminação do conhecimento como forma de promover o desenvolvimento econômico por meio da salvaguarda desses direitos, contribuindo, dessa forma com o surgimento de novas identidades e soluções técnicas (INPI, *web*, 2014).

<sup>2</sup> Esta definição não é a internacionalmente adotada, pois o Comitê permanente da OMPI sobre Indicações geográficas considera que a Indicação de Procedência é o gênero que compreende 2. a indicação geográfica e a denominação de origem, considerando o conceito de indicação Geográfica do acordo TRIPS (Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights). - Locatelli, p. 228 - 229.

<sup>3</sup> Há divergências quanto à natureza jurídica do registro, pois o trâmite do registro da IG permite entendê-lo como de natureza constituída.

A Instrução Normativa (IN) n. 25/2013 do INPI estabelece as condições para o registro da indicação geográfica no Brasil e estabelece que o registro é de natureza declaratória<sup>4</sup> e implica no reconhecimento das Indicações Geográficas.

São consideradas partes legítimas para requerer o registro de Indicações Geográficas, na qualidade de substitutos processuais, as associações, os institutos e as pessoas jurídicas representativas da coletividade legitimada ao uso exclusivo do nome geográfico estabelecidas no respectivo território - artigo 5º da IN 25/2013.

Dalabrida (Dalabrida, ano) esclarece os principais passos para o reconhecimento de uma IG:

1. organização prévia dos empresários produtores: a utilização da IG (...) é restrita aos produtores estabelecidos no local geográfico protegido, o que implica numa forte organização dos empresários e do respeito às normas que a regulam. Essa organização envolve também as instituições públicas como prefeitura, câmara de vereadores, representantes no legislativo, governo estadual e federal, através das suas secretarias e ministérios, bem como associações;
2. comprovação da notoriedade de produtos;
3. normas de controle regulador e de rastreabilidade;
4. o design dos sinais distintivos;
5. o instrumento oficial;
6. o pedido de registro;
7. a concessão do registro;
8. e o apoio à gestão pós-registro.

Observa-se que a norma deixa clara a natureza coletiva da titularidade da indicação geográfica, explicando melhor, o possuidor da IG será, em regra, toda uma coletividade de produtores ou prestadores de serviço. Porém, o § 1º do 5º do artigo da IN 25/2013 prevê uma exceção à regra da titularidade coletiva quando propõe a hipótese de um único produtor ou prestador de serviço, pessoa física ou jurídica, estar autorizado a requerer o registro da Indicações Geográfica em nome próprio. Tal previsão cria a figura de um único legitimado ao uso exclusivo do nome geográfico.

Tal situação ocorreria quando um produtor ou prestador de serviço individual estiver estabelecido no local demarcado, no entanto, nada impede que outros produtores instalem-se no local posteriormente ao reconhecimento da IG e requeiram, no registro da IG, a substituição do legitimado individual pela coletividade legitimada. Esse posicionamento é expressado pela Associação Brasileira de Propriedade Intelectual - ABPI, que até recomenda acrescer ao § 1º do art. 5º a seguinte redação:

Se a qualquer momento, posteriormente ao advento do registro individual, surgirem outros produtores ou prestadores de serviço igualmente legitimados para o uso exclusivo da mesma indicação geográfica, poderão os mesmos requerer a modificação da titularidade do registro, para dele fazer constar a coletividade legitimada (ABPI, *web*, 2002).

Entretanto, após vencidas todas as etapas para o registro da Indicação Geográfica pelo INPI, seria em vão todo o investimento em qualidade dos produtos e publicidade da IG brasileira caso não houvesse uma ampla proteção, principalmente no âmbito internacional.

Locatelli argumenta que "tal proteção se evidencia relevante sobretudo porque uma das potencialidades das indicações geográficas é a maior inserção dos produtos no mercado internacional, com melhores condições de competitividade" (LOCATELLI, 2008, p. 73).

Assim, é relevante esclarecer que, caso não houvesse essa proteção internacional, a inserção das IGs brasileiras nos mercados estrangeiros tornaria os produtos suscetíveis de apropriações indevidas, o que refletiria no descrédito dos consumidores. Assim, não só a proteção nacional, bem como a proteção internacional das indicações geográficas são imprescindíveis para que a IG possa ser considerada capaz de produzir seu resultado esperado: o progresso econômico da região a

<sup>4</sup> Há divergências quanto à natureza jurídica do registro, pois o trâmite do registro da IG permite entendê-lo como de natureza constitutiva.



que pertence pela valorização dos conhecimentos tradicionais empregados na elaboração de seus produtos e serviços.

Atualmente, os consumidores de países desenvolvidos buscam cada vez mais produtos de qualidade e com diferenciais. Nestes termos, os produtos com indicações geográficas, por suas características e qualidades peculiares, atraem uma maior demanda nesses mercados (LOCATELLI, 2008, p. 73).

Locatelli alerta para a pouca tradição brasileira no reconhecimento de indicações geográficas, e que se faz necessário atentar para o fato de que uma proteção excessivamente rígida poderia limitar a circulação de produtos brasileiros no mercado internacional, sobretudo no que tange à proteção de denominações estrangeiras que já se generalizaram no mercado nacional.(LOCATELLI, 2008, p. 74).

Diante dessa relevância de proteção internacional das IGs, é primordial que os países que são signatários de diversos compromissos perante a Organização Mundial da Propriedade Intelectual - OMPI, ente ligado à Organização Mundial do Comércio - OMC, busquem adaptar a legislação interna à luz das normas internacionais, sob pena de não cumprirem com os compromissos assumidos com sua adesão e serem acionados nos foros comerciais.

Essa pode ser considerada uma maneira coerente, dentre as inúmeras tentativas de produzir uma norma internacional de aplicação comum, sem afetar a soberania dos países em produzir suas próprias legislações, trazendo, dessa forma, uma proteção equitativa dos direitos de propriedade intelectual para os países membros da OMC.

Todavia o que ainda permeia entre as legislações nacionais dos Estados-Membros são grandes diferenças normativas, que vão desde as diferentes nomenclaturas adotadas e até mesmo divergências do próprio conceito de indicações geográficas que mudam muito de um país para outro.

Diante destas breves considerações, o que fica nítido é que ainda há muito o que se discutir no que tange à normatização das indicações geográficas, seja na ordem jurídica nacional ou internacional, pois, como já dito, a legislação externa influencia diretamente as normas dos Estados-Membros da OMPI - OMC. Para tanto, considera-se que quanto mais um Estado-Membro esteja com sua legislação em consonância com as normas internacionais, mais fluída será a construção de uma proteção eficaz das Indicações Geográficas no país e no exterior.

## **A POSSIBILIDADE DE SUSTENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO CULTURAL POR MEIO DAS IDENTIFICAÇÕES GEOGRÁFICAS**

Abordar a proteção do Patrimônio Cultural já pode ser considerada uma verdadeira batalha, pois são várias as dimensões que circundam e permeiam o Patrimônio Cultural, considerando aqui o conhecimento tradicional, há muitos impasses a serem solvidos. Já no que se refere à sustentabilidade do Patrimônio Cultural, a discrepância entre os entes envolvidos e a necessidade de adentrar tanto no campo inter e multidisciplinar do Patrimônio Cultural quanto o da inter e multidisciplinariedade do desenvolvimento sustentável, acrescenta-se ainda a essa abordagem do conhecimento tradicional, a aplicação do Direito de Propriedade Intelectual, instrumentalizado pelo instituto das indicações geográficas e seu terreno ainda não consolidado.

Primeiramente cabe esclarecer que o Patrimônio Cultural aqui abordado não será aquele que remete a definição de Choay, “tudo aquilo que foi edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer com que outra geração de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” (CHOAY, 2006, p. 18). Ou seja, não é o Patrimônio de uma comunidade como monumento, mas o Patrimônio como conhecimento tradicional, perpetuado e aprimorado, que seque fluindo por gerações de uma mesma comunidade.

Como já dito anteriormente, assim como o Direito de Propriedade Intelectual regulamenta um bem incorpóreo, assim também ocorre com o Patrimônio Cultural, que é regido precipuamente pela sua imaterialidade.

Nesse sentido, seriam as indicações geográficas o instrumento por meio do qual seria possível fomentar o progresso social usando processos de cooperação mútua entre as instituições estatais e o conhecimento tradicional das comunidades?

A direção desse estudo foi tomada frente ao estímulo que têm recebido a experiência das indicações geográficas e pela rasa superficialidade das reflexões quando o bem protegido pelas IGs faz parte do patrimônio cultural da população de uma pequena localidade rural.

É notório o papel relevante das populações tradicionais para a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais por meio de seus conhecimentos tradicionais, que é "a forma mais antiga de produção de teorias, experiências, regras e conceitos, isto é, a mais ancestral forma de produzir ciência" (MOREIRA, 2007, p. 33).

A proteção dos conhecimentos tradicionais compõe uma agenda de luta que inclui muitos temas como meio-ambiente, território, saberes, autodeterminação, direito à igualdade, inclusão social, direitos culturais, (MOREIRA, 2007, p. 37). E é neste contexto que é feita a análise da proteção dos conhecimentos tradicionais com o implemento da indicação geográfica.

O exemplo que será analisado é a primeira Indicação Geográfica brasileira, localizada em uma sub-região da tradicional região vitivinícola da Serra Gaúcha, no estado do Rio Grande do Sul.

A indicação geográfica do Vale dos Vinhedos que é hoje um exemplo do que se pode chamar de cultura mundializada, pois foi usado um marcador de identidade, que projetou eficientemente a realidade local em panoramas que atravessam e sobrepõem-se as fronteiras étnicas e territoriais. Trata-se de uma comunidade que, por possuir características consideradas exóticas, funciona como atrativo ao turismo da região (ARANTES, 2004, p. 13).

Quando os imigrantes italianos chegaram, em 1875, obtiveram as mudas dos alemães, pois as que eles haviam trazido na bagagem secaram durante a viagem, ou então, por serem variedades viníferas, não se adaptaram facilmente à nova terra e acabaram morrendo. (...) Já a variedade Isabel cresceu sadia e vigorosa, devido à fertilidade do solo, à umidade e ao sol quente do verão da Serra. O desenvolvimento da videira fez o imigrante se reencontrar com sua terra de origem e representou a fixação destes na nova pátria.

A partir de 1886, um grupo de produtores de uvas de Caxias do Sul começou a importar variedades viníferas europeias, iniciando um movimento no sentido de dotar a vitivinicultura da época de melhores castas. (VALE DOS VINHEDOS, *web*, 2014)

Para dar início a regulamentação da indicação geográfica, em 1995 foi criada a Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos (APROVALE), tendo como objetivos, dentre outros, o estabelecimento e a proteção de indicação geográfica para os vinhos do Vale dos Vinhedos. A indicação geográfica Vale dos Vinhedos foi estruturada com uma Indicação de Procedência, segundo o que estabelece a legislação brasileira de propriedade industrial (TONIETTO, 2002, p. 1).

Um dos grandes méritos da IG Vale dos Vinhedos foi o reconhecimento da União Europeia. Como destaca a própria APROVALE:

hoje nossos vinhos possuem marca e prestígio para competir e crescer em qualquer lugar do mundo. Fora do Velho Continente, somente o Vale dos Vinhedos e o Napa Valley, nos Estados Unidos, possuem este reconhecimento. É mais credibilidade e respeito para nosso país e nossos produtores! (VALE DOS VINHEDOS, *web*, 2014).

Seguindo os trâmites previstos na legislação e obtendo o reconhecimento pelo INPI, a associação descreve o caminho percorrido e o apoio recebido na busca pela sua IG:

As normas para se definir a IG foram determinadas e constituídas pela APROVALE - Associação dos Produtores do Vale dos Vinhedos, junto a assessores técnicos e jurídicos especializados, além das parcerias com unidades da Embrapa, com a Universidade de Caxias do Sul e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, entre outros. É como uma autorregulamentação, a própria entidade e parceiros criaram as regras e as fazem cumprir. Após a conscientização das empresas, definições,

padronização e aprovação, a IG seguiu para registro no INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial. É a valorização e proteção da nossa história, sabedoria e cultura! (APROVALE, *web*, 2014).

Alguns dados que refletem o desenvolvimento da região são divulgados no próprio site da associação, fazendo uma comparação entre o início de todo processo de reconhecimento da IG e o atual ano:

Em 1995 - No ano de criação da entidade, contabilizando as vinícolas fundadora da Aprovele, haviam pouco mais de uma dezena de cantinas no Vale dos Vinhedos. Praticamente todas de pequeno porte e nenhum empreendimento de qualidade estruturado para apoio à recepção de turistas.

Em 2014 - Somam 26 as vinícolas associadas à Aprovele. Elas respondem por 20% dos vinhos finos e 25% dos espumantes nacionais e elaboram uma média anual entre 10 a 12 milhões de garrafas. Também elaboram suco e outros derivados de uva. Os perfis são variados: há vinícolas familiares, com elaboração limitada e venda exclusiva em seu varejo, como também grandes empresas com presença internacional. Além das vinícolas, hoje o roteiro abriga nove hotéis e pousadas, quatorze restaurantes, três cafés, duas operadoras de turismo assim como ateliês de arte, artesanato e antiguidades, uma queijaria *gourmet* e agroindústrias de geleias, doces e biscoitos. (APROVALE, *web*, 2014).

Com o implemento do turismo, pode-se perceber que não só a parcela da comunidade que detém o conhecimento da vitivinicultura obteve crescimento econômico. Em estudo não oficial levantado ainda em 2005, que mensurou o impacto econômico perante a visão de produtores e comerciantes de vinho que se utilizam da indicação de procedência Vale dos Vinhedos, pôde-se verificar que dentre as vinícolas, mais de 72% delas geraram novos empregos; 100% dos entrevistados declararam que a IG lhes trouxe benefícios econômicos; 100% também declararam que o reconhecimento da IG fomentou outras atividades comerciais. (LOCATELLI, 2008, p. 283-291).

A autora ainda destaca que durante uma entrevista um dos comerciantes salientou que:

se o Vale dos Vinhedos fosse emancipado, teria a renda *per capita* mais alta do país. Contudo, considerando a relevância econômica do Vale e o impacto nas economias dos municípios que integra - como, por exemplo, no recolhimento de impostos, como o ICMS - esta é uma possibilidade que não encontra apoio nos poderes municipais. (LOCATELLI, 2008, p. 286).

O levantamento dos dados citados faz uma leitura dos impactos do panorama do Vale e considera que existe a preocupação da APROVALE para que o desenvolvimento econômico se dê de forma sustentável e destaca algumas das medidas adotadas: a conscientização e planejamento para tratamentos fitossanitários, o manejo de flora e fauna, a preservação de recursos hídricos, além de iniciativas que contam com a participação da comunidade no sentido de ordenar o desenvolvimento rural, preservando a vocação local. (LOCATELLI, 2008, p. 292).

Verifica-se que a abordagem do Direito de Propriedade Intelectual como um dos elementos do desenvolvimento, conforme é proposto por Welber Barral, que emprega a evolução do conceito de desenvolvimento a partir dos ensinamentos de Amartya Sen, coaduna-se com a proposta que será discutida mais a frente deste estudo no âmbito da sustentabilidade do conhecimento tradicional, momento em que esta ideia será retomada:

Aceitar que o objetivo de desenvolvimento é a transformação da sociedade em direção a valores que sejam aceitos por seus membros, ao mesmo tempo em que se busca garantir a tolerância com a dissidência e a existência das minorias. (BARRAL, 2005, p. 98).

Neste breve estudo pode-se constatar que dentre os direitos de propriedade intelectual que visam a proteção do conhecimento tradicional, as indicações geográficas revelam-se como uma opção promissora em criar resultados positivos que podem ser observados na melhoria das condições econômicas da comunidade local, no entanto, observa-se também que a IG Vale dos Vinhedos ainda não alcança uma etapa de desenvolvimento social que consegue incluir as minorias e tolerar outras formas de produção do vinho, porém, esse não é um problema isolado, pois é resultado da formatação do conhecimento tradicional pelo próprio processo de criação do registro da IG.

Pode-se verificar que apesar de existirem outros métodos de produção de vinho que também podem ser considerados formas de fazer tradicionais daquela região, elas não se coadunam com os procedimentos de registro exigidos pela LPI e pelo INPI.

A notícia a seguir colocada, retirada da subseção de agronegócio de uma revista de economia, trata acerca da certificação de uma recente IG da serra gaúcha, e expõe com clareza a realidade proposta:

Com a indicação de procedência, Monte Belo quer, além de incentivar o turismo, aumentar as vendas nas vinícolas, que poderão usar o selo após passar por uma vistoria e se adequar a normas exigidas pela certificação.

Entre os procedimentos, estão a padronização nas "receitas" dos vinhos --quantidade de uvas e tempo de maturação, por exemplo-- e no processo de fabricação da bebida, que deve ser o mesmo para todos os fabricantes cadastrados. (UOL ECONOMIA, *web*, 2014).

Portanto, a inviabilização para algumas minorias de produtores é que o seu método, mesmo sendo considerado um modo de fazer que é um conhecimento tradicional, pode diferir daquele que foi apontado no registro da IG, ou seja, o método de produção de alguns é excluído, adaptado, ou até mesmo *padronizado* como sugere a reportagem, diante da necessidade de se fazer um opção de método, e a razão desta *padronização*, apesar de soar como simples, afronta de forma direta o Patrimônio Cultural, pois para o produtor tradicional não ser excluído da certificação ele precisa adaptar sua *receita*.

Dessa forma, pode-se verificar que muitas vezes a LPI e o INPI exigem um procedimento de certificação da IG que já em princípio fazem com que a associação constituída para o registro da IG atue pelo viés da exclusão ou da extinção de um Patrimônio Cultural.

Cada vinícola que recebe o selo Vale dos Vinhedos é porque o seu método de produção tradicional foi aquele escolhido no momento da submissão da IG, adaptado ou padronizado. Assim, aquele produtor que está inserido dentro do território da IG e produz o vinho com seu conhecimento tradicional, mas não por meio do método pelo qual foi registrada a IG, é automaticamente excluído do uso do selo da IG.

Sua outra opção seria adaptar sua *receita* para se adequar a certificação. Entretanto, essa alternativa vai de encontro ao seu conhecimento adquirido ao longo de gerações. Seria abrir mão do seu legítimo *know how*, do seu modo de fazer tradicional, seria deixar esvaír sua tradição ou trocá-la por outra.

Tal circunstância cria a possibilidade de que um produto com o selo da IG também pode desqualificar um outro produto da mesma região tão tradicional quanto, somente pela superioridade da tradicionalidade sugerida pelo selo da Identificação Geográfica.

Por uma lógica sequencial pode-se até mesmo supor que uma das conseqüências da criação de uma IG também é o engessamento e até mesmo a extinção de alguns métodos de produção de vinho tradicionais, que podem se dar no momento da formatação das produções do vinho para a adequação do registro, ou a *posteriori*, quando tiver que enfrentar a concorrência no mercado dos vinhos marcados com o selo da indicação geográfica.

## O CONHECIMENTO TRADICIONAL E A LPI - É POSSÍVEL UMA APROXIMAÇÃO HARMÔNICA?

O Decreto nº 6.040, 07/02/2007 Instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Em seu artigo 3º, inciso I, há a definição do que vem a ser Povos e Comunidades Tradicionais:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

Pode-se observar que o núcleo de uma Comunidade Tradicional é formado pelos conhecimentos transmitidos pela tradição. O cenário de sua reprodução cultural é o território que ocupam e a forma de instrumentalizar seu modo de fazer é por meio do uso singular dos recursos naturais. No entanto, precipuamente o decreto exige que o grupo cultural se reconheça como diferenciado, ou seja, que tenha consciência de sua identidade cultural.

O anexo que faz parte do Decreto, prevê alguns princípios que devem ser observados, dentre os quais destaca-se o inciso I do artigo Art. 1º:

o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta, dentre outros aspectos, os recortes etnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, entre outros, bem como a relação desses em cada comunidade ou povo, de modo a não desrespeitar, subsumir ou negligenciar as diferenças dos mesmos grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer relação de desigualdade.

Este recorte elenca virtudes como reconhecimento, valorização e respeito à diversidade, e resgata ao seu final que a forma de relação que deve ser observada no tratamento desses povos ou comunidades tradicionais deve ocorrer de modo que não a desrespeite, subsuma ou negligencie suas diferenças.

Traçando um paralelo entre as exigências do INPI no momento do registro da IG, em que se faz necessário toda uma formatação da produção vitivinícola com os valores e princípios trazidos pelo Decreto nº 6.040/07 e seu anexo, observa-se que a Instrução Normativa n. 25 de 21/08/2013 do INPI não pressupõe a proteção do conhecimento tradicional, principalmente na sua forma geracional.

A normativa pode até contribuir para o desenvolvimento econômico de uma localidade rural, mais torna inviável o desenvolvimento sustentável do conhecimento tradicional, pois o enxerga como algo unidimensional quando somente abarca questões de mercado para o registro.

Quando a instrumentalidade da norma das IG's considerar que o objetivo do desenvolvimento é a transformação da sociedade em direção a valores que sejam aceitos por seus membros, ao mesmo tempo em que se busca garantir a tolerância com a dissidência e a existência das minorias, (BARRAL, 2005, p. 98), os produtos ou serviços registrados como uma indicação geográfica poderão sim ser considerados um patrimônio da cultura local e uma forma de fomentar a sustentabilidade do conhecimento tradicional, e não somente uma forma de inserir produtos locais no mercado, que, na verdade, tornaram-se, uma representação construída a partir da formatação do conhecimento tradicional da produção vitivinícola.

## REFERÊNCIAS

ABPI, **Resolução 39**, de 18.09.2002, item 9, b. Acesso em: 16/062014: <<http://www.abpi.org.br/biblioteca2a.asp?Ativo=True&linguagem=Portugu%EAs&secao=Biblioteca&subsecao=Resolu%E7%F5es%20da%20ABPI&id=30>>.

ALBAGLI, Sarita. **Geopolítica da biodiversidade**. Brasília-DF: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), 1998.

APROVALE, **Vale dos Vinhedos**. Acesso em 18/06/2014: <<http://www.valedosvinhedos.com.br/vale/conteudo.php?view=73&idpai=126>>.

\_\_\_\_\_. **Vale dos Vinhedos**. Acesso em 18/06/2014: <[http://www.valedosvinhedos.com.br/userfiles/file/cartilha\\_DO%20Aprovale.pdf](http://www.valedosvinhedos.com.br/userfiles/file/cartilha_DO%20Aprovale.pdf)>.

\_\_\_\_\_. Manual da indicação geográfica Vale dos Vinhedos. Acesso em 18/06/2014: <[http://www.valedosvinhedos.com.br/userfiles/file/cartilha\\_DO%20Aprovale.pdf](http://www.valedosvinhedos.com.br/userfiles/file/cartilha_DO%20Aprovale.pdf)>.

ARANTES, Antônio A. O Patrimônio Imaterial e a Sustentabilidade de sua Salvaguarda. Resgate: **Revista Interdisciplinar de Cultura**. Campinas-SP: UNICAMP, n° 13, 2004.

BARRAL, Welber. **Direito e desenvolvimento**: um modelo de análise. In Direito e Desenvolvimento: análise da ordem jurídica brasileira sob a ótica do desenvolvimento. São Paulo: Editora Singular, 2005.

BERGER F., Airton Guilherme. Da biotecnologia à biopirataria: reflexões sobre as normas internacionais de propriedade intelectual e de acesso a recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, **Rev.Trabalho e Ambiente**. Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul-RS, v.4, n.7. p. 101-124, 2006.

BRASIL. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.609 , de 19 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997**. - Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências. Art. 2º A proteção dos direitos relativos à propriedade intelectual referente a cultivar se efetua mediante a concessão de Certificado de Proteção de Cultivar, considerado bem móvel para todos os efeitos legais e única forma de proteção de cultivares e de direito que poderá obstar a livre utilização de plantas ou de suas partes de reprodução ou de multiplicação vegetativa, no País

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007**. Dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital – PATVD; altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga o art. 26 da Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.459, de 7 de junho de 2005**. Regulamenta o art. 30 da Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, disciplinando as sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.** Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

CASTILHO, Ela Wiecko de. **Diversidade Biológica:** questões controvertidas na proteção do conhecimento tradicional. Acesso em 16 de junho de 2014: [http://escola.mpu.mp.br/linha-editorial/outras-publicacoes/serie-grandes-eventos-meio-ambiente/Ela\\_Wiecko\\_Diversidade\\_biologica.pdf](http://escola.mpu.mp.br/linha-editorial/outras-publicacoes/serie-grandes-eventos-meio-ambiente/Ela_Wiecko_Diversidade_biologica.pdf)

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio.** São Paulo: UNESP, 2006. 4 ed.

INPI. **Instrução Normativa n. 25 de 21/08/2013.** Acesso em 18/06/2014: <[http://www.inpi.gov.br/images/docs/instrucao\\_normativa\\_25\\_indicacoes\\_geograficas\[2\].pdf](http://www.inpi.gov.br/images/docs/instrucao_normativa_25_indicacoes_geograficas[2].pdf)>.

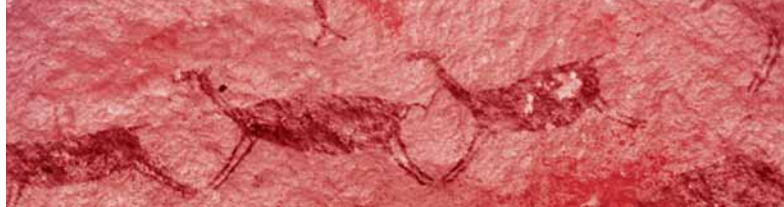
\_\_\_\_\_, **Conheça o INPI.** Acesso em 16/06/2014: <[http://www.inpi.gov.br/portal/artigo/conheca\\_o\\_inpi](http://www.inpi.gov.br/portal/artigo/conheca_o_inpi)>.

LOCATELLI, Liliana. **Indicações geográficas:** a proteção jurídica sob a perspectiva do desenvolvimento econômico. Curitiba: Juruá, 2008.

MOREIRA, Eliane. Conhecimento Tradicional e a Proteção. In: **T&C Amazônia**, Ano V, Número 11, Junho de 2007. Acesso 18/06/2014: <<http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3805>>.

TONIETTO, Jorge. Indicação geográfica Vale dos Vinhedos: sinal de qualidade inovador na produção de vinhos brasileiros. In: V SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO SOBRE INVESTIGAÇÃO E EXTENSÃO EM PESQUISA AGROPECUÁRIA/V ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 2002, Florianópolis, Anais. Florianópolis: IESA/SBSP, 2002. p. 1-16.

UOL. Economia. Acesso em 06/08/2014. <<http://economia.uol.com.br/agronegocio/noticias/redacao/2013/12/18/com-selo-de-origem-para-vinhos-regiao-do-rs-quer-virar-polo-turistico.htm>>.



## Modulação 3D da variação do nível do mar na costa leste da Ilha de São Francisco do Sul – contribuição para interpretação do paleoambiente e comportamento de sambaquianos na pré-história

THIAGO FOSSILE<sup>1</sup>  
DIONE DA ROCHA BANDEIRA<sup>2</sup>  
CELSO VIEIRA VOSS<sup>2</sup>  
TARCÍSIO POSSAMAI<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente estudo tem como objetivo confeccionar um modelo digital da variação do nível relativo do mar da costa leste da Ilha de São Francisco do Sul/SC durante o Holoceno, a fim de propor uma base geográfica e estratigráfico/ambiental para o mapeamento dos sítios arqueológicos pré-coloniais desta região. A presente pesquisa concentra-se em uma faixa entre o Oceano Atlântico e a margem direita do Rio Acaraí e esquerda do Rio Perequê, o canal do Linguado, ao Sul, e a Norte o morro situado entre a Prainha e Praia Grande. Os estudos realizados na região permitem identificar um conjunto de 39 sambaquis e uma oficina lítica de polimento, cujas datações disponíveis indicam uma ocupação entre 3920 e 1390 anos AP. As coordenadas destes sítios, juntamente com mapeamento geológico de Possamai *et al.* (2010) e de Anjos (2010), e a proposta de paleoníveis marinhos do Pleistoceno Superior e Holoceno de Angulo *et al.* (2002) foram adotados como premissas da pesquisa. O nível médio do mar durante o Holoceno, juntamente com o modelo digital resultarão em uma animação 3D, e imagens descrevendo a situação topográfica, ilustrando regiões submersas e emersas da costa leste de São Francisco do Sul durante o período de 5300 a 490 anos AP. Este estudo contribuirá para as discussões quanto às situações ambientais dos sítios, e, portanto, informações de habitat e local de captura de espécies, inserção ambiental em que os sítios foram construídos, entre outras interpretações possíveis da Arqueologia e demais ciências afins.

**PALAVRAS-CHAVE:** mapeamento; paleoambiente; arqueologia.

### INTRODUÇÃO

Fossile (2013) desenvolveu, durante seu trabalho de conclusão de curso, um mapa geológico com detalhamento para a área de entorno do Sambaqui Cubatão I, um modelo digital do terreno e imagens com as áreas emersas e submersas durante o Holoceno, utilizando a variação do nível médio do mar, proposta por Angulo *et al.* (2002), com o objetivo de verificar a situação ambiental ao qual o sítio estava inserido na construção, no período de ocupação e após seu abandono. Os trabalhos foram realizados no programa ArcGIS 10.2 e com dados disponibilizados pelo Prof. Msc. Celso Voos Vieira coletados em seu mestrado (VIEIRA, 2008).

<sup>1</sup> Acadêmico de Ciências Biológicas – linha de formação Biologia Marinha – UNIVILLE.

<sup>2</sup> Docentes da UNIVILLE.



A partir desse estudo considerou-se importante obter este tipo de informação também para a costa leste da Ilha de São Francisco do Sul (ISFS), na qual está em desenvolvimento o projeto “Assentamentos humanos pré-coloniais na costa leste da Ilha de São Francisco do Sul/SC – Contribuição para uma arqueologia costeira e estudos de etnicidade”, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dra. Dione da Rocha Bandeira, cujo objetivo é compreender o processo de ocupação humana pré-colonial da região da costa leste de São Francisco do Sul (ACARAÍ). Este projeto está em sua primeira etapa que se volta para o levantamento bibliográfico e oral sobre a região e os sítios arqueológicos pré-coloniais existentes, reconhecimento em campo destes sítios com coletas de amostras para datações e outras análises, com sua localização e caracterização, a revisão das publicações sobre os sítios já escavados (Sambaquis Enseada I e Bupeva II) e a prospecção do Abrigo Casa de Pedra. Os resultados serão utilizados também para algumas monografias da pós em Arqueologia da Univille.

Neste contexto, criou-se uma proposta do estudo de iniciação científica vinculada ao projeto ACARAÍ, com o objetivo de confeccionar um modelo digital da variação do nível relativo do mar da costa leste da ISFS durante o Holoceno, a fim de propor uma base geográfica e estratigráfica/ambiental para o mapeamento dos sítios arqueológicos pré-coloniais desta região. Além de contribuir para se pensar o ambiente no momento do assentamento dos grupos naquela região e durante sua ocupação no período pré-colonial (modo de vida, costumes, cultura).

## METODOLOGIA

A área do estudo estende-se desde a Prainha até o Canal do Linguado, seus extremos norte e sul respectivamente, e do oceano até a margem direita da Lagoa do Acaraí e a margem esquerda do rio Pereque (Fig. 1).

Figura 1. Área de estudo para elaboração de modulação 3D da variação do nível médio do mar na costa leste da Ilha de São Francisco do Sul/SC



As coordenadas dos sítios juntamente com o mapeamento geológico de Possamai *et al.* (2010) e de Anjos (2010), e a proposta de paleoníveis marinhos do Pleistoceno Superior e Holoceno de Angulo *et al.* (2002) foram adotados como premissas da pesquisa.

Para elaboração do mapa com localização dos sítios arqueológicos da costa leste e modelo digital do terreno utilizou-se o software ArcGIS 10.2, os diversos mapeamentos de sítios arqueológicos existentes para região (ALVES, OLIVEIRA, 2001; BANDEIRA, 2004; AMARAL, 2008, ALVES, 2013 entre outros) e levantamento em campo.

Os dados geológicos e geomorfológicos utilizados para elaboração do modelo digital do terreno foram obtidos por meio da dissertação de Anjos (2010), que realizou mapeamento geológico-geomorfológico da planície costeira quaternária da ISFS. Na elaboração da modulação 3D da variação do nível médio do mar na costa leste e imagens das áreas emersas e submersas, utilizou-se, além das informações geológicas de Anjos (2010), a proposta de paleoníveis marinhos (nível médio do mar) do Pleistoceno superior e Holoceno de Angulo *et al.* (2002).

## RESULTADOS

Na área de estudo podem ser identificados 4 grupos de características geológicas/ambientais: 1) dunas e antedunas com vegetação de restinga rasteira e arbustiva baixa, relevo ondulado e solo extremamente arenoso; 2) restinga alta, em áreas planas de solo arenoso; 3) floresta entremeada por banhados e 4) manguezal.

A respeito da geomorfologia da planície costeira da ISFS, Anjos (2010) coloca que esta pode ser descrita como a combinação de três padrões de relevo principais: o **relevo plano** que caracteriza a superfície das planícies fluviais, e é sempre horizontal ou sub-horizontal. Caracteriza também planícies costeiras com cordões litorâneos. O **suave ondulado** que caracteriza as planícies costeiras com cordões litorâneos. E o **campo de dunas** parabólicas, cujas maiores altitudes estão na porção central e norte da ISFS, aonde atingem mais de 30 m de altura. A altitude média das cristas das dunas nesses locais é de cerca de 20 m.

Estas informações geológicas/ambientais e geomorfológicas são de total relevância para a interpretação da modulação que está sendo realizada.

Os estudos desenvolvidos por Bigarella, Tiburtius e Sobanski (1950), Martin *et al.* (1988), Alves e Oliveira (2001) e Bandeira (2004), entre outros, permitem identificar um conjunto de 39 sambaquis<sup>3</sup>, sendo dois com cerâmica, um abrigo e uma oficina lítica de polimento, cujas datações disponíveis indicam uma ocupação entre 3920 e 1390 anos AP. Destes, foram foco de pesquisa arqueológica, o Enseada I e o Bupeva II. Além disso, somente algumas datações estão disponíveis para poucos sítios (MARTIN *et al.*, 1988), conforme pode ser constatado no Quadro 1.

Quadro 1. Datações de sítios situados na costa leste da Ilha de São Francisco do Sul

Enseada I	3.920 ± 40 anos AP C14
	1.390 ± 40 anos AP C14 (camada com cerâmica) <sup>4</sup>
Praia Grande II	3.850 ± 200 anos AP C14 (MARTIN <i>et al.</i> , 1988)
Lagoa do Acaraí I	3.600 ± 180 anos AP C14 (MARTIN <i>et al.</i> , 1988)
Bupeva II	2.325 ± 25 anos AP C14
	375. 40 anos AP TL (camada com cerâmica) (BANDEIRA, 2004)

Os dados do nível médio do mar durante o Holoceno (Angulo *et al.*, 2002), juntamente com o modelo digital do terreno estão sendo tratados no ArcGIS/ArcScene para realização de uma animação

<sup>3</sup> Sítios arqueológicos pré-coloniais existentes no litoral brasileiro, caracterizado pelo acúmulo de conchas formando montes.

<sup>4</sup> As datações destes sítios foram disponibilizadas pelo arqueólogo Marco Aurélio Nadal de Masi.

3D e imagens descrevendo a situação topográfica, ilustrando regiões submersas e emersas da costa leste da ISFS durante o período entre 5300 e 490 anos AP. Estes resultados estarão auxiliando na interpretação dos comportamentos humanos pré-coloniais e as alterações ambientais prevista no projeto ACARAÍ, e também em algumas monografias do curso de Especialização em Arqueologia da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE.

Os trabalhos do projeto estão em andamento, até o momento inserimos em nosso mapa 34 sítios pré-coloniais da costa leste da ISFS. Cabe destacar que o mapeamento dos sítios deverá ser periodicamente atualizado devido aos novos sítios que deverão ser descobertos por meio das atividades de campo deste e de outros projetos na região.

## REFERÊNCIAS

ALVES, M. C. **Diagnóstico arqueológico prospectivo para as obras de pavimentação asfáltica do Projeto Costa do Encanto, Trecho 4, municípios de São Francisco do Sul e Itapoá, Santa Catarina.** Joinville, OAP Consultores Associados, 2013.

ALVES, M. C.; OLIVEIRA, M.S.C. **Levantamento e Monitoramento Arqueológico da Área de Intervenção do Emissário para Lançamento dos Efluentes Sanitários e Industriais da Unidade Industrial da Empresa VEGA do Sul S. A. em São Francisco do Sul – SC.: Relatório Final.** Joinville: OAP. 2001.

AMARAL, M. M. V. **Diagnóstico do Patrimônio Cultural Material e Imaterial – Parque Estadual Acaraí – São Francisco do Sul/SC** Relatório Final. Florianópolis, 2008.

ANGULO, R. J; PESSEDA, L. C. R; DE SOUZA, M. C. O Significado das datações ao 14C na reconstrução de paleoníveis marinhos e na evolução das barreiras quaternárias no Litoral Paranaense. **Revista Brasileira de Geociências.** 32, 1, p. 95-106. 2002.

ANJOS, M. L. M. dos. **Mapeamento geológico-geomorfológico da planície costeira quaternária da Ilha de São Francisco do Sul, sul do Brasil.** Dissertação Mestrado em Geologia. Universidade Federal do Paraná. 2010.

BANDEIRA, D. da R. **Ceramistas Pré-coloniais da Baía da Babitonga – Arqueologia e Etnicidade.** Tese de Doutorado em História. Campinas: UNICAMP, 2004.

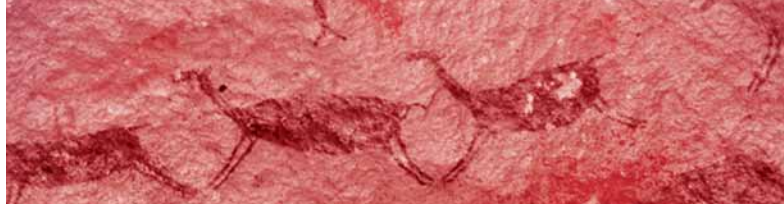
BIGARELLA, J. J., TIBURTIUS, G. & SOBANSKI, A. Contribuição ao estudo dos sambaquis do litoral norte de Santa Catarina. **Arquivos de Biologia e Tecnologia**, IX, Curitiba.1954.

FOSSILE, T. **Peixes na Alimentação de Povos Pré-coloniais – Estudo Ictioarqueológico do Sambaqui Cubatão I.** Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Biológicas – Habilitação Biologia Marinha. Universidade da Região de Joinville. 2013.

MARTIN, L.; SUGUIO, K.; FLEXOR, J.; AZEVEDO, A. E. G. **Mapa Geológico do Quaternário Costeiro dos Estados do Paraná e Santa Catarina.** Série Geologia n.28. Seção Geologia Básica n.18. Brasília: DNPM.1988.

POSSAMAI, T; VIEIRA, C. V.; OLIVEIRA, F. A.; FILHO, N. O. H. Geologia costeira da Ilha de São Francisco do Sul, Santa Catarina. **Revista de Geografia.** Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. especial VIII SINAGEO, n. 2, Set. 2010.

VIEIRA, C. V. **Mapeamento Geológico Costeiro e Evolução Paleogeográfica do Setor Oriental da folha Garuva, Nordeste se Santa Catarina, Brasil.** Dissertação Mestrado em Geografia. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina. 2008.



## MODATECA: práticas museológicas aplicadas no acervo têxtil e preservação do vestuário

VALDIRENE GRUBER<sup>1</sup>  
ADRIANE S. SANTOS<sup>2</sup>  
SANDRA P. L. C. GUEDES<sup>3</sup>

**RESUMO:** A carência de pesquisas e produção científica relacionadas à história da moda e à indústria têxtil brasileira dificulta a conservação de acervos têxteis, interferindo no estudo da moda e limitando o conhecimento. Neste sentido, este artigo procura abordar o tema Patrimônio Material e Memória Social, sendo o vestuário objeto de representação da memória, produzido em diferentes sociedades e décadas. Delimita-se a discutir o restauro de um vestido centenário encontrado na Modateca, espaço de preservação e memória do vestuário, instalada na biblioteca da Universidade do Estado de Santa Catarina em Florianópolis. Os métodos consistem no levantamento das fontes bibliográficas e documentais relacionados à Museologia; Modateca, e Patrimônio Cultural e às práticas de salvaguarda - preservação, conservação e restauração de suporte têxtil – e no estudo de caso do restauro de um vestido centenário. A pesquisa e análise de dados secundários ocorreram em visitas de campo e no espaço virtual do site da Modateca. Destaca imagens das ações de preservação, conservação e acondicionamento, aplicadas nas peças do acervo, exemplificando detalhadamente uma peça, que completa cento e quatro anos. Nas considerações finais, apresenta uma discussão sobre a relevância das instituições museológicas e dos acervos têxteis enquanto transmissores de cultura.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio Cultural; acervos têxteis; preservação do vestuário.

### INTRODUÇÃO

Grande parte das Instituições Museológicas possuem acervos que foram produzidos durante décadas ou séculos e são voltadas à preservação da memória e bens culturais. No entanto, com a ampliação do entendimento do que seja patrimônio cultural nas últimas décadas, nota-se que para além dos valores históricos, estéticos ou funcionais, o saber fazer, as práticas e representações recebem cada vez mais atenções por parte dos pesquisadores.

Porém a conservação do acervo presente nas instituições museológicas demanda ações específicas e variadas de acordo com a natureza, condições físicas e formas de armazenamento. As práticas de salvaguarda compreendidas como preservação, conservação e restauração, requerem o uso de equipamentos, materiais, instrumentos e profissional qualificados. Nesse sentido, destaca-se a complexidade no tratamento do material de suporte têxtil<sup>4</sup> que, através de seus processos,

<sup>1</sup> Aluna de Mestrado em Design, Universidade da Região de Joinville, participante do Grupo de Estudo Museu e Representações, valdirene.gruber@univille.br

<sup>2</sup> Professora Doutora Mestrado em Design, Universidade da Região de Joinville. adriane.shibata@univille.br

<sup>3</sup> Professora Doutora Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, Coordenadora do Grupo de Pesquisas Interdisciplinares de Patrimônio Cultural sandraplcguedes@gmail.com

<sup>4</sup> Têxteis – agrupam-se sob essa designação, três espécies de produtos: as fibras, que podem ser naturais, artificiais e sintéticas; os fios, que por diferentes processos mecânicos ou químicos são construídos da junção destas fibras; e os tecidos, que são obtidos a partir do entrelaçamento de fios (GRUBER; et tal., 2009).

superfícies e composições, são considerados objetos expressivos, de tendência, pensamento, simbolismos e cultura.

A pesquisa, com o objetivo de preservação do material têxtil, aborda especificamente o vestuário, objeto carregado de significados culturais e representativos na história e memória de uma sociedade. Caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e aborda referenciais teóricos relacionados à Museologia e Patrimônio Cultural. **Delimita-se a analisar o restauro de um vestido centenário que se encontra no acervo da Modateca, espaço de preservação e memória do vestuário, instalada na biblioteca da Universidade do Estado de Santa Catarina em Florianópolis.**

A Modateca foi instituída no ano de 2003, com a finalidade de contribuir para a formação de uma memória cultural têxtil e social da moda em Santa Catarina. Caracteriza-se como um espaço de memória do vestuário, uma vez que desenvolve ações compatíveis com as previstas na Museologia - salvaguarda e comunicação (TORRINELLI, 2004). A Modateca, por ser um espaço de memória material e preservação, adota as peças de vestuário seja por doação da comunidade, empréstimo ou até mesmo compra que são posteriormente documentados, registrados e aplicados às práticas de conservação.

Dentre as peças encontradas no acervo da Modateca, aqui é descrito um vestido restaurado e os tratamentos que lhe foram aplicados, visando restabelecer a sua funcionalidade e integridade física. A escolha desse objeto se deu pelo fato do vestido ter características singulares e ter completado, no ano corrente, cento e quatro anos.

Em junho de 2005, a Universidade do Estado de Santa Catarina recebeu a doação de vinte e três peças de vestuário do acervo da Casa da Memória Franklin Cascaes, pertencentes à família de Maria Celestina Carvalho, de Florianópolis. Dentre as peças de vestuário encontrava-se um vestido de 1910, todo confeccionado à mão, em cadarço de algodão entrelaçado nas curvas e contracurvas, formando arabescos com motivos de ramagem, originando uma renda irlandesa.

O artigo está estruturado da seguinte forma: apresenta a fundamentação teórica, referente à memória social sob o olhar da Museologia e preservação têxtil e ações aplicadas em uma peça de vestuário; apresentação da Modateca como espaço de conservação, preservação e estudos; e o estudo de caso do restauro do vestido. Por fim, seguem as considerações finais, enfatizando a relevância das instituições museológicas e dos acervos têxteis enquanto transmissores de cultura.

## MEMÓRIA SOCIAL

A nova museologia tem como base uma filosofia guiada pela socialização dos museus e questiona a instituição, a sociedade, o público, o patrimônio cultural, e a identidade. O envolvimento das comunidades, desde a programação até a seleção de patrimônio ou ainda na tomada de decisões, ocorre quando os museus se abrem para a participação da comunidade (BARBUY, 1995; YUDICE, 2010). A Modateca ajusta essas práticas museológicas com a participação dos acadêmicos bolsistas e comunidade que interagem para a conservação e exposição do acervo têxtil.

A instituição museu teve origem na Grécia antiga, que ao longo dos anos, assumiu mudanças em suas características. O termo *mouseion* – casa das musas – era denominado o espaço direcionado às pesquisas, espécie de um templo misturado com instituição. Na mitologia grega, as musas eram as filhas de Zeus, donas de memória absoluta, que através de suas danças, músicas e narrativas, faziam com que os homens esquecessem suas tristezas e ansiedades (SUANO, 1986). Neste sentido, Suano (1986, p. 10-11) destaca:

O *mouseion* era então esse local privilegiado, onde a mente repousava e onde o pensamento profundo e criativo, liberto dos problemas e aflições cotidianos, poderia se dedicar às artes e às ciências. As obras de arte expostas no *mouseion* existiam mais em função de agradar as divindades do que serem contempladas pelo homem.

Os pesquisadores de museu passaram a estudar o colecionismo e dividir as coleções em categorias, dependendo do contexto dos objetos coletados, que retratavam a realidade, memória e história de um homem ou sociedade. Alguns estudiosos colecionavam esses objetos para seu próprio deleite ou para uso de suas aulas nas universidades, sem se preocupar com a clareza de uma organização (SUANO, 1986). Apesar dos museus terem modificado suas formas de atuação no decorrer dos tempos e direcionarem suas ações para além dos seus acervos, a conservação dos acervos museais continua a ser uma questão presente e dificultosa, em especial quando se fala de acervos têxteis.

Sant'anna (2002) faz uma abordagem da organização museológica, na qual os têxteis são ordenados em três categorias: arqueológicos, etnográficos e históricos; o vestuário, assim como os tecidos, está ligado à moda e se insere na categoria de históricos, assim documentados.

Nesse processo de documentar, registrar e organizar os mecanismos da natureza humana, representando uma memória social, o vestuário ganhou seu espaço: "As roupas eram destacadas por meio de pranchas, antologias e desenhos que tinham como objetivo mostrar as riquezas e a diversidade da criação humana" (AZZI, 2010, p.13).

A partir do século XX, o conceito de documento, segundo Tammaro e Salarelli (2008, p. 3 *apud* Beirão Filho, 2011. p. 41), é reelaborado:

De um ambiente onde predominava o papel, ligado às técnicas e fórmulas de expressão da palavra escrita, passou-se a considerar como "documentos" instrumentos, objetos, prédios, vestuário, alimentos, ou seja, tudo quanto se possa revelar como portador de significados.

Azzi (2010) cita as primeiras instituições museológicas que demonstraram interesse pelo acervo do vestuário e tecidos, na segunda metade do século XIX. Dentre elas, o *Victoria and Albert Museum* na Inglaterra, é uma das primeiras instituições que uniu arte e indústria. Com o mesmo objetivo, em 1864 surgiu o *Musée des Tissus et des Arts Décoratifs de Lyon*, vinculado à Câmara de Comércio da França, que passou a ser uma instituição dedicada à história dos tecidos e produção têxtil.

A cultura material é dotada de infinitas possibilidades para a pesquisa e criação de moda aos designers, que devem buscá-las em espaços de memória, bibliotecas e museus e atribuir-lhes novos olhares e interpretações (SANT'ANNA-MULLER *et al.*, 2009).

## ESPAÇO MODATECA

Modateca para Barros (2009, p.6) é "[...] um conjunto organizado e catalogado de amostras têxteis, periódicos, sites, catálogos para pesquisa, materiais sobre indumentária, moda e referências de tendências da moda." Enquanto espaço de preservação da memória cultural têxtil, incentiva à pesquisa e investigação científica e promove o conhecimento cultural técnico científico na área da moda, privilegiando assim, uma experiência extracurricular (TORRINELLI; VANDRESEN, 2004).

A Modateca é Espaço de Memória e Comunicação do Programa de Extensão universitária do Departamento de Moda na Universidade do Estado de Santa Catarina, dividido em dois espaços distintos: a reserva técnica, num apêndice entre os blocos central e o do Curso de Artes Cênicas; e o espaço de comunicação, no piso térreo do prédio da Biblioteca Universitária:

a Modateca abriga peças do vestuário, trajes, coleções de antigas modistas, costureiras, plissadeiras, chapeleiras, bordadeiras, resultados de pesquisas, livros, revistas, anais, periódicos, catálogos, fotografias, fitas de vídeo e CDs, cadernos de tendências, acessórios de moda: chapéus, luvas, jóias, calçados, bolsas, objetos de higiene pessoal e o material produzido por alunos e professores do Curso de Moda (GRUBER, *et al.*, 2009, p. 3).

Além dos espaços físicos, a Modateca disponibiliza um espaço virtual que possibilita uma comunicação entre a moda e o usuário como participação, diálogo, colaboração além da troca e compartilhamento por meio de um ambiente tecno-cultural (BEIRÃO FILHO, 2011).

O *website*<sup>5</sup> da Modateca disponibiliza um acervo registrado e organizado de costureiras, estilistas, artefatos, peças de roupas representativas de cada década. O acervo conta com fotos da época, desenho técnico e estudo da modelagem representando a época com informações detalhadas. Esse espaço amplia as possibilidades de pesquisa por meio de acesso virtual como recurso didático, dando suporte a disciplinas de design e moda (BEIRÃO FILHO, 2014).

A coleção Modateca contribui com o estudo e memória do vestuário e desenvolve ações compatíveis com as previstas na museologia: salvaguarda física e virtual. As práticas de salvaguarda compreendem: preservação, conjunto de medidas que tende a neutralizar fatores de degradação dos bens culturais (SOARES, 1997); conservação, conjunto de medidas com o objetivo de impedir a sua degradação, sem alterar as características físicas (SCHARF, 1999); restauração, conjunto de técnicas utilizadas para a recuperação e/ou eliminação dos danos causados nos bens culturais (SOARES, 1997).

Algumas práticas de conservação e restauro são realizadas nos laboratórios da instituição: laboratório têxtil; experimental de confecção; modelagem; informática e oficina de madeira na produção de suportes e embalagens para o armazenamento das peças. A preservação, tanto têxtil como dos demais bens culturais, requer atividades específicas que variam de acordo com a natureza, condições físicas, estado de conservação e formas de acondicionamento.

## PRESERVAÇÃO TÊXTIL

Bruno (1999, p.2) conceitua que “[...] preservar é a ação que visa garantir a integridade e perenidade de algo” e que patrimônio é “[...] o conjunto de bens naturais ou culturais, materiais ou imateriais, portadores de referência à identidade, à ação e à memória de uma comunidade”.

São considerados documentos, em acervo patrimonial, todos aqueles que dizem respeito à cultura, produzidos por uma determinada comunidade. Neste sentido, pressupondo que patrimônio cultural são todos os bens naturais ou culturais, materiais ou imateriais, desde que sejam registrados e documentados com todas as informações previstas na Constituição Brasileira, pode-se dizer que o vestuário e/ou tecido trata-se de um patrimônio cultural.

O tecido pode ser considerado um bem patrimonial e, como tal, objeto de estudo e pesquisa para reproduzir o conhecimento. Sua documentação, nos espaços de memória, deve ter determinados cuidados, conforme discorre Nascimento (1998):

- Identificação: maior número possível de informações referentes à data de entrada, lugar de origem, época, estilo, dimensões, proprietário, doador e outros antecedentes que permitam uma análise estética, histórica e material;
- Registro: descrito em uma ficha de registro, no livro de tomo, com a data de entrada, modo de aquisição, estado de conservação e descrição sucinta do objeto;
- Catalogação: classificação dos objetos de forma metódica, em uma ou mais categorias de um sistema de classificação organizado.

Terminados os tratamentos de documentação, o objeto deve passar por medidas conservativas, visando, por meio de cuidados com as instalações físicas de armazenamento, que os materiais não se deteriorem. Essas medidas práticas são especificadas em Gruber *et al.* (2009) e consistem na higienização, que é a eliminação de sujeiras generalizadas, como poeira, excrementos de insetos, suor entre outros, realizados por meio de limpeza a seco ou aquosa; desinfestação, que realiza a eliminação de macro e/ou microorganismos existentes nos materiais com o uso de câmaras de baixa temperatura ou de inseticidas; hidratação, tratamento a úmido usado para materiais que apresentam vincos e amassamentos, causados no armazenamento ou transporte; reestruturação, a reposição de partes faltantes dos objetos, por meio de pontos de costura, no caso do vestuário; por fim, o

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.modateca-sc.com/exposicao-virtual/>

acondicionamento, com o uso de embalagens adequadas para guarda e outras específicas para transporte e exposição.

## O RESTAURO DO VESTIDO CENTENÁRIO

Para exemplificar o trabalho feito na Modateca, quando do recebimento de uma peça para acervo, aqui são descritos os trâmites documentais e as medidas de conservação. O vestido (Figura 1) aqui relatado, do princípio do século XX, recebeu os trâmites de doação e foi incorporado ao acervo da Modateca no ano de 2005. Foi registrado com o número de ordem 1180 e identificado no Cadastro do Acervo Modateca – Livro Tombo, com o número de registro 0504, com a data de sua entrada em 06/07/2005. No Website<sup>6</sup>, cadastrado sob o código: MDT 1910 – 03, assim descrito: “Vestido longo de renda Irlandesa feita à mão na cor branca, com corpo levemente acinturado, mangas longas, decote cisne e barrado em gazar de seda na parte inferior do vestido e dos punhos.” Aquisição sob custódia, foi doado pela filha de Celestina Alice do Livramento Carvalho, que usou o vestido na década de 1910.

Figura 1: Vestido de 1910



Fonte: MODATECA, Catálogo Fotográfico (2006)

Ao fazer a inspeção do seu estado de conservação, observou-se que o mesmo apresentava ruptura em algumas partes da renda e costuras fragilizadas, sendo aplicadas as práticas de preservação, visando sua integridade física e funcional.

A análise do vestido iniciou pelos materiais têxteis (Figura 2) presentes na renda em cadarço de algodão e nos detalhes em tecido plano gazar de seda identificados no acabamento do decote, no detalhe do punho e na barra do vestido.

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.modateca-sc.com/2011/05/mdt1910-03/>



Figura 2: Análise do vestido: materiais têxteis



Fonte: Gruber (2008)

Os aviamentos (Figura 3) utilizados para o fechamento do vestido, consiste em colchete de pressão em plástico e gancho em metal, ambos com duas peças, pregados manualmente.

Figura 3: Análise do vestido: aviamentos



Fonte: Gruber (2008)

Na execução da renda e montagem do vestido (figura 4), foram usados três tipos de linha: 1- linha de costura em algodão; 2- linha de bordar em algodão e 3- linha de costura em poliéster.

Figura 4: Análise do vestido: tipos de linha



Fonte: Gruber (2008)

O feito do vestido, termo conhecido na costura sob medida para a execução de um determinado trabalho feito à mão, foi analisado detalhadamente com o auxílio de luvas cirúrgicas e lupa, em todas as partes: corpo, manga, decote, detalhes em seda, como também os diferentes pontos empregados (Figura 5). Tanto no lado de fora (direito) como no lado de dentro (avesso), as percepções dos pontos à mão eram visíveis em toda a renda, sendo possível identificar que foram encaixadas as partes, dando uma continuidade no motivo da renda, sem a interrupção causada pela assimetria das partes do vestido. O encaixe da cava e a manga aparentam ser um detalhe da renda e não uma costura funcional.

Figura 5: Análise do vestido: montagem e acabamento



Fonte: Gruber (2008)

Observa-se nas partes do tecido gazar de seda (Figura 6) - acabamento do decote, detalhes do punho e a barra da saia – que foram feitos cortes no tecido no sentido do fio “viés”, no corte enviesado.

O termo enviesado é dado ao corte feito na diagonal do tecido, proporcionando melhor caimento do tecido num determinado modelo. Este corte possibilita os variados efeitos godês (CATELLANI, 2003).

Figura 6: Análise do vestido: montagem e acabamento



Fonte: Gruber (2008)

Na sequência, foi aplicada a reestruturação dos pontos fragilizados. As práticas de restauração (Figura 7) foram aplicadas em todas as partes fragilizadas e identificadas. Pontos manuais foram usados conforme análise e pesquisa realizada na reestruturação dos pontos, seguindo por etapas: 1ª – identificação do ponto; 2ª – preparação com o auxílio de alfinetes; 3ª – reestruturação com auxílio de linha e agulha; 4ª – visualização do ponto restaurado.

Figura 7: Práticas da restauração: reestruturação e hidratação



Fonte: Gruber (2008)

Finalizado a reestruturação dos pontos identificados como fragilizados e rompidos, seguiu para a hidratação (Figura 8). A hidratação foi feita com o vestido exposto no manequim e com o uso do equipamento vaporeto, que permite passar roupas com vapor. Para secagem, ficou no manequim durante 24 horas em local seco, no laboratório de costura da instituição.

Figura 8: Práticas da restauração: reestruturação e hidratação



Fonte: Gruber (2008)

Após a hidratação e secagem, o vestido foi acondicionado em caixa (embalagem utilizada na Modateca), envolvido por papel de seda (recomendado para conservação têxtil), com identificação externa e encontra-se disponível para pesquisa no acervo da Modateca.

A pesquisa identificou que o vestido foi feito em um ateliê da cidade de Florianópolis/ SC, por costureiras francesas no ano de 1910. Era um modelo tipo redingote aberto e foi adaptado para um vestido de baile, pela doadora Maria Celestina Carvalho Neves na década de 1970. Nesta reforma, foram inseridos colchetes para fechamento nas mangas, na barra e no decote, sendo acrescentado o tecido plano em gaze de seda pura no corte do tecido em viés, costurado com linha de poliéster, segundo informações obtidas em entrevista feita com a doadora, em sua residência em Florianópolis, no ano de 2008.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O vestuário de suporte têxtil é objeto impregnado de expressividades, de tendências, pensamentos, simbolismos e crenças de comunidades e culturas, por isso, requer um espaço que comporte as ações de salvaguarda, devido às suas técnicas, formas e diferentes composições.

Este artigo procurou apresentar e discutir o restauro de um vestido centenário que faz parte do acervo da Modateca. A peça de vestuário selecionada, um vestido em renda irlandesa, todo confeccionado à mão e datado do ano de 1910, exemplifica as práticas de preservação têxtil aplicada constantemente no acervo da instituição. O vestido sofreu alteração em 1972, quando foi adaptado em tecido plano pela filha e doadora. O modelo original era tipo redingote e foi alterado para ser usado como vestido de baile: detalhes de tecido gaze de seda e fechamento com o uso de ganchos funcionais.

Observou-se nas pesquisas realizadas sobre o restauro deste vestuário a importância dos acervos têxteis enquanto transmissores de cultura e preservação de memórias afetivas. Constatou-se que o vestuário, por ser um objeto significativo para uma sociedade, representa a memória de um contexto cultural da época e, devido a fragilidade dos materiais que o compõe, conseguem ser

melhor preservados em espaços como a Modateca, que possuem condições estruturais, docentes qualificados e acadêmicos do curso de Moda, para a preservação física e cultural do vestuário.

Beirão Filho (2011), professor coordenador do espaço Modateca, comenta que a falta de pesquisas e produção científica, tanto em história da moda e da indústria têxtil brasileira, dificulta a conservação de acervos têxteis. Essa falta da memória cultural têxtil nas instituições museológicas e de ensino interfere no estudo da moda, limitando o conhecimento, e apresenta certa urgência em documentar, preservar e catalogar objetos do vestuário, para a formação de um acervo museológico.

Nesse sentido as instituições como a Modateca, têm grande relevância para a preservação de acervos têxteis e memória do vestuário.

## REFERÊNCIAS

AZZI, Cristine Ferreira. **Vitrines e coleções**: quando a moda encontra o museu. (Moda de bolso:1). Rio de Janeiro: Memória Visual, 2010.

BARBUY, Heloisa. A conformação dos ecomuseus: elementos para compreensão e análise. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v.3, p.209.236 jan./dez. 1995.

BARROS, I. S.. A implantação de uma modateca como fator de desenvolvimento para indústrias de moda do arranjo produtivo local do agreste pernambucano. **Revista de Extensão da Universidade de Taubaté**. Taubaté, v.2. n.1, 2009. Disponível em: <http://periodicos.unitau.br/ojs2.2/index.php/extensao/article/viewFile/1043/740>.

BEIRÃO FILHO, José Alfredo. **Criação e Compartilhamento do Conhecimento da Área de Moda em Um Sistema Virtual Integrado** – SIMODA. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. - Florianópolis, SC, 2011. 166 p.: il., tabs. Disponível em: <http://btd.egc.ufsc.br/wp-content/uploads/2012/03/José-Alfredo-Beirão-Filho.pdf>  
Acesso: 27-08-2014.

\_\_\_\_\_. Modateca: Narradores do Cotidiano em busca da experiência vivida. In: PULS, Loudes Maria. ROSA, Lucas da. GONÇALVES, Eliana. (orgs). **Moda em Ação**. Florianópolis, UDESC, 2014. 95 p.

BRUNO, Maria Cristina O. Museologia: teoria e prática. **Cadernos de Museologia**. Lisboa, n. 16,1999.

CARVALHO NEVES, Maria Celestina. Entrevista. Florianópolis, 2008.

CATELLANI, Regina Maria. **Moda Ilustrada de A a Z**. São Paulo: Manole, 2003.

GRUBER, Valdirene. **VESTIDO DE 1910**: memória de um passado. 2008. TCC (Trabalho de conclusão de curso) – Centro de Artes, Universidade do estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

GRUBER, Valdirene *et al.* **Vestido de 1910**: memória de um passado de moda. In: Modapalavra E-periódico. Ano2, n.4. Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://interativo.modateca-sc.com/2011/07/ensaio-vestido-de-1910-memoria-de-um-passado-de-moda/>

MODATECA. Catálogo Fotográfico. v.1. Florianópolis: CEART/UDESC, 2006.

\_\_\_\_\_. Exposição virtual. Florianópolis: CEART/UDESC, 2014. Disponível em: <http://www.modateca-sc.com/2011/05/mdt1910-03/> Acesso: 26-08-2014.

NASCIMENTO, Rosana. O objeto museal, sua historicidade: implicações na ação documental pedagógica do museu. **Cadernos de Sócio Museologia**, Lisboa, 11,1998.

SANT'ANNA, Mara R.M. *et al.* Moda, museu e história – novos horizontes para o profissional da Moda. In: SANT'ANNA, Mara Rúbia (Org). **Moda em Santa Catarina: história crítica e perspectivas**. Série Modapalavra. v.5. Florianópolis/São Paulo: UDESC/Estação das Letras, 2009.272p.

SANT'ANNA, P. **Moda e Arte no MASP** – Um breve estudo sobre o tema e a formação do acervo de vestuário (1947- 1972). São Paulo: monografia de especialização em Museologia, MAE/USP, 2002.

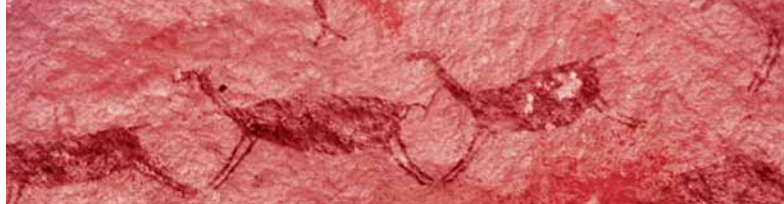
SUANO, Marlene. **O que é museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TORRINELLI, Marlene. **Subsídios para a preservação do patrimônio têxtil**. Monografia. (Especialização Lato Sensu em Moda: criação e produção). UDESC, Florianópolis. 2002. 76 p.57.

\_\_\_\_\_. MODATECA: espaço de preservação da memória de moda e vestuário, Florianópolis. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Bacharelado em Moda, Centro de Artes/UDESC, Florianópolis, 2004.

\_\_\_\_\_. VANDRESEN, M. Modateca: preservação da memória de moda e do vestuário. **ModaPalavra**, Florianópolis, v. 3, n. 3., p.84-91, 2004.

YÚDICE, George. Museu molecular e o desenvolvimento cultural. In: NASCIMENTO JUNIOR, José do (org.). **Economia de museus**. Brasília: IBRAM/MINC, 2010.



## A memória ferroviária como patrimônio social<sup>1</sup>

VIVIANE REGINA CALISKEVSTZ<sup>2</sup>

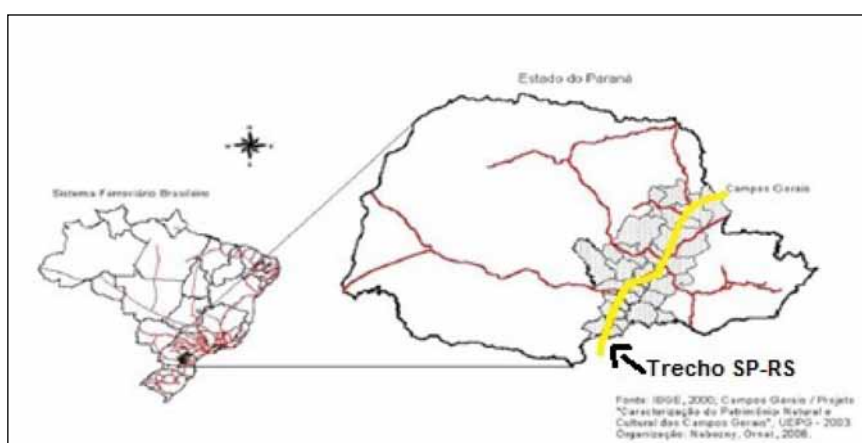
**RESUMO:** busca-se mostrar o papel dos ferroviários paranaenses do trecho SP/ RS, no século XX. Esses são indicados socialmente como importante sujeito transformador espacial urbano das cidades ferroviárias. São também parte integrante do acervo patrimonial ferroviário intangível e suas memórias permanecem vivas em diferentes segmentos sociais. Os resultados dessa pesquisa indicam que essa categoria e suas memórias merecem ser reconhecidas e valorizadas como patrimônio cultural imaterial.

**PALAVRAS-CHAVE:** trabalhadores ferroviários paranaenses; memória; patrimônio imaterial.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho pautou-se nos trabalhadores ferroviários paranaense, do trecho SP – RS (FIGURA 1) em meados do século XX, entendendo que essa categoria social vivenciou o último período de significativa representatividade social da ferrovia brasileira, período que entrou em declínio econômico e estrutural, após a década de 1950 – 1960.

Figura 1 - Malha ferroviária do estado do Paraná



Fonte: IBGE, 2000 / Org.: NABOSZNY, 2006

Um grupo formado por sujeitos, considerados os últimos representantes ainda vivos que presenciaram as mudanças sofridas pela ferrovia. Possuem um valor seja pelo papel desempenhado na formação do território paranaense ou pelo desenvolvimento político exercido através da criação de associações e sindicatos e pela simples existência na sociedade local. Esses trabalhadores

<sup>1</sup> Este trabalho compõe a pesquisa de mestrado em Geografia – com foco no Patrimônio cultural / PPGG – UEPG.

<sup>2</sup> Doutoranda em Geografia / Programa de pós-graduação em Geografia – UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR) <vcaliska@gmail.com>

ferroviários ainda vivos detêm em suas memórias as lembranças desse passado de vida e trabalho e fazem parte dessa história.

No processo de pesquisa com os trabalhadores ferroviários e com a população idosos percebeu-se que “estamos em contato direto com o modo como as pessoas costumam significar o passado, marcar e usar o tempo” (KROURY, p.128). Nas entrevistas, o “tempo” marca as narrativas, que se apresentavam como um passeio de idas e voltas pelos acontecimentos. Ao realizar entrevistas, ora com tópico guia, ora com conversas livres, a característica de perder-se no tempo da própria narrativa foi presenciada muitas vezes, mas sempre surgiam novos elementos, marcadas por eventos significativos, como a entrada na companhia ferroviária, as promoções, os novos uniformes, os acidentes de trabalho, o rigor do trabalho e a convivência com os colegas.

Tal pesquisa buscou mostrar o papel do trabalhador ferroviário enquanto um agente social que colaborou com a configuração histórica / econômica e cultural do espaço urbano, com sua força de trabalho, com seu poder de capital, com sua posição social e trabalhista (sindicatos e associações), e como detentor de um “saber fazer” ferroviário. Dessa forma, sendo o patrimônio cultural uma construção social, o sentimento de pertencimento da sociedade pode ser despertado também pelo reconhecimento e valorização do seu passado através das memórias daqueles que participaram da construção histórica e cultural do Paraná, assim como, do país, e estão diretamente ligados aos patrimônios culturais atualmente reconhecidos.

## O ACERVO FERROVIÁRIO – PATRIMÔNIO CULTURAL

A implantação da ferrovia no território brasileiro levou a uma nova ordem espacial já no final do século XIX, mesmo nos lugares que se configuravam como ponto de passagem dos trens, a ferrovia realizou a integração das cidades menores aos grandes centros urbanos, trazendo mudanças para toda a sociedade. Monastirsky (1997) defende que nas cidades do Paraná, houve a implantação de um modelo cultural desenvolvimentista, incentivado pela propaganda da República, que via nas inovações tecnológicas – estrutura ferroviária, o propulsor das mudanças sociais e culturais do país. Viveu-se uma ordem cultural, a *Belle époque*, “feitas de representações, de ideais, de valores e de sentimentos que se tornaram comuns a todos os indivíduos” (MONASTIRSKY, 1997, p.92), e as Estações Ferroviárias são apontadas nos discursos sociais, como o espaço onde essas mudanças ocorriam. O trecho ferroviário SP-RS, construída pela “*Brazil Railway Company*”, constituiu-se enquanto uma gigantesca empresa, detentora do meio de transporte mais usado até então. A empresa ferroviária realizava contratações exorbitantes de funcionários, chegando à somatória nacional de 51 mil ferroviários, em 1957, no ano de criação da RFFSA (MONASTIRSKY, 2006, p.89).

Contudo, nas décadas que sucederam 1950, o transporte ferroviário começou a declinar e vindo a ser substituído pelo transporte rodoviário. Crise explicada por diversos motivos: incompatibilidade de equipamentos ferroviários (ex.: bitolas<sup>3</sup>), impossibilitando ligações entre trechos; investimentos de capital com foco em novas técnicas - políticas desenvolvimentistas (projetos rodoviários); abertura política (montadoras automobilísticas multinacionais).

A implantação da ferrovia causou um dos maiores impactos no espaço brasileiro, visto que nenhuma outra técnica antecedente teve esse destaque, a ponto de séculos depois, ainda permanecer viva na memória de todos que conviveram com os apitos das locomotivas que serpenteavam por trilhos cortando as cidades. Esse fenômeno criou também uma classe de trabalhadores que possui além de um “saber fazer” específico, lembranças e relatos históricos de vida e trabalho. Para Monastirsky (2006),

A história da ferrovia também é a história dos ferroviários. O surgimento desta classe de trabalhadores foi tão impactante para a sociedade e economia do Brasil, quanto foi o surgimento da própria ferrovia (...). Não foi apenas numericamente que os ferroviários ocuparam lugar na sociedade brasileira. A atividade ferroviária criou empregos nas cidades

<sup>3</sup> Modelo padronizado de medida de trilhos.



e constituiu uma inovação técnica na organização da produção urbana e regional. Com a ferrovia houve a expansão da divisão de trabalho intra-urbana, em que a cidade ferroviária exerceu a função específica de uma área em torno (MONASTIRSKY, 2006, p.89).

Hoje, a ferrovia é um patrimônio cultural, “formado por acervo material e imaterial, que se completam” (MONASTIRSKY, 2006, p.10), composto por edificações, estações, pátios de manobras, casas e vilas de trabalhadores, oficinas, trilhos e equipamentos rodantes, que se distribuem por várias cidades. Esses equipamentos fazem parte do acervo patrimonial ferroviário, submetidos aos cuidados do IPHAN, dentre outros órgãos. Mas, encontra-se na sua grande maioria abandonado, desaparecido, negligenciado, e no meio de uma briga entre o poder público, já que nem mesmo a destinação das partes do acervo maior a diferentes órgãos administradores, foi capaz de resolver o grande problema que se apresenta a ferrovia<sup>4</sup>. Focando no patrimônio cultural ferroviário, administrado pelo órgão do IPHAN, esse não reconhece o papel desses trabalhadores na história nacional, e nem suas memórias, visto que o projeto “Memória Ferroviária”, criado para reconhecer e valorizar o patrimônio imaterial pauta-se nas Estações como único elemento de destaque.

Zambello (2005) coloca que os ferroviários fazem parte de um grupo que é vinculado a um trabalho e a um espaço específico, a ferrovia. Nesse caso, indivíduo não pode ser compreendido por completo sem que haja referências desse à instituição que o formou enquanto trabalhador:

A vida do indivíduo não pode ser compreendida adequadamente sem referência às instituições dentro da qual sua biografia se desenrola, pois esta biografia registra a aquisição, abandono, modificação e, de forma muito íntima, a passagem de papéis que o indivíduo ocupou, ou ocupa na vida (ZAMBELLO, 2005, p.313).

Segundo a Lei federal nº 11.483/2007, Artigo 9º, § 2º, é delegado ao IPHAN responsabilidade e compromisso para com o patrimônio cultural ferroviário, ao qual cabe:

A preservação e a difusão da Memória Ferroviária constituída pelo patrimônio artístico, cultural e histórico do setor ferroviário promovidas mediante: I - construção, formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, arquivos e outras organizações culturais, bem como de suas coleções e acervos; II - conservação e restauração de prédios, monumentos, logradouros, sítios e demais espaços oriundos da extinta RFFSA (BRASIL, Lei 11.483/2007)

O projeto ao visar à difusão da memória ferroviária pautou-se na defesa de que a “cultura do povo de uma região deve ser entendida com suas especificidades, importância local e visão de rede cultural” (BRASIL, 2007). Nesse sentido, o IPHAN, em apoio às prefeituras locais, estuda maneiras de proteção e cria diferentes critérios para atribuir um valor cultural ao conjunto de bens da ferrovia. Iniciativa que infelizmente depende das iniciativas locais, as quais têm pouco ou nenhum conhecimento ou iniciativa para realizar os procedimentos.

Assim, a realidade em que se encontra o acervo material da ferrovia, já que o imaterial se apresenta quase inexistente, leva diversos pesquisadores e a população em geral a discordar, e até chega a duvidar da eficiência do projeto “Memória Ferroviária”. O que se observa diante de toda essa situação, são algumas poucas iniciativas de preservação isoladas no território nacional, ligadas

<sup>4</sup> Infelizmente o acervo ferroviário virou um problema para os diferentes órgãos que foram designados a administração após a Extinta RFFSA: SPU (Superintendência do Patrimônio da União) com a função de administrar os imóveis da União, conhecer, zelar e garantir que cada imóvel da União cumpra sua função socioambiental com a arrecadadora; DNIT – (Departamento Nacional de Infraestrutura dos transportes) uma autarquia que tem sua administração distribuída conforme seu regimento interno é responsável pelo transporte rodoviário, aquaviário e ferroviário; IPHAN – Desde 2007 é responsável analisar e declarar valor cultural aos bens móveis e imóveis desse acervo; ALL – Empresa que detém a concessão da ferrovia; ANTT – Fiscalizar os contratos de concessão das concessionárias. Repasse ao Ministério Público as irregularidades.

geralmente a administração local, a pesquisas universitárias, e superintendências locais do IPAHN, as quais estão ligadas, na sua maioria, a manutenção do acervo material. Com exceção desses casos, o acervo tangível da ferrovia vem a cada dia sendo destruído, depredado, furtado, vendido, e conseqüentemente, esquecido.

## MEMÓRIA FERROVIÁRIA – ESTUDO DE UMA CATEGORIA SOCIAL

Para Bosi (1994) e Halbwachs (1990) a memória coletiva constituir-se enquanto busca de pertencimento e afirmação identitária de indivíduos que compõem um grupo social específico, pois essa contém o registro da vivência dos indivíduos. Para Bosi (1994, p.413) *“a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”*. É o indivíduo que detém o poder de memorizar e dar significado aos objetos e histórias ocorridas num passado em comum. *“A valorização da memória dos sujeitos apresenta-se como oportunidade de trazer à tona outras histórias e outros olhares sobre o passado”* (PETUBA, 2005, p.12).

Nesse sentido, Monastirsky (2006) afirma que:

A memória individual contém as lembranças das coisas vividas por cada indivíduo com a ferrovia, mas contém também uma carga simbólica proveniente da propaganda pró-ferrovia e do efeito das atividades ferroviárias em todas as escalas espaciais e temporais (...). As lembranças das pessoas que vivenciaram a ferrovia e daqueles que nela trabalharam, além de legitimar a ferrovia como um patrimônio cultural, auxiliam no fortalecimento e perpetuação da memória coletiva e possibilita o reconhecimento da cultura local e da sua participação num contexto regional e nacional (MONASTIRSKY, 2006, p.12).

Os agentes sociais colaboram com o processo simbólico e nostálgico desse evento, sendo eles trabalhadores ferroviários e demais indivíduos que vivenciaram essa época ou que dela ouviu falar. Esses trabalhadores ferroviários, assim como essa população idosa, ainda vivos detêm em suas memórias as lembranças desse passado de vida e trabalho.

Na geografia cultural e histórica, a memória social passa ser *“utilizada como um instrumento de construção cultural assim como, um método de análise”* apresentando-se como abordagem metodológica de estudo sobre o passado. A memória coletiva passou a constituir-se enquanto busca de pertencimento e afirmação identitária de indivíduos que compõem um grupo social específico, pois essa contém o registro da vivência dos indivíduos.

Com relação às memórias de pessoas idosas, Bosi (1994) afirma que, numa sociedade capitalista, onde não tem mais espaço para o velho existir, suas memórias, carregadas de cultura e experiências, passam a ser sua única arma de utilidade e sobrevivência.

Diante dessa constatação, percebe-se que as memórias dos trabalhadores ferroviários idosos vêm aos poucos se perdendo, ao passo que esses deixam de existir, e suas histórias aparecem em bibliografias que lutam para preservá-las, ou permanecem somente no seio familiar, o que para Bosi (1994, p.20) também se encontra em forte declínio, pois *“entre as famílias mais pobres, a mobilidade extrema impede a sedimentação do passado, perde-se a crônica da família e do indivíduo e seu percurso errante”*. Para a autora, a arte de contar histórias decaiu, porque decaiu a arte de trocar experiências (BOSI,1994, p.28). A memória social é também uma memória familiar e grupal. Ideia também compartilhada por Halbwachs (1990, p.230) ao afirmar que *“um homem que se lembra sozinho daquilo que os outros não se lembram assemelha-se a alguém que vê o que os outros não veem”*. Trazida para as análises das memórias dos trabalhadores ferroviários, seus relatos estão sempre povoados de lembranças junto ao grupo de trabalho:

*“(...) então nós éramos preparados para o trabalho da empresa, mas tínhamos também outras matérias, como matemática, português, história, afinal várias matéria que nos preparavam para a vida se saísse da Estrada de Ferro” (Entrevistado 01).*

*“(...) porque nós os mais antigos [...] defendíamos muito o patrimônio ferroviário, tanto o patrimônio moral quanto o patrimônio físico” (Entrevistado 04).*

*“Quando nós estávamos trabalhando com nossos salários é um bom mais depois que muda nos aposentando ficou ruim ficamos oito anos sem aumento, agora temos que levar bem controlado” (Entrevistado 07).*

A evocação do coletivo se faz presente em muitas lembranças desses trabalhadores. Observada num contexto geral, percebe-se que a vivência cotidiana do trabalho na ferrovia apresenta muitas semelhanças, mesmo em se tratando de trabalhadores que não conviveram no mesmo espaço de trabalho. Nesse sentido, as lembranças dos velhos ferroviários apoiam-se umas nas outras, ao passo que essas vão sendo agrupadas e sistematizadas, mesmo não sendo próximas geograficamente, elas se somam, criando uma teia de informações referente ao mundo ferroviário. Nesse sentido, Halbwachs (1990) afirma que:

Se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias (HALBWACHS, 1990, p.25).

O autor ainda completa afirmando que:

(...) nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetivos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós (HALBWACHS, 1990, p.26).

Dessa forma, entende-se que a vida dentro da empresa ferroviária foi um evento coletivo, o qual atingiu toda a classe ferroviária, não sendo restrito a um determinado lugar. Essa afirmação pode ser analisada em diferentes estudos sobre o mundo da ferrovia. Para Moreira (2008):

O modelo de trabalho obediente, produtivo e responsável, ainda lembrado, com orgulho, por muitos ferroviários, foi sendo construído por meio de uma sistemática ação que, especialmente em 1930, redimensionou suas estratégias de ação (MOREIRA, 2008, p.177).

Para Zambello (2009), a empresa ferroviária criou mais do que simplesmente funcionários disciplinados, ela exerceu um controle familiar:

A essência da noção da família ferroviária está associada ao ambiente socializador criado pelas estradas de ferro, com o fim de inscrever localmente os indivíduos e exercer duplo controle do tempo: um geográfico e o outro moral, na medida em que os trabalhadores colocam voluntariamente à disposição o seu tempo em um lugar circunscrito pela empresa em que trabalham. A estrada de ferro incorporava ao ambiente criado por ela as crianças, os jovens e os adultos e ali ensinava os seus conceitos funcionais por meio do entretenimento, porém voltado para a reposição permanente da sua mão-de-obra adaptada às regulamentações, às normas e aos privilégios diferenciados firmados pelos membros mais velhos, ou pela própria companhia (ZAMBELLO, 2009, p.86).

A política de disciplina e rigor se fez presente em todos os momentos da ferrovia, e se faz presente ainda nas lembranças dos ferroviários idosos ainda vivos, demonstrando que as ações da empresa atingiram o coletivo nacional, como pode ser visualizadas nos trechos de entrevistas abaixo:

*“Veja bem, faltava a serviço, errava qualquer coisa que fosse contra, desse prejuízo pra empresa, eles faziam sindicância de davam punição lá pro pessoal, suspensão um dia, dois dias, conforme a gravidade do acidente também né” (Entrevistado 02).*

*“A disciplina naquele tempo era rigorosa, o chefe tinha autoridade igual delegado de polícia” (Entrevistado 06).*

*“A empresa era severa na questão de ter um funcionário bem apresentado (...). Pontualidade no trabalho, esse é um dos requisitos” (Entrevistado 03).*

Diante disso percebe-se que as memórias dos trabalhadores ferroviários transforma-se em uma construção social, como afirma Bosi (1994, p.66), ao salientar que quando um determinado grupo trabalha sempre em conjunto, surge uma tendência em criar esquemas similares “de narração e de interpretação dos fatos”. O grupo constrói os pontos de vistas e fixam essa imagem “para a história”, mesmo sendo carregados de ideologias, estereótipos e mitos, ao passo que alguns fatos tendem a se perder ou serem esquecidos por não serem compartilhados com outras pessoas. A lembrança é a conservação e sobrevivência do passado, a cada escolhe e descarte, um novo quadro vai se formando, e sempre apoiado por outros indivíduos. Dessa forma a duração de uma memória coletiva de um determinado grupo, ligado à um tempo comum vivido, tende a durar até o momento em que se desfaz esse grupo, ou chega ao fim. Esse momento final também pode ser entendido através de uma análise distintiva da memória coletiva e da história oficial, onde Halbwachs (1990) afirma que:

Quando um período deixa de interessar ao período seguinte, não é um mesmo grupo que esquece uma parte de seu passado: há na realidade, dois grupos que se sucedem. (...) A história, que se coloca fora dos grupos e acima deles, não vacila em introduzir na corrente dos fatos divisões simples e cujo lugar está fixado de uma vez por todas (HALBWACHS, 1990, p.82).

O autor afirma que, ao contrário da história oficial, a memória coletiva

... é um grupo visto de dentro, e durante um período que não ultrapasse a duração média da vida humana, que lhe é, frequentemente, bem inferior. Ela apresenta ao grupo um quadro de si mesmo que, sem dúvida, se desenrola no tempo, já que se trata de seu passado, mas de tal maneira que ele se reconhece sempre dentro dessas imagens sucessivas (HALBWACHS, 1990, p.88).

Ao analisar as histórias de vida e trabalho dos ferroviários, percebeu-se que eles, e somente eles detém esses relatos, que são pontos de vista sobre a própria vida e sobre a ferrovia, relatos esses que a história oficial da ferrovia tende a camuflar, principalmente as relações sociais que existiram em seu interior. Assim como privilegiar somente indivíduos de destaques a ela ligados, a exemplo dos inúmeros engenheiros que marcaram seus nomes na história, nomeando estações e vilarejos por onde passavam os trechos de linha. Essa história oficial deixou de lado os milhares de trabalhadores que dedicaram suas vidas a ferrovia, e que foram sendo abandonados ao passo que os sistemas técnicos substituíram-se.

Para Bosi (1994, p.408) “uma memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais”. Suas bases argumentativas pautam-se em Halbwachs (1990), para o qual a memória coletiva se produz através de vários pontos de vistas de memórias individuais, envolvendo-as, “mas não se confundindo com elas”, evoluindo segundo leis próprias, “e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam recolocadas num conjunto” (HALBWACHS, 1990, p.53), ao passo que o funcionamento das memórias individuais depende de palavras e ideias emprestadas do meio externo. Assim Halbwachs (1990) completa, afirmando que:

Para que a memória dos outros venha assim a reforçar e complementar a nossa, é preciso também, dizíamos, que as lembranças desses grupos não estejam absolutamente sem relação com os eventos que constituem o meu passado (HALBWACHS, 1990, p.78).

Trazendo essa percepção para a relação da memória da ferrovia, Monastirsky (2006) argumenta que:

A memória individual contém as lembranças das coisas vividas por cada indivíduo com a ferrovia, mas contém também uma carga simbólica proveniente da propaganda pró-ferrovia e do efeito das atividades ferroviárias em todas as escalas espaciais e temporais (...). As lembranças das pessoas que viveram a ferrovia e daqueles que nela trabalharam, além de legitimar a ferrovia como um patrimônio cultural, auxiliam no fortalecimento e perpetuação da memória coletiva e possibilita o reconhecimento da cultura local e da sua participação num contexto regional e nacional. (MONASTIRSKY, 2006, p.12).

Nesse contexto, observa-se que as lembranças de pessoas que não viveram no mesmo lugar, podem se complementar e se assimilarem, quando evocam acontecimentos comuns, a exemplo das pessoas idosas entrevistadas que viveram e tiveram contato com o cotidiano da ferrovia e com os trabalhadores ferroviários no passado (Apêndice B4). Essas pessoas também fazem parte de um grupo específico, o qual adquire um suporte através de um processo de identificação de suas memórias, fazendo com que o passado dessas, torne-se comum.

Tanto esse grupo, como o grupo dos trabalhadores ferroviários, tem em comum não só a vivência na ferrovia, mas fazem parte de uma categoria discriminada – são velhos. Velhos em uma sociedade marcada por rápidas mudanças, e que não tem tempo a perder para ouvir suas histórias de vida. Contudo, Bosi (1994, p.60), argumenta que ao estudar lembranças das pessoas idosas, é possível “verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecida”. O velho ao lembrar o seu passado, não está descansando das atividades do presente, mas sim “se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da sua vida” (BOSI, 1994, p.60), num processo não só de recordar, mas de re-viver e re-fazer o suas lembranças.

Dessa forma, percebe-se que as memórias evocadas de alguns antigos trabalhadores ferroviários, leva-os a reviverem seu passado de luta e trabalho, função social essa que para Bosi (1994, p.481) é o sentido e justificação de toda uma vida. Nesse processo de reviver desperta-se um sentimento de valorização pessoal diante do interesse do indivíduo que o interroga. Valorizar essas memórias, reconhecendo-as como parte importante de um acervo maior, leva a uma valorização coletiva dessa categoria, que não é somente de operários de uma determinada empresa ou determinada época, mas da própria categoria social da velhice. Velhos esses que possuem guardadas em suas memórias, realidades vividas que a história oficial não contou, e nem vai contar.

Na pesquisa, percebeu-se que quase todos os trabalhadores ferroviários entrevistados, com idades acima de 70 anos, ingressaram na ferrovia com pouca idade, na faixa dos 14 a 17 anos e quase sempre alfabetos e sem registro, e ao passo que adquiriam experiências dentro da rede, se especializavam nas escolas técnicas, mudavam de cargos, e passavam a receber melhores salários. Percebeu-se também que grande parte dos entrevistados recebeu apoio para trabalhar na ferrovia, dos pais e de parentes próximos que já trabalhavam na rede. Quase todos os entrevistados afirmam que a cada cargo almejado para o trabalho, eles deveriam fazer treinamentos e exames, quase sempre na escola profissionalizante na cidade de Ponta Grossa. Os relatos abaixo mostram a experiência de ingresso na ferrovia:

*“A primeira vez que vi a Maria-fumaça com 6 anos, aquilo me encantou, depois disso nada mais me servia, eu só queria trabalhar na ferrovia [...] Aqui começa quase a minha vida ferroviária, porque como menino ainda, eu tinha dezesseis anos, eu comecei a trabalhar ali como garçom no restaurante da ferrovia (Entrevistado 05).*

*“A ferrovia era sempre mais fácil a colocação, eu já era filho de ferroviário (...) praticante de estação foi promovido um a conferente, e de conferente para a gerente de estação e depois fiz teste para agente comercial” (Entrevistado 02).*

*“Eu entrei com 14, mas na época a rede ela só aceitava só até pra ser registrado até quinze anos, então trabalhei sem registro, mas ganhava sabe? Depois que completei 15 anos passei diretamente pra registro foi 04 de agosto de 51 que ta na carteira. Eu fiz concurso e a gente já entrou praticando telegrafia na Rede. Primeiro a gente fazia praticagem e depois a gente aprendia todo o serviço da estação que iria fazer, aprendia a fazer o fechamento do expediente, a gente aprendia tudo, né? Então quando a gente era registrado já estava apto a assumir a estação” (Entrevistado 03).*

Esses trabalhadores têm a noção de que eram valorizados pela população moradoras das cidades margadas pela linha. Demonstam também que o trabalho era difícil, e mais ainda no início, devido à falta de experiência e ao salário baixo. Muitos desses trabalhadores passaram por diferentes cargos, e apontam alguns dos piores setores para trabalhar, tais como: Turneiro, guarda-freios, e a “turma do trecho”. Nos relatos abaixo, algumas contradições podem também ser vistas como a afirmação de que o trabalho era difícil, o salário era baixo, no início da carreira, mas muitos consideravam a ferrovia como uma “mãe”, uma família:

*“Nos primeiros degraus da classe ferroviária ganhavam muito pouco” (Entrevistado 01).*

*“O povo da linha penava, ficavam sozinhos, lanterna de querosene não tinha luz, não tinha recurso, eles penavam viu?” (Entrevistado 03).*

*“o trabalho era duro, principalmente na via permanente que é a linha do trem” (Entrevistado 05).*

*“No tempo da Rede valeu a pena trabalhar, até hoje a gente tem saudade, tem saudade da Rede porque a Rede para alguns ele foi mãe. (Entrevistado 04).*

*“O ferroviário era respeitado e tinha valor, os bancos queriam os ferroviários como clientes (...). Naquele tempo o ferroviário tinha valor tinha importância” (Entrevistado 06).*

Os trabalhadores ferroviários, sempre tiveram destaque nos discursos cotidianos da população, como sendo esse um agente fundamental na construção e manutenção da estrutura ferroviária do Paraná. Na opinião de Monastirsky (1997),

O trabalhador ferroviário destacou-se no meio social, principalmente durante a primeira metade do século XX, com as suas vantagens trabalhistas, mas, essencialmente, por representar e participar de uma organização mitificada desde a sua implantação. Com os ferroviários há toda uma gama de bens e manifestações culturais significativos como referências de grupos sociais “formadores da sociedade brasileira” (MONASTIRSKY, 1997, p.90).

Na visão da população, a categoria dos ferroviários aparece idealizada, como sujeitos diferentes dos demais:

*“eles eram diferentes, eram mais bonitos, acho que eles tinham uma vivência, hoje eles estão aqui, amanhã estão lá, e depois em outro lugar”* (Entrevistada 01- idosa).

*“O ferroviário era visto como um ganhador, bom mesmo, sabe, era excelente, e se falou que era ferroviário, todo mundo se interessava. Porquê eles ganhavam muito bem na época”* (Entrevistado 03- idoso).

*“quando se falava em ferroviário tinha uma admiração geral, um respeito de todos”* (Entrevistado 03- idoso).

Os próprios trabalhadores reconhecem a importância de seu trabalho na ferrovia, colocando-se como agentes importantes na configuração do território. O que mais se observou nas entrevistas foi o uso de expressões que remetem ao grupo, sempre no plural, demonstrando que esses trabalhadores sentiam-se parte de uma instituição maior, uma família para muitos.

*“(…) nós defendíamos muito o patrimônio ferroviário, tanto o patrimônio moral quanto a patrimônio físico* (Entrevistado 02).

*“O ferroviário ajudou a levantar as cidades, a crescer as cidades, ajudou a expandir o crescimento das lavouras, de tudo, porque nós transportávamos de tudo (...). Todo ferroviário naquela época, eu tenho certeza absoluta que trabalhava com o coração”* (Entrevistado 06).

*“Eu tenho orgulho de ter sido ferroviário (...) então tudo o que eu tenho hoje eu devo a ferrovia”* (Entrevistado 03).

Mesmo percebendo a deficiência em que se encontra o atual patrimônio cultural ferroviário, negligenciado pelo poder público, é inegável a valorização que a categoria ferroviária brasileira possui. Dessa forma, muito se questiona sobre a falta de reconhecimento do papel desempenhado por esses agentes, por parte do IPHAN, assim como a inclusão de suas histórias e memórias, como parte do acervo patrimonial ferroviário intangível. Eles trabalharam e viveram para a ferrovia.

O cenário de deficiência em que se encontram os poucos museus ferroviário pelo país, é o mesmo. E os mesmos trabalhadores ferroviários idosos, aposentados, que dedicaram a vida à ferrovia, ainda permanecem no imaginário da população, e aparecem em diferentes estudos como uma classe privilegiada, por fazer parte de uma categoria que ajudou a construir territórios, cidades, e uma parcela da história desse país. Seus relatos demonstram suas capacidades de superar desafios e perigos, seja por necessidades ou por respeito à empresa em que trabalhavam. Demonstram que adquiriram um conhecimento específico, um “saber fazer” comum somente a eles, e que através desse trabalho transformaram a ferrovia, numa das maiores empresas que o país já teve. Demonstram também que possuem uma auto valorização, compartilhada com inúmeras pessoas, estudiosos e instituições, que buscam de diversas formas valorizar suas histórias e memórias de vida e trabalho junto à ferrovia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo de desenvolver uma identidade ferroviária local através da preservação da “memória ferroviária” está longe de concretizar-se, visto que, não é por falta de acervos ou estações que essas iniciativas não se desenvolvem, mas sim pela falta de interesse do poder público e dos órgãos culturais, que trabalham com um número resumido de funcionários, tornando as atividades de pesquisa, reconhecimento, preservação e fiscalização, ações impossíveis de se concretizarem. Diante dessa realidade vão se perdendo tanto o acervo tangível, como um acervo não é reconhecido pelo IPHAN, feito de histórias e memórias de uma população que teve suas vidas ligadas a ferrovia, sejam elas

usuários do transporte ferroviário ou uma classe de trabalhadores que trabalhou, desenvolveu um “saber fazer” específico, e adotou a ferrovia como uma família. A vivência na ferrovia desses agentes, representada por fotografias, documentos, utensílios pessoais, e por seus relatos, podem completar o acervo imaterial, vindo a fazer parte de museus ferroviários, colaborando com a difusão da “memória ferroviária” e com o desenvolvimento das identidades locais.

## REFERÊNCIAS

BOSI, E. **Memória e sociedade - lembranças de velhos**. 3ªed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BRASIL: Lei 11.483 de 31 de maio de 2007. Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências. Brasília, 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11483.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11483.htm)>. Acessado em: Abril de 2012.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: ed. Vértice, 1990.

IPHAN. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acessado em: agosto de 2010).

KROURY, Y. A. *Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história*. In: FENELON, D. R. et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2000.

MONASTIRSKY, L. B. **Cidade e Ferrovia: a mitificação do pátio central da RFFSA em Ponta Grossa**. 1997, 190 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Centro de Ciências Humanas e Filosofia) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

\_\_\_\_\_. **Ferrovia: patrimônio cultural estudo sobre a ferrovia brasileira a partir da região dos campos gerais (P.)**, 2006, 190 f. Tese (Doutorado em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MOREIRA, M. F. S. **Ferrovianos, Trabalho e Poder**. São Paulo: UNESP, 2008.

PETUBA, R. Ser trabalhador ferroviário na cidade de Ponta Grossa: escutando outras falas, desvendando outras memórias (1940-2000). Revista de História e estudos culturais. Vol. 2, Ano II, nº 2, Abril/Maio/Junho de 2005.

ZAMBELLO, M. H. **Ferrovia e memória: estudo sobre o trabalho e a categoria dos antigos ferroviários da Vila Industrial de Campinas, 2005, 367 f**. Dissertação (Mestrado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. **A MEMÓRIA FERROVIÁRIA: luta e identidade operárias**. Anais do 33º encontro do Ceru04. pmd 6/10/2009. Disponível em: <[http://www.fflch.usp.br/ceru/anais/anais2008\\_2\\_ceru04.pdf](http://www.fflch.usp.br/ceru/anais/anais2008_2_ceru04.pdf)>. Acessado em: 11/08/2010.



## Tradição reembalada como espetáculo: reinvenção do ritual do Pelznickel em Guabiruba-SC

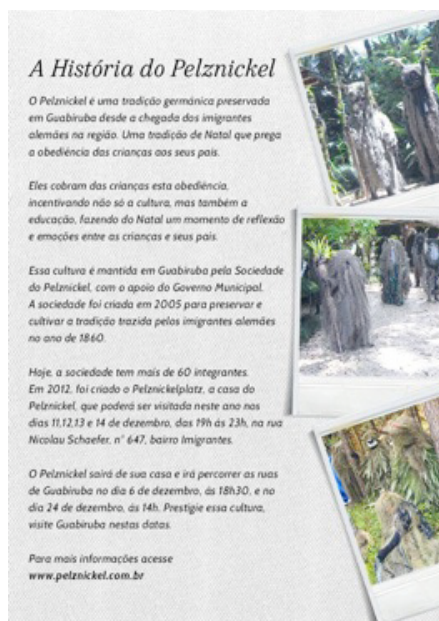
ÁLISSON SOUSA CASTRO<sup>1</sup>  
ILANIL COELHO<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho é parte da pesquisa “Se correr o bicho pega, se ficar o bicho leva: percursos históricos, usos e sentidos atribuídos ao Pelznickel em Guabiruba” que tem por objetivo compreender os percursos históricos da personagem Pelznickel e os usos e sentidos atribuídos pelos moradores praticantes de Guabiruba – SC a esse personagem a partir de 2005. Neste trabalho busca-se compreender de que forma um grupo se apropria de uma prática cultural e como este engajamento com um desejo de resgate acaba por espetacularizar um ritual tradicional. A reflexão tem como base o levantamento, análise e discussão de bibliografia, notícias, legislação e informações sobre o ritual do Pelznickel. Como resultado verificamos que o desejo de resgate do Pelznickel acaba por espetacularizá-lo.

**PALAVRAS-CHAVE:** patrimônio cultural; memória social; tradição; políticas públicas

Na divulgação da programação da celebração de Natal do município de Guabiruba-SC é afirmado não se tratar o Pelznickel apenas de “uma tradição germânica<sup>3</sup> cultivada em Guabiruba” (PELZNICKEL, 2012), mas também de uma tradição “mantida em Guabiruba pela Sociedade do Pelznickel, com o apoio do Governo Municipal”(PELZNICKEL, 2012)<sup>4</sup>. Isto sugere que a inclusão dos rituais promovidos pela Sociedade do Pelznickel no calendário oficial das comemoração de Natal de Guabiruba seria uma das formas da Prefeitura autenticar esta tradição e vendê-la como ação governamental.

Ilustração 1 – História do Pelznickel. Panfleto lançado pela Prefeitura de Guabiruba relatando a história do Pelznickel. Fonte: Prefeitura de Guabiruba.



<sup>1</sup> Mestrando em Patrimônio Cultural e Sociedade (Univille). Bolsita Prosup/Capes. Integrante do Grupo de Pesquisa Cidade, Cultura e Diferença (Univille). Historiador da Fundação Cultural de Brusque, [historiador@fcbrusque.sc.gov.br](mailto:historiador@fcbrusque.sc.gov.br)

<sup>2</sup> Doutora em História Cultural (UFSC). Professora do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade (Univille), Líder do Grupo de Pesquisa Cidade, Cultura e Diferença (Univille), [ilanil@uol.com.br](mailto:ilanil@uol.com.br)

<sup>3</sup> Os adjetivos germânico e alemão são tomados como sinônimos pelas fontes. Ressaltamos que o início do processo de colonização na Colônia Itajahy-Brusque ocorrera em 1860, portanto, onze anos antes do processo de unificação do Estado-nação alemão, que mesmo depois da unificação sofrera diversas modificações territoriais. Ademais, o adjetivo germânico se refere a populações de regiões que estão em territórios nacionais como Países Baixos, Dinamarca, Norte da Alemanha, etc; enquanto alemanos aos atuais territórios da Suíça, Sul da Alemanha e Áustria.

<sup>4</sup> A partir de 1862 chegaram os primeiros colonos ao território do atual município de Guabiruba, que fazia parte da então Colônia Itajahy-Brusque (CABRAL, 1958, p. 259).

A Ilustração 1 foi divulgada pela Prefeitura de Guabiruba através de seu site institucional e também de seu perfil na rede social Facebook no dia 10 de dezembro de 2013 (GUABIRUBA, 2013c). A mensagem vincula o ritual do Pelznickel ao início do processo imigratório no município, revestindo a prática de caráter educacional. Além disso, explicita que é a Sociedade quem mantém o ritual e que desde 2012, além de visitarem a cidade nos dias 6 e 24, eles também poderiam receber visitas em sua casa (Pelznickelplatz). Seria esta sugestão de visita um indicativo do interesse da Prefeitura de Guabiruba em turistificar o Pelznickel? Mas como surgiu esta Sociedade? Por que quando se fala em Pelznickel, ela surge como promotora dos rituais?

A ideia de fundar a Sociedade do Pelznickel teria se manifestado em 6 de dezembro de 2005, quando Fabiano Siegel compartilhou sua preocupação com Ivan Elias Fischer sobre o desfile do dia 24 de dezembro daquele ano, com receio de que estivesse sozinho a encenar o Pelznickel, pois Fischer se vestia de Papai Noel vermelho (SIEGEL, 2014). Neste primeiro ano a passagem do Pelznickel acompanhado pelo Papai Noel vermelho ocorreu nas ruas Oscar Schumacher e São Pedro (SIEGEL, 2014).

Em 2006 o trajeto foi o mesmo, porém o número de Pelznickel subiu de um para cinco (SIEGEL, 2014). No ano de 2007 houve o ingresso dos Pelznickel da Guabiruba do Sul na Sociedade (SIEGEL, 2014). No ano de 2008 desfilaram em Blumenau, o que se repetiu em 2009, quando começaram também a desfilar anualmente em Brusque – contando agora com São Nicolau (SIEGEL, 2014). Em 2010 participaram do desfile em comemoração aos 150 anos de imigração badense no dia 7 de novembro (SIEGEL, 2014). Em 2011 desfilaram pelos principais bairros do município e em Brusque. No ano de 2012, além dos desfiles, a Sociedade empenhou-se também na realização do Pelznickelplatz, a “casa do Pelznickel” (SIEGEL, 2014).

Embora tenha sido idealizada no fim de 2005, a Sociedade do Pelznickel teve seus atos constitutivos aprovados somente em 19 de julho de 2013, quando realizou uma Assembleia Geral. De acordo com o Estatuto Social, ela “é uma entidade civil filantrópica, sem fins lucrativos [...] sendo de duração indeterminada” (ESTATUTO, 2013, p. 1). Em seu estatuto, foram traçados objetivos bem mais amplos do que aquele relativo ao ritual que envolve a personagem, vejamos:

- I – Incentivar e promover a cultura e a arte em geral
- II – Promover encontros recreativos de natureza cultural.
- III – Oportunizar o aperfeiçoamento da capacidade artística, de natureza individual ou coletiva.
- IV – Preservar as tradições natalinas. (ESTATUTO, 2013, p. 1)

É curioso que somente o último item faça alguma menção específica à celebração de Natal, embora os itens II e III suscitem que a entidade tenha também como objetivo atuar com o ritual do Pelznickel e aperfeiçoá-lo em seu modo de fazer. Além disso, o primeiro objetivo sugere uma abrangência maior de atuação da Sociedade do que o ritual do qual ele é peça fundamental na celebração natalina de Guabiruba.

No site da Sociedade do Pelznickel é possível ver o contato da diretoria, a nominata dos integrantes e a agenda de apresentações em 2013 - que incluía, além dos desfiles divulgados pela Prefeitura de Guabiruba, participação em municípios vizinhos como Pomerode em 30 de novembro de 2013 e Brusque em 1 de dezembro de 2013. Também há fotos de apresentações, bem como vídeos de notícias sobre o Pelznickel na mídia local (RBS TV).

Após a aprovação do Estatuto Social, foi requerido o registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, da Receita Federal, nascendo, portanto, a Sociedade do Pelznickel enquanto pessoa jurídica após cinco anos de informalidade. A constituição da Sociedade enquanto pessoa jurídica sugere uma adequação ao movimento iniciado pelo poder público quanto ao financiamento de atividades e bens culturais. Mas, como a Sociedade acessava recursos públicos antes? Quais foram estas mudanças promovidas pelo poder público municipal de Guabiruba e como isto impactou para que a Sociedade pudesse obter recursos?

De acordo com informações colhidas no site “Leis Municipais”<sup>5</sup>, no ano de 2009 o executivo municipal destinou a quantia de R\$ 2.000,00 para o evento cultural denominado “Sociedade do

<sup>5</sup> O endereço é ([www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br)). Acesso em 14 de fev. de 2014.

Pelznickel”(GUABIRUBA, 2009). Em 2010 o valor do repasse à AACSP destinado à Sociedade do Pelznickel subiu para R\$ 2.500,00 (GUABIRUBA, 2010a). Porém, neste mesmo ano houve uma sinalização de que haveria mudanças na legislação municipal relativa às políticas culturais no município. Em julho de 2010 foi criado o Sistema Municipal de Cultura “com a finalidade de estimular o desenvolvimento municipal com pleno exercício dos direitos culturais, promovendo a economia da cultura e o aprimoramento artístico-cultural no município de Guabiruba” (GUABIRUBA, 2010b).

As mudanças relativas às políticas públicas de acesso a recursos financeiros para a viabilização de projetos culturais repercutiram no ano seguinte, sendo que em meados de 2011 houve uma proposta de mudança<sup>6</sup> na forma de obtenção de recursos para o financiamento de projetos e atividades culturais por parte da Diretoria Municipal de Cultura da Prefeitura de Guabiruba. A pontuação máxima que um projeto poderia atingir seria 40 pontos. O projeto “Pelznickel”, encaminhado por Fabiano Siegel, atual vice-presidente da Sociedade do Pelznickel, foi o único contemplado na modalidade “folclore e línguas mães”, alcançando 34 pontos (GUABIRUBA, 2011d).

Dando continuidade às mudanças na política cultural do município, no fim do mesmo ano o município instituiu de uma só vez a Fundação Cultural, o Conselho Municipal de Cultura e o Fundo Municipal de Cultura (GUABIRUBA, 2011c). Desta forma, a partir de 2012 os recursos que viabilizam a Sociedade do Pelznickel e suas ações não deveriam mais ser concedidos diretamente pelo Executivo Municipal, mas sim disputados daquele recurso disponível no Fundo Municipal de Cultura. Muito embora a Fundação Cultural de Guabiruba tivesse sido criada em lei no fim de 2011 e já tivesse a experiência de um edital de apoio a cultura com R\$ 50.000,00 destinados a dez projetos culturais naquele ano – dentre os quais foi aprovado um recurso para a Sociedade do Pelznickel pleiteado por Fabiano Siegel (GUABIRUBA, 2011d)-, no ano seguinte não houve notícia de edital de Fundo Municipal de Apoio à Cultura. Na busca por informações sobre recursos destinados à Sociedade do Pelznickel, encontramos na descrição de um serviço de sonorização cuja nota fora emitida em 14 dez. 2012, uma menção ao Pelznickelplatz, evento organizado pela primeira vez naquele ano.

Durante a realização do segundo Fórum Municipal de Cultura de Guabiruba, em agosto 2013 (GUABIRUBA, 2013a), foi deliberada a ocupação de vagas nos segmentos do Conselho Municipal de Cultura e definidas as diretrizes para a política cultural no município. Na reunião do Conselho Municipal de Cultura de 19 de agosto de 2013, o primeiro ponto da ordem do dia assinalava a deliberação dos recursos do fundo municipal de cultura. Nesta reunião o presidente do conselho “Sidinei Ernane Baron [...] iniciou com as diretrizes levantadas pelo Fórum Municipal de Cultura e a partir dessas diretrizes foram escolhidas as ações e aquisições para cada segmento cultural, por meio do recurso do Fundo Municipal de Cultura” (GUABIRUBA, 2013b). A Sociedade do Pelznickel conseguiu nesta reunião a destinação de R\$ 13.000,00 (GUABIRUBA, 2013b) em recursos financeiros no segmento Folclore e Línguas, dando um salto na obtenção de recursos em relação aos R\$ 2.000,00 destinados em 2009, R\$ 2.500,00 em 2010, R\$ 5.000,00 em 2011 e R\$ 3.000,00 em 2012. Após a deliberação dos recursos, foram apresentados os novos titulares e suplentes no conselho, relativos a cada segmento da sociedade civil e também governamentais, contando a Sociedade do Pelznickel com dois titulares no Conselho<sup>7</sup>.

Desta forma, de 2009 para 2013 houve uma mudança significativa na forma de financiamento cultural no município de Guabiruba. Esta mudança teve impacto na obtenção de recursos por parte da Sociedade do Pelznickel, implicando que ela não mais pleiteasse de maneira direta os recursos ao Poder Público Municipal (2009-2010), mas que disputasse os recursos com os demais produtores (2011), o que segundo previa a lei era para ser feito via Fundo Municipal de Apoio a Cultura. Estranhamente, embora tenha sido criada a lei, ainda em 2012 houve um empenho direto a uma empresa que prestou serviço no Pelznickelplatz e no ano de 2013 houve a destinação de recurso direto por deliberação do

<sup>6</sup> Neste ano, foi aprovada a destinação de R\$ 50.000,00 para financiamento de Projetos Culturais previamente aprovados em concurso, valores que não ultrapassaram o montante de R\$ 5.000,00 cada (GUABIRUBA, 2011a). Este edital foi a primeira tentativa de disciplinar a concessão de “recursos financeiros para a execução de projetos de produção e circulação artística durante o ano” (GUABIRUBA, 2011b).

<sup>7</sup> Adailton Klann como representante titular do segmento de “Folclore e Línguas” e Fabiano Siegel como representante titular do segmento de “História e Preservação”, ambos da sociedade civil. A ata sugere que a ocupação da vaga titular do segmento Folclore e Línguas por Klann deu-se somente após a aprovação do recurso para a Sociedade realizar o Pelznickelplatz, não tendo, portanto, este membro deliberado sobre este recurso. Porém, Siegel já era membro do Conselho, porém no segmento História e Preservação (GUABIRUBA, 2013b).

Conselho Municipal de Cultura pelo segmento Folclore e e Línguas. Desta forma, embora aprovada, até o recorte temporal deste trabalho que é 2013, a lei não saiu do papel<sup>8</sup>.

Retornando ao site da Sociedade, há um histórico onde consta que ela fora criada “para preservar, cultivar e ativar esta cultura centenária trazida por nossos imigrantes Europeus”(SOCIEDADE, 2014), nascendo a partir “de um grupo de amigos com o objetivo de resgatar a tradição”(KLANN apud MACHADO, 2008; CERBARO, 2009) e “despertar o interesse dos mais jovens em manter esta tradição, sempre com responsabilidade” (SIEGEL e FISCHER apud MACHADO, 2010). Mas, é possível resgatar uma tradição? Afinal, o que é tradição? De que forma tradição se relaciona ao patrimônio imaterial?

Ao propor que os museus considerem a identidade como objeto de análise crítica e compreensão histórica ao invés de fins ideológicos (MENESES, 1993, p. 308), o museólogo brasileiro Ulpiano de Meneses afirma que no contexto dos museus, “a identidade não é uma essência, um referencial fixo, apriorístico, cuja existência seja automática e anterior às sociedades e grupos – que apenas as receberiam já prontos do passado” (MENESES, 1993, p. 210). Desta forma, a identidade deve ser compreendida como processual, pois

Muitas vezes, tal expressão apenas mascara o fenômeno da mudança sociocultural. Da mesma forma, ‘resgatar a identidade’ é objetivo impossível de atingir. Como recuperar algo que não é estático, não tem contorno definitivo, pronto e acabado, disponível para sempre? Com efeito, não só a identidade é um processo incessante de construção/reconstrução, como também ganha sentido e expressão nos momentos de tensão e ruptura – precisamente quando se aguça a percepção da diferença e sua presença se faz mais necessária. Assim, não existe identidade em abstrato. A identidade só pode ser identificada ‘em situação’ (MENESES, 1993, p. 210).

Esta crítica ao desejo de resgate identitário serve para analisar a ideia da Sociedade do Pelznickel com relação à sua ambição de resgatar a tradição do Pelznickel, o que sugere que ela tivesse sido congelada no tempo quando caiu em desuso em várias localidades para ser resgatada pela Sociedade. Uma tradição pode ser imutável?

Ao estudar como as tradições surgiram e se estabeleceram, o historiador britânico Eric John Ernest Hobsbawm sugere que “muitas vezes, ‘tradições’ que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não são inventadas” (HOBSBAWM, 1997, p. 9). Para ele, o termo “tradição inventada” inclui as tradições “realmente inventadas [...] quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar” (HOBSBAWM, 1997, p. 9). Para ele, estas tradições inventadas se referem a um “conjunto de práticas [...] de natureza ritual ou simbólica, [que] visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado” (HOBSBAWM, 1997, p. 9).

Hobsbawm afirma que “o objetivo e a característica das ‘tradições’ [...] é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas [...] tais como a repetição” (1997, p. 10). Desta forma, a Sociedade até poderia desejar resgatar uma tradição, porém, ela própria não a manteve invariável conforme postula Hobsbawm, pois a própria realização do desfile a partir de 2005 e sua evolução até 2013, além da criação do Pelznickelplatz em 2012, sugerem que esta prática enunciada por seus praticantes como tradição não é imutável e estática.

Apesar dessa concepção de tradição enquanto algo invariável, Hobsbawm sugere que o costume “não impede as inovações e pode mudar até certo ponto” (1997, p. 10). Estas inovações do costumes “inevitavelmente modifica[m] a ‘tradição’ à qual ele geralmente está associado” (1997, p. 10). Ainda, segundo ele, “a invenção das tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição” (1997, p. 12). Em suma, Hobsbawm é ambíguo ao tratar do caráter imutável da tradição: ao mesmo tempo em que se refere a ela como invariável e repetitiva (1997, p. 10), por outro lado sugere que o declínio do costume pode modificá-la e que é possível que novas tradições possam ter surgido da incapacidade de utilizar ou adaptar tradições velhas, assim como pode ter havido adaptações de velhas tradições (1997, p. 13).

<sup>8</sup> Embora extrapole o recorte temporal proposto por este estudo - qual seja entre 2005 e 2013 -, no ano de 2014 foi finalmente lançado o Edital do Fundo Municipal de Apoio à Cultura de Guabiruba “Nivaldo Kormann” com previsão de R\$ 39.000,00 para projetos até o valor de R\$ 7.800,00. Segundo a notícia colhida no site da Prefeitura de Guabiruba, entre os anos de 1978 e 1980 o homenageado encenava o Pelznickel no município (GUABIRUBA, 2014).

Por sua vez, o sociólogo britânico Anthony Giddens, por ocasião de uma obra fruto do ataque a um “ambicioso conjunto de temas sobre o estado do mundo no final do século [XX]”, empreendido durante as Conferências Reith da British Broadcasting Corporation<sup>9</sup> para o ano de 1999 (2007, p. 9), sugere categoricamente que todas as tradições são inventadas (2007, p. 50). Ao contrário da ambiguidade apresentada por Hobsbawm sobre a mutabilidade da tradição, Giddens é enfático: “as tradições evoluem ao longo do tempo, mas podem também ser alteradas ou transformadas de maneira bastante repentina. Se posso me expressar assim, elas são inventadas e reinventadas” (2007, p. 51). Mas, em que medida elas evoluem ou são alteradas ao longo do tempo?

O antropólogo alemão Christoph Wulf, ao estudar a importância do aprendizado mimético no mundo globalizado, nos ajuda a avançar na proposição do caráter mutável das tradições de Giddens. Para Wulf, nestes rituais, é central a ideia de que os processos miméticos levam a uma “imitação criativa”, na qual “a imagem original que é usada para conduzir o processo criativo gradualmente se dissolve na obra [...] que assim emerge em um medium que é criado, em um medium diferente da imagem na imaginação”. A criação de imagens envolve, portanto, a transformação da imagem original percebida em um medium (WULF, 2013, p. 48-50). Portanto, é a mimese que permitiria à tradição sua continuidade, mas com um caráter sempre mutável. Desta forma,

A cultura é transmitida através desse processo de incorporação e atribuição de sentido de produtos culturais. A habilidade mimética de transformar o mundo material externo em imagens, transferindo-as para nosso mundo interior de imagens e tornando-as acessíveis para outros permitem aos indivíduos a formação ativa de realidades culturais. [...] Esse processo envolve [...] também [...] relações sociais e formas de atividade e o modo como a vida social é encenada e executada. (WULF, 2013, p. 53-54)

É isto que “cria um dinamismo cultural entre gerações e culturas que constantemente dão origem a coisas novas”, permitindo, portanto, que a tradição do Pelznickel seja aceitável e entendida como processual e mutável (WULF, 2013, p. 54). Sem esta reinvenção, a tradição do Pelznickel estaria em desacordo não só com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), constituindo-se em um crime ao surrar as crianças, mas também com os parâmetros da Convenção da Unesco (2003), da qual o Brasil é signatário, na medida em que seu Art. 2º prevê que seja contemplado apenas o PCI “que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável” (UNESCO, 2003).

Deste modo é importante ressaltar que as ações miméticas não são meras reproduções, pois elas pressupõe um processo de criação, pois “no ‘adaptar-se e tornar-se similar’ a situações experimentadas anteriormente e a mundos que ostentam as marcas da cultura da qual eles fazem parte, os sujeitos adquirem as competências necessárias para se comportar apropriadamente em certas situações” (WULF, 2013, p. 59). Ou seja, por mais que contemporaneamente um grupo pretenda resgatar uma tradição tal qual ocorria na década de 1970, eles o fazem de modo a adaptar esta tradição imaginada por eles a um contexto contemporâneo.

Wulf defende ainda que “ao imitar os gestos e se aproximar deles, a pessoa que está se comportando mimeticamente adquire a competência de projetar e empregar gestos cenicamente e modificá-los para que se adequem às circunstâncias” (WULF, 2013, p. 135). Portanto, se as crianças que assistem e participam do ritual do Pelznickel aprendem mimeticamente o que fazer em sua presença e, mais tarde, quando adultos, como se portar como um Pelznickel, isto requer um conhecimento prático, que, sendo necessário

para as ações sociais não é somente histórico e cultural, mas também corporal e lúdico; ele é formado em situações práticas e não é semanticamente inequívoco; ele tem componentes do imaginário e não pode ser reduzido à intencionalidade, ele incorpora um excesso de significado e pode ser visto em encenações sociais e performances da religião, da política e da vida cotidiana (WULF, 2013, p. 61-62).

<sup>9</sup> As Conferências Reith (Reith Lectures, no original em inglês) foram iniciadas em 1948 para marcar a histórica contribuição feita ao serviço público de radiodifusão pelo Sr. John Reith, o primeiro diretor geral da corporação. Reith propôs que a rádio deveria servir como um serviço público que enriquecesse a vida intelectual e cultural da nação. Dentro deste espírito, a BBC convida todos os anos uma figura de destaque para uma série de conferências pelo rádio com o objetivo de fazer avançar a compreensão do público sobre as questões importantes de interesse contemporâneo (BBC, 2014).

Estas performances envolvem corpo e alma. No caso específico do Pelznickel, enquanto PCI, o corpo se materializa em carne e osso; e a alma é toda a bagagem cultural que a criança desenvolve em sua infância, principalmente a partir das advertências dos adultos em relação ao Pelznickel, que se materializam em corpo durante o Natal.

Desta forma, Giddens avança em sua análise, para além do pioneirismo de Hobsbawm, ao afirmar que “as características distintivas da tradição são o ritual e a repetição”, e não sua persistência ao longo do tempo (2007, p. 51). Além disso, a tradição “define um tipo de verdade, [pois] uma pessoa que segue uma prática tradicional não cogita alternativas” (2007, p. 52). Isto não parece estar presente no caso do Pelznickel, uma vez que os praticantes não acreditam realmente que os Pelznickel existam, tal como uma criança possa imaginar (FISCHER apud BRUGNAGO, 2011). Por fim, Giddens sugere que no nosso mundo em descontrole as tradições são vividas cada vez menos de maneira tradicional – isto é, defendendo “as atividades tradicionais por meio de seu próprio ritual e simbolismo – [de modo a] defender a tradição por meio de suas pretensões internas à verdade” (2007, p. 53), desta forma, o Pelznickel seria uma herança esvaziada de seu conteúdo para fins de comercialização, sendo “reemalada como espetáculo” (2007, p. 54).

Podemos relacionar esta tradição reemalada como espetáculo de Giddens com a intervenção política do teórico e crítico francês Guy Debord para avançarmos na compreensão do Pelznickel enquanto tradição. O livro de Debord, *A Sociedade do Espetáculo*, lançado em 1967, serviu como fundamento para o movimento estudantil de Maio de 1968 na França. Nele Debord afirma que “tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação” (1997, p. 13). Com isso, “o espetáculo não é [somente] um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (1997, p. 14). Debord se apropria do conceito marxista de fetichismo da mercadoria – que considera que as pessoas perderam a noção do processo de produção da mercadoria, que aqui relacionamos ao conhecimento prático do ritual, descrito por Wulf. Porém, Debord aplica o fetichismo às relações sociais na medida em que

Não é possível fazer uma oposição abstrata entre o espetáculo e a atividade social efetiva: esse desdobramento também é desdobrado. O espetáculo que inverte o real é efetivamente um produto. Ao mesmo tempo, a realidade vivida é materialmente invadida pela contemplação do espetáculo e retoma em si a ordem espetacular à qual adere de forma positiva. A realidade objetiva está presente dos dois lados. Assim estabelecida, cada noção só se fundamenta em sua passagem para o oposto: a realidade surge no espetáculo, e o espetáculo é real. Essa alienação recíproca é a essência e a base da sociedade existente (DEBORD, 1997, p. 15).

Para além do grupo de migrantes recentes na região do Vale do Itajaí-Mirim que tomam por estranha esta tradição do Pelznickel, quando ela é reinventada e reemalada como espetáculo, ocorreria uma alienação do conhecimento prático desse bem cultural por parte daqueles que detinham esse conhecimento ritual, mas que foi reinventado e passaria a constituir monopólio da Sociedade do Pelznickel?

Se entendermos que a comunidade que não se engajou na Sociedade fora alienada, poderíamos entendê-la de acordo com Debord: “a verdade [da tradição] é um momento do que é falso” (DEBORD, 1997, p. 16) e isto ocorre não só pela imagem em si. Debord postula que a primeira fase da dominação econômica do homem assinalaria a degradação do ser para o ter, deslizando no espetáculo para o parecer, de que todo “ter” deveria extrair seu prestígio e sua função. Com isso, “quando o mundo real se transforma em simples imagens, as simples imagens tornam-se seres reais e motivações eficientes de um comportamento hipnótico” (1997, p. 18).

Ao manifestar um comportamento hipnótico, aqueles que partilhavam da tradição do Pelznickel, com sua reinvenção por um grupo que passou a deter o seu monopólio, se limitam a contemplá-lo, a consumi-lo, a tomar desejos por necessidades. Desta forma, o Pelznickel vira mercadoria, tal qual sugerido por Giddens. Podemos entender que a espetacularização do Pelznickel acabaria por aliená-lo enquanto tradição, pois seu valor de exposição seria exacerbado por meio dos desfiles e do Pelznickelplatz, tendo a Sociedade do Pelznickel trabalhado também no sentido de guardar seu valor de culto, na sua exposição restrita à celebração de Natal<sup>10</sup>?

<sup>10</sup> Conforme calendário de desfiles disponível no site da Sociedade do Pelznickel, disponível em <[www.pelznickel.com.br](http://www.pelznickel.com.br)>.

Para além dessa alienação do conhecimento prático, o jornalista e filósofo Juremir Machado da Silva entende que a época em que cada indivíduo abdicava de seu protagonismo para se tornar um espectador acabou. Para ele, vivemos no hiperespetáculo, onde se considera agora a contemplação “de si mesmo em um outro, em princípio, plenamente alcançável, semelhante ou igual ao contemplador” (SILVA, 2007, p. 31).

Se o espetáculo era uma imagem do mundo, o hiperespetáculo é uma imagem de si mesmo (SILVA, 2007, p. 32). O espetáculo imaginava um outro mundo possível, um antiespetáculo. Enquanto “o hiperespetáculo entroniza a visibilidade. Tudo é simbólico, tudo é imaginário. Nada há por trás da imagem, nenhum truque a desvendar [...] Nada há para ser demonstrado. Somente para ser mostrado” (SILVA, 2007, p. 34).

Por fim, esta ideia de hiperespetáculo parece nos ajudar a compreender o porquê do Pelznickel ser enunciado enquanto tradição. Se a tradição fosse vivida enquanto verdade conforme assinala Giddens, não haveria a necessidade de usar este termo para defini-la enquanto tal. Além disso não seria a reação das visitantes do Pelznickelplatz da Figura 6 seria muito diferente? Enquanto hiperespetáculo, a tradição tem de ser demonstrada enquanto tal, as pessoas não mais se limitam a ter medo do Pelznickel mas tem de tirar uma foto do Pelznickel para mostrar a outras pessoas, algumas até simulando medo.

Neste sentido, ao observar algumas modalidades de passagem de formas individuais da memória e identidade às formas coletivas, o antropólogo francês Joël Candau denominou de “iconorreia contemporânea” a densificação da memória icônica (CANDAU, 2012, p. 116). Segundo sua análise esta iconorreia mata a imagem e torna mais difícil sua transmissão pois ela “torna impossível a abstração da coisa representante, necessária para aceder à coisa representada: o signo é tão massivamente presente que não pode estar simultaneamente ausente” (CANDAU, 2012, p. 116). Desta forma, a espetacularização do Pelznickel não contribuiria para a sua transmissão, mas pelo que indica a pesquisa, serviu para empoderar o grupo que formou a Sociedade do Pelznickel.

Ao tratar da reprodução e da invenção da tradição, Candau assinala que aquilo que denominamos como tradição própria a um grupo é a combinação entre transmissão protomemorial e memorial que interagem uma sobre a outra [...] Para viver e não apenas sobreviver, para ser transmitida e, sobretudo, recebida pelas consciências individuais ‘em inter-relação, em conexão de papéis, em complemento de funções, essa combinação deve estar de acordo com o presente de onde obtém sua significação (CANDAU, 2012, p. 121).

À transmissão protomemorial e memorial, Candau se refere tanto “a transmissão protomemorial [que] se faz sem pensar, age sobre os indivíduos de maneira involuntária, advém da imersão na sociedade, desde a primeira infância [como um conhecimento prático]” (CANDAU, 2012, p. 119); quanto daquela que mesmo influenciada pela primeira, se refere à transmissão de “uma memória de recordação ou reconhecimento” (CANDAU, 2012, p. 22;120). Assim, a significação do presente que forma a tradição se baseia “na escolha dos acontecimentos destacados [...] [onde] é preciso observar o trabalho de construção da identidade que vai se fundar sobre os memoranda, quer dizer, as coisas ‘dignas de entrar na memória.’” (CANDAU, 2012, p. 94).

Desta forma, para além de monopolizar a prática ou aliená-la do restante da comunidade, a Sociedade do Pelznickel se engaja politicamente (memoranda) no desejo de resgate de uma prática ritual. Ocorre que nesse processo de resgate de um ritual ela acaba por reinventar esta tradição de acordo com as contingências contemporâneas que implicam em destradicionalizar a prática uma vez que a ressignifica enquanto ritual espetacularizado, além de se adaptar a exigências legais contemporâneas como a proibição de bater em crianças.

## REFERÊNCIAS

BBC (Reino Unido) (Ed.). About The Reith Lectures. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/programmes/b00729d9/features/about>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em 20 de out. de 2013.

BRUGNAGO, Pamyle. Onde vivem os monstros. In: Jornal de Santa Catarina, Blumenau, 24 dez. 2011, ed. N° 12449. Disponível em <<http://www.clicrbs.com.br/jsc/sc/imprensa/4,1147,3604715,18627>>. Acesso em 18 de out. De 2012.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Brusque: Subsídios para a história de uma colônia nos tempos do Império. Brusque: Sociedade Amigos de Brusque, 1958.

CANDAU, Jöel. Memória e identidade. Tradução Maria Leticia Ferreira. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

DEBORD, Guy. A Sociedade do Espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ESTATUTO Social – Sociedade do Pelznickel. Assembleia Geral Extraordinária. 19 de julho de 2013.  
GIDDENS, Anthony. Mundo em descontrolado. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GUABIRUBA. Lei nº 1185 de 04 de dez. de 2009. Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação Artística Cultural São Pedro, para o fim que especifica.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1223 de 03 de dezembro 2010a. Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação Artística Cultural São Pedro, para o fim que especifica.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1.211 de 12 de julho de 2010b. Dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Cultura e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1.243 de 06 de maio de 2011a. Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder auxílio monetário para financiamento de Projetos Culturais previamente aprovados em edital de concurso de apoio á cultura.

\_\_\_\_\_. Edital de Concurso Numero 001 de 2011b. I Edital de Apoio Municipal à Cultura. Guabiruba, 12 de abril de 2011. 5 p.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1.300 de 22 de dezembro de 2011c. Cria a Fundação Cultural de Guabiruba e o Fundo Municipal de Cultura, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Projetos contemplados I Edital de apoio á cultura de Guabiruba. 2011d.

\_\_\_\_\_. Salão Cristo Rei - Rua 10 de junho, s/n, Centro – Guabiruba-SC. Ata do II Fórum Municipal de Guabiruba, realizado em 18 de ago. de 2013a. Documento digital. p. 1.

\_\_\_\_\_. Fundação Cultural de Guabiruba. Ata do Conselho Municipal de Cultura de Guabiruba – Reunião Extraordinária, realizada em 19 de ago. de 2013b. Documento digital. p. 2.

\_\_\_\_\_. PREFEITURA DE GUABIRUBA. (Ed.). A História do Pelznickel. 2013c. Publicado no perfil oficial da Prefeitura de Guabiruba no Facebook no dia 10 de dezembro de 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=230194150488998&set=a.206070919567988.1073741829.197525917089155&type=1&theater;>>. Acesso em: 2 maio 2014.

\_\_\_\_\_. PREFEITURA MUNICIPAL DE GUABIRUBA. (Ed.). Guabiruba lança Edital do Fundo Municipal de Cultura Nivaldo Kormann. Disponível em: <<http://www.guabiruba.sc.gov.br/noticias/index/ver/codMapaltem/4487/codNoticia/47112#.U2AIGISJBys>>. Acesso em: 1 abr. 2014.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.



MACHADO, Carina. Cultura de Natal – Pelznickel: tradição que emociona e assusta. O Município, Brusque, 2 dez. 2010, pp. 8B-9B.

MACHADO, Thaysé Helena. Não se comportou? Pelznickel vai te pegar! O Município, Brusque, 8 dez. 2008. p. 5.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). Anais do Museu Paulista História e Cultura Material, São Paulo, n. 1, p. 207-222, 1993.

PELZNIKKEL Platz abre para visitação. O Município, Brusque, 14 dez. 2012. p. 32A.

SIEGEL, Fabiano. RE: Desfiles [Internet]. Mensagem para:  lisson Castro. 22 abr. 2014 [citado em 6 ago. 2014]. 2014.

SILVA, Juremir Machado da. Depois do espetáculo (reflexões sobre a tese 4 de Guy Debord). In: GUTFREIND, Cristiane Freitas; SILVA, Juremir Machado da. (Orgs.) Guy Debord: antes e depois do espetáculo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. pp. 31-42.

SOCIEDADE do Pelznickel. Online. 2014. Disponível em: <www.pelznickel.com.br>. Acesso em: 20 jan. 2014.

UNESCO. Conven o para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Paris, 17 de outubro de 2003. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=515>

WULF, Christoph. Homo pictor: imagina o, ritual e aprendizado mimético no mundo globalizado. Tradu o Vinicius Spricigo. São Paulo: Hedra, 2013.

## Programação para divulgação

III Workshop Catarinense de Indicação Geográfica

II Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural

**Local:** Anfiteatro da Biblioteca Central da Univille

**Endereço:** Rua Paulo Malschitzki, 10, CEP 89219-710, Zona Industrial Norte, Joinville (SC)

– Dia 7/8 (quinta-feira)

**8h** Credenciamento

**8h30** Abertura

**8h45** Ações para a difusão das indicações geográficas e preservação do patrimônio cultural: teoria e prática

Sra. Mara Rúbia Romeu Pinto, Médica Veterinária da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), indicada pela Secretaria Estadual de Agricultura e Pesca (SAR)

Sra. Susana Bianchini, Gerente de Políticas de Cultura da Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer (SOL)

**9h45/10h15** *Coffee break*

Sra. Andréa Marques Dal Grande, Diretora de Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura (FCC)

Sr. Roberto Costa, Publicitário e Presidente da Agência Propague

**11h15** Mesa-redonda

Moderadora: Profa. Ma. Elaine Cristina Borges Scalabrini

**12h15** Intervalo

**14h** As diferentes visões e intersecções entre indicações geográficas e preservação do patrimônio cultural: *Cases*

Sr. Nivaldo Gonçalves das Neves, Presidente da Associação dos Produtores Artesanais de Cachaça de Salinas

Sr. Anderson Sotero Bento, Representante da Cadeia Produtiva de Embutidos Tradicionais, Gaspar (SC)

**15h30/16h** *Coffee break* com lançamento de livro

Sra. Íria Salete Vicznevski, Diretora de Projetos da Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho de Joinville

Sr. Ademir Winkelhaus, Gestor de Turismo do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí (Cimvi)

**17h** Mesa-redonda

Moderadora: Dra. Liliane Locatelli, da Universidade Regional Integrado do Alto Uruguai e das Missões (URI), pós-doutoranda na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

**18h** Intervalo

**18h30** Apresentação simultânea de trabalhos científicos

**Coordenação:** Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille

**22h** Encerramento das atividades do primeiro dia

– Dia 8/8 (sexta-feira)

**8h** Credenciamento

**8h30** As políticas federais de incentivo à difusão das indicações geográficas e preservação do patrimônio cultural: teoria e prática

Sra. Rívia Ryker Bandeira de Alencar, Coordenadora Geral de Salvaguarda do Departamento de Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Maria Helena de Oliveira Nunes, Técnica da Coordenadoria de Fomento e Registro de Indicações Geográficas do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi)

Sra. Beatriz de Assis Junqueira, Coordenadora de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários do Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia da Agropecuária da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)

**10h/10h30 Coffee break**

Sra. Daniela Fantoni Alvares, Direito de Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo do Ministério de Turismo

Sr. Marcos Carvalho Sant'Ana, Coordenador Geral de Programas Sub-regionais do Departamento de Gestão de Programas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional (MI)

**11h30 Mesa-redonda**

Moderadora: Profa. Dra. Patrícia de Oliveira Areas, Universidade da Região de Joinville (Univille)

**12h Intervalo**

**14h** A diversificada experiência estrangeira em manejo e promoção do patrimônio cultural e das indicações geográficas e demais produtos de qualidade diferenciada

Ana Paula Holbeche Fino Correia Soeiro, Secretária Geral da Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses

Alberto Francisco Ribeiro de Almeida, Universidade Lusíada do Porto

Ignácio Lopez Moreno, Grupo de Investigación TECUDE: Territorio, Cultura y Desarrollo (Universidad de Sevilla)

**16h30 Coffee break****17h Mesa-redonda**

Moderador: Prof. Dr. Luiz Otávio Pimentel, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

**18h Encerramento dos eventos**

**Visitas a produções:** Saídas da Univille dia 7/8, às 8h30 e às 14h, e dia 8/8, às 8h30.

II Mostra de Produtos Tradicionais do Vale Europeu e Caminho dos Príncipes

**Endereço:** Joinville Garten Shopping, Avenida Rolf Wiest, 333, Bom Retiro, CEP 89223-005, Joinville (SC)

**Período:** 6 a 10/8

**Horário:** das 10h às 22h

## ORGANIZAÇÃO, APOIO E PATROCÍNIO

## Realização:



## Patrocínio:

**BADESC**

## Apoio:

